UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E
CONTABILIDADE

Paola Richter Londero

**Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos
econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias
aos seus cooperados**

São Paulo
2020

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Valmor Slomski
Chefe de Departamento de Contabilidade

Prof. Dr. Lucas Ayres Barreira de Campos Barros
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

PAOLA RICHTER LONDERO

Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias aos seus cooperados

Versão corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Controladoria e Contabilidade

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial, deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Universidade de São Paulo**

Londero, Paola Richter.

Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias aos seus cooperados/ Paola Richter Londero; orientador Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos. – São Paulo, 2020.
494 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade. Área de concentração: Controladoria e Contabilidade.

1. Contabilidade. 2. Cooperativa. 3. Retorno econômico. 4. Retorno social.

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão da presente tese encerra-se um ciclo acadêmico iniciado ainda na graduação, com a dedicação ao conhecimento nas áreas de administração e ciências contábeis, comprometimento com a pesquisa e paixão pela extensão por meio da atuação na empresa júnior. Na sequência, veio o desafio do mestrado, sem dúvida, um dos maiores desafios, que demonstrou o que realmente é estudar, o que é um artigo científico de qualidade e apresentou o movimento cooperativista. Nessa etapa, não posso deixar de destacar e agradecer ao Prof. Sigismundo Bialoskroski Neto, da FEA-USP/RP, por seus ensinamentos, conselhos e paixão compartilhada pelo cooperativismo.

Já na etapa do doutorado, foram quatro longos anos, plenamente aproveitados no que tange a aquisição de conhecimento, artigos publicados, palestras ministradas, eventos organizados, participação em congressos nacionais e internacionais e um “mergulho” ainda mais profundo no cooperativismo. E nessa jornada, somente fica meu eterno agradecimento e admiração ao Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, da FEA-USP, que demonstrou ser, além de um professor, pesquisador, consultor e referência na área de ciências contábeis, o melhor orientador de doutorado que poderia ter. Obrigada professor por ser meu ponto de apoio acadêmico, compreender e estimular minhas inquietações, instigar minha mente, compartilhar publicações, ensinar a lidar com as frustrações dos “não” acadêmicos, orientar sem restringir, cobrar sem exercer pressão e estar disponível sempre que precisei, até mesmo respondendo e-mails de madrugada, nas férias e em menos de 5 minutos depois do envio. É claro que nem tudo é perfeito, ainda continuou torcendo para o Corinthians, mesmo eu demonstrando as vantagens de torcer para os times do Rio Grande do Sul.

Para a conclusão dessa última etapa, alguns agradecimentos são necessários, pois sem o apoio, conselho, dedicação, “puxões de orelha”, companheirismo, altruísmo, empatia e amizade dessas pessoas que cruzaram meu caminho ao longo desses quatro anos, a conclusão desse ciclo não seria possível.

Primeiramente, sem dúvida, agradeço as duas pessoas que mais incentivaram o meu caminhar acadêmico: meus pais. Mãe e pai, vocês são meus exemplos, inspiração e porto seguro. Obrigada por compreenderem que o bem mais precioso que poderiam

deixar para mim é a educação. Estendo esse agradecimento a toda minha família que também compreendeu as horas de ausência e a dedicação a minha formação.

Agradeço também ao meu companheiro de vida e amigo para todas as horas, Rafael Machado, que compreendeu não só a ausência e distância, mas compartilhou as angústias, ansiedades, decepções, alegrias e todos os momentos de vitória. Te amo!

Não posso deixar de agradecer também a todos os professores que contribuíram com a minha trajetória na FEA-USP, sem dúvida, sou fruto do esforço e dedicação de vocês. Em especial, aos professores Bruno Salotti e demais professores do livro de Contabilidade Financeira, foi um aprendizado único. E também, ao Prof. Renê Pimentel e equipe do Congresso USP, foram dois anos intensos e maravilhosos organizando o congresso com vocês.

Aos professores da banca, Eliseu Martins, Maurício Ribeiro e Flávio Carvalho por lerem mais de 400 páginas e contribuírem nas qualificações e defesa. O resultado final dessa tese também é de vocês.

Aos colegas de doutorado e turma de mestrado 2016, em especial a Gabriela Vasconcelos e Robson Pereira que se tornaram amigos e, conforme o acordado, parceiros de pesquisa. Vocês tornaram esse caminhar mais leve, divertido e inspirador. Aos amigos de vida, em especial, a Silvia De David que me acolheu em sua casa e demonstrou que a distância e o tempo não importam para amizade.

A Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP), que por meio do seu quadro de professores e colaboradores me oferecem constantes desafios, oportunidades e aprendizados. Aos alunos que motivam o nosso caminhar e aos colaboradores do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande Do Sul (Sescoop/RS) por todo compartilhamento de conhecimento, em especial, ao Prof. Mário De Conto e Prof. José Máximo Daronco, chefes, amigos e inspirações.

Ao Sescoop/Nacional que por meio do Fundcoop, financiou parte da presente pesquisa e demonstra que por meio do incentivo a pesquisa podemos contribuir também para o desenvolvimento do movimento cooperativista. Da mesma forma, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, essencial para qualquer pesquisador.

Aos quarenta e cinco respondentes das entrevistas que se comprometeram com a missão de contribuir com a contabilidade das sociedades cooperativa e encararam minutos ou horas de questionamentos. Da mesma forma, aos profissionais de transcrição, correção de português e formatação que compreenderam a pressão e contribuíram para o aprimoramento do trabalho.

A todos que contribuíram para as seguintes publicações:

a. Londero, P. R., & Santos, A. (2019). ICPC 14: Os Impactos dessa Norma Contábil nas Sociedades Cooperativas Agropecuárias. *Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)*, 14, 91-112.

b. Londero, P. R., Stanzani, L. M. L., & Santos, A. (2019). Uma análise da contribuição econômica e social das cooperativas agropecuárias brasileiras pela Demonstração do Valor Adicionado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 13, 191-309.

c. Londero, P. R., & Figari, A. K. P. (2018). Uma análise do desempenho econômico e financeiro das cooperativas agropecuárias. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 5, 13-28.

d. Londero, P. R., Figueira, L. M., Stanzani, L. M. L., & Martins, E. (2018). *Inflationary distortions in cooperatives. BASE (São Leopoldo. Online)*, 15, 161-177.

e. Conto, M., & Londero, P. R. (2018). Participação Econômica dos membros: o tratamento jurídico e contábil do capital social no direito brasileiro. *Boletín De La Asociacion Internacional De Derecho Cooperativo*, 58, 157-172.

f. Santos, A., & Londero, P. R. (2017). ICPC 14: What is missing? *Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)*, 28, 478-485.

Aos colaboradores da FEA-USP, que são impecáveis em contribuir para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão da maior universidade do país.

Por fim, e não menos importante, a Deus ou a força maior que existe nesse universo, e que em todos os momentos de desânimo, pessimismo e de cansaço, sempre me deu forças, juntamente com todos os mencionados nesse agradecimento, para seguir em frente e buscar mais e mais conhecimento.

Esse ciclo se encerra, que venham os próximos...

“Não tenha medo de pensar diferente dos outros, tenha medo de pensar igual e descobrir que todos estão errados.”

Eça Queiroz

“A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo, uma vez possuído”.

Confúcio

RESUMO

Londero, P. R. (2020). *Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas sociedades cooperativas agropecuárias aos seus cooperados*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ao ingressar em uma cooperativa, o seu membro adquire direito de propriedade, composto pelo direito de controle residual e direito de retorno residual, e o direito de ser usuário da cooperativa. A atuação do cooperado como usuário propicia que outras estratégias de retorno, diferentes do resíduo empresarial, sejam utilizadas, tais como: estratégias de preço e assistência. Porém, a compreensão de diferentes estratégias de retorno aos cooperados nem sempre é clara, já que a contabilidade utiliza a lógica mercantil no processo contábil oferecido aos retornos econômicos e sociais, reflexo da teoria da firma, onde o resíduo empresarial é o único sinônimo de retorno e sucesso empresarial. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar o tratamento contábil utilizado nos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental e entrevistas. A análise documental, baseada na análise dos demonstrativos financeiros publicados por 55 cooperativas presentes na lista das 400 empresas do ramo do agronegócio da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016, revelou que poucas cooperativas informam sobre as estratégias de retorno via preço e assistência, a baixa utilização da estratégia de juros sobre capital próprio, e a necessidade de normatização de procedimentos contábeis. As contribuições sobre o tratamento contábil, consequências, limitações e sugestões, foram levantadas por meio de 45 entrevistas realizadas com representantes do movimento cooperativista: contadores e presidentes/diretores de cooperativas, conselheiros fiscais, auditores e pesquisadores do movimento. Os resultados demonstram que os cooperados tendem a requerer estratégias via preço, coerente com a sua orientação de curto prazo e concorrência imposta pelo mercado, porém, ao mesmo tempo, têm dificuldade de perceber o diferencial de preço como retorno direto e também mensurar esse retorno. Por outro lado, os gestores optam por estratégias via resíduo empresarial, como sobras, em função de sua atuação como reguladora de mercado, necessidade de investimento e pressões do mercado e dos próprios cooperados por resultados, o que dificulta a aplicação da teoria sobre zero e ocasiona o processo de isomorfismo que as cooperativas tendem a realizar buscando reconhecimento ou reputação. No âmbito do processo contábil, a Interpretação Técnica Geral 2004 trouxe avanços, principalmente no processo de reconhecimento dos estoques, contudo, ainda existem aspectos que carecem de normatização e padronização pelas cooperativas agropecuárias. No que se refere ao processo contábil oferecido aos retornos econômicos e sociais, é possível constatar, através das contribuições, que a contabilidade tradicional limita o reconhecimento de estratégias via preço e assistência, bem como dificulta sua utilização e a compreensão dos cooperados, sendo uma solução a inclusão de um demonstrativo de distribuição de retorno ao cooperado como parte do relatório de gestão da cooperativa. Por fim, há evidências da necessidade de educação cooperativista e capacitação contábil dos cooperados, como forma de possibilitar a compreensão da informação contábil e estimular a participação efetiva na prestação de contas, viabilizando que as informações contábil-financeiras sirvam ao seu propósito e sejam utilizadas para tomada de decisão dos cooperados.

Palavras-chave: Contabilidade. Cooperativa. Retorno. Socioeconômico.

ABSTRACT

Londero, P. R. (2020). *Recognition, measurement and evidence of the economic and social returns generated by agricultural cooperative societies to their members*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Upon joining a cooperative, the new member acquires property rights, consisting of the right to control, the right to obtain the return and the right to be a user of the organization's structure. The performance of the cooperative member as a user allows other return strategies, other than business waste, to be used, such as: price and assistance strategies. However, the understanding of different return strategies considering the members perspective as users not always clear, since accounting uses mercantile logic in the accounting process offered to economic and social returns, reflecting the theory of the firm, where business waste is the only synonym for return and business success. Thus, the research aims to analyze the accounting treatment used in the economic and social returns generated by agricultural cooperatives, discuss its consequences and limitations, as well as propose suggestions for treatment alternatives. Based on the analysis of the financial statements published by 55 cooperatives present in the list of 400 companies in the agribusiness branch of Revista Exame - Melhores e Maiores 2016, This revealed that few cooperatives inform return strategies via price and assistance, low use of the interest on equity strategy, and the need to standardize accounting procedures. Also, contributions on accounting treatment, consequences, limitations and suggestions were raised through 45 interviews with representatives of the cooperative movement: accountants and presidents / directors of cooperatives, tax advisors, auditors and researchers of the movement. The results show that the cooperative members tend to require strategies via price, consistent with their short-term orientation and competition imposed by the market, but at the same time, they have difficulty perceiving the price differential as a direct return and also measuring this return. On the other hand, managers choose strategies via corporate waste, such as leftovers, depending on their role as market regulator, need for investment and market pressures and the results of the cooperative themselves, which makes it difficult to apply the "Zero's theory" and causes a process of isomorphism in which the cooperatives tend to perform seeking recognition or reputation. Regarding the accounting process to recognition economic and social returns, it is possible to verify the traditional accounting limits recognition of return strategies via price and assistance. Therefore, limits their use and understanding by members. The inclusion of a return distribution statement to the member as part of the cooperative's management report would be a solution for the traditional accounting limitations. Finally, there is evidence of the need for cooperative education and accounting training for members, enabling the understanding of accounting information and stimulating effective participation in accountability, in a way the accounting and financial information could serve its purpose and would be used in decision-making process of the members.

Keywords: Accounting. Cooperative. Return. Socioeconomic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Interação entre as cooperativas, seus associados e o mercado	48
Figura 2 -	Estratégias de retorno da cooperativa	53
Figura 3 -	Matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno das cooperativas.....	66
Figura 4 -	Ciclo de vida das cooperativas.....	74
Figura 5 -	Cluster dos entrevistados por similaridade de palavras.....	137
Figura 6 -	Exemplo de informações em quantidade encontradas no relatório de gestão.....	150
Figura 7 -	Exemplo de informações por produção encontradas no relatório de gestão.....	151
Figura 8 -	Indicadores presentes nos relatórios de gestão	152
Figura 9 -	Indicadores presentes nos relatórios de gestão, exemplo II	152
Figura 10 -	Exemplo de análise de indicadores e explicação dos indicadores no relatório de gestão	153
Figura 11 -	Exemplo de informações fornecidas sobre as ações sociais das cooperativas.....	154
Figura 12 -	Exemplo II de informações fornecidas sobre as ações sociais das cooperativas.....	154
Figura 13 -	Benefícios diretos e indiretos oferecidos pela cooperativa Cooxupé no exercício de 2015.....	155
Figura 14 -	Benefícios diretos e indiretos oferecidos pela cooperativa Cotripal no exercício de 2018.....	157
Figura 15 -	Evidenciação do Estoque extraído do Balanço Patrimonial da COPACOL	165
Figura 16 -	Nota explicativa relacionada ao estoque da Cooperativa Copacol.....	166
Figura 17 -	Informação do preço pago pelo produto do produtor pela Cooperativa Selita.....	167
Figura 18 -	Nota Explicativa sobre juros sobre Capital da Cooperativa Cotrisal.....	168
Figura 19 -	Nota Explicativa do Capital Social das Demonstrações Financeiras de 2018 da Cooperativa COPACOL	168
Figura 20 -	Nota Explicativa do Capital Social em 2018 da Cooperativa Selita	170

Figura 21 - Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias que é divulgada pela Cooperativa Auriverde.....	170
Figura 22 - Destinações legais e estatutárias da Cooperativa Comigo	172
Figura 23 - Nota explicativa sobre a escolha contábil vinculada ao resultado das aplicações financeiras	173
Figura 24 - Nota explicativa sobre a escolha contábil vinculada ao resultado das aplicações financeiras	174
Figura 25 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Cooperativa Comigo.....	174
Figura 26 - Contabilização da utilização da RATES com a reversão pela DRA.....	175
Figura 27 - Evidenciação da utilização da RATES com a reversão pela DRA	176
Figura 28 - Contabilização da utilização da RATES com a reversão pela DSP antes da apuração do imposto de renda e contribuição social.....	177
Figura 29 - Evidenciação da utilização da RATES com a reversão após a DSP ...	178
Figura 30 - Nota explicativa contendo o Demonstrativo das destinações estatutárias e legais.....	179
Figura 31 - Nuvem de palavras obtida pela frequência de palavras encontradas nas 45 entrevistas	192
Figura 32 - Cluster por similaridade de palavras pelo coeficiente de correlação de Pearson.....	194
Figura 33 - Matriz de codificação da entrevista dos auditores	199
Figura 34 - Matriz de codificação da entrevista dos conselheiros fiscais.....	200
Figura 35 - Matriz de codificação da entrevista dos contadores	201
Figura 36 - Matriz de codificação da entrevista dos pesquisadores.....	202
Figura 37 - Matriz de codificação da entrevista dos presidentes e executivos.....	203
Figura 38 - Matriz de codificação da entrevista dos representantes do movimento	204
Figura 39 - Matriz hierárquica das categorias e códigos da pesquisa	219
Figura 40 - Mapa conceitual proposto pela tese com base nas entrevistas realizadas e codificações	222
Figura 41 - Ciclo virtuoso do Sistema Sicredi	444
Figura 42 - Comparação de municípios com atuação de cooperativas e sem a atuação.	446
Figura 43 - Modelo proposto de divulgação no relatório de administração	452

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Organizações com finalidade lucrativa e sociedades cooperativas	39
Quadro 2 -	Estágio dos ciclos de vida das organizações	73
Quadro 3 -	Forma de contato inicial com entrevistados	121
Quadro 4 -	Justificativa para seleção de diferentes grupos de público-alvo das entrevistas.....	122
Quadro 5 -	Roteiro e base de entrevista: público-alvo presidentes e gestores de cooperativas.....	128
Quadro 6 -	Roteiro e base de entrevista: público-alvo cooperados atuantes no conselho fiscal de cooperativas	130
Quadro 7 -	Roteiro e base de entrevista: público-alvo contadores	131
Quadro 8 -	Roteiro e base de entrevista: público-alvo auditores de cooperativas	133
Quadro 9 -	Roteiro e base de entrevista: público-alvo representantes do movimento cooperativista e professores e pesquisadores	135
Quadro 10 -	Possíveis categorias de análise definidas a priori na pesquisa.....	139
Quadro 11 -	Procedimentos contábeis utilizados pelas cooperativas estudadas como forma de reverter a RATES.....	181
Quadro 12 -	Procedimento 1: Reversão da RATES na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA)	183
Quadro 13 -	Procedimento 2: Reversão da RATES na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) antes da apuração do imposto de renda e contribuição social.....	184
Quadro 14 -	Procedimento 3: procedimento de reversão da RATES no resultado líquido do exercício.....	186
Quadro 15 -	Procedimento 4: Reversão da RATES diretamente na conta Sobras à Disposição da Assembleia	188
Quadro 16 -	Impacto comprado dos procedimentos contábeis adotados para reversão da RATES.....	189
Quadro 17 -	Categorias primárias definidos a priori e a posteriori	196
Quadro 18 -	Públicos-alvo da entrevista e as categorias definidas a priori segundo o roteiro de entrevista	198
Quadro 19 -	Análise das categorias primárias por entrevista	205
Quadro 20 -	Demonstração do Valor Adicionado para Cooperativas	440

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Resultado líquido em organização com finalidade lucrativa e cooperativas.....	100
Tabela 2 -	Cálculo da rentabilidade do ativo em organização com finalidade lucrativa e cooperativas.....	101
Tabela 3 -	Descrição da amostra utilizada na pesquisa	112
Tabela 4 -	Descrição das cooperativas singulares da amostra com informações de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais.....	114
Tabela 5 -	Estatística descritiva da amostra, referente ao Balanço Patrimonial de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais.....	115
Tabela 6 -	Estatística descritiva da amostra, referente à Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais	117
Tabela 7 -	Estatística descritiva da amostra, referente à Demonstração do Valor Adicionado de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais	118
Tabela 8 -	Identificação dos indivíduos entrevistados para pesquisa e informações da entrevista	124
Tabela 9 -	Informações adicionais dos indivíduos entrevistados	126
Tabela 10 -	Opinião dos auditores independentes emitidas com base nos demonstrativos financeiros de 2015	147
Tabela 11 -	Análise descritiva da RATES, em valores não corrigidos, em milhares de reais	162
Tabela 12 -	Frequência de palavras encontradas nas 45 entrevistas.....	191
Tabela 13 -	Frequência de palavras encontradas nos seis públicos-alvo da pesquisa.....	193
Tabela 14 -	Categorias de análise, arquivos e referências	197
Tabela 15 -	Codificação da categoria alocação do direito de controle.....	208
Tabela 16 -	Codificação da categoria assimetria de informação.....	209
Tabela 17 -	Codificação da categoria benefícios	210
Tabela 18 -	Codificação da categoria contabilidade e a tomada de decisão.....	211
Tabela 19 -	Codificação da categoria estratégias de retorno	212
Tabela 20 -	Codificação da categoria fatores de escolha das estratégias.....	214

Tabela 21 - Codificação da categoria governança corporativa	215
Tabela 22 - Codificação da categoria processo de contabilização	217
Tabela 23 - Codificação da categoria processo de normatização contábil	218
Tabela 24 - Cobertura e representação dos trechos categorizados e codificados	220

LISTA DE SIGLAS

ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AVP	Ajuste a Valor Presente
BCB	Banco Central do Brasil
CCAB	Companhia das Cooperativas Agrícolas do Brasil
CCPR	Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DFC	Demonstrações de Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DMRATES	Demonstração de Mutações da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social
DPAD	Dedução de Atividades de Produção
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DSP	Demonstração de Sobras ou Perdas
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICA	<i>International Co-operative Alliance</i>
ICPC	Interpretação Técnica Contábil
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IOF	Organização orientada para o Investidor
IR	Imposto de Renda
ITG	Interpretação Técnica Geral
JSCP	Juros Sobre o Capital Próprio
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PIB	Produto Interno Bruto
RATES	Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	OBJETIVO GERAL	28
1.1.1	Objetivos específicos	29
1.2	TESE	29
1.3	JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO	29
1.4	CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS ESPERADOS	31
1.5	DISTRIBUIÇÃO DA TEMÁTICA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	34
2	PLATAFORMA TEÓRICA	37
2.1	COOPERATIVAS COMO ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS	37
2.1.1	Doutrina do Cooperativismo	41
2.1.2	Funcionamento	47
2.1.3	Estratégias de retorno	50
2.1.3.1	Incremento de preço pago pelo insumo e redução do preço de produtos fornecidos ao cooperado	55
2.1.3.2	Assistência técnica, educacional e social	59
2.1.3.3	Matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno	65
2.1.4	Estratégias de retornos, ciclo de vida da cooperativa e vantagem competitiva	70
2.1.4.1	Ciclo de vida das cooperativas	72
2.2	A CONTABILIDADE E SEUS INSTRUMENTOS	79
2.2.1	Processo contábil	81
2.2.2	A contabilidade em sociedades cooperativas	85
2.2.3	Demonstrações financeiras	91
2.2.3.1	A teoria por trás das demonstrações financeiras	92
2.2.4	Análise das demonstrações financeiras	97
2.2.4.1	Índice de rentabilidade do patrimônio líquido	102
3	METODOLOGIA	107
3.1	ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	108
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	111
3.2.1	Análise Documental	111
3.2.1.1	Características da amostra da análise documental	113
3.2.2	Entrevistas	119

3.2.2.1	Unidade de coleta de dados – Indivíduos entrevistados	123
3.2.2.2	Instrumento de coleta - Roteiros de entrevista.....	127
3.2.2.3	Processo de análise das entrevistas.....	137
3.3	LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES DO ESTUDO	140
4	RESULTADOS	143
4.1	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS	143
4.1.1	Relatório de Auditoria e Conselho Fiscal.....	144
4.1.2	Relatório de Administração.....	149
4.1.3	Demonstrações Financeiras	158
4.1.3.1	Contabilização das formas de retornos econômicos e sociais	166
4.1.3.2	Impacto das formas de contabilização da reversão da RATES no resultado	181
4.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NA PERSPECTIVA FACTUAL	191
4.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NA PERSPECTIVA DE INTERAÇÃO...223	
4.3.1	Alocação do direito de controle	223
4.3.2	Assimetria de informação	233
4.3.2.1	Percepção dos retornos pelos cooperados.....	246
4.3.2.1.1	<i>Assistências Técnica, Educacional e Social.....</i>	252
4.3.3	Benefícios oferecidos pelas sociedades cooperativas.....	259
4.3.4	Contabilidade e tomada de decisão	277
4.3.5	Estratégias de Retorno	292
4.3.5.1	Oferta de insumos e serviços.....	293
4.3.5.1.1	<i>Assistência Técnica.....</i>	302
4.3.5.2	RATES	309
4.3.5.2.1	<i>Utilização da RATES.....</i>	319
4.3.5.3	Aquisição de produtos	338
4.3.5.4	Juros sobre Capital Próprio	346
4.3.5.5	Sobras.....	355
4.3.5.6	Teoria Sobras Zero	364
4.3.6	Fatores de escolha das estratégias de retorno	372
4.3.7	Governança Corporativa em Organizações Cooperativas.....	385
4.3.8	Processo contábil.....	393
4.3.9	Processo de normatização.....	411

4.3.9.1	Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 14 (ICPC14).....	417
4.3.9.2	Nomenclatura e Plano de Contas	424
4.4	SUGESTÕES DE MELHORIA PARA O RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS RETORNOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	430
5	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	455
	REFERÊNCIAS	465
	APÊNDICES	483

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Lopes (2002), a partir da década de mil novecentos e sessenta, ocorreu o aumento da preocupação com a qualidade da informação contábil, principalmente devido ao crescimento do mercado de capitais, em especial o norte-americano, e à evolução das teorias de finanças. Com isso, também houve a ampliação do campo de pesquisa da contabilidade, cuja preocupação estava voltada, entre outros fatores, ao estudo dos aspectos, características e procedimentos contábeis que poderiam melhorar a qualidade da informação contábil e oferecer suporte à tomada de decisão por parte do usuário da informação.

É nesse sentido e busca, que Barth, Landsman e Lang (2008) destacam que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) está normalmente associada, sendo a sua adoção nos últimos anos uma tendência entre países e entidades. Por essa razão, as pesquisas contábeis estão principalmente vinculadas ao estudo do processo e impactos da adoção das IFRS no Brasil e no mundo (Martins, João, & Marion, 2012; Ahmed, Chalmers, & Khlif, 2013; Brüggemann, Hitz, & Sellhorn, 2013; Calixto, 2010).

Ball (2006) aponta que um sistema contábil baseado nas IFRS permite que as transações sejam retratadas por sua verdadeira substância econômica, conferindo qualidade à informação contábil, bem como refletindo ganhos e perdas econômicos de forma mais tempestiva ou oportuna. Na mesma linha, Brown (2011, 2013) defende que as Normas Internacionais de Contabilidade trouxeram benefícios notáveis para o usuário da informação, principalmente no que tange ao suporte à tomada de decisão. Da mesma forma, Nakao (2017) expõe que a adoção de IFRS é justificada pela redução dos custos de elaboração dos relatórios contábeis, redução de riscos e custos nas análises e decisões por parte de investidores e credores, redução do custo de capital em função da transparência e a centralização de emissão de normas contábeis. Para Lourenço & Branco (2015) as IFRS possibilitam “a obtenção de informação com maior qualidade, como consequência do uso de critérios de reconhecimento e de mensuração que melhor refletem a realidade econômica das empresas” (p. 128). Por fim, os autores ainda complementam que a adoção aumenta a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Contudo, cuidados nesse processo ainda são necessários. Para Nakao (2017), “nem sempre a adoção de IFRS tem os efeitos desejados” (p. 3), o que pode ser

justificado pela baixa maturidade do mercado, baixa cultura de divulgação financeira, falta de monitoramento adequado do governo, entre outros fatores. Segundo Lourenço e Branco (2015), mesmo que inúmeras pesquisas tenham revelado o aumento da qualidade da informação contábil para as empresas adotantes das IFRS, inclusive para os usuários dessa informação, ainda são necessários cuidados com o processo de generalização, sendo que em determinados casos, nem todas as empresas e nem todos os usuários são beneficiados. Para Ball (2006), o processo de harmonização das normas e práticas contabilísticas é uma consequência natural da crescente integração de mercados e políticas e, como todo processo, terá pontos favoráveis e negativos, que devem ser analisados e discutidos.

Usualmente, os estudos sobre os efeitos da adoção das normas contábeis se concentram nas organizações de finalidade lucrativa, em especial em companhias abertas. Contudo, outras organizações também fazem parte do mercado e são afetadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade, sendo esse o caso das sociedades cooperativas.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 920 (2001) e a Lei nº 5.764 (1971), as cooperativas são entidades singulares constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem finalidade lucrativa, com o objetivo de prestar serviços aos associados, atendendo suas necessidades econômicas e sociais comuns, com o propósito de obter, coletivamente, melhores resultados individuais.

A singularidade desse tipo de organização econômica está vinculada à natureza híbrida, com característica de mercado e hierarquia vertical (Ménard, 2011), bem como por apresentarem princípios, natureza e estrutura de funcionamento distintos das demais organizações, tendo objetivo econômico e social, alcançado a partir da atuação dupla do investidor (cooperado) como usuário (cliente e fornecedor) e proprietário (Bialoskorski Neto, 2012). Por essas características, Chaddad (2012) destaca que as sociedades cooperativas devem ser vistas como arranjos organizacionais singulares, criando um contraste considerável com as organizações de outras naturezas, em especial as de finalidade lucrativa, sendo necessário investigar os impactos dessa singularidade sobre diferentes aspectos, tais como a contabilidade.

Nesse sentido, Santos, Gouveia e Vieira (2012) expõem que “a contabilidade tem amparado muito bem as instituições de finalidade lucrativa, mas ainda carece de

direcionamento no que se refere às cooperativas” (p. 107). Ainda são poucos os estudos que abordam os impactos do processo de adoção dessas normas em organizações de finalidade não lucrativa, como as cooperativas. Os principais estudos nesse âmbito são centrados na Espanha, desenvolvidos por autores como Vialcanet e Salas (2014), Vargas (2007), Garrido (2007), Marí (2006) e Detilleux e Naett (2005), porém, normalmente, estão direcionados somente à análise de normas específicas, em especial a *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) 2.

O enfoque e interesse principal do mercado, normatizadores e pesquisadores é centrado nas organizações de finalidade lucrativa, predominantemente nas companhias abertas, o que é principalmente justificado pelo impacto econômico dessas organizações na economia global. Contudo, Milgrom e Roberts (1992) apontam que, com as falhas de mercado expostas pela economia tradicional, novos arranjos organizacionais ganham cada vez mais força, sendo que, um desses modelos, é a organização em forma de cooperativa.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2015), as sociedades cooperativas, distribuídas nos diferentes ramos de atividade, beneficiam, de forma direta ou indireta, mais de 50 milhões de pessoas que estão vinculadas às 6,6 mil cooperativas brasileiras. O crescimento do número de cooperados ultrapassou 85% entre 2004 e 2016, englobando mais de 13,2 milhões de associados em 2016 (OCB, 2017), e atingindo o patamar de US\$ 5,3 bilhões em volume de exportações (OCB, 2015). Com o aumento da importância do cooperativismo, proveniente de um maior número de cooperados e maior participação no cenário econômico, cresce o interesse por esse arranjo organizacional.

Para Lourenço & Branco (2015, p. 128) “apesar das vantagens usualmente associadas à convergência para as IFRS, o efeito da adoção desse conjunto de normas ainda permanece a ser debatido”, principalmente para organizações que apresentam aspectos singulares, tais como as cooperativas. É claro que as Normas Internacionais de Contabilidade são elaboradas para serem aplicadas, independente do sistema político, econômico, cultural, jurídico ou fiscal dos países que a adotem, e, independente do setor, tamanho, complexidade, multinacionalidade, endividamento, etc. da entidade que reporta a informação (Weffort, 2003), contudo, é possível afirmar que tais características desses subsistemas sociais, bem como os aspectos estruturais empresariais não gerem atritos com o processo de adoção das IFRS (Lourenço, Sarquis, Branco, & Pais, 2015).

Para Jeanjean e Stolowy (2008), essa falta de análise e reflexão sobre determinadas características estruturais pode prejudicar a qualidade da informação contábil, em casos específicos. Os autores complementam a análise indicando que utilizar regras iguais é uma condição necessária, mas, talvez, insuficiente por si só para assegurar a qualidade da informação. Nesse sentido, Kvall e Nobes (2010) apontam que vários países têm dificuldades para eliminar suas características das práticas contábeis anteriores a adoção da IFRS, uma vez que em uma primeira análise parecem estar em melhor consonância com os subsistemas sociais do país. Por outro lado, esse processo de “uniformidade aparente”, no tocante às normas internacionais de contabilidade, gera problemas de comparabilidade da informação contábil, que por sua vez também irá prejudicar a qualidade da informação (Nobes, 2013).

Como destacado anteriormente, as sociedades cooperativas, foco da pesquisa em questão, apresentam características muito singulares, em virtude da sua natureza, princípios e estrutura de funcionamento. Assim, tais aspectos podem dificultar o processo de adoção das normas internacionais, ou, em última instância, afetar a qualidade da informação contábil, já que a contabilidade encontra dificuldade para retratar a realidade econômica dessas organizações (Londero, 2016). Esse é o caso dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias em prol dos seus cooperados. A contabilidade tradicional tem dificuldade de reconhecer, mensurar e evidenciar retornos que diferem do escopo tradicional das empresas de finalidade lucrativa.

Fuji (2004) aponta que o lucro é notadamente o elemento financeiro de grande relevância não somente para aqueles que atuam no mercado financeiro e participam do processo de normatização e regulamentação, mas também, para os estudiosos do meio acadêmico, que utilizam essa variável amplamente em suas pesquisas, afinal, o lucro é tido como a principal métrica do sucesso empresarial. Contudo, como funcionam as pesquisas, o mercado, a norma, etc., quando o objetivo final não é o lucro? E quando o foco único nessa variável pode gerar distorções nas informações contábeis?

Nesse sentido, Webb (2014), aponta que, diante das evidências de singularidade e possíveis distorções da realidade econômica, torna-se necessário questionar se a abordagem contábil realizada para uma empresa com finalidade lucrativa realmente é válida para as sociedades cooperativas; ou se, em função de sua natureza, princípios e estrutura de funcionamento, ajustes são necessários.

Araújo e Assaf Neto (2003, p. 16), sinalizam que a “moderna gestão de empresas descarta a postura convencional da busca pela medição do lucro e rentabilidade e cede espaço a uma gestão voltada à riqueza dos acionistas”, sendo o novo desafio da contabilidade acompanhar essa tendência. É claro que a ausência de finalidade lucrativa das cooperativas não significa ausência de finalidade econômica, pelo contrário, as cooperativas têm por natureza objetivo econômico e devem buscar a maximização da riqueza dos seus “acionistas”. A questão chave aqui é que esse acionista, que no caso da cooperativa é o cooperado, apresenta diferentes papéis de atuação, o de proprietário, que tem a sua riqueza maximizada por meio do resíduo gerado pela organização, ou seja, por um processo muito similar ao lucro que é reconhecido pela contabilidade; e o papel de usuário, que tem a maximização da riqueza baseada na sua interação com a cooperativa (Syrjä, Sjogren, & Tuominen, 2012), sendo essa uma nova configuração empresarial que a contabilidade precisa refletir em suas demonstrações.

Nesse sentido, o exemplo da possível incompatibilidade da contabilidade societária instituída sobre as cooperativas é o tratamento contábil dado às formas de retorno que são oferecidas aos seus cooperados. No caso das sociedades cooperativas do ramo agropecuário, sete formas de retorno podem ser identificadas: a) incremento de preço pago ao cooperado pelo insumo entregue em comparação ao preço pago pelo mercado; b) redução do preço de insumos, produtos e serviços fornecidos ao cooperado; c) assistência técnica; d) assistência social; e) assistência educacional; f) juros sobre o capital próprio (JSCP); g) sobras. Dentre essas formas de retorno oferecidas ao cooperado, somente JSCP e sobras são efetivamente tratados como retornos ao cooperado pela contabilidade.

Esse reconhecimento contábil exclusivo dos JSCP e sobras como retornos únicos gerados, se deve à visão do conceito de “lucro” como único meio para maximização da utilidade e riqueza do investidor (Guerreiro, Frezatti, Lopes, & Ferreira, 2005). Nas organizações de finalidade lucrativa, o retorno do investidor é baseado estritamente na sua atuação como proprietário, contudo, no caso das cooperativas, em função do 3º princípio doutrinário – Participação econômica dos membros, os investidores (cooperados) também atuam e recebem retorno como usuários da cooperativa (Zylbersztajn, 2002). A ênfase no lucro como forma de retorno e o foco único na atuação do investidor como proprietário influenciam todo o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação propostos pela Norma Internacional

de Contabilidade, principalmente em função da utilização da teoria capitalista da firma como base para elaboração das demonstrações financeiras, o que talvez não seja ideal para as sociedades cooperativas.

Para Balaguer e Castellano (2012), as demonstrações financeiras tradicionais, tidas como obrigatórias, não são suficientes para evidenciar de forma clara e ampla os benefícios gerados pelas cooperativas e mensurar sua eficiência econômica e eficácia social. A evolução empresarial exige mudanças no sistema de informação contábil para atender às novas necessidades de seus usuários que puseram em evidência a ineficiência do sistema tradicional de informação contábil, cujo enfoque é essencialmente dirigido para o desempenho baseado no lucro (Hendriksen & Van Breda, 2012; Iudícibus, Ribeiro Filho, Lopes, & Pederneiras, 2011; De Luca, Da Cunha, Ribeiro, & Oliveira, 2009; Cosenza, 2003; Ramanathan, 1976). Nesse sentido, Szüster, Szüster e Szüster (2005) destacam que, "como ciência social, a contabilidade é um produto do meio refletindo as diferentes condições sócio-econômico-político-legais" (p. 21). Assim, a contabilidade deve atender às mudanças conjunturais, adaptando-se às necessidades de seus usuários.

No contexto em que a presente pesquisa se insere, a partir da discussão do problema de pesquisa, a proposta é investigar *quais os atuais tratamentos contábeis utilizados nos retornos econômicos e sociais oferecidos aos cooperados pelas cooperativas agropecuárias e as consequências desses tratamentos*.

Para Hicks, Maddocks, Robb e Webb (2007), esse tipo de estudo é importante uma vez que é necessário que a contabilidade atenda aos diversos agentes de mercado, aos diferentes arranjos organizacionais, bem como com diferentes modelos de gestão empresarial, mas que em comum possuem a necessidade de criação de valor ao acionista, independente da estratégia de retorno, como métrica de sucesso empresarial.

1.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo analisar o tratamento contábil utilizados nos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento.

1.1.1 Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral procurou-se subdividi-lo nos seguintes objetivos específicos:

- a) Averiguar o tratamento contábil atual oferecido às cooperativas agropecuárias e suas possíveis consequências;
- b) Apurar os possíveis aspectos contábeis, financeiros, políticos, históricos e sociais que atuam como limitadores para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios econômicos e sociais produzidos pelas cooperativas;
- c) Propor possíveis sugestões com a finalidade de ampliar a capacidade informativa e contribuir para a evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas sociedades cooperativas agropecuárias.

1.2 TESE

A tese proposta pela presente pesquisa é que os **atuais tratamentos contábeis aplicados aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias são insuficientes para reconhecer, mensurar e evidenciar os diferentes tipos de retornos que são oferecidos aos cooperados por suas atuações como cliente, fornecedor e proprietário das cooperativas.**

1.3 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

A motivação central da pesquisa é contribuir para o processo de reflexão e revisão acerca das normas contábeis aplicadas às sociedades cooperativas, no que tange ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados por elas em prol dos seus cooperados. Segundo Lourenço e Branco (2015), essa é uma motivação válida, que gera conhecimentos importantes para que os reguladores dos países, que preparam possíveis alterações nas normas, possam oferecer melhores formas de implementação das IFRS.

Além disso, a pesquisa tem como motivação possibilitar que a contabilidade ofereça uma melhor qualidade da informação gerada sobre os retornos econômicos e sociais advindos da cooperativa em prol do cooperado, subsidiando a sua tomada de

decisão sobre os investimentos e permanência na cooperativa, por exemplo, permitindo, assim, competitividade desse tipo de arranjo organizacional. Pois, de acordo com Singleton-Green e Hodgkinson (2010), a competitividade da cooperativa perante arranjos organizacionais alternativos pode ficar prejudicada, uma vez que a visão desses retornos que fogem do modelo tradicional é potencialmente distorcida pelo parâmetro de lucro como sucesso empresarial, o cooperado tende a apresentar dificuldades de visualizar e mensurar os retornos gerados pelas cooperativas. Nesse sentido, Kenkel (2015) destaca que pesquisas sobre alternativas de distribuição de resultados poderiam melhorar as decisões das cooperativas e cooperados.

O tratamento contábil atual faz com que o incremento de preço pago pelo insumo entregue pelo cooperado em comparação ao preço pago pelo mercado e redução do preço de insumos fornecidos ao cooperado sejam considerados custos ou despesas. Além disso, os retornos provenientes da realização da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) apenas sejam demonstrados como uma realização da reserva e não como um efetivo retorno aos cooperados (Londero, 2015). Como consequência, tais informações sobre as diferentes estratégias que podem ser selecionadas pela cooperativa em prol do cooperado acabam sendo, muitas vezes, omitidas ou negligenciadas, principalmente as estratégias de retorno baseadas na atuação do cooperado como usuário da cooperativa.

Nesse sentido, Ménard (2004) destaca que a seleção de arranjos organizacionais alternativos ocorre em função da possibilidade de redução dos custos de transação, e conseqüentemente, da percepção do agente investidor sobre maximização da sua utilidade e riqueza, ou seja, da capacidade da cooperativa oferecer retorno. De acordo com Guerreiro, Frezatti, Lopes e Ferreira (2005), o pressuposto da maximização dos agentes econômicos está atrelado à teoria da firma, e utiliza o conceito de lucro como sinônimo para as possibilidades de maximização da utilidade e riqueza do investidor.

Para Fuji (2004), “o conceito de lucro, nesse contexto, é um importante referencial para orientar as decisões econômicas dos agentes” (p. 76), sendo esse o indicador mais importante de sucesso das empresas. Assim, quando a cooperativa opta por estratégias de retorno que não visam a produção de excedentes no final do processo produtivo, mesmo que essas ofereçam a mesma maximização da utilidade e riqueza do investidor, a competitividade da cooperativa perante arranjos

organizacionais alternativos pode ficar prejudicada, uma vez que a visão desses retornos que fogem do modelo tradicional são potencialmente distorcidos pelo parâmetro de lucro como sucesso empresarial (Singleton-Green & Hodgkinson, 2010).

Dessa forma, as estratégias de distribuição de retorno por meio da geração de sobras e juros sobre capital próprio, ambos semelhantes à figura do lucro nas organizações com finalidade lucrativa, podem acabar sendo privilegiadas, pois tornam as cooperativas competitivas sobre o mesmo parâmetro de análise do sucesso empresarial. Consequentemente, as cooperativas passam por um processo de isomorfismo de seu comportamento (DiMaggio & Poweli, 2005; Queiroz, Vasconcelos, & Goldszmidt, 2007), como prevê a teoria institucional, mais especificamente o enfoque da nova sociologia institucional (Kasperskaya, 2008).

Assim, quando uma cooperativa opta por estratégias de retorno que não são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas adequadamente pela contabilidade, pode ter sua competitividade dificultada por arranjos organizacionais alternativos. Esse fenômeno, possivelmente, é mais intenso em cooperativas que privilegiam os retornos diretos aos cooperados, por sua atuação como usuários da cooperativa, tendo em vista que tais estratégias acabam por ser reconhecidas como custo ou despesa para a cooperativa, e não como retorno ao cooperado.

Outra motivação relevante para a pesquisa é a necessidade de observar as sociedades cooperativas como entidades singulares, cuja natureza, princípios e estrutura de funcionamento devem estar refletidos nas informações contábeis que são geradas. Ademais, para Hendriksen e Van Breda (2012) a evolução empresarial exige mudanças no sistema de informação contábil para atender às novas necessidades de seus usuários que por vezes puseram em evidência a ineficiência do sistema tradicional de informação contábil, cujo enfoque é essencialmente dirigido para o desempenho baseado no lucro.

1.4 CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS ESPERADOS

No que tange às possíveis contribuições, a pesquisa entra para um pequeno grupo de estudos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, que se direciona a estudar, analisar e discutir contabilidade financeira para sociedades cooperativas, não só focando em seu impacto, mas discutindo aspectos vinculados ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação.

Para Barea e Monzón (2006), apesar de as entidades de economia social, principalmente as cooperativas, serem alvos crescentes de pesquisas, poucos estudos são direcionados à discussão de aspectos contábeis dessas sociedades. Tal constatação dos autores pode explicar por que a contabilidade dessas organizações é tida como uma mera adaptação da contabilidade de entidade com finalidade lucrativa, e não um tipo particular de abordagem contábil desenhada com base na identidade dessas organizações (Balaguer & Castellano, 2012).

No Brasil, a mesma percepção é válida. Carpes, Kaveski, Martins e Klann (2013) apontam que o número de pesquisas que aborda questões da contabilidade financeira em sociedades cooperativas ainda é considerado inexpressivo frente aos desafios contábeis vivenciados pelos contadores e auditores dessas organizações e a importância da contribuição econômica dessas entidades para economia brasileira, principalmente no que tange aos ramos agropecuário, de crédito e saúde.

Nesse sentido, outro aspecto interessante da pesquisa pode ser destacado: a contribuição para um ramo de cooperativismo brasileiro que ainda não é regulado por órgãos específicos. Diferente dos ramos de crédito e saúde, que também obedecem à regulação de órgãos específicos como o Banco Central e a Agência Nacional de Saúde, respectivamente, as cooperativas do ramo agropecuário não são condicionadas a órgãos específicos de regulamentação, ou seja, no que tange às normas e procedimentos contábeis seguem as determinações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Até o presente momento, as cooperativas agropecuárias estão condicionadas às Normas Internacionais de Contabilidade, tendo em vista que todos os pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foram colocados em vigor pelo CFC, com a exceção da Interpretação Técnica ICPC 14. Além disso, o CFC emitiu orientações específicas para contabilidade de cooperativas, conhecidas como NBC T 10.8 e a ITG 2004, que substituiu a NBC T 10.8 a partir de 2017, que juntamente com a Lei nº 5.764/71 tentam adaptar a contabilidade à natureza, princípios e funcionamento das cooperativas. Esse processo de reconhecimento da identidade sinalizado pelo CFC abre possibilidades importantes de contribuições para a pesquisa e a construção desse caminho para a contabilidade orientada às cooperativas (Balaguer & Castellano, 2012).

A presente pesquisa tem como perspectiva gerar contribuições com base científica para as discussões que o Conselho Federal de Contabilidade pretende

realizar sobre o processo de revisão das normas brasileiras de contabilidade direcionadas às cooperativas. Pois, de acordo com Ata nº 254^a, de 17 e 18 de maio de 2017, os membros da Câmara Técnica destinada a analisar as normas contábeis sobre sociedades cooperativas CFC destacam a necessidade de “revisar as normas brasileiras sobre cooperativas que ainda não foram revisadas após a convergência às normas internacionais, mediante a edição de uma interpretação técnica específica consolidando todas as normas para cooperativas” (p. 1).

Além disso, o trabalho desenvolvido visa oferecer um resultado que consideramos particularmente interessante. Em função do método de pesquisa selecionado, explorado na seção três da presente tese, os resultados da pesquisa serão construídos com base nas contribuições e percepções de várias partes interessadas nas informações contábeis que são geradas a partir das sociedades cooperativas, envolvendo a ótica dos presidentes, gestores, cooperados, contadores, auditores, representantes do movimento e pesquisadores em cooperativismo. Assim, as contribuições que serão apresentadas, além de serem baseadas em uma perspectiva teórica, também oferecerão uma perspectiva de quem vivencia na prática os prós e contras da contabilidade aplicada nas sociedades cooperativas.

No aspecto prático, com base nas entrevistas e nos casos simulados que são parte da pesquisa, espera-se contribuir com insights sobre o processo de contabilização e com propostas de alteração das normas brasileiras de contabilidade direcionadas às cooperativas. Nesse sentido, visa-se a redução da assimetria de informação entre a cooperativa e o cooperado, no que tange aos retornos econômicos e sociais, como consequência do processo de melhoria da qualidade da informação contábil por meio da geração da informação mais útil para tomada de decisão.

No âmbito internacional, ainda pode-se apontar duas possibilidades de contribuições. A partir de 2015, a *International Co-operative Alliance* (ICA) assumiu uma cadeira permanente no Conselho Consultivo do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), órgão consultivo formal do *International Accounting Standards Board* (IASB). Esse fato representou a possibilidade de diálogo entre as sociedades cooperativas de todo o mundo com o principal órgão normatizador contábil. De acordo com a *International Co-operative Alliance* (2015), a nomeação de um representante da ICA para o conselho permite que as cooperativas alcancem uma maior inclusão da perspectiva cooperativa e um melhor reconhecimento do seu específico modelo de negócio na formulação de políticas e normas contábeis, tanto em nível nacional como

internacional. Nesse âmbito, a presente pesquisa pode ser compreendida como uma contribuição para esse processo de discussão que se iniciou entre os dois órgãos.

Os princípios do cooperativismo que são disseminados pela *International Cooperative Alliance* são justamente os que dão sustentação para a discussão da ampla base de retornos econômicos e sociais que as cooperativas apresentam. Assim, a questão do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos não é somente direcionada a uma discussão local, brasileira, mas sim, de âmbito internacional, que pode vir a beneficiar sociedades cooperativas em outros países.

Nesse sentido, a pesquisa ainda pode oferecer como contribuição ao cenário internacional um panorama das principais práticas de contabilidade realizadas nas sociedades cooperativas brasileiras, no que se refere ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais, visto que as orientações específicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade tendem a gerar particularidades para o cenário local. As orientações específicas do CFC são tentativas de reconhecimento de identidade das cooperativas que geram ajustes nas normas internacionais. Relatar essas experiências pode auxiliar o processo de construção de uma contabilidade própria para as sociedades cooperativas. Para isso, a pesquisa oferece uma discussão sobre as orientações e práticas, expondo o que é realizado pelas cooperativas, como diferentes práticas afetam o seu resultado ou retornos distribuídos, entre outros fatores. Com isso, espera-se ser possível levar as experiências contábeis das sociedades cooperativas brasileiras para fora do nosso ambiente institucional, permitindo a construção do conhecimento.

1.5 DISTRIBUIÇÃO DA TEMÁTICA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente tese está estruturada em seis capítulos, incluindo esse introdutório que engloba uma breve contextualização, justificativa e relevância do tema de pesquisa proposto, além da apresentação do problema de pesquisa, objetivo geral e específicos da pesquisa, a tese, as contribuições e impactos esperados com a realização do estudo, e a apresentação da estrutura dos demais capítulos.

O segundo capítulo desenvolve a plataforma teórica, que pode ser desdobrada em dois temas principais, sendo o primeiro relacionado à apresentação das sociedades cooperativas como organizações econômicas, explorando aspectos vinculados à sua doutrina, estrutura de funcionamento, estratégias de retorno,

vantagem competitiva e ciclo de vida das cooperativas. A segunda parte do segundo capítulo expõe tópicos relacionados à contabilidade para sociedades cooperativas, apresentando elementos ligados às demonstrações financeiras. Esse capítulo teórico tem a finalidade de proporcionar ao leitor o entendimento sobre características essenciais das cooperativas e da contabilidade para as cooperativas, aspectos importantes para a compreensão do problema de pesquisa.

Sequencialmente, no terceiro capítulo, é abordada a metodologia empregada com o objetivo de fornecer informações sobre a orientação metodológica da pesquisa, procedimentos e técnicas empregadas, bem como as limitações e delimitações do estudo.

O quarto capítulo contempla os resultados encontrados por meio da realização da análise documental e entrevistas, bem como as discussões envolvendo as questões apresentadas. Na sequência, são apresentadas as considerações finais do estudo e possibilidades de desdobramentos futuros para pesquisas.

Por fim, no quinto capítulo, encontram-se as referências utilizadas na presente pesquisa.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

A plataforma teórica proposta é estruturada em dois âmbitos principais. O primeiro contempla aspectos das sociedades cooperativas, apresentando enunciados vinculados à doutrina do cooperativismo, natureza e funcionamento das cooperativas que permitem ao leitor a compreensão desse arranjo organizacional, principalmente no que tange às suas peculiaridades. Explorando os aspectos da sociedade cooperativa, esse capítulo ainda traz o enfoque nas estratégias de retorno, foco central das discussões abordadas nessa tese, contemplando os aspectos teóricos e práticos vinculados à utilização desses retornos.

Em um segundo momento, a plataforma teórica oferece subsídios a aspectos vinculados à contabilidade, explorando construtos e enunciados relacionados à assimetria de informação, teoria da agência, teoria da firma, teoria dos stakeholders, objetivo da contabilidade, governança corporativa e aspectos contábeis relacionados às demonstrações financeiras, com o intuito de contribuir com a sustentação da proposta de pesquisa.

2.1 COOPERATIVAS COMO ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

Para Milgrom e Roberts (1992), as organizações econômicas são entidades criadas por pessoas que interagem para atingir objetivos econômicos individuais e coletivos. Tais organizações consistem em um nexo de contratos e tratados entre os indivíduos membros dessa organização, sendo que os indivíduos que a compõem somente serão fiéis a ela se servir a seus interesses, caso contrário, ocorrem rearranjos organizacionais, reformas e redesenhos contratuais, ou até mesmo abandono da organização.

Schneider (2012) enfatiza que as cooperativas são empreendimentos econômicos, que concorrem no mercado com as demais organizações, sendo seu objetivo o adequado uso dos recursos, buscando a eficiência e eficácia em prol dos seus proprietários, ou seja, cooperados. Corroborando com essa afirmação, Zylbersztajn (2002) enfatiza que, inspiradas por uma visão Coasiana, as firmas devem ser vistas como arranjos contratuais que somente terão sucesso frente a arranjos alternativos, caso o desempenho obedeça a critérios de eficiência.

Alinhado à dimensão econômica, existe a preocupação social, vinculada à crescente busca pela satisfação do bem-estar de seus cooperados. Tanto o âmbito econômico quanto o social são guiados por aspectos doutrinários, ou ideológicos, que podem ser vistos como uma linguagem comum dessas entidades (Zylbersztajn, 2002).

De acordo com Schneider (2012),

A doutrina cooperativa situa-se na linha do deve ser, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências, próprio da educação em prol da solidariedade, para se optar por uma proposta comportamental na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo. (p. 254)

Para Zylbersztajn (2002), as sociedades cooperativas devem ser vistas como arranjos organizacionais singulares, sendo que os princípios doutrinários delimitam as suas estratégias, criando um contraste com as organizações de outras naturezas, em especial as de finalidade lucrativa.

As sociedades cooperativas são um tipo de organização econômica, segundo Chaddad (2012) e Ménard (2011), classificadas como organizações híbridas com características de estrutura hierárquica e de mercado. Williamson (1985, 1988), expõe que a pulverização do direito de propriedade e fortes incentivos são características de mercado, enquanto, controles administrativos hierárquicos e atributos únicos de governança democrática são características vinculadas à estrutura hierárquica, e encontradas em sociedades cooperativas.

Como destacado, a cooperativa é um tipo especial de entidade que combina objetivos econômicos e sociais (Balaguer & Castellano, 2012). Tal estrutura permite que, enquanto seus membros busquem se beneficiar de ganhos econômicos, seus objetivos sociais também sejam alcançados. Na definição clássica, as cooperativas podem ser descritas como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e as necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (*International Co-Operative Alliance* - ICA, 2017). Em termos econômicos, a cooperativa pode ser entendida como uma entidade controlada conjuntamente por múltiplos indivíduos com o objetivo da maximização dos benefícios aos seus usuários, principalmente por meio das transações com a própria cooperativa (Cook & Burress, 2009).

Assim como as organizações de finalidade lucrativa, as cooperativas possuem como objetivo a maximização da riqueza de seu associado, entretanto, diferente das organizações de finalidade lucrativa, as cooperativas visam a maximização da riqueza por meio do atendimento dos interesses econômicos e sociais de seus associados (Balaguer & Castellano, 2012). De acordo com Schneider (2012), as cooperativas apresentam como diferencial a formação de uma entidade social coletiva que opta por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre os associados que fazem parte da mesma. Tais associados são responsáveis por dirigir e controlar a sociedade, orientando a cooperativa não para a busca incondicional do lucro, mas, para a busca da eficiência e eficácia que atendam às necessidades econômicas e sociais de seus associados (Londero & Bialoskorski Neto, 2016).

Autores como Young (2008) e Panzutti (2005) preocupam-se em diferenciar as sociedades cooperativas de organizações com finalidade lucrativas (tradicionais), conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Organizações com finalidade lucrativa e sociedades cooperativas

Organizações com finalidade lucrativa	Sociedade cooperativa
Sociedade de capital	Sociedade de pessoas
Tem objetivo de lucro na pessoa jurídica	Não tem objetivo de lucro na pessoa jurídica
Retorno concentrado na geração de lucro	Diferentes formas de retornos em diferentes momentos de atuação do cooperado
Atividade econômica pode ser independente da atividade dos sócios	Atividade econômica em proveito comum vinculada à atividade dos cooperados
Assembleia baseada na participação do capital de cada sócio	Assembleia baseada no número de associados
Os sócios são os vendedores aos consumidores	Cooperado é proprietário, cliente e fornecedor da cooperativa
Defende o maior preço possível	Defende preços justos
Controle financeiro	Controle democrático
Ações podem ser transferidas a terceiros	Quotas não podem ser transferidas a terceiros estranhos à cooperativa
Compromisso econômico	Compromisso econômico, social e educacional

Fonte: Adaptado pela autora de Young (2008) e Panzutti (2005).

Para Bretos e Marcuello (2016) a singularidade das sociedades cooperativas está sustentada em três pilares que possibilitam vantagens competitivas, sendo eles os princípios do cooperativismo, a atuação do cooperado como proprietário e usuário da cooperativa, e a gestão democrática.

Em linha com os princípios do cooperativismo, Hind (1999) destaca que a diferenciação entre sociedades cooperativas e organizações com finalidade lucrativa, também pode residir nos tipos de retornos econômicos que são oferecidos aos seus proprietários, uma vez que os tipos de retornos que um cooperado pode realisticamente selecionar e obter de uma cooperativa frente aos seus objetivos são muito mais amplos do que em uma organização orientada para o investidor (IOFs). A afirmação de Hind (1999) tem respaldo em virtude do cooperado atuar ao mesmo tempo como usuário e proprietário da cooperativa, o que permite que seus objetivos sejam alcançados de forma distinta e mais variada do que em uma organização de finalidade lucrativa.

Ademais, Hind (1999) destaca que “o que também diferencia uma cooperativa de uma IOFs é o fato de que os proprietários, diretores, fornecedores, clientes e investidores, . . . são muitas vezes um e os mesmos indivíduos em uma cooperativa” (p. 537).

Cabe ressaltar que as cooperativas não devem ser confundidas com associações. Associações, diferentemente das cooperativas, não possuem a admissão vinculada à atividade da organização e não pode distribuir resultados. Herbst e Prüfer (2016) destacam que as cooperativas devem ser entendidas como um arranjo organizacional diferente das organizações sem fins lucrativos em geral, tendo em vista que nas demais organizações sem finalidade lucrativa, os membros visam somente o interesse na atividade da organização, renunciando a todos os direitos de renda residual. Já nas cooperativas, seus cooperados têm interesse no direito de renda residual, ou seja, há o interesse nos retornos econômicos por parte do cooperado.

Nesse sentido, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2017) acrescenta que a diferença essencial entre associações e cooperativas está na natureza dos dois processos, enquanto a natureza das associações é promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia, as cooperativas visam viabilizar o negócio produtivo dos associados junto ao mercado.

Com relação aos retornos, assim como Herbst e Prüfer (2016), o Sebrae (2017) aponta que, nas cooperativas, os cooperados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos, já nas associações, os associados não são vistos como donos e os ganhos eventualmente obtidos pertencem à sociedade e não aos

associados, pois devem ser destinados à atividade-fim da associação. As associações são regidas somente pela Constituição – art.5º, XVII a XXI, e art. 174, §2º e Código Civil (Lei nº 10.406/2002), enquanto as cooperativas são orientadas por tais artigos da constituição e código civil, bem como pela Lei nº 5.764/1971, denominada de Lei das Cooperativas.

Para o presente trabalho, a teoria base para análise das cooperativas é a Teoria de Münster, desenvolvida por pesquisadores clássicos do cooperativismo, tais como Boettcher, Eschenburg e Grossfeld, no Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster, também conhecida como Teoria Econômica da Cooperação Cooperativa, de acordo com a pesquisadora brasileira Diva Benevides Pinho.

Os principais pressupostos da Teoria de Münster são: a) o valor da cooperação existente nas cooperativas não exclui o interesse pessoal de seus membros, ou a concorrência existente com o mercado; b) os cooperados somente permanecem fieis a esse arranjo organizacional quando os seus interesses pessoais são satisfeitos; c) a cooperativa pode adquirir importância econômica independente de seus cooperados; d) os dirigentes da cooperativa, na posição do conselho de administração e gerentes, mesmo sendo cooperados, atendem aos seus próprios interesses; e e) a fidelidade dos cooperados deve ser instituída por meio de normas contratuais ou estatutárias, não sendo suficientes somente o aspecto doutrinário.

2.1.1 Doutrina do Cooperativismo

O cooperativismo moderno como conhecido atualmente deve sua origem ao movimento operário e à busca por um ideal de bem-estar coletivo. É claro que não se pode afirmar que o processo de cooperação também teve origem nesse período, pois suas raízes estão presentes ao longo de toda a história da humanidade (Schneider, 2012). Contudo, o “consenso mais comum entre os estudiosos é que o cooperativismo moderno teve início nos primórdios do século passado, durante a revolução industrial” (Londero, 2015, p. 26).

Nomes como Robert Owen, precursor da legislação trabalhista e previdenciária durante a revolução industrial; William King, fundador de cooperativas de consumo na Inglaterra; Conde de Saint-Simon, vinculado ao socialismo moderno e teórico do socialismo utópico; Pierre Proudhon, filósofo, economista e político que tentou criar um dos primeiros modelos de cooperativa de crédito; Louis Blanc, idealista e ativista

político francês; Philippe Buchez, criador do cooperativismo de autogestão; Friedrich Raiffeisen, idealizador do cooperativismo, economia social e solidária e do regime de crédito mútuo; dentre outros, influenciaram o sistema de crenças, valores, objetivos e ações do cooperativismo. De acordo com Schneider (2012), todos apresentavam como ideal, “a subordinação do capital ao trabalho, eliminação do lucro como objetivo e motivação última da atividade econômica” (p. 255). Destaca-se que, nessa visão, a cooperativa ainda se mantém com identidade econômica, mas o lucro passa a ser compreendido como um meio, e não como uma finalidade exclusiva da cooperativa.

A Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, criada em 1844 por trabalhadores ingleses, é tida como a primeira cooperativa moderna (Oliveira & Santos, 2012). Em seus estatutos, os pioneiros de Rochdale definiram valores, princípios e ações de funcionamento, que ainda hoje são base da formação das cooperativas. É claro que, com o passar dos anos e com as mudanças estruturais da sociedade e das organizações, houve alterações, principalmente guiadas pela ação da *International Co-Operative Alliance*, que atua, dentre outras funções, como promotora dos princípios cooperativistas pelo mundo. Sem dúvida, os Congressos da ICA organizados em 1937, 1966 e 1995 trouxeram contribuições relevantes para os princípios cooperativos, mas não mudaram a essência proposta pelos pioneiros de Rochdale.

Segundo Drimer e Drimer (1973), o cooperativismo tem como base de seus princípios os valores de: esforço próprio e ajuda mútua; solidariedade e cooperação; igualdade, democracia e participação; equidade e liberdade; promoção humana e educação; harmonia entre os interesses de seus membros; e, mutualidade. Para Schneider (2012), “os valores constituem as *ideias-força* a partir das quais emanam a energia motivadora e a inspiração para a ação cooperativa, que é regida por princípios” (p. 258).

Tendo como base os princípios definidos no Congresso da ICA, realizado em Manchester, Inglaterra, em 1995, os princípios cooperativos são:

- a) **Princípio da adesão voluntária, consciente e do livre acesso:** de acordo com esse princípio, nenhum indivíduo apresenta a obrigação de ingressar em uma cooperativa, ao mesmo passo, possui liberdade para se retirar do empreendimento a qualquer momento, sem impedimentos. Também destaca que não pode haver elementos considerados de discriminação política,

ideológica, religiosa, racial, social ou sexual, bem como, o possível interessado ao ingresso deve estar consciente de suas responsabilidades e deveres individuais e coletivos. Contudo, possíveis limitações ao ingresso de novos cooperados podem somente estar vinculadas à falta de aderência da atividade do candidato a membro com a atividade da cooperativa, ou a impossibilidade técnica da cooperativa de absorver mais cooperados. Há implicações diretas desse princípio sobre a classificação das cotas dos cooperados no patrimônio líquido e passivo das cooperativas, vinculadas a IFRIC 2 - *Members' Shares in Co-operative Entities and Similar Instruments*, discutido nos próximos itens do presente trabalho;

- b) **Princípio da gestão e do controle democrático por parte dos sócios:** por meio desse princípio é delimitada a participação ativa dos cooperados no estabelecimento de políticas e tomada de decisão. Tem como origem o valor da igualdade, indicando que a participação deve ser com base no sócio (um membro, um voto – obrigatório nas cooperativas singulares), sendo fundamentado na concepção de que a cooperativa é uma associação de pessoas e não de capital. Destaca-se que, ao mesmo tempo que esse princípio é tido como um benefício do arranjo organizacional, também é tido como um desafio, por dificultar a visão do cooperado como proprietário e detentor do direito de controle residual, principalmente em cooperativas de propriedade pulverizada. Além disso, Pinho (2004, p. 297) aponta outro problema da estrutura democrática das cooperativas: “é difícil a autogestão cooperativa, porque os processos longos e complexos da democracia contribuem para retardar a adoção de medidas que devem ser rápidas no universo da competição”. Dessa forma, é comum as cooperativas gastarem recursos para incentivar que seus cooperados participem efetivamente de sua gestão e controle de maneira eficiente e condizente com o mercado;
- c) **Princípio da participação econômica do sócio:** por meio desse princípio, fica claro que o cooperado atuará na cooperativa como proprietário e usuário, sendo que seus retornos serão, principalmente baseados na sua atuação como usuário, e não no capital investido. Nesse sentido, o resultado gerado pela cooperativa, seja ele positivo ou negativo, será rateado entre os

cooperados na proporção das transações realizadas por cada membro com a cooperativa. Esse princípio apresenta a base para o inciso 3, do artigo 24º, da Lei 5.764/71, que determina que as cooperativas não podem distribuir qualquer benefício às cotas do capital, financeiros ou não financeiros, a quaisquer associados ou terceiro, superiores a 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada. Para ICA, os possíveis resultados gerados a partir da atuação da cooperativa podem ser classificados de três formas: as reservas para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento da cooperativa; destinação para fins educacionais e sociais; e o retorno na proporção das operações. Esse retorno baseado na operação permite o processo de fidelização de longo prazo do cooperado, bem como minimiza o problema do carona. Para Schneider (2012), esse princípio é a chave para o futuro do movimento cooperativo, pois contribui para a solução do problema da justa distribuição de riqueza e renda. Kenkel (2015) destaca que “uma cooperativa é única na medida em que distribui lucros a seus usuários proporcional ao volume de negócios realizados com a cooperativa. Essa distribuição é referida como um reembolso ao cooperado ou distribuição ao cooperado e é um princípio cooperativo fundamental.” (p. 29)

- d) **Princípio da autonomia e independência:** o controle da sociedade cooperativa deve permanecer com os seus membros; em caso de capitais externos recebidos de agentes governamentais ou terceiros, deve-se assegurar que o controle residual ainda permaneça com seus cooperados. Esse princípio indica que a cooperativa deve apresentar autonomia econômica, administrativa, social e política, caso contrário sua tendência é sucumbir ao mercado. Contudo, Schneider (2012) destaca, “a autonomia não é absoluta, estando submetida às leis gerais da sociedade e à lei cooperativa” (p. 265). Nessa linha, o autor ainda aponta o cuidado para que as leis ou normas gerais respeitem os princípios do cooperativismo, uma vez que, por excesso de zelo e aplicações extensivas a todos os estratos da sociedade e organizações, a sua aplicação pode limitar a autonomia da cooperativa;
- e) **Princípio da educação, treinamento e informação cooperativa:** é papel da cooperativa contribuir com a educação e o desenvolvimento dos seus agentes

econômicos envolvidos, principalmente no que tange à natureza e aos benefícios da cooperação. Ao ingressar em uma cooperativa, é esperado que o indivíduo busque seus objetivos e interesses imediatos e individuais, tendo como base o pressuposto do oportunismo. Assim, torna-se necessária a educação cooperativista para que ocorra a mudança desse comportamento e mentalidade, dando subsídios para a fidelização do cooperado em vias doutrinárias e perpetuidade da cooperativa e movimento. Vinculado a esse princípio está a formação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), previsto no artigo 28º, inciso II, da Lei 5.764/71, denominado contabilmente de Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES);

- f) **Princípio da cooperação intercooperativa e a integração cooperativa:** o valor da cooperação ultrapassa o limite individual do agente econômico para a atuação da cooperativa singular, cooperativa central ou federação. Este princípio enfatiza a necessidade de ir além de uma integração interna, ou seja, ter como objetivo uma integração sistêmica capaz de gerar benefícios e vantagem competitiva;
- g) **Princípio da preocupação com a comunidade:** as cooperativas devem estar atentas ao desenvolvimento sustentável da comunidade a qual está vinculada. Esse princípio enfatiza a necessidade de a cooperativa apresentar raízes e compromissos locais, o que, de acordo com Schneider (2012), demonstra que “as cooperativas não podem drenar seus excedentes para fora do local ou região onde foram gerados” (p. 270). Para Perius (2012), cabe às cooperativas gerarem riquezas, resultado econômico e renda para a comunidade. Assim como o quinto princípio (item e), o princípio da preocupação com a comunidade faz com que os benefícios do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, previsto na Lei 5.764/71, seja extensivo aos empregados e familiares de cooperados, que também são parte direta da comunidade onde a cooperativa está localizada.

De acordo com Schneider (2012), os demais arranjos organizacionais também podem apresentar um ou outro princípio cooperativo, mas, são as cooperativas que realizam a adoção em conjunto, capaz de influenciar a sua estratégia empresarial. Além disso, a pura existência de tais princípios não é capaz de justificar a ausência de competitividade econômica das cooperativas no mercado, pelo contrário, esse arranjo organizacional deve pautar-se tanto no alcance de seus objetivos sociais, quanto econômicos.

Ademais, é possível, no ambiente institucional brasileiro, encontramos cooperativas que não estão em plena sintonia com os princípios do cooperativismo, o que de acordo com Cook e Burrell (2009) e Fulton (1999b) pode ser um sintoma, ou consequência, da evolução da cooperativa no seu ciclo de vida e a necessidade de concorrer com métricas iguais às do mercado, o que, muitas vezes, não representa sintonia com os princípios do cooperativismo.

Para Schneider (2012) “a doutrina do cooperativismo não expressa o que o cooperativismo já é aqui e agora no seu real devir histórico, com suas vantagens, qualidades, defeitos e desvirtuações, mais sim, o que pretende ser a médio e longo prazo” (p. 254). Assim, é importante salientar que os aspectos negativos de sua possível prática atual não invalidam o conteúdo normativo proposto por essa ideologia do movimento cooperativista.

Nesse sentido, pesquisas como a de Foreman e Whetten (2002) destacam o impacto da doutrina na gestão e funcionamento das cooperativas. Os autores observam, “as cooperativas têm procurado historicamente reforçar as tradições e valores através de educação e intervenções sociais. De fato, para muitos membros esses objetivos normativos de uma cooperativa têm sido proeminentes” (p. 623). Os autores estudaram a tensão nas cooperativas rurais produzida por um sistema normativo que abrange família em uma visão e ideologia da cooperativa como integração vertical com a propriedade rural do cooperado e um sistema utilitarista definido pela racionalidade econômica, maximização e interesse próprio, que sustenta uma visão de firma nas cooperativas. Eles argumentam que essa divisão pode implicar na gestão da cooperativa, tendo em vista que são percebidas como naturezas distintas e não complementares. Para os autores, é essencial que os envolvidos no cooperativismo compreendam os valores e princípios cooperativistas, contudo, tal natureza não deve ser conflitante com a racionalidade econômica.

2.1.2 Funcionamento

Para Balaguer e Castellano (2012) os aspectos doutrinários influenciam diretamente na estrutura de funcionamento das sociedades cooperativas. Dentre outros aspectos, faz com que o associado tenha diferentes funções econômicas, atuando não somente como proprietário, mas também como fornecedor de produtos e cliente, adquirindo insumos e produtos. Para Zylbersztajn (2002), a base desses diferentes papéis do cooperado pode ser explicada porque na raiz da “organização cooperativa está o fato de que o trabalhador é também o proprietário dos recursos. Isto o induz a estruturar a sua atividade como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação” (p. 3).

Em razão dessas diferentes funções econômicas, os retornos promovidos pelas cooperativas se diferem das demais entidades, já que o retorno não se concentra somente no final do processo com a geração de lucro, mas durante todo o processo produtivo em que o cooperado interage com a cooperativa.

Segundo Syrjä, Sjogren e Tuominen (2012) as sociedades cooperativas geram retornos pela interação com os seus membros. Essa interação pode ocorrer por meio da utilização dos serviços prestados pela cooperativa aos cooperados, pela possibilidade de ganho de escala e escopo no processo de interação com o mercado ou pelos resíduos que são gerados através da realização das duas interações anteriores.

Na interação com o mercado, as cooperativas funcionam como um elo entre o associado e o mercado, e se destacam das demais intermediárias por possuírem características como a preocupação econômica e social de seus membros. De acordo com Bialoskorski Neto (2012), “as economias empresariais cooperativas são situadas entre as economias particulares dos cooperadores, de um lado, e o mercado, de outro, aparecendo como estruturas intermediárias, formadas em comum” (p. 18). Syrjä, Sjogren e Tuominen (2012) destacam que as sociedades cooperativas têm como objetivo prover serviços aos seus cooperados, sendo um meio de campo entre o mercado e seus cooperados. Nesse sentido, as cooperativas funcionam como agentes intermediários, porém, na visão dos cooperados são o elemento final do processo produtivo, por essa razão costuma-se dizer que as cooperativas afastam os demais intermediários.

Na estrutura tradicional de cooperativa o associado entrega o seu produto, parte dele ou em sua totalidade, e a cooperativa remunera seu associado visando a maximização da sua riqueza individual, sem a obtenção de lucros por parte da cooperativa, nesse caso a cooperativa pode optar por remunerar seus cooperados na figura de fornecedor, oferecendo um incremento de preço com relação ao preço pago pelo mercado. Entretanto, a cooperativa retém parte da remuneração para cobrir seus custos de funcionamento, e quando esses custos são menores do que o valor que foi retido, esta sobra volta para os cooperados na proporção da interação do cooperado com a cooperativa (Londero, 2015).

Nesse sentido, Sexton (1983) descreve que a sobra distribuída aos cooperados vai depender da função de custo marginal da cooperativa, sendo esse o resultado da agregação das economias individuais e também do grau da sua integração.

Além dessa remuneração com base nos produtos e na sobra, o associado recebe também serviços que visam à redução do seu custo de produção e maximização do seu bem-estar, tendo em vista que a cooperativa possui interesse no bem comum que pode ser proveniente da aquisição de uma máquina ou equipamento de uso compartilhado, que vise um maior poder de barganha e a obtenção de preços mais favoráveis, seja para os insumos ou na venda do produto final (Fulton, 1999). Bialoskorski Neto (2012) ilustra de uma maneira prática este processo de interação das cooperativas, seus associados e o mercado. A Figura 1 apresenta a interação existente entre os agentes citados anteriormente.

Figura 1 - Interação entre as cooperativas, seus associados e o mercado

Fonte: Bialoskorski Neto (2012, p. 19).

O processo ilustrado por Bialoskorski Neto (2012) pode ser aplicado nos treze ramos econômicos nos quais as cooperativas se dividem, sendo eles: o ramo agropecuário, de consumo, de crédito, educacional, especial, habitacional, de infraestrutura, mineral, de produção, de saúde, de trabalho, de transporte e de turismo e lazer (OCB, 2017). A diferença entre os ramos de cooperativa está no tipo de serviço oferecido. Por exemplo, no ramo agropecuário, um dos serviços que pode ser oferecido é a assistência técnica na propriedade rural do cooperado.

Com base nessa estrutura de funcionamento, é correto afirmar que mesmo com sobras “zero”, é possível que a cooperativa seja eficiente e eficaz na gestão de seus recursos e na maximização do retorno ao seu cooperado. Quando a cooperativa opta por remunerar o cooperado por meio do retorno por estratégias vinculadas aos seus produtos ou serviços, é possível que excedentes não sejam gerados, não havendo retornos baseados no fim da operação da cooperativa (Lambert, 1975). De acordo com Lambert (1975), essa propriedade não poderá colocar “em dúvida a autenticidade dessas cooperativas” (p. 77). Nesse sentido, Schneider (2012) destaca que não há obrigatoriedade na geração de sobras, dependendo simplesmente da decisão da estratégia de retorno requerida pelos cooperados.

Esse processo de interação entre cooperativa, cooperado e mercado pode ocorrer de duas maneiras: com a interação sem o relacionamento de terceiros, processo denominado ato cooperado, ou com o relacionamento com terceiros, mercado ou agentes não cooperados, denominado ato não cooperado. De acordo com a Lei nº 5.764, instituída em dezembro de 1971, art. 79, “denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”. O ato cooperado é o que caracteriza a essência da cooperativa, uma vez que busca maiores benefícios econômicos e sociais ao cooperado. Já o ato não cooperado envolve a presença de terceiros, externos a cooperativa. Para Gonçalves (2003), os atos não cooperados podem ser descritos como atos cooperativos auxiliares ou acessórios do principal, que são aqueles realizados a favor dos associados e de acordo com o objetivo social da cooperativa.

Cabe aqui uma ressalva, segundo Dickel (2014), a distinção entre o ato cooperado e não cooperado não é tão clara, sendo um desafio para a contabilidade das sociedades cooperativas. Para Dickel (2014), “em síntese, o ato cooperativo corresponde à realização do objeto social da cooperativa, tendo como ‘cliente’ ou

‘fornecedor’ o cooperado” (p. 41). Assim, quando o cooperado atua em um dos dois papéis, mesmo que o outro seja ocupado por terceiros, assume-se que ocorreu um ato cooperado. No caso de a cooperativa transacionar seus produtos e insumos de produção própria, não vinculados a produção das propriedades rurais de cooperados, com terceiros, há a ocorrência de ato não cooperado.

Destaca-se que a Lei nº 5.764 em seus artigos 79, 85, 86, 87 e 111 trata da necessidade de separação do ato cooperado e não cooperado pela contabilidade. Na mesma linha, o Parecer Normativo nº 38, de 31 de outubro de 1980, e a disposição do item 16 da ITG 2004 (2017) também salientam a obrigatoriedade de segregação das operações, visto a destinação dos resultados do ato não cooperado para uma reserva indivisível, RATES, e a diferenciação tributária do imposto de renda e contribuição social oferecida ao ato cooperado (Dickel, 2014).

A possibilidade de a cooperativa realizar o ato não cooperado deve estar prevista no estatuto da cooperativa, e, assim como Gonçalves (2003) destaca, deve ser visto e compreendido pela cooperativa e seus cooperados como um ato auxiliar e complementar ao ato cooperado. A necessidade de atender à produção da cooperativa pode ser um dos fatores que desencadeia a ocorrência do ato não cooperado, visto que, no Brasil, o associado não possui obrigatoriedade de comercializar unicamente com a cooperativa que faz parte, a menos que previsto em estatuto, ele possui liberdade para escolher o grau de comprometimento que irá estabelecer com a cooperativa. Cabe ressaltar que, quando o cooperado opta por não transacionar com a cooperativa e sim com o mercado, ocorre o aumento da concorrência com a própria cooperativa, não sendo lógica ou coerente tal atitude por parte do cooperado (Londero, 2015).

2.1.3 Estratégias de retorno

Quando o cooperado ingressa em uma cooperativa, por meio da aquisição e cotas de capital, o mesmo adquire o chamado direito de propriedade. O direito de propriedade é composto pelo direito de controle residual e o direito de retorno residual (Hansmann, 1996). De acordo com Chaddad e Iliopoulos (2013), o direito de controle residual é definido como o direito de tomar qualquer decisão sobre o uso de um ativo que não é explicitamente definido por lei ou contrato, segundo os autores é resultado da “impossibilidade de elaborar, implementar e impor contratos completos,

especialmente no caso de transações recorrentes complexas” (p. 4). Já o direito de retorno residual é o que garante o retorno econômico ao cooperado, o benefício e risco econômico pela detenção da propriedade, tais como os direitos sobre o lucro líquido gerado por uma empresa (Grossman & Hart, 1986).

Contudo, no caso das sociedades cooperativas além do direito de retorno residual, o cooperado adquire o direito de ser usuário da cooperativa e se beneficiar em proporção a suas transações, ou o risco referente a essas ações (Chaddad & Iliopoulos, 2013). A visão de Chaddad e Iliopoulos corrobora com Furubotn e Richter (1991), o direito de propriedade sobre um ativo consiste em três elementos: i. o direito de se apropriar dos retornos do ativo; ii. o direito de mudar sua forma, substância e alocação, também conhecido como direito de controle residual; e, iii. o direito do uso do ativo. Hart (1997) expõe que “é frequentemente sustentado que uma característica chave da relação de propriedade é que ao proprietário de um ativo é dado o direito da renda residual deste” (p. 63), contudo, de acordo com Saes (2007), nas cooperativas o direito de retorno transcende ao resíduo ou excedente, e incorpora outros tipos de retornos que dependem do processo de atuação do cooperado na cooperativa.

Cada cooperado pode apresentar interesses distintos ao ingressar em uma cooperativa, ou seja, objetivos de retornos por meio de estratégias de alocações distintas (Hind, 1999). Há cooperados que preferem retornos mais imediatos, ou seja, já receber ao entregar o produto da cooperativa, atuando como usuário; outros preferem o rendimento a longo prazo, conferidos com base na sua atuação e fidelização como proprietário da cooperativa.

Ressalta-se que a fidelização é um processo importante para as sociedades cooperativas e deve ser compreendido, nesse trabalho, como uma relação contratual, que “oferece oportunidade de quase rendas associadas aos ativos que são suporte à transação” (Zylbersztajn, 2002, p. 14). Cabe destacar que quase renda compreende a diferença entre o valor gerado na atividade de determinado ativo e o seu melhor uso alternativo (Saes, 2007).

Dependendo das cláusulas contratuais, mecanismos de monitoramento e punições, a cooperativa ficará mais, ou menos, sujeita a buscar estratégias de retorno que satisfaçam o cooperado no curto prazo. De acordo com Zylbersztajn (2002), mesmo que a cooperativa seja secundada por princípios doutrinários de cooperação, o cooperado pode ver-se motivado a romper a relação, caso verifique maiores

benefícios em arranjos alternativos, principalmente se o horizonte desse cooperado é a curto prazo.

Esse interesse distinto sobre a forma de retorno almejada pelo cooperado pode acarretar o problema do horizonte na própria cooperativa (Pivoto, 2015). Quando a estratégia de retorno não é equilibrada por parte da cooperativa, e também no caso onde essa questão não é tratada de forma estratégica pela organização, a adoção de estratégias de retorno desequilibradas podem afetar a continuidade da cooperativa no mercado. De acordo com Pivoto (2015) o problema do horizonte, ou a visão de curto prazo adotada pelos cooperados e cooperativas, pode ter relações com a falta de liquidez das cotas dos cooperados, pressionando gestores a implementarem estratégias de curto prazo, e também a dificuldade do cooperado em ver-se como dono da cooperativa.

A decisão sobre a estratégia de retorno a ser adotada pela cooperativa pode ser tida como complexa e, muitas vezes, possuir relação com a fase do ciclo de vida da cooperativa, interesse dos cooperados, projetos da cooperativa, processo de fidelização do cooperado, cláusulas contratuais, entre outros fatores. Para Kenkel (2015) “as escolhas sobre estratégias de distribuição e estrutura de capital em uma cooperativa agrícola são complexas” (p. 36).

Nesse sentido, Royer e Shihpar (1997) analisaram os fatores que afetam a escolha de estratégia de distribuição e restituição de capital de cooperados de cooperativas americanas, eliminando os efeitos fiscais. Os resultados apontam que cooperados mais jovens preferem estratégias vinculadas à atuação como usuário da cooperativa, sendo essas realizadas em moeda e exigindo maior interação com a cooperativa, já os cooperados mais velhos preferem estratégias de incorporação ao capital com um ciclo mais acelerado de restituição do capital.

Kenkel (2015) destaca que “as decisões de distribuição dos resultados e retenção ficam a critério do conselho de diretores e podem impactar o balanço e fluxo de caixa da cooperativa, bem como a forma como os membros perceberam retorno da cooperativa” (p. 30).

As cooperativas agropecuárias apresentam sete possibilidades de retorno ao cooperado: a) Incremento de preço pago pelo insumo entregue pelo cooperado em comparação ao preço pago pelo mercado; b) Redução do preço de insumos e serviços fornecidos ao cooperado; c) Assistência Técnica; d) Assistência Social; e) Assistência Educacional; f) Juros sobre o Capital Próprio; e g) Sobras (Bialoskorski Neto, 2012;

Barroso & Bialoskorski Neto, 2010; Carvalho & Bialoskorski Neto, 2008, Dickel, 2014; Pinho, 2004; Santos, Gouveia, & Vieira, 2012). A Figura 2 apresenta as diferentes formas de retornos que podem ser utilizadas pelas sociedades cooperativas.

Figura 2 – Estratégias de retorno da cooperativa

Legenda: JSCP – Juros sobre Capital Próprio; RATES – Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social; \$\$\$\$ - Retorno ao cooperado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as estratégias citadas, o retorno econômico por meio do diferencial de preço pago pelo produto entregue pelo cooperado em comparação ao preço pago pelo mercado e a redução do preço de insumos e serviços fornecidos ao cooperado pela cooperativa, também em relação ao mercado, são estratégias de retorno baseadas na atuação do cooperado como usuário da cooperativa, fornecedor e cliente, respectivamente. As demais estratégias de retorno, que podem ser compreendidas como melhor retratadas pela contabilidade, são baseadas na atuação do cooperado como proprietário, que detém o direito de retorno. Cabe ressaltar que a porcentagem de sobras entregue para cada cooperado é proporcionalmente vinculada às transações que o cooperado realizou com a cooperativa, mas, nesse caso, o que dá direito ao acesso é justamente a detenção do direito de retorno que a propriedade sobre a cota da cooperativa propicia.

Carvalho e Bialoskorski Neto (2008) expõem que as cooperativas agropecuárias devem atender às necessidades e às aspirações econômicas de seus associados, que, normalmente, não são relacionadas à obtenção de eventuais resultados econômicos positivos como as empresas com fins lucrativos, mas sim por

meio de um maior valor pago por seus produtos, um menor valor de venda de insumos e de prestação de serviços. Ademais, conforme afirmam Carvalho e Bialoskorki (2008), o cooperado tende a solicitar estratégias via preço, “como sua renda baseia-se no pagamento recebido pela entrega de produto à cooperativa, há uma pressão por parte dos associados para obtenção de preços acima do mercado” (p. 425). Diante dessas alternativas, Zylbersztajn (1994) coloca que a grande questão é: como remunerar adequadamente o cooperado de acordo com seus interesses e, ao mesmo tempo, manter condições para a cooperativa enfrentar o ambiente de mercado altamente competitivo baseado na geração de excedentes?

Para Kenkel (2015) “depois de proteger a cooperativa das necessidades de fluxo de caixa, o conselho de administração deve estar interessado em distribuir lucros aos cooperados da forma mais benéfica” (p. 37). Além disso, o autor expõe que “as cooperativas agrícolas, como outras entidades cooperativas, enfrentam matriz de escolhas de como distribuem e mantêm lucros. Estas escolhas podem impactar a solvência, liquidez e fluxo de caixa da cooperativa, bem como o fluxo de caixa de cada membro e retorno realizado da cooperativa” (p. 29). Ademais, o autor ainda aponta que “a tributação no nível da firma e do cooperado complica ainda mais o cenário.” (Kenkel, 2015, p. 29)

A decisão sobre a estratégia de retorno selecionada por uma cooperativa envolve a análise de pelo menos três alternativas: a) maximização do resíduo operacional; b) privilégio aos cooperados por meio das transações com a cooperativa; ou c) orientação neutra, buscando-se não privilegiar nenhuma forma de retorno específica, mas a geração igualitária de benefícios entre todos os cooperados (Barroso & Bialoskorski Neto, 2010). Cabe ressaltar que os autores citados analisaram os aspectos de decisão sobre a estratégia de retorno para as cooperativas de crédito, contudo, extrapolando a análise é possível também aplicar às cooperativas agropecuárias.

A escolha da maximização do resíduo operacional, faz com que estratégias como sobras e juros sobre capital próprio sejam selecionadas, ou ainda, que haja a maximização das reservas, retendo o resultado na cooperativa. Nesse caso, as cooperativas tendem a agir como entidades de finalidade lucrativa, sendo a contabilidade voltada para a evidenciação de tais retornos aos cooperados.

A seleção pela maximização dos resíduos operacionais também provoca o aumento da constituição da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

(RATES), visto que tal reserva deve ser constituída com 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício, segundo a Lei nº 5.764/71. Contudo, não há obrigatoriedade de realização de tal reserva, que poderia gerar retornos por meio da assistência técnica, educacional e social, e nem incentivo, uma vez que a realização de tal reserva não é evidenciada como retorno ao cooperado.

Ao optar por privilegiar os cooperados por meio das transações com a cooperativa, essa opta por meios alternativos à distribuição tradicional, que comumente ocorre nas entidades com finalidade lucrativa. Nesse caso, estratégias como as que Carvalho e Bialoskorski (2008) sinalizaram são as preferidas, dando ênfase no incremento pago ao produto entregue pelo cooperado ou na redução dos preços dos insumos fornecidos pela cooperativa aos cooperados. Caso utilizadas como estratégias de distribuição de retorno pela cooperativa, ambas reduzem a geração de sobras, uma vez que são “despesas” para a cooperativa.

Por fim, a orientação neutra permite que ambas as estratégias de retorno estejam presentes na cooperativa. Ademais, retornos alternativos vinculados à realização da assistência técnica, educacional e social também aparecem. A realização da RATES não garante que o cooperado transacione com a cooperativa, por isso nem sempre possui relação direta com a forma de privilegiar o retorno pelas transações do cooperado.

Os tópicos a seguir apresentam de forma detalhada as formas de retornos consideradas próprias das cooperativas.

2.1.3.1 Incremento de preço pago pelo insumo e redução do preço de produtos fornecidos ao cooperado

As sociedades cooperativas são entidades que não almejam o lucro como forma final de resultado, contanto, há a ênfase no resultado econômico que deve ser gerado ao cooperado. Conforme Isidoro, Espejo, Facci e Garcias (2012) expõem, embora as cooperativas não tenham como objetivo a obtenção de lucros, a sua gestão está plenamente voltada para a otimização dos recursos utilizados, buscando o alcance dos resultados econômicos necessários para permanecer no mercado e também atender às necessidades dos seus cooperados.

O atendimento da satisfação do cooperado pode ocorrer de duas formas, por meio da entrega de resultado na sua figura de usuário da cooperativa ou por meio da

satisfação econômica do cooperado na figura de proprietário da cooperativa, que espera o seu retorno ao final do processo, assim como ocorre nas entidades de finalidade lucrativa. Bretos e Marcuello (2016) destacam que essa dupla função econômica dos cooperados é um dos aspectos que torna a cooperativa uma entidade econômica singular. As estratégias de retorno econômico de incremento de preço pago pelo produto do cooperado e redução do preço de insumos e serviços fornecidos ao cooperado visam remunerar o cooperado na figura de usuário da cooperativa, fornecedor e cliente, respectivamente.

No Brasil, quando um cooperado ingressa em uma sociedade cooperativa não há a obrigatoriedade regulamentada de comercialização única com a entidade, contudo, nos estatutos de algumas sociedades cooperativas é possível encontrar mecanismos que visam assegurar a entrega total dos produtos da propriedade rural do cooperado. De acordo com Feng (2010), essa decisão de entrega por parte do cooperado está atrelada às vantagens e desvantagens econômicas percebidas em se fazer parte da cooperativa. Segundo Eschenburg (1983), a forma cooperativa só será vista como vantajosa por seus cooperados se representar maiores vantagens do que os resultados trazidos pela condição de livre mercado.

Essas vantagens podem estar vinculadas à redução de custos empresariais, à manutenção e à diminuição do nível de preços, à possibilidade de realização de plantas múltiplas, economia de escala e escopo, bem como à superação de dificuldade e imperfeições do mercado (Eschenburg, 1983; Bialoskorski Neto, 2012; Milgrom & Roberts, 1992). Assim, a atratividade da cooperativa, buscando demonstrar a vantagem de pertencer a esse tipo de organização, pode estar vinculada à oferta de um preço maior pelo produto a ser entregue pelo cooperado. Essa maior remuneração no preço do produto pago é possível justamente pela dupla atuação do cooperado, como usuário e proprietário, bem como a ausência de finalidade lucrativa prevista na Lei nº 5.764/71.

Contudo, é necessário destacar que estratégias via preço nem sempre são plausíveis de serem aplicadas pelas cooperativas em ambientes competitivos. Em alguns casos, os preços de produtos, insumos ou serviços que são ofertados ou adquiridos pela cooperativa são parâmetros de referência dos preços da região. Assim, tais organizações possuem pouca margem para oferecer retornos via preço, já que os preços do mercado aumentam ou diminuem tendo como base a diretriz estabelecida pela cooperativa.

Em mercados em que a cooperativa consegue ter margem para alterar o preço, segundo Zylbersztajn (2002), é comum e compreensível que os executivos de tais organizações utilizem estratégias de retorno direto aos cooperados, uma vez que o mesmo pode não ter incentivo para maximizar o valor da empresa, pois isto não lhe traz necessariamente uma vantagem. Para o autor, pelo contrário, com base no problema do horizonte, comum nas cooperativas, o executivo é incentivado a agir para maximizar os retornos do cooperado por meio de transferências imediatas via preços, ainda que em detrimento da cooperativa, buscando a fidelização ou retenção do cooperado.

Kenkel (2015), faz uma sinalização importante para executivos que somente visem as estratégias via preço na matriz de escolha de distribuição. De acordo com o autor “na tradicional cooperativa aberta, a maior parte do patrimônio é criada pela retenção de lucros” (p. 30), ou seja, para a continuidade e sustentabilidade da cooperativa a longo prazo, é importante que o excedente do processo empresarial também seja originado, uma vez que esse excedente é a base para criação de reservas das cooperativas. Esse é um dos motivos que torna a decisão sobre as estratégias de retorno mais complexa, pois o tomador de decisão precisa equilibrar a continuidade da cooperativa com o problema de horizonte dos cooperados.

Como ressaltado anteriormente, Pivoto (2015) sinaliza que o problema do horizonte pode estar vinculado à falta de liquidez das cotas do cooperados. As cotas dos cooperados não variam de acordo com o valor da organização, o valor do capital investido pelo cooperado é devolvido em valores nominais, normalmente, incorporando possíveis sobras capitalizadas e descontados débitos do cooperado com a cooperativa. Zylbersztajn (2002) explica que essa característica das cotas implica em o cooperado não ter incentivos para optar por estratégias de longo prazo que visem possíveis aumentos no valor da empresa, nesse sentido há a busca por retornos imediatos.

Zylbersztajn (2002) ainda acrescenta o problema do carona, sinalizado por Alchian e Demsetz (1972), como justificativa para a escolha das estratégias de remuneração individual. Procurando não beneficiar os cooperados que mantêm vínculo com a cooperativa, mas não são usuários ativos, o executivo pode buscar estratégias que privilegiem diretamente os cooperados que transacionam com a cooperativa. É claro que a sobra gerada pela cooperativa é distribuída proporcional a atividade que o cooperado exerce com a cooperativa, conforme a Lei nº 5.764/71,

contudo, estratégias como realização da RATES ou Juros sobre capital próprio podem favorecer os cooperados com comportamento oportunista, que têm como base os problemas de observação, mensuração e monitoramento do esforço do agente. Segundo Zylbersztajn (2002), “o problema de mensuração está na raiz de diferentes ineficiências das organizações em geral, com particular importância para as cooperativas. Assim, torna-se necessário definir mecanismos de valoração para remuneração individual, relacionando-as com as contribuições de cada membro” (p. 6).

No caso de uma organização agropecuária com finalidade lucrativa, o aumento do preço pago ao insumo do produtor rural simboliza um aumento do custo de produção e, conseqüentemente, redução do seu lucro, ou seja, redução da maximização do retorno oferecido ao seu investidor. Nesse caso, a atratividade da organização de finalidade lucrativa é reduzida perante seu investidor, que deve buscar a maximização de seus investimentos. No caso das sociedades cooperativas o produtor rural é o investidor e o seu fornecedor, assim, mesmo que a cooperativa opte por aumentar o preço pago ao produto do produtor rural, reduzindo o resultado final da cooperativa, o retorno oferecido ao seu investidor não se altera, somente a forma de distribuição torna-se diferente.

A contabilidade não apresenta dispositivos específicos para o tratamento contábil de tal forma de retorno. Contudo, Londero (2015) defende em seu modelo de Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que tal informação seja destacada dentro do item Insumos Adquiridos, “por se tratar de uma vantagem competitiva desse tipo de estrutura, que tem o proprietário da cooperativa também como fornecedor” (p. 116). No modelo proposto, o incremento pago ao cooperado, comparado com o valor de mercado do insumo, deve ser tratado de forma diferente, sendo necessário que a cooperativa tenha informações sobre o valor justo do insumo. De acordo com CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (2012), o valor justo é definido como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (p. 3, item 7). Nakao (2017) aponta que, para compreensão do valor justo no agronegócio, “há um conjunto de critérios para definir o valor justo em cada situação, mas provavelmente a medida que mais se encaixa na ideia de valor justo é a da cotação no mercado”.

Londero (2015), acrescenta que, “em casos onde a cooperativa opte por tal estratégia e, entretanto, não possua um controle rígido das informações sobre o preço pago pela cooperativa em cada período e o preço oferecido pelo mercado, gerando um excesso de subjetividade na informação” (p. 117), a evidenciação da informação ocorra em nota explicativa, com a apresentação de valores médios. A recomendação da utilização de nota explicativa da DVA pelo menos traria conhecimento que tal estratégia de retorno é utilizada pela cooperativa.

A inexistência de dispositivos contábeis específicos para tratamento do retorno oferecido ao cooperado pela redução do preço de produtos fornecidos, ou seja, na figura de cliente da cooperativa, também deve ser destacada. Além de fornecer insumos à cooperativa, o cooperado pode comprar insumos rurais ou produtos da cooperativa. Em alguns casos, como forma de estimular essas transações, a cooperativa pode oferecer vantagens de preços e prazos de pagamento, em comparação ao mercado.

Essa prática pode reduzir o ingresso de recursos na cooperativa, por exemplo, caso um produtor rural não cooperado adquira um quilo de fertilizante por R\$ 25,00, a cooperativa irá declarar na receita do ato não cooperado esse valor. Contudo, caso o mesmo fertilizante seja oferecido ao cooperado pelo valor de R\$ 24,00, o ingresso da cooperativa irá diminuir R\$ 1,00 e com isso o resultado líquido do período também irá reduzir, seguindo a lógica das entidades com finalidade lucrativa, o retorno ao investidor seria reduzido, pois o mesmo somente recebe retornos com base no resultado líquido do período. Porém, no caso das cooperativas, não é possível afirmar que o retorno econômico oferecido ao cooperado sofreu redução, já que o valor que o cooperado deixou de consumir na compra do fertilizante é um retorno que a cooperativa está oferecendo pela sua atuação como cliente da entidade.

2.1.3.2 Assistência técnica, educacional e social

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) é uma reserva indivisível mesmo em caso de liquidação da cooperativa, cuja finalidade é a prestação de assistência aos cooperados e seus familiares, bem como aos empregados da cooperativa, quando previsto nos estatutos. Arrigoni (2000) destaca que a RATES “simboliza o compromisso que estas sociedades têm para com o social” (p. 50).

Para Dickel (2014) torna-se mais claro entender a finalidade da RATES quando analisamos os princípios de educação, capacitação e informação, e compromisso com a comunidade, que foram previstos pela *International Co-Operative Alliance* em 1995. O princípio de educação, capacitação e informação prevê a responsabilidade da cooperativa em proporcionar educação e treinamento para seus cooperados de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento da propriedade rural de seu associado e do modelo organizacional de cooperativa (ICA, 2017). Já o compromisso com a comunidade, prevê a existência de políticas e práticas que visem o desenvolvimento sustentável das comunidades, o que explicaria o emprego de recursos da RATES em prol dos familiares dos cooperados e empregados da cooperativa. Para Arrigoni (2000) “a lei que rege as sociedades cooperativas no Brasil apenas ratificou a necessidade de se aplicar recursos no social, definindo um fundo mínimo para financiar os serviços de assistência técnica, educacional e social” (p. 54).

Essa Reserva Educacional e Social também é encontrada nas cooperativas em vários outros países além do Brasil. No Paraguai, a Lei de Cooperativas N° 438, de 1994, estabelece que pelo menos 10% do excedente deve ser destinado à criação do Fundo para a Promoção da Educação Cooperativa. No Uruguai, a Lei n° 18.407 estabelece que 5% das sobras líquidas serão destinadas aos Fundos de Educação e Capacitação Cooperativista. Na Argentina, a Lei 23.427, de 1986, destaca que o Fundo de Educação e Promoção Cooperativa tem como finalidade: a) promover, através dos programas pertinentes, a educação cooperativa nos níveis de ensino primário, secundário e superior; b) promover a criação e desenvolvimento de cooperativas em todos os ciclos de atividade econômica, primário e fabricação, comercial, serviços, habitação, trabalho e consumo; c) aconselhar as pessoas e instituições sobre os benefícios concedidos pela forma cooperativa de associado; d) promover a criação e o funcionamento de cooperativas que visem elevar o padrão de vida das comunidades. É possível observar que na Argentina esse Fundo Educacional vai além das capacitações técnica e educacional, pois também há a previsão de investimentos de recursos no desenvolvimento social da comunidade ao apoiar o funcionamento de outras cooperativas.

Além dos já citados, Equador, Nicarágua, Costa Rica, Espanha e Índia também são exemplos de países que têm o Fundo Educacional e Social garantidos pela Lei de cooperativas local.

A constituição e utilização da assistência técnica, educacional e social em prol dos cooperados e familiares pode ser compreendida como uma estratégia de retorno, uma vez que valores são empregados para o desenvolvimento do cooperado, no que tange à assistência educacional e social, ou propriedade rural, no que se refere a assistência técnica prestada pelas cooperativas agropecuárias, por exemplo. Arrigoni (2000) destaca que a existência de tal reserva é “um grande caracterizador de que a sociedade cooperativa tem no social a razão da sua existência e que os resultados econômicos por ela apurados devem estar a serviço do social” (p. 65).

No Brasil, sua constituição é definida pelo artigo 28 e 87 da Lei nº 5.764/71. O artigo 28 trata dos fundos que as cooperativas são obrigadas a constituir, e determina a criação de um Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, semelhante à finalidade da Reserva Legal, que deve ser constituída com 10%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício. Em seguida, no item II, encontra-se a disposição sobre a porcentagem do resultado do ato cooperado, denominado de sobras líquidas, que deve compor a RATES, que, de acordo com a lei, deve ser constituída de 5%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

O artigo 87 da Lei nº 5.764/71, trata dos recursos do ato não cooperado que devem compor a RATES, e determina que os resultados das operações das cooperativas com não associados serão inteiramente levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social". Como destacado anteriormente, a segregação do ato cooperado e não cooperado ainda não é uma discussão finalizada entre os contadores, normatizadores e estudiosos de cooperativas (Dickel, 2014), no entanto, pela Lei nº 5.764/71 seriam aqueles resultados provenientes de operações que não envolvem associados das cooperativas. A NBC T 10.8 corroborava com o exposto pela lei, destacando em seu item 10.8.2.6, que “o resultado líquido decorrente do ato não-cooperativo, quando positivo, deve ser destinado para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, não podendo ser objeto de rateio entre os associados”. A Interpretação Técnica Geral 2004 (ITG 2004) (2017b) disponibilizada para audiência pública ainda continha a mesma orientação no seu item 13 “o resultado líquido decorrente do ato não cooperativo, quando positivo, deve ser destinado à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES)” (p. 2), contudo, na versão final da ITG 2004 (2017) tal item foi retirado do texto, mas sua obrigatoriedade ainda é mantida por lei.

Ainda que haja o direcionamento do resultado do ato não cooperado para RATES, questões como a classificação de receitas e despesas financeiras advindas de operações com cooperativas de crédito e resultado de equivalência patrimonial obtido com o investimento em outras cooperativas, são exemplos de decisões que dependem, muitas vezes, do critério contábil da cooperativa, ou da empresa de auditoria, visto que as disposições legais não são claras sobre a questão. A própria ITG 2004 (2017), indica que os resultados decorrentes de aplicações e investimentos em outras cooperativas devem ser contabilizados conforme definição da assembleia geral:

Os resultados decorrentes das aplicações financeiras por investimento da sociedade cooperativa em outras sociedades cooperativas, não cooperativas ou em instituições financeiras devem ser reconhecidos no resultado do período e suas destinações devem ser tratadas de acordo com norma estatutária ou deliberação da assembleia geral (p. 2, item 10).

Os resultados decorrentes da equivalência patrimonial e investimentos avaliados pelo custo de aquisição por investimentos da sociedade cooperativa em sociedades não cooperativas devem ser reconhecidos no resultado do período e suas destinações devem ser tratadas de acordo com a norma estatutária ou deliberação da assembleia geral (p. 2, item 11).

Destaca-se que esses critérios adotados impactam diretamente na constituição da RATES, uma vez que o aumento ou redução do resultado do ato não cooperado impacta diretamente na RATES, já que pelo resultado do ato não cooperado o valor levado para constituição da RATES é de 100%, enquanto para a do ato cooperado é de pelo menos 5%.

No que tange à realização da RATES, não está previsto em lei, resolução ou normativa a porcentagem de realização da reserva por exercício. De acordo com Londero (2015) a inexistência de determinações legais sobre a realização da RATES faz com que haja o aumento desenfreado de tal reserva em algumas sociedades cooperativas, sendo necessário compreender por que tais recursos não estão sendo destinados aos cooperados, seus familiares e empregados das cooperativas.

Com relação à contabilização da realização da RATES, a NBC T 10.8, em seu item 10.8.2.8, determinava que “as despesas de Assistência Técnica Educacional e Social serão registradas em contas de resultados e *poderão* ser absorvidas pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, em cada período de apuração” (*grifo adicionado*). A ITG (2017), item 12, manteve a mesma indicação: “os dispêndios de assistência técnica, educacional e social *devem* ser registrados em contas de resultado, respeitando o *regime de competência*, e *podem* ser absorvidos pela

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES)” *grifo adicionado*, p. 2).

Para Dickel (2014), tal item descreve que os dispêndios ocorridos em prol da assistência técnica, educacional e social que se enquadrem na finalidade descrita pela Lei nº 5.764/71 devem fazer parte dos dispêndios presentes na Demonstração de Sobras ou Perdas, sendo que, para a apuração das destinações do resultado do exercício, uma reversão pode ser feita e, na mesma proporção, aplicada sobre despesas no Demonstrativo das Sobras ou Perdas do Exercício. A reversão do valor destinado deve compor o Resultado Abrangente do período, de acordo com o autor.

A proposta de contabilização apresentada por Dickel (2014) não é tida como unanimidade. A ITG 2004 (2017b) colocada em audiência pública pelo Conselho Federal de Contabilidade trouxe uma luz sobre a questão. No item 14 dessa interpretação, a indicação é que “os dispêndios de assistência técnica, educacional e social devem ser registrados em contas de resultado, respeitando o regime de competência, e podem ser absorvidos pela RATES, *mediante lançamento no resultado antes das destinações legais e estatutária*” (g.a), o que parece indicar uma tentativa de que o lançamento de reversão dos gastos em assistência técnica, educacional e social, quando absorvidos pela RATES, sejam contabilizados de maneira padronizada. Contudo, essa indicação pode ainda não ser suficiente para conflitos de contabilização existentes no processo de constituição da RATES e reversões que são encontradas sendo contabilizadas como ato não cooperado, por exemplo. Ademais, a ITG 2004 (2017), publicada no Diário Oficial da União em 29/11/2017, não trouxe tal item na sua versão final, possibilitando que a reversão da RATES seja realizada de forma não padronizada pelas cooperativas.

De forma complementar, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) divulgou, em outubro de 2018, a ITG 2004 Comentada. O objetivo dessa divulgação é fortalecer o sistema cooperativo pelo uso adequado da contabilidade. Além disso, guiar os aplicadores das normas contábeis no emprego das previsões que constam na ITG 2004 para minimizar a interpretação e aplicação equivocadas de seus dispositivos. Logo, visa simplificar sua prática e uso. Referida publicação também destaca que é fundamental a adoção de regras contábeis uniformes consubstanciadas nas demais práticas contábeis vigentes, mas deve-se destacar que ela não tem força normativa, sendo apenas uma orientação de como se deve aplicar a ITG 2004.

Com relação à forma de contabilização da RATES, a orientação da OCB estabelece a possibilidade de destinação direta do valor revertido da RATES para as sobras à disposição da assembleia, indicando que “o dispêndio de assistência técnica, educacional e social, quando absorvido pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), será transferido e revertido do Resultado Apurado (sobras) após as destinações legais (Reserva Legal e RATES) e estatutárias. Ou seja, a reversão desse dispêndio no resultado não compõe a base de cálculo dessas destinações” (OCB, 2018).

Tendo em vista que a orientação publicada pela OCB não possui caráter normativo, pode-se dizer que a tal interpretação lançou mais dúvidas para o processo de constituição e reversão da RATES. A possibilidade de o valor da reversão da RATES não compor a base de cálculo para a formação de reservas, ocasiona a redução das reservas e aumento direto das sobras à disposição da assembleia, que pode ser visto como um benefício ao cooperado, mas também apresentar reflexo na sustentabilidade da cooperativa pela redução da reserva e descapitalização da cooperativa. Ademais, também cabe destacar que por meio dessa interpretação publicada pela OCB, a reversão da RATES direto para sobras à disposição da assembleia pode ser vista como uma forma de divisão desse fundo, classificado pela lei como indivisível.

Para Santos, Gouveia e Vieira (2012), assim como para Arrigoni (2000), há uma nítida inadequação das práticas contábeis utilizadas pelas cooperativas no que se refere às aplicações dos recursos da RATES, o que por vezes impedem, até mesmo, a comparação entre as entidades cooperativas. Referidos autores sugerem a criação de uma Demonstração de Mutações da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (DMRATES), que permita a visualização detalhada das informações de constituição e realização da reserva, por tipo de assistência, bem como informações sobre seus beneficiários. Para Arrigoni (2000), “o mercado carece de indicadores socioeconômicos alinhados aos objetivos das sociedades cooperativas” (p. 65), sendo que a DMRATES possibilitaria a elaboração de novos indicadores que poderiam auxiliar no processo de tomada de decisão do usuário da informação.

Cabe ressaltar que, perante a Lei nº 5.764/71, as reservas foram denominadas de fundos, contudo a NBC T 10.8 em seu item 10.8.1.12, bem como a ITG 2004 (2017), em seu item 5 determina que “Fundos constituídos de sobras líquidas, previstos na legislação ou no estatuto social, nesta interpretação, são denominados

Reservas". Assim, no presente estudo, o "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social", FATES, é denominado de Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, RATES, porém, ambas as denominações referem-se à mesma finalidade.

Ademais, em notas explicativas existe a obrigatoriedade de discriminação das reservas, detalhando sua natureza e finalidade, de acordo com a ITG 2004 (2017), no item 24.b, "discriminação dos fundos e reservas, detalhando sua natureza, finalidade e forma de utilização" (p. 4).

2.1.3.3 Matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno

Para Kenkel (2015), a existência de múltiplas estratégias de retorno faz parte da matriz de escolhas de como as cooperativas distribuem e mantêm os lucros. O autor ainda destaca que "essas escolhas impactam a solvência, liquidez e fluxo de caixa da cooperativa, bem como fluxo de caixa de cada membro e retorno realizado da cooperativa" (p. 29).

Tais decisões afetam diretamente a sustentabilidade da cooperativa e também a fidelização dos cooperados. De acordo com Cook (1995), a heterogeneidade de interesse dos cooperados é característica de organizações com capital pulverizado, sendo comum nas sociedades cooperativas e podendo ser compreendida como uma variável interveniente na matriz de escolha. Para Chaddad (2012), o sistema de preços praticados funciona como um mecanismo de incentivo para a comercialização com a cooperativa, principalmente em um mercado com intermediadores e onde os contratos firmados não determinam cláusulas de entrega de produto ou mecanismos de controle.

Outra variável que afeta a matriz de escolha é como os cooperados percebem o retorno econômico gerado pela cooperativa. Como destacado, as estratégias de retorno no papel do cooperado como proprietário são característicos da teoria da firma, que é a base para construção dos normativos e regulamentos que estruturam as demonstrações financeiras. Sendo assim, são reconhecimentos, mensurados e evidenciados diretamente. Já as estratégias de retorno que privilegiam o cooperado como usuário não são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas adequadamente, uma vez que as organizações com finalidade lucrativa não apresentam tais estratégias

e, nesse caso, fornecedor e cliente são apenas tratados como partes externas do negócio.

Nesse sentido, as sociedades cooperativas oferecem retornos diretos aos cooperados, que podem não estar diretamente vinculados à produção e insumos e podem ser oferecidos por meio de assistência técnica, educacional e social, por exemplo. A existência desses tipos de retornos é associada ao princípio de educação, capacitação e informação, que prevê a responsabilidade da cooperativa em proporcionar educação e treinamento para seus cooperados de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento da propriedade rural de seu associado e do modelo organizacional de cooperativa (ICA, 2017).

As estratégias de distribuição via RATES podem ser vistas como de difícil mensuração, e também como retornos monetários indiretos que nem sempre são facilmente percebidos pelos cooperados. Contudo, como destacado anteriormente, são o diferencial desse modelo organizacional.

A Figura 3 apresenta a proposta da matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno das sociedades cooperativas brasileiras.

Figura 3 - Matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno das cooperativas

Fonte: Elaborado pela autora.

O gestor da cooperativa, conselho de administração ou assembleia geral da cooperativa podem optar por diferentes estratégias de retorno independentes ou conjuntas, e alguns aspectos precisam ser analisados.

Quando a cooperativa opta por retornos via excedentes empresariais, já descritos no presente trabalho como sobras e juros sobre capital próprio, a cooperativa expõe o retorno gerado ao cooperado por meio das demonstrações contábeis, tendo em vista que a mesma privilegia as mesmas estratégias de uma organização de finalidade lucrativa. Para Boland e Barton (2013) a necessidade de se manter competitiva no mercado, tem levado à redução de práticas de retorno com alteração na precificação de produtos e serviços da cooperativa, privilegiando o aumento nos excedentes distribuindo aos membros, de “forma que não ponha em risco o balanço da cooperativa e esteja nos melhores interesses da sociedade” (p. 6).

Para Boland e Barton (2013), a cooperativa, muitas vezes, opta por aguardar o excedente empresarial final para realizar as decisões de distribuição de retorno, já que “a cooperativa deve manter capital de risco adequado com patrimônio em combinação com dívida de longo prazo e passivos de curto prazo para financiar ativos e garantir estabilidade” (p. 6). Para os autores, a cooperativa deve estar em alinhamento com, no mínimo, metas de liquidez e solvência estabelecidas por seus credores e pelo conselho de administração. Quando isso é alcançado, então a cooperativa tem condições de decidir sobre a retenção ou distribuição de sobras, sendo que os proprietários sempre esperam receber sobras em qualquer negócio.

Para Royer (2014), várias razões foram oferecidas para os porquês de as cooperativas procurarem maximizar os ganhos ou lucros líquidos, assim como fazem as organizações de finalidade lucrativa. Ao utilizar essa estratégia “a cooperativa irá maximizar os fundos disponíveis para o pagamento ao cooperado ou financiar internamente o crescimento, e pode evitar a hostilidade e pressão de determinação dos preços por empresas rivais” (Enke 1945, pp. 149-50). Nesse sentido, Royer (2014) destaca que a maximização do resultado líquido também pode resultar em medidas mais altas de desempenho financeiro, na medida em que o padrão financeiro, determinado internamente e pelo ambiente externo, exige esse comportamento.

De acordo com Hind (1999), um problema encontrado nessa forma de distribuição pode ser a dificuldade para atrair e reter cooperados com interesses de curto prazo, e que privilegiam o preço das transações em suas decisões.

A partir do momento em que a cooperativa opta pela distribuição de retorno via excedentes empresariais, conseqüentemente, estará aumentando a sua Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social. Contudo, como apresentado anteriormente, a constituição da RATES não significa, obrigatoriamente, a realização

da reserva em prol do cooperado, visto que a Lei nº 5.764/71 não estabelece tal relação. De acordo com Barroso e Bialoskorski Neto (2010), a realização da RATES pode ser compreendida como uma estratégia de fidelização dos cooperados. Por exemplo, no caso das cooperativas agropecuárias a assistência técnica prestada ao cooperado é atrelada à entrega futura de produtos na cooperativa.

A realização da RATES como forma de retorno pode ser compreendida como estratégia de longo prazo, até mesmo porque sua realização depende da constituição realizada no período anterior. Como destacado anteriormente, essa estratégia é tida como própria do sistema cooperativista, tendo em vista sua natureza, princípios e funcionamento.

Para Royer (2014), essa estratégia será selecionada quando “o propósito de uma cooperativa é operar não para seu próprio ganho econômico, mas para benefício de seus membros” (p. 6). Segundo o autor, as justificativas são justamente os princípios do cooperativismo e também o vínculo que a cooperativa estabelece com a propriedade rural do cooperado, muitas vezes na busca de qualidade do produto e controle do volume de produção.

A utilização de retornos via preço, conforme descritos no item 2.1.3.1 desta tese, contrastam com a estratégia por excedente e realização da RATES, já que sua utilização acarreta na redução do resultado final da cooperativa, tendo em vista que os retornos são oferecidos a curto prazo pela interação do cooperado como proprietário da cooperativa. Segundo Royer (2014), essa estratégia “pode ser particularmente atraente para os membros cujas decisões de compra de insumos agrícolas da cooperativa são baseadas na comparação dos preços cobrados pelas cooperativas e empresas concorrentes” (p. 5). Ademais, Royer e Smith (2007) também sugerem que as cooperativas podem usar estratégias de preços para alcançar e manter níveis de produção consistentes, visto a ausência de cláusulas contratuais e controle sobre a entrega de produção dos cooperados.

A escolha dessa estratégia depende das condições oferecidas pelo mercado em que a organização atua. Por exemplo, em mercados onde a cooperativa atua como balizadora de preços da região, atuar com variação do preço do produto, insumo e serviço se torna uma estratégia mais complexa.

No Brasil, o impacto da tributação se torna o mesmo para os três grupos de estratégia de distribuição do retorno ao cooperado, já que as sobras, excedentes do processo empresarial, não sofrem incidência de imposto de renda (IR) e contribuição

social sobre o lucro. Nos três grupos de estratégia, a tributação é centrada nos recebimentos do cooperado como pessoa física, sendo que os Juros sobre Capital Próprio são a única estratégia em que a cooperativa retém na fonte o IR incidente.

No caso de outros países, onde não há tratamento diferenciado para o ato cooperado, as estratégias via preço são vistas como uma alternativa mais favorável para as cooperativas. De acordo com Boland e Barton (2013) a distribuição ao cooperado pela sua atuação como usuário da cooperativa (fornecedor e cliente) tornou-se mais frequente nos Estados Unidos, devido à criação da Dedução de Atividades de Produção (DPAD).

Sapiro (1921) defende o uso de estratégias de preço para ordenar o mercado de produtos agrícolas ao longo das linhas de commodities. Essa forma de retorno já foi amplamente debatida na literatura, com o objetivo de entender se as cooperativas devem ou podem usar quais estratégias para precificar seus produtos e serviços Robotka (1947), Helmberger e Hoos (1962), Sexton (1983) e Staatz (1983).

De acordo com Royer (2014), “as cooperativas devem desenvolver estratégias de negócios consistentes com seus objetivos para se adaptar com sucesso às mudanças nas condições do mercado” (p. 12). Para o autor, seguir o modelo imposto pelas organizações de finalidade lucrativa pode não ser a melhor estratégia para as cooperativas, sendo necessário uma análise detalhada dos objetivos organizacionais quando essa definição é realizada.

Segundo Boland e Barton (2013), ao analisar uma matriz de escolha existe um conflito de interesses entre as funções de cliente, fornecedor e proprietário, visto que as estratégias de distribuição estão interligadas. Segundo o autor, encontrar o ponto ótimo como estratégia de distribuição é um desafio para os gestores e conselheiros de administração das sociedades cooperativas, sendo que o importante é oferecer retorno ao cooperado. Quanto maior a cooperativa, seja pelo número de cooperados ou pela diversidade de atividade da cooperativa, mais complexa torna-se essa decisão, tendo em vista a diversidade de interesses dos membros da cooperativa.

2.1.4 Estratégias de retornos, ciclo de vida da cooperativa e vantagem competitiva

De acordo com Hind (1999), a utilização de diferentes estratégias de retorno pelas cooperativas também é uma questão de atratividade e fidelização do cooperado e pode estar relacionada com o ciclo de vida da cooperativa.

Segundo Barroso e Bialoskorski Neto (2010) as políticas de distribuição podem influenciar a relação dos sócios com a cooperativa, tendo o potencial de atrair, reter e incentivar que as transações econômicas ocorram com a cooperativa, objetivando a fidelização e a maior intensidade das operações. Como destacado anteriormente, no Brasil, o cooperado não possui obrigatoriedade de comercializar unicamente com a cooperativa que faz parte, a menos que previsto em estatuto, ou seja, ele possui liberdade para escolher o grau de comprometimento que irá estabelecer com a cooperativa. Assim, a utilização de políticas de distribuição que visem oferecer ao cooperado um maior retorno imediato, tendem a ser utilizadas como forma de atrair e garantir a comercialização do cooperado com a cooperativa, caso contrário o cooperado pode optar por comercializar com o mercado que oferece um preço maior à sua produção, concedendo um retorno a curto prazo maior do que a cooperativa. É claro que assim como Cook e Burress (2009) e Hind (1999) destacam, essa possibilidade do cooperado atuar de forma concorrente à cooperativa, é mais presente quando a cooperativa e seus cooperados sacrificam os compromissos com os ideais cooperativos, e geralmente, essa característica ocorre à medida que a cooperativa avança no seu ciclo de vida (Fulton, 1999b).

Para Boland e Barton (2013), o cooperado pode ser atraído a participar desse modelo organizacional por três questões que fundamentam os amplos princípios cooperativos atuais, sendo essas os benefícios, o controle e a propriedade. Os benefícios incluem tanto o acesso ao mercado a preços justos e outros termos de troca e uma reivindicação sobre a renda dessas organizações. O controle, por sua vez, é exercido através da perspectiva de um membro, um voto, o que permite decidir sobre questões de governança, incluindo aprovações de estatutos, fusões e eleição de diretores, por exemplo. Isto tende a conceder maior poder de decisão ao cooperado, independente do capital investido. A propriedade garante ao cooperado, além da possibilidade de transacionar, a participação sobre os rendimentos da

operação. Como pode ser analisado, o cooperado busca benefícios financeiros e não financeiros e só permanece fiel a esse modelo organizacional quando os percebem.

As diferentes formas de retorno oferecidas pela cooperativa aos cooperados podem ser vistas como fonte de vantagem competitiva. De acordo com Brito e Brito (2012), a vantagem competitiva é vista como a capacidade de uma entidade gerar desempenho superior às demais, possibilitando a criação de valor acima da média de seus concorrentes. Cabe destacar que, de acordo com Vasconcelos e Cyrino (2000), a vantagem competitiva pode ser vista sob duas óticas das teorias atreladas à estratégia empresarial. A primeira ótica considera as teorias que tratam a vantagem competitiva como um atributo de posicionamento, exterior à organização, derivado da estrutura da indústria, da dinâmica da concorrência e do mercado; e a segunda ótica considera a vantagem competitiva como a performance superior decorrente, em um primeiro momento, de características internas da organização.

Apesar de serem consideradas entidades singulares, as sociedades cooperativas, assim como as organizações de finalidade lucrativa, também devem buscar a eficiência. Milgrom e Roberts (1992) salientam que o sistema econômico de forma ampla é analisado conforme quão adequadamente satisfaz as necessidades dos indivíduos que o compõem, sendo que caso tal arranjo organizacional seja julgado como ineficiente por parte de seus usuários, o mesmo passa a ser classificado como frágil e, ao longo do tempo, é modificado ou substituído, seguindo o princípio eficiência.

As cooperativas são entidades que fazem parte do mercado, e como tal devem gerir seus recursos produtivos, financeiros e humanos para o alcance da eficiência, assim como as organizações capitalistas. Ademais, as cooperativas também estão sujeitas ao processo de crescimento, maturidade e declínio organizacional, e o sucesso organizacional está diretamente atrelado a como a cooperativa é capaz de lidar com as dificuldades de cada etapa do ciclo de vida, gerando vantagem competitiva a esse tipo de arranjo organizacional (Cook & Burrell, 2009).

O ciclo de vida e a estratégia de retorno selecionada pela cooperativa possuem relação, uma vez que, à medida que a cooperativa avança no ciclo de vida, há a tendência de os interesses dos cooperados tornarem-se mais heterogêneos (Hind, 1999; Cook & Burrell, 2009); a congruência do objetivo entre os principais grupos de partes interessadas diminuir (Craig, 1980); a medida em que a cooperativa passa por um processo de crescimento e maturidade, problemas de agência tendem a tornar-se

mais evidentes (Cook & Burrell, 2009); ao longo do tempo o compromisso com os ideais do cooperativismo pode ser sacrificado para o ganho organizacional, garantindo a competitividade empresarial (Hind, 1999; Cook & Burrell, 2009).

2.1.4.1 Ciclo de vida das cooperativas

Segundo Miller e Friesen (1980), os estágios de ciclo de vida das organizações têm ajudado a entender como diferentes padrões de estratégia e tomada de decisão afetam ou são afetados, conforme estes estágios. O estudo do ciclo de vida das organizações é geralmente empregado para demonstrar que ocorrem em padrões previsíveis caracterizados por estágios de desenvolvimento organizacionais (Souza, Necyk, & Frezatti, 2008).

Souza, Necyk e Frezatti (2008) e Levie e Hay (1999) sinalizam que há divergências no número de estágios do ciclo de vida organizacional, e as mesmas também se aplicam às sociedades cooperativas (Cook & Burrell, 2009). Contudo, alguns pressupostos são comuns a todos os modelos. Os estágios de ciclo de vida são de natureza sequenciais, ocorrem em progressão hierárquica, são distintos e identificáveis; o tempo que cada organização despende em um dado estágio varia de acordo com as características institucionais; os estágios tornam-se cada vez mais complexos ao longo do tempo; e, basicamente, contemplam as etapas de inserção, crescimento, maturidade e declínio (Cook & Burrell, 2009; Souza, Necyk, & Frezatti, 2008). Ortmann e King (2007) apontam que há uma proclividade excepcional no ciclo de vida das cooperativas, vinculada ao processo de inovação institucional, sendo possível a cooperativa retroceder no seu ciclo. Contudo, para Cook e Burrell (2009), é um ciclo dinâmico e único, tendo começo, meio e fim. Para os autores, possíveis divergências sobre isso estão vinculadas à falta de uma reflexão e revisão analítica sobre o direito de propriedade no processo.

Greiner (1998), evidencia em seus estudos que as mesmas estratégias e práticas organizacionais variam ao longo do horizonte de vida da entidade. Para Greiner (1998), a mudança de estratégias e práticas organizacionais são sempre marcadas por períodos de crises institucionais, que podem ou não, dependendo da sua magnitude, culminar na ruptura do estágio atual da organização.

De forma geral, Miller e Friesen (1980) identificaram a existência de cinco estágios no ciclo de vida das organizações, Souza, Necyk e Frezatti (2008) sintetizam a proposta que pode ser visualizada no Quadro 2.

Quadro 2 - Estágio dos ciclos de vida das organizações

Estágio	Situação	Organização
Nascimento	Organizações pequenas; empresas jovens; hierarquia dominada pelo fundador; ambiente e interesses organizacionais homogêneos.	Estrutura informal; poder altamente centralizado; métodos primitivos de processamento e tomada de decisão.
Crescimento	Tamanho médio; organizações mais velhas; múltiplos acionistas; ambiente e interesses mais heterogêneos e competitivos.	Alguma formalização de estrutura; base organizacional funcional; desenvolvimento inicial do processo formal de métodos de processamento e tomada de decisão.
Maturidade	Tamanho organizacional considerado grande; propriedade dispersa; ambiente e interesses ainda mais heterogêneos e competitivos.	Estrutura formal e ainda mais burocrática; base organizacional funcional; centralização moderada; processamento e tomada de decisão em fase de crescimento.
Rejuvenescimento	Tamanho organizacional grande; ambiente e interesses ainda mais heterogêneos, competitivos e dinâmicos.	Base organizacional divisional; controles, monitoramento, comunicação e processamento de informações sofisticados; análise de tomada de decisão como processo formal.
Declínio	Tamanho de mercado; ambiente e interesses homogêneos e competitivos.	Estrutura formal e burocrática; controles, monitoramento, comunicação e processamento de informações menos sofisticados.

Fonte: Adaptado de Souza, Necyk e Frezatti (2008, p. 13).

Para desenvolver sua proposta, Miller e Friesen (1980), estudaram a história e relatos de diversas organizações, com o objetivo de desenvolver um método para classificá-las em cada estágio. Já Cook e Burress (2009) se preocuparam em analisar os estágios do ciclo de vida das cooperativas, bem como verificar suas aderências, ou não, ao modelo teórico utilizado pelas demais organizações. A Figura 4 expõe a proposta de Cook (1995) e Cook e Burress (2009).

Figura 4 - Ciclo de vida das cooperativas

Fonte: Adaptado de Cook e Burrell (2009, p. 3).

A primeira fase do ciclo de vida das cooperativas é identificada como a justificativa econômica, ou seja, o momento no qual a decisão sobre o arranjo organizacional é tomada. Pivoto (2015) descreve que, usualmente, as cooperativas são criadas em função dos interesses de seus associados, e com o objetivo de reduzir os problemas originados por falhas de mercado. Cook e Burrell (2009), destacam que essa é uma das justificativas que está vinculada à necessidade de mecanismos institucionais que visem neutralizar situações de oportunismo e *hold-up*. A outra justificativa pode ser pelo excesso de oferta, nesse caso, os cooperados necessitam de mecanismos que visem o equilíbrio econômico. Para Cook e Burrell (2009) poucas cooperativas com essa justificativa econômica tendem a prosperar.

De acordo com Fulton (1999b), nessa fase “o compromisso dos membros é vital para a formação cooperativas - sem o compromisso dos membros, a ameaça de preços predatórios tornará a formação cooperativa totalmente ineficaz” (p. 434). Para Chaddad (2007), nessa primeira fase, os custos precisam ser compensados pelos benefícios obtidos através das cooperativas, a fim de que elas sobrevivam economicamente a esta fase. Caso contrário outro arranjo organizacional pode ser demandado.

Nesse estágio é realizado o reconhecimento e a compreensão do novo arranjo e diretrizes organizacionais, que, segundo Cook e Burrell (2009) dá início ao processo de tradução, no qual as diretrizes organizacionais também são incorporadas

nas propriedades individuais de cada cooperado. Na justificativa econômica, os primeiros acordos são firmados e o processo de tomada de decisões se inicia, normalmente, por meio de uma estrutura centralizada, mas com a presença dos cooperados na tomada de decisão. Nessa etapa também ocorre o início do processo de transferência de propriedade do produto, surgem produtos de propriedade coletiva (Cook & Burrell, 2009).

Os interesses dos cooperados, que representam suas preferências e também possuem relação com a circunstância econômica e social de cada membro, são homogêneas na fase de justificativa econômica. Como nesse momento o interesse comum é pela sustentabilidade da cooperativa, seu desenvolvimento e prosperidade, usualmente as decisões são orientadas para o longo prazo, e os cooperados tendem a optar por estratégias de retorno que primeiro privilegiem a manutenção das atividades da cooperativa, e em um segundo momento a sua remuneração individual.

De acordo com Cook e Burrell (2009) e Fulton (1999b) manter o compromisso dos cooperados com os princípios cooperativos e a homogeneidade dos interesses dos cooperados é um desafio constante, principalmente com a expansão do número de cooperados e, como consequência, o direito de propriedade cada vez mais disperso.

Após a forma organizacional de cooperativas ser escolhida, a entidade passa a incorporar princípios cooperativistas em forma de estatuto, regulamentos e normas, para que os mesmos estejam presentes na prática diária da cooperativa. Pivoto (2015) aponta que nessa fase os mecanismos de governança corporativa são definidos, e que as cooperativas que não conseguem se estruturar nesse momento tendem a deixar o mercado. Cook e Burrell (2009), sinalizam que um cuidado que deve haver nessa fase é o desenvolvimento de estruturas organizacionais que reconheçam a existência de heterogeneidade dos interesses dos membros, pois, quando isso ocorre, a entrada da organização na fase 3 é facilitada.

Para Fulton (1999b), quando o compromisso com os ideais do cooperativismo não é predominante na cooperativa, a falha em fornecer o melhor serviço ou o melhor preço, por exemplo, resultaria na necessidade de um rearranjo organizacional. À medida que a cooperativa avança no seu ciclo de vida, Cook e Burrell (2009) apontam que torna-se mais difícil manter os ideais cooperativos em um primeiro plano na tomada de decisões, então a falha em fornecer o melhor serviço ou o melhor preço

nos insumos e produtos pode evidenciar uma falha no negócio, levando a uma redução na sua vantagem competitiva.

Na fase denominada de crescimento-glória-heterogeneidade ocorre o aumento do número e da heterogeneidade dos cooperados, tanto no âmbito de circunstâncias econômicas e sociais, quanto no de interesses. As circunstâncias econômicas e sociais podem influenciar os interesses dos cooperados, uma vez que diferentes tamanhos de propriedades dos cooperados, experiências, riqueza, níveis de reputação, tempo de associação à cooperativa, podem levar a diferentes preferências sobre estratégias e escolhas organizacionais.

Segundo Cook e Burress (2009), a heterogeneidade de interesses está relacionada com as preferências do cooperado com relação a distribuição de retornos e alocação do direito de controle. Nesse momento, os cooperados podem ter interesses por diferentes formas de estratégias de retorno, principalmente, segundo Pivoto (2015), em função dos problemas do carona, de horizonte, de portfólio, que também estão diretamente vinculados a direitos de propriedade vagamente definidos, característica das cooperativas (Pivoto, 2015; Cook & Burress, 2009)

A heterogeneidade de interesses pode estar vinculada a algumas explicações, segundo Cook e Burress (2009). Diferentes níveis de diversificação da produtividade e do volume de transações com a cooperativa são considerados fatores que afetam a preferência dos membros. Um cooperado que transaciona ativamente com a cooperativa irá preferir estratégias de retorno que tenham como base as transações realizadas pela cooperativa, como, por exemplo, o preço pelo insumo entregue à cooperativa e a distribuição de sobras. Por outro lado, o cooperado que não mantém um histórico de transações ativas com a cooperativa, mas possui um volume considerável de capital social, irá preferir a estratégia de retorno pelo Juros sobre Capital Próprio.

Essa escolha por diferentes tipos de retorno em função da magnitude das transações realizadas pela cooperativa está vinculada ao fenômeno do carona, que ocorre quando o indivíduo se beneficia de atividades em grupo sem suportar os custos atrelados (Olson, 2007). Para Pivoto (2015), esse problema ocorre principalmente pelas cooperativas serem uma associação aberta, sem muitas vezes definir o nível mínimo de atividade exigido do cooperado. Olson (2007) destaca que incentivos são de grande valia nesse caso; segundo o autor, os retornos que são baseados na ação coletiva não podem ser excluídos, contudo, a cooperativa deve adotar estratégias de

retorno que privilegiem a efetiva participação na cooperativa, caso contrário, os cooperados com maior atividade terão um desincentivo para sua atuação dentro da cooperativa.

Cook e Burress (2009) sinalizam que o efeito substituição também pode trazer heterogeneidade de interesses dos cooperados. Com o tempo, o cooperado torna-se mais apto e predisposto a aceitar comercializar com o mercado, já que os princípios cooperativistas não são mais tão fortes e nem sempre os estatutos preveem barreiras para isso. Nesse caso, o lógico seria a cooperativa privilegiar estratégias de retorno imediato, pois, quando o cooperado opta por comercializar com o mercado, está buscando a maximização do preço da sua produção. Segundo Pivoto (2015), tal estratégia pode levar a uma maior pressão sobre os gestores da cooperativa para que implementem estratégias de curto prazo em detrimento a estratégias de longo prazo, sendo que isso causa um problema de horizonte para a cooperativa.

Outro fator que contribui com a heterogeneidade dos interesses dos cooperados é a oportunidades de expansão de novos produtos ou serviços. Nesses casos, os membros podem divergir das escolhas, polarizando as decisões com base no interesse individual (Cook & Burress, 2009). Para Pivoto (2015) esse fator está vinculado ao problema do portfólio, que está intimamente ligado ao problema de horizonte. As divergências irão ocorrer pelas dificuldades de os membros individuais adequarem seus portfólios de ativos da cooperativa, nesse caso surgem pressões na organização para reorganizar o portfólio de acordo com os interesses individuais dos cooperados. O retorno oferecido por meio da realização da RATES pode sofrer tal tipo de interferência. No caso de definições de políticas da cooperativa que privilegiem a assistência técnica em propriedades de plantação de arroz, os cooperados que estão envolvidos em atividades pecuárias, podem sentir-se em desvantagem, o que pode levar a pressões organizacionais ou ao processo de afastamento do cooperado.

Quanto maior a cooperativa e mais heterogêneos forem seus membros, maior deveria ser a diversificação de estratégia para atender às necessidades de seus cooperados. Contudo, Hind (1999) aponta que “ao longo do tempo o compromisso com os ideais cooperativos pode ser sacrificado para o ganho organizacional” (p. 537); a tendência é que se utilize somente o retorno pelas sobras, pois, o que importa em um período de crescimento ou maturidade é provar o sucesso empresarial, ou seja, “prevalece, a cooperativa que se comportar cada vez mais como uma empresa convencional com aspirações corporativas, orientadas para o desempenho” (p. 537).

A métrica de sucesso empresarial utilizada hoje, o lucro, acaba por restringir a possibilidade de utilização de diferentes formas de retorno, uma vez que o sucesso de uma cooperativa, em comparação as demais organizações que atuam no mercado, é baseado unicamente no lucro.

Contudo, Cook e Burress (2009) sinalizam que a sobrevivência da cooperativa depende igualmente de uma compreensão da heterogeneidade dentro da organização e da possibilidade de arranjos ou estratégias organizacionais alternativas que podem ser implementados em conjunto na cooperativa. A escolha pela estratégia de retorno que privilegia somente a geração de sobras, em função dessa provação do sucesso empresarial pode ser, ao mesmo tempo, um grande entrave para sobrevivência da cooperativa no que tange ao atendimento das necessidades dos cooperados. Por outro lado, a utilização restrita de estratégias de distribuição via preço afeta a sustentabilidade da cooperativa pela ausência de formação de reservas que garantam a continuidade da cooperativa em períodos que não são tidos como favoráveis ou para sua expansão.

A quarta fase do ciclo de vida é o reconhecimento e introspecção. Para Cook e Burress (2009), o reconhecimento ocorre com a análise das causas dos crescentes aumentos dos custos de propriedade e a introspecção é parte do processo de contemplação das possíveis soluções para o fenômeno. Pivoto (2015) indica que, nessa etapa, a cooperativa busca novos mecanismos de incentivos e controle, procurando bases para a decisão de sair do mercado ou continuar atuando com grandes ou poucas adaptações nas estratégias organizacionais.

A fase seguinte, escolha, se dá no momento da escolha organizacional por alguma alternativa analisada na fase anterior. Para Cook e Burress (2009), a cooperativa pode se reinventar, realizando uma redistribuição de direitos propriedade entre os próprios membros. Também pode adotar como estratégia mexer na estrutura organizacional, o que implica em um redesenho institucional ou mecanismos operacionais para alinhar as preferências e incentivos da sociedade ou subconjunto da cooperativa, nesse caso os direitos de propriedades não se alteram. Em alguns casos, também pode ocorrer o processo de desova, no qual um grupo de cooperados se reúne e se agrupa em outro empreendimento, em alguns casos pode uma rede pode ser iniciada. Outra opção também é a saída, na qual os cooperados alteraram o direito de propriedade e passam a ser um indivíduo não membro.

2.2 A CONTABILIDADE E SEUS INSTRUMENTOS

Partes interessadas do negócio, são agentes econômicos que podem possuir maiores vantagens informacionais que os demais e, quando isso acontece, há a assimetria de informação entre as partes (Scott, 2015; Milgrom & Roberts, 1992). Há duas consequências da assimetria de informação: seleção adversa (*ex-ante*) e *moral hazard* (*ex-post*).

A seleção adversa, é a consequência de assimetria de informação que precede a realização de contrato entre as partes, se refere a situações em que uma das partes interessadas em uma negociação possui informações parciais ou reduzidas sobre condições presentes e perspectivas futuras relevantes para a tomada de decisão no processo de negociação, possibilitando que a outra parte faça uso das informações que detém, em benefício próprio (Akerlof, 1970). Como consequência, Varian (2002) aponta que a seleção adversa acarreta a diminuição das transações entre as partes, uma vez que pode afetar os preços das negociações e também o estabelecimento de confiança entre elas.

Já a assimetria de informação caracterizada por *moral hazard*, ocorre devido à existência de variáveis não observáveis no contrato, levando a um comportamento oportunista que não pode ser observado por uma das partes interessadas (Scott, 2015). Varian (2002) destaca que o caso clássico para explicar a *moral hazard* é a dificuldade de se observar o esforço do gestor, em prol da maximização da utilidade de riqueza dos acionistas, sendo necessário atribuir incentivos ou implementar mecanismos de controle que assegurem o comportamento esperado pelo acionista.

Scott (2015) destaca que a informação é uma poderosa *commodity* da contabilidade, já que informação é a evidência que tem o potencial de afetar uma decisão individual. Esse enunciado está claramente exposto no “*The Conceptual Framework for Financial Reporting*” emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 2015), que ressalta que as demonstrações financeiras elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual proposta pelo IASB tem o objetivo de fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários.

Segundo Scott (2015), as informações das demonstrações financeiras se tornam úteis a partir do momento que auxiliam na predição de fluxos de caixa futuros, já que, a partir delas, os investidores podem perceber se são boas ou más notícias

para investimentos futuros, auxiliando a tomada de decisão sobre a continuidade de tais investimentos. Corroborando com tal afirmação, Ludícibus (2017) salienta que o objetivo das demonstrações financeiras é oferecer informações úteis sobre a posição financeira, o desempenho e fluxos de caixas, capazes de subsidiar a tomada de decisão vinculada à compra e venda de instrumentos financeiros, avaliar a qualidade da administração frente ao desempenho organizacional e prestação de contas, a capacidade da organização em gerar riquezas, determinar políticas tributárias e de distribuição de dividendos, dentre outras decisões.

A importância da contabilidade se dá, segundo Lopes e Martins (2005), na presença da assimetria informacional entre as partes, caso contrário não haveria utilidade para a contabilidade. Assim, o papel da contabilidade é quebrar a assimetria informacional existente entre as partes de um contrato (Lopes & Martins, 2005). Mais especificamente, a contabilidade financeira tem como papel a redução da assimetria informacional entre usuários internos e externos à organização, sendo que o IASB (2015) foca nos investidores e credores como usuários externos.

A racionalidade limitada do agente econômico, descrita por Simon (1957), e a informação privada pré-contratual implicam que os contratos são incompletos e, na melhor das hipóteses, com eficiência restrita (Milgrom & Roberts, 1992). Estes elementos representam os principais custos nas transações e podem levar a mudança nos arranjos e estruturas organizacionais. Assim, a contabilidade ganha ainda mais importância. Para Singleton-Green e Hodgkinson (2010), a contabilidade é um meio de lidar com as imperfeições dos mercados e faz isso através da redução dos custos de transação envolvidos na obtenção de informações e na limitação e motivação dos comportamentos dos agentes econômicos.

Os autores Singleton-Green e Hodgkinson (2010) destacam que a contabilidade em si é um custo de transação, mas incorrido com a intenção de redução de outros custos de transação. A redução ocorre pela diminuição dos custos de obtenção da informação ou por restrição ou motivação de comportamentos. Na ausência de demonstrativos financeiros, os gestores teriam de encontrar outra maneira de comunicar informações sobre o negócio para as partes interessadas, e os usuários teriam que encontrar outra maneira de obtê-las. Segundo Singleton-Green e Hodgkinson (2010), estas alternativas são presumivelmente menos úteis ou mais caras do que os demonstrativos financeiros, caso contrário, a área de contabilidade financeira não teria despertando tanta atenção nos últimos anos. A contabilidade pode

ser vista como uma fonte limitadora ou motivadora do comportamento, direcionando o agente para o comportamento conforme a expectativa do proprietário e minimizando o comportamento oportunista.

Para Scott (2015) cabe aos contadores o dever de propor mecanismos contábeis para o controle da seleção adversa, a fim de reduzir a assimetria de informação. A requisição desse mecanismo pode ser realizada pelo usuário externo por meio do *screening*, ou realizada pelo detentor da informação privada, chamado de *signalling* (Milgrom & Roberts, 1992; Spence, 1973; Stiglitz & Weiss, 1981).

De acordo com Spence (1973), o *screening*, ou técnica de varredura, é a busca por informações por parte do agente econômico que detém menor nível informacional na relação, é o modo de se obter dados que consolidem sua tomada de decisão como, por exemplo, a contratação de peritos de avaliação independentes. Já o processo de sinalização refere-se à ação da parte detentora da informação privada em oferecer sinalizações sobre condições presentes e perspectivas futuras relevantes para a tomada de decisão como, por exemplo, divulgar demonstrações financeiras devidamente apreciadas por auditores independentes. Ambas as técnicas visam o estabelecimento de uma relação de confiança, para que a relação contratual seja estabelecida.

Varian (2002) destaca que a informação é um produto e apresenta um custo, por essa razão justifica-se que por vezes as partes envolvidas em uma negociação não tenham a mesma informação, sendo necessária a análise do *trade-off* do custo e benefício da obtenção da informação. Scott (2015) e Macho-Stadler e Pérez-Castrillo (2001) colocam como problema fundamental da contabilidade o desafio de como desenhar e implantar conceitos e padrões para o melhor *trade-off* de informações para investidores em todas as estruturas organizacionais.

2.2.1 Processo contábil

Lopes e Martins (2005) descrevem que o processo contábil é caracterizado por três fases: reconhecimento, mensuração e evidenciação. A etapa de reconhecimento envolve o processo de classificação da ação de natureza econômica, em seguida, a mensuração envolve a escolha pela base de mensuração do fenômeno reconhecido, já a evidenciação reporta o reconhecimento e a mensuração para o usuário externo da organização.

De acordo com a Estrutura Conceitual (CPC 00, 2011), “o reconhecimento é o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item que se enquadre na definição de elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento” (item 4.37). Esses critérios de reconhecimentos dos elementos patrimoniais ou de resultado envolvem a probabilidade de benefício econômico futuro associado ao item fluir da, ou para a, entidade que reporta a informação; e, a mensuração confiável do valor ou custo desse item a ser reconhecido.

Ainda no âmbito do reconhecimento, há autores que indicam que o processo de identificação do elemento patrimonial ou de resultado, precede ao reconhecimento. Contudo, também pode ser compreendido como uma etapa do próprio processo de reconhecimento.

O segundo processo contábil envolve a determinação da base de mensuração do item reconhecido, a “mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado” (CPC 00, item 4.54). Nesse âmbito, a obra publicada por Edwards & Bell, em 1961, intitulada de *The Theory and Measurement of Business Income*, pode ser vista como um marco dos estudos sobre mensuração dos itens patrimoniais e de resultado. Nesse estudo, os pesquisadores sintetizaram toda a teoria desenvolvida até então acerca das flutuações de preços, apresentando a teoria do custo corrente, demonstrando e justificando a adoção de tal teoria como base de valor ideal da contabilidade (Tinoco, 1992).

Para o desenvolvimento de sua teoria, Edwards e Bell inicialmente apresentam ao leitor o impasse existente sobre a óptica contábil e econômica. Os contadores são voltados para a objetividade e a mensuração com base em acontecimentos, já os economistas são guiados pela subjetividade derivados de expectativas sobre eventos futuros. Sendo assim, há um lapso temporal entre o foco utilizado por tais profissionais. A relação entre subjetividade e objetividade abre uma rigorosa metodologia para avaliação do negócio, decisão e performance (Edwards & Bell, 1961).

Os autores reconhecem a limitação do processo contábil recomendando aos gestores que, muitas vezes, é necessário ir além de registros contábeis, já que existem consequências por estes dados não serem perfeitos. Tais consequências estão relacionadas com ganhos e perdas ao não serem reconhecidas com a mudança

de preços, ganhos de capital de bens consumidos não serem devidamente registrados, ou seja, contabilização a custo histórico; e não haver distinção entre os movimentos de preços e responsabilidade da gestão, justamente pelo espaço temporal existente na contabilidade.

A teoria apresentada por Edwards e Bell repousa na reconstrução do conceito geralmente aceito de lucro econômico e na modificação do que se entendia por lucro contábil. Edwards e Bell (1961) buscaram, em sua obra, reduzir a assimetria conceitual entre a visão contábil e a econômica para reduzir ao máximo a variação interpretativa, pois reconhecem que as decisões são baseadas em conceitos *ex-ante*, enquanto as avaliações dessas decisões são assentadas em medidas de renda *ex-post*.

Tradicionalmente, “a base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis é o custo histórico” (CPC 00, item 4.56), entretanto, em lugares onde há instabilidade nos preços o custo histórico acaba não sendo adequado. Martins (2001) destaca que, “o custo histórico ou original, consiste no sacrifício efetuado para disponibilizar um dado recurso. Por ser um custo incorrido (passado), ele é estático, desconsiderando possíveis alterações de preço (gerais da economia ou específicos)” (p. 31).

Tendo em vista essa necessidade de buscar bases de mensuração que captassem essa flutuação nos preços, os autores apresentaram três critérios que devem ser considerados no processo de avaliação monetária, sendo eles: a sua forma e lugar, a data a que se refere o preço utilizado na avaliação e o mercado onde se obteve aquele preço. Com base nesses aspectos, Edwards e Bell (1961) desenvolveram uma matriz que permite a visualização da base de mensuração segundo o período de tempo (passado, presente e futuro) e os valores de entrada e saída.

Para Martins (2001), os valores identificados como valores de entrada, “representam o sacrifício que a empresa teve (passado), tem (presente) ou terá (futuro) que realizar para adquirir dado recurso” (p. 28). As bases de mensuração vinculadas aos valores de entrada, são: custo histórico (passado); custo corrente (presente); e custo de reposição (futuro). Para Edwards e Bell (1961) e Martins (2001), a utilização dessas bases de mensuração está fundamentada nos aspectos de praticabilidade e objetividade, sendo que suas desvantagens estão, principalmente, vinculadas à utilidade dessas informações que, inclusive, podem levar o usuário a

erros na decisão em relatórios que não esclareçam seus pressupostos adequadamente.

Ainda podem ser acrescentadas duas bases de mensuração a valores de entrada, que consideram a variação do poder aquisitivo da moeda no tempo, ou seja, os efeitos da inflação sobre o custo histórico e o custo corrente. A utilização de valores de entrada que sejam pelo menos corrigidos monetariamente tem sido amplamente defendidas pelos Professores Ariovaldo dos Santos e Eliseu Martins, mesmo após a Lei 9.249/95, que eliminou a possibilidade de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras a partir de 1995, tida como uma decepção e retrocesso para a contabilidade que se aproximava da visão econômica (Santos, 2002).

Já as bases de mensuração vinculadas a valores de saída, são: valor realizado (passado); valor corrente de venda (presente); valor realizável líquido (presente); valor de liquidação (presente); valor de realização futura (futuro); e, valor presente do fluxo futuro de caixa (futuro). Hoje, utilizamos como sinônimo de valor realizável líquido o conceito de valor justo de mercado, desde que obtido em uma situação normal de oferta e demanda (Martins, 2001). De acordo com CPC 46 (2012), o valor justo pode ser definido “como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (item 9). A utilização do valor justo como base de mensuração de ativos e passivos nas demonstrações financeiras é cada vez mais crescente, uma vez que permite a aproximação do valor econômico de determinado elemento e ainda mantém certas características de objetividade na mensuração.

Para Martins (2001), é importante deixar claro que “as diversas alternativas de avaliação não são conflitantes entre si ou substantivas uma das outras, . . . são complementares uma das outras, visões diferentes sobre o mesmo objeto” (pp. 21-22). O autor ainda complementa que, desconsiderando os efeitos da inflação e o custo do capital próprio, todas as bases são conciliáveis e convergem para o mesmo valor a longo prazo.

Por fim, a evidenciação é tida como o terceiro elemento do processo contábil, também conhecida como a forma de apresentação da informação econômico-financeira. No Brasil, o CPC 26 (2011), vinculado ao IAS 1, normatiza a apresentação das demonstrações contábeis, determinando requisitos gerais para apresentação,

diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. Para o IASB, tal normativo é relevante “para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades” (CPC 26, item 1).

Essa necessidade de comparabilidade entre outras entidades, pode ser um grande entrave para que as demonstrações financeiras apresentem uma forma de evidenciação distinta em sociedades cooperativas, sendo necessário que normativos complementares, tais como a NBC T 10.8 (CFC, 2001), arbitrem algumas modificações, tais como alteração da nomenclatura da Demonstração de Resultados do Exercício, para Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), ou a utilização da palavra ingresso ao se referir às receitas provenientes do ato cooperado, ou ainda a necessidade de separação do ato cooperado e não cooperado na DSP.

Nesse sentido, Dias Filho (2000), afirma que “os limites da evidenciação devem ser determinados em função dos interesses e características dos usuários, considerando-se sempre os conceitos de materialidade e relevância” (p. 40), sendo esse um desafio constante para a contabilidade, que, muitas vezes, é tida como um conjunto de terminologias complexas.

Esse processo contábil exige que o contador tenha atenção às características qualitativas de melhorias previstas na estrutura conceitual, principalmente de clareza e compreensibilidade. O que Carvalho (1991) justifica pelo fato de o contador ser o comunicador da vida empresarial, e, cada vez mais, é exigido desse profissional o aperfeiçoamento da comunicação. Ao mesmo tempo, Ijiri (1975) destaca que a contabilidade é a linguagem dos negócios, e como tal exige regras básicas para que a comunicação seja estabelecida, porém, sempre primando pela capacidade de adaptar-se às mudanças ambientais.

2.2.2 A contabilidade em sociedades cooperativas

De acordo com Dickel (2014) as sociedades cooperativas possuem características peculiares, distinguindo-se das demais entidades por vários aspectos e, por essa razão, possui legislação própria, conhecida como Lei das Cooperativas, Lei nº 5.764/71. No âmbito da contabilidade, ainda é possível perceber determinadas lacunas a serem preenchidas, contudo, enquanto as normas, editadas pelo Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), atos e normativos da Receita Federal, e a ITG

2004 (2017), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que revogou a NBC T 10.8 aspectos contábeis Entidades cooperativas, NBC T 10.8 - IT 1 - Entidades Cooperativas, e a NBC T 10.21 - IT 2 - Demonstração de Sobras ou Perdas, ditam as especificações técnicas específicas para as sociedades cooperativas, juntamente com as normas internacionais de contabilidade divulgadas pela *International Accounting Standards Board*. Ademais, a própria Lei nº 5.764/71 também dispõe sobre aspectos contábeis.

Para Dichev (2008), a contabilidade deve refletir a realidade dos negócios e, assim, as demonstrações financeiras devem refletir as características essenciais do modelo de negócio subjacente. Contudo, a contabilidade das sociedades cooperativas é uma adaptação da contabilidade tradicional, que, por sua vez, tem ênfase nas organizações com finalidade lucrativa, sem, muitas vezes, considerar as particularidades e natureza das sociedades cooperativas. Webb (2014) aponta que a utilização da abordagem padrão de contabilidade pode vir a distorcer as operações das cooperativas devido ao emprego de medidas que não são adequadas à finalidade do negócio e para verificar o desempenho da cooperativa no alcance de seus objetivos.

A NBC T 10.8 - Entidades Cooperativas, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução 920/01, pode ser tida como um avanço nesse sentido, por promover uma melhoria na escrituração contábil das cooperativas, visando um detalhamento e esclarecimento dos pontos de melhorias identificados (OCB – Espírito Santos, 2017). O normativo, acompanhado da interpretação técnica NBC T 10.8 - IT 1 - Entidades Cooperativas, Resolução 1.013/05, “esclarece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das Demonstrações Contábeis e de informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas, relativas à NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas” (NBC T 10.8.01, 2005, p. 3).

Em agosto de 2017, a Interpretação Técnica ITG 2004 (2017b), que revisa e consolida as normas vigentes sobre cooperativas e revoga as normativas anteriores, foi colocada em audiência pública e trouxe algumas novas alterações no registro contábil das sociedades cooperativas. A ITG 2004 - Entidade Cooperativa foi aprovada e publicada no Diário Oficial da União em 29/11/2017, contudo, como destacado anteriormente, alguns itens que entraram em audiência pública não foram mantidos na versão final.

A resolução destinada a esclarecimentos sobre o processo contábil não exime as cooperativas de seguirem as disposições contidas nas normas aprovadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e tidas como em vigência, no Brasil, pelo Conselho Federal de Contabilidade. De acordo com ITG 2004 (2017):

Aplica-se à entidade cooperativa esta interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (NBCs TG) naqueles aspectos não abordados por esta interpretação.

Contudo, cabe ressaltar que a ITG 2004 não deve ser aplicada em casos de determinações conflitantes com órgãos reguladores, tais como o Banco Central do Brasil (BCB) no caso das cooperativas de crédito, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no caso das cooperativas de saúde, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no caso das cooperativas de infraestrutura e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no caso das cooperativas de transporte.

A mudança de terminologias indicada pela NBC T 10.8 (2001) foi um dos grandes diferenciais trazidos pela norma ao processo contábil realizado nas cooperativas, tais orientações permanecem na ITG 2004 (2017). As diferenciações no registro e evidenciação do ato cooperado e não cooperado é algo fortemente definido pelo normativo. Quando a cooperativa realiza o ato não cooperado, equipara sua atividade a uma organização de finalidade lucrativa, e por essa razão, usa as terminologias comumente conhecidas na contabilidade: receita, despesa e lucro. Ao realizar o ato cooperado, exclusivo das sociedades cooperativas e que atende aos princípios do movimento, a terminologia deve ser adaptada, com a utilização dos termos: ingressos, dispêndios e sobra, respectivamente. A Demonstração de Resultado do Exercício, também fica denominada de Demonstração de Sobras ou Perdas, nas sociedades cooperativas. De acordo com a OCB – Espírito Santo (2017), apesar de parecer uma simples mudança de nomenclatura, é uma mudança de comunicação, que tem por objetivo facilitar a compreensão das atividades da cooperativa pelo usuário da informação contábil.

A NBC T 10.8 (2001) trazia a questão do capital ser denominado de capital social nas cooperativas, e como esse capital é movimentado, contudo, não determinava o grupo contábil no qual esse elemento é classificado. Já a ITG 2004, determina que o capital das cooperativas seja parte do Patrimônio Líquido,

18. O capital social da entidade cooperativa é formado por quotas-partes, que devem ser registradas de forma individualizada, no Patrimônio Líquido, podendo ser utilizados registros auxiliares (p. 3, item 18).

19. Os valores a restituir aos associados demitidos, eliminados e excluídos devem ser transferidos para contas passivas de capital social a restituir, assim que a entidade cooperativa receber o pedido de demissão ou deliberar pela eliminação ou exclusão do cooperado, conforme disposto no § 4º do Art. 24 da Lei n.º 5.764/1971 (p. 3, item 19).

A presença de tais itens na ITG 2004 acarreta na não vigência da Interpretação Técnica - ICPC 14 (2010), a primeira norma internacional a não estar em vigência no Brasil por determinação do Conselho Federal de Contabilidade. Contudo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis manteve como aprovada a ICPC 14, o que possibilita que demais órgãos reguladores decidam sobre sua vigência. Essa questão será tratada mais à frente nesse estudo.

A ITG 2004 traz ainda os aspectos vinculados ao rateio das perdas que a cooperativa venha auferir, que estão de acordo e previstos na Lei nº 5.764/71. Assim, como no caso das sobras, as perdas também são rateadas pelos cooperados na proporção da utilização da cooperativa. Caso as reservas não venham a ser utilizadas para absorver as perdas, a norma indica que “o registro do rateio de perdas entre os associados deve ser feito individualmente em contas do ativo, podendo ser utilizados registros auxiliares.” (p. 3, item 22). Na proposta da ITG 2004 (2017b) disponível para audiência pública, o mesmo item acrescentava “o resultado líquido decorrente do ato não cooperado, quando positivo, deve ser destinado à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES)” (p. 2, item 13), seguindo as orientações da Lei nº 5.764/71, contudo na versão final o trecho foi retirado.

Ainda com relação ao resultado, como comentado anteriormente, a norma exige uma terminologia adequada para contabilização de cada ato, assim a ITG 2004 (2017) determina que:

A movimentação econômico-financeira compõe a Demonstração de Sobras ou Perdas, que deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado do período, demonstrado segregadamente em ato cooperativo e ato não cooperativo, devendo ainda apresentar segregado por atividade, produto ou serviço desenvolvido pela entidade cooperativa. (p. 2, item 7)

Essa segregação é orientada tanto para fins fiscais, quanto para fins societários. No âmbito regulatório não há limites para o ato não cooperativo, contudo, é tido como uma boa prática de gestão que o ato cooperado seja superior ao ato não

cooperado, caso contrário, a cooperativa corre o risco de ser descaracterizada como sociedade cooperativa. Contudo, em ramos como o de saúde, esse cenário se altera, sendo comum, e esperado, encontrar cooperativas com ato não cooperado superior ao ato cooperado, tendo em vista a comercialização de planos de saúde.

Uma das mudanças significativas trazidas pela ITG 2004 foi a proposta de contabilização dos estoques de produtos recebidos dos associados com preço a fixar. A NBC T 10.8 não versava sobre tal questão, contudo, alinhado ao Pronunciamento Técnico CPC 16(R1), também conhecido como IAS 2 (IASB), a ITG 2004 (2017) determina que:

15. Os produtos recebidos dos associados com preço a fixar devem ser registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, desde que atenda a definição de ativo do item 4.4 da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e sua contrapartida em conta de passivo, mensurados ao valor justo, podendo ser utilizados registros auxiliares. (p. 3, item 15)

16. Se os produtos recebidos dos associados com preço a fixar forem industrializados, consumidos ou vendidos antes da fixação de seu preço pelo cooperado, o custo deve ser imediatamente reconhecido em conta de estoque de produtos acabados quando industrializado e em conta de resultado quando consumido ou vendido, e a obrigação deve ser mantida no passivo. (p. 3, item 16)

17. Os ajustes decorrentes de variação de preço, após a baixa dos estoques, devem ser classificados como ingresso ou dispêndio operacional. (p. 3, item 17)

Essa indicação de registro dos estoques com preços a fixar é uma alteração importante, visto que, na prática, muitas cooperativas não contabilizavam tais valores em seus demonstrativos, e quando isso era realizado, a contrapartida poderia ser encontrada como conta redutora do ativo ou como parte do passivo, como indica a proposta normativa. O item 17 da ITG 2004 (2017) ainda acrescenta que ajustes decorrentes de variação de preço, após a baixa dos estoques, devem ser classificados como ingresso ou dispêndio operacional. Tais regras, definidas claramente para o processo de registro contábil, facilitam a compreensão da informação, bem como a sua comparação e tomada de decisão.

Ademais, como a Lei das Cooperativas apresenta a nomenclatura de fundos para as reservas das cooperativas, a norma deixa claro que para fins contábeis a terminologia correta é “reservas”. Outro aspecto, enfatizado tanto na NBC T 10.8 (2001) quanto na ITG 2004 (2017), é o registro contábil que deve ser realizado em investimentos em outras sociedades cooperativas e outras entidades. No caso de investimentos em cooperativas avaliados pelo custo de aquisição e seus resultados

contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso ou dispêndio, podem ser contabilizados como ato cooperado. Enquanto os demais investimentos, tidos como complementares ao ato cooperado, devem ser orientados pelos normativos vinculados a Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Contudo, o tratamento contábil atribuído aos resultados decorrentes da equivalência patrimonial e investimentos avaliados pelo custo de aquisição por investimentos da sociedade cooperativa em sociedades não cooperativas não é padronizado, visto que a norma indica que “devem ser reconhecidos no resultado do período e suas destinações devem ser tratadas de acordo com a norma estatutária ou deliberação da assembleia geral”, o que parece indicar que o resultado poderá ser compreendido como ato cooperado ou não cooperado, dependendo da definição da assembleia geral. Quando tal resultado é positivo e é reconhecido como ato cooperado, torna-se passível de rateio entre os cooperados no caso de sobras distribuídas. Contudo, quando o mesmo resultado positivo é reconhecido como ato não cooperado, o resultado é tributado e destinado para a RATES, um fundo indivisível. Por outro lado, quando o resultado do investimento é negativo e reconhecido no ato cooperado, pode levar ao rateio do valor por parte dos cooperados, e caso o resultado negativo seja reconhecido como ato não cooperado, ocasiona a redução dos valores dos tributos incidentes sobre o lucro e também pode vir a ser rateado pelos cooperados.

Essa falta de indicação sobre o tratamento contábil atribuído ressalta a necessidade de que tal diretriz seja comunicada via Nota Explicativa; contudo, não há sinalizações na norma nesse sentido, o que pode afetar a comparabilidade entre as organizações.

Outra modificação, já comentada no item 2.1.3.2 desse estudo, é com relação ao processo de realização da RATES, um dos retornos oferecidos pelas cooperativas em prol de seus cooperados, sendo essa uma mudança importante na proposta de reconhecimento contábil da NBC T 10.8 (2001) para ITG 2004 (2017b) colocada em audiência pública. A NBC T 10.8 (2001) apenas determinava que “os dispêndios de Assistência Técnica Educacional e Social serão registrados em contas de resultados e *poderão ser absorvidos* pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, em cada período de apuração. (item 10.8.2.8)” (g.a). Já a ITG 2004 (2017b), colocada

em audiência pública, trazia a proposta sobre o aspecto da forma de evidenciação dessa reversão, caso ela fosse realizada pela cooperativa, “os dispêndios de assistência técnica, educacional e social devem ser registrados em contas de resultado, respeitando o regime de competência, e pode ser absorvido pela RATES, *mediante lançamento no resultado antes das destinações legais e estatutárias*. (item 12)” (g.a).

Essa inclusão proposta poderia auxiliar na comparabilidade dos valores de realização da RATES, informação que até então não era padronizada nas cooperativas e, muitas vezes, até mesmo, trazia distorções no resultado líquido apresentado pela cooperativa. Contudo, na versão aprovada da ITG 2004 (2017), a redação do item proposto apenas replicava a indicação NBC T 10.8 (2001), novamente não havendo posicionamento quanto ao processo de reconhecimento e evidenciação da reversão da RATES.

Ainda há o que se evoluir, para Balaguer e Castellano (2012), a maximização da riqueza do cooperado por meio do alcance dos objetivos econômicos e sociais, a estrutura de funcionamento onde o proprietário é cliente e fornecedor da cooperativa e os princípios únicos fazem as cooperativas serem consideradas um tipo especial de negócio, com suas próprias particularidades que requerem um tipo adequado de abordagem contábil. Segundo Webb (2014), os propósitos, valores e princípios do movimento cooperativista são a bússola necessária para orientar a criação de uma abordagem sistemática para a contabilização e divulgação das informações econômico-financeiras-socioambientais e, somente assim, será possível que a contabilidade apresente instrumentos adequados que permitam a mensuração da eficiência gerada pelas entidades cooperativas, e até mesmo a equiparação da eficiência com organizações de finalidade lucrativa.

2.2.3 Demonstrações financeiras

Para Webb (2014), é nítido que o sistema de contabilidade padrão é projetado para empresas de finalidade lucrativa, sendo necessários estudos que possibilitem a modificação da abordagem padrão. O trabalho, como o desenvolvido por Balaguer e Castellano (2012), tem esse objetivo. Nele, os autores traçam comentários críticos sobre o ponto de vista de excedentes e sobras, atualmente aplicados às sociedades cooperativas e sugere modificações na estrutura contábil atual.

Cabe ressaltar que também é relevante utilizar a concepção lucro ou prejuízo para cooperativas para mensurar a sua eficiência e eficácia, conforme a abordagem atual sugere. Mesmo as sociedades cooperativas sendo consideradas entidades singulares, a abordagem contábil utilizada por tais sociedades ainda reflete, mesmo que limitadamente, os aspectos da abordagem contábil para entidades de finalidade lucrativa. Contudo, atualmente, os demonstrativos contábeis utilizados não são capazes de refletir a totalidade de retornos econômicos e sociais produzidos pela cooperativa, assim, mensurar a eficácia e eficiência da entidade torna-se um problema (Balaguer & Castellano, 2012).

Segundo Webb (2014), para que os demonstrativos financeiros atinjam seu pleno potencial de fornecer informação econômico-financeira relevante para tomada de decisão de seus usuários, é necessário que a abordagem contábil utilizada reflita a finalidade do negócio, valores e princípios.

É importante ressaltar que a proposta de um tratamento adequado para sociedades cooperativas não se trata de uma tentativa de produzir relatórios contábeis fracos, pelo contrário, o intuito é fornecer relatórios contábeis que efetivamente auxiliem na tomada de decisão e sejam adequados à natureza das sociedades cooperativas. De acordo com Webb (2014), o desenvolvimento da contabilidade com uma abordagem adequada às cooperativas, baseada na finalidade do negócio, valores e princípios, não é um convite à apresentação de normas de contabilidade e relatórios mais fracos para cooperativas, mas sim, para uma abordagem rigorosa, robusta e adequada. Cabe também ressaltar que essa mudança não é encarada como um processo fácil, para Webb (2014), o desenvolvimento de uma abordagem contábil adequada às sociedades cooperativas é uma tarefa difícil, contudo, não é impossível.

2.2.3.1 A teoria por trás das demonstrações financeiras

Flower (2015), faz uma análise sobre a teoria contida por trás da proposta do Relato Integrado, contudo, a mesma análise pode ser ampliada para a teoria subjacente aos demais demonstrativos financeiros. Segundo o autor, a teoria que orienta as especificações, características, elementos e padrões da contabilidade é a teoria capitalista da firma.

Voss (2016) descreve que a teoria capitalista da firma, ou teoria do negócio, como referida pela autora, é uma abordagem que coloca a meta financeira da empresa

na vanguarda de qualquer discussão. Flower (2015) aponta como pressuposto dessa teoria a ideia que a organização é uma entidade detida pelos capitalistas que fornecem seu capital financeiro, sendo que os capitalistas procuram o maior retorno possível sobre o seu investimento.

Royer (2014) aponta que a teoria padrão da empresa começa com a afirmação de que as empresas maximizam os lucros. Para o autor, “esta afirmação é geralmente rejeitada por teóricos cooperativos, que atribuíram outros objetivos às cooperativas, incluindo maximização dos retornos dos membros, maximização das restituições do patrimônio líquido e de custos” (p. 3). Segundo Royer (2004), cada “um desses objetivos requer uma análise separada e conclusões sobre o comportamento da IOF, com base na maximização do lucro, não necessariamente aplicar às cooperativas” (p.3).

Nessa linha, a empresa compra fatores de produção (matérias-primas, serviços de trabalho, etc.) a preços de mercado e os transforma em produtos e serviços acabados, que comercializa também a preços de mercado. Nesse ponto, a primeira objeção sobre a aplicação dessa teoria nas sociedades cooperativas pela contabilidade pode ser contestada, uma vez que as cooperativas chegam a operar com preços superiores ao mercado na compra de fatores de produção de seus cooperados e também pode operar com preços inferiores ao mercado na comercialização dos seus produtos e serviços para os seus cooperados.

Outro pressuposto apresentado por Flower (2015) é que, em uma organização, o lucro da firma é uma medida do valor que ela tem criado para a sociedade. Nas cooperativas, o lucro é equiparado às sobras, contudo, as sobras não são a única forma de evidenciar a geração de retorno. Como Young (2008) e Panzutti (2005) comentam, diferentes formas de retornos em diferentes momentos de atuação do cooperado e diferentes métricas de valor podem ser obtidas. Outro ponto é que, mesmo com sobras “zero”, a cooperativa pode ser considerada eficiente e capaz de criar valor.

De acordo com Pinho (2004), a chamada “teoria sobra zero” tem como base as funções de cliente e fornecedor do cooperado. O papel da cooperativa é tido como a maximização dos retornos aos cooperados, que pode ser realizada por diferentes estratégias, inclusive privilegiando a atuação do cooperado na função de cliente e fornecedor, por meio de política ativa de preços, ao invés da distribuição de sobras. Nesse caso, os aumentos e reduções no preço dos produtos, insumos e serviços

oferecidos ou adquiridos pela cooperativa faz com que o resíduo empresarial seja reduzido, ao ponto de somente ser o necessário para a formação das reservas estatutárias.

Mesmo sendo um ponto polêmico para estudiosos e até mesmo na prática diária da cooperativa, essa é uma estratégia possível dentro das sociedades cooperativas. Contudo, no aspecto contábil, como a mensuração do sucesso empresarial é realizada pelo lucro, ou seja, sobra, essa teoria é dificilmente aplicada nas cooperativas.

Segundo a teoria capitalista da firma, o fator mais importante da produção é o capital, sendo que o capital deve ser alocado para atividades que geram o maior lucro. Esse pressuposto é voltado puramente para a lógica do objetivo econômico da empresa, porém, no caso das sociedades cooperativas, o objetivo econômico é alinhado ao objetivo social, sendo que determinadas atividades devem ser realizadas para o alcance do objetivo social, independentemente da condição da geração de lucro.

Ademais, Flower (2015) descreve que os investidores precisam de informação sobre os lucros das empresas, a fim de alocar capital de forma eficiente, sendo esse o principal foco dos relatórios da empresa. Uma vez que na organização mercantil o retorno do investimento do sócio se dá por meio do lucro, é aceitável tal foco. Contudo, no caso das sociedades cooperativas, o foco no lucro, ou melhor, nas sobras, limita a análise completa dos retornos, e reduz a capacidade da contabilidade minimizar a assimetria de informação, já que informações importantes da própria lógica da teoria capitalista são omitidas.

Os autores clássicos do cooperativismo geralmente concordam que a teoria capitalista da firma não pode ser plenamente empregada para análise das cooperativas. Helmberger e Hoos (1962) afirmam que a “teoria da firma precisa ser adaptada para refletir a natureza econômica peculiar da cooperativa” (p. 281).

Para Royer (2014), a teoria da firma pode ser considerada inadequada para arranjos organizacionais como cooperativas, tendo em vista o comportamento econômico distinto apresentado por tais entidades. O autor defende que a análise do comportamento das cooperativas e seus cooperados deve estar centrada na teoria neoclássica ou na “nova economia institucional”, que tem sido usada para fornecer insights adicionais em comportamento cooperativo e abordar deficiências na teoria neoclássica.

No que tange às demonstrações financeiras, tendo em vista as críticas apontadas à teoria capitalista da firma, pesquisadores exploram teorias alternativas, tais como a teoria dos stakeholders, ou teoria das partes interessadas (Donaldson & Preston, 1995; Jones, 1995; Jones & Wicks, 1999; Friedman & Miles, 2002; Freeman & Phillips, 2002). De acordo com Friedman e Miles (2002), o interesse na teoria dos stakeholders foi acelerado nos últimos anos, sendo que o interesse não parte somente do mundo acadêmico, mas também fora dele. Segundo Pesqueux e Damak-Ayadi (2005), o interesse crescente está associado à difusão dos conceitos de governança corporativa e a necessidade de *disclosure* das informações. Apesar disso, a teoria dos stakeholders é muito mais conhecida e explorada nas áreas de administração e economia (Freeman, Wicks, & Parmar, 2004).

Freeman, Wicks e Parmar (2004) descrevem que o ponto central da teoria é que o valor econômico é criado por pessoas que voluntariamente se unem e cooperam para atender às necessidades de todos. Flower (2015) aponta que, segundo essa teoria, os fornecedores de fatores de produção (investidores, funcionários, clientes, comunidade, etc.) não são independentes da empresa, mas sim, diretamente associados à organização, sendo que somente através dessa associação é possível a sobrevivência e crescimento da firma. Nessa perspectiva, o stakeholder pode ser visto como um meio, mas também como um fim.

Donaldson e Preston (1995) propõem a segregação da teoria na abordagem normativa e na abordagem descritiva, ou instrumental. Jones e Wicks (1999) descrevem que a teoria normativa é baseada no imperativo categórico do filósofo alemão Immanuel Kant, e assume que o indivíduo não pode ser visto como um meio de alcance dos objetivos organizacionais, mas sempre como um fim para qual os objetivos são propostos. Por outro lado, a abordagem instrumental ainda mantém o foco dos stakeholders como um meio, o que segundo Jones e Wicks (1999), faz com que os pressupostos da teoria capitalista da firma não sejam completamente eliminados. Na verdade, nessa proposta, a teoria instrumental das partes interessadas é consistente com a teoria capitalista, somente acrescenta uma visão mais ampla. Assim, Flower (2015) conclui que apenas a teoria normativa das partes interessadas oferece uma verdadeira alternativa (oposta) à teoria capitalista da empresa.

Sobre a teoria instrumental dos stakeholder, Jones (1995) aponta que as empresas que lidam com as partes interessadas com base na confiança e cooperação mútua vão ter uma vantagem competitiva sobre aquelas que não o fazem, o interesse

primordial da empresa nas suas relações com as partes interessadas é a contínua prosperidade da empresa. Assim, a organização não tem outro interesse senão o bem-estar das suas partes interessadas.

Nesse sentido, Shleifer e Vishny (1997) destacam que as cooperativas podem ser uma estrutura de propriedade mais eficiente no que diz respeito ao relacionamento com as partes interessadas. Segundo os autores, nas organizações tradicionais, grandes investidores podem subestimar a qualidade ou enganar os stakeholders da firma dado o seu foco no lucro; nas cooperativas, já que os associados votam democraticamente sobre os preços e a qualidade dos insumos e produtos, pode-se chegar a um melhor resultado.

Para Brown e Fraser (2006), a abordagem por trás dos demonstrativos financeiros influencia, inclusive, a prestação de contas realizada pelas empresas. Mulgan (2000) define a prestação de contas como o momento de a organização validar suas ações, sendo que a contabilidade é utilizada como um importante mecanismo capaz de fornecer o controle social. Quando a abordagem capitalista da firma prevalece, a prestação de contas é orientada unicamente para o acionista, sendo que o objetivo da administração é repassar ao investidor o alcance dos objetivos financeiros ou a sua justificativa em caso da baixa performance.

No caso da prevalência pela abordagem dos stakeholders, os canais tradicionalmente utilizados para a prestação de contas, tais como os relatórios anuais, precisam ser complementados por outras informações advindas da contabilidade socioambiental e gerencial, uma vez que somente assim é possível uma participação ativa das partes interessadas (Brown & Fraser, 2006). Nesse caso, o objetivo principal da prestação de contas é incentivar o diálogo mais democrático entre todas as partes, rejeitando assim o foco convencional nos investidores e no mercado de capitais proposto pela contabilidade atual baseada no paradigma da economia clássica. Na nova ótica proposta pela abordagem das partes interessadas, os grupos como empregados, consumidores e comunidades locais têm um “direito de saber” (Swift, 2001) e, em seguida, a aplicação de recompensas e sanções, direito a voz ou opções por lealdade ao modelo empresarial que está sendo adotado.

A teoria dos stakeholder minimiza certas inconsistências da teoria capitalista da firma para sociedades cooperativas, já que dá ênfase no bem-estar das partes interessadas, não somente limitando o bem-estar à perspectiva econômica, bem como, não foca somente na métrica do lucro. Contudo, para Flower (2015), a

contabilidade ainda tem dificuldade em basear seus conceitos na teoria instrumental dos stakeholder. Para o autor, até mesmo o Relatório Integrado, considerado inovador e mais amplo que os demonstrativos financeiros atuais, não baseia sua comunicação nessa teoria. Para O'Dwyer (2003), até mesmo os relatórios que enfocam a sustentabilidade e têm a abordagem capitalista por trás têm seu enfoque distorcido, já que, nesse caso, o foco é divulgar o impacto da sociedade sobre as empresas, em vez de o impacto do negócio na sociedade. Segundo Prakash (2002), é difícil escapar dessa visão, já que muitas empresas estão mais preocupadas com a sua imagem, em vez de a substância da “cidadania corporativa” e “desenvolvimento sustentável”.

A utilização pura da teoria capitalista da firma nos demonstrativos financeiros das cooperativas faz com que sua essência seja transformada, e um processo de isomorfismo empresarial ocorra, no qual as cooperativas buscam legitimidade e passam a atuar como organizações de finalidade lucrativa (DiMaggio & Poweli, 2005; Queiroz, Vasconcelos, & Goldszmidt, 2007). Nesse caso, cabe uma análise se o cerne das demonstrações financeiras baseado na teoria capitalista da firma é um fator limitador para a adequação das demonstrações financeiras em reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos gerados pelas sociedades cooperativas.

2.2.4 Análise das demonstrações financeiras

Iudícibus (2017) descreve o processo de análise das demonstrações financeiras como “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos” (p. 14). Para o autor, esse processo pode ser interpretado como uma arte, dada a inexistência de forma científica ou metodológica comprovada. É claro que existem cálculos indicativos razoavelmente formalizados, contudo, para melhor obtenção de informações úteis, torna-se necessário considerar fatores que podem interferir no processo de análise.

Nesse sentido, Santos (1986) afirma que o processo de análise das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas deve ser visto sob uma ótica diferenciada da convencionalmente aplicada às demais entidades, respeitando suas peculiaridades. O autor ainda acrescenta um cuidado especial com os índices de rentabilidade, uma vez que o lucro não é o objetivo da cooperativa, sendo possível

gerar retornos por outras fontes de distribuição, já que o foco da análise deveria estar concentrado na produtividade e nos serviços que são oferecidos aos membros.

Corroborando, Carvalho e Bialoskorski Neto (2008) afirmam que “ao analisar o desempenho econômico-financeiro das cooperativas agropecuárias devem ser considerados alguns aspectos inerentes a essas entidades. Desse modo, o procedimento de avaliação e acompanhamento de seu desempenho deve ser feito de modo diferenciado” (p. 424). Contudo, Bialoskorski Neto (2006) indica que, mesmo com problemas inerentes à sua estrutura, a análise dos índices de rentabilidade é amplamente utilizada pelas cooperativas e também pelo mercado na avaliação dessas entidades.

Pesquisas como Menegário (2000), Gimenes e Uribe-Opazo (2001), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Ribeiro (2008), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Bressan, Braga, Bressan e Resende (2010), Londero (2015) procuraram discutir a questão de adequação dos índices de análise econômica e financeira, inclusive, apresentando índices alternativos para avaliação do desempenho de cooperativas.

De acordo com Iudícibus (2017), a técnica de análise financeira por quocientes é uma importante prática do mercado, ainda que mereça ser analisada com cautela. Essa técnica permite que o mercado extraia tendências e compare os quocientes com padrões estabelecidos. Para Iudícibus (2017) “a finalidade da análise é mais do que retratar o que aconteceu no passado; as informações pregressas fornecem sempre algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro e assim identificar tendências que podem contribuir para decisões preditivas” (p. 101).

Dentre os grupos de análise por meio de índices, destacam-se os índices de liquidez, estrutura e rentabilidade. Martins, Diniz e Miranda (2016) destacam que os índices de rentabilidade estão entre os mais importantes no processo de análise, por essa razão, merecem destaque e uma análise crítica adequada.

Usualmente, os índices de rentabilidade apresentados pela literatura são: margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido (ROE) (Iudícibus, 2017; Martins, Diniz, & Miranda, 2016). É possível encontrar pequenas variações na forma de apresentação dos cálculos de tais índices, o que pode ser razoavelmente explicado pelo processo de simplificação da apresentação da fórmula.

Os três índices anteriormente citados utilizam a informação do lucro líquido para seu cálculo. Por exemplo, a rentabilidade do ativo é comumente conhecida como lucro líquido sobre ativo total médio, ou melhor detalhada por giro e margem como

recomendam Martins, Diniz e Miranda (2016), vendas sobre ativo total médio multiplicado pelo lucro líquido sobre vendas.

De qualquer forma, o cálculo do índice de rentabilidade do ativo utiliza a informação do lucro líquido como sinônimo para o retorno econômico gerado, assim como o cálculo da margem ou ROE. Em uma entidade com finalidade lucrativa, o retorno que é oferecido ao proprietário pode ser visualizado por meio do lucro líquido, contudo, na sociedade cooperativa, essa informação irá somente captar os retornos que são oferecidos à figura de proprietário, ignorando possíveis retornos já oferecidos ao cooperado por sua atuação como usuário.

De acordo com Carvalho e Bialoskorski Neto (2008) “em cooperativas agropecuárias há uma busca da maximização do preço dos produtos agrícolas e, em algumas situações, existe uma tendência à minimização das sobras, o que torna indicadores baseados em lucro ou em sobra inadequados para a avaliação de entidades dessa natureza” (p. 426).

Para que seja possível a compreensão de como as diferentes estratégias de retorno impactam na análise de desempenho da cooperativa, bem como na percepção de retorno por parte do cooperado e, por consequência, na tomada de decisão dos gestores e proprietários, consideramos as premissas para formulação do exemplo a seguir: i) a cooperativa comercializa os insumos de produção para os cooperados a preço de custo, os insumos de produção quando adquiridos no mercado possuem custo 10% superior ao revendido pela cooperativa (retorno 1); ii) como estratégia de atração, a cooperativa remunera o produto do cooperado 50% a mais do que o mercado (retorno 2). Para o exemplo construído, considere que o preço dos insumos e serviços adquiridos pelo cooperado nas organizações é de \$ 1.000, e o preço de compra do produto oferecido é de \$ 300.

A Tabela 1 demonstra os retornos oferecidos, considerando as premissas apresentadas, em uma organização com finalidade lucrativa e em uma sociedade cooperativa.

Tabela 1 - Resultado líquido em organização com finalidade lucrativa e cooperativas

Organização com finalidade lucrativa		Sociedade Cooperativa	
Receita	\$ 1.000	Valor de Mercado	\$ 1.000
CMV	(\$ 300)	Retorno 1	(\$ 100)
Lucro Bruto	\$ 700	Receita/Ingresso	\$ 900
Despesas	(\$ 200)	Demonstração de Sobras ou Perdas	
Lucro Líquido	\$ 500	Receita/Ingresso	\$ 900
		CMV	(\$ 300)
		CMV - Retorno 2	(\$ 150)
		Resultado Bruto	\$ 450
		Despesas e	(\$ 200)
		Dispêndios	
		Resultado Líquido	\$ 250

Fonte: Elaborado pela autora.

Por simplificação, não foram incluídas informações sobre tributação, resultado financeiro, ato cooperado ou não cooperado. O retorno 1, exposto na Tabela acima, representa o retorno que o cooperado obtém por comprar produtos e insumos da cooperativa a um valor mais barato do que no mercado. Essa estratégia de retorno reduz o ingresso de valores na cooperativa, essa diferença de preços pode ocorrer dentro da própria cooperativa, quando a mesma vende seus produtos e insumos a cooperados e não cooperados, ou com o mercado, quando a cooperativa somente revende aos cooperados. Se comparado a valores de mercado, a mercadoria é mais barata como forma de incentivo de transações com a cooperativa e benefícios em busca da fidelização.

O segundo retorno mencionado, retorno 2, é o aumento do custo da cooperativa em função de um maior preço pago ao produto do cooperado que é entregue e comprado pela cooperativa, quando comparado ao mercado. Ambas as estratégias reduzem diretamente o resultado líquido da cooperativa.

Cabe ressaltar que, para a determinação de ambos os retornos, é importante a compreensão de valor justo como base de mensuração, conforme apontado no item 2.2.1, tendo em vista que o preço praticado pela cooperativa deve ser comparado com o valor justo.

Com base nas informações presentes na Tabela 1, o índice de rentabilidade do ativo pode ser calculado, conforme exposto na Tabela 2. Considerou-se que ambas as entidades apresentem um ativo total médio de \$ 10.000.

Tabela 2 - Cálculo da rentabilidade do ativo em organização com finalidade lucrativa e cooperativas

Organização com finalidade lucrativa		Sociedade Cooperativa	
Margem		Margem	
Lucro Líquido	\$ 500	Resultado Líquido	\$ 250
÷ Vendas	\$ 1.000	÷ Vendas	\$ 900
Margem Líquida	0,5	Margem Líquida	0,2778
Giro		Giro	
Vendas	\$ 1.000	Vendas	\$ 900
÷ Ativo total médio	\$ 10.000	÷ Ativo total médio	\$ 10.000
Giro do ativo médio	0,1	Giro do ativo médio	0,09
Retorno do Ativo	0,05	Retorno do Ativo	0,025

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível observar que, com base nesse índice, a cooperativa irá apresentar um desempenho inferior a uma organização de finalidade lucrativa, uma vez que somente foram considerados os retornos gerados por meio do excedente do processo organizacional.

Assim como Martins, Diniz e Miranda (2016) destacam, por si só é necessário um cuidado especial com o índice de rentabilidade do ativo, principalmente quando calculado somente pela divisão do lucro líquido pelo ativo. Afinal, apesar de muitas análises realizadas serem baseadas no contrário, o ativo não produz lucro líquido, “o ativo produz o lucro que costumamos chamar de operacional, derivados das atividades operacionais ativas da entidade, e esse lucro, para ser bem analisado, não pode conter os efeitos da forma como o ativo é financiado” (p. 224). Contudo, superando essa discussão, ainda existe a questão da visão míope sobre os retornos da cooperativa, já que esse índice é apenas calculado com base no retorno evidenciado a partir do lucro líquido.

Como demonstrado na Tabela 1, a cooperativa ofereceu diferentes estratégias de retorno ao seu cooperado, sendo o retorno de \$ 500 caso os valores distribuídos no retorno 1, retorno 2 e resultado líquido sejam considerados. Assim, pode-se dizer que as estratégias de retorno que são baseadas na transferência de recursos ao cooperado por sua atuação direta na cooperativa acabam por prejudicar os resultados dos índices de rentabilidade. Estas estratégias podem ir contra o interesse do cooperado, uma vez que a preocupação do agricultor cooperado está muito mais

centrada na sua produção do que no processo de valoração do capital investido, de acordo com Panzutti (1996).

Ressalta-se que, nesse caso, os retornos gerados por meio da realização da RATES não foram considerados para o efeito de cálculo, mas acentuam ainda mais a necessidade de cautela no processo de análise dos índices de rentabilidade das sociedades cooperativas.

Com relação ao cálculo do índice de margem líquida, que também pode ser observado na Tabela 2, também pode-se observar uma redução de 44%. Assim, considerando que as cooperativas concorrem com outros arranjos organizacionais alternativos e que a análise por meio de índices de rentabilidade também é base para a tomada de decisão, a cooperativa pode se ver em um cenário no qual se sinta pressionada a agir como o mercado, privilegiando a formação de sobras e retornos para o cooperado na figura de proprietário da cooperativa.

Para Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), tais fatores levam a afirmar que índices como “os retornos sobre ativos, investimentos e sobre patrimônio líquido não poderão ser adotados como uma boa medida de mensuração do desempenho” (p. 426).

Com relação ao índice vinculado à rentabilidade do patrimônio líquido, o mais importante dentre os índices de rentabilidade (Martins, Diniz, & Miranda, 2016), há ainda a preocupação com as mudanças propostas pela IFRIC 2 (2004), denominado de *IFRIC Interpretation 2 Members' Shares in Co-operative Entities and Similar Instruments*, no Brasil conhecida como Interpretação Técnica - ICPC 14 (2010).

2.2.4.1 Índice de rentabilidade do patrimônio líquido

Martins, Diniz e Miranda (2016) explicam que o índice de rentabilidade do patrimônio líquido (ROE) deve ser considerado um importante índice de análise, uma vez que “demonstra a capacidade da empresa de remunerar o capital que foi investidos pelo sócios” (p. 227). Segundo Schneider (2012), é importante lembrar que a cooperativa não é uma sociedade de capital, e sim de pessoas, sendo assim não tem por objetivo remunerar o capital investido. Contudo, essa ainda continua sendo uma fonte de informação relevante para decisões de investimento, seja em cooperativa ou outro tipo de arranjo organizacional.

Usualmente, o ROE é calculado pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio (Iudícibus, 2017). Porém, Martins, Diniz e Miranda (2016) alertam que há um erro conceitual em se utilizar o patrimônio líquido médio, sendo o ideal utilizar “o patrimônio líquido inicial mais as variações ocorridas durante o período em análise, ajustadas proporcionalmente ao tempo que estiveram à disposição da empresa” (p. 228). Contudo, nem sempre isso é possível, o que leva a utilização do patrimônio líquido médio.

Martins, Diniz e Miranda (2016) alertam que possíveis reclassificações no patrimônio líquido podem ser necessárias, sendo responsabilidade do analista verificar quais reclassificações são importantes para o objetivo da análise. Esse parece ser o caso das sociedades cooperativas, ainda mais caso a ICPC 14 viesse a entrar em vigência no Brasil.

A ICPC 14 faz parte do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 39 (2009), que dispõe que um instrumento financeiro “com opção de venda inclui uma obrigação contratual para o emitente de recomprar ou resgatar aquele instrumento por caixa ou outro ativo financeiro no exercício da opção de venda” (p. 8), deverá ser, usualmente, classificados como passivo financeiro da entidade. Como destacado no item, 2.1.1 Doutrina do Cooperativismo, o princípio da adesão voluntária, consciente e do livre acesso traz como consequência a liberdade do cooperado, a qualquer momento, de se retirar do empreendimento cooperativo, sendo seu direito o resgate as suas cotas do capital social. Assim, ao que parece, em uma primeira análise, as cotas dos cooperados devem ser consideradas como instrumentos financeiros do passivo, tendo em vista a opção de resgate vinculada a decisão do cooperado.

O CPC 39 (2009) ainda acrescenta que quando tal instrumento financeiro possui como características a detenção de direitos aos ativos líquidos em caso de liquidação da entidade, e esteja na classe de subordinados a todas as outras classes de instrumentos, não originando prioridade sobre os demais créditos relacionados aos ativos da entidade, poderá ser classificado como instrumento patrimonial. Contudo, Detilleux e Naett (2005) expõem que ambas as características não estão presentes nas cotas dos cooperados das entidades cooperativas, o que faz com que haja necessidade de uma reclassificação do capital social do patrimônio líquido para o passivo da entidade.

A vigência da ICPC 14 no Brasil ainda é uma questão complexa. Mesmo aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e registrada na Ata da

53ª Reunião Ordinária do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, realizada em novembro de 2010, a interpretação ainda não se encontra em vigor, tendo passado por uma série de adiamentos sucessivos.

Consciente do impacto nos índices de desempenho econômicos e financeiros, principalmente evidenciados em estudos sobre a IFRIC 2 realizados na Espanha (Vialcanet & Salas, 2014; Vialcanet & Roig, 2013; Álvarez Pérez & Suárez Álvarez, 2014; Arias & Montegut, 2012; Álvarez, 2010; Mateos Ronco, 2009; Vargas, 2007; Mari, 2006), a Organização Brasileira das Cooperativas iniciou tratativas com o Conselho Federal de Contabilidade, CPC e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

A primeira postergação da adoção adiou a vigência da interpretação de 1º de janeiro de 2011, para 1º de janeiro de 2012, por meio da emissão da Resolução do CFC nº 1.324. Mais tarde, em 25 de novembro de 2011, por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.365, a data de adoção obrigatória da ICPC 14, tratada pela Resolução nº 1.324, foi alterada para 1º de janeiro de 2016.

Em 2015, na eminência de sua vigência, a interpretação técnica ainda era tida como polêmica, o que levou a abertura de uma audiência pública, em novembro de 2015. Com base nos retornos, a Câmara Técnica, criada para discutir a questão, juntamente com o Plenário do CFC optaram pela postergação da vigência para 1º de janeiro de 2017. Ademais, em uma tentativa de impossibilitar a vigência da ICPC 14, visto impedimento legal, a OCB direcionou seus esforços para aprovação da Lei nº 13.097, que inclui o § 4º no Art. 24 na Lei nº 5.764/1971, determinando que as cotas de cooperados devem ser classificadas no patrimônio líquido até o momento em que as cotas se tornarem exigíveis em razão da demissão, exclusão ou eliminação do cooperado.

Após mais um ano de discussões da Câmara Técnica, o Plenário do Conselho Federal de Contabilidade decidiu, novamente, por meio da Resolução nº 1.516/2016, pela prorrogação do início da vigência da norma contábil ICPC 14 para 1º de janeiro de 2018.

Já em agosto de 2017, mais uma vez na eminência de sua vigência, a Câmara Técnica destinada a analisar as normas contábeis sobre sociedades cooperativas colocou em audiência pública a ITG 2004 (2017b), que altera algumas disposições da NBC T 10.8. A ITG 2004 (2017), no seu item 18, dispõe que “o capital social da entidade cooperativa é formado por quotas-partes, que devem ser registradas de

forma individualizada, segregando o capital subscrito e, por dedução, em conta distinta o capital a integralizar, no Patrimônio Líquido, podendo, para tanto, serem utilizados registros auxiliares” (p. 3), e acrescenta no item 19 que somente deverão ser reclassificadas na conta capital social a restituir, no passivo da entidade, as cotas vinculadas a pedidos de demissão ou deliberações pela eliminação ou exclusão do cooperado. Com essa alteração da NBC T 10.8, poderá ser possível que a ICPC 14 não entre em vigor no Brasil.

Estudos como os de Londero e Santos (2017) e Costa e Suzart (2017) discutem os impactos da ICPC 14 nas cooperativas agropecuárias e de crédito, respectivamente. Ambos os estudos evidenciam que índices de liquidez, estrutura e rentabilidade sofrerão impactos estatisticamente significativos com a simulação da adoção da ICPC 14. A magnitude desse impacto é principalmente vinculada à mensuração das cotas dos cooperados proposta na ICPC 14, que determina no item 10 que “a entidade deve mensurar o valor justo do passivo financeiro para resgate a um valor não inferior ao valor máximo pagável” (p. 3).

Esse critério de mensuração é vinculado ao fato de que o resgate das cotas deve ser realizado com base no valor nominal das cotas integralizadas, claro, somadas a possíveis integralizações de sobras, e reduzidas de eventuais débitos do cooperado com a cooperativa. Basicamente, o valor que o cooperado integralizou há anos, será o mesmo valor pago a partir da solicitação de resgate. Com base nisso, Zylbersztajn (2002) aponta que, na verdade, “o cooperado paga para entrar na cooperativa e, do mesmo modo, paga para sair dela” (p. 4), sendo que, em geral, o cooperado sofre com a perda do valor aquisitivo das suas cotas.

Santos e Londero (2017) realizaram um ensaio teórico que aponta a necessidade de realizar o ajuste a valor presente (AVP) nas cotas que deverão ser reclassificadas no passivo com a vigência da ICPC 14. Dentre outros aspectos, os autores evidenciam cláusulas de pagamento de resgate de cotas que implicam em, pelo menos, a necessidade de aguardar o término do exercício social do período em que o resgate das cotas foi solicitado. Santos e Londero (2017) apontam que, somente com o AVP das cotas dos cooperados, seria possível que a melhora da representatividade fidedigna, justificativa da ICPC 14, fosse alcançada.

Dentre as possibilidades de contabilização vislumbradas por Santos e Londero (2017) está o registro da contrapartida do ajuste a valor presente, realizado nas cotas dos cooperados presentes no passivo da cooperativa, na conta de outros resultados

abrangentes, ou seja, no patrimônio líquido da própria cooperativa. Com essa sugestão de contabilização, a qual os autores destacam que ainda precisa ser melhor estudada, os impactos nos índices econômicos e financeiros poderiam ser reduzido.

Assim, além de o problema vinculado ao lucro líquido como base para o cálculo dos índices de rentabilidade, conforme mencionado no item 2.2.4, as cooperativas também podem apresentar a necessidade de reclassificar as cotas do capital social para o cálculo do índice de retorno do patrimônio líquido. Uma vez que o ROE tem por objetivo apurar a capacidade da empresa de remunerar o capital, o capital social reclassificado, parece, também precisará fazer parte do cálculo desse índice, possivelmente levando a utilização da fórmula: sobras sobre patrimônio líquido médio somado ao capital social médio.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo proposto de analisar o tratamento contábil utilizado aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento, com o intuito de atendê-lo, procurou-se elaborar o desenho da pesquisa. Tal etapa consiste na delimitação do escopo, definindo-se qual será o problema investigado, qual estratégia de pesquisa será utilizada, quais e como os instrumentos de construção e coleta de dados devem ser elaborados, quais os métodos de análise serão empregados nos dados, dentre outros aspectos que impactam a validade interna e externa da pesquisa (Booth, Colomb, & Williams, 2000; Smith, 2015).

Ressalta-se que, após a construção da plataforma teórica e uma análise detalhada dos estudos anteriores, verificou-se a necessidade de escolher somente um ramo do cooperativismo para o desenvolvimento da pesquisa. Dentre os sete ramos, destaca-se no Brasil o ramo agropecuário. De acordo com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2019), o ramo agropecuário é o mais expressivo no que tange ao número de cooperativas, contando com 1.613 organizações distribuídas pelo Brasil, com aproximadamente 1 milhão de cooperados e 209,8 mil empregados. Esse ramo é composto por “cooperativas de produção agropecuária que destinam-se, essencialmente a prover, por meio da mutualidade, o fomento relacionado às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira” (p. 30), sendo:

Essas cooperativas responsáveis pelas operações de fornecimento de insumos, classificação, armazenagem, processamento e comercialização dos produtos de seus associados, gerando economia de escala nos processos de compra e venda, promovendo a agregação de valor à produção e uma atuação menos assimétrica e mais concorrencial no mercado (OCB, 2019, p. 30).

No que tange à relevância econômica, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2018), o Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) do setor agronegócio, para o qual as cooperativas agropecuárias contribuem, foi de R\$ 1,441 trilhões em 2018, sendo sua participação de 21,1% do PIB brasileiro, correspondente a 15,6% das atividades agrícolas e 5,5% da atividade pecuária. Segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), 48% de tudo o que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa. Em 2018, as 520 maiores cooperativas brasileiras tiveram

o ingresso de R\$ 167,2 bilhões, sendo o ramo com maior volume de sobras no exercício, totalizando R\$ 3,1 bilhões (OCB, 2019).

Segundo Isidoro, Espejo, Facci e Garcias (2012), o setor agropecuário desempenha um papel fundamental na economia brasileira, sendo que um dos principais agentes econômicos dedicados a este setor é a cooperativa, que além da função econômica, possibilita o desenvolvimento social e a distribuição de renda.

Também cabe destacar que o ramo agropecuário se torna interessante para o estudo em função da ausência de regulação, diferente do que ocorre nos ramos de crédito, saúde, infraestrutura e transporte que possuem regulação pelo Banco Central do Brasil, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Energia Elétrica e Agência Nacional de Transportes Terrestres, respectivamente. O ramo agropecuário, no que tange aos aspectos contábeis, segue as orientações da Lei nº 5.764/71, das normas editadas pelo Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), dos atos normativos editados pela Receita Federal e da ITG 2004/2017, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.1 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

De acordo com Guba e Lincoln (1994), a identificação do sistema de crenças e visão de mundo que orienta o pesquisador é um elemento chave da pesquisa científica, tendo em vista que tal posicionamento impacta na seleção das trajetórias ontológicas e epistemológicas fundamentais, bem como na escolha dos métodos empregados na pesquisa (Gioia & Pitre, 1990). Assim, destaca-se que a orientação metodológica do presente trabalho é baseada no paradigma humanista radical, também conhecido como teoria crítica, conforme proposto por Morgan (1980).

Burrell e Morgan (1979) propuseram quatro paradigmas baseados na ontologia, ou seja, a forma com o pesquisador observa e compreende o objeto do estudo, que de acordo com Boeira e Vieira (2010) consiste no “conjunto de pressupostos teóricos sobre a natureza da ciência (objetiva-subjetiva)” (p. 56), e também na epistemologia. O posicionamento epistemológico é a forma como o conhecimento é construído na pesquisa, que é essencialmente desenvolvido para que o leitor entenda qual é a relação entre o pesquisador e o que pretende conhecer (Guba & Lincoln, 1994).

Morgan (1980) expõe que adeptos desse paradigma acreditam que a realidade é subjetiva, construída com base na forma como sujeitos e objetos interagem, sendo

que o conhecimento é constituído a partir do questionamento da necessidade do estabelecimento dos processos físicos e sociais atuais e a investigação sobre quais interesses são servidos por ele (Boeira & Vieira, 2010).

Sob esse paradigma, a pesquisa tem como finalidade a crítica e transformação social, política, econômica e cultural de pontos críticos à sociedade, e é realizada por meio do envolvimento em confronto com as posições atuais (Guba & Lincoln, 1994), o que é coerente com a tese proposta por esse estudo. Burrell e Morgan (1979) e Morgan (1980) corroboram, apontando que a pesquisa ancorada no paradigma humanista radical está preocupada com formas de romper o padrão preestabelecido, explorando outras potencialidades e procurando meios para romper ou transcender às possíveis alienações causadas pelo padrão imposto. Essa abordagem é adotada na pesquisa, já que a utilização do paradigma positivista, considerado *mainstream* da pesquisa organizacional, tende a ignorar possíveis aspectos sociais, características cultural e política (Voss, 2016), o que não faria sentido com os objetivos propostos pela pesquisa, visto a dependência de se analisar o contexto doutrinário, social e da natureza das sociedades cooperativas.

Nessa linha, a ontologia utilizada no presente trabalho é baseada no subjetivismo (Morgan, 1980), encarando a realidade como uma projeção da imaginação humana (Morgan & Smircich, 1980). Chua (1986) expõe que esse posicionamento adota que o mundo em si possui substância, mas que só adquire significado a partir da interação com o sujeito. Para Guba e Lincoln (1994) esse posicionamento é importante por evidenciar que a compreensão de como as “coisas” são pode ser diferente de como as “coisas” funcionam a partir da interação.

A epistemologia ligada ao construcionismo e ao construtivismo compartilha o conceito de que o significado não é descoberto, mas sim construído a partir da interação entre sujeito e objeto (Guba & Lincoln, 1994; Crotty, 1998). Para o construtivismo, o significado pode surgir da interação do sujeito individual com o objeto, a partir de sua percepção e experiência com o objeto. O construcionismo é baseado no construtivismo, mas defende que os significados são construídos de forma mais ampla, são socialmente construídos.

A metodologia dessa pesquisa é justamente fundamentada na construção de que os significados são originados a partir da interação dos sujeitos e objetos. Assim, essa interação é proposta na terceira fase da pesquisa, que é baseada em entrevistas com sujeitos que interagem diretamente com o objeto do estudo: contabilidade em

sociedades cooperativas. Como Guba e Lincoln (1994) sugerem, a orientação metodológica baseada na teoria crítica exige da investigação um diálogo entre o investigador e os sujeitos do inquérito.

Outro ponto a ressaltar é que se reflete nas escolhas metodológicas adotadas é que, sob o paradigma proposto para a presente pesquisa, é improvável haver a ausência de juízo de valores. Guba & Lincoln (1994) descrevem que, na teoria crítica, os valores do pesquisador ganham lugar de honra, e só a partir dele a construção do conhecimento se torna possível. Segundo Iudícibus, Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2011) “a teoria crítica propõe a religação natural da teoria, da ciência e do método no contexto da vida humana, de sua perspectiva histórica e de suas intrincadas variáveis decorrentes da convivência social” (p. 281).

Ademais, Morgan (1980) aponta que para a comunidade científica que adota o paradigma humanista radical, a realidade é consequência do processo de criação dos arranjos físicos e sociais, que restringem e controlam as ações humanas e organizacionais, levando, em alguns casos, à alienação sobre as potencialidades de outras verdades e processos. Adicionalmente, Boeira e Vieira (2010) apontam que “o paradigma humanista radical está estruturado na combinação da visão subjetiva das ciências sociais com a teoria da mudança radical da sociedade” (p. 58). Assim, nesse paradigma há a importância, ou a percepção de necessidade, de se transcender às limitações dos arranjos sociais existentes, contrariando, muitas vezes, posições pré-estabelecidas (Burrell & Morgan, 1979).

De acordo com Iudícibus, Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2011) a utilização da teoria crítica na pesquisa permite a conjugação entre o prescritivo e o descritivo, ou seja, entre o normativo e positivo, já que apresenta elementos empíricos e propõe mudanças de acordo com os fenômenos observados. Segundo Martins (2012), é justamente essa a diferença entre o paradigma do interpretativismo e da teoria crítica, já que a pesquisa baseada na teoria crítica não busca somente ler a interação que ocorre entre sujeito e objeto, mas também busca trazer mudanças para o *status quo*. Assim, Martins (2012) complementa ressaltando que “a teoria crítica adota uma postura política no sentido de propor alterações às estruturas existentes, sendo normativo por natureza” (p. 81).

Partindo dessa lógica, na última etapa da pesquisa são aplicadas possíveis sugestões de alterações contábeis, construídas com base nas sugestões coletadas nas fases da análise documental e entrevistas, em casos de sociedades cooperativas.

Com o intuito de sustentar por meio de constatações empíricas sugestões de alterações ao modelo vigente de contabilidade empregado nas cooperativas, adotando um caráter também prescritivo à pesquisa.

Ademais, cabe destacar que, assim como o paradigma da teoria crítica propõe, o conhecimento não é estático, ele cresce e se altera a partir de mudanças no processo de revisão dialético e histórico, sendo transformado com o tempo (Boeira & Vieira, 2010). Assim, o conhecimento proposto sobre contabilidade em sociedades cooperativas não se esgota com a discussão apresentada por esse trabalho e pode ser alterado com o passar do tempo e à medida que novas estruturas sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais, etc. são formadas.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme o exposto na sessão anterior que descreve a orientação metodológica, o presente estudo é desenvolvido em etapas nas quais procedimentos metodológicos baseiam-se em pesquisa documental e realização de entrevistas.

3.2.1 Análise Documental

A análise documental é baseada nos demonstrativos financeiros publicados por sociedades cooperativas. De acordo com Godoy (1995) “os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial” (p. 21).

Tendo em vista que a publicação dos demonstrativos financeiros não é obrigatória para sociedades cooperativas, a análise dos demonstrativos financeiros é realizada com base na amostra de cooperativas presentes na Revista Exame – Melhores e Maiores, do ano de 2016. A análise também é complementada por informações disponíveis em sites das cooperativas e estatutos sociais que foram obtidos por sites, contato direto e organizações regionais de cooperativas.

A etapa da análise documental tem como objetivo analisar os demonstrativos financeiros atualmente publicados pelas sociedades cooperativas, investigando oportunidades de melhoria, dadas as limitações verificadas, e também a forma de comunicação com os cooperados. Nessa etapa foi realizada uma análise crítica baseada na comparação dos requisitos contábeis e legais exigidos para sociedades

cooperativas expostos pela Lei nº 5.764/71, NBC T 10.8, em vigência no momento da análise, ITG 2004, normas internacionais, normativos, regulamentos e orientações direcionadas para sociedades cooperativas agropecuárias.

A amostra selecionada para a fase da análise documental é baseada nas sociedades cooperativas presentes na lista das 400 Melhores e Maiores do setor agropecuário de 2016, publicados pela Revista Exame – Melhores e Maiores. A Tabela 3 apresenta as sociedades cooperativas cujo demonstrativos contábeis serão estudados nessa etapa.

Tabela 3 - Descrição da amostra utilizada na pesquisa

Classificação M&M	Cooperativa	Estado	Segmento	Classificação M&M	Cooperativa	Estado	Segmento
9	Coopersucar	SP	1	161	Copasul	MS	3
13	Coamo	PR	4	175	Cotriel	RS	3
18	Aurora	SC	5	193	Agropan	RS	3
31	C.Vale	PR	5	195	Coagrisol	RS	3
36	Lar	PR	3	199	Coopermil	RS	3
37	Cooxupé	MG	6	200	Cocatrel	MG	6
43	Cocamar	PR	8	205	Bom Jesus	PR	2
50	Copacol	PR	5	206	Camnpal	RS	3
52	Comigo	GO	3	208	Cotricampo	RS	3
56	Agrária	PR	3	217	Coagru	PR	3
60	Castrolanda	PR	7	226	Cotrisel	RS	3
61	Cooperalfa	SC	8	231	Holambra	SP	3
67	Coopavel	PR	5	236	Cotrisul	RS	3
71	Frisia	PR	3	244	Minasul	MG	6
77	Coopercitrus	SP	9	246	Coopermota	SP	3
94	CCPR	MG	7	249	Auriverde	SC	5
96	Cotrijal	RS	3	258	Expocaccer	MG	6
100	Copagril	PR	5	264	Cravil	SC	3
101	Coasul	PR	3	278	Coprodia	MT	1
109	Copercampos	SC	3	288	Capebe	MG	6
110	Cotrisal	RS	3	294	CCAB Agro	SP	2
113	Copercana	SP	1	295	Cooperja	SC	3
138	Capal	PR	3	300	Coopeavi	ES	5
139	Languiru	RS	5	304	Coplana	SP	4
141	Coplacana	SP	2	314	Complem	GO	7
144	Cosuel-Dália	RA	5	315	Coopa	MG	7
148	Copérdia	SC	5	351	Caal	RS	3
152	Cotripal	RS	3	353	Selita	ES	7
160	Coopatrigo	RS	3	373	Cooprata	MG	7

Legenda: M&M – Melhores e Maiores; Açúcar e álcool (1); Adubos e defensivos (2); Algodão e grãos (3); Atacado e comércio exterior (4); Aves e suínos (5); Café (6); Leite e derivados (7); Óleos, farinhas e conservas (8); Revenda de máquinas e insumos (9).

Fonte: Revista Exame – Melhores e Maiores 2016.

Destaca-se que a coluna “Classificação M&M” refere-se à classificação, por receita líquida, da sociedade cooperativa na lista das 400 Melhores e Maiores entidades do ramo agropecuário no ano de 2016. Por meio da solicitação realizada aos organizadores da Revista Exame – Melhores e Maiores, foram obtidos os Balanços Patrimoniais, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Notas Explicativas, Relatório da Administração e, quando disponível, Demonstração do Valor Adicionado e Balanço Social das sociedades cooperativas, sendo as informações referentes ao ano de 2015. Adicionalmente, para as organizações estaduais de cooperativas foram solicitados os Estatutos Sociais.

Da amostra mencionada na Tabela 3 foram retiradas as cooperativas classificadas como cooperativas centrais, que de acordo com a Lei 5.764/71, art. 6º, são “as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais”. Por sua vez, as cooperativas singulares mantidas no estudo são “as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos” (Lei 5.764/71, art. 6º). As cooperativas centrais identificadas no ranking das 400 Melhores e Maiores e retiradas da amostra foram Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora), Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (CCPR) e Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB).

3.2.1.1 Características da amostra da análise documental

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016), o Brasil, no ano de 2015, contava com 6.827 cooperativas divididas em treze ramos do cooperativismo. No que tange às cooperativas agropecuárias, o ramo mais representativo no número de cooperativas, a população no período era de 1.597 entidades. A amostra de 55 cooperativas selecionadas para o estudo não é representativa no que diz respeito ao número de cooperativas, contudo, cabe destacar que o intuito da análise documental é a realização de uma abordagem qualitativa, na qual, de acordo com Glaser e Strauss (1965) e Godoi e Mattos (2010), a representatividade estatística não deve ser uma preocupação. Essa etapa é orientada

para verificar a qualidade e a forma com que as cooperativas da amostra reconhecem, mensuram e evidenciam os retornos econômicos e sociais gerados. Ademais, destaca-se que as cooperativas da amostra contemplam as maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, com alta representatividade no quesito de contribuição com o PIB agroindustrial e faturamento do setor.

A amostra selecionada para a fase da análise documental é baseada nas sociedades cooperativas singulares presentes na lista das 400 Melhores e Maiores do setor agropecuário de 2016, publicados pela Revista Exame, com base nas informações das demonstrações financeiras de 2015. A Tabela 4 apresenta as sociedades cooperativas singulares da amostra.

Tabela 4 - Descrição das cooperativas singulares da amostra com informações de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais

Cooperativa	Ativo Total	Receita Líquida	Cooperativa	Ativo Total	Receita Líquida
Agropan	529.677	646.080	Cooxupé	3.456.493	3.936.197
Auriverde	300.172	451.393	Copacol	2.672.209	2.805.506
Bom Jesus	473.945	576.988	Copagril	971.248	1.287.161
C. Vale	4.618.520	5.435.030	Copasul	655.376	793.368
Caal	240.502	244.510	Copercampos	1.032.556	1.180.189
Camnpal	297.361	575.849	Copercana	1.522.978	1.109.783
Capal	686.069	979.597	Copérdia	672.853	934.568
Capebe	302.110	365.285	Copersucar	7.429.754	10.317.553
Castrolanda	1.976.676	2.179.803	Coplacana	1.276.073	959.587
Coagrisol	315.571	617.416	Coplana	478.336	313.147
Coagru	433.863	538.232	Coprodiá	371.933	382.578
Coamo	8.188.041	10.053.825	Cosuel -Dália	652.162	951.619
Coasul	1.027.474	1.274.318	Cotricampo	306.062	567.988
Cocamar	2.216.962	3.114.871	Cotriel	311.975	737.132
Cocatrel	184.151	590.970	Cotrijal	863.773	1.336.280
Comigo	2.374.393	2.615.133	Cotripal	646.395	901.662
Complem	245.738	291.504	Cotrisal	719.603	1.159.858
Coopa	211.300	315.302	Cotrisel	334.283	513.298
Coopatrigo	317.002	796.563	Cotrisul	249.001	489.012
Coopavel	1.561.608	1.938.487	Cravil	269.158	408.564
Coopeavi	213.372	339.319	Expocaccer	250.844	429.916
Cooperalfa	1.901.758	2.149.336	Frisia	1.859.568	1.858.349
Coop. Agrária	2.581.557	2.378.128	Holambra	530.042	502.803
Coopercitrus	2.578.623	1.790.893	Languiru	852.410	1.024.383
Cooperja	301.145	344.430	Lar	3.317.993	3.963.868
Coopermil	390.881	595.569	Minasul	260.678	466.380
Coopermota	285.470	463.709	Selita	117.112	236.794
Cooprata	126.913	210.707			

Fonte: Revista Exame – Melhores e Maiores 2016.

A Tabela 5 apresenta a estatística descritiva da amostra em valores nominais, referente ao Balanço Patrimonial de 2015.

Tabela 5 - Estatística descritiva da amostra, referente ao Balanço Patrimonial de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais

n=55	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Ativo Circulante	776.832	389.929	1.073.740	68.735	5.773.951
Estoques	243.744	113.998	389.918	17.601	2.109.806
Ativo Não circulante	440.654	174.076	610.568	48.377	3.379.140
Imobilizado	371.230	160.775	499.482	34.519	2.589.611
Total do Ativo	1.217.486	530.042	1.630.788	117.112	8.188.041
Passivo Circulante	609.844	270.097	827.759	45.750	4.292.639
Passivo Não circ.	238.598	83.981	457.320	7.248	3.080.478
Patrimônio Líquido	369.044	150.408	562.977	7.880	3.656.285
Capital Social	66.668	31.430	122.715	551	830.191
Reservas de Capital	5.723	R\$ -	30.007	R\$ -	216.084
Reservas de Lucros	258.284	98.749	495.608	489	3.404.993
Res. de Reavaliação	8.096	R\$ -	23.545	R\$ -	144.956

Legenda: Res. – Reserva; Circ. – Circulante.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016.

Por meio da análise da tabela apresentada é possível perceber que, em todas as variáveis selecionadas, a mediana é menor do que a média, ou seja, a média encontra-se à direita da mediana em um gráfico de distribuição, o que indica que há sociedades cooperativas na amostra com altos valores das variáveis e isso acaba influenciando na média das cooperativas. Um exemplo de cooperativa que pode ser vista como *outlier* da amostra em praticamente todas as variáveis apresentadas é a Cooperativa Coamo, que ficou em 13º no ranking das Melhores e Maiores no setor agropecuário. Cabe ressaltar que, para o interesse da pesquisa, não é necessário eliminar as cooperativas consideradas *outliers*, já que o intuito da análise dos demonstrativos financeiros é vinculado à uma análise qualitativa, com o objetivo de verificar a qualidade da informação apresentada, comparando as informações apresentadas com os requisitos legais e do estatuto de cada cooperativa.

O ativo circulante das cooperativas, em 89% dos casos, é superior ao ativo não circulante, sendo que na análise do passivo, o percentual de ocorrência aumenta para 96%. A liquidez corrente, calculada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante, apresenta como índice médio entre as cooperativas o valor de 1,29, o que

indica que, em média, as cooperativas dispõem de R\$1,29 de ativo circulante para cada R\$1,00 de passivo circulante, demonstrando folga financeira para a liquidação de suas obrigações em curto prazo. Contudo, na análise do índice de liquidez seca que reduz do ativo circulante os estoques para posteriormente dividir pelo passivo circulante, em média, as sociedades cooperativas apresentaram um valor de 0,87, o que nesse caso indica incapacidade de liquidação das obrigações sem a realização dos estoques armazenados na entidade.

Em média os imobilizados das cooperativas da amostra representam cerca de 34% do ativo total, sendo que essa materialidade do imobilizado pode ser justificada visto que a maioria das cooperativas do ranking das Melhores e Maiores apresenta agroindústria. Em uma avaliação do grau de engessamento dos recursos próprios da entidade aplicados no imobilizado é possível perceber que em média as cooperativas apresentam uma imobilização do patrimônio líquido de 1,25, ou seja, para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido a cooperativa tem R\$ 1,25 em ativo imobilizado líquido, o que também reflete o perfil de industrialização dos produtos dessas cooperativas.

Com relação à composição da estrutura de capital das cooperativas da amostra, apenas quatro cooperativas (Comigo, Cotripal, Coprodia e Bom Jesus) apresentaram capital próprio acima de capital de terceiros, o que indica que maciçamente as cooperativas do ranking das Melhores e Maiores são financiadas, em boa parte, por recursos de terceiros. Em média, analisando o passivo circulante e o passivo não circulante sobre o ativo, as cooperativas apresentam 68% da sua estrutura financiada por terceiros.

Com relação às reservas, as de lucro são superiores às de capital, o que pode ser explicado, principalmente, pela presença da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social. Ademais, o capital social composto pelas quotas capital dos cooperados, representa em média 26% do patrimônio líquido. Nesse item, cabe ressaltar que, de forma geral, se espera que as cotas capitais dos cooperados ainda estejam compondo o patrimônio líquido das cooperativas, visto que a IFRIC 2, no Brasil a ICPC 14, não entrou em vigência no Brasil em 2015, justificado pelos sucessivos adiamentos da vigência determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade, diante da norma aprovada pelo Comitê de Pronunciamento Técnico em 2010. Ademais, nos balanços analisados não foram encontrados indícios da alteração do tratamento contábil para as cotas dos cooperados.

Das cooperativas analisadas, somente a cooperativa Coplana realiza o fechamento do seu exercício social em período distinto ao final do exercício pelo calendário, emitindo as demonstrações financeiras em 30/04/2015, sendo o seu ciclo operacional o período de referência.

A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva da amostra em valores nominais, referente a Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015.

Tabela 6 - Estatística descritiva da amostra, referente à Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais

n=55	Média	Mediana	Desvio- padrão	Mínimo	Máximo
Receita Líquida	1.480.742	793.368	2.015.613	210.707	10.317.553
CPV/CMV	1.228.945	686.259	1.564.517	182.137	7.798.779
Lucro Bruto	251.796	98.384	462.979	25.573	2.552.514
Lucro Líquido	52.454	21.247	114.720	-13.008	816.029
JSCP	1.363	R\$ -	6.225	R\$ -	44.417

Legenda: CPV – Custo do Produto Vendido; CMV – Custo da Mercadoria Vendida; JSCP – Juros sobre capital próprio.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016.

Com base na análise do Demonstrativo de Sobras e Perdas, é possível verificar que, assim como no Balanço Patrimonial, a mediana é inferior à média, o que demonstra que há cooperativas com valores das variáveis significativamente altos, considerados *outliers*, que influenciam a média puxando-a para cima. Isso também é corroborado pelo alto valor referente aos desvios-padrões das variáveis selecionadas.

O custo do produto vendido, ou custo da mercadoria vendida, é em média 85% do valor da receita líquida nas cooperativas analisadas. Cabe ressaltar que, no caso de cooperativas que optam por pagar um incremento de preço ao produto entregue em comparação com o preço pago pelo mercado, na estrutura de contabilidade atual, estarão inflando o custo do produto vendido.

Somente considerando a capacidade de geração de retorno final sobre as vendas realizadas, as cooperativas, em média, apresentaram uma performance de 3%, o que no caso das cooperativas não indica uma baixa performance, pelo contrário, como a cooperativa não tem o objetivo de geração de resultado para si mesma, pode indicar que a cooperativa está sendo eficiente em distribuir seus retornos aos cooperados por outras estratégias distintas da geração de sobras.

A rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido apresentou médias de 4% e 9%, respectivamente. Cabe aqui ressaltar que calcular a margem ou a rentabilidade do ativo ou patrimônio líquido utilizando como referência o resultado líquido da cooperativa pode ser considerado uma simplificação, pois no caso das cooperativas, os índices de margem e rentabilidade deveriam considerar todos os retornos distribuídos através das diferentes atuações do cooperado, como cliente, fornecedor e proprietário. No caso da utilização do resultado líquido, que é composto pelo resultado líquido as operações com não cooperados e as sobras/perdas que são os resultados das operações com os cooperados, apenas observa-se o retorno obtido pela atuação do cooperado como proprietário da cooperativa, sendo que esse aspecto dificulta a análise dos índices de rentabilidade propostos pela contabilidade tradicional.

Das cooperativas analisadas, apenas 11 apresentaram a distribuição de retorno via juros sobre capital próprio no ano de 2015, sendo elas: Comigo, CVale, Copacol, Cosuel, Coopavel, Complem, Coasul, Coopermota, Camnpal, Holambra e Selita. A Coopermota e a Cosuel registram tais valores junto à reserva de lucros, enquanto as demais registram no passivo circulante.

Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei 5.674/71, as cooperativas devem apresentar a Demonstração de Sobras ou Perdas por ato cooperado e por ato não cooperado, contudo, no banco de dados fornecido pela Revista Exame Melhores e Maiores 2016 não havia a segregação mencionada, sendo que esta avaliação é apresentada na análise crítica realizada sobre os demonstrativos financeiros contidos no resultado da pesquisa.

A Tabela 7 apresenta a estatística descritiva da amostra de sociedades cooperativas em valores nominais, referente à Demonstração do Valor Adicionado de 2015.

Tabela 7 - Estatística descritiva da amostra, referente à Demonstração do Valor Adicionado de 2015, em valores não corrigidos, em milhares de reais

n=53	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
VA Bruto	171.655	70.336	249.976	2.681	1.439.828
VA Distribuído	202.829	82.204	297.533	13.773	1.755.472
Pessoal	61.667	26.437	75.691	6.830	396.514
Governo	37.015	16.809	56.288	428	270.647
Rem. de Terceiros	50.434	20.137	80.217	1.588	381.284
Rem. Do Capital Próp.	53.714	21.247	116.652	-13.008	816.029

Legenda: VA – Valor Adicionado; Rem. – Remuneração; Próp. – Próprio.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016.

A riqueza criada pelas 53 sociedades cooperativas agropecuárias da Revista Exame – Melhores e Maiores, no ano de 2015, foi cerca de R\$ 10,7 bilhões. A distribuição desse valor adicionado foi de R\$3,3 bilhões (30,4%) para os funcionários das cooperativas, R\$1,9 bilhões (18,2%) para o governo, por meio da arrecadação de tributos nas esferas municipal, estadual e federal, R\$2,7 bilhões (24,9%) para remuneração de capital de terceiros e R\$2,8 bilhões (26,4%) para remuneração do capital próprio.

No caso das cooperativas da amostra foi possível verificar uma presença acentuada de capital de terceiros na estrutura de financiamento, assim, justifica-se que a remuneração do capital de terceiros fosse uma parcela significativa do valor adicionado distribuído. Outro aspecto a ser destacado é o valor adicionado distribuído ao governo. As cooperativas contam com incentivos e isenções fiscais visto a sua natureza, porém, mesmo com tais benefícios oferecidos, as cooperativas ainda distribuem uma parte material de sua riqueza gerada ao governo.

No caso das duas cooperativas com maiores valores adicionados distribuídos, Coamo Agroindustrial Cooperativa e a C. Vale, R\$ 1,7 bilhões e R\$ 9,9 milhões, respectivamente, há uma inversão significativa na ordem de participação dos agentes. Na Coamo, os empregados recebem 22,6% do valor adicionado distribuído, 9,4% são distribuídos para o governo, 21,5% para remuneração do capital de terceiros, e 46,8% para remuneração de capital próprio. Já na cooperativa C. Vale recebem 27% do valor adicionado distribuído, 19% são distribuídos para o governo, 39% para remuneração do capital de terceiros, e 15% para remuneração de capital próprio.

Das 55 cooperativas da amostra, 53 apresentaram Demonstração do Valor Adicionado. Como essa demonstração não é considerada obrigatória para as sociedades cooperativas e não é prevista de forma específica pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, era esperado que nem todas as cooperativas apresentassem tais informações.

3.2.2 Entrevistas

A segunda fase da pesquisa é baseada na realização de entrevistas. A coleta de dados por meio de entrevista valoriza o uso da palavra e símbolos por meio dos quais os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca.

Em busca da validade, ou confiabilidade, dos dados apresentados na pesquisa, é empregada a triangulação da fonte da coleta de dados, assim como propõe Yin (2016) e Maxwell (2009). Essa triangulação envolvendo a coleta em seis fontes permite que a percepção sobre os aspectos contábeis que envolvem os retornos gerados aos cooperados, seja explorado por meio de perspectivas complementares, ou até mesmo contraditórias, conforme o sugerido por Kuzel (1992).

Nesse sentido, pode-se dizer que a unidade de coleta de dados em nível amplo são as sociedades cooperativas agropecuárias brasileiras, sendo que em nível mais estreito trata-se de parte dos stakeholders envolvidos com as cooperativas, sendo eles (a) representantes do movimento cooperativista, (b) contadores de cooperativas, (c) presidentes ou diretores executivos de cooperativas, (d) conselheiros fiscais de cooperativas, (e) auditores, e (f) professores vinculados ao estudo do movimento nas áreas de administração, economia e contabilidade. O intuito é levantar possíveis contribuições de tais partes sobre a abordagem contábil atual empregada nas sociedades cooperativas, buscando evidências dos fatores limitadores ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos, bem como propostas de alteração.

A amostragem tanto no nível amplo, realizada por meio da análise dos demonstrativos financeiros das cooperativas presentes na lista das 400 maiores do agronegócio da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016, quanto no nível estreito, com a seleção dos indivíduos para a entrevista, ocorreu por meio da seleção intencional. De acordo com Yin (2016), essa seleção se justifica quando o objetivo é a busca por entrevistados que possibilitem dados mais relevantes, completos e robustos.

No caso dos entrevistados, empregou-se a amostragem, ou técnica, de bola de neve, como forma de buscar indicações de indivíduos relevantes para a pesquisa que não tenham sido selecionados previamente. Contudo, a utilização dessa técnica de seleção de amostragem foi somente utilizada quando foi verificada uma potencialidade de relevância nos dados e informações que o entrevistado indicado pode fornecer para pesquisa, bem como, a oportunidade de uma nova perspectiva sobre o tema de pesquisa.

O Quadro 3 apresenta informações sobre as formas de contato inicial realizado com cada público de entrevistados propostos na pesquisa.

Quadro 3 - Forma de contato inicial com entrevistados

Grupo de entrevistados	Forma de contato inicial
Representantes do movimento cooperativista	Organizações estaduais e Organização das Cooperativas Brasileiras.
Contadores	Informações presentes nas demonstrações financeiras e cadastro nas organizações estaduais.
Presidentes ou Diretores Executivos	Contato no Encontro de Presidentes de Cooperativas (Epecoop/RS) e demais eventos e missões técnicas que os presidentes ou diretores de cooperativas estejam presentes.
Conselheiros fiscais	Contato por meio da capacitação de conselheiros fiscais realizados pelas organizações estaduais e cadastro de conselheiros fiscais.
Auditores externos	Informações presentes nas demonstrações financeiras; E-mail enviado para o cadastro de auditores independentes disponibilizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (http://www.ocb.org.br/servico/21/auditorias-independentes).
Professores e pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas	Contato com autores de produções científicas (artigos, livros e produções técnicas). Participações em eventos como o Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Cooperativismo e grupo de pesquisa como o de Governança Corporativa em Cooperativas, abrindo contato com pesquisadores. E, por fim, contato com professores que ministram disciplinas sobre o cooperativismo nas principais universidades do país.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à técnica e instrumento de coleta de dados, de acordo com Yin (2016) a técnica de entrevista como instrumento de coleta de dados é utilizada quando o objetivo é captar diferentes percepções e opiniões em relação a um determinado fenômeno, comportamento, ação ou experiência. No caso da presente pesquisa, as entrevistas realizadas com diferentes públicos permitem que diferentes percepções e opiniões sobre o fenômeno contábil estudado sejam coletadas e analisadas para a construção de um fundamento lógico que permita compreender, analisar e quem sabe reformular a forma como os retornos econômicos e sociais são reconhecidos, mensurados e evidenciados na contabilidade atual.

Nesse sentido, Godoi e Mattos (2010, p. 302) descrevem a entrevista “como evento de intercâmbio dialógico – que pode promover reformulação metodológica capaz de enriquecer a prática de pesquisa e construir novas situações de conhecimento”. A forma de entrevista utilizada na presente pesquisa é classificada como entrevista qualitativa (Yin, 2016), que de acordo com Brenner (2006), tem como abordagem a compreensão e entendimento dos próprios significados atribuídos pelos entrevistados, por meio da escuta significativa das experiências e processos cognitivos atribuídos. A entrevista nesse caso não é um instrumento rígido e pode variar de acordo com o contexto e o ambiente da entrevista e do próprio entrevistado.

Seguindo essa proposta, foi utilizado mais de um roteiro de entrevista, que variou de acordo com o grupo de indivíduos selecionados como fonte de coleta de dados. Ademais, os roteiros preparados são tidos como semiestruturado que, de acordo com Godoi e Mattos (2010), são caracterizados por uma preparação prévia de possíveis perguntas que podem vir a ser realizadas durante a entrevista, contudo, o entrevistador possui flexibilidade para ordenar e formular as perguntas durante a entrevista, dependendo do rumo, contexto e oportunidade que o diálogo ofereça. A decisão por utilizar diferentes roteiros de entrevista tem como base o propósito de seleção de cada grupo para pesquisa e nas características prévias de conhecimentos que cada grupo tende a apresentar. O Quadro 4 apresenta a justificativa de escolha dos grupos de entrevistados para a realização da pesquisa.

Quadro 4 - Justificativa para seleção de diferentes grupos de público-alvo das entrevistas

Entrevistados	Justificativa para seleção de diferentes grupos de público-alvo das entrevistas
Representantes do movimento cooperativista	Capturar informações e percepções sobre como o tratamento contábil atribuído aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas e oferecidos aos seus cooperados são compreendidos, quais os avanços que ocorreram com o tempo, as mudanças contábeis que são defendidas hoje pelo movimento e possíveis sugestões de alterações.
Professores e pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas	
Presidentes ou Diretores Executivos	Entender como a decisão sobre a estratégia de retorno oferecida ao cooperado é tomada e o quanto a contabilidade interfere, ou não, no processo de escolha.
Conselheiros fiscais	Capturar a percepção dos cooperados sobre o processo de evidenciação dos retornos econômicos e sociais oferecidos.
Auditores externos	Buscar a percepção, opinião e sugestão sobre o tratamento contábil atribuído aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas e oferecidos aos seus cooperados, dos principais envolvidos na elaboração e verificação das demonstrações financeiras.
Contadores de cooperativas	

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se que, optou-se por selecionar os cooperados que fazem parte do conselho fiscal das cooperativas para analisar a percepção dos cooperados sobre o processo contábil oferecido aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas. Essa escolha reside no fato desses cooperados, de uma forma geral, apresentarem um conhecimento mais elevado sobre as estratégias da cooperativa, bem como sobre seus aspectos contábeis.

Como mencionado, a seleção da amostra de entrevistados ocorreu por amostragem intencional com o auxílio da técnica de bola de neve, ou seja, um contato

inicial com o público de entrevistados de interesses é iniciado e em seguida, a seleção dos demais entrevistados é feita com base na indicação do entrevistado anterior e parâmetros prévios determinados. Esse processo é repetido até que o pesquisador entenda que as informações e dados necessários já foram coletados, não sendo possível, na maioria das vezes, informar com precisão o número prévio de selecionados para participar do estudo (Godoi & Mattos, 2010).

De acordo com Glaser e Strauss (1967), essa estratégia que indica quando o número de entrevistado se torna suficiente para pesquisa é conhecida como o princípio de “saturação” ou de “redundância”. A saturação significa que, à medida que o pesquisador começa captar percepções, opiniões e discursos similares sobre o fenômeno, o investigador adquire confiança empírica de que não mais necessita da busca adicional por dados e informações que possam contribuir para o desenvolvimento do fundamento lógico que é construído com base nos dados coletados (Godoi & Mattos, 2010).

Ademais, com relação às entrevistas, ressalta-se que por questões éticas, todos os participantes da pesquisa foram informados sobre questões vinculadas à sua participação voluntária na entrevista e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido por escrito, Apêndice A, que contém informações sobre a natureza da pesquisa, público-alvo, envolvimento do entrevistado na pesquisa, informações técnicas do processo de entrevista, tratamento para possíveis riscos e desconforto dos participantes, confidencialidade, benefícios e pagamentos. As gravações e transcrições completas ficaram em posse da pesquisadora por 5 anos, conforme previsto no termo assinado pelos entrevistados.

3.2.2.1 Unidade de coleta de dados – Indivíduos entrevistados

Tendo como base os critérios de seleção de entrevistados e os procedimentos de contato adotados, a amostra explorada no presente estudo é composta por quarenta e cinco indivíduos entrevistados que são caracterizados como unidades de coleta de dados, sendo 4 representantes do movimento cooperativista (9%), 10 contadores (22%), 8 presidentes ou diretores executivos (18%), 9 conselheiros fiscais (20%), 2 auditores (4%), e, 12 professores e pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas (27%).

A Tabela 8 apresenta as informações das entrevistas realizadas com quarenta e dois indivíduos que representam diferentes públicos definidos para coleta de dados.

Tabela 8 - Identificação dos indivíduos entrevistados para pesquisa e informações da entrevista

Identificação	Público	Data	Tempo (min)	Transc. Pág.
Entrevistado 1	Contador	09/11/2017	57	20
Entrevistado 2	Representante do Movimento Cooperativista	10/11/2017	33	15
Entrevistado 3	Pesquisador e Professor	27/11/2017	24	10
Entrevistado 4	Representante do Movimento Cooperativista	30/11/2017	31	13
Entrevistado 5	Pesquisador e Professor	04/12/2017	34	12
Entrevistado 6	Representante do Movimento Cooperativista	24/01/2018	23	13
Entrevistado 7	Pesquisador e Professor	24/01/2018	20	8
Entrevistado 8	Contador	25/01/2018	47	28
Entrevistado 9	Pesquisador e Professor	27/02/2018	39	22
Entrevistado 10	Pesquisador e Professor	27/02/2018	53	24
Entrevistado 11	Auditor Externo	01/03/2018	104	57
Entrevistado 12	Presidente ou Diretor Executivo	02/03/2018	49	28
Entrevistado 13	Pesquisador e Professor	14/03/2018	35	14
Entrevistado 14	Cooperado – Membro do CF	22/05/2018	7	4
Entrevistado 15	Cooperado – Membro do CF	22/05/2018	6	4
Entrevistado 16	Cooperado – Membro do CF	22/05/2018	14	8
Entrevistado 17	Cooperado – Membro do CF	22/05/2018	7	7
Entrevistado 18	Cooperado – Membro do CF	23/05/2018	7	5
Entrevistado 19	Cooperado – Membro do CF	23/05/2018	7	4
Entrevistado 20	Cooperado – Membro do CF	23/05/2018	14	9
Entrevistado 21	Cooperado – Membro do CF	23/05/2018	20	15
Entrevistado 22	Contador	22/05/2018	65	32
Entrevistado 23	Pesquisador e Professor	12/06/2018	61	26
Entrevistado 24	Contador	07/06/2018	44	22
Entrevistado 25	Presidente ou Diretor Executivo	10/08/2018	47	14
Entrevistado 26	Contador	15/09/2018	53	32
Entrevistado 27	Representante do Movimento Cooperativista	28/09/2018	44	21
Entrevistado 28	Presidente ou Diretor Executivo	19/12/2018	36	23
Entrevistado 29	Contador	19/12/2018	40	24
Entrevistado 30	Cooperado – Membro do CF	19/12/2018	35	20
Entrevistado 31	Presidente ou Diretor Executivo	14/12/2018	29	15
Entrevistado 32	Contador	15/02/2019	55	27
Entrevistado 33	Pesquisador e Professor	20/02/2019	45	23
Entrevistado 34	Pesquisador e Professor	07/03/2019	31	10
Entrevistado 35	Pesquisador e Professor	08/03/2019	41	20
Entrevistado 36	Contador	21/03/2019	51	35
Entrevistado 37	Contador	22/04/2019	34	
Entrevistado 38	Auditor Externo	08/05/2019	85	41
Entrevistado 39	Contador	24/06/2019	42	26
Entrevistado 40	Presidente ou Diretor Executivo	25/06/2019	47	20
Entrevistado 41	Pesquisador e Professor	02/07/2019	33	14

“continua”

Identificação	Público	Data	Tempo (min)	"continuação"
				Transc. Pág.
Entrevistado 42	Pesquisador e Professor	02/07/2019	34	16
Entrevistado 43	Presidente ou Diretor Executivo	11/09/2019	18	8
Entrevistado 44	Presidente ou Diretor Executivo	13/09/2019	29	12
Entrevistado 45	Presidente ou Diretor Executivo	15/09/2019	16	9
				"conclusão"

Legenda: Min – minutos; Transc. Pág. – número de páginas transcritas, CF - Conselho Fiscal.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme mencionado na seção 3.2.2, as entrevistas ocorreram até se obter a saturação em diferentes públicos e em nível amplo, considerando todos os públicos estudados. De acordo com Yin (2016), a maioria dos estudos qualitativos que utilizam entrevista como método tem como base a faixa de 25 a 50 unidades, estando assim, a amostra do presente estudo, de acordo com a indicação do autor.

As entrevistas foram realizadas no período de 09/11/2017 a 15/09/2019, e totalizam, aproximadamente, 27 horas e 26 minutos de duração, sendo que todas as entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas para análise.

As transcrições das entrevistas foram realizadas por intermédio de terceiro contratado, com objetivo de não gerar possíveis contaminações no processo de transcrição e possibilitar a padronização no processo. Em posse da transcrição, foram realizados processos de checagem entre o material escrito e os áudios das entrevistas, sendo as quarenta e cinco entrevistas revisitadas conforme sugerido por Hall (2000). Como resultado, as transcrições atingiram aproximadamente, 823 páginas para posterior análise.

Com relação aos públicos de professores e pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas e representantes do movimento cooperativista, são disponibilizadas informações adicionais, tais como a área e o maior grau de formação e o nível da organização do cooperativismo que o respondente representa, respectivamente.

Tabela 9 - Informações adicionais dos indivíduos entrevistados

Identificação	Público	Informação Adicional
Entrevistado 2	Representante do Movimento Cooperativista	Organização Estadual
Entrevistado 3	Pesquisador e Professor	Doutorado Contabilidade
Entrevistado 4	Representante do Movimento Cooperativista	Organização Nacional
Entrevistado 5	Pesquisador e Professor	Doutorado Contabilidade
Entrevistado 6	Representante do Movimento Cooperativista	Organização Estadual
Entrevistado 7	Pesquisador e Professor	Mestrado Direito
Entrevistado 9	Pesquisador e Professor	Doutorado Administração
Entrevistado 10	Pesquisador e Professor	Doutorado Administração
Entrevistado 13	Pesquisador e Professor	Doutorado Administração
Entrevistado 23	Pesquisador e Professor	Doutor em Economia
Entrevistado 27	Representante do Movimento Cooperativista	Organização Estadual
Entrevistado 33	Pesquisador e Professor	Doutorado em Contabilidade
Entrevistado 34	Pesquisador e Professor	Mestrado em Administração
Entrevistado 35	Pesquisador e Professor	Doutorado em Desenvolvimento Regional
Entrevistado 41	Pesquisador e Professor	Doutor em Economia
Entrevistado 42	Pesquisador e Professor	Doutor em Economia

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que, durante as entrevistas realizadas com o Entrevistado 30 e o Entrevistado 31, houve a participação de um segundo indivíduo, pertencente ao mesmo público da entrevista, que em determinados momentos adicionou informações relevantes. Seguindo a orientação apontada por Yin (2016) para entrevista com mais de um indivíduo, optou-se por manter tais entrevistas na pesquisa, tendo em vista a relevância dos dados coletados com o indivíduo alvo da entrevista, bem como a possibilidade de identificar tais intervenções pelos áudios das gravações, sendo que nas transcrições optou-se por identificar tais momentos por meio da indicação “Entrevistado 30 - Auxílio”, por exemplo.

Ademais, é necessário destacar que grande parte dos entrevistados são cooperados de cooperativas de crédito, o que é esperado visto o envolvimento e acreditação no movimento cooperativista. No entanto, optou-se sempre por manter o entrevistado no público onde a maior contribuição para pesquisa poderia ser obtida e não excluir possíveis trechos da entrevista que pudessem estar relacionados com sua atuação como cooperado.

Dos públicos entrevistados, dois merecem destaques quanto à dificuldade de obter retorno para realização da entrevista, os auditores externos e os presidentes e executivos de cooperativas. Ambos os públicos foram resistentes em fornecer entrevistas sem a disponibilização prévia do roteiro de entrevista e, no caso dos

auditores externos, a concessão de entrevista normalmente ficou condicionada à aprovação do superior, mesmo com a indicação prévia de que nenhuma informação econômico-financeira da cooperativa seria demandada e os entrevistados não seriam identificados. No entanto, cabe destacar que no caso dos auditores externos entrevistados, ambas as entrevistas foram as que apresentaram maior duração, sendo que o nível de profundidade dos retornos obtidos foi considerado satisfatório para limitar o público a duas entrevistas.

Cabe ressaltar que a generalização não é uma preocupação desse estudo. A pesquisa qualitativa é de natureza particularista, e de acordo com a orientação metodológica apresentada no presente trabalho, entende-se que a verdade, ou o fundamento lógico obtido com a condução da pesquisa, não é absoluto e possui caráter mutável.

3.2.2.2 Instrumento de coleta - Roteiros de entrevista

Os roteiros de entrevista foram desenvolvidos a partir da construção da fundamentação teórica e informações empíricas obtidas com a realização da análise dos demonstrativos financeiros das sociedades cooperativas das 400 Melhores e Maiores do Agronegócio de 2016, da revista Exame. Foram construídos cinco roteiros de entrevista, tendo em vista a necessidade de direcionamento das perguntas para cada público-alvo proposto.

A análise temática com base em template, conforme proposto por King (2004), é o procedimento empregado nas entrevistas, portanto, assim como o autor recomenda, as perguntas também foram vinculadas às categorias definidas *a priori*, conforme a intenção de cada pergunta capturar informações sobre aspectos específicos vinculados ao objetivo da pesquisa, e sua respectiva fundamentação teórica.

Os roteiros de entrevistas foram previamente submetidos ao processo de revisão por especialistas, sendo apreciados e aprovados pelo Professor Doutor Ariovaldo dos Santos (USP), Professor Doutor Gilberto Miranda (USP), Professor Doutor Maurício Ribeiro do Valle (USP) e Professor Doutor Heitor José Cademartori Medina (Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo e Unisinos). O processo de revisão foi orientado para validação dos enunciados e conteúdo das perguntas, bem como aspecto metodológico de aplicação e análise de entrevista.

O Quadro 5 apresenta o roteiro de entrevista desenvolvido para ser aplicado com aos presidentes e gestores de cooperativas.

Quadro 5 - Roteiro e base de entrevista: público-alvo presidentes e gestores de cooperativas

Perguntas	Fundamentação	Categorias
1. Quais são as formas de retornos econômicos e sociais oferecidas pela cooperativa aos seus cooperados? a. Todas essas estratégias são realizadas e suficientes para cooperativa atualmente?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de retorno
2. Como as estratégias de retorno econômico são estabelecidas? a. Nos últimos anos houve mudança na estratégia de distribuição? Se sim, por quê?	Scott (2015), Hasmann (1996), Chaddad e Iliopoulos (2013), Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), Costa, Chaddad e Azevedo (2012) Fulton (1999), Cook (1995), Cook e Burrell (2009), Hind (1999)	Alocação do direito de controle; e, Influência do ciclo de vida
3. Com relação aos retornos sociais e demais retornos vinculados ao FATES, como ocorre a seleção dos projetos que visam sua realização? a. Como é a participação do cooperado nesse processo?	Scott (2015), Hasmann (1996), Chaddad e Iliopoulos (2013), Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), Costa, Chaddad e Azevedo (2012)	Alocação do direito de controle
4. Analisando as informações das maiores cooperativas do Brasil, encontramos significativas diferenças entre os valores de constituição e a realização do FATES, como tais diferenças poderiam ser explicadas? a. Quando e quem determina se as despesas de assistência técnica, social e educacional serão absorvidas pelo FATES?	Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores (2016) Scott (2015), Hasmann (1996), Chaddad e Iliopoulos (2013), Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), Costa, Chaddad e Azevedo (2012)	Estratégias de Retorno; e, Alocação do direito de controle
5. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos do FATES em seu benefício? a. O cooperado compreende a utilização desses recursos como retorno próprio?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Shleifer e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004)	Assimetria de informação; e, Governança corporativa
6. E com relação aos demais retornos econômicos, o cooperado possui conhecimento pleno sobre eles? a. () Se sim, como isso é alcançado pela cooperativa? b. () Em parte, quais os mecanismos que a cooperativa utiliza para essa comunicação? E quais os fatores que limitam esse processo? l. A contabilidade (demonstrações contábeis) auxilia nesse processo? c. () Se não, quais são os fatores que limitam o fluxo de informações e como poderiam ser superados?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Shleifer e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004)	Assimetria de informação; e, Governança corporativa

Perguntas	Fundamentação	Categorias
7. Os índices de rentabilidade são direcionadores da decisão na cooperativa? Por quê? a. Esses índices são apresentados aos cooperados?	Londero (2015), Bialoskorski Neto (2012), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008)	Estratégias de Retorno
8. O(a) senhor(a) acredita que a contabilidade tradicional é adequada para demonstrar os retornos econômicos e sociais gerados pela cooperativa? a. Na sua percepção, um investidor em uma empresa tem mais informações oferecidas pela contabilidade sobre os retornos do que um cooperado? Por quê?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de Retorno

Fonte: Elaborado pela autora.

A linguagem utilizada no roteiro foi adaptada para o público-alvo. Por exemplo, ao questionar sobre os recursos vinculados à assistência técnica, educacional e social, optou-se por mencionar a reserva como fundo, FATES, uma vez que é mais comum na prática dos agentes econômicos envolvidos nas operações da cooperativa utilizarem a linguagem prevista na Lei nº 5.764/71.

Como ressaltado anteriormente, o objetivo da aplicação do roteiro de entrevista com os presidentes e gestores de cooperativas é capturar informações de como a decisão sobre as estratégias de retornos oferecidas aos cooperados é tomada e o quanto a contabilidade interfere, ou não, no processo de escolha. Assim, as categorias de análise definidas *a priori* para esse grupo são vinculadas a enunciados de assimetria de informação, alocação do direito de controle, estratégias de retorno, influência do ciclo de vida e governança corporativa.

O segundo grupo de entrevistados alvo da pesquisa são os cooperados do conselho fiscal. O Quadro 6 apresenta o roteiro de entrevista desenvolvido para ser aplicado aos cooperados atuantes no conselho fiscal de cooperativas.

Quadro 6 - Roteiro e base de entrevista: público-alvo cooperados atuantes no conselho fiscal de cooperativas

Perguntas	Fundamentação	Categorias
1. Quais são os retornos econômicos e sociais percebidos pelo(a) senhor(a) ao fazer parte da cooperativa? a. Em valores, você saberia qual o total de benefícios que senhor(a) recebe da cooperativa? b. Se sim, como essa informação é fornecida?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de retorno
2. Qual a participação do cooperado na determinação do preço pago pelo produto e no preço do insumo oferecido aos cooperados? a. O cooperado tem conhecimento que, às vezes, a cooperativa paga mais pelo seu produto que o mercado? Ou que o insumo comprado na cooperativa é mais barato? Como isso acontece?	Scott (2015), Hasmann (1996), Chaddad e Iliopoulos (2013), Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), Costa, Chaddad e Azevedo (2012) Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Alocação do direito de controle; e, Estratégias de retorno
3. O(a) senhor(a) acredita que a informação sobre os retornos econômicos e sociais gerados seria importante para o cooperado? Por quê?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012), CPC 00 (2011)	Contabilidade e a Tomada de decisão
4. Na sua percepção, a contabilidade auxilia os cooperados na tomada de decisão referente a cooperativa? Como?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012), CPC 00 (2011)	Contabilidade e a Tomada de decisão
5. Como o(a) senhor(a) percebe a geração e realização do FATES na cooperativa? a. É um benefício para o cooperado ou é vista mais como uma diminuição da sobra?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de retorno
6. Com relação aos retornos de assistência técnica, educacional e social vinculados o FATES, como ocorre a seleção dos projetos que visam sua realização? a. Como é visto o aumento crescente dessa reserva pelo conselho fiscal, caso ocorra?	Scott (2015), Hasmann (1996), Chaddad e Iliopoulos (2013), Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), Costa, Chaddad e Azevedo (2012); Lei nº 5.764/71. Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores (2016)	Alocação do direito de controle; e, Estratégias de retorno

Fonte: Elaborado pela autora.

O roteiro de entrevista exposto no Quadro 6 é considerado mais desafiador da pesquisa, visto a necessidade de capturar informações de um grupo de interesse que não necessariamente tem conhecimento sobre enunciados e aspectos contábeis. Contudo, esse público-alvo definido é relevante para a pesquisa, visto que são um dos receptores da informação contábil e também são os tomadores de decisão residual, pelo menos.

Tendo em vista o objetivo desse roteiro de capturar a percepção dos cooperados sobre o processo de evidenciação dos retornos econômicos e sociais oferecidos, as categorias definidas *a priori* foram: alocação do direito de controle, estratégias de retorno, e, contabilidade e tomada de decisão.

O terceiro grupo de interesse da pesquisa são os produtores da informação contábil, os contadores das sociedades cooperativas. Tanto a seleção dos contadores, quanto os auditores, tem como objetivo buscar percepções, opiniões e sugestões sobre o tratamento contábil atribuído aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas e oferecidos aos seus cooperados.

O Quadro 7 apresenta o roteiro de entrevista desenvolvido para ser aplicado aos contadores de sociedades cooperativas.

Quadro 7 - Roteiro e base de entrevista: público-alvo contadores

Perguntas	Fundamentação	Categorias
1. Na sua percepção, as orientações da NBC T 10.8 são suficientes para adequar as normas contábeis às sociedades cooperativas? a. Há alguma desvantagem no processo de adequação para as cooperativas? b. O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre a ITG 2004? Trouxe alguma melhoria para a contabilidade das cooperativas?	Hendriksen e Van Breda (2012), Dickel (2014), NBC T 10.8, Lei nº 5.764/71, Webb (2014), Weffort (2003)	Processo de normatização contábil
2. Quais são as formas de retornos econômicos e sociais oferecidas pela cooperativa aos seus cooperados? a. O(a) senhor(a) acredita que o cooperado possui conhecimento sobre todos os retornos que são gerados? A contabilidade ajuda nesse processo?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000) Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012)	Estratégias de retorno; e, Assimetria de informação
3. Os retornos que o cooperado recebe na figura de usuário da cooperativa, são devidamente registrados pela contabilidade? a. Poderiam ser registrados de uma forma diferente? Como?	Balaguer e Castellano (2012), Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71	Processo de contabilização
4. A contabilização de determinados valores como ato cooperado e ato não cooperado é considerada controversa, por exemplo, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro etc. Qual a estratégia de contabilização utilizada? a. Há cooperativas que não segregam o ato cooperado e não cooperado em seus demonstrativos, como você compreende isso?	Balaguer e Castellano (2012), Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71 Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores (2016)	Processo de contabilização

Perguntas	Fundamentação	Categorias
5. Com relação aos retornos da RATES, como é realizada a contabilização dos recursos utilizados? Quando a escolha pela utilização da reserva é realizada? a. Na sua percepção, como são vistos os valores crescentes da RATES no Balanço Patrimonial e a proporção entre a sua realização e constituição?	Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71 Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores	Processo de contabilização; e, Estratégias de retorno
6. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos da RATES em seu benefício? a. Como tal informação poderia ser repassada ao cooperado, com a finalidade que o mesmo entendesse que se trata de um tipo retorno gerado pela cooperativa?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Shleifere e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004)	Assimetria de informação; e, Governança corporativa
7. Mesmo sendo uma opção da cooperativa, o retorno oferecido na figura de Juros sobre o Capital Próprio ainda é pouco utilizado entre as cooperativas, por quê?	Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores	Estratégias de retorno
8. No caso das cooperativas, as sobras igual a zero pode ser considerado uma representação eficiente da capacidade da cooperativa coordenar recursos, uma vez que os retornos podem ser distribuídos por outras estratégias que não a sobra. Os gestores e cooperados compreendem isso? a. Na sua percepção, à medida que as cativas crescem a preocupação com a geração de sobras se torna maior?	Carvalho (2008); Bialoskorski Neto, (2012). Hind (1999); Fulton (1999); Olson (2007); Cook e Burrell (2009).	Estratégias de retornos; e, Influência do ciclo de vida
Pergunta Filtro: O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre a ICPC 14? 9. Sobre a ICPC 14, na sua percepção como é compreendida a reclassificação do capital social para o passivo? a. A cooperativa realizou alguma ação para caso a norma fosse aprovada pelo CFC?	IFRIC 02, ICPC 14	Processo de normatização contábil
10. O(a) senhor(a) acredita que a contabilidade tradicional é adequada para reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos econômicos e sociais gerados pela cooperativa? Por quê?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994,2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de retornos

Fonte: Elaborado pela autora.

A linguagem utilizada nos roteiros de entrevista dos contadores e auditores está próxima da exposta no presente trabalho, uma vez que o contato com as terminologias contábeis é mais próximo por tais públicos.

No caso dos contadores de cooperativas, as categorias definidas como base foram: assimetria de informação, processo de normatização contábil, processo de

contabilização, estratégias de retorno, influência do ciclo de vida e governança corporativa.

O quarto grupo de interesse definido como público-alvo é o dos auditores externos que atuam em sociedades cooperativas. O Quadro 8 apresenta o roteiro de entrevista desenvolvido para ser aplicado aos auditores.

Quadro 8 - Roteiro e base de entrevista: público-alvo auditores de cooperativas

Perguntas	Fundamentação	Categoria
1. Na sua percepção, as orientações da NBC T 10.8 são suficientes para direcionar o processo de auditoria das demonstrações financeiras nas sociedades cooperativas? Por quê? a. O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre a ITG 2004? Na sua visão trouxe alguma melhoria para a contabilidade das cooperativas?	Hendriksen e Van Breda (2012), Dickel (2014), NBC T 10.8, Lei nº 5.764/71, Webb (2014), Weffort (2003), Becker (2004), Zanette e Alberton (2009)	Processo de normatização contábil
2. Quais são os maiores desafios ao realizar a auditoria de uma cooperativa? a. Divergem de uma organização com finalidade lucrativa? Por quê?	Hendriksen e Van Breda (2012), Dickel (2014), NBC T 10.8, Lei nº 5.764/71, Webb (2014), Weffort (2003), Becker (2004), Zanette e Alberton (2009)	Processo de normatização contábil
3. O(a) senhor(a) acredita que o cooperado possui conhecimento sobre os retornos gerados pela cooperativa? Como a contabilidade ajuda nesse processo? b. Seria possível que os retornos gerados pela cooperativa, por exemplo, maior preço pago ao produto adquirido do produtor e menor preço de vendas dos insumos oferecidos, fosse registrado de uma forma diferente pela contabilidade? Como?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Balaguer e Castellano (2012), Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71	Assimetria de informação; e, Processo de contabilização
4. A contabilização de determinados valores como ato cooperado e do ato não cooperado é considerada controversa, por exemplo, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro etc. Como a auditoria lida com essa questão? b. Há cooperativas que não segregam o ato cooperado e não cooperado em seus demonstrativos, como você compreende isso?	Balaguer e Castellano (2012), Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71 Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores (2016)	Processo de contabilização
5. Com relação aos retornos da RATES, como o(a) senhor(a) vê o processo de contabilização dos recursos utilizados? Você acredita que há necessidade de normatização da reversão? b. Na sua percepção, como são vistos os valores crescentes da RATES e a proporção entre a sua realização e constituição?	Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71 Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores	Processo de contabilização; e, Estratégias de retorno

Perguntas	Fundamentação	Categoria
6. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos da RATES em seu benefício? a. Como tal informação poderia ser repassada ao cooperado, com a finalidade de que o mesmo entendesse que se trata de um tipo de retorno gerado pela cooperativa?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Shleifer e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004)	Assimetria de informação; e, Governança corporativa
7. Mesmo sendo uma opção da cooperativa, o retorno oferecido na figura de Juros sobre o Capital Próprio ainda é pouco utilizado entre as cooperativas, por quê?	Evidências empíricas da amostra da Melhores & Maiores	Estratégias de retorno
8. Entrando na questão de uma norma específica, a ICPC 14, na sua percepção como é compreendida a reclassificação do capital social para o passivo? a. Quais seriam as consequências da adesão ou da não adesão pelo CFC?	IFRIC 02, ICPC 14	Processo de normatização contábil
9. Na sua percepção, um investidor em uma empresa tem mais informações oferecidas pela contabilidade sobre os retornos do que um cooperado? Por quê?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994, 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de retorno

Fonte: Elaborado pela autora.

Para os auditores externos as categorias definidas previamente foram: assimetria de informação, processo de normatização contábil, processo de contabilização, estratégias de retorno e governança corporativa.

O quinto roteiro de entrevista é direcionado para dois públicos-alvo, os representantes do movimento cooperativo, e também aos professores e pesquisadores em cooperativismo.

O Quadro 9 apresenta o roteiro de entrevista desenvolvido para ser aplicado aos representantes e professores pesquisadores do cooperativismo.

Quadro 9 - Roteiro e base de entrevista: público-alvo representantes do movimento cooperativista e professores e pesquisadores

Perguntas	Fundamentação	Categorias
1. Considerando os princípios, natureza e funcionamento das cooperativas, na sua percepção, quais são os principais ajustes nas normas contábeis para esse tipo de organização? a. Qual a sua avaliação sobre as orientações de registros contábeis para cooperativa, emitidas pelo CFC? São necessárias?	Hendriksen e Van Breda (2012), Dickel (2014), NBC T 10.8, Lei nº 5.764/71, Webb (2014), Weffort (2003)	Processo de normatização contábil
2. Com base na sua experiência em cooperativas, o cooperado possui conhecimento dos benefícios de fazer parte da cooperativa? a. No aspecto monetário existe esse conhecimento? b. Você entende como relevante? Quais seriam os desafios para isso ocorrer?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Shleifer e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004)	Assimetria de informação; e, Governança corporativa
3. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos da FATES/RATES e seus benefícios? a. Como tal informação poderia ser repassada ao cooperado, com a finalidade de que o mesmo entenda que se trata de um tipo de retorno gerado pela cooperativa?	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012) Shleifer e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004)	Assimetria de informação; e, Governança corporativa
4. Na sua opinião, como são vistos os valores crescentes da FATES/RATES no Balanço Patrimonial e a proporção entre a sua realização e constituição?	Evidências empíricas da amostra da Melhores e Maiores (2016)	Estratégias de retorno
5. No caso das cooperativas, sobras igual a zero pode ser considerada uma representação eficiente da capacidade da cooperativa coordenar recursos, uma vez que os retornos podem ser distribuídos por outras estratégias que não a sobra. Os gestores e cooperados compreendem isso? b. Na sua percepção, à medida que as cooperativas crescem a preocupação com a geração de sobras se torna maior?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994, 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000) Fulton (1999), Cook (1995), Cook e Burrell (2009), Hind (1999)	Estratégias de retorno; e, Influência do ciclo de vida
6. Você acredita que a contabilidade tradicional é adequada para reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos econômicos e sociais gerados pela cooperativa? a. Na sua percepção, um investidor em uma empresa tem mais informações oferecidas pela contabilidade sobre os retornos do que um cooperado? Por quê?	Olson (2007), Zylbersztajn (1994, 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000)	Estratégias de retorno

Fonte: Elaborado pela autora.

Ambos os públicos foram selecionados pela possibilidade de se capturar informações e percepções sobre como o tratamento contábil atribuído aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas e oferecidos aos seus cooperados são compreendidos, quais os avanços que ocorreram com o tempo, as mudanças contábeis que são defendidas hoje pelo movimento e possíveis sugestões de alterações.

Nesse roteiro de entrevista, os enunciados utilizados como plataforma para o desenvolvimento das perguntas de pesquisa foram: assimetria de informação, processo de normatização contábil, estratégias de retorno, influência do ciclo de vida e governança corporativa.

Para compreender como os entrevistados responderam a cada roteiro aplicado e se os públicos teriam comportamento similar ou divergente perante os direcionamentos dos roteiros, com o auxílio do software NVivo 12®, executou-se a análise de cluster usando a métrica de coeficiente de correlação de Pearson. Essa análise consiste em uma técnica exploratória utilizada para visualizar padrões, agrupando unidades de coleta de dados que compartilham palavras semelhantes.

A Figura 5 apresenta a matriz de coeficientes de similaridade, estes representam o grau de semelhança entre pares de unidades de coleta de dados e os mesmos são arranjados de acordo com os respectivos graus de similaridade de modo a ficarem agrupados segundo uma disposição hierárquica.

Figura 5 - Cluster dos entrevistados por similaridade de palavras

Fonte: Elaborado pela autora extraído do NVIVO 12®.

Pode-se observar que mesmo com a utilização de roteiros específicos para cada público, quando analisadas as palavras citadas durante as entrevistas, não é possível afirmar que os públicos se comportaram de maneira homogênea. Na seção 4.2 é explorada a análise de cluster por codificação, tendo em vista que cada roteiro utilizado possui enunciados preestabelecidos.

3.2.2.3 Processo de análise das entrevistas

Com relação ao processo de análise das entrevistas empregado, torna-se necessário entender a entrevista como uma fonte segregada em duas perspectivas usuais no campo das ciências sociais (Alasuutari, 1995). A primeira, corresponde a perspectiva factual, que envolve o método de coleta de dados pelo qual as informações sobre o objeto do estudo são geradas. Nessa perspectiva, a análise é baseada no processo de categorização e comumente são apresentados dados quantitativos extraídos das entrevistas.

De acordo com Duarte (2002), essa primeira perspectiva de entrevista fornece material que precisa ser organizado e categorizado segundo critérios definidos de acordo com os objetivos da pesquisa; em um primeiro momento trata-se de um

trabalho operacional que pode ser facilitado por meio da utilização de software, sendo que na presente pesquisa essa perspectiva de análise ocorre com o auxílio do NVivo 12®.

Para Godoi e Mattos (2010) essa perspectiva de análise é conhecida como a análise de conteúdo, que seria a primeira abordagem de análise do discurso. Nessa perspectiva Godoi e Mattos (2010) destacam que “não há sujeito na literatura do texto; não há interpretação, senão descrição e objetivação dos componentes” (p. 379), considere numa etapa “simplificadora do fenômeno da linguagem. Em princípio, poderíamos situar a análise do conteúdo como bordeando o limite entre o qualitativo e quantitativo”. (p. 380)

A outra perspectiva é baseada na interação, onde o foco torna-se a fala do respondente como fonte de informação e objeto da análise. Essa perspectiva não tem como base a objetividade, tendo em vista que o significado é construído a partir da interseção da interação do pesquisador e entrevistado (Godoi & Mattos, 2010). Assim, essa abordagem de análise procura incorporar percepções, conjecturas e proposições do pesquisador com base nas informações e dados recolhidos com a fala do entrevistado.

Para dar suporte à análise da perspectiva de interação, é utilizada a técnica análise temática com base em template, conforme proposto por King (2004). Essa técnica é sugerida para organizar e analisar, tematicamente, dados textuais. De acordo com King (2004) o template deve ser organizado a partir de uma estrutura hierárquica que envolve também o relacionamento entre os temas encontrados, permitindo a construção de uma análise lógica pelo pesquisador. Segundo o autor, os códigos que fazem parte do processo de categorização proposto pelo template podem ser definidos *a priori*, com base na teoria que sustenta a pesquisa, ou *a posteriori*, orientado pela leitura e interpretação dos dados coletados.

Nessa pesquisa, alguns códigos iniciais podem ser entendidos como os tópicos de divisão dos roteiros de entrevistas, que servem como base para modificação na análise das entrevistas realizadas *a posteriori*. Ressalta-se que, o desenvolvimento do template ocorre de forma concomitante ao seu uso na análise dos dados, o que implica num constante processo de revisão.

De acordo com King (2004), para a construção do template o pesquisador utiliza o conjunto de transcrições das entrevistas, identificando os trechos do texto que são relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa, atribuindo-lhes os códigos

previamente estabelecidos. Sendo que também é possível que durante este processo, perceba-se alguns problemas em relação ao template original construído *a priori*, o que poderá exigir ajustes, tais como: inserção e retirada de códigos, mudança de escopo e de classificação. Como descrito anteriormente, o template é baseado num processo de hierarquização onde a codificação atribuída aos trechos da entrevista pode ser desdobrada em duas hierarquias, denominadas de codificação primária e secundária. Essas codificações hierárquicas auxiliam no processo de apresentação lógica dos dados e também na construção do processo de análise das entrevistas.

As categorias de classificação e análise definidas *a priori*, conforme a indicação de King (2004), auxiliam no processo de organização e análise dos dados. Contudo, não deve ser entendida como uma estrutura limitadora do processo de análise dos dados, pelo contrário, deve ser flexível e capaz de incorporar novas categorias, ou até mesmo eliminar categorias, de acordo com as informações obtidas no processo de análise das entrevistas.

O Quadro 10 apresenta as oito categorias do template que foram definidas de maneira *a priori*, com base no objetivo e na fundamentação teórica do presente trabalho.

Quadro 10 - Possíveis categorias de análise definidas a priori na pesquisa

Categorias do template	Autores
Assimetria de informação	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012).
Alocação do direito de controle	Scott (2015), Hasmann (1996), Chaddad e Iliopoulos (2013), Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), Costa, Chaddad e Azevedo (2012).
Estratégias de retorno	Olson (2007), Zylbersztajn (1994; 2002), Bialoskorski Neto (2012), Hind (1999), Londero (2015), Barroso e Bialoskorski Neto (2010), Carvalho e Bialoskorski Neto (2008), Arrigoni (2000).
Influência do ciclo de vida	Fulton (1999), Cook (1995), Cook e Burrell (2009), Hind (1999).
Processo de normatização contábil	Hendriksen e Van Breda (2012), Dickel (2014), NBC T 10.8, Lei nº 5.764/71, Webb (2014), Weffort (2003), Becker (2004), Zanette e Alberton (2009).
Processo de contabilização	Balaguer e Castellano (2012), Dickel (2014), Arrigoni (2000), NBC T 10.8, ITG 2004, Lei nº 5.674/71.
Governança corporativa	Shleifer e Vishny (1997), Zylbersztajn (2002), Chaddad e Iliopoulos (2013), Cornforth (2004), Freeman, Wicks e Parmar (2004).
Contabilidade e tomada de decisão	Milgrom e Roberts (1992), Scott (2015), Varian (2002), Lopes e Martins (2005), Hendriksen e Van Breda (2012), CPC 00 (2011).

Fonte: Elaborado pela autora.

Adicionalmente, o código primário “*histórico, experiências ou comentários gerais do entrevistado*”, foi adicionado como código preestabelecido, tendo como finalidade recolher informações da pergunta inicial do roteiro de entrevista, “Comente um pouco sobre o seu vínculo com o cooperativismo”.

3.3 LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente trabalho apresenta limitações em função de determinadas delimitações e escolhas metodológicas necessárias para realização da pesquisa, sendo oportuno reconhecer tais limitações a fim de sinalizar avanços que podem ser realizados em futuras pesquisas.

De acordo com Feng (2010) e Chaddad (2012), é necessário estabelecer o escopo da análise realizada em sociedades cooperativas. A análise pode ser baseada em três naturezas: integração vertical, extensão da fazenda e firma. O presente trabalho parte da concepção de análise da cooperativa sob a natureza da firma. Essa visão sugere que a cooperativa é uma entidade econômica independente dos seus cooperados; um novo órgão decisório é criado pela formação de uma cooperativa (Helmberger & Hoos, 1962; Feng, 2010). Nessa visão, os atributos da cooperativa, reflexo do processo de tomada de decisão organizacionais, são consequências de alguns atributos das propriedades rurais de seus membros, demonstrando alinhamento, contudo, nem todas as decisões e contribuições individuais refletem diretamente na cooperativa. Por consequência, o cooperado e a cooperativa são tidos como unidades de análise distintas, que geram externalidades distintas, sendo que os retornos econômicos e sociais estudados somente alcançam o limite da cooperativa.

O retorno social caracterizado na presente pesquisa se concentra no reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos das assistências educacional e social oportunizados pela RATES. Contudo, podem existir retornos sociais diretos e indiretos produzidos pela cooperativa que não estão diretamente vinculados a tal reserva, tais como os ganhos em qualidade de vida que podem ser promovidos pelos investimentos que a cooperativa realiza ao mecanizar as atividades agropecuárias.

Da mesma forma, cabe destacar que não é possível afirmar que todos os retornos econômicos que são oferecidos aos proprietários em organizações com finalidade lucrativa são plenamente reconhecidos, mensurados e evidenciados, sendo

esse o caso do goodwill gerado internamente que não deve ser reconhecido como ativo tanto em empresas mercantis quanto cooperativas. O goodwill é o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura, que explica a diferença de valor existente entre o valor de mercado e o valor contábil, também pode ser entendido como um retorno econômico, contudo, não é tratado no presente trabalho.

Com relação ao objeto, a pesquisa centrado nas cooperativas agropecuárias brasileiras. O movimento cooperativo é formado por sete ramos distintos, contudo, essa pesquisa somente trata das cooperativas agropecuárias, conforme sinalizado na seção 3. De acordo com Nakao (2017), a contabilidade financeira no agronegócio é de grande relevância no Brasil, dentre outros fatores, já que “1. é um setor relevante para economia brasileira; 2. a atividade possui especificidades e exige tratamento contábil apropriado para que a realidade econômica seja retratada de maneira fidedigna” (p. 1). O mesmo problema em reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos econômicos e sociais relatados para cooperativas agropecuárias também se aplica nos demais ramos do cooperativismo; contudo, para que a presente pesquisa possa expandir seus resultados aos demais ramos, é necessário considerar a diversidade de regulamentos, normativos e tratamento contábil, principalmente as encontradas em ramos regulados.

Ademais, pela orientação metodológica adotada na pesquisa, é necessário destacar que o conhecimento não é estático, ele cresce e se altera a partir de mudanças no processo de revisão dialético e histórico, sendo transformado com o tempo; assim, os resultados obtidos com a tese devem ser considerados válidos para o seu momento de desenvolvimento.

Ainda com relação à orientação metodológica, o paradigma da teoria crítica admite que o pesquisador carrega o seu conjunto crenças e tal aspecto pode causar intervenção no processo de análise dos dados coletados, principalmente no processo de análise das entrevistas durante a codificação dos dados. Para tanto, com o intuito de reduzir a subjetividade nesse processo, optou-se pela análise temática baseada em template como direcionador, conforme sugerido por King (2004), mas é necessário sinalizar que a codificação atribuída é uma sistematização específica do pesquisador que a realiza. Consequentemente, existem várias maneiras de analisar os produtos obtidos das entrevistas.

Outra delimitação existente é o objeto da análise documental. Deve-se considerar que a análise documental se concentrou em cooperativas consideradas as

maiores do Brasil, auditadas e, geralmente, com unidades de contabilidade interna, o que pode não representar a totalidade das cooperativas agropecuárias brasileiras.

Por fim, destaca-se que a base teórica da pesquisa está ancorada na nova economia institucional. Como Zylbersztajn (2002) sinaliza, essa ancoragem teórica enfatiza a importância da análise do ambiente institucional que pauta as organizações, assim, é importante definir claramente o ambiente que está sendo pesquisado. No caso dessa pesquisa, o ambiente institucional restrito ao contexto brasileiro, tomado como constante para pesquisa.

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos por meio da análise documental descritos na seção 3.2.1 do capítulo 3.

A contabilidade das sociedades cooperativas deve ser baseada em normas editadas pelo Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), atos normativos da Receita Federal, a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 (2017), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a própria Lei nº 5.764/71, que também dispõe sobre alguns aspectos contábeis. Assim, quando as demonstrações financeiras das cooperativas são elaboradas e analisadas, é necessário considerar tais normas e especificações técnicas próprias dessas entidades juntamente com as normas internacionais de contabilidade divulgadas pela *International Accounting Standards Board* e aprovadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábil.

Com o intuito de investigar quais são e como são apresentadas as informações econômico-financeiras, principalmente no que tange ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais das sociedades cooperativas no Brasil, foram realizadas análises, com abordagem qualitativa, sobre os demonstrativos financeiros das 55 cooperativas listadas nas 400 Maiores do Agronegócio. Ademais, tal investigação também possibilitou que lacunas da contabilidade das cooperativas fossem percebidas e evidenciadas, e em alguns casos, servissem como informações preliminares para a construção das entrevistas e propostas de alterações na contabilidade das cooperativas.

Cabe destacar que as discussões e considerações expostas nesse item somente são baseadas nas demonstrações financeiras e relatórios auxiliares do ano de 2015, sendo que, em alguns casos, nos quais os relatórios de gestão não estão disponíveis no site da cooperativa, apenas foram utilizados os dados das demonstrações financeiras que foram enviadas à Revista Exame – Melhores e Maiores pelas próprias cooperativas.

Em alguns casos específicos, optou-se por procurar informações complementares sobre os anos posteriores a 2015, trazendo informações de 2016, 2017 e 2018 dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras, quando publicados nos sites das cooperativas. Tal escolha se deve ao fato de que buscar informações

sobre a continuidade dos procedimentos adotados pelas cooperativas e também sobre o processo de contabilização de determinados itens após a ITG 2004 (2017) permite uma comparação *ex-ante* e *ex-post*.

Nesse âmbito, um dos primeiros pontos de destaque é justamente o acesso às demonstrações financeiras. A prática de disponibilização das informações econômico-financeiras por meio do site da cooperativa ainda não é frequente. Em alguns casos, é possível encontrar relatórios de gestão com informações econômico-financeiras pontuais, contudo, frequentemente, o conjunto de demonstrações financeiras não é parte de tais relatórios. Ainda são minoria as cooperativas que disponibilizam suas demonstrações financeiras e estatuto atualizados, o que pode ser compreendido como uma barreira de comunicação com seus *stakeholders*, afetando a transparência da organização econômica.

Tendo em vista o propósito da contabilidade de reduzir a assimetria de informação entre os diversos agentes econômicos que interagem com a organização, a falta de divulgação das demonstrações financeiras nos sites institucionais e nos canais de comunicação foi objeto de questionamento para os contadores das sociedades cooperativas.

A análise realizada nas informações econômico-financeiras das sociedades cooperativas selecionadas foi segregada em quatro itens de observação, sendo eles: 4.1.1 Relatório de Auditoria e Conselho Fiscal, 4.1.2 Relatório de Administração, 4.1.3 Demonstrações Financeiras, 4.1.3.1 Formas de Retornos Econômicos e Sociais e 4.1.3.2 Impacto das formas de contabilização da reversão da RATES no resultado.

4.1.1 Relatório de Auditoria e Conselho Fiscal

A auditoria independente é obrigatória para sociedades cooperativas que apresentam atividades reguladas ou faturamento acima de R\$ 300 milhões ou ainda patrimônio maior que R\$ 240 milhões. No caso das cooperativas agropecuárias, a obrigatoriedade legal é vinculada ao tamanho e, em alguns casos, conforme determinação do estatuto da cooperativa. Em consonância, a Lei nº 5.764/71 prevê, em seu Art. 112, “[...] que o parecer emitido por um serviço independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras” deve ser encaminhado aos órgãos de controle, e em seu parágrafo único, aponta que de acordo com o “[...]”

volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada”.

Dentre outros fatores, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB. 2019) a presença de auditoria independente auxilia na credibilidade da cooperativa perante a assembleia geral e, como forma de assegurar que os auditores independentes possuam experiência e conhecimento sobre as particularidades do modelo de negócios, as empresas contratadas devem estar cadastradas e regulares na organização nacional. No cadastro é possível encontrar empresas tradicionais de auditoria tais como as Big Four (Ernst & Young, Deloitte, PWC, KPMG), e também empresas especializadas em prestar auditoria independente para sociedades cooperativas, tais como CSS Auditores Independentes, Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, Dickel e Maffi Auditoria e Consultoria S/S, dentre outras.

Das cinquenta e cinco sociedades cooperativas analisadas em 2015, cinquenta e três apresentaram, juntamente com seus demonstrativos, o relatório de auditoria. Considerando que a amostra analisada se refere às melhores e maiores cooperativas do Brasil, esperava-se que todas apresentassem o relatório da auditoria independente como parte integrante das demonstrações financeiras.

Com relação às empresas de auditoria, foram listadas vinte e sete empresas que realizam serviços para as cinquenta e três cooperativas, sendo que a empresa Dickel e Maffi Auditoria e Consultoria S/S realiza auditoria independente para doze cooperativas, 22% da amostra, grande parte dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Essa característica revelou-se importante durante a análise realizada, visto que alguns padrões de reconhecimento e evidenciação dos retornos econômicos e sociais foram percebidos, seguindo os *clusters* de cooperativas por empresa de auditoria.

Considerando as empresas de auditoria conhecidas como Big Four, quatro cooperativas utilizaram seus serviços em 2015. No caso das sociedades cooperativas auditadas por tais empresas, é possível perceber que a linguagem contábil e empresarial é mais próxima das organizações de finalidade lucrativa, inclusive sendo esse um fator destacado pelas empresas que trabalham prioritariamente com cooperativas como uma vantagem competitiva sobre as demais. Destaca-se que essa questão foi levantada com os auditores e contadores entrevistados.

Mesmo com a diferença entre as empresas de auditoria que são contratadas pelas cooperativas, pouco se altera na forma de apresentação do relatório de auditoria, que tradicionalmente é composto dos itens de “apresentação”, “responsabilidade da administração”, “responsabilidade dos auditores independentes” e a “opinião dos auditores independentes”. O novo relatório do auditor independente passou a ser aplicado no Brasil nas auditorias de demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos de 31/12/2016.

Assim, para observar possíveis mudanças, os relatórios de três cooperativas auditadas pelas empresas mais frequentes em 2015, e que se mantiveram auditadas pela mesma empresa até 2018 foram selecionados para análise, sendo elas a Cooperativa Agroindustrial Alfa - CooperAlfa auditada pela Dickel e Maffi Auditoria e Consultoria S/S; a Coopersmota – Cooperativa Agroindustrial auditada pela Moore Stephens Prisma Auditores Independentes; e, a Coamo Agroindustrial Cooperativa auditada pela Nardon Nasi Auditores & Consultores.

O novo relatório do auditor independente está baseado, principalmente, nas seguintes normas: NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança; NBC TA 570 – Continuidade Operacional; a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis; a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente; a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente; e a NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente. Os relatórios analisados apresentam em comum os itens: “Opinião”, “Base para opinião”, “Principais assuntos de auditoria”, “Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores”, “Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis”, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

De forma geral, mesmo sendo observadas diferentes empresas de auditoria independente, os relatórios possuem uma linguagem muito similar, sendo que em alguns casos possuem os mesmos trechos.

No relatório emitido pela Dickel e Maffi Auditoria e Consultoria S/S, referente as demonstrações financeiras de 2018, é interessante destacar o item “Principais assuntos de auditoria”, que evidencia os procedimentos contábeis adotados para estimativas de perdas de crédito, estoque de produtos agrícolas, e provisões e

passivos contingentes. A ITG 2004 (2017) trouxe reflexos claros para a contabilização dos produtos recebidos dos associados com preço a fixar nos itens 15, 16 e 17, sendo os controles internos utilizados pela cooperativa o ponto de destaque da auditoria independente. No caso da Nardon Nasi Auditores & Consultores, o principal ponto de destaque no item “Principais assuntos de auditoria” é o envolvimento entre a empresa de auditoria independente, auditoria interna e também o conselho fiscal da sociedade cooperativa, considerado um órgão diferenciado dentro da estrutura de governanças desse tipo de organização, principalmente no ramo agropecuário, tendo em vista o nível de conhecimento dos seus componentes.

Já com relação a opinião dos auditores independentes nos relatórios de 2015, a Tabela 10 apresenta um resumo das informações.

Tabela 10 - Opinião dos auditores independentes emitidas com base nos demonstrativos financeiros de 2015

Relatório da Auditoria		
Sem ressalva, sem ênfase	43	78%
Sem ressalva, com ênfase	5	9%
Com ressalva	2	4%
Com ressalva, com ênfase	3	5%
Sem parecer anexado as DF's	2	4%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os motivos de ressalva estão principalmente vinculados à contabilização de estimativas de recebimentos e provisões com diferentes perspectivas de classificações de realizações, o que pode levar a sub ou superavaliação do ativo, passivo e patrimônio líquido. Por outro lado, as ênfases estão normalmente relacionadas à apresentação de capital circulante líquido negativo por parte das cooperativas, o que pode demonstrar um desequilíbrio da situação financeira da organização, ameaçando sua continuidade.

Cabe ressaltar que, nesse aspecto, ao contrário do esperado, três cooperativas da amostra apresentam a Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos (DOAR) justamente para comentar sobre a estrutura do capital circulante líquido da cooperativa. A DOAR não é tida como uma demonstração obrigatória, tendo em vista que foi substituída pela Demonstração de Fluxo de Caixa, mas traz informações relevantes como a existência ou não de folga financeira nos ativos de curto prazo em relação aos passivos de curto prazo.

As sociedades cooperativas não são obrigadas a promover um rodízio da empresa responsável pela auditoria independente. Conforme destacado, a única exigência realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras é que os profissionais desta categoria estejam devidamente credenciados pelo Sistema OCB, realizem o pagamento da taxa estipulada na Portaria OCB nº 06/2015 e façam a revalidação do cadastramento a cada 2 anos. Na Resolução nº 043/2015, a OCB destaca que tal prática consiste em um mecanismo para assegurar a qualidade e conformidade das empresas que realizam a auditoria das mais de 6 mil cooperativas do Brasil, disponibilizando um banco de dados de auditores com experiência e conhecimento sobre as particularidades desse modelo de negócio.

Já com relação ao parecer do Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da cooperativa, independente e subordinado unicamente à Assembleia Geral, cujas atribuições devem estar definidas no Estatuto Social, seguindo as determinações explícitas na Lei nº 5.764/71, pouco pode ser verificado por meio do parecer emitido. Nesse sentido, ao se observar os pareceres do conselho fiscal emitidos pelas cooperativas da amostra em 2016, 2017 e 2018, cujo o acesso é possível por meio do site institucional, pouco se alterou do panorama inicial, sendo que o nível informacional dos procedimentos adotados pelo conselho fiscal na verificação das informações econômico-financeiras divulgadas pouco é revelado.

Dentre a amostra de 55 cooperativas, em 2015, 78% apresentaram parecer do Conselho Fiscal, contudo, esse parecer geralmente fornece apenas a informação de que o Conselho Fiscal está de acordo com a auditoria independente e aprova as demonstrações financeiras, ou que aprova com determinadas ressalvas ou ênfases também apresentadas no relatório da auditoria independente. Na amostra, apenas o parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa Copérdia traz maiores informações sobre as práticas e visitas realizadas, documentos analisados e datas das atividades que deram base para tomada de decisão do órgão.

O Conselho Fiscal é considerado um importante elemento da governança corporativa nas sociedades cooperativas e, por essa razão, tanto as organizações estaduais de cooperativas, quanto as próprias cooperativas têm investido em cursos de capacitação e formação dos conselheiros fiscais, o que normalmente é destacado no relatório de administração da cooperativa. Como instrumento de incentivo, em algumas cooperativas há o pagamento para cooperados que participam do Conselho Fiscal, seja por reuniões realizadas ou uma bonificação pela função. A prática

realizada pela Cooperativa Copérdia permite que maiores informações sejam transmitidas aos cooperados, inclusive dando credibilidade para a atuação do Conselho Fiscal e, por essa razão, esperava-se que fosse realizada por mais cooperativas.

Em um primeiro momento, a tendência seria indicar que os cooperados do conselho fiscal possuem um maior nível informacional, quando comparado aos demais cooperados no que tange as informações econômico-financeiras. Contudo, a partir das informações coletadas com a análise documental, é possível inferir que os questionamentos realizados na entrevista não atendam o retorno esperado, já que não é possível verificar quais são os procedimentos de acompanhamento, verificação e confirmação adotados pelo conselho fiscal.

4.1.2 Relatório de Administração

O relatório da administração foi apresentado como parte integrante das demonstrações financeiras, ou do relatório de gestão, por grande parte das cooperativas analisadas. É perceptível que o relatório de administração tem como objetivo uma aproximação com o cooperado, tendo em vista a linguagem utilizada nos relatórios e a forma de apresentação das informações. Em geral, os relatórios de administração apresentam uma forte ênfase na prestação de contas da cooperativa, evidenciando informações sobre os recursos investidos, projetos realizados e apresentação dos resultados. Essa prestação de contas é realizada por meio de elementos visuais, como figuras, gráficos e tabelas, sendo que nesse quesito, cooperativas como a Copasul, Coouxupé, Frisia e Castrolanda se destacam.

As cooperativas Copacol, Holambra, Coagru e Copagril foram as únicas que, em 2015, apresentaram junto aos seus relatórios de gestão, planos de atividades e o orçamento para o período seguinte. Essa estratégia de comunicação é interessante, pois permite que o cooperado tenha informação sobre as decisões que foram tomadas para o próximo período, dando a possibilidade de intervir ou apoiar as decisões tomadas pela administração da cooperativa.

Ressalta-se que as cooperativas estudadas apresentam um grande número de cooperados, ou seja, direito de propriedade disperso, sendo comum a separação do direito de propriedade e controle. O reporte de informações sobre as decisões de investimentos, projetos, atividades e obrigações que a cooperativa pretende executar

no período ou nos períodos seguintes são comumente tomadas pelos detentores do controle, que geralmente estão sob o conselho de administração e da diretoria executiva da cooperativa; contudo, o cooperado ainda permanece com o controle residual e tem o direito de intervir caso acredite que tais decisões não garantam a maximização do retorno do seu investimento. Para tanto, torna-se essencial o conhecimento sobre quais ações são planejadas pela gestão.

Um fator interessante encontrado em alguns relatórios de administração foi a apresentação de informações em quantidade de quilos/toneladas ou sacas de produtos. Das cinquenta e cinco cooperativas analisadas, em 2015, nove recorreram a esse recurso para evidenciação das principais informações financeiras, econômicas e técnicas. Acredita-se que esse instrumento também seja utilizado como forma de facilitar a comunicação com o cooperado, por meio de recursos frequentemente utilizados no dia a dia do produtor rural. Essa estratégia de comunicação permite que emissor e receptor da informação se comuniquem na mesma linguagem e pode aumentar a compreensão da informação, uma das características qualitativas de melhoria da informação destacadas no CPC 00.

A Figura 6 apresenta exemplo de informações em quantidade encontradas nos relatórios de gestão das sociedades cooperativas estudadas.

Figura 6 - Exemplo de informações em quantidade encontradas no relatório de gestão

Fonte: Relatório de Gestão 2015 - Cooperativa Frísia.

De forma geral, as cooperativas tendem a apresentar informações sobre produtividade por atividades, áreas cultivadas, produções, capacidades de estocagem e total de beneficiamento como parte de seus relatórios e com informações em saca ou tonelada, conforme também pode ser verificado na Figura 7.

Figura 7 - Exemplo de informações por produção encontradas no relatório de gestão

Fonte: Relatório de Gestão 2018 - Cooperativa Castrolanda.

Outro aspecto que merece destaque é que cerca de 24% das cooperativas apresentam, juntamente às suas demonstrações financeiras, relatórios de análise de índices, bem como análise vertical e horizontal das principais demonstrações, uma tendência crescente pelas análises dos relatórios de administração nos anos subsequentes. Cabe destacar que os índices que são apresentados nos relatórios são aqueles tidos como tradicionais, compondo a análise de liquidez, estrutura e rentabilidade da cooperativa. Os índices de rentabilidade são baseados nas sobras e resultado líquido gerado, não fazendo menção aos demais retornos econômicos que podem ter sido gerados pela cooperativa. Outro ponto que chama a atenção é que nenhuma delas, quando apresenta séries históricas em Reais, se preocupa em atualizar os valores pela inflação ocorrida no período.

As Figuras 7 e 8 apresentam exemplos de indicadores presentes nos relatórios de administração.

Figura 8 - Indicadores presentes nos relatórios de gestão

Fonte: Relatório de Gestão 2015 (em cima) e 2018 (embaixo) - Cooperativa Castrolanda.

Figura 9 - Indicadores presentes nos relatórios de gestão, exemplo II

■ SITUAÇÃO FINANCEIRA

ÍNDICES	2011	2013	2014	2015	2016	2017
Liquidez Seca	2.51	1.52	0.93	0.89	0.97	1.00
Liquidez Corrente	2.99	2.11	1.45	1.49	1.48	1.50
Liquidez Geral	1.40	1.36	0.95	0.96	1.02	1.09
Capital de Giro (R\$ 1.000)	146.171	145.503	119.774	133.367	160.257	163.095
Necessidade Capital de Giro (R\$ 1.000)	66.920	134.787	91.512	136.587	191.545	157.585
Tesouraria (R\$ 1.000)	79.251	10.716	28.262	(3.220)	(31.288)	5.510
Imobilização de Capital Próprio	0.58	0.64	1.10	1.07	0.97	0.88
Quadro Funcional	363	439	495	561	638	660
Faturamento por Empregado (R\$ 1.000)	1.266	1.753	1.646	1.750	2.035	1.820
Faturamento por Cooperado (R\$ 1.000)	467	492	416	462	496	425

Fonte: Relatório de Gestão 2017 - Cooperativa Capal.

A apresentação de indicadores, bem como da análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras, é vista como um fator positivo que deve ser incentivado entre as cooperativas, pois permite que o usuário da informação tenha conhecimento sobre a saúde financeira e econômica da cooperativa por outros meios que não a leitura direta da demonstração financeira, o que pode auxiliar na compreensão das informações. Uma sugestão para possibilitar compreensão dos indicadores apresentados pelos cooperados, é a exposição dos conceitos e parâmetros de cada

indicador. Essa prática é verificada em poucas cooperativas analisadas e como exemplo a Figura 10 apresenta o caso da Cooperativa Holambra.

Figura 10 - Exemplo de análise de indicadores e explicação dos indicadores no relatório de gestão

b) Alguns índices de análise de balanço:

Capitalização Geral: - mede a relação dos recursos próprios da Cooperativa (Patrimônio Líquido) com o total do Passivo.

Imobilização: - mostra o percentual do Patrimônio Líquido aplicado nas contas de: investimentos, imobilizados e intangíveis, antigo Ativo Permanente.

Liquidez Geral: - mede a capacidade da Cooperativa em saldar suas dívidas no Curto e no Longo Prazo, com recursos já disponíveis no seu Ativo Circulante e no Realizável a Longo Prazo.

Liquidez Corrente: - mede a capacidade de saldar os compromissos no Curto Prazo (01 ano).

Fonte: Relatório de Gestão 2016 - Cooperativa Holambra.

Com relação às formas de retorno oferecidas pelas sociedades cooperativas, é evidente que o relatório de administração traz informações importantes sobre os retornos sociais que são oferecidos. Conforme o exposto anteriormente, o relatório de gestão concentra principalmente ações já realizadas pela cooperativa, traduzido, principalmente, em número de ações e público alcançado.

As Figuras 11 e 12 apresentam os exemplos de informações encontradas nos relatórios de administração das cooperativas no que se refere às ações sociais realizadas.

Figura 11 - Exemplo de informações fornecidas sobre as ações sociais das cooperativas

■ AÇÕES PARA OS ASSOCIADOS E SUAS FAMÍLIAS		
	Quantidade	Total de participantes
Palestras, Seminários, Fóruns, Encontros e Viagens Técnicas	19	638
Dias de Campo	7	468
Reuniões Técnicas - Agrícola	12	85
Reuniões Técnicas - Pecuária	43	1.099
Eventos Recreativos e Culturais	9	843

Fonte: Relatório de Gestão 2017 - Cooperativa Capal.

Figura 12 - Exemplo II de informações fornecidas sobre as ações sociais das cooperativas

GRUPOS FEMININOS

Foram realizados 114 eventos entre treinamentos, palestras e diversas outras ações promovidas com o objetivo de desenvolver as integrantes dos grupos femininos.

21 Grupos Femininos
900 integrantes
+ de 4.2 mil participações nas ações

Fonte: Relatório de Gestão 2018 - Cooperativa Copacol.

Contudo, ainda há pouca informação sobre o volume de investimentos nas ações sociais e educacionais, bem como se a origem desse recurso está ou não vinculada à realização da RATES.

Ainda relacionado à RATES, a assistência técnica prestada pelas cooperativas agropecuárias também é um elemento recorrente nos relatórios, trazendo informações sobre o número de atendimentos e eventos voltados para a assistência técnica, mas, assim como as informações sobre ações educacionais e sociais, as informações sobre o montante de investimentos e a origem dos recursos não é evidenciada de forma clara.

Um exemplo interessante de apresentação de benefícios oferecidos aos cooperados é o praticado pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda., conhecida como Cooxupé. Como parte integrante do relatório de gestão, a cooperativa fornece a informação dos benefícios diretos, que geram impacto financeiro direto para o cooperado, tais como bônus ou descontos oferecidos nas campanhas de vendas aos cooperados, remunerações pela qualidade do produto e sobras distribuídas ou incorporadas ao capital.

Ademais, fornece informações sobre benefícios indiretos, relacionados a serviços oferecidos pela cooperativa tais como assistência técnica, subsídio na armazenagem e subsídios de transporte. Cabe destacar que os benefícios indiretos evidenciados podem conter ou não a contrapartida do cooperado, ou ainda pode se tratar de um valor diferenciado oferecido ao cooperado, contudo, a informação de como esse retorno é oferecido não é clara.

A Figura 13 apresenta as informações de benefício aos cooperados da Cooxupé.

Figura 13 - Benefícios diretos e indiretos oferecidos pela cooperativa Cooxupé no exercício de 2015

BENEFÍCIOS AOS COOPERADOS		ANO 2015
1. BENEFÍCIOS DIRETOS	Nº DE COOPERADOS	VALOR (R\$)
Café		
Programa de Qualidade Nespresso	528	R\$ 6.163.246
Programa de Qualidade UTZ	37	R\$ 870.972
Programa de Qualidade Ily	61	R\$ 812.800
Devolução do Fundo Especial de Capitalização - FEC		R\$ 929.433
Devolução de Capital		R\$ 4.131.456
Subtotal:		R\$ 12.907.907
Insumos		
Bônus e Descontos das Campanhas de Vendas	8.322	R\$ 8.152.565
Subtotal:		R\$ 8.152.565
Distribuição de numerário (Destinação estatutária 10% sobre as sobras)		R\$ 12.269.579
Aumento do Capital (Destinação estatutária 10% sobre as sobras)		R\$ 12.269.579
TOTAL DE BENEFÍCIOS DIRETOS		R\$ 45.599.631
2. BENEFÍCIOS INDIRETOS	Nº DE COOPERADOS	VALOR (R\$)
Café		
Assistência Técnica	87.179 Atendimentos	R\$ 8.566.078
Subsídio de Armazenagem	9.961	R\$ 12.185.624
Subsídio de Transporte	3.366	R\$ 4.657.368
SubTotal:		R\$ 25.409.070
TOTAL DE BENEFÍCIOS INDIRETOS		R\$ 25.409.070
3. PROPOSTA AGO 31/03/2016 <small>(Recomendação do Conselho de Administração, 10% das sobras para aumento de capital).</small>		R\$ 2.453.916
TOTAL GERAL		R\$ 73.462.617

Fonte: Relatório de Gestão 2015 - Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA.

Esse demonstrativo de benefícios ao cooperado está de acordo com a proposta da presente tese, na qual informações de benefícios à atuação do cooperado, como usuário da cooperativa, além dos tradicionais retornos aos proprietários, tais como juros sobre o capital próprio e sobras, são mensurados e evidenciados. Contudo, o demonstrativo não contempla possíveis benefícios indiretos vinculados aos investimentos em educação e amparo social que são oferecidos pela cooperativa, conforme listados de forma qualitativa no relatório de gestão, em prol do cooperado.

Ademais, cabe destacar que o incremento de preço pago ao cooperado pelo insumo entregue em comparação ao preço pago pelo mercado, e a redução do preço de insumos, produtos e serviços fornecidos ao cooperado, não estão necessariamente evidenciados nos benefícios descritos. Essa observação se deve ao fato de que não é possível afirmar que o valor exposto está vinculado às comparações ao valor de mercado ou valores praticados com não-cooperados, com os acréscimos e decréscimos de valores oferecidos como benefícios aos cooperados.

Na sequência da demonstração dos benefícios, a cooperativa apresenta o resultado, as destinações diretas e a proposta do Conselho de Administração para a Assembleia Geral de distribuição das sobras, corroborando com a informação presente na demonstração dos benefícios. Usualmente, tal informação é apresentada pelas demais cooperativas estudadas como parte da nota explicativa de sobras à disposição da assembleia. A proposta de apresentação da cooperativa torna-se interessante pelo grau de evidenciação da informação, bem como a compreensão dos cálculos dos benefícios expostos conforme a Figura 9.

Cabe destacar que o mesmo demonstrativo e informações foram encontrados nos anos subsequentes de análise, em 2016, 2017 e 2018, no relatório de gestão da Cooperativa Cooxupé.

Outro caso que deve ser destacado é o da Cotripal Agropecuária Cooperativa que, anualmente, como parte dos indicadores relacionados ao Balanço Social da cooperativa, divulga os benefícios diretos e indiretos oferecidos para os cooperados no período. A cooperativa não apresenta Demonstrações Financeiras como parte do Relatório de Gestão que pode ser baixado do site da organização, no entanto traz algumas informações absolutas extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Sobras e Perdas, tais como faturamento bruto, impostos e contribuições recolhidos, resultado líquido, e também divulga o Relatório dos Auditores e Conselho Fiscal.

A Figura 14 apresenta os benefícios diretos e indiretos oferecidos pela cooperativa Cotripal no exercício de 2018.

Figura 14 - Benefícios diretos e indiretos oferecidos pela cooperativa Cotripal no exercício de 2018

QUADRO ASSOCIATIVO	2018	2017	% S/ RO		% S/ FB	
			2018	2017	2018	2017
Capacitação e desenvol. profissional	5.272.863,58	4.894.674,91	15,84	16,46	0,41	0,49
Participação nos resultados	7.076.618,48	5.378.376,52	21,25	18,09	0,53	0,54
Curso técnico em agropecuária	93.000,00	99.900,00	0,28	0,34	0,01	0,01
Reuniões e confraternizações	326.714,59	624.530,94	0,98	2,10	0,03	0,06
Outros benefícios	65.022,00	54.170,00	0,20	0,18	0,01	0,01
TOTAL	12.834.218,65	11.051.652,37	38,55	37,17	0,99	1,11

Fonte: Relatório de Gestão 2018 - Cotripal Agropecuária Cooperativa.

Legenda: RO – Resultados Operacionais; FB – Faturamento Bruto.

Junto às informações em números absolutos, a cooperativa apresenta os indicadores, relacionando os benefícios oferecidos em capacitação, formação, reuniões e participação nos resultados, com valores dos resultados operacionais e faturamento bruto da cooperativa. Ao apresentar tais informações a cooperativa divulga quais são os benefícios oferecidos aos cooperados na sua perspectiva e isso permite ao cooperado compreender parte dos seus retornos.

Assim como a Cooperativa Cooxupé, os diferenciais de preços oferecidos pela cooperativa em relação ao mercado não são divulgados de forma direta, não sendo possível verificar se a cooperativa pratica tal estratégia de retorno com seus cooperados. Ademais, não é possível identificar se os retornos alinhados com assistência técnica, capacitações e ações sociais, são realizados por meio da RATES, já que essa informação não é apresentada no relatório de gestão.

Nos demais relatórios que foram analisados durante o período de 2015 a 2018, não foram encontrados exemplos de detalhamento dos benefícios oferecidos aos cooperados em maior nível de aprofundamento do que da Cooperativa Cooxupé.

4.1.3 Demonstrações Financeiras

Com relação ao conjunto das demonstrações financeiras, as sociedades cooperativas apresentaram, predominantemente, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), que equivale a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) nas entidades com finalidade lucrativa.

Destaca-se que a análise realizada com base nas demonstrações financeiras foi direcionada para verificar informações sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais produzidos pelas cooperativas agropecuárias em prol de seus cooperados.

No que tange à demonstração para apuração do resultado da cooperativa, apenas uma cooperativa apresenta a DRE sem as alterações de nomenclatura e adaptações previstas para cooperativas. A análise documental também revelou que cerca de 28% das sociedades cooperativas analisadas, em 2015, não realizam a separação do ato cooperado e do ato não cooperado na Demonstração de Sobras ou Perdas, conforme previsto pela ITG 2004 e na Lei nº 5.764/71.

A falta da informação sobre a segregação dos atos cooperados e não cooperados impossibilita a informação sobre o cumprimento do objetivo social principal da cooperativa, bem como o conhecimento, por exemplo, sobre a constituição de valores que devem ser destinados à RATES devido à realização do ato não cooperado pela cooperativa.

O ato cooperado apresenta uma finalidade econômica e social, enquanto o ato não cooperado deve ser compreendido como complementar pela cooperativa, tendo somente finalidade econômica na sua realização. A ausência de informação sobre como o resultado líquido da cooperativa é produzido por cada ato pode gerar perda de orientação da real finalidade da cooperativa.

É provável que mesmo as cooperativas que não evidenciem a DSP segregada por ato, façam isso para a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, tendo em vista que tais tributos são apurados somente com base no ato não cooperado. A evidenciação da segregação também permite a verificação do padrão contábil adotado pela cooperativa, visto que a contabilização de resultados financeiros obtidos a partir das transações estabelecidas com cooperativas de créditos

e resultados de equivalência patrimonial, são exemplos de impasses contábeis envolvendo a identificação como ato cooperado ou não cooperado.

Ademais, outro aspecto contábil que poderia ser verificado, caso a segregação de atos ocorresse, é a contabilização da realização da RATES como ato cooperado ou não cooperado. A realização da RATES deve ser destinada para a assistência técnica, educacional e social dos cooperados, o que leva a percepção de que a sua realização está atrelada ao ato cooperado. Contudo, quando previsto em estatuto, os recursos também podem ser empregados em prol dos colaboradores das cooperativas, e nesse caso, há cooperativas que entendem que esses recursos podem ser considerados despesas do ato não cooperado, o que pode ser visto como um ponto controverso.

Em função da segregação apresentada por algumas cooperativas da amostra foi possível verificar que a realização da RATES, que pode ser observada em devido a reversão da RATES prevista pela ITG 2004, foi contabilizada tanto no ato cooperado, quanto no ato não cooperado.

Cabe ressaltar que algumas cooperativas da amostra também optam por apresentar duas Demonstrações de Sobras ou Perdas, sendo uma segregada em ato cooperado e não cooperado, e outra destinada a comparação entre períodos, sem segregação dos atos. Já em outros casos, a segregação da informação é realizada em Notas Explicativas. Independente da forma de evidenciação, é importante que as cooperativas continuem realizando a apresentação dessa informação.

Contudo, é necessário destacar que a cooperativa, por determinação do seu estatuto social, pode não realizar operações com terceiros, portanto, não tem o que apresentar como ato não cooperado. Caso isso ocorra, é essencial que a cooperativa coloque tal aspecto em suas notas explicativas, permitindo maior transparência e compreensão do usuário da informação contábil.

Assim como as receitas e ingressos devem ser rastreados para identificação como ato cooperado e não cooperado, as despesas e dispêndios devem seguir a mesma lógica de rastreabilidade. Porém, é possível encontrar cooperativas que rateiam as despesas e dispêndios pelo rastreamento das receitas e ingressos, ou seja, de forma proporcional, sendo esse um critério não indicado.

Nesse sentido, em alguns casos, é possível perceber um esforço da cooperativa em conscientizar o cooperado a sempre informar a sua matrícula nas transações com a cooperativa, principalmente em casos que não envolve compra e

venda de insumos, mas sim atividades em supermercado, posto de gasolina ou outras atividades, já que, quando a identificação não ocorre, o resultado é alocado como ato não cooperado, sendo tributado e diretamente destinado à RATES.

Vinculado à análise da RATES, a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido é uma importante ferramenta para evidenciação dos recursos empregados na formação da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, bem como os recursos da RATES que são utilizados no período, possibilitando retorno econômico e social aos cooperados. Assim, um aspecto fundamental da DMPL é que as reservas sejam abertas de forma analítica, permitindo que as informações sobre a movimentação da RATES, constituição e realização, sejam observadas e analisadas. Nos demonstrativos contábeis das 55 cooperativas agropecuárias analisadas somente foi possível identificar o emprego dos recursos da RATES em 42 cooperativas, ou seja, 76% da amostra, no ano de 2015. As cooperativas que não apresentam a DMPL na forma analítica, normalmente, reconhecem a RATES como parte das reservas estatutárias, ou, em alguns casos específicos como parte da Reserva de Lucros.

Um dos aspectos que justificam a abertura da RATES na DMPL, inclusive com informações sobre sua constituição e realização, é o alto valor dessa reserva nas sociedades cooperativas. Ao contrário das sociedades anônimas, para as cooperativas não existem limites fixados para a constituição dessa reserva de lucros, o que ocasiona, em alguns casos, valores da RATES superiores ao do próprio capital social.

Nesse sentido, destaca-se que essa falta de abertura sobre a RATES nas demonstrações contábeis dificulta o processo de transparência das informações, afinal, essas treze cooperativas onde não foi possível analisar a constituição e realização da RATES podem potencialmente não estar levando essas informações para os cooperados.

Com base nos dados das 42 cooperativas analisadas, a representatividade média da RATES perante o Patrimônio Líquido, considerando as informações de 2015, é de 16%, enquanto a representatividade frente ao capital social esse percentual chega a 117%, ou seja, já superou o capital social significativamente na maioria das cooperativas da amostra. Essa informação é preocupante, pois pode sinalizar que a cooperativa está mantendo altos níveis da RATES para manter seu

capital de giro, algo que não está conseguindo realizar apenas com o capital social incorporado por seus cooperados.

Ademais, esse alto volume da RATES perante o capital social, pode gerar preocupação com relação à sustentabilidade da cooperativa. A RATES, legalmente, somente pode ser empregada em prol das assistências técnica, educacional e social, não podendo ser utilizada para absorver potenciais perdas da cooperativa ou outras finalidades, diferentemente do capital incorporado via cotas de capital ou incorporação de sobras ao capital. É claro, esse panorama também pode ser um reflexo das cooperativas brasileiras serem majoritariamente dependentes de capital de terceiros, não sendo uma prática comum o aumento de capital por livre incorporação, mas sim pela incorporação de sobras definidas no estatuto. Assim, enquanto a RATES apresenta um crescimento mais acelerado, pelo crescimento do ato não cooperado ou até mesmo pela falta de políticas de realização, o capital social das cooperativas brasileiras possui um histórico de variabilidade menor, sendo que a maior porcentagem da variabilidade é atribuída a possíveis incorporações de sobras propostas em estatuto ou definidas em assembleia geral.

Cabe destacar que, no Brasil, além da RATES ser uma reserva obrigatória, a legislação brasileira também determina a formação da Reserva Legal, formada por 5% do ato cooperado, que também é considerada reserva de lucro. Também são consideradas reserva de lucros as demais reservas estatutárias, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, reserva de lucro para expansão e reserva de lucros a realizar. A diferença da RATES para as demais reservas de lucros é que a RATES é considerada um fundo indivisível, que em caso de liquidação da cooperativa, seus recursos não podem ser distribuídos para os cooperados e, nesses casos, os valores não realizados são destinados para o governo. Considerando o conjunto de reservas de lucros, da qual a RATES faz parte, a RATES representa, em 2015, em média, 21% dos valores.

Em uma análise individual, a cooperativa com maior RATES acumulada, de acordo com os demonstrativos contábeis de 2015, é a Coamo, sediada no estado do Paraná, que atua no segmento de grãos. Essa cooperativa, em 2015, apresentava R\$ 1,2 bilhões de recursos disponíveis para serem empregados em prol da assistência educacional, social e técnica. Na Coamo, a RATES representa 33% do Patrimônio Líquido, é 80% superior ao Capital Social, sendo destinado o valor de R\$ 204 milhões

em 2015 para essa reserva e não havendo nenhum recurso empregado no mesmo período.

Esse caso chama atenção pelo alto valor da RATES acumulada, que poderia estar sendo aplicada como retorno ao cooperado no que tange à assistência técnica, educacional e social. Contudo, é importante salientar que esses dados não podem indicar que a cooperativa não preste esses tipos de assistência ao cooperado, apenas sinalizam que, em uma escolha contábil, as cooperativas contabilizam tais valores como despesas do período, não fazendo a reversão dessas despesas como realização da RATES. Essa escolha contábil é interessante para a pesquisa, pois se esse fundo, ou reserva, não está sendo usado com essa finalidade de absorção de despesas de assistência, isso pode indicar que potencialmente a RATES está sendo utilizada com outra finalidade que não a especificada na Lei nº 5.764/71.

Para verificarmos o panorama geral sobre a reserva, a Tabela 11 apresenta a estatística descritiva da RATES, nos anos de 2014 e 2015, no que se refere à constituição e realização.

Tabela 11 - Análise descritiva da RATES, em valores não corrigidos, em milhares de reais

n=42	Constituição 2014		Constituição 2015		Realização 2014		Realização 2015	
Média	R\$	11.277	R\$	13.539	R\$	2.303	R\$	3.221
Mediana	R\$	4.073	R\$	4.110	R\$	584	R\$	656
Mínimo	R\$	115	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Máximo	R\$	153.918	R\$	204.814	R\$	16.679	R\$	25.169

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange ao nível de realização da RATES, este deve ser confrontado com o período posterior à sua constituição. Assim, os valores de constituição de 2014 foram confrontados com os valores de realização de 2015.

Em 76% das cooperativas da amostra, ou seja, em 32 dentre as 42 melhores e maiores cooperativas agropecuárias que em 2015 apresentaram abertura da RATES, os valores de constituição ultrapassam os valores de realização. Em média, a constituição foi 71% superior à realização. O Gráfico 1 apresenta a comparação de constituição e realização da RATES das sociedades cooperativas brasileiras. Esse gráfico foi gerado com os dados de 41 cooperativas agropecuárias, sendo excluída do

gráfico a cooperativa Coamo, anteriormente descrita, em função de ser um *outlier* e dificultar a verificação das informações apresentadas pelo gráfico.

Gráfico 1 - Análise da constituição e realização do FATES, em valores não corrigidos e em milhares de reais, consideração 41 cooperativas

de estoque, individualizada, . . . e sua contrapartida em conta de passivo, mensurados ao valor justo, podendo ser utilizados registros auxiliares” (item 15, p. 3).

O armazenamento pode ser compreendido como um serviço que é oferecido pela cooperativa ao produtor rural, que muitas vezes é mais barato do que o oferecido pelo mercado. Nesse caso, é importante para o processo de contabilização verificar de quem é a responsabilidade e controle sobre o insumo do cooperado durante esse armazenamento.

Em 2015, dez cooperativas, das 55 analisadas, deixam claro em seus demonstrativos financeiros que a responsabilidade é da cooperativa, uma vez que tais cooperativas reconhecem um débito no ativo, na conta estoque, com a contrapartida do crédito na conta de obrigação com o cooperado, conforme a orientação da ITG 2004 (2017). Contudo, uma dessas cooperativas reconhece a responsabilidade por meio da contabilização de uma conta redutora do ativo, ou seja, um débito no ativo, na conta estoque, com contrapartida do crédito na conta de Cooperados Produtos em Depósito a Liquidar, o que foi posteriormente corrigido com a ITG 2004 (2017). Aqui já cabe uma ressalva de comparabilidade, já que há contabilizações diferentes para a mesma natureza de informação.

Na amostra, também foi possível identificar que uma cooperativa ressalta em Nota Explicativa a presença de produtos agrícolas de propriedade de cooperados ou terceiros que estão depositados nos armazéns da cooperativa, e que ainda não foram adquiridos, contudo, a cooperativa não reconhece a sua propriedade e não registra em seu estoque, somente demonstrando em nota explicativa a informação da quantidade de produto armazenado. Essa situação visualizada difere do caso das dez cooperativas descritas no parágrafo anterior. Nesse caso, mesmo o armazenamento ocorrendo na cooperativa, a responsabilidade é do cooperado e por essa razão não é parte integrante do item dos estoques do seu Balanço Patrimonial.

O problema sobre a questão da contabilização dos produtos e insumos de cooperados armazenados na cooperativa surge quando a cooperativa não faz referência sobre o tratamento contábil adotado, o que ocorre em 76% das cooperativas da amostra. Assim, não é possível verificar de quem é a responsabilidade e controle desses produtos e insumos armazenados na cooperativa, se há omissão de ativos e passivos ou se o tratamento contábil atribuído está correto, dificultando a comparabilidade entre as cooperativas, e até mesmo a tomada de decisão por parte do usuário da informação.

Após a ITG 2004 (2017) ter sido colocada em vigência, é possível identificar um aumento da qualidade da informação no que tange aos insumos e produtos provenientes dos cooperados armazenados nos estoques das cooperativas.

Como reflexo da implementação da interpretação técnica, comparando o estoque médio de 2017 e 2018, é possível perceber um aumento considerável nos valores reconhecidos. Não é possível confirmar se essa elevação está única ou diretamente relacionada à ITG 2004 (2017), mas a tendência histórica analisada em algumas cooperativas leva a considerar que a readequação contábil dos estoques ocasionou tal alteração. Nesse sentido, um exemplo ressaltado é da Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL), exposto na Figura 15.

Figura 15 - Evidenciação do Estoque extraído do Balanço Patrimonial da COPACOL

ATIVO	N.E.	31.12.2018	%	31.12.2017	%	Var %
ESTOQUES	Nota 3.4b	776.496.922,30	21,63	515.412.426,91	16,56	50,66
Produtos Agrícolas		242.806.598,41	6,76	32.526.478,61	1,05	646,49
Insumos/Sementes		157.735.962,57	4,39	129.937.868,49	4,18	21,39
Bens Para Revenda		24.378.446,49	0,68	28.113.460,94	0,90	(13,29)
Matéria Prima/Embalagens		63.925.864,07	1,78	63.730.674,49	2,05	0,31
Produtos em Elaboração		129.059.213,96	3,60	109.851.080,19	3,53	17,49
Produtos Industrializados		120.280.477,52	3,35	127.066.723,15	4,08	(5,34)
Almoxarifados		20.312.415,98	0,57	21.157.447,08	0,68	(3,99)
Produtos em Poder de Terceiros		17.997.943,30	0,50	3.028.693,96	0,10	494,25

Fonte: Relatório de Gestão 2018 - Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL).

Conforme pode ser analisado na Figura 15, entre os anos de 2017 e 2018 houve uma variação de 646,49% no registro de produtos agrícolas e 21% dos insumos e semestres registrados no Balanço Patrimonial da Cooperativa COPACOL, o que pode ser explicado em função de a conta ter passado a incorporar o estoque dos cooperados armazenado na cooperativa. Tal afirmação é corroborada pela nota explicativa 3.4b, que descreve como os itens do estoque são avaliados e a alteração apresentada nos períodos.

Figura 16 - Nota explicativa relacionada ao estoque da Cooperativa Copacol**b) Estoques**

Os estoques foram avaliados da seguinte maneira:

- Os produtos agrícolas, bens de fornecimento, bens de revenda, de uso e consumo e de matéria prima, estão avaliados pelo custo médio ponderado, deduzidos os impostos recuperáveis;
- Os produtos industrializados estão avaliados pelo custo de produção;
- Os estoques de aves, peixes, ovos férteis, suínos em formação, novilhas em formação, estão avaliados pelo custo dos insumos aplicados.

A apresentação em balanço compreende quantidades em estoques adquiridos de cooperados e não cooperados.

A partir do exercício de 2018 foram reconhecidos os estoques de produtos agrícolas a fixar e registrados em contrapartida no Passivo Circulante na conta Produtos a Fixar.

Fonte: Relatório de Gestão 2018 - Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL).

Já com relação à análise geral sobre a qualidade das Notas Explicativas apresentadas, considerando os requisitos solicitados pelos pronunciamentos contábeis, e a qualidade da informação fornecida no relatório de gestão da cooperativa, algumas cooperativas merecem ser destacadas como exemplo no ano de 2015, sendo elas: Coopa, Coopercitrus, Cooxupé, Copasul, Coplana, Cotriel, Cotrisal e Languiru.

4.1.3.1 Contabilização das formas de retornos econômicos e sociais

No que tange às diferentes formas de retornos econômicos e sociais, assim como esperado, não são apresentadas nas demonstrações financeiras e seus relatórios auxiliares. Os retornos gerados pelo incremento de preço pago pelo insumo entregue à cooperativa e a economia de recursos pelo preço de produtos e insumos adquiridos da cooperativa, ambos comparados aos preços praticados com não cooperados ou com o mercado ativo que a cooperativa transaciona.

Contudo, algumas cooperativas destacam a possibilidade de existência desses tipos de retornos como forma de garantir competitividade com o mercado, atratividade dos produtores rurais e fidelização dos cooperados, principalmente em casos onde os estatutos não estipulam cláusula de entrega total da produção.

Em casos como a Cooperativa Selita, é possível encontrar informações sobre o preço pago ao cooperado pelo litro de leite entregue na cooperativa, tanto o maior

preço praticado no período, quanto o menor preço oferecido ao cooperado, conforme Figura 17.

Figura 17 - Informação do preço pago pelo produto do produtor pela Cooperativa Selita

3. Indicadores de organização e gestão		
	2018	2017
Procedimento para integralização das quotas-partes	Desconto na produção do cooperado	Desconto na produção do cooperado
Maior valor pago ao cooperado por litro - R\$	1,65	1,28
Menor valor pago ao cooperado por litro (Excesso) - R\$	0,96	1,03
Maior salário pago ao empregado - R\$	13.838	13.500
Menor salário pago ao empregado - R\$	954	937
Destino das sobras de balanço	Reservas e capitalização	Reservas, capitalização e distribuição

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Selita.

A informação de preço apresentada na Figura 17 indica que a cooperativa possui o controle do preço pago aos cooperados e que poderia comparar com o preço praticado pelo mercado em que atua, seja composto por demais cooperativas ou indústrias, como são chamadas as organizações de finalidade cooperativa, ou até mesmo o praticado com não cooperados, evidenciando assim o benefício direto oferecido ao cooperado.

A exemplo do que já é praticado pelas cooperativas Cooxupé e Cotripal, acrescidos de informações como as apresentadas pela Cooperativa Selita, é possível verificar que as cooperativas buscam oferecer determinadas informações sobre os tipos de retornos na sua figura como usuário, contudo, tal informação é comumente apresentada como parte do Relatório de Administração e não são padronizadas. Ademais, às vezes estão dispostas de maneira indireta, pois a cooperativa apresenta o volume total de produtos adquiridos dos cooperados e os seus valores correspondentes.

Com relação aos juros sobre o capital próprio, as cooperativas destacam a possibilidade de existência desse mecanismo de distribuição de retorno econômico para os cooperados, limitados à disposição do artigo 24 da Lei nº 5.764/71, inciso 3º que determina que “é vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os

juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada”. No ano de 2015, apenas onze cooperativas optaram por esse tipo de retorno, mantendo o mesmo nível nos anos subsequentes de análise, o que tende a indicar uma prática que geralmente não é comum entre as cooperativas. A Figura 18 apresenta uma nota explicativa sobre juros sobre capital e sua distribuição.

Figura 18 - Nota Explicativa sobre juros sobre Capital da Cooperativa Cotrisal

3.19 • Juros sobre o capital

Apesar de permitido legalmente, tendo por base dispositivo estatutário, a administração optou por não atribuir juros ao capital social integralizado.

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa COTRISAL.

Outro benefício, identificado a partir da análise documental, foi a prática de restituição de parte do capital social ao cooperado, vinculada ao tempo de associação na cooperativa e também a idade do cooperado. Conforme o exposto na Figura 19, a restituição do capital é identificada como “Plano de Benefício” na cooperativa COPACOL.

Figura 19 - Nota Explicativa do Capital Social das Demonstrações Financeiras de 2018 da Cooperativa COPACOL

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Integralizado está representado pela participação de 5.858 cooperados, atingindo um montante de R\$ 97.980.012,66 (Noventa e sete milhões, novecentos e oitenta mil, doze reais e sessenta e seis centavos), representado por 97.980.012 quotas-partes, cujo valor unitário de cada quota-parte é de R\$ 1,00 (um real).

Neste exercício, foram calculados juros sobre o Capital Realizado, à taxa de 6,00% (Seis por cento ao ano), totalizando em R\$ 5.244.192,75 (Cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos).

Neste exercício foram pagos a título de “Plano de Benefícios” Capital Social, aos cooperados com mais de 55 anos de idade e com 20 anos de filiação, conforme o Art. 29 do Estatuto Social, o valor de R\$ 2.934.992,86 (Dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos).

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa COPACOL.

Essa prática não é restrita à Cooperativa COPACOL, pode ser encontrada em outras cooperativas agropecuárias analisadas e está vinculada a um benefício previsto em Estatuto. Nesse sentido, cabe uma ressalva, a previsão da devolução do

capital social ao cooperado, vinculada à idade e tempo de associação, pode caracterizar previsibilidade de uma obrigação da cooperativa, sendo possível estimar, mesmo em cenários de certa incerteza, o prazo de pagamento e montante a ser pago, passando a caracterizar uma provisão, que segundo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009, p. 4), é definida como “um passivo de prazo ou de valor incertos”, ou seja, há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

De acordo com a ITG 2004 (2017), as quotas do capital social das sociedades cooperativas devem ser mantidas no Patrimônio Líquido até que as solicitações dos respectivos valores sejam requeridas pelos associados. Isso pode acontecer pela demissão, eliminação ou exclusão do cooperado, quando os valores a restituir devem ser transferidos para contas passivas de capital social a restituir. Essa determinação, tende a indicar que mesmo com a cláusula de devolução de capital por tempo de associação e idade, o capital social não seria classificado no passivo por não ser um valor restituído em função da demissão, eliminação ou exclusão do cooperado. No entanto, ao correlacionar essa prática das cooperativas com a definição de passivo contida no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009, p. 4) “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. tende-se a indicar que esse poderia ser visto como um passivo legítimo. Assim, sendo passível de reclassificação, inclusive, com a prática de ajuste a valor presente prevista no CPC 12 (2008) e conforme orientador por Santos e Londero (2017).

Cabe ressaltar que essa devolução de capital é parcial, pois o cooperado precisa manter cotas de capital para poder comercializar seus produtos e adquirir insumos da cooperativa, caso contrário, não pode ser tido como cooperado. A Figura 20 apresenta o limite de devolução de capital estipulado pela Cooperativa Selita.

Figura 20 - Nota Explicativa do Capital Social em 2018 da Cooperativa Selita

15. PATRIMONIO LÍQUIDO
(a) Capital social
Conforme Estatuto Social, o capital é indeterminado e ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 20.954.984, subscrito e integralizado por 1.856 cooperados.
De acordo com dispositivos estatutários, houve aumento e diminuição do capital social em R\$ 2.887.067 e R\$ 3.166.983, respectivamente.
De acordo com o artigo 16 de seu Estatuto Social, no ano de 2018 a Cooperativa distribuiu juros sobre capital próprio no montante de R\$ 596.660, provisionado para capitalização, em atendimento ao parágrafo 2º daquele mesmo artigo do Estatuto.
Em 2018, a Cooperativa devolveu aos seus Cooperados com idade superior a 76 anos 80% do capital integralizado, conforme artigo 17, § 3º do Estatuto Social. O valor devolvido foi de R\$ 413.165

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Selita.

A distribuição de sobras, estratégia de retorno mais comum entre as cooperativas, está diretamente vinculada às disposições previstas nos estatutos das cooperativas. Em alguns casos, as retenções e formas de distribuição das sobras já estão bem definidas nos estatutos das cooperativas, já sendo evidenciado na Demonstração de Destinações das Sobras ou Notas Explicativas os valores destinados a integralização do capital do social, por exemplo. A Figura 21 apresenta a Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias que é divulgada pela Cooperativa Auriverde.

Figura 21 - Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias que é divulgada pela Cooperativa Auriverde

DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS				
CONTAS	2018		2017	
	ATO		TOTAL	TOTAL
	Cooperativo	Não Cooperativo		
1. RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	9.401.860,63	2.632.549,21	12.034.409,84	24.378.388,03
(+) Realização da Reserva de Assistência Téc. Educ. Social	-	-	-	2.334.699,10
(-) Reserva de Lucros a Realizar	-	(200.326,16)	(200.326,16)	(140.454,92)
(-) Reserva Legal - Sobras Capitalizadas	(14.612,18)	-	(14.612,18)	(7.905.634,53)
2. SALDO BASE PARA AS DEMAIS DESTINAÇÕES	9.387.248,45	2.432.223,05	11.819.471,50	18.666.997,68
(-) Reserva Assistência Téc. Educ. Social Resultado c/ Terceiros	-	(2.432.223,05)	(2.432.223,05)	(3.872.229,25)
(-) Reserva Legal - 20%	(1.877.449,69)	-	(1.877.449,69)	(2.958.953,69)
(-) Reserva Assistência Téc. Educ. Social - 10%	(938.724,84)	-	(938.724,84)	(1.479.476,84)
(-) Reserva Desenv. Econ. Financeiro e Industrial - 20%	(1.877.449,69)	-	(1.877.449,69)	(2.958.953,69)
(-) Capitalização das Sobras - 35%	(3.285.536,96)	-	(3.285.536,96)	(5.178.168,95)
(-) Distribuição das Sobras - 15%	(1.408.087,27)	-	(1.408.087,27)	(2.219.215,26)
3. SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Auriverde.

É possível perceber que a cooperativa já realiza todas as destinações ao final do exercício, conforme previsto em seu estatuto, não sendo necessário levar para assembleia geral a proposta da diretoria de distribuição de sobras e perdas. Tanto o percentual de Reserva Legal, ou Fundo de Reserva como é definido pela Lei nº 5.764/71, ou a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social oriunda do ato cooperado, apresentam percentuais superiores aos definidos pela lei.

Nesse sentido, é necessário destacar que a retenção de valores superiores ao previsto em lei é uma prática presente em algumas cooperativas estudadas, o que tende a indicar uma postura mais conservadora da gestão e cooperados, tendo em vista que tal determinação deve ser aprovada em assembleia geral. No que tange ao aumento da retenção para a Reserva Legal, tal prática expressa preocupação com possíveis períodos de dificuldade que a cooperativa pode vir a enfrentar.

Contudo, no caso do aumento da porcentagem de retenção da RATES, tal prática somente faz sentido se a cooperativa realizar a reserva em uma proporção adequada à sua constituição ou pretende manter o volume de sua realização, mesmo em períodos onde o volume de sobras se altere, o que causaria a redução de sua utilização. Caso essas duas hipóteses levantadas para a RATES não sejam confirmadas, a compreensão poderia ser que esse recurso está sendo utilizado como estratégia para manutenção do capital de giro da cooperativa.

Conforme exposto na Figura 21, no ano de 2018, a cooperativa não realizou assistência técnica, educacional e social por meio da RATES, pois sua reversão não está apresentada no demonstrativo e, em 2017, havia realizado aproximadamente R\$ 2,3 milhões. Já a constituição no ano de 2017 foi de R\$ 4,2 milhões e em 2018 R\$ 3,2 milhões, sendo possível perceber que há variações significativas na realização da RATES, frente ao volume de constituição. Cabe destacar que no caso dessa cooperativa, não foi possível identificar o montante da RATES registrado no Balanço Patrimonial, visto que a informação da conta é apresentada de maneira sintética como “Reservas Legais e estatutárias”.

Ainda com relação à distribuição das sobras, uma prática comum das cooperativas é sua capitalização. Ou seja, as sobras não são distribuídas diretamente aos cooperados, em numerários ou recursos para serem utilizados nas operações com a cooperativa, e sim incorporadas ao capital social, e assim somente retornarão ao cooperado pela sua demissão, eliminação ou exclusão, ou ainda, no plano de benefício de restituição do capital por tempo de associação e idade.

Figura 22 - Destinações legais e estatutárias da Cooperativa Comigo

CONTAS	ASSOCIADOS	TERCEIROS	31/12/2018
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS			
Reserva Legal - Leite	-	-	-
Rates - Destinação Resultado Positivo c/ Terceiros	-	(9.463.354,37)	(9.463.354,37)
Reserva Legal 10% - Art 75, a	(12.784.006,42)	-	(12.784.006,42)
Rates 5% - Art 75, b	(6.392.003,22)	-	(6.392.003,22)
Capitalização de Sobras 70% - Art 75, c	(89.488.045,14)	-	(89.488.045,14)
Repasse Sobras Líquidas 15% - Art.75, d	(19.176.009,65)	-	(19.176.009,65)
TOTAL DAS DESTINAÇÕES	(127.840.064,43)	(9.463.354,37)	(137.303.418,80)

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa COMIGO.

Tendo em vista que a estratégia de retorno por meio de Juros sobre Capital Próprio não é comum entre as cooperativas analisadas, é possível inferir que não há estímulos para integralização voluntária de capital nas cooperativas, uma vez que o cooperado não receberá retornos sobre o capital aplicado. Contudo, ao adotarem a obrigatoriedade de capitalização das sobras já presentes no estatuto da cooperativa, há um estímulo forçado para que o patrimônio líquido seja constantemente aumentado e possibilite a manutenção do capital de giro da cooperativa.

Dentre as cooperativas estudadas que possuem definições claras sobre as destinações dos resultados previstas em estatuto, o mais comum é que a porcentagem de sobras integralizadas, retidas no capital social, sejam superiores às sobras distribuídas diretamente ao cooperado.

A estratégia de retorno por meio da assistência técnica, educacional e social foi a que apresentou maior surpresa na análise, principalmente no que se refere ao processo de contabilização de sua utilização e reversão.

Como ressaltado no item 2.1.3.2 da presente tese, a constituição da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social é prevista em lei, sendo que todas as sociedades cooperativas analisadas constituem a RATES, expondo os valores destinados à reserva na continuação da Demonstração de Sobras ou Perdas e/ou Notas Explicativas, ou até mesmo no Demonstrativo de Destinações Estatutárias, onde a composição de cada reserva e as sobras destinadas à assembleia geral são detalhadas e expostas. Um fator interessante é que, usualmente, as cooperativas não apresentam em Notas Explicativas a porcentagem destinada para a constituição da RATES a partir do ato cooperado, o que seria relevante, uma vez que a Lei nº 5.764/71 apenas determina a porcentagem mínima de constituição. Contudo, entende-se que essa informação é um elemento presente nos estatutos das cooperativas e pode ser obtido por meio da comparação entre a base da reserva e a sua constituição no que se refere ao ato cooperado. Conforme relatado, foram encontradas cooperativas que

apresentam porcentagem de constituição da RATES pelo ato cooperado superior ao previsto em lei, mas de forma geral, seguem o padrão mínimo de 5%.

Com relação à constituição da RATES, é necessário destacar que, assim como descrito na plataforma teórica do presente trabalho, é possível inferir que as cooperativas apresentem variabilidade no que se refere à forma de constituição da RATES, principalmente no caso de receitas e despesas financeiras, tendo em vista que a ITG 2004 (2017) determina que tais resultados devem ser contabilizados conforme definição da assembleia geral e podem pertencer tanto ao ato cooperado, quanto ato não cooperado, gerando impacto direto no volume de constituição da RATES.

Nesse sentido, seria importante que a cooperativa indicasse em nota explicativa qual o procedimento contábil adotado nesses casos, permitindo que a característica qualitativa da comparabilidade fosse maximizada. Tal prática pode ser visualizada na Figura 23, conforme realizado pela Cooperativa Cooxupé.

Figura 23 - Nota explicativa sobre a escolha contábil vinculada ao resultado das aplicações financeiras

27.4 Demonstrativo das destinações estatutárias e legais
<p>Conforme determinado na ITG 2004 (Nota 2.3), as destinações dos resultados auferidos pela Cooperativa em aplicações financeiras e em participações societárias (em sociedades cooperativas e não cooperativas) deverão ser deliberadas em assembleia geral, quando não tratados no estatuto social. A Cooperativa entende que o artigo 66 do seu estatuto social endereça as destinações dos resultados apurados no exercício e inclui o resultado das referidas operações na base de cálculo das destinações legais e estatutárias (Nota 27.2).</p>

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Cooxupé.

Ademais, de maneira geral, é possível perceber que a constituição da RATES pelo ato cooperado e ato não cooperado é apresentada de maneira segregada pelas cooperativas, o que permite acompanhar os recursos que são destinados para tal reserva. Porém, conforme relatado, algumas cooperativas apresentam a RATES como parte integrante da conta sintética “Reserva de Lucros”, “Reserva de Sobras” ou “Reservas Legais e Estatutárias”, o que representa uma perda informacional, conforme pode ser visualizado pelo exemplo exposto na Figura 24.

Figura 24 - Nota explicativa sobre a escolha contábil vinculada ao resultado das aplicações financeiras

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.520.491.542,13	1.459.917.550,91
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO (Nota 14)	977.357.718,44	954.889.535,59
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	81.138.835,51	85.653.026,51
RESERVAS	461.994.988,18	419.374.988,81
Reservas de Sobras	461.994.988,18	419.374.988,81
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.355.335.422,74	2.380.372.852,27

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa COMIGO.

É possível observar que aproximadamente 30% do patrimônio líquido da cooperativa é composto pelas reservas de sobra, das quais a RATES faz parte. Outra forma de visualizar os valores disponíveis na reserva própria do cooperativismo prevista na Lei nº 5.764/71 é por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Contudo, nem sempre tal informação também é detalhada e isso dificulta a compreensão dos valores de constituição da RATES, sua realização e também seu volume total, como demonstrado na Figura 25.

Figura 25 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Cooperativa Comigo

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE SOBRAS	SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	TOTAIS
SALDO EM 31.12.2017	954.889.535,59	85.653.026,51	419.374.988,81	(0,00)	1.459.917.550,91
01 Integralização de Capital	1.031.143,73				1.031.143,73
02 Rest. de Cap. a Coop. demitidos, eliminados e excluídos	(46.931.099,58)				(46.931.099,58)
03 Restituição de Capital (Art.14, § 7º. Estatuto Social)	(21.119.906,44)				(21.119.906,44)
04 Utilização de Reservas		(4.514.191,00)	4.499.172,00		(15.019,00)
05 Créditos não Reclamados/Deságio/Glosas			(2.162.720,23)		(2.162.720,23)
06 Subvenções para Investimentos/Doações			7.150,00		7.150,00
07 Sobras e Resultado Líquido do Exercício				148.940.452,39	148.940.452,39
08 Reversões Legais e Estatutárias			(4.237.989,37)	4.237.989,37	-
09 Destinações Legais e Estatutárias	89.488.045,14		44.514.386,97	(134.002.432,11)	-
10 Repasse Sobras Líquidas (Art. 75, "d" Estatuto Social)				(19.176.009,65)	(19.176.009,65)
SALDO EM 31.12.2018	977.357.718,44	81.138.835,51	461.994.988,18	(0,00)	1.520.491.542,13

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa COMIGO.

Já com relação à análise da realização da RATES, também pode-se perceber uma heterogeneidade na forma de contabilização e evidenciação da informação. De acordo com a NBC T 10.8.2.8 “as despesas de Assistência Técnica Educacional e Social serão registradas em contas de resultados e *poderão ser absorvidas* pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social em cada período de apuração.(g.a)”. Da mesma forma, segundo a ITG 2004 (2017) “os dispêndios de assistência técnica, educacional e social devem ser registrados em contas de

resultado, respeitando o regime de competência, e *podem ser absorvidos* pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES). (p. 2, g.a)”, assim, ao que parece, e foi apresentado no item 2.1.3.2 da presente tese, as despesas vinculadas à realização da assistência técnica, educacional e social devem transitar obrigatoriamente pela Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), ficando a critério da cooperativa decidir sobre a absorção dos valores presentes na DSP pela RATES.

Adicionalmente, sobre o processo de contabilização da reversão da RATES ITG 2004 (2017b), quando a interpretação foi disponibilizada para audiência pública, continha a seguinte orientação no item 14 “os dispêndios de assistência técnica, educacional e social devem ser registrados em contas de resultado, respeitando o regime de competência, e podem ser absorvidos pela RATES, *mediante lançamento no resultado antes das destinações legais e estatutária*” (p. 2), contudo, na versão final da ITG 2004 (2017) tal item foi retirado do texto aprovado, possibilitando que diferentes formas de contabilização da RATES sejam realizadas pelas cooperativas.

Durante a análise das demonstrações financeiras de 2015 das cooperativas da amostra, pode-se observar formas distintas de contabilização e evidenciação das informações sobre a utilização da RATES.

A forma mais comum foi a contabilização das despesas, ou dispêndios, de assistência técnica, educacional e social na DSP, conforme o previsto na NBC T 10.8 e ITG 2004, e sua reversão na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA). Assim, para o cálculo das demais reservas e das sobras à disposição da assembleia utiliza-se como base as sobras líquidas da cooperativa após a apuração do imposto de renda e contribuição social, acrescidos dos valores de reversão da RATES. Para tanto, a contabilização é exposta na Figura 26.

Figura 26 - Contabilização da utilização da RATES com a reversão pela DRA

Débito – Despesas com assistência técnica, educacional e social (DSP)
Crédito – Caixa/Disponibilidades/Obrigações (Balanço Patrimonial)
Débito – Reserva de assistência técnica, educacional e social (Balanço Patrimonial)
Crédito – Reversão da reserva de assistência técnica, educacional e social (DRA)

Fonte: Elaborado pela própria autora.

A contabilização mencionada pode ser visualizada na Figura 27, conforme Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) apresentada pela Cooperativa Holambra.

Figura 27 - Evidenciação da utilização da RATES com a reversão pela DRA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores em Milhares de Reais)		
	Exercício 2016	Exercício 2015
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	25.773	21.247
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:		
Gastos da RATES nos exercícios	3.546	2.344
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.284	1.200
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	30.603	24.791

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Holambra.

Essa forma de contabilização é a proposta por Dickel (2014), que é sócio da Dickel e Maffi Auditoria e Consultoria S/C, principal empresa de auditoria utilizada pelas cooperativas, o que também explicaria a escolha predominante por esse método de contabilização. Das cooperativas analisadas, em 2015, 15 cooperativas optaram por tal método de contabilização; conforme ilustrado na Figura 24. Este método é positivo por revelar o valor da utilização da RATES no período, mesmo que em alguns casos não haja a abertura analítica das reservas na DMPL, que seria o outro método de observação dessa forma de retorno. Contudo, nenhuma das cooperativas que optou por esse tratamento contábil detalha a utilização da RATES por tipo de assistência, o que seria uma informação relevante para o cooperado.

Outra forma de contabilização da utilização verificada em duas cooperativas no ano de 2015, foi a reversão dos valores de utilização da RATES na própria Demonstração de Sobras ou Perdas, antes da apuração do imposto de renda e contribuição social. Nesse caso, conforme é apresentado na Figura 28 tanto a despesa vinculada às assistências prestadas, quanto a sua reversão são parte integrante da DSP e formam a sobra ou perda líquida da cooperativa.

Figura 28 - Contabilização da utilização da RATES com a reversão pela DSP antes da apuração do imposto de renda e contribuição social

Débito – Despesas com assistência técnica, educacional e social (DSP) Crédito – Caixa/Disponibilidades/Obrigações (Balanço Patrimonial) Débito – Reserva de assistência técnica, educacional e social (Balanço Patrimonial) Crédito – Reversão da reserva de assistência técnica, educacional e social (DSP)

Fonte: Elaborado pela autora.

Comparando as duas estratégias de contabilização, é possível perceber que nessa segunda forma proposta ocorre a anulação das despesas de assistência técnica, educacional e social lançadas na DSP, em ambos os casos encontrados essa reversão é realizada no ato cooperado, onde não há incidência de imposto de renda e contribuição social. Contudo, é possível que a reversão da RATES também seja realizada com o ato não cooperado, pois tais assistências podem ser utilizadas em prol dos empregados e, nesse caso, a questão tributária deve ser analisada pela cooperativa.

A outra escolha com maior preferência pelas cooperativas foi realizar a reversão da utilização da RATES após a apuração das sobras ou perdas líquidas do exercício. Nesse caso, escolhido por 18% das cooperativas em 2015, após a apuração do resultado líquido pela DSP são incluídas informações adicionais, que não fazem parte do demonstrativo, mas também não são componentes das Notas Explicativas, que evidenciam a formação de cada tipo de reserva e também das sobras à disposição da assembleia, sendo para tanto necessário, também apresentar a informação da reversão da RATES. Dentre as cooperativas que optaram por essa forma de contabilização, destaca-se a Coprodia, única cooperativa da amostra que detalha a realização por tipos de assistência.

O processo de reversão da RATES mencionado pode ser visualizado na Figura 29, conforme realizado pela Cooperativa Selita em 2018.

Figura 29 - Evidenciação da utilização da RATES com a reversão após a DSP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em Reais)			
	Nota Explicativa	2018	2017
INGRESSOS/RECEITA OPERACIONAL BRUTA		293.876.500	271.514.642
DEDUÇÕES DO INGRESSO/RECEITA BRUTA		(15.878.514)	(14.879.690)
INGRESSOS/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	277.997.986	256.634.952
CUSTO DOS PROD/MERC/SERV VENDIDOS/FORNECIDOS		(216.042.311)	(201.518.588)
RESULTADO /LUCRO BRUTO		61.955.675	55.116.364
INGRESSOS/RECEITAS (DISPÊNDIOS/DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	17	(20.865.061)	(18.774.810)
Gerais e administrativas	18	(23.088.448)	(19.139.571)
Provisão para perdas diversas	21	(12.341.962)	(13.180.461)
Receita Financeira	19	3.896.846	5.529.429
Despesas financeiras	19	(3.191.318)	(2.878.553)
Outras receitas/ingressos (despesas/dispêndios) operacionais	20	29.645.907	3.387.734
		(25.944.036)	(45.056.232)
RESULTADO/LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.011.639	10.060.132
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
. Imposto de renda	14	(563.662)	(976.108)
. Contribuição social sobre o lucro	14	(211.558)	(360.039)
SOBRAS / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.236.419	8.723.985
Utilização do Rates		416.694	475.246
Constituição de Reserva de Investimento	15(e)	(23.731.987)	-
BASE PARA DESTINAÇÕES		11.921.126	9.199.231

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Selita.

As outras duas formas que foram identificadas têm a reversão realizada em Notas Explicativas ou em um demonstrativo auxiliar denominado de Demonstrativo das destinações estatutárias e legais, conforme exposto na Figura 30.

Figura 30 - Nota explicativa contendo o Demonstrativo das destinações estatutárias e legais

27.4 Demonstrativo das destinações estatutárias e legais		
As destinações estatutárias e legais podem ser assim demonstradas:		
	2018	2017
Sobras / lucro líquido do exercício	117.012.531	76.001.651
Realização da RATES	25.564.371	23.871.869
Realização da reserva de reavaliação	1.349.584	1.600.906
Sobras / lucro líquido do exercício antes das destinações	143.926.486	101.474.426
Destinações diretas		
Lucro líquido com não-cooperados ajustado pela realização da reserva de reavaliação, apropriado diretamente a RATES	(17.303.988)	(26.456.801)
Reserva de desenvolvimento	(1.502.413)	(1.345.463)
Sobras, base para cálculo das destinações	125.120.085	73.672.162
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30%	(37.536.026)	(22.101.649)
RATES - 15%	(18.768.013)	(11.050.824)
Reserva de desenvolvimento - 15%	(18.768.013)	(11.050.824)
Capital social - 10%	(12.512.008)	(7.367.216)
Distribuição em espécie - 10%	(12.512.008)	(7.367.216)
Sobras totais à disposição da Assembleia Geral	25.024.017	14.734.433

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Cooperativa Cooxupé.

Similar ao que ocorre no caso anterior, são apresentadas as sobras ou perdas líquidas do exercício, a utilização da RATES em forma de reversão, aumentando assim o resultado da cooperativa, para posteriormente ser evidenciada a distribuição dos valores para a constituição das reservas e da conta sobras à disposição da assembleia, quando pertinente.

Por fim, outra forma de contabilização da reversão da RATES reconhecida na Demonstração de Sobras ou Perdas é o seu crédito direto na conta de sobras à disposição da assembleia; quatro cooperativas da amostra, em 2015, destacam em nota explicativa a diferença entre o valor das sobras à disposição da assembleia na DSP e no Balanço Patrimonial, em virtude da reversão da utilização da RATES realizada.

Corroborando com tal prática, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) divulgou, em outubro de 2018, a ITG 2004 Comentada. O objetivo dessa divulgação é fortalecer o sistema cooperativo pelo uso adequado da contabilidade. Além disso, guiar os aplicadores das normas contábeis no emprego das previsões que constam na ITG 2004, para minimizar a interpretação e aplicação equivocadas de seus dispositivos.

Com relação à forma de contabilização da reversão da RATES, a orientação da OCB estabelece a possibilidade de destinação direta do valor revertido da RATES

para as sobras à disposição da assembleia, indicando que “o dispêndio de assistência técnica, educacional e social, quando absorvido pela RATES, será transferido e revertido do Resultado Apurado (sobras) após as destinações legais (Reserva Legal e RATES) e estatutárias. Ou seja, a reversão desse dispêndio no resultado não compõe a base de cálculo dessas destinações” (OCB, 2018).

Seguindo a orientação, o volume de formação da reserva legal e da RATES no exercício de sua realização é reduzido. Portanto, entende-se que, caso a reversão fosse realizada antes das destinações, estaria novamente sendo retida em prol da assistência técnica, educacional e social, no entanto, uma vez que o valor já foi realizado, não há necessidade desse processo.

A referida publicação também destaca que é fundamental a adoção de regras contábeis uniformes consubstanciadas nas demais práticas contábeis vigentes, mas deve-se destacar que ela não tem força normativa, trata-se apenas de uma orientação de como se deve aplicar a ITG 2004, e seu impacto deverá ser analisado nas demonstrações financeiras de 2019.

Ademais, outro ponto de preocupação sobre a questão reside nas cooperativas que tiveram utilização dos recursos da RATES no período de análise, contudo não evidenciaram o processo de reversão. A utilização da RATES pode ser observada pela movimentação da reserva na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, mas a reversão não está clara.

Da amostra analisada em 2015, seis cooperativas apresentaram essa característica. Como a utilização da RATES não é evidenciada como uma despesa analítica nos dispêndios ou despesas da DSP em nenhuma das cooperativas analisadas, não é possível saber se essas seis cooperativas reconheceram as despesas de utilização da RATES na DSP. Com isso, como não houve evidenciação dessa informação em nota explicativa ou a reversão da utilização da RATES, entende-se que não é possível comparar o resultado das cooperativas.

Além disso, não foi possível identificar o tratamento contábil atribuído a utilização da RATES de 14 cooperativas estudadas no ano de 2015, uma vez que não apresentaram recursos da RATES realizada no período ou suas DMPL não eram abertas o suficiente para que a movimentação da RATES pudesse ser visualizada, não sendo disponibilizada qualquer informação em nota explicativa.

Tendo em vista as diferentes formas de contabilização da realização da RATES, ou até mesmo a falta de informação sobre o tratamento contábil atribuído,

diferentes perguntas podem ser realizadas: qual o tratamento contábil mais adequado? Qual o efeito tributário sobre a questão? Como as diferentes formas de contabilização afetam a comparabilidade de resultado entre as cooperativas? Qual o momento em que a reversão deve ser realizada? As despesas vinculadas à utilização da RATES devem mesmo transitar pela Demonstração de Sobras ou Perdas?

Sendo a realização da RATES uma das estratégias de retornos aos cooperados, seria necessário uma contabilização e evidenciação padronizada de sua forma de constituição e respectiva aplicação. Assim, e em um cenário ideal, os recursos empregados na realização da RATES seriam compreendidos pela contabilidade como retornos diretos gerados em prol dos cooperados.

4.1.3.2 Impacto das formas de contabilização da reversão da RATES no resultado

Para exemplificar o impacto das diversas formas de contabilização da reversão da RATES no resultado gerado pela cooperativa, procurou-se elaborar um caso simulado onde a RATES será revertida de acordo com os procedimentos contábeis apresentados no item 4.1.3.1. O Quadro 11 expõe os diferentes procedimentos contábeis, atualmente utilizados pelas cooperativas estudadas, como forma de reverter a RATES frente à sua utilização.

Quadro 11 - Procedimentos contábeis utilizados pelas cooperativas estudadas como forma de reverter a RATES

Procedimento	Descrição
Procedimento 1	Reversão da RATES na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA)
Procedimento 2	Reversão da RATES na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) antes da apuração do imposto de renda e contribuição social
Procedimento 3	Reversão da RATES diretamente na conta de Resultado do Exercício, antes das destinações legais. Evidenciação em Nota Explicativa ou Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais ou na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP).
Procedimento 4	Reversão da RATES diretamente na conta Sobras à Disposição da Assembleia

Fonte: Elaborado pela autora.

Para os exemplos que serão explorados, considere uma cooperativa que em 20X0 apresentava as contas de “Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social” no valor de R\$ 30.000 e “Reserva Legal” no valor de R\$ 35.000. Admita-se também que as “Sobras à Disposição da Assembleia” foram integralmente distribuídas, de acordo com a decisão da assembleia geral. Durante o período de

20X1, a cooperativa teve resultados provenientes tanto do ato cooperado, quanto do ato não cooperado. O resultado bruto da cooperativa no ato cooperado foi de R\$ 7.000, enquanto no ato não cooperado foi de R\$ 3.500. A cooperativa incorreu em despesas administrativas no valor de R\$ 4.200, sendo R\$ 2.500 vinculados ao ato cooperado, e R\$ 1.700 ao ato não cooperado. No mesmo período, o valor investido na assistência técnica, educacional e social totalizou de R\$ 3.000, sendo R\$ 2.000 vinculados ao ato cooperado e R\$ 1.000 ao ato não cooperado na forma de bolsa de estudo ofertada para um colaborador da cooperativa.

Após a contabilização da despesa de assistência técnica, educacional e social no resultado do exercício, a cooperativa optou por reverter o valor de R\$ 3.000 integralmente o valor na RATES. Cabe destacar que a reversão ou não da despesa como reserva, assim como a porcentagem que será revertida é de escolha da cooperativa, no entanto é sempre necessário observar o valor já constituído da reserva nos períodos anteriores. Por essa razão, pode-se dizer que a realização da RATES de um período, está diretamente relacionada com sua realização no período posterior. Assim, 10% do valor presente na RATES em X0, foram revertidos com as despesas de assistência técnica, educacional e social do período de X1.

Após a apuração do resultado do período, 100% do resultado do ato não cooperado é destinado para RATES, já para o ato cooperado, 5% do resultado é destinado para RATES e 10% é destinado para Reserva Legal, e o restante é contabilizado como sobra à disposição da assembleia.

O primeiro procedimento analisado é o da Reversão da RATES na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA), conforme exemplificado no Quadro 12.

Quadro 12 - Procedimento 1: Reversão da RATES na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA)

Em reais.

Em reais

Procedimento 1			
Contas do Balanço Patrimonial		Em 20X0	
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social		30.000	
Reserva Legal		35.000	
Sobras à Disposição da Assembleia		0	
Demonstração de Sobras ou Perdas em 20X1			
	Ato Cooperado	Ato Não Cooperado	Total
Receita/Ingressos Líquidos	13.000	7.000	20.000
(-) Custo do Produto Vendido	(6.000)	(3.500)	(9.500)
Resultado Bruto	7.000	3.500	10.500
(-) Despesas Administrativas	(2.500)	(1.700)	(4.200)
(-) Despesas Assistência Técnica, Educacional e Social	(2.000)	(1.000)	(3.000)
Resultado antes do IR e Contribuição Social	2.500	800	3.300
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social (30%)		(240)	(240)
Resultado Líquido do Exercício	2.500	560	3.060
Demonstração do Resultado Abrangente em 20X1			
	Ato Cooperado	Ato Não Cooperado	Total
Resultado Líquido do Exercício	2.500	560	3.060
(+) Reversão da RATES em DRA	2.000	1.000	3.000
Resultado Abrangente	4.500	1.560	6.060
Demonstração das Destinações			
Base das Destinações	4.500	1.560	6.060
(-) Destinações Legais e Estatutárias			(2.235)
(-) Constituição RATES Ato Não Cooperado		(1.560)	(1.560)
(-) Constituição RATES Ato Cooperado (5%)	(225)		(225)
(-) Constituição Reserva Legal (10%)	(450)		(450)
Sobras à Disposição da Assembleia	3.825		3.825
	RATES	Reserva Legal	Sobras à disposição da assembleia
Saldo Inicial em 20X0	30.000	35.000	0
(+) Constituição RATES Ato Não Cooperado	1.560		
(+) Constituição RATES Ato Cooperado (5%)	225		
(+) Constituição Reserva Legal (10%)		450	
(-) Utilização da RATES	(3.000)		
(+) Sobras à Disposição da Assembleia			3.825
Saldo Final em 20X1	28.785	35.450	3.825

Legenda: Desp. – Despesa; IR - Imposto de Renda.
 Fonte: Elaborado pela autora.

Com a reversão da RATES na Demonstração do Resultado Abrangente um novo resultado base para destinações é apurado, sendo o resultado abrangente de R\$ 4.500 para o ato cooperado e R\$ 1.560 para o ato não cooperado, totalizando R\$ 6.060. O resultado do ato não cooperado é destinado, na sua totalidade, para a RATES, enquanto do resultado do ato cooperado são destinados 5% para RATES, ou seja, R\$ 225, e 10% para reserva legal, R\$ 450. O valor restante do resultado do ato cooperado, R\$ 3.825, é contabilizado como sobra à disposição da assembleia.

Diante das movimentações do período de X1, a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social reduziu em R\$ 1.215, frente aos R\$ 3.000 realizados e os R\$ 1.785 constituídos, resultando em um valor de R\$ 28.785 evidenciado no Balanço Patrimonial na conta RATES. Já a Reserva Legal passou a ser R\$ 35.450, com um aumento de R\$ 450.

O segundo procedimento adotado pelas cooperativas é o da Reversão da RATES na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), antes da apuração do imposto de renda e contribuição social, conforme exposto no Quadro 13.

Quadro 13 - Procedimento 2: Reversão da RATES na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) antes da apuração do imposto de renda e contribuição social

Em reais

Em Reais

Procedimento 2			
Contas do Balanço Patrimonial		Em 20X0	
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social		30.000	
Reserva Legal		35.000	
Sobras à Disposição da Assembleia		0	
Demonstração de Sobras ou Perdas em 20X1			
	Ato Cooperado	Ato Não Cooperado	Total
Receita/Ingressos Líquidos	13.000	7.000	20.000
(-) Custo do Produto Vendido	(6.000)	(3.500)	(9.500)
Resultado Bruto	7.000	3.500	10.500
(-) Despesas Administrativas	(2.500)	(1.700)	-4.200
(-) Despesas Assistência Técnica, Educacional e Social	(2.000)	(1.000)	(3.000)
(+) Reversão da RATES	2.000	1.000	3.000
Resultado antes do IR e Contribuição Social	4.500	1.800	6.300
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social (30%)		(540)	(540)
Resultado Líquido do Exercício	4.500	1.260	5.760

Demonstração das Destinações			
Base das Destinações	4.500	1.260	5.760
(-) Destinações Legais e Estatutárias			(1.935)
(-) Constituição RATES Ato Não Cooperado		(1.260)	(1.260)
(-) Constituição RATES Ato Cooperado (5%)	(225)		(225)
(-) Constituição Reserva Legal (10%)	(450)		(450)
Sobras a Disposição da Assembleia	3.825		3.825

	RATES	Reserva Legal	Sobras à disposição da assembleia
Saldo Inicial em 20X0	30.000	35.000	0
(+) Constituição RATES Ato Não Cooperado	1.260		
(+) Constituição RATES Ato Cooperado (5%)	225		
(+) Constituição Reserva Legal (10%)		450	
(-) Utilização da RATES	(3.000)		
(+) Sobras à Disposição da Assembleia			3.825
Saldo Final em 20X1	28.485	35.450	3.825

Legenda: Desp. – Despesa; IR - Imposto de Renda.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com a reversão da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social antes da apuração do imposto de renda e contribuição social, o valor contabilizado como despesa de assistência técnica, educacional e social acaba por ser anulado e a parcela de R\$ 1.000, relativa ao ato não cooperado, voltará para o resultado e será tributada. Como o resultado do ato não cooperado passou de R\$ 800 para R\$ 1.800 os tributos sobre o lucro aumentaram de R\$ 240 para R\$ 540. No caso do ato cooperado, não há tributação sobre o resultado, porém no ato não cooperado, visto que não há previsão de exclusão do valor da base de cálculo do tributo sobre o lucro, o novo valor de imposto de renda e contribuição social de R\$ 540, é superior em 125% ao tributo apurado no procedimento 1, exposto no Quadro 12.

A base para destinações no caso do ato cooperado será a mesma do procedimento 1, no valor de R\$ 4.500, resultando nos mesmos valores de constituição da RATES e Reserva Legal por parte desse ato. No entanto, como o resultado líquido do exercício apurado com ato não cooperado é inferior ao procedimento 1, visto o aumento do valor do tributo sobre o lucro apurado, nesse caso, o valor destinado para RATES foi de R\$ 1.260, gerando uma redução de 23,8% na constituição da reserva, que passou a ser apresentada no Balanço Patrimonial de X1 com o valor de R\$ 28.485, o que equivale a R\$ 300 a menos que o apurado no procedimento 1.

Na sequência, são apresentados os procedimentos de reversão da RATES no resultado do exercício, com evidenciação na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) ou em Nota Explicativa, ou pelo Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais. O Quadro 14 apresenta o procedimento citado.

Quadro 14 - Procedimento 3: procedimento de reversão da RATES no resultado líquido do exercício

Em reais.

Procedimentos 3			
Contas do Balanço Patrimonial	Em 20X0		
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social	30.000		
Reserva Legal	35.000		
Sobras à Disposição da Assembleia	0		
Demonstração de Sobras ou Perdas em 20X1			
	Ato Cooperado	Ato Não Cooperado	Total
Receita/Ingressos Líquidos	13.000	7.000	20.000
(-) Custo do Produto Vendido	(6.000)	(3.500)	(9.500)
Resultado Bruto	7.000	3.500	10.500
(-) Despesas Administrativas	(2.500)	(1.700)	(4.200)
(-) Despesas Assistência Técnica, Educacional e Social	(2.000)	(1.000)	(3.000)
Resultado antes do IR e Contribuição Social	2.500	800	3.300
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social (30%)		(240)	(240)
Resultado Líquido do Exercício Antes das Reversões	2.500	560	3.060
(+) Reversão da RATES	2.000	1.000	3.000
Resultado Líquido do Exercício (Base para destinações)	4.500	1.560	6.060
Após DSP/Nota Explicativa/Demonstrativo de Destinação			
Resultado Líquido do Exercício	4.500	1.560	6.060
(-) Destinações Legais e Estatutárias			(2.235)
(-) Constituição RATES Ato Não Cooperado		(1.560)	(1.560)
(-) Constituição RATES Ato Cooperado (5%)	(225)		(225)
(-) Constituição Reserva Legal (10%)	(450)		(450)
Sobras à Disposição da Assembleia	3.825		3.825
	RATES	Reserva Legal	Sobras à disposição da assembleia
Saldo Inicial em 20X0	30.000	35.000	0
(+) Constituição RATES Ato Não Cooperado	1.560		
(+) Constituição RATES Ato Cooperado (5%)	225		
(+) Constituição Reserva Legal (10%)		450	
(-) Utilização da RATES	(3.000)		
(+) Sobras à Disposição da Assembleia			3.825
Saldo Final em 20X1	28.785	35.450	3.825

Legenda: Desp. – Despesa; IR - Imposto de Renda. Fonte: Elaborado pela autora.

O resultado líquido do exercício apurado no procedimento 3 é diferente do evidenciado no procedimento 1, pois o valor da reversão não é contabilizado como parte de outros resultados abrangentes e sim, já revertidos para a base das destinações no resultado líquido do exercício. Já os valores da RATES no Balanço Patrimonial, assim como Reserva Legal e Sobras à Disposição da Assembleia, serão iguais nos dois procedimentos.

Nesse sentido, cabe destacar que de acordo com *International Accounting Standards* 1 (IAS 1, 2015) os resultados abrangentes contemplam os componentes de (a) alteração na reserva de reavaliação (CPC 27 – Ativo Imobilizado); (b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefícios definidos (CPC 33 – Benefícios a Empregados); (c) ganhos ou perdas decorrentes de conversão (CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis); (d) ganho e perdas na remuneração de ativos financeiros disponíveis para revenda (CPC 48 – Instrumentos Financeiros); e, (e) a parcela efetiva de ganhos e perdas em instrumentos derivativos em um *hedge* de fluxo de caixa (CPC 48 – Instrumentos Financeiros).

Dessa forma, não é possível justificar a reversão da RATES como componente da Demonstração de Resultados Abrangente de forma direta. Assim, o procedimento 3 tende a apresentar maior alinhamento com os procedimentos contábeis previstos pelas normas internacionais de contabilidade quando comparado ao procedimento 1, pelo menos, até a revisão prevista do IAS 1 (2015) que pretende rever os componentes que integram o resultado abrangente.

É possível encontrar variações na forma de evidenciação do processo de revisão da RATES no resultado líquido do exercício, por vezes exposto em Nota Explicativa, em outras no Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais, ou até mesmo na própria Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP).

O último procedimento relatado segue a orientação da ITG 2004 Comentada (2018), elaborada pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Conforme o documento, as cooperativas deveriam realizar a reversão da RATES diretamente na conta “sobras à disposição da assembleia”, conforme indicado no Quadro 15.

Com a reversão direta na conta “sobras à disposição da assembleia” a base das destinações torna-se diferente dos demais procedimentos descritos, o que reduz, no exemplo descrito, o valor constituído da reserva legal e da reserva de assistência técnica, educacional e social, em 80% e 62%, respectivamente.

Esse procedimento contábil permite que o valor revertido seja distribuído de maneira direta aos cooperados, mas a longo prazo, pode causar redução significativa no valor das reservas, dependendo do grau de utilização da RATES.

Para que seja possível compreender o grau de adequação desse procedimento nas cooperativas, é necessário também analisar o volume de reversão da RATES e as possíveis determinações estatutárias sobre a forma de distribuição do resultado levado à assembleia, pois tal procedimento pode gerar impacto significativo no caixa da cooperativa. Por exemplo, caso a cooperativa analisada já tivesse a prática definida em estatuto ou por aprovação da assembleia geral fosse determinada a distribuição de 50% das sobras à disposição de assembleia por meio do pagamento de sobras aos cooperados, pelo procedimento 1 e 3 o valor distribuído seria de R\$ 1.913, enquanto se a cooperativa adotasse o procedimento 4 o valor distribuído seria de R\$ 2.563, um aumento de aproximadamente 34%.

Portanto, a escolha desse procedimento de contabilização também exige a análise da disponibilidade financeira da cooperativa no sentido de se verificar os reflexos de possíveis desembolsos de caixa em função do pagamento de sobras.

No Quadro 16, estão demonstrados os impactos de cada procedimento nas principais contas relacionadas ao processo de reversão da RATES. Cabe destacar que o montante revertido nas quatro simulações realizadas foi o mesmo, somente alterando o momento da reversão frente a base das destinações do resultado.

Quadro 16 - Impacto comprado dos procedimentos contábeis adotados para reversão da RATES

Em reais.

Valores das contas em 20X1	P1	P2	P3	P4
Valores de Reversão da RATES	-3.000	-3.000	-3.000	-3.000
Resultado Líquido	3.060	5.760	6.060	3.060
Resultado Abrangente	6.060	5.760	6.060	3.060
Sobras à Disposição da Assembleia	3.825	3.825	3.825	5.125
Valores de Constituição da RATES	1.785	1.485	1.785	685
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social	28.785	28.485	28.785	27.685
Reserva Legal	35.450	35.450	35.450	5.125

Legenda: P – Procedimento; RATES - Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Fonte: Elaborado pela autora.

O procedimento 1 e o procedimento 3 são os que possuem maiores similaridades, somente sendo distintos pelo valor do resultado líquido; contudo, geram a mesma base para destinações já que os resultados abrangentes se tornam iguais. No procedimento 2, quando a RATES é utilizada em favor dos colaboradores da cooperativa pode gerar um aumento significativo no imposto de renda e contribuição social, pois quando a reversão é realizada no ato não cooperado há a incidência de tributos sobre o lucro. Porém, em casos onde a reversão somente ocorre no ato cooperado, o procedimento 2 também irá gerar a mesma base para destinações do que o procedimento 1 e 3, e o mesmo resultado líquido encontrado em 3.

Já o procedimento 4 é o único que oferece sobras à disposição da assembleia distinta dos demais procedimentos, equivalente a 34% superior se comparado aos demais valores dessa conta, ao mesmo tempo, os valores de RATES e Reserva Legal são os menores que os apresentados pelos demais procedimentos contábeis.

Conforme é possível perceber, torna-se essencial a padronização do procedimento de reversão da RATES, uma vez que o procedimento adotado pela cooperativa pode gerar impactos significativos no resultado e nas contas que recebem a destinação de resultados. Sendo assim, uma recomendação que já pode ser indicada pela presente tese, seguindo a própria proposta da ITG 2004 (2017b), é a padronizar o momento da reversão da RATES nas sociedades cooperativas.

Destaca-se que a ITG 2004 (2017b), trazia que “os dispêndios de assistência técnica, educacional e social devem ser registrados em contas de resultado, respeitando o regime de competência, e pode ser absorvido pela RATES, *mediante lançamento no resultado antes das destinações legais e estatutárias*. (item 12)” (g.a), o que é coerente com o procedimento 3 descrito.

Com base nas informações levantadas a partir da análise documental realizada nas demonstrações contábeis de 2015 das sociedades cooperativas singulares presentes na lista das 400 maiores do agronegócio da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016, e complementada a partir da análise subsequente das demonstrações de 2016, 2017 e 2018 disponíveis nos sites das cooperativas, os roteiros de entrevista foram elaborados e as informações obtidas com tais técnicas de coletas de dados são cruzadas na análise na perspectiva factual e na perspectiva baseada na interação apresentadas na sequência.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NA PERSPECTIVA FACTUAL

A partir da aplicação dos roteiros de entrevistas com os seis públicos-alvo selecionados na presente tese, os dados foram analisados, nessa seção, pela frequência de palavras e também pelo processo de codificação dos dados qualitativos. Essa análise tem como propósito oferecer um panorama objetivo dos dados que foram organizados e categorizados com o auxílio do software NVivo 12®.

Conforme salientado no item 3.2.2, as entrevistas tiveram duração de 27 horas e 26 minutos de duração, sendo que todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise. A transcrição das entrevistas foi realizada de maneira padronizada e resultou em 823 páginas, contendo 189.705 palavras.

Por meio da análise agregada dos dados, ou seja, sem observar os grupos de públicos-alvo da pesquisa, a Tabela 12 apresenta as palavras com maior frequência obtidas durante as entrevistas realizadas. O recorte para apresentação dos dados foi as 100 palavras mais citadas compostas por no mínimo 5 letras e agrupadas por palavras derivadas e sinônimos.

Tabela 12 - Frequência de palavras encontradas nas 45 entrevistas

Palavra	Cont.	Palavras similares	Palavra	Cont.	Palavras similares
Cooperativa	2879	Cooperativa(s)	Forma	293	Forma, Formas
Gente	1261	Gente	Contabilidade	283	Contabilidade(S)
Cooperado	612	Cooperado, Cooperados	FATES	267	FATES
Associado	580	Associado, Associados	Empresa	263	Empresa, Empresas
Sobra	477	Sobra, Sobras	Mercado	256	Mercado, Mercados
Resultado	369	Resultado, Resultados	Produto	253	Produto, Produtos
Capital	363	Capital	Valor	249	Valor, Valores
Grande	337	Enorme(S), Grande(S)	Benefício	235	Benefício (s)
Exemplo	308	Exemplo, Exemplos	Pessoas	231	Pessoa, Pessoas
Preço	307	Preço, Preços	Técnica	220	Técnica, Técnicas

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Legenda: Cont. – contagem.

Conforme esperado, a primeira palavra mais citada foi “cooperativa”, justamente o objeto de análise e interação proposto pela presente tese. Na sequência tem-se a palavra “gente”, vinculada à expressão “a gente”, tendo em vista que os públicos-alvo da entrevista possuem atuação direta na cooperativa e muitas vezes, nas entrevistas, referem-se aos colaboradores e cooperados como um único grupo. Nas duas posições seguintes, pode-se observar as palavras “cooperado” e

Em uma análise comparativa entre os seis públicos-alvo da pesquisa, expostos na Tabela 13, pode-se perceber a diferença entre as dez palavras mais citadas durante as entrevistas.

Tabela 13 - Frequência de palavras encontradas nos seis públicos-alvo da pesquisa

	Auditor		Conselho Fiscal		Contador	
	Palavra	Contagem	Palavra	Contagem	Palavra	Contagem
1	Cooperativa	239	Cooperativa	215	Cooperativa	848
2	Capital	85	Gente	134	Gente	504
3	Resultado	85	Associado	54	Associado	240
4	Cooperado	78	Conselho	52	Sobra	162
5	Sobras	60	Sempre	36	Capital	152
6	FATES	60	Fiscal	34	Cooperado	130
7	Norma	48	Preço	29	Resultado	124
8	Associado	47	FATES	28	Grande	110
9	Contabilidade	44	Assistência	26	Forma	88
10	Gente	44	Benefício	24	Contabilidade	87
	Pesquisadores		Presidentes e Executivos		Representantes	
	Palavra	Contagem	Palavra	Contagem	Palavra	Contagem
1	Cooperativa	862	Cooperativa	480	Cooperativa	235
2	Gente	319	Gente	178	Gente	82
3	Cooperado	237	Associado	101	Cooperado	76
4	Sobra	146	Cooperado	77	Sobra	45
5	Exemplo	118	Resultado	76	Conta	39
6	Associado	105	Grande	70	Resultado	36
7	Pessoas	105	Preço	68	Associado	33
8	Empresa	91	Sócio	61	Contabilidade	30
9	Valor	88	Capital	59	Exemplo	28
10	Forma	86	Produto	58	Existe	28

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

É interessante perceber que somente o público de auditores não apresentou a palavra “gente” como a segunda mais citada, nesse sentido, cabe ressaltar a atuação independente da auditoria, por essa razão tal resultado é compreensível. Além disso, a palavra “contabilidade” foi citada com mais frequência no público de auditores, contadores e representantes do movimento.

Na Tabela 13, também estão expostas as palavras vinculadas às formas de retorno citadas com maior frequência pelos entrevistados. É interessante perceber que “FATES” foi a palavra mais citada entre os auditores e conselho fiscal, no que tange aos retornos. Já na análise da palavra “Sobra”, pode-se verificar o destaque em quatro públicos: auditores; contadores; pesquisadores e representantes.

Na sequência, procurou-se realizar uma análise de cluster por similaridade de palavra para observar se o agrupamento individual das entrevistas corresponderia aos

seis públicos-alvo determinados na pesquisa, o que ajudaria a corroborar a interpretação de que as palavras citadas com maior frequência apontadas na Tabela 13, representam os públicos determinados.

Para tanto, a análise de cluster foi realizada com base no coeficiente de correlação de Pearson, e solicitada a indicação visual de seis cluster de análise, conforme pode ser visualizado na Figura 32. Cabe destacar que a ordem das entrevistas indica a proximidade das palavras citadas.

Figura 32 - Cluster por similaridade de palavras pelo coeficiente de correlação de Pearson

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Legenda: [] – Indica o cluster quando a análise é limitada a seis clusters.

Apesar dos roteiros aplicados com os públicos serem distintos, com perguntas elaboradas com focos distintos, os construtos que foram utilizadas são comuns nas entrevistas, o que pode explicar a heterogeneidade entre os grupos gerados pela similaridade de palavras.

É interessante perceber que as entrevistas mais heterogêneas, considerando a análise restrita nas palavras, são oriundas de entrevistas com conselheiros fiscais, tanto comparando a outros públicos, quanto entre os próprios conselheiros.

Outro âmbito da análise factual é vinculado ao processo de codificação. Conforme exposto na seção de metodologia, os códigos que fazem parte do processo de categorização proposto pelo template podem ser definidos *a priori*, com base na teoria que sustenta a pesquisa, ou *a posteriori*, orientados pela leitura e interpretação dos dados coletados.

Na presente pesquisa foram definidas oito categorias *a priori*, com base no objetivo e na fundamentação teórica do presente trabalho, e adicionado o código primário “*histórico, experiências ou comentários gerais do entrevistado*”, segundo exposto no item 3.2.2.3. À medida que o processo de codificação de categorização foi iniciado, percebeu-se a necessidade de revisar os códigos primários indicados para pesquisa. O Quadro 17 expõe as categorias primárias definidas *a priori* e *a posteriori*.

Quadro 17 - Categorias primárias definidos a priori e a posteriori

Categorias - Nível 1 (a priori)	Categorias - Nível 1 (a posteriori)
Alocação do direito de controle	Alocação do direito de controle
Assimetria de informação	Assimetria de informação
-	Benefício
Contabilidade e tomada de decisão	Contabilidade e a Tomada de decisão
Estratégias de retorno	Estratégias de retorno
Influência do ciclo de vida	Fatores de escolha das estratégias
Governança corporativa	Governança corporativa
Processo de contabilização	Processo de contabilização
Processo de normatização contábil	Processo de normatização contábil
-	Histórico, Experiências ou Comentários Gerais do Entrevistado

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria “Benefícios” foi adicionada na pesquisa para agrupar os códigos referentes aos benefícios que são buscados pelos cooperados ao ingressarem em uma cooperativa, na percepção dos entrevistados, com o objetivo de validar os sete tipos de retornos que foram identificados na literatura e apresentados no item 2.1.3. Os benefícios possuem relação direta com a categoria “Estratégias de Retorno”, contudo, essa categoria foi utilizada para agrupar os trechos que relatam práticas diretas realizadas ou não pela cooperativa na qual o entrevistado está vinculado, enquanto a categoria “Benefícios” agrupa trechos com descrição genérica, relacionado aos anseios, desejos ou vantagens almejadas ou percebidas pelos cooperados ao ingressarem em uma cooperativa.

Ademais, a categoria “Influência do ciclo de vida” foi modificada para “Fatores de escolha das estratégias”, tendo em vista que o ciclo de vida da cooperativa foi percebido apenas como um dos fatores que influenciam a escolha da estratégia de retorno aos cooperados. Assim, “Ciclo de vida” passou a representar um código de nível secundário na análise. Já as demais categorias foram mantidas conforme previsto na literatura.

Para o processo de categorização foram analisados 45 arquivos, que correspondem as 45 entrevistas realizadas, sendo que, com base em tais arquivos, foram categorizadas 2.327 referências, que representam os trechos codificados durante o processo de análise. A Tabela 14 apresenta o número de arquivos e referências codificados em cada categoria de análise.

Tabela 14 - Categorias de análise, arquivos e referências

Categoria - Nível 1	Arquivos	Referências
Alocação do direito de controle	35	136
Assimetria de informação	44	313
Benefício	40	271
Contabilidade e a Tomada de decisão	41	112
Estratégias de retorno	45	544
Fatores de escolha das estratégias	34	137
Governança corporativa	30	108
Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais	29	88
Processo de contabilização	35	346
Processo de normatização contábil	31	272
Total de trechos codificados		2327

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Conforme pode ser observado, a única categoria onde todas as entrevistas tiveram trechos codificados foi “Estratégia de retorno”, que também foi a categoria que mais recebeu trechos. Esse resultado era esperado tendo em vista o objetivo da presente pesquisa. Da mesma forma, a segunda categoria com maior nível de codificação foi “Processo de contabilização” o que também é coerente com o propósito das entrevistas.

Já a categoria “Histórico, Experiências ou Comentários Gerais” foi a categoria que menos recebeu trechos codificados, uma vez que a pergunta vinculada a essa categoria somente foi utilizada para entrevistas onde percebeu-se a necessidade de uma pergunta introdutória sobre o vínculo do entrevistado com o objeto da pesquisa, como forma de favorecer o ambiente para as perguntas posteriores.

Ademais, destaca-se que cada roteiro de entrevista apresenta categorias relacionadas a cada pergunta, conforme apresentado no item 3.2.2.2, o que tende a indicar que a proporção de trechos codificados por categoria para cada público-alvo será diferente. O Quadro 18 apresenta a análise das categorias primárias por público-alvo da entrevista, para que seja possível observar o cruzamento das categorias indicadas *a priori* no roteiro de entrevistas e as categorias utilizadas *a posteriori* com a análise das entrevistas realizadas.

Quadro 18 - Públicos-alvo da entrevista e as categorias definidas a priori segundo o roteiro de entrevista

Audidores	Conselheiros Fiscais	Contadores	Presidentes e gestores de cooperativas	Representantes do movimento cooperativista e professores e pesquisadores
-	Alocação do direito de controle	-	Alocação do direito de controle	-
Assimetria de informação	-	Assimetria de informação	Assimetria de informação	Assimetria de informação
-	Contabilidade e a Tomada de decisão	-	-	-
Estratégias de retorno	Estratégias de retorno	Estratégias de retorno	Estratégias de Retorno	Estratégias de retorno
Governança corporativa	-	Governança corporativa	Governança corporativa	Governança corporativa
-	-	Influência do ciclo de vida	Influência do ciclo de vida	Influência do ciclo de vida
Processo de contabilização	-	Processo de contabilização	-	-
Processo de normatização contábil	-	Processo de normatização contábil	-	Processo de normatização contábil

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme pode ser percebido, a única categoria presente em todos os roteiros de entrevista é a categoria “Estratégias de retorno”, o que é coerente com essa categoria ser a que mais recebe trechos codificados no processo de análise. Assim, como a categoria “Contabilidade e a tomada de decisão”, que somente esteve presente no roteiro destinado aos conselheiros fiscais, foi a categoria definida *a priori* com o menor número de trechos codificados.

Procurando analisar o cruzamento de categorias por público-alvo, a Figura 33 apresenta as categorias utilizadas para classificar cada trecho da entrevista realizada com os auditores das sociedades cooperativas.

Figura 33 - Matriz de codificação da entrevista dos auditores

Complemento da Legenda: Contabilidade e a Tomada de decisão - Contabilidade e a Tomada de decisão; Fatores de escolha das estrat. – Fatores de escolha das estratégias de retorno; Histórico ou Experiências ou C - Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais; Processo de normatização co. - Processo de normatização contábil.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

No caso dos auditores de sociedades cooperativas, as três categorias que mais receberam contribuições e relatos são: “Estratégias de retorno”; “Processo de contabilização”; e, “Processo de normatização contábil”. Mesmo algumas categorias não estando relacionadas a perguntas do roteiro de entrevista, ao decorrer da entrevista, referências a outras categorias surgiram de maneira espontânea.

É interessante destacar que o Entrevistado 38 possui maior atuação relacionada ao processo de auditoria, sendo que a maioria dos trechos codificados estão vinculados ao “Processo de contabilização”; já no caso do Entrevistado 11, que possui sua atuação também vinculada à realização de consultoria e capacitação de contadores, e está em contato mais próximo aos gestores das cooperativas, a categoria com maior frequência de trechos foi “Estratégias de retorno”.

No que tange à categoria, “Processo de normatização contábil” é possível destacar que os relatos dos autores estão relacionados ao destaque da necessidade de maior padronização dos procedimentos contábeis e tributários que são realizados pelas cooperativas, além de necessidade de padronização do plano de contas que geralmente está associado à empresa de auditoria ou ao sistema utilizado pela cooperativa, e não apresenta uniformidade entre as organizações.

Na sequência, a Figura 34 apresenta as categorias utilizadas para classificar cada trecho da entrevista realizada com os conselheiros fiscais das sociedades cooperativas.

Figura 34 - Matriz de codificação da entrevista dos conselheiros fiscais

Complemento da Legenda: Contabilidade e a Tomada de decisão - Contabilidade e a Tomada de decisão; Fatores de escolha das estrat. – Fatores de escolha das estratégias de retorno; Histórico ou Experiências ou C - Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais; Processo de normatização co. - Processo de normatização contábil.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria “Histórico, Experiências ou Comentários Gerais” é principalmente composta por trechos oriundos das entrevistas realizadas com os conselheiros fiscais, já que uma pergunta introdutória sobre o vínculo ao cooperativismo precisou ser realizada com esse público de forma preliminar as perguntas programadas previstas no roteiro.

Todas as categorias receberam trechos codificados desse público-alvo, contudo, as contribuições foram mais restritas na categoria “Processo de normatização contábil” e “Processo de contabilização”. Essas categorias apenas receberam trechos vinculados à percepção sobre a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), conhecida e denominada pelos conselheiros como FATES, e também contribuições sobre a alocação de resultados no ato cooperado e não cooperado.

Cabe destacar que, apesar das entrevistas serem realizadas com jovens conselheiros, e conselheiros atuantes por mais de um mandato na cooperativa, esse

fator não interferiu significativamente nos retornos obtidos com a realização das entrevistas.

Com relação ao público-alvo dos contadores, a Figura 35 apresenta as categorias utilizadas para classificar cada trecho da entrevista realizada.

Figura 35 - Matriz de codificação da entrevista dos contadores

Complemento da Legenda: Contabilidade e a Tomada de decisão; Fatores de escolha das estratégias de retorno; Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais; Processo de normatização co. - Processo de normatização contábil.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Para esse público, as categorias mais utilizadas no processo de categorização foram: “Estratégias de Retorno”, “Processo de contabilização” e “Processo de normatização contábil”, o que é condizente com o propósito da entrevista para esse público-alvo.

A categoria “Governança Corporativa” foi a categoria com menos relatos e contribuições codificadas. Esse fato é interessante já que o contador é um ponto chave para redução da assimetria entre as partes interessadas por meio das informações econômico-financeiras que são geradas.

Ademais, mesmo a categoria “Fatores de escolha das estratégias”, vinculada à pergunta associada à influência do ciclo de vida na estratégia de retorno da cooperativa, no caso dos Entrevistados 37, 39 e 8 não foram categorizadas contribuições com esse construto.

Os contadores entrevistados fazem parte do público com mais tempo de entrevista, aproximadamente 488 minutos, e tiveram 688 trechos codificados no processo de categorização.

Na sequência, a Figura 36 apresenta as categorias utilizadas para classificar cada trecho da entrevista realizada com os professores e pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas.

Figura 36 - Matriz de codificação da entrevista dos pesquisadores

Complemento da Legenda: Contabilidade e a Tomada de decisão - Contabilidade e a Tomada de decisão; Fatores de escolha das estratégias - Fatores de escolha das estratégias de retorno; Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais - Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais; Processo de normatização contábil - Processo de normatização contábil.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Com o processo de categorização das entrevistas realizadas com pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas, as categorias que mais receberam trechos foram: “Assimetria de informação”; e “Estratégias de retorno”. Já as categorias menos exploradas por esse público foram: “Alocação do direito de controle”; e “Contabilidade e a Tomada de decisão”; o que era esperado, visto que os dois construtos não estão diretamente relacionados com perguntas previstas no roteiro de entrevista desse público.

No caso da categoria “Assimetria de informação”, os trechos classificados estão principalmente relacionados com a compreensão da comunicação ineficiente estabelecida entre as sociedades cooperativas e seus cooperados, o que ocasiona desconfiança entre os cooperados e afeta o processo de fidelização. Ademais, nessa categoria também estão agrupados os trechos que relatam o entendimento sobre a

percepção dos cooperados sobre as estratégias de retorno que são utilizadas pelas cooperativas.

Os pesquisadores foram o segundo público com maior tempo de entrevista, aproximadamente 450 minutos, e também com o segundo maior volume de trechos codificados, foram 516 trechos codificados para o processo de análise.

O quinto público-alvo analisado na pesquisa são os presidentes e executivos das sociedades cooperativas. A Figura 37 apresenta as categorias utilizadas para classificar cada trecho da entrevista realizada.

Figura 37 - Matriz de codificação da entrevista dos presidentes e executivos

Complemento da Legenda: Contabilidade e a Tomada de decisão - Contabilidade e a Tomada de decisão; Fatores de escolha das estratégias - Fatores de escolha das estratégias de retorno; Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais - Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais; Processo de normatização contábil - Processo de normatização contábil.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria que recebeu o maior volume de contribuições foi “Estratégias de retorno”, que reúne os relatos sobre as diferentes estratégias que as sociedades cooperativas utilizam para maximizar o retorno para os cooperados, seja por meio de retornos de curto prazo ou de longo prazo. Esse perfil de codificação para esse grupo corroborou com o esperado, visto que das oito perguntas realizadas para presidentes e executivos, quatro estão diretamente relacionadas a esse construto.

Com relação à categoria “Governança Corporativa”, que recebeu o menor volume de contribuição, os relatos que foram recebidos estão vinculados ao processo de assembleia geral ou ao processo de comunicação que é utilizado durante a assembleia. Nesse sentido, cabe destacar que, de forma geral, os presidentes e

executivos relatam que em suas cooperativas as reuniões de núcleo são utilizadas como um canal de comunicação e prestação de contas aos cooperados, e a assembleia é tida como um momento *pro forma* para obedecer a determinação da Lei nº 5.764/71.

Por fim, a Figura 38 apresenta as categorias utilizadas para classificar cada trecho da entrevista realizada com os representantes do movimento cooperativista. Cabe destacar que o roteiro de entrevista utilizado com esse público foi o mesmo aplicado aos professores e pesquisadores vinculados ao estudo de cooperativas.

Figura 38 - Matriz de codificação da entrevista dos representantes do movimento

Complemento da Legenda: Contabilidade e a Tomada - Contabilidade e a Tomada de decisão; Fatores de escolha das estrat. – Fatores de escolha das estratégias de retorno; Histórico ou Experiências ou C - Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais; Processo de normatização co. - Processo de normatização contábil.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Diferente do público de contadores, a categoria com maiores contribuições dos representantes do movimento foi “Processo de contabilização”, principalmente em função das entrevistas realizadas com os representantes 4 e 27. Esse construto não estava diretamente relacionado às perguntas do roteiro de entrevista para esse público. No entanto, ao coletar os relatos da pergunta relacionada ao construto “Processo de normatização contábil”, contribuições para o processo de contabilização das sociedades cooperativas foram coletados, o que é coerente com o perfil dos representantes visto que estão vinculados à área de monitoramento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) que utiliza as demonstrações financeiras para analisar e acompanhar as cooperativas.

Na sequência, os construtos que receberam maiores relatos e contribuições foram: “Assimetria de informação”; “Estratégias de retorno”; e “Processo de normatização contábil”, o que é condizente com o propósito do roteiro de entrevista para esse público.

Por fim, procurou-se observar a frequência de trechos classificados em cada categoria de forma individual, para buscar casos individuais que mais contribuíram com a formação de determinado construto definido *a priori* ou *a posteriori*. O Quadro 19 apresenta informações detalhadas do cruzamento das categorias utilizadas para análise e também de cada entrevista.

Quadro 19 - Análise das categorias primárias por entrevista

A - Alocação do direito de controle; B - Assimetria de informação; C – Benefício; D - Contabilidade e a Tomada de decisão; E - Estratégias de retorno; F - Fatores de escolha das estratégias; G - Governança corporativa; H - Histórico ou Experiências ou Comentários Gerais do Entrevistado; I - Processo de contabilização; J - Processo de normatização contábil.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1 : Entrevistado 14 - Conselho Fiscal	1	5	0	2	6	0	2	0	0	0
2 : Entrevistado 15 - Conselho Fiscal	3	4	0	0	4	0	1	4	0	0
3 : Entrevistado 16 - Conselho Fiscal	0	7	5	1	9	1	5	2	2	1
4 : Entrevistado 17 - Conselho Fiscal	0	1	3	3	11	4	2	0	0	0
5 : Entrevistado 18 - Conselho Fiscal	3	0	5	1	5	1	1	0	0	0
6 : Entrevistado 19 - Conselho Fiscal	1	2	2	1	7	0	2	1	0	0
7 : Entrevistado 20 - Conselho Fiscal	0	4	9	0	10	0	5	2	0	0
8 : Entrevistado 21 - Conselho Fiscal	2	7	2	3	6	0	2	9	3	0
9 : Entrevistado 30 - Conselho Fiscal	6	11	4	1	17	7	14	1	1	2
10 : Entrevistado 11 - Auditor	2	8	10	5	31	1	7	2	33	16
11 : Entrevistado 38 - Auditor	6	13	4	4	16	2	4	0	41	17
12 : Entrevistado 1 - Contador	4	8	16	4	10	3	0	2	17	10
13 : Entrevistado 22 - Contador	8	9	11	2	21	5	0	9	21	22
14 : Entrevistado 24 - Contador	14	5	15	8	18	7	1	6	14	1
15 : Entrevistado 26 - Contador	6	5	8	3	10	10	2	0	25	20
16 : Entrevistado 29 - Contador	6	1	3	4	18	6	7	0	11	20
17 : Entrevistado 32 - Contador	3	3	2	3	21	2	2	0	17	13
18 : Entrevistado 36 - Contador	0	8	2	3	8	7	0	2	13	9
19 : Entrevistado 37 - Contador	0	5	0	0	8	0	0	1	9	9
20 : Entrevistado 39 - Contador	2	2	4	3	15	0	3	0	9	13
21 : Entrevistado 8 - Contador	0	5	7	1	11	0	0	1	9	17
22 : Entrevistado 12 - Presidente.Executivo	2	7	13	3	19	3	0	2	9	8
23 : Entrevistado 25 - Presidente.Executivo	9	14	8	1	16	4	2	1	1	1
24 : Entrevistado 28 - Presidente.Executivo	3	2	8	9	19	1	9	8	3	6
25 : Entrevistado 31 - Presidente.Executivo	4	13	6	2	11	4	0	0	3	4
26 : Entrevistado 40 - Presidente.Executivo	7	9	6	6	9	6	6	2	13	2
27 : Entrevistado 43 - Presidente.Executivo	1	3	3	1	18	0	1	0	0	0

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
28 : Entrevistado 44 - Presidente.Executivo	4	8	7	0	20	6	0	0	0	0
29 : Entrevistado 45 - Presidente.Executivo	1	10	10	2	12	0	0	0	0	0
30 : Entrevistado 10 - Pesquisador	4	11	16	1	11	4	2	3	0	5
31 : Entrevistado 13 - Pesquisador	0	4	3	3	2	1	0	2	3	3
32 : Entrevistado 2 - Representante do Movimento	5	7	2	3	10	5	2	0	8	0
33 : Entrevistado 23 - Pesquisador	8	11	2	2	16	1	1	4	8	10
34 : Entrevistado 27 - Representante do Movimento	2	9	3	2	9	2	1	0	18	16
35 : Entrevistado 3 - Pesquisador	0	3	0	1	4	4	0	4	8	0
36 : Entrevistado 33 - Pesquisador	2	12	5	1	6	2	9	4	4	7
37 : Entrevistado 34 - Pesquisador	0	10	1	1	6	3	0	0	4	0
38 : Entrevistado 35 - Pesquisador	2	15	7	3	15	2	4	6	5	2
39 : Entrevistado 4 - Representante do Movimento	0	3	4	5	5	1	0	1	10	5
40 : Entrevistado 41 - Pesquisador	1	6	8	1	11	4	3	1	6	5
41 : Entrevistado 42 - Pesquisador	1	8	1	1	10	3	2	0	9	15
42 : Entrevistado 5 - Pesquisador	1	9	9	6	12	9	0	2	2	0
43 : Entrevistado 6 - Representante do Movimento	6	6	9	1	2	7	0	2	1	3
44 : Entrevistado 7 - Pesquisador	4	7	0	2	1	0	2	1	2	2
45 : Entrevistado 9 - Pesquisador	1	7	3	1	17	5	3	3	2	4

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A frequência de cores auxilia na visualização das entrevistas com maiores trechos codificados em cada categoria, quanto maior a intensidade da cor, maior é o número de trecho codificado.

Para o construto de “Alocação do direito de controle”, a entrevista que mais corroborou a compreensão dos enunciados foi a Entrevista 24 que foi realizada com uma contadora que atua como *controller* de uma sociedade cooperativa, que tem o leite como produto principal. Tendo em vista que a entrevistada possui o direito de controle, é compreensível que a mesma tenha contribuições e relatos importantes para esse construto.

Já para o construto “Assimetria de informação”, o maior volume de contribuições foi fruto da Entrevista 35, realizada com uma pesquisadora, doutora em desenvolvimento regional, que estuda o impacto das cooperativas nas comunidades e na qualidade de vida dos cooperados. Tendo esse contato próximo aos cooperados, é esperado um volume de contribuições sobre o assunto.

No caso do construto “Benefícios”, o mesmo volume de contribuições foi obtido do Entrevistado 1 e do Entrevistado 10. O Entrevistado 1 tem sua formação como contador e experiência no acompanhamento do desempenho das sociedades cooperativas, já o Entrevistado 10 é professor e pesquisador, com doutorado em

administração, e também é cooperado de uma cooperativa agropecuária e de uma cooperativa de crédito, podendo relatar os benefícios como pesquisador e também como agente econômico que almeja, percebe e recebe os benefícios.

O maior número de contribuições para a categoria "Contabilidade e a Tomada de decisão" foi oriundo da Entrevista 28, realizada com o presidente de uma cooperativa, com aproximadamente 6.300 cooperados, 1.000 colaboradores e mais de 60 anos de história. As principais contribuições para essa categoria estão vinculadas ao processo de prestação de contas utilizado pela cooperativa.

Já para categoria "Estratégias de retorno", principal foco da presente tese, as maiores contribuições foram vinculadas à entrevista realizada com o indivíduo 11, auditor de diversas sociedades cooperativas, que também atua como consultor e instrutor de treinamentos para contadores e gestores. A longa experiência e contato direto com as cooperativas possibilitou que várias contribuições distintas sobre estratégias de retorno fossem relatadas durante a entrevista de 104 minutos.

Para a categoria "Fatores de escolha das estratégias" que reúne possíveis insights sobre os fatores que podem impulsionar a escolha de diferentes estratégias, o maior volume de contribuições foi oriundo da Entrevista 26, realizada com um contador que atua na Comissão de Estudos em Contabilidade do Setor Cooperativo do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto que para a categoria "Governança corporativa", houve contribuições significativas oriundas da Entrevista 30, que foi realizada com dois entrevistados do conselho fiscal conforme relatado no item 3.2.2.1. Essa entrevista contou com a participação de dois indivíduos e, devido a relevância das contribuições, a unidade de análise foi mantida no estudo.

Na sequência, o maior número de contribuições para a categoria "Processo de contabilização" foi originária da Entrevista 38, realizada com um auditor. De certa forma, tal padrão era esperado, pois conforme exposto no item 4.1, a determinação do procedimento contábil está diretamente relacionada com a empresa de auditoria da sociedade cooperativa. A segunda entrevista com maior contribuição para essa categoria foi realizada com outro auditor. Por fim, a última categoria formada foi "Processo de normatização contábil", que recebeu o maior volume de contribuições da Entrevista 22, realizada com um contador, que também atua na formação de conselheiros fiscais.

É interessante perceber que cada categoria recebeu o maior volume de contribuições de diferentes entrevistas, o que também está vinculado diretamente aos construtos utilizados para elaborar cada pergunta do roteiro de entrevista realizado com diferentes públicos.

Na sequência, a análise factual é centrada nos códigos secundários vinculados a cada categoria. Os códigos foram determinados *a posteriori*, à medida que o processo de categorização e classificação foi ocorrendo. Cabe destacar que esse processo exige interação direta do pesquisador, e diferente da categoria que apresenta uma relação mais clara com os trechos da entrevista, por vezes a classificação dos trechos em códigos carrega maior subjetividade devido ao nível de detalhamento exigido.

A Tabela 15 apresenta a categoria “Alocação do direito de controle” que foi desdobrada em três códigos, sendo eles: “Decisão sobre estratégias”; “Qualidade da Gestão”; e “Papel da Gestão”.

Tabela 15 - Codificação da categoria alocação do direito de controle

Nome	Arquivos	Referências
Alocação do direito de controle	35	136
Decisão sobre estratégias	28	73
Qualidade da Gestão	15	36
Papel da gestão	12	27
Total de trechos codificados		136

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Na categoria “Alocação do direito de controle”, 35 indivíduos realizaram contribuições e relatos sobre a forma como as decisões de estratégias de retorno são tomadas pela cooperativa, ou como a qualidade da gestão influencia na tomada de decisão sobre as estratégias de retorno ou no nível de informação repassado aos cooperados, e também sobre o papel esperado sobre a gestão da cooperativa.

Essa categoria foi determinada *a priori* como forma de recolher informações sobre em que nível hierárquico está concentrada a decisão sobre as estratégias de retorno selecionadas pela cooperativa, e quais os fatores que poderiam influenciar tal decisão sobre a alocação dessa definição estratégica para a cooperativa. Considerando a assembleia geral como órgão máximo das organizações cooperativas, o esperado era que tal definição estivesse associada a esse órgão, ou

dependesse da validação da proposta apresentada pela gestão para a assembleia geral.

Cabe destacar que, considerando a soma das entrevistas que contribuíram com os códigos “Decisão sobre estratégias”, “Qualidade da Gestão”, e “Papel da Gestão”, obtém-se 55 arquivos, contudo, o mesmo indivíduo contribui para diferentes códigos, e por essa razão na análise da categoria podem ser analisadas 35 contribuições de diferentes indivíduos.

Na sequência, é apresentada a Tabela 16 com a categoria “Assimetria de informação”, na qual foram criados seis códigos secundários, sendo eles: “Comunicação”; “Confiança”; “Desconfiança”; “Papel da contabilidade”; “Percepção de retornos pelos cooperados”; e “Transparência”.

Tabela 16 - Codificação da categoria assimetria de informação

Nome	Arquivos	Referências
Assimetria de informação	44	313
Comunicação	29	82
Confiança	8	19
Desconfiança	7	12
Papel da contabilidade	5	8
Percepção dos retornos pelos coop.	40	132
Transparência	24	60
Total de trechos codificados		313

Legenda: Coop. – Cooperativa.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria “Assimetria de informação” foi criada *a priori*, para reunir as contribuições e relatos vinculados à percepção sobre como a diferença de nível informacional influencia a fidelização dos cooperados, quais os instrumentos que podem ser utilizados para reduzir a diferença de nível informacional e como a assimetria de informação afeta a percepção dos cooperados em relação aos retornos econômicos e sociais.

Esse último propósito foi direcionado para o código “Percepção dos retornos pelos cooperados” que recebeu 42% dos trechos alocados nessa categoria, revelando sua importância. O código reúne os relatos sobre como os cooperados percebem os retornos econômicos e sociais oriundos da sociedade cooperativa. Esses relatos são obtidos tanto da percepção direta dos cooperados, quanto de percepções indiretas realizadas pelos demais públicos das entrevistas.

Essa categoria recebeu contribuições de quase todos os entrevistados, apenas o Entrevistado 18 não apresentou relatos sobre esse enunciado. Para a análise sob a perspectiva de interação, exposta no item 4.3 da presente tese, optou-se por agrupar códigos, conforme a proposta de King (2004). Para tanto, os códigos “Confiança” e “Desconfiança” foram agrupados no código “Percepção sobre a cooperativa ou gestores”, e o código “Papel da contabilidade” foi agrupado junto ao código “Comunicação”, visto que a contabilidade foi incluída como um instrumento de comunicação com o cooperado.

A categoria “Benefícios” foi criada *a posteriori* a partir dos relatos e contribuições obtidos com as entrevistas que narravam quais são os fatores motivadores para o ingresso em uma cooperativa, para sua fidelização e permanência. Essa categoria permite validar se os retornos econômicos e sociais listados no item 2.1.3 com base na literatura, também são percebidos na prática. A Tabela 17 apresenta a categoria “Benefícios” e os códigos secundários criados *a posteriori*.

Tabela 17 - Codificação da categoria benefícios

Nome	Arquivos	Referências
Benefício	40	271
Acesso ao mercado	20	32
Assistência Técnica	11	15
Função social	24	58
Oferta de insumo e serviços	20	37
Propriedade	7	14
Reguladora de preços	12	20
Relacionamento	14	25
Retornos econômicos	10	22
Segurança	20	39
Sucessão	7	9
Total de trechos codificados		271

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria “Benefícios” foi desdobrada inicialmente em dez códigos, sendo eles: “Acesso ao mercado”; “Assistência Técnica”; “Função social”; “Oferta de insumo e serviços”; “Propriedade”; “Reguladora de preços”; “Relacionamento”; “Retornos econômicos”; “Segurança”; e “Sucessão”. Os códigos “Propriedade”; “Relacionamento”; “Segurança”; e “Sucessão” são retornos não mensuráveis

diretamente, mas foram benefícios significativos destacados pelos entrevistados, correspondendo a 32% dos trechos codificados na categoria.

Os códigos com maior representação na categoria foram: “Função social” com 21%; “Oferta de insumo e serviços” com 14%; e “Segurança” com 14%. A função social, alinhada ao desempenho econômico da cooperativa, é sempre destacada como um diferencial do sistema cooperativista e por essa razão era esperado que as narrativas indicassem esse benefício. A segurança foi um destaque na categoria em função dos relatos sobre a cooperativa receber a produção do cooperado por um preço justo, mesmo quando o mercado não favorece a manutenção do preço.

Já a “Sucessão” foi o código com menor cobertura de trechos codificados na categoria, contudo, em uma primeira análise, um código específico foi gerado, visto os relatos sobre como as cooperativas incentivam ou auxiliam o processo de sucessão, seja por meio da educação cooperativista, inclusão do jovem no negócio ou o incremento de tecnologia na propriedade rural que favoreça a qualidade de vida dos cooperados.

Apesar da categoria apresentar 40 entrevistas relacionadas com os códigos, é possível perceber que a frequência de relatos no mesmo código não ultrapassa 24 entrevistas. Esse fato demonstra que a percepção dos benefícios é distinta pelos cooperados, pelo menos no que tange ao benefício mais significativo que foi narrado.

A categoria “Contabilidade e a tomada de decisão”, exposta na Tabela 18, apresenta o desdobramento nos códigos “Visão sobre a contabilidade ou contador” e “Prestação de contas”.

Tabela 18 - Codificação da categoria contabilidade e a tomada de decisão

Nome	Arquivos	Referências
Contabilidade e a Tomada de decisão	41	112
Visão sobre a cont. ou contador	27	47
Prestação de contas	30	65
Total de trechos codificados		112

Legenda: Cont. – Contabilidade.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Nessa categoria, os entrevistados narraram como a contabilidade é percebida ou como o contador é visto perante sua atuação na sociedade cooperativa.

Usualmente o contato com a contabilidade ocorre principalmente no momento da prestação de contas que segue as orientações da Lei nº 5.764/71.

Cerca de 91% dos entrevistados contribuíram com a categoria, relatando suas experiências e percepções sobre a contabilidade. Esse resultado surpreendeu, visto que somente o roteiro de entrevista destinado aos Conselheiros Fiscais continha uma pergunta direta sobre essa categoria.

Na sequência, a Tabela 19 apresenta os códigos da categoria “Estratégias de retorno”.

Tabela 19 - Codificação da categoria estratégias de retorno

Nome	Arquivos	Referências
Estratégias de retorno	45	544
Aquisição de produtos	31	76
Assistência Técnica	24	62
Juros sobre Capital Próprio	21	70
Oferta de Insumos e Serviços	28	64
RATES	41	105
Utilização	35	152
Sobras	36	99
Teoria sobras zero	29	68
Total de trechos codificados		544

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria “Estratégias de retorno” é considerada fundamental para o alcance do objetivo traçado para pesquisa e foi desdobrada em sete códigos primários e um código secundário. Os códigos primários foram desdobrados em: “Aquisição de produtos”; “Assistência Técnica”; “Juros sobre Capital Próprio”; “Oferta de Insumos e Serviços”; “RATES”; “Sobras”; e, “Teoria sobras zero”.

Os primeiros seis códigos possuem relação direta com as estratégias de retorno que foram identificadas na literatura e apresentadas no item 2.1.3. Esses códigos reúnem práticas realizadas pelas cooperativas que foram relatadas pelos entrevistados, assim como percepções gerais sobre cada uma das estratégias utilizadas, quais são os fatores que contribuem para sua utilização ou até mesmo restringem que a cooperativa opte por essa forma de retorno.

Já o código “Teoria sobras zero” reúne as percepções e relatos sobre a conciliação de estratégias que privilegiam a distribuição de retorno pela interação do

cooperado como usuário da cooperativa, e não pela sua figura de proprietário por meio da geração de sobras. Os trechos codificados indicam se os entrevistados concordam ou não com a teoria sobras zero e se ela poderia ser aplicada nas cooperativas.

Como relatado, essa foi a única categoria que recebeu contribuições de todos os entrevistados, além disso, o número de arquivos é tido como equilibrado dentro da categoria, variando de 21 a 41 contribuições diretas. Esse resultado era esperado pela categoria “Estratégias de retorno” estar presente em todos os roteiros de entrevistas que foram aplicados.

Para o código “RATES” foi criado um código secundário que reuniu os relatos sobre os fatores que estimulam ou restringem a utilização da reserva, esse código foi denominado de “Utilização”. Cabe destacar que os trechos alocados em “Utilização” não estão agrupados dentro do código “RATES” de forma direta, somente de maneira desencadeada para indicar a relação estabelecida.

Dentro da categoria, o código com maiores contribuições foi “Utilização”, com aproximadamente 28% dos trechos. A incidência de relatos tende a indicar que esse assunto é considerado polêmico entre os entrevistados, visto o relato do item 4.1 sobre a utilização da RATES e também a pergunta contida no roteiro de entrevista sobre esse aspecto. Outro código que merece destaque é “Sobras”, com 18% dos trechos codificados. A extensão desse código era esperada, visto que a distribuição de retorno via sobras ainda é a estratégia mais utilizada nas sociedades cooperativas.

Cabe destacar que o código “Aquisição de produtos” possui relação com a estratégia incremento de preço pago ao cooperado pelo insumo entregue em comparação ao preço pago pelo mercado, enquanto o código “Oferta de Insumos e Serviços” reúne contribuições sobre a estratégia redução do preço de insumos, produtos e serviços fornecidos ao cooperado.

A próxima categoria, inicialmente, a partir da análise de literatura, principalmente com as contribuições de Cook (1995) e Cook e Burress (2009), havia sido nomeada, *a priori*, como “Influência do ciclo de vida”, já que um dos fatores compreendido como relevante para escolha da estratégia é o ciclo de vida das cooperativas. Contudo, essa categoria foi remodelada para “Fatores de escolha das estratégias”, para agrupar todas as contribuições sobre possíveis aspectos que podem influenciar na decisão sobre qual estratégia irá ser utilizada pela cooperativa.

A Tabela 20 apresenta a categoria “Fatores de escolha das estratégias”, com o seu desdobramento nos códigos: “Ciclo de vida”; “Definição estatutária”; “Fidelização”; “Necessidades de Investimento”; e “Perfil dos cooperados”.

Tabela 20 - Codificação da categoria fatores de escolha das estratégias

Nome	Arquivos	Referências
Fatores de escolha das estratégias	34	137
Ciclo de vida	14	26
Definição estatutária	3	4
Fidelização	17	36
Necessidades de Investimento	15	27
Perfil dos cooperados	17	44
Total de trechos codificados		137

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Conforme descrito anteriormente, essa categoria foi renomeada. Em um primeiro momento, a partir da concepção teórica e também da questão vinculada à categoria nos roteiros de entrevista, o objetivo era codificar os relatos vinculados a como ciclo de vida das cooperativas influencia na escolha das estratégias de retornos econômicos e sociais. Contudo, à medida que as entrevistas foram sendo realizadas, os entrevistados indicavam outros fatores que acreditavam ter maior impacto na escolha da estratégia por parte da cooperativa.

De certa forma, é possível relacionar fatores como “Definição estatutária”; “Fidelização”; “Necessidades de Investimento”; e “Perfil dos cooperados” com o ciclo de vida das cooperativas, pois, por exemplo, segundo Cook (1995) e Cook e Burrell (2009), no início do ciclo de vida das cooperativas o processo de fidelização é necessário, pois os cooperados precisam sentir que suas necessidades estão sendo atendidas para que se mantenham na cooperativa. Já na fase do design organizacional, as diretrizes estatutárias passam a ser definidas e esses padrões passam a guiar as escolhas organizacionais. E na fase de crescimento-glória-heterogeneidade, a diversidade de interesse dos membros se torna cada vez mais complexa e entender as demandas individuais ou de grupo, tendo em vista o perfil dos cooperados, se torna importante para a sociedade cooperativa.

Porém, para possibilitar uma análise mais detalhada dos resultados, antes do processo de análise na perspectiva de interação, optou-se por explorar os fatores de forma isolada, guiados pelas indicações dos entrevistados. Os dois fatores de escolha

que mais se destacaram, segundo os entrevistados, foram “Perfil dos cooperados” e “Fidelização”, com 32% e 26% das contribuições da categoria, respectivamente. Os fatores podem ser compreendidos como relacionados, uma vez que compreender o perfil dos cooperados e atender às necessidades diretas ocasiona o processo de fidelização nos cooperados. A literatura aponta que os cooperados possuem orientação de curto prazo, privilegiando retornos no curto prazo, enquanto a cooperativa, e consequentemente seus gestores, devem possuir orientação de longo prazo. Tal divergência ocasiona o conhecido problema do horizonte. Nesse sentido, as estratégias de retorno pelo preço podem ser utilizadas para anteder a esse perfil do cooperado que deseja um retorno no curto prazo, sendo atendida essa necessidade, o cooperado tende a permanecer fiel à cooperativa.

A categoria “Definições estatutárias” foi a categoria que menos recebeu contribuições, o que de certa forma era esperado, visto que indicações sobre a estratégia de retorno selecionado pela sociedade cooperativa, e consequentemente assembleia geral por estar no estatuto da cooperativa, não é tida como uma cláusula comum nos estatutos.

A próxima categoria analisada foi “Governança Corporativa”, que foi subdividida em quatro códigos, sendo três deles relacionados aos órgãos de governança “Assembleia Geral”; “Auditoria”; e “Conselho Fiscal”; e um código relacionado ao processo de sucessão desses órgãos vinculados ao sistema ou modelo de governança implementado pela cooperativa. A Tabela 21 apresenta as codificações existentes na categoria “Governança Corporativa”.

Tabela 21 - Codificação da categoria governança corporativa

Nome	Arquivos	Referências
Governança corporativa	30	108
Assembleia Geral	17	36
Auditoria	12	28
Conselho Fiscal	14	30
Sucessão	8	14
Total de trechos codificados		108

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Nessa categoria, o código que recebeu maiores contribuições do entrevistado foi “Assembleia geral”. A assembleia geral é tida como o órgão de decisão máximo

nas sociedades cooperativas, onde o direito de controle residual é exercido por parte dos cooperados. Contudo, a participação dos cooperados, principalmente nas cooperativas agropecuárias é tida como baixa. Muitos entrevistados indicaram estratégias que as cooperativas realizam para aumentar o número de participantes e ocasionar uma discussão mais ampla e participativa dos cooperados. Os relatos estão vinculados à criação de núcleos de cooperados por regiões, com reuniões *ex-ante* a assembleia geral para oportunizar uma maior participação nas discussões, já outros relataram eventos vinculados à assembleia geral como forma de receber mais cooperados.

O papel do “Conselho Fiscal” e da “Auditoria” foi destacado por 14 e 12 entrevistados respectivamente. Um fator interessante nas sociedades cooperativas é que o conselheiro fiscal obrigatoriamente necessita ter o direito de propriedade da cooperativa, e no caso das cooperativas agropecuárias, usualmente, os cooperados não possuem a preparação necessária para exercer a função de conselheiro fiscal. Essa preocupação foi destacada no 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (CBC), organizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) em 2019, que por meio de representantes de diferentes sociedades cooperativas brasileiras determinou que o conselho fiscal das cooperativas deveria receber uma preparação padrão mínima para que o cooperado pudesse exercer o cargo. Os relatos recolhidos no código do “Conselho Fiscal” corroboram essa preocupação e também indicam o quanto a atuação do conselho fiscal está vinculada e depende das auditorias interna e externa da cooperativa.

O código “Sucessão” foi o código com menor volume de citações relacionadas, mas principalmente no sistema agropecuário, é tido como um tema essencial, visto que em muitas cooperativas os presidentes, e até membros do conselho de administração, estão há anos no comando das cooperativas, o que não oportuniza, na visão dos entrevistados, o processo de oxigenação nas diretrizes de escolha das estratégias de retorno ao cooperado.

A próxima categoria analisada é relacionada ao “Processo de contabilização” adotado pelas sociedades cooperativas. Essa categoria foi relacionada nos roteiros de entrevista desenvolvidos para os contadores e auditores e foi a segunda categoria com maiores relatos e contribuições obtidas. A Tabela 22 apresenta os números de arquivos e referências relacionados com a categoria “Processo de contabilização”.

Tabela 22 - Codificação da categoria processo de contabilização

Nome	Arquivos	Referências
Processo de contabilização	35	346
Dificuldades	28	82
Evidenciação	18	50
Mensuração	6	10
Papel do contador	9	28
Reconhecimento	15	68
Sugestões	27	108
Total de trechos codificados		346

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria foi subdividida em seis códigos, sendo eles: “Dificuldades”; “Evidenciação”; “Mensuração”; “Papel do contador”; “Reconhecimento”; e “Sugestões”, para agrupar os relatos de auditores e contadores. Os códigos de “Dificuldades” e “Sugestões” foram os que mais receberam contribuições, 24% e 31%, respectivamente. Esse resultado associado era esperado, visto que frente aos relatos de dificuldade no processo de contabilização das sociedades cooperativas, era estimulado que os entrevistados dessem sugestões de como tratam ou tratariam o problema relatado. Ademais, à medida que as entrevistas foram realizadas e o nível de saturação dos públicos começou a ser alcançado, para algumas entrevistas, propostas de tratamento da contabilização dos retornos gerados foram apresentadas e com isso, os relatos de retorno foram alocados no código “Sugestões”, como forma de validação.

Com relação às três etapas do processo de contabilização, é possível perceber que a etapa de “Reconhecimento” foi a que recebeu maiores relatos, vinculados, justamente, à forma como a cooperativa reconhece retornos econômicos e sociais pela atuação do cooperado como usuário da cooperativa. A “Mensuração” foi a etapa que menos recebeu relatos sobre questões de procedimentos e também o menor número de relatos dos indivíduos que participaram das entrevistas.

A última categoria de análise refere-se ao “Processo de normatização contábil”. O ramo agropecuário não possui órgão regulador direto, como os ramos de saúde, transporte, infraestrutura e crédito, por isso, as normas contábeis são direcionadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Lei nº 5.764/71 e normativos ou orientações da Receita Federal. Essa categoria esteve presente nas entrevistas dos contadores, auditores e representantes do movimento cooperativista e professores e

pesquisadores. A Tabela 23 expõe o número de arquivos e referências obtidas sobre o assunto com os entrevistados.

Tabela 23 - Codificação da categoria processo de normatização contábil

Nome	Arquivos	Referências
Processo de normatização contábil	31	272
Ato cooperado e não cooperado	15	45
ICPC 14	18	88
ITG 2004 e normas para coop.	21	55
Nomenclatura e Plano de Contas	24	84
Total de trechos codificados		272

Legenda: Coop. – Cooperativa.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A categoria “Processo de normatização contábil” foi subdividida em quatro códigos, sendo eles “Ato cooperado e não cooperado”; “ICPC 14”; “ITG 2004 e normas para cooperativas”; e, “Nomenclatura e Plano de Contas”. Os códigos receberam, respectivamente, 17%, 32%, 20% e 31% dos trechos codificados para categoria.

O processo de identificação do ato cooperado e não cooperado ainda continua sendo um ponto de destaque entre os entrevistados. Determinar se o ato apurado pode ser enquadrado como ato cooperado e não ser tributado por imposto de renda e contribuição social e ainda ser passível de distribuição, ou determinar que o ato é não cooperado, será tributado e todo o seu resultado for direcionado para o RATES ainda é um ponto de preocupação entre contadores, auditores e representantes do movimento.

No período de realização de algumas entrevistas, anteriores a novembro de 2017, o questionamento e discussão sobre a ICPC 14 estava muito presente nas narrativas dos entrevistados, visto a possibilidade de vigência da norma. Após a publicação da ITG 2004, que, de certa forma, determinou o afastamento sobre as discussões da ICPC 14, mesmo que sua aprovação ainda continue indicada pelo CPC, o foco das contribuições das entrevistas passou a ser orientado para ITG 2004 e outras normas contábeis que poderiam auxiliar no aprimoramento contábil das sociedades cooperativas.

Um ponto interessante nas entrevistas foi a questão da “Nomenclatura e Plano de Contas”. Os entrevistados que contribuíram para o código indicaram a relevância de um plano de contas padrão entre as cooperativas agropecuárias, ao exemplo do

que existe nas cooperativas de crédito e saúde, por determinação do Banco Central e Agência Nacional de Saúde, respectivamente.

A categoria “História, experiências ou comentários gerais dos entrevistados” não foi detalhada, pois não foram abertos códigos para essa categoria, visto que apenas foram alocados trechos iniciais das entrevistas, sem relação direta com o objetivo da pesquisa.

Com base nas categorias e códigos da pesquisa, estruturou-se uma matriz hierárquica, que permite visualizar a dimensão dos códigos dentro de cada categoria e também as dimensões das categorias de forma comparada. A Figura 39, apresenta a matriz hierárquica das categorias e códigos da pesquisa.

Figura 39 - Matriz hierárquica das categorias e códigos da pesquisa

Estratégias de Retorno			Assimetria de Informação		Processo de Normatização		Beneficiário		
RATES	Sobras	Aquisição de Produtos	Percepção de retornos pelos cooperados	Comunicação	ICPC 14	Nomenclatura e plano de contas	Função Social	Segurança	
Utilização							Oferta de insumos e serviços		Acesso ao mercado
Juros sobre Capital Próprio			Transparência		ITG 2004 e normas para cooperativas		Relacionamento		(5) (6)
Teoria Sobras zero					Ato cooperado e não cooperado		Retorno Econômico		(7) (8)
		Oferta de insumos e serviços		(2) (3) (4)					
		Assistência Técnica							
Processo de contabilização			Fatores de escolha das estratégias			Contabilidade e Tomada de Decisão		História, Experiência ou Comentários gerais do Entrevistado	
Sugestões	Reconhecimento	Evidenciação	Perfil dos cooperados	Fidelização	Ciclo de Vida	Prestação de Contas	Visão sobre a contab. e contador		
				Necessidades de Investimento	(9)				
Dificuldades			Alocação do Direito de Controle			Governança Corporativa			
	Papel do contador	(1)	Decisões sobre estratégias	Qualidade da gestão		Assembleia Geral	Auditoria		
				Papel da gestão		Conselho Fiscal	Sucessão		

Legenda: (1) Mensuração; (2) Confiança; (3) Desconfiança; (4) Papel da contabilidade; (5) Assistência Técnica; (6) Reguladora de preços; (7) Sucessão; (8) Propriedade; (9) Definições estatutárias; Cinza escuro – Categorias; Cinza – Códigos primários; e, Cinza claro – Códigos secundários.

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A matriz apresentada na Figura 39 resume, visualmente, as contribuições e relatos obtidos durante as entrevistas e a respectiva classificação por categorias, códigos primários, e códigos secundários. A etapa da análise das entrevistas na perspectiva factual culminou em 10 categorias, 47 códigos primários e um código secundário.

Conforme descrito, as maiores contribuições coletadas durante a entrevista estão relacionadas ao código secundário “Utilização”, vinculado às estratégias de realização da RATES, e na sequência ao código primário “Percepção de retornos

pelos cooperados” parte da categoria “Assimetria de Informação”, o que está alinhado ao objetivo da presente tese.

Cabe destacar que 100% dos relatos obtidos durante as entrevistas foram codificados em códigos primários ou secundários e posteriormente agrupados em categorias. Nesse sentido, a Tabela 24 exhibe a cobertura e representação dos trechos categorizados e codificados.

Tabela 24 - Cobertura e representação dos trechos categorizados e codificados

Categorias e Códigos	Arquivos	Referências	Representação
Alocação do direito de controle	35	136	6%
Decisão sobre estratégias	28	73	54%
Qualidade da Gestão	15	36	26%
Papel da gestão	12	27	20%
Assimetria de informação	44	313	13%
Comunicação	29	82	26%
Confiança	8	19	6%
Desconfiança	7	12	4%
Papel da contabilidade	5	8	3%
Percepção dos retornos pelos cooperados	40	132	42%
Transparência	24	60	19%
Benefício	40	271	12%
Acesso ao mercado	20	32	12%
Assistência Técnica	11	15	6%
Função social	24	58	21%
Oferta de insumo e serviços	20	37	14%
Propriedade	7	14	5%
Reguladora de preços	12	20	7%
Relacionamento	14	25	9%
Retornos econômicos	10	22	8%
Segurança	20	39	14%
Sucesso	7	9	3%
Contabilidade e a Tomada de decisão	41	112	5%
Visão sobre a contabilidade ou contador	27	47	42%
Prestação de contas	30	65	58%
Estratégias de retorno	45	544	23%
Aquisição de produtos	31	76	14%
Assistência Técnica	24	62	11%
Juros sobre Capital Próprio	21	70	13%
Oferta de Insumos e Serviços	28	64	12%
RATES	41	105	19%
Utilização	35	152	100%
Sobras	36	99	18%
Teoria sobras zero	29	68	13%
Fatores de escolha das estratégias	34	137	6%
Ciclo de vida	14	26	19%
Definição estatutária	3	4	3%
Fidelização	17	36	26%
Necessidades de Investimento	15	27	20%
Perfil dos cooperados	17	44	32%

“continua”

Categorias e Códigos	Arquivos	Referências	"continuação"
			Representação
Governança corporativa	30	108	5%
Assembleia Geral	17	36	33%
Auditoria	12	28	26%
Conselho Fiscal	14	30	28%
Sucessão	8	14	13%
Processo de contabilização	35	346	15%
Dificuldades	28	82	24%
Evidenciação	18	50	14%
Mensuração	6	10	3%
Papel do contador	9	28	8%
Reconhecimento	15	68	20%
Sugestões	27	108	31%
Processo de normatização contábil	31	272	12%
Ato cooperado e não cooperado	15	45	17%
ICPC 14	18	88	32%
ITG 2004 e normas para cooperativas	21	55	20%
Nomenclatura e Plano de Contas	24	84	31%
Histórico ou Experiências ou Comentários	29	88	4%
Total	45	2327	100%

"conclusão"

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Ao considerar o objetivo geral da pesquisa de analisar o tratamento contábil utilizados nos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento, pode-se observar que três categorias da pesquisa possuem contribuições diretas para o alcance do objetivo, sendo elas: "Estratégias de retorno", reunindo as práticas e relatos sobre as escolhas estratégicas das cooperativas; "Assimetria de informações", codificando as consequências e limitações relacionadas à forma de evidenciação e comunicação das estratégias de retorno; e "Processo de contabilização", reunindo limitações do processo de contabilização dos retornos nas sociedades cooperativas e coletando sugestões para corroborar a redução da assimetria de informação existente entre os órgãos de governança da cooperativa.

Com base nos relatos e contribuições obtidas e o processo de classificação e codificação realizado, procurou-se elaborar um mapa conceitual, relacionando as principais categorias. As categorias foram compreendidas como conceitos no mapa. Essa estratégia permite a organização sistêmica das categorias e as relações atribuídas com base na teoria e também os códigos formados a posteriori. A Figura

34 apresenta o mapa conceitual elaborado a partir da análise da perceptiva factual, que reúne as principais categorias e códigos.

Figura 40 - Mapa conceitual proposto pela tese com base nas entrevistas realizadas e codificações

Fonte: Extraído do software NVIVO 12® a partir dos dados das entrevistas realizadas.

A escolha das estratégias de retorno possui relação direta com a estrutura ou sistema de governança adotado pela cooperativa e os fatores de escolha dessas estratégias que foram indicados pelos entrevistados. Por sua vez, a estrutura ou sistema de governança adotados pela cooperativa é resultado da alocação do direito de controle, uma vez que se define em qual nível ocorre a decisão da estratégia na cooperativa e se a decisão sobre as estratégias de retorno será ou não levada para assembleia geral. Da mesma forma, o sistema de governança também influencia a assimetria de informação sobre a percepção dos benefícios e estratégias de retornos

oferecidos pela cooperativa. Quanto mais complexa a estrutura de governança e menor o nível de instrumentos de comunicação sobre os retornos e benefícios da cooperativa, maior a tendência da assimetria de informação.

A assimetria de informação também possui interação com a contabilidade, pois a contabilidade pode ser entendida como um instrumento para redução da assimetria de informação, desde que apresente características qualitativas fundamentais e de melhorias adequadas. Essa qualidade da informação contábil será reflexo da qualidade do processo de contabilização, composto pelo reconhecimento, mensuração e evidenciação das informações econômico-financeiras, e também pelo processo de normatização indicado para as sociedades cooperativas.

O mapa conceitual elaborado será validado ou alterado a partir da análise das entrevistas sob a perspectiva de interação. Nessa etapa da pesquisa, o foco torna-se a fala do respondente como fonte de informação e objeto da análise, na qual o significado é construído a partir da interseção da interação do pesquisador e entrevistado (Godoi & Mattos, 2010). Assim, essa abordagem de análise procura incorporar percepções, conjecturas e proposições do pesquisador com base nas informações e dados recolhidos com a fala do entrevistado.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NA PERSPECTIVA DE INTERAÇÃO

Este capítulo é destinado à apresentação dos resultados da perspectiva de interação das entrevistas e suas respectivas análises, categorias e códigos, que são explorados e relacionados seguindo a ordem alfabética da categoria. Em alguns casos, as categorias serão exploradas de maneira agregada, contudo, dada a relevância de alguns temas, em outros itens as categorias são segregadas nos códigos já apresentados na seção anterior.

Cabe destacar que, nessa seção, a percepção do autor é incorporada na análise, contudo, é sustentada nos dados coletados durante as entrevistas e demais elementos que auxiliam na argumentação do ponto de vista apresentado.

4.3.1 Alocação do direito de controle

Nas sociedades cooperativas, o direito de decisão é, usualmente, alocado para a diretoria executiva ou, em alguns casos, para o conselho de administração da

cooperativa, considerados agentes nas cooperativas. No caso do conselho de administração, os agentes também são proprietários, exercendo dupla função. Em ambos os casos, os proprietários continuam em posse do direito de decisão residual, contudo, somente decisões consideradas estratégicas e com a necessidade de deliberação são levadas para assembleia geral. Essas decisões tomadas pela assembleia geral normalmente são diretrizes do negócio que podem ser orientadas por pareceres elaborados pelos agentes e que precisam da apreciação dos proprietários, tidos como principais.

A decisão sobre a estratégia de retorno oferecida aos cooperados pode ser tida como estratégica, já que tende a influenciar a percepção dos cooperados sobre o atendimento às suas necessidades e causar a maximização ou redução da sua utilidade, consequentemente gerando reflexo na fidelização desses cooperados. Da mesma forma, a utilização das diferentes estratégias de retornos gera impactos distintos no caixa da cooperativa. Isto tende a afetar a situação financeira da cooperativa e reforçar a visão de que esta é uma decisão estratégica e, por isso, deveria ser levada à assembleia.

Por outro lado, um dos problemas da governança em cooperativas é o problema do horizonte, que leva os cooperados a priorizarem tipos de retorno a curto prazo, mesmo que a longo prazo possam afetar diretamente a sustentabilidade da cooperativa. Assim, para algumas cooperativas, as decisões sobre estratégias de retorno e, consequentemente, preço de insumos, serviços e produtos devem ser realizadas por agentes que conheçam o negócio e os seus cooperados, sendo esse o papel da gestão, mas, para tanto, precisam demonstrar qualidade nas decisões que são tomadas e que as mesmas atendam às necessidades dos cooperados e da cooperativa.

Para os entrevistados, o problema do horizonte e o conflito das visões de curto e longo prazo é uma constante nas cooperativas, conforme o Entrevistado 24 – Contador e o Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista apontam:

São pontos de vista que se conflitam. E outra coisa, é muito difícil numa cooperativa compreender até aonde vai ter a influência do meu associado. O quê que o associado quer? Se não, daqui a pouquinho, nem 8 e nem 80, aí entra a questão da governança; eu digo, assim: Ó, o quê que o associado pode interferir na cooperativa, ou não? O quê que ele pode escolher, ou não? [Entrevistado 24 – Contador – Código: Decisão sobre as estratégias]

Existe a questão, por exemplo, do conflito associado-cooperativa, não é; a questão de . . . de que decisões individuais dos associados potencializadas num nível coletivo levam ao

. . . ao colapso, porque, é . . . a questão é a seguinte, não é. Tipo, a cooperativa tem que fazer uma opção para . . . em relação aos retornos que ela vai dar para o associado. O associado tem um pensamento de curto prazo; então, todos os retornos que ele quer, ele quer que pague mais pelo produto dele. Só que ao pagar mais pelo produto dele, eu não gero sobra; ao não gerar sobra, eu não tenho investimento; ao não ter investimento a longo prazo, eu quebro a cooperativa. Então, assim, o interesse de curto prazo do associado, leva, a médio e longo prazo, à inviabilização da cooperativa. . . . Tipo, é um paradoxo, porque daí se você perguntar para o associado: Você quer quebrar a cooperativa? Ele vai dizer que “não”. Você quer uma . . . Você quer o resultado agora, que a cooperativa pague mais para ti agora? Sim. Só que essas respostas são oposta. Entendeu? [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Decisão sobre as estratégias]

Assim como exposto no item 2.1.3.3, seguindo a matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno, as estratégias de retorno são conflitantes em função do momento da distribuição ao cooperado, mas também pela escolha das estratégias vinculadas ao preço dos insumos, serviços e produtos gerar impacto nas sobras, sendo estabelecida uma correlação negativa e por isso indicada como conflitante pelos entrevistados. Ao que indica a narrativa dos entrevistados, se esse conflito existe e tende a afetar a sustentabilidade da cooperativa, cabe a diretoria executiva decidir pelas estratégias que serão adotadas, mas isso não significa que seja uma decisão fácil para gestão ou que também não resulte em conflitos. Corroborando com essa percepção, o Entrevistado 38 – Auditor relata:

E aí é que vem a questão assim, ó: Em que momento proporcionar o benefício para o cooperado? . . . com qual estratégia? É no dia-a-dia, dizendo assim: Olha, estamos proporcionando preço mais favorável, seja na produção dele ou no insumo que ele consome. Ou então, dizer: Não, nós vamos acompanhar o mercado, tá; e mesmo que tenha oportunidade de fazer um resultado melhor, nós vamos fazer. Para que? Para produzir sobras. Então, às vezes, cria-se esse dilema: Em que momento proporcionar esse benefício aos cooperados? No dia-a-dia, porque daí não precisaria nem ter sobras, não é? . . . Poderia converter todo o resultado, digamos assim, no dia-a-dia, desde que tivesse uma projeção e um planejamento adequado. Não é? [Entrevistado 38 - Auditor – Código: Decisão sobre as estratégias]

A utilização das diferentes estratégias pode ser justificada, seja em função da competição do mercado que requer maior sobras, ou da existência da teoria sobra zero que pode ser aplicada nas sociedades cooperativas. Além disso, o Entrevistado 25 – Presidente.Executivo fez questão de indicar que há mais variáveis que são consideradas também pelos gestores:

É, além do lucro, além da . . . da dinâmica de mercado, eu vejo que é importante, e é relevante; existe, também, a questão dos objetivos, muitas vezes, pessoais, é, muitas vezes, do . . . da diretoria; que, a cooperativa, evidentemente, que ela proporciona projeção pessoal. Então, quando você analisa as . . . os agentes que têm interesse na cooperativa; é, o cooperado é um agente, mas não é tão somente cooperado; é, muitas vezes, em

determinadas regiões o presidente da cooperativa, ele se torna prefeito, ele se torna deputado, ele acaba atuando com uma base política. Então, nesse sentido, é . . . e aí entra até a questão da contratação de profissionais, não é, a “teoria da agência”. Ou seja, você tem benefícios próprios, é, dos executivos, que, muitas vezes, contrastam com os objetivos dos cooperados; é, e aí, é . . . olhar, eu resgato isso. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Decisão sobre as estratégias]

O conflito de agência também é um fator que pode interferir na escolha da estratégia pela cooperativa. Os gestores tendem a buscar sobras não necessariamente pensando na sustentabilidade da cooperativa a longo prazo, mas, sim, na sua reputação, afinal as sobras são equiparadas ao lucro das organizações com finalidade lucrativa e são tidas como o sucesso empresarial, conforme o exposto por Hind (1999). Os cooperados também são influenciados por essa percepção. Conforme o relato do Entrevistado 21, o “lucro” gerado pela administração é um bom sinal e justifica a existência da cooperativa.

Mas, por trás, a administração vai ter um bom lucro com isso; que, no ano que vem, a gente sabe que vai vim, de novo, uma bolada grande para distribuir. Então, eu acho que é bom existir uma cooperativa. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Qualidade da gestão]

Demonstrar que a gestão da cooperativa está gerando sobras em um volume significativo também pode ser de interesse dos gestores, mesmo que a necessidade ou interesse dos cooperados sejam voltados para o curto prazo. O Entrevistado 27 corrobora com tal afirmação, indicando ainda que essa questão pode ser acentuada quando o gestor é contratado pela cooperativa e não é cooperado.

Então, aí tu chega no gestor, que, muitas vezes, ele é um empregado, nem sempre ele é . . . é só da Diretoria, não é; ou ele é cooperado; muitas vezes, ele é contratado; então, ele tem a pressão da Diretoria, por apresentar um número; ele tem a pressão do cooperado, que quer a sobra, e tudo mais; e, mas também quer o desconto, mas quer tudo. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Decisão sobre as estratégias]

Ao apresentar esse contexto para um os entrevistados, vinculado ao público de presidentes e executivos da cooperativa, o Entrevistado 28 expõe sua visão sobre a questão.

Olha, eu, bem honestamente, por princípio, por ter já conhecimento de outros grandes . . . outros grandes sistemas cooperativos do . . . no Brasil e no mundo, é . . . eu acho, na minha avaliação, como gestor, eu prefiro fazer a divisão anterior ao de sobra. Eu sei que para o gestor se reeleger no cargo, talvez seja importante ele dar sobras grandes, mas eu acho que é muito importante como gestor, eu prefiro fazer a divisão do negócio, de modo que eu tenha sobras boas, mas que não sejam também tão grandes. Agora, eu respeito a

posição de alguns outros gestores, que preferem, às vezes, não fazer isso, e depois fazer uma entrega num cheque bem gordo. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Decisão sobre as estratégias]

Nesse sentido, o Entrevistado 25 aponta que, por vezes, as decisões não estão centradas no cooperado, mas sim direcionada para o negócio, o que nem sempre é favorável para o modelo cooperativista.

Normalmente, a percepção que eu tenho é que, de maneira bem frequente; é que, muitas vezes, as decisões, para você ter uma cooperativa grande, em termos de estrutura, é muito mais na cabeça dos diretores do que da base do cooperado; porque, muitas vezes, tem um descolamento, entre o cooperado - com uma vida modesta e às vezes difícil -, com a cooperativa, com uma sede, esteticamente, bonita, bem projetada; é, à custa de um esforço de uma união, de uma base, que, às vezes, não gostaria de ter aquilo ou não pode ter aquele instrumental. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Decisão sobre as estratégias]

Na mesma linha, discursos como o do Entrevistado 32 tendem a incentivar que a decisão seja somente centrada no negócio.

A gente trabalha como se fosse uma empresa não cooperativa. [Entrevistado 32 – Conselho Fiscal – Código: Papel da gestão]

Da mesma forma, entrevistados como o Entrevistado 38 – Auditor ressaltam que o equilíbrio com o negócio é necessário.

Inclusive, eu acho que as cooperativas têm que cuidar para não ter uma visão muito, digamos assim, de . . . de benefício, benefício, benefício, esqueceu seu lado empresarial, o processo de capitalização, a necessidade de se capitalizar, para poder manter a cooperativa em condições de produzir benefícios, não é? [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Papel da gestão]

Como solução, o Entrevistado 22 – Contador, aponta a busca de profissionais eficientes, que visem a política ganha-ganha entre cooperado e cooperativa, bem como seu interesse pessoal. Para tanto, na visão do entrevistado isso só é possível com a implementação da remuneração variável sobre as sobras geradas.

E se eu quiser ganhar pouco, para eu ter a . . . a política do Ganha-Ganha, eu tenho que ser eficiente, eu tenho que ser um profissional eficiente; e, normalmente, esse profissional eficiente, ele só vai ficar na cooperativa por vocação, não profissional, porque ele trabalharia numa outra empresa e ganharia PLR. Que é participação sobre os lucros, que na cooperativa ele não tem. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Decisão sobre as estratégias]

Porém, com a implementação dessa política, a estratégia de geração de sobras tende a ser intensificada pelo gestor, afinal, sua utilidade está atrelada ao volume de sobras gerados e, ao distribuir retorno pelo preço do insumo, serviço ou produto, o gestor estaria reduzindo a sua utilidade. Contudo, caso a sugestão da remuneração variável seja baseada no volume de retorno gerado ao cooperado, independente da estratégia, torna-se uma sugestão interessante e ressalta a necessidade da mensuração da totalidade dos retornos que são gerados pela cooperativa.

Pelos motivos já destacados, definir qual estratégia será utilizada na cooperativa é um desafio, seja da gestão ou dos próprios cooperados por meio da assembleia geral. Tal afirmação é corroborada pela fala do Entrevistado 41 – Pesquisador.

Mas não é assim, o produtor tem incentivos econômicos, num primeiro momento. Então, a cooperativa fica num balanço meio delicado, em . . . em tentar atender essa pressão do cooperado, e atender a pressão do mercado; e aí é que está o problema, o desafio da gestão, não é? E não se tem muito o que fazer, esse é o jogo, essas são as regras do jogo nesse . . . nesse contexto. [Entrevistado 41 - Pesquisador – Código: Decisão sobre as estratégias]

Para o Entrevistado 1 – Contador, essa decisão deve ser tomada junto ao quadro de cooperados, que podem definir uma diretriz padronizada para a cooperativa e ajustá-la conforme as mudanças de gestão e de mercado.

Então, é uma estratégia da cooperativa, que ela precisa definir, junto ao quadro de associados; e claro, para ela ter uma longevidade, não é; se ela estabelece uma melhor remuneração para o associado, não é, gerando retorno sem gerar resultados, não é E tem algumas cooperativas que seguem uma linha padronizada, assim, de manter aquele padrão histórico; mas, também tem mudanças na gestão, que isso pode gerar um pouco, digamos assim, propostas diferentes de como tratar essa questão dessa distribuição; então, se há mudança na gestão, pode ser que haja novas propostas, e essa gestão pode levar para a assembleia, então, é . . . digamos assim, alternativas de distribuição de forma diferenciada, ou não distribuição, ou retenção por algum motivo de desenvolvimento futuro da cooperativa, ou alguma situação que apareça, digamos assim, diferente, até por propostas dessa gestão. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Decisão sobre as estratégias]

Nesse sentido, com o propósito de levantar como essa decisão é percebida pelos cooperados e também como ocorre nas cooperativas, foi questionado como as decisões sobre preços são tomadas nas cooperativas, como forma de definir se a remuneração do produto segue as diretrizes do mercado ou políticas da própria cooperativa. De forma unânime, os cooperados entrevistados do grupo de

conselheiros fiscais responderam que essa é uma definição da gestão, conforme os relatos a seguir:

O associado não tem nenhuma participação na definição do preço. Nem os associados, nem do Conselho Fiscal, nem do Conselho de Administração. Isso é determinado pela Diretoria. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Decisão sobre as estratégias]

Não [participam da definição de preço], isso é a parte da cooperativa. . . . Isso, a gente . . . a gente sabe plantar, colher, mas em questão de preço a gente não manda em nada. [Entrevistado 18 – Conselho Fiscal – Código: Decisão sobre as estratégias]

Isso não [participação na formação do preço]. Isso é . . . eu sempre digo assim, que: Nós, como produtores rurais, e o setor primário no Brasil realmente é isso, nós compramos o preço que nos impõem; e vendemos também, o que vendemos é por preço que os outros botem. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Decisão sobre as estratégias]

Corroborando com as informações apresentadas pelos cooperados, membros do conselho fiscal, o Entrevistado 31, parte do público de presidentes e executivos entrevistados, relatou que:

Eu lamento dizer isso, posso perder até o meu emprego por isso, mas eu sou honesto em dizer que não há um processo de participação do quadro social. Não há . . . não há um estudo da estrutura de poder das cooperativas, não é? [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Papel da gestão]

Uma explicação para esse cenário é a falta de conhecimento dos cooperados e, em contrapartida, uma gestão que tem se tornado cada vez mais profissionalizada. O relato do Entrevistado 24 sustenta essa afirmação.

Então, tem uma mescla de produtores, digamos assim, de falta de conhecimento; e, ao mesmo tempo, do lado de cá, você tem conhecimento, porque tem o lado profissional. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Qualidade da gestão]

Na percepção do Entrevistado 22, a participação dos cooperados na tomada de decisão sobre as estratégias de retorno seria maior se os conhecimentos necessários sobre essa questão fossem repassados aos cooperados, sendo essa uma responsabilidade da gestão da cooperativa.

Então, o próprio . . . os próprios dirigentes, gestores da cooperativa, eles têm uma dificuldade, exatamente, de ter a paciência de explicar isso para o associado. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Papel da gestão]

Veja bem, um dos problemas de gestão das cooperativas é justamente, é a falta de qualificação. Se nós temos gestores que não são qualificados, a preocupação deles em qualificar, tanto o seu quadro social, quanto o seu quadro de colaboradores, é na mesma proporção. Então, realmente, um . . . um dos motivos é . . . pode ser a falta de qualificação,

e a falta de interesse, e disposição, em qualificar, em investir em qualificação. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Qualidade da gestão]

Com o conhecimento disseminado, e tendo como base que a escolha da estratégia de retorno utilizada pela cooperativa, ou o mix de estratégias, é um desafio e que haverá conflitos de interesse tanto no âmbito dos cooperados quanto gestores da cooperativa, ao que parece, essa decisão deve ser obtida em conjunto. Com base em uma proposta apresentada pela diretoria executiva e validada pelo conselho de administração, a decisão deve ser aprovada pela assembleia geral e modificada assim que os fatores de decisão sofrerem alguma alteração. Assim, as falas dos Entrevistados 32 e 30 corroboram para o fluxo da decisão, enfatizando que o conselho de administração tem uma atuação importante na cooperativa.

Tem aquelas reservas formais e o resto é o Conselho [de Administração]. Você leva . . . Claro, que eles têm também a sensibilidade, assim, de forma mais tímida, e tal; e eles propõem uma . . . uma ou duas propostas, e leva para a assembleia. A assembleia decide. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Decisão sobre as estratégias]

A não ser que o representante do Conselho de Administração leva alguma coisa, porque o Conselho de Administração é o que junta os números, e todos eles têm a obrigação de fazer; a obrigação, de qualquer dúvida, ele fazer o meio de campo. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Papel da gestão]

O Entrevistado 44 também narrou a experiência conduzida na sua cooperativa, na qual as remunerações com base no preço dos insumos, serviços e produtos é tida como uma antecipação das sobras oferecida aos cooperados.

Como é o nosso primeiro ano, nós vamos ter a primeira Assembleia. Só que foi aprovado, isso foi aprovado na Assembleia anterior, junto ao Conselho, também, todos os trâmites legais, não é, foi . . . foi feito, como uma antecipação de sobras. Qual que seria, vamos dizer assim, o . . . tudo o que tu antecipa, tu tem um risco. Correto? Qual que seria, então, o nosso . . . qual que foi a nossa aposta dentro desse trabalho? A gente precisaria receber X quantidade a mais de grão, para compensar o valor pago; porque, esse retorno, a gente está pagando em cima dos grãos. Como a nossa cooperativa, ela é bem diversificada, bem pulverizada na questão de outros segmentos - varejo, indústria -, os retornos, desses outros segmentos, esses vão ser distribuídos do método antigo. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Decisão sobre as estratégias]

Conforme relatado, a proposta de utilizar o mix de estratégias de retorno apresenta seus riscos e por isso foi validada pela assembleia geral. É interessante destacar que a cooperativa adotou o mix de estratégias somente em um segmento, como uma experiência que será validada novamente na assembleia geral. Usualmente os cooperados já participam da decisão sobre a destinação dos

resultados, seja anualmente aprovando as propostas da gestão ou aprovando a diretriz que incorpora o estatuto social, conforme descrito pelo Entrevistado 45.

Nós, executivos, conduzimos para a Reunião do Conselho os preços médios daquilo que a gente obteve, menos as despesas que têm, para poder industrializar e comercializar esses produtos, e lá tem uma sobra; desta sobra, o Conselho toma uma posição: quanto vai para ele e quanto fica para a cooperativa, mensalmente; de uma forma transparente, números abertos, de item por item, de produto por produto. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Decisão sobre as estratégias]

Assim, a participação dos cooperados nesse processo de decisão é possível, desde que os mesmos estejam capacitados para tal e também tenham as informações necessárias para isso. Essa participação é coerente com o 2º princípio do cooperativismo, o princípio da gestão democrática e também com o 5º princípio da educação, formação e informação dos cooperados. Da mesma forma, tal prática corrobora com o princípio da transparência, um dos pilares da governança em cooperativas.

Para o Entrevistado 22, a questão também está centrada na qualidade da proposta indicada pela gestão da cooperativa e no quanto o gestor compreende que sua função é a busca pela maximização do interesse dos cooperados.

Mas daí, aí vem outro problema também, aí tem um detalhe, que o administrador da cooperativa para . . . para divulgar isso, ele tem que ir lá naquele artigo da cooperativa, que está dizendo, que a responsabilidade dos administradores está diretamente vinculada ao . . . ao conhecimento, a sabedoria e a visão da minha situação econômico-financeira da cooperativa; . . . na verdade, tu tem um planejamento, tem um planejamento definido, tem um plano de trabalho definido, é . . . você vai administrar em cima disso aí, porque a cooperativa não é tua. Se eu fosse o dono, poderia estabelecer X coisa, eu quero tanto, eu vou ficar assim, e acabou. Mas tu não é o dono, tu tem que buscar na compreensão dos associados. [Entrevistado 22 - Contador – Código: Decisão sobre as estratégias]

Vinculado a esse aspecto de profissionalização da gestão e qualidade na condução do negócio da cooperativa, os entrevistados demonstraram percepções distintas pela chamada gestão profissionalizada, conforme a fala apontada pelo Entrevistado 25 – Presidente.Executivo, que envolve a separação entre a figura do presidente do conselho de administração e diretoria executiva, e usualmente, a contratação de diretores sem vínculo ao quadro social.

E quando a cooperativa fala que vai profissionalizar, ou ela busca gestores da própria região, da própria cooperativa, que eu acho que é um aspecto positivo; mas, muitas vezes, ancorada também na questão política. Então, você, teoricamente, você coloca um cara, um diretor executivo, a própria pessoa que está ali, ele carrega, às vezes, limitações de . . . da diretoria. E quando traz um profissional externo, muitas vezes, não tem o pitaco de monitorar

essa pessoa; às vezes, ele tem um ímpeto muito comercial e muito de mercado, que contrasta com a . . . o posicionamento da cooperativa. Então, normalmente, essas e ele tenha algo para ser aprofundado, estudado. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Qualidade da gestão]

Durante as entrevistas, também foi destacado que, em alguns casos, a decisão sobre a estratégia que será adotada pela cooperativa não é dos cooperados e nem da gestão, mas, sim, no mercado em que a cooperativa transaciona e o nível de competitividade do produto produzido.

Não se tem mais o conforto que se tinha no passado de ser cooperativa. Porque administrar uma cooperativa, no passado, eu diria que, nessa relação com os cooperados, era muito mais fácil do que hoje; porque, naturalmente, a relação estava estabelecida e se mantinha. Hoje não, o nível de concorrência muito mais elevado faz com que as administrações sejam muito mais exigidas nesse quesito de negócio. Por quê? Porque as cooperativas estão inseridas num mercado muito mais competitivo, tá? Então, eu acho que hoje é um posicionamento de negócio mesmo, tá; é a minha visão. [Entrevistado 38 - Auditor – Código: Decisão sobre as estratégias]

Tem, eu vejo que tem diferentes... diferentes situações, não é. Mas, às vezes, nem é a cooperativa que escolhe, é o próprio mercado que vai determinar. Por exemplo, uma cooperativa de grãos, ou leite, que está inserida num mercado super competitivo, em que as outras empresas já pagam um valor maior do litro de leite, ela não tem opção de gerar sobras, para poder fidelizar o cooperado. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Decisão sobre as estratégias]

Os fatores que determinam a escolha das estratégias de retorno que são adotadas pelas cooperativas é explorado em maior detalhe na categoria “Fatores de escolha das estratégias”. Contudo, cabe sinalizar que não foi indicado nas falas dos entrevistados vinculadas à categoria “Alocação do direito de controle” como as informações econômicas financeiras geradas pela contabilidade auxiliam nesse processo de decisão, ou se junto ao processo de decisão o contador auxilia os gestores ou cooperados a tomarem essa decisão.

Conforme destacado, a política de distribuição pelo preço, remunerando o proprietário por sua atuação como usuário, também denominada de adiantamento das sobras nas cooperativas, afeta o caixa da organização a curto prazo, o que exige controle financeiro para não ocasionar uma possível descapitalização da cooperativa.

Um dos aspectos interessantes dessa categoria é a reflexão de que a decisão sobre as estratégias de retorno está centrada na diretoria executiva em função do desconhecimento ou falta de capacitação do cooperado. O cooperado não poderá tomar a decisão sobre a estratégia que melhor atende aos interesses dos cooperados e da cooperativa se não tiver conhecimento sobre as formas de retorno e como elas

estão relacionadas entre si e com o caixa da cooperativa. Assim, mesmo com a presença do princípio da gestão democrática, colocar a decisão para os cooperados se torna um risco para a sobrevivência da cooperativa.

Nesse sentido, a sugestão construída com base nos relatos coletados nessa categoria está alinhada à necessidade de qualificação dos cooperados para que eles possam ser participantes do processo de decisão e deliberarem sobre qual a estratégia de retorno que atende as suas necessidades, sem prejudicar a sustentabilidade do negócio e da cooperativa. Da mesma forma, o conhecimento também deve ser disseminado entre os agentes, peça central do processo de decisão que indicam a proposta para a deliberação da assembleia geral. No caso dos agentes, a necessidade de conhecimento está vinculada a conhecer o modelo cooperativo e compreender que, diferentemente das organizações com finalidade lucrativa, o proprietário pode receber pela sua atuação como usuário, sendo assim, não aumentar receitas e diminuir custos não é uma lógica aplicável da mesma forma em cooperativas para aumentar o retorno concedido aos proprietários.

Na sequência, é explorada a categoria “Assimetria de informação”, que possui relação direta com a presente categoria, já que a alocação do direito de controle pode ocasionar a assimetria de informação entre o agente e o principal.

4.3.2 Assimetria de informação

Compreender como a informação chega aos cooperados e como ela subsidia a tomada de decisão nas cooperativas faz parte do objetivo da presente tese, uma vez que as informações econômico-financeiras que são geradas pela contabilidade somente serão úteis caso sejam relevantes para tomada de decisão dos seus usuários.

No caso das sociedades cooperativas, assim como descrito anteriormente, há a separação entre propriedade e controle, já que o capital é pulverizado entre os cooperados. Essa separação pode ter como consequência a assimetria de informações entre as partes. Como consequência, essa diferença informacional pode ocasionar a falta de confiança dos cooperados na gestão e na cooperativa, uma vez que a comunicação e transparência são elementos essenciais para o estabelecimento das transações com a cooperativa.

A contabilidade tem um papel importante na redução da assimetria de informação, para tanto, além de ser relevante e representar fidedignamente o fenômeno de análise, precisa gerar informações verificáveis, tempestivas, comparáveis e compreensíveis. Essa última característica qualitativa de melhoria carece de aperfeiçoamento nas cooperativas, pois os cooperados, especialmente nas organizações do ramo agropecuário, às vezes, apresentam desconhecimento sobre o negócio e também sobre a forma organizacional de cooperativas, conforme o relato do Entrevistado 31.

Além da questão da linguagem, eu acho que também ter o entendimento, ter uma qualificação específica, eu acho que isso é fundamental; que a gente vê falhas que acontecem exatamente por causa disso, não é; de desconhecer o modelo. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

A linguagem contábil nem sempre é clara para os cooperados, é necessário compreender que alguns termos contábeis não são comuns aos cooperados, cuja interação acontece praticamente uma vez ao ano, durante o processo de prestação de contas da cooperativa. Os cooperados percebem isso e também demandam maiores informações, conforme pode ser visto nos relatos a seguir.

Ele não entende [a contabilidade]. Ele não pergunta, não participa, porque eles não entendem, eu já percebi isso. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Desconfiança]

Eu acharia que é só abrir mais as informações. Para tudo que é feito, tem que ter informações mais aberto. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Comunicação]

Durante as entrevistas realizadas com os conselheiros fiscais, casos de cooperativas que entraram no processo de liquidação conforme previsto na Lei 5.764/71 foram citados para ressaltar a importância do processo de comunicação com os cooperados e também de transparência. Tendo em vista que, em caso de perdas na cooperativa, os valores podem ser rateados para os cooperados na proporção da sua atuação com a cooperativa, o risco gera uma preocupação entre os cooperados, conforme pode ser observado na fala do Entrevistado 21.

A cooperativa tem Assistência Técnica, a cooperativa tem insumos, tem televisão, eletrodoméstico, né, mercado; então, eles conseguem baixar melhor o preço para todo mundo. O agricultor compra mais barato, ganha mais lucro, né; o agricultor vai entender cada vez melhor. Eu acho que cooperativa funciona assim, quanto mais aberta, melhor. É. Ainda mais cooperativas que estão bem, a gente não sabe; porque eu, já aconteceu, eu já quebrei, tive dentro de três cooperativas, as três quebraram. A Cooperativa de Carazinho;

a Cooperativa X que eles chamavam; e a Cooperativa de Ernestina, que foi . . . veio a falência. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Desconfiança]

O desafio de estabelecer uma comunicação adequada com o cooperado inicia no ingresso do cooperado na cooperativa. O modelo organizacional cooperativo possui singularidades advindas de uma doutrina própria e também de uma legislação específica que muitas vezes é desconhecida pelos candidatos interessados em ingressar na cooperativa, sendo fundamental que essa comunicação seja realizada e também haja o desenvolvimento da educação cooperativa que auxilia a esclarecer o modelo organizacional e também o negócio da cooperativa. O Entrevistado 37 realiza um discurso coerente com essa constatação, exemplificando o que ocorre na Bahia, mas que pode ser aplicado em todo o Brasil.

Infelizmente, aqui, na Bahia, o meu sentimento é que não; porque eu vejo que muitos cooperados aqui . . . eu já trabalhei numa cooperativa de transporte, vim de uma cooperativa de transporte, e até mesmo a cooperativa de transporte, quando o cooperado entra, e eu entendo que ele tem que entender do negócio antes de entrar, mas a gente sente essa falta: Do que é cooperativa? O que é cooperativismo? Ou seja, eles não se sentem dono do negócio. Não é? Muitas vezes, sentem empregados, funcionários, ou qualquer outra coisa, mas menos dono. Então, há uma falha muito grande na educação cooperativista, aqui; pelo menos, na Bahia; não sei nos outros estados; mas, é . . . eles se sentem . . . essa situação do cooperado entrar, por uma mera ironia; às vezes, muito pontual, ou passageira, não é? Agora, eu estou precisando da cooperativa, eu vou entrar. Sem nem saber aonde está se metendo. E isso traz muito transtorno, e até mesmo para a questão de renovação de gestores, não é? É, Conselho Fiscal. Então, é muito difícil isso para a gente. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Comunicação]

Ademais, também é preciso destacar que, apesar das dificuldades que possam existir para que o cooperado compreenda as informações que estão sendo repassadas, deve ser de interesse da cooperativa que os mesmos tenham as informações econômico-financeiras necessárias para tomada de decisão, afinal, a decisão em assembleia será dos cooperados e a decisão sem subsídios pode gerar consequências para a cooperativa. É comum encontrar discursos de agentes indicando que as informações não são comunicadas aos cooperados pois não haverá compreensão dos mesmos. Nesse sentido, os relatos dos Entrevistados 11 e 44 demonstram que essa concepção deve ser revista nas cooperativas.

Eu disse: Eles são colonos, mas não são burros. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Comunicação]

Eu entendo, é um pouco complexo, não é, para o associado fazer todo esse raciocínio; mas eu acho que aí está o nosso desafio, em simplificar essa informação. E as gerações vão mudando de associados, não é? [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

Para o Entrevistado 33, os canais de comunicação também devem ser revistos. Apesar de as cooperativas terem aprimorado seus canais de comunicação inserindo novas tecnologias, alcançar todo o público de cooperado com as suas heterogeneidades é um processo complexo.

Eu acho que isso... eu acho que perpassa por uma nova cultura, e essa nova cultura não é apresentar uma ferramenta como mágica e solucionar um problema que é conceitual. O problema é conceitual. O problema é de governança; e dentro da governança, é o problema que estaria ligado ao disclosure, mas o accountability, também. Não é? Há o compliance, também. Quer dizer, eu estou . . . conforme as regras que eu estabeleci, eu tenho um padrão de ética pré-definido, eu cumpro. Quais são os mecanismos? O disclosure, que informações eu estou dando? As obrigatórias. E quais são as voluntárias que eu estou dando? Mas acho, ainda, que o canal de . . . que, digamos, o princípio de disclosure, ele não atende ainda. Quanto maior o canal de comunicação, mais difícil é o processo de comunicação, e mais distorcidas podem ser as informações. Então, quando nós estudamos o processo de comunicação, tu vai ter o emissor, receptor, numa forma clássica, não é, simplista, mecanicista, que nós poderíamos criticar aqui. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Comunicação]

Corroborando com a percepção apresentada pelo Pesquisador, o Entrevistado 25 indica que o instrumento de comunicação é uma chave importante para estabelecer a comunicação com o cooperado.

Eu vejo que a cooperativa, ela . . . ela presta; a informação que é divulgada, ela não é . . . ela não é a mais eficiente; e aí nós podemos falar de vários problemas em relação a isso, desde a questão do veículo que você utiliza; é, é comum as cooperativas utilizarem um jornalzinho. Só que nós temos também um público da cooperativa, dos cooperados, é um público um pouco mais velho, ele . . . agora que ele está começando acessar as mídias sociais; então, a comunicação, muitas vezes, vai na linguagem, esbarra no instrumento. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

Para exemplificar alguns dos instrumentos utilizados para estabelecer a comunicação, são apresentadas as duas experiências dos Entrevistados 32 e 45 em suas cooperativas.

Então, nós temos procurado ser bastante transparentes também, sempre, assim, com os associados. A gente faz as assembleias, reuniões periódicas, e tem programas no rádio, em jornais; sempre, assim, meio que . . . o presidente, normalmente, fala, assim, desses programas, tem o programa próprio da cooperativa, para ver como é que estão os negócios, como é que é a tendência, falar a tendência, como é que estamos, não é; então, não é surpresa para ninguém, assim, dizer: Ah, agora vamos passar por um momento difícil. Agora está melhorando, e tal. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Comunicação]

Ele vai gerando o ciclo da informação. Então, tu vai, cada vez mais, podendo, até na rotatividade das pessoas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e tu vai, assim, distribuindo esse conhecimento. E como nós apresentamos duas vezes, por ano, os resultados, direto para o associado, em reuniões, é . . . queira ou não queira, como a gente apresenta de uma forma aberta; então, tudo isso, eles têm conhecimento, pela própria iniciativa nossa, de estar apresentando e demonstrando os movimentos, falando das oportunidades, falando das dificuldades, falando dos cenários, para que todos possam estar

por dentro. E hoje, com essas ferramentas digitais, o Whats; então, a gente tem usado muito disso, também, para comunicar; além dos informativos que nós temos, que nós temos um informativo escrito. Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

Como pode ser observado, o interesse em buscar canais de comunicação, estabelecer a linguagem adequada e definir as informações deve ser da cooperativa e seus gestores, assim, deve-se ter cuidado com o processo de seleção da informação. Partindo da concepção da teoria da agência e do oportunismo do agente, os agentes podem ser induzidos a somente divulgar informações que estejam a seu favor e omitir ou dificultar as informações que resultem em uma avaliação negativa da sua atuação como gestor. Conforme o Entrevistado 31 relata.

A comunicação da cooperativa, com o produtor, é que está retida, conforme os interesses, não é! [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

Para tanto, é interessante que a cooperativa estabeleça um nível mínimo de informações que devem ser comunicadas de forma compreensível aos seus cooperados e de preferência de maneira padronizada ao longo do tempo, para permitir o processo de comparação das informações pelos cooperados. Usualmente, as cooperativas já incorporam esses padrões no processo de prestação de contas durante a assembleia geral, mas é necessário transcender esse processo para outros momentos durante o ano, como forma do cooperado também sentir a confiança necessária para continuar suas transações com a cooperativa e também com o conhecimento necessário para participar das definições que devem ser tomadas na assembleia geral. Essa necessidade de mudança no processo de comunicação é ressaltada pelo Entrevistado 40.

Então, esses mecanismos de comunicação, canal de comunicação, eles têm que melhorar e têm que mudar, porque senão nós não conseguimos, e vai afastando. Porque aí o produtor, o quê que ele conhece? Muito bem, os seus direitos, e poucos deveres. Essa que é a verdade; no fundo, é isso que acontece. Então, na medida que tu faz ele conhecer isso mais de perto, e ele participar, através de um sistema de governança diferente; isso, com certeza, muda; ele se sente mais pertencimento. Então, é mais . . . essa parte tem que trabalhar. Tu trabalha bem, às vezes, um negócio, trabalha mal o marketing, trabalha mal a comunicação, trabalha mal a . . . a participação do associado, e . . . embora tenha algumas cooperativas que melhoraram bastante, mas tem muitas ainda com problemas seríssimos. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

Algumas sugestões complementares também são apresentadas por alguns entrevistados, tais como a utilização de elementos gráficos e a conversão das

informações econômico-financeiras em quantidade de produto que a cooperativa trabalha, tendo em vista que essa é uma linguagem conhecida para os cooperados.

Então, eu vejo assim, que, se você for ver, não é, hoje . . . eu vi, esses dias, uma reportagem da . . . do Google, eles têm to . . . eles têm uma área, no Google, é uma brasileira, eu acho, que participava, que é de como transformar a informação de uma maneira gráfica, não é; que a pessoa não tem que ler um texto gigantesco, olhe para o negócio e veja, não é, numa imagem. Então, eu acho que há uma fronteira aí, sabe, a ser desenvolvida de uma maneira . . . de maneiras gráficas, que o associado fosse lá, olhasse assim: Ah, tá. A situação esse mês está bom, está ruim. Não é? O preço do meu produto está assim, porque no mercado internacional está assim. O quê que está acontecendo, não é, com o meu produto. [Entrevistado 2 – Representante do movimento cooperativista – Código: Comunicação]

É a questão da forma de comunicação . . . que foi um dos primeiros tópicos que eu falei. Que a gente já . . . até eu conheço uma professora, que trabalha com cooperativas sociais, de catadores de lixo, de pescadores; e ela tra . . . e ela diz assim: 'Ó, eu não consigo conversar com eles, contabilmente, sem transformar'. Não é? Então, era um dos pedidos dela, que a gente trabalhasse a questão da linguagem, é muito difícil, não é; é muito difícil. Mas, sim, a gente percebe em algumas cooperativas; especialmente, no Interior, que as maiores Agros estão no Interior; é: Quantas sacas de soja, isso . . . representa? [Entrevistado 27 – Representante do movimento cooperativista – Código: Comunicação]

É, eu até brinco, assim, que o meu sonho, quando a gente . . . a gente tem uma parte da função que a gente está criando, uma parte mais de transparência para todo mundo. E eu brinco assim: Cara, não tinha que ter número, tinha que ser uma sinaleira. Não é? Tá, tipo assim, eu não entendo muito, mas, sabe, está indo ou não está? É verde ou amarelo? Mas é comparável como é que a gente está; eu acho que é isso que as pessoas entendem. [Entrevistado 34 – Pesquisador – Código: Comunicação]

Outra estratégia ressaltada pelos entrevistados é a formação de núcleos pela cooperativa, seja por região de atuação da cooperativa ou faixa etária dos cooperados. A formação de núcleos permite que as reuniões ocorram com um grupo menor de cooperado e, dependendo da estratégia de agrupamento, mais próxima ao cooperado. Dessa forma, o cooperado possui estímulos para participar, receber as informações e questionar os gestores durante as reuniões.

Formação de núcleos, que eu acho que deveria ter em todas as cooperativas, hoje. E, por exemplo, lá em . . . na Cooperativa X, quando eu fiz o plano, a gente fez inclusive um plano de lançamento de cada comercialização de cada safra, safra de soja, safra de trigo, safra do milho, e assim por diante. Isso, e com um demonstrativo realmente de resultados. E isso funcionou, e até hoje; e criou uma fidelidade, uma lealdade, do associado, à cooperativa, muito grande. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

E aí a credibilidade; eu acho que, para isso, a cooperativa se fizesse essas reunião . . . no meu Interior, eu acho que o pessoal acreditaria ainda mais nas cooperativas. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Comunicação]

As dificuldades de comunicação não se restringem somente aos cooperados, mas também aos demais *stakeholders* da cooperativa que, muitas vezes,

desconhecem as ações realizadas em prol da comunidade, por exemplo. Os relatos dos Entrevistados 25, 36 e 38 corroboram com tal constatação.

A cooperativa, ela faz um trabalho muito mais abrangente do que ela consegue, muitas vezes, comunicar. . . . E nesse sentido, é que eu vejo diferença. É, e a cooperativa também, é . . . também tem esse desafio; porque, como ela, historicamente, ela já faz tudo, ela deixa de demonstrar, de contar, de relatar, para o seu cooperado, que existe um benefício. Então, nesse sentido, existe sim uma lacuna enorme entre a capacidade de comunicar da cooperativa, e que é a questão da percepção do cooperado de ter isso, de entender que isso é um custo. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

Só que, assim, da mesma forma que eu sinto que a cooperativa acha importante [levar as informações dos benefícios aos cooperados], a gente não tem grandes ações, hoje, nesse sentido de mostrar. Ainda é muito longo [o caminho]. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Comunicação]

Eu vejo que as cooperativas, de um modo geral, eu acho que elas vendem muito mal, não é, a relação, a imagem, o benefício. Para mim, pelo o que eu conheço e observo, eu acho que se vende mal, eu acho que tem que trabalhar mais isso, não é; para valorizar mais a cooperativa, não é; conscientizar o cooperado, desses benefícios. Então, eu repito, não é; eu acho que a forma como se vende isso; vender, entre aspas, no sentido de mostrar, não é; é, é fraca, eu acho que tem que trabalhar mais, tem que fortalecer mais isso. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Comunicação]

Relacionando a comunicação com as estratégias de retorno das cooperativas, algumas contribuições e relatos são interessantes de serem apresentados. Por exemplo, o Entrevistado 11 destaca que, independentemente da estratégia de retorno adotada pela cooperativa, torna-se necessário comunicar ao cooperado a diretriz adotada, como forma do cooperado compreender o *trade-off* existente entre as estratégias e também opinar sobre a questão.

A Cooperativa X tem uma política, já é sagrado, distribuição de sobra; e o cooperado faz o cálculo, ele diz: Ó, durante o ano, eu recebi tanto, paguei tanto pelo insumo, no mercado, a diferença no mercado é tanto, mas eu vou receber a sobra. E algumas cooperativas já preferem inserir isso no preço. Então, eu acho que ele é gerencial, e aí tu pode comparar, não é. Ontem, que eu . . . Anteontem, que foi. O presidente da cooperativa, ele diz: Não, a Cooperativa paga um preço médio X, e tem um acréscimo de sobras, em cima do milho. Tá? A nossa cooperativa tem menos sobra, mas ela paga um preço maior. Então, o dirigente sabe; e ele tem que saber comunicar isso para o cooperado. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Comunicação]

Nesse sentido, o Entrevistado 45 narra que na sua cooperativa o mecanismo de comunicação das estratégias de retorno ao cooperado está vinculado aos benefícios demonstrados em um extrato da conta do cooperado que pode ser acessado pelo aplicativo de celular, tornando a comunicação do benefício tempestiva e direta ao cooperado.

Nós temos os informativos; e tem o aplicativo também, para o associado por ver a sua conta; . . . O extrato dele. Ele consulta o extrato dele através desse aplicativo. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

A cooperativa em questão adotou a prática da antecipação das sobras recentemente, ou seja, a estratégia de retorno por meio do preço do produto. No aplicativo o cooperado pode acompanhar qual foi o montante recebido na transação com a cooperativa, mas não é destacado o valor de mercado do produto e a margem que é vinculada ao benefício pela antecipação de sobras, algo que se pretende aprimorar.

Outro retorno que é destacado pelos respondentes que carece de maior comunicação por parte da cooperativa é a RATES, ou FATES como é denominada pela Lei 5.764/71.

Inclusive, levar informação para ele [sobre o FATES]. Porque hoje não vai. O associado, hoje, só é chamado na hora de votar, ou a favor, ou contra. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Comunicação]

Eu vejo que a comunicação em relação ao que é o FATES, e qual que é a utilidade, eu vejo que ela pode ser melhorada. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Comunicação]

A RATES é um benefício concedido ao cooperado em função do modelo organizacional, contudo, quando o cooperado não compreende esse benefício a RATES tende a ser considerada uma conta para “fechar balanço”, um “custo para cooperativa” ou ainda “uma conta para inflar o patrimônio líquido”. Essa questão será retomada no item 4.3.2.1 Percepção dos retornos pelos cooperados.

Ademais, cabe destacar que a preocupação em demonstrar os benefícios aos cooperados e, conseqüentemente, as estratégias de retorno adotadas pelas cooperativas é destacada como uma preocupação que deve ser estendida a todas as cooperativas, conforme os relatos a seguir.

Eu vejo que uma das grandes dificuldades que o Setor Cooperativista tem em relação aos seus produtores, é a comunicação; inclusive, pelo o que tu me disse, a tua tese vai muito nesse sentido de uma melhor comunicação; então, eu acho que a gente . . . a gente, como o Sistema Cooperativista, tem muita dificuldade de mostrar isso para o nosso cooperado, esses benefícios. A gente tenta fazer, na Cooperativa X, através dos assistentes técnicos de campo, enfim, com o Programa de Assistência Técnica. Mas, sinceramente, eu acho que, não só a Cooperativa X, como o Sistema Cooperativista, a gente faz isso mal feito, faz isso muito mal. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Comunicação]

Trabalhar melhor, para que realmente o associado perceba, não é, com mais clareza, e . . . e a cooperativa se posicione de maneira mais determinada, digamos assim, em relação a esses benefícios que ela proporciona. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Comunicação]

Essa preocupação existe em função do processo de fidelização que é criado a partir da credibilidade, confiança e segurança que é estabelecida com o cooperado. Quando o cooperado percebe que a cooperativa contribui para o alcance de seus interesses, torna-se possível estabelecer transações entre as partes, o que favorece o cooperativismo, conforme destacado pelo entrevistado 14.

Porque eles tendo mais credibilidade, eles vão ter mais segurança na empresa onde eles estão trabalhando, vão ter mais confiança, vão trazer mais negócios, e com isso vai aumentar os retorno, aumenta o crédito, e é uma . . . é um índice que faz parte, tem que ter credibilidade, e só acontece com esses esclarecimentos. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Confiança]

Para que haja credibilidade, confiança e segurança é essencial que a cooperativa e seus gestores estejam dispostos a se comprometer com o processo de transparência somado às decisões de comunicação discutidos, e para tanto, novamente, a contabilidade apresenta um papel fundamental.

Muito importante, a Contabilidade; porque aí já . . . a gente já tem uma noção, não é; para a gente tomar uma decisão, tu tem que ter números e dados, senão não tem como, não é, tu fazer nada. Então, a Contabilidade é uma coisa importante. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Papel da Contabilidade]

Então, não necessariamente, que toda a empresa que está em dificuldade, que ela não tenha uma contabilidade boa; mas, o contábil, eu acho o caminho de ter uma empresa forte é ter uma contabilidade forte; então, o gestor, ele tem que ver na contabilidade, reconhecer que a contabilidade é a fonte da informação. . . . E essa informação tem que estar precisa, tem que estar correta, ele tem que se apoiar na contabilidade, ele tem que usar o conhecimento do contador, do profissional da contabilidade, tá, é . . . a favor da gestão. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Papel da Contabilidade]

Para tanto, o contador também desempenha um papel importante e é visto como um elemento central no processo de transparência da cooperativa. O Entrevistado 15 corrobora com essa afirmação salientando a importância da confiança no contador.

Nossa, [o contador] é muito transparente, eu não sou contador, uma pessoa competente a . . . a gente . . . agora, na terceira vez, eu estou no mandato, eu posso dizer que é o mesmo cara, ele tem uma credibilidade muito boa, e a gente tem uma certa confiança sim, é por isso que a gente acha que ele está . . . e está ajudando a conduzir essa cooperativa. [Entrevistado 15 – Conselho Fiscal – Código: Papel da Contabilidade]

Da mesma forma, o Entrevistado 25, do público de Presidentes e Executivos, salienta que a contabilidade possui importância tanto técnica quanto estratégica, auxiliando na decisão da diretoria.

A contabilidade, ela precisa dar a função dela, a contabilidade não pode ficar para a cooperativa; a contabilidade, ela tem que estar ao lado da diretoria, como instância de assessoria, e como instância técnica. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Papel da Contabilidade]

Contudo, mesmo a assembleia geral sendo um órgão estratégico, quando se trata das informações econômico-financeiras reportadas aos cooperados, os entrevistados destacam que a gestão da cooperativa ainda é resistente em divulgar algumas informações geradas pela contabilidade.

Mas existem assuntos, hoje, nas cooperativas, é . . . por parte de algumas administrações, que resiste muito em abrir a informação, em divulgar. Isso é algo que a gente enfrenta, hoje; que é uma dificuldade. E aí a gente, como estratégia, nós usamos aquela velha historinha do tipo assim: Vamos comer a sopa quente pela beirada, não é? Ou seja, então, você vai, todo ano, tentando agregar valor, ampliar um pouco, e vai indo, vai ampliando, vai avançando, não é, como estratégia, para que eles também, não é, cheguem num nível de divulgação mais analítico, mais aberto, mais detalhado, não é; para que quem possa interessar, não é, esse tipo de informação, elas tenham disponível. Mas hoje é verdade que existe uma certa resistência, por parte de algumas cooperativas, em abrir informações. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Transparência]

Conforme apontado pelo Entrevistado 38, o processo de conscientização da gestão sobre a necessidade de transparência das informações é contínuo e, usualmente, atrelado ao receio da gestão de que o cooperado compreenda de maneira errada as informações divulgadas, ou que tenha o real conhecimento do que ocorre na cooperativa, adotando assim uma postura oportunista e somente divulgando as informações que favoreçam as explicações da decisão da gestão.

Só que eu acho que a gente ainda tem medo, de que todo mundo realmente entenda, sabe; porque pode não estar tão bem. E como cooperativa, a gente não deveria ter esse medo, mas eu acho que é . . . tem que ser muito humilde, e muito confiante de conseguir abrir para o associado: Ó, na verdade, essa parte aqui da conta deveria estar melhor. Não é? [Entrevistado 34 – Pesquisador – Código: Transparência]

Tá? O problema de fazer isso, é que ele vai perceber o quanto ele pagou de assistência técnica, o quanto ele pagou de informação de mercado, o quanto que ele pagou, talvez, de churrasco para a diretoria, o quanto que ele pagou de salários; e aí pode ser que ele não fique tão contente com isso. Então, sempre que eu apresentei uma ideia dessa, essa ideia falaram: Ela é fantástica, porque o produtor rural pode ter uma ideia do que ele está pagando, do que ele está recebendo, enfim; mas, ele tem mais transparência; e, portanto, isso, às vezes, para a diretoria, não é algo confortável. Sabe? Tudo tem custo, tem custos altos, sabe, na . . . nas diretorias, tem custos altos, salariais; a pessoa que trabalha em cooperativa ganha médias salariais maiores, do que as médias de mercado. Isso é bacana? É bacana, dá um bom discurso para o cooperativismo; mas isso demonstra, também, que a empresa cooperativa é mais ineficiente? [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Transparência]

Justamente nesse sentido que as normas de contabilidade atuam, indicando o nível mínimo de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações econômico-financeiras, como forma de preservar o interesse dos proprietários, denominado de investidores pelo CPC 00, e credores. O auditor, Entrevistado 38, indica que é possível exigir da gestão que divulguem as informações que estão normatizadas ou legalmente definidas, mas qualquer informação complementar, mesmo que possa trazer benefícios para tomada de decisão do cooperado, precisa ser trabalhada e estimulada com a gestão.

Então, existe, hoje, esse tipo de comportamento; e aí o auditor, ele fica . . . a barreira dele é o legal: Se é legal, eu posso exigir. Se não é legal, se não é exigido legalmente, eu posso oferecer e estimular, mas não exigir. Então, a gente procura oferecer, estimular, incentivar. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Transparência]

O mesmo entrevistado ainda contribui relatando que a transparência deve ser uma preocupação da gestão, afinal, está vinculada ao 5º princípio do cooperativismo - Educação, formação e informação.

Olha, eu acho que carece de um trabalho forte com os dirigentes, para conscientizar da importância da necessidade, e até para justificar uma das bandeiras do cooperativismo, que continua erguida. Eu já cheguei dizer para dirigentes, que, assim, ó: Aquela bandeira lá você tira do mastro, corta o cordãozinho e deixa ela cair para o chão. Porque é a bandeira da transparência? Mas que é isso? Então, você é . . . mantém erguida uma bandeira de transparência, mas não quer praticar. Não é? Claro, que tem alguns assuntos; mas, obviamente, respeitando alguns assuntos que são estratégicos, ninguém quer que você se revele de forma absoluta, e antecipe as suas intenções, teus planos, estratégias, etc. e tal; que qualquer empresa vai segurar um pouco. Não é? Não é isso que estamos falando; é o mínimo necessário, não é, que seja . . . que possa ser classificado como adequado, suficiente, de divulgação. E isso a gente observa que há muita resistência das administrações em divulgar. Tá? Então, assim, ó, se . . . de um modo geral, se atende mal, tá, a . . . o quadro social interno de informações. Por que? Porque diz que a informação vai ser mal utilizada, até . . . até o Conselho Fiscal é muito mal atendido. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Transparência]

O Entrevistado 26 corrobora com o relato do Entrevistado 38, mas acrescenta que o desinteresse da gestão em reportar algumas informações também é vinculado ao desinteresse dos cooperados pela informação.

E eles discutem totalmente: ‘Ah, não quero saber disso aí, e tal. Tá?’ Então, assim, a . . . as direções, elas vão se ajustando, a gestão vai se ajustando ao que a exigência do público, que são os seus . . . os cooperados; se eles forem exigentes com informações, com as informações, tu tem que trabalhar isso aí, muito; se eles não são, eles . . . é, tem cooperativas que, hoje, a gente nem lê os números mais. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Transparência]

Nesse sentido, cabe destacar a importância da educação contábil aos cooperados que, tendo o conhecimento, poderão demandar maiores informações da gestão e compreender tais informações.

Eu acho que deveria sim haver um nível de informação para os associados muito maior; mas, para você divulgar essas informações, também, você precisa ter associados preparados para receber essas informações, senão eles vão receber essas informações e não vão saber o que fazer com elas, não é. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Transparência]

O contador tem um papel importante nesse fluxo de informação incentivando a gestão a divulgar a informação para os cooperados. Dessa forma, o Entrevistado 35 relata a sua experiência e sua posição como contador da cooperativa, que defende uma maior transparência da gestão e conselhos com os demais cooperados.

A Cooperativa X, hoje, não publica nada. Não comunica. A decisão é de Conselho. Eu, como contador, sinceramente, eu sou contra, eu não concordo; eu acho que, sabe, são informações que são extremamente . . . algum especulador pode buscar essas informações, eu não tenho a menor dúvida disso. Mas tem uma riqueza de informações ali, que tu pode passar para o teu cooperado; é, que eu acho que a gente mais perde do que ganha, não fazendo . . . não fazendo isso. Se o meu chefe escutar, vai enlouquecer comigo, mas é . . . mas é verdade.” [Entrevistado 36 – Contador – Código: Transparência]

Os mecanismos de governança podem auxiliar nesse processo de busca de transparência entre a gestão e os proprietários das sociedades cooperativas. Nesse sentido, o Entrevistado 40 destaca que com a implementação de um modelo de governança adequado, o uso de mecanismos de divulgação das informações será demandado e com isso as informações irão fluir até o cooperado.

Então, o gestor, eu acho, tem que, bom, primeiro, na medida que eu tenho uma governança implementada, o nível de transparência vai mudar, e o nível de informação também vai mudar; e, conseqüentemente, a percepção também vai mudar; na medida que eu uso mecanismos diferentes de divulgação, ou de fazer com que essas coisas cheguem lá no produtor, no associado. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Transparência]

Com esses mecanismos de governança estabelecidos, aspectos positivos são percebidos. Conforme os Entrevistados 3, 40 e 45 narram, a partir dessa implementação ocorre o aumento da credibilidade da cooperativa com os seus cooperados. Sendo esse um elemento essencial para a continuidade do negócio e, conseqüentemente, da cooperativa, já que incentiva a fidelização do cooperado e a continuação das transações com essa organização.

O quê que a cooperativa pode ganhar passando essas informações? Tá. Eu acho que sim, que isso é relevante; e que esse tipo de informação e transparência com os associados, pode fazer com que eles se tornem mais fiéis na cooperativa. . . . Então, eu acho que é nesse sentido de fidelização, de transparência, de comunicação; eu acho que é possível, é . . . mostrando que o X, Y e Z, de benefícios, não é, que ele seja mais fiel, também, nesse sentido. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Transparência]

E isso é uma coisa boa que a gente tinha na Cooperativa X, nós, mesmo em época, em momento de crise, eu dizia, porque era eu que preparava, inclusive, todo esse negócio: Momento de crise, está difícil, coloca a dificuldade, e iguale o número também. Ah, é feio? Coloca igual. E isso deu uma credibilidade enorme. Ah, tem eleição esse ano. Não importa. E isso dá uma solidez, e realmente uma credibilidade muito grande. Mas é que nós temos . . . e aqui, entre aspas, nós temos muitos raposões velhos, e que não evoluíram. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Transparência]

Toda transparência, ela é fundamental. Tem que ter. Até porque, muitas vezes, esse produtor recebe visita de diversos fornecedores, tem outros interesses, é . . . diversos outros concorrentes, que têm outros tipos de interesses, também, de pegar ele, não é; e se eu tenho um diálogo, se eu tenho uma transparência nele, ele vai sempre estar falando conosco; e tem que ser algo muito autêntico e muito verdadeiro. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Transparência]

De forma complementar, o Entrevistado 10 expõe que quando os mecanismos de governança não funcionam adequadamente, reduzindo a transparência da cooperativa, é esperado que o cooperado tenha receio de continuar operando com a cooperativa.

Então, eu acho que o que nos atrapalha é o associado não ter clareza do que ele tem; e porque ele não tem clareza, ele tem medo. E por ele ter medo, ele não quer participar. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Transparência]

Mesmo diante da compreensão da importância da divulgação das informações econômico-financeiras, suas consequências e também a existência de mecanismos legais que corroboram com a transparência das sociedades cooperativas, ainda há um longo caminho.

A lei, ela obriga a . . . o Conselho de Administração a prestar contas uma vez por ano, essa é a obrigação legal. Mas eu acredito, que até por uma questão de transparência, e como a tecnologia, hoje, permitiria, você teria outros meios tecnológicos, inclusive, de tornar o associado mais próximo da cooperativa; e isso, talvez . . . e ainda tem até uma ideia de uma pesquisa, assim, da ideia da fidelização, por transparência, sabe, do associado; se o associado não seria mais fiel, se todo mês ele recebesse um report lá, sabe, como é que as coisas estão; uma questão tecnológica, assim, que hoje é plenamente possível e viável, através de aplicativos, seja lá o que for. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Transparência]

Da mesma forma, meios de divulgação dos benefícios que os indivíduos têm ao fazer parte de uma cooperativa tendem somente a estimular a fidelização. É preciso

ter em mente que o cooperado busca a maximização da sua utilidade ao ingressar na sociedade cooperativa, seja ela com viés econômico ou social. E tenderá a continuar operando com a cooperativa caso perceba o acréscimo da sua utilidade, caso contrário, tende a buscar outro tipo de empreendimento que atenda às suas necessidades.

Por que [você – o cooperado – não tem informação sobre os retornos]? Por quê que você está na cooperativa? Se o teu objetivo é estar na cooperativa, para você ter uma melhoria de renda, eu tenho que informar exatamente isso. A tua melhoria de renda foi em função disso, disso, daquilo. E agora, existem coisas que eu consigo medir, e outras coisas, não é, aí ficam mais na percepção. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Transparência]

Construir essa percepção dos retornos gerados tende a ser difícil para sociedades cooperativas, justamente pela dificuldade de se reconhecer, mensurar e divulgar tais retornos que não são baseados somente na atuação do cooperado como proprietário do negócio, mas também como usuário da cooperativa. Assim, geralmente, tais informações econômico-financeiras não são divulgadas, o que compromete a percepção dos cooperados sobre a eficiência da cooperativa em atender aos seus interesses.

4.3.2.1 Percepção dos retornos pelos cooperados

Para corroborar com a premissa de que os cooperados possuem uma visão limitada sobre os retornos que são oferecidos pelas organizações cooperativas, buscou-se questionar os entrevistados sobre como observam o conhecimento dos cooperados sobre as diferentes formas de retorno que podem ser gerados e distribuídos pelas sociedades cooperativas, bem como sobre a percepção destes sobre os benefícios que são oferecidos.

De maneira geral, conforme os relatos que são apresentados na sequência, os entrevistados sinalizam que os cooperados não possuem a totalidade do conhecimento sobre os retornos econômicos e sociais que são gerados. De acordo com o Entrevistado 40, o cooperado não compreende as dimensões dos benefícios que são oferecidos pela cooperativa, também como resultado da falta de divulgação dessa informação. Para o Entrevistado 27, apesar da dificuldade de perceberem os retornos, aqueles retornos que estão vinculados a benefícios diretos são mais fáceis

de serem percebidos pelos cooperados, ao contrário dos retornos sociais por exemplo.

Lá na Cooperativa X, eu estava verificando, eles têm, hoje, 15 benefícios ao produtor. Só que o produtor não está percebendo esses 15 benefícios, que significa, que ele tem: Ele compra mais barato o grão, os insumos, adubos, máquinas e equipamentos, ração; enfim, os diferentes produtos; é, supermercado, que ele compra lá, e ele não . . . não dimensiona o quanto isso representa, e ninguém mostra para ele, também; é isso que eu tenho dito. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Eu acho bem complicado [os cooperados terem conhecimento sobre os retornos], tem . . . tem . . . muito embora eles todos recebam e saibam o preço, na cooperativa e fora da cooperativa, o valor desse insumo, é . . . eles acham que é uma obrigação da cooperativa, e não um benefício que ele está ganhando. Eles enxergam o benefício mesmo, a distribuição de sobras, o melhor preço pelo produto; eu enxergo assim. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

O aspecto destacado pelo Entrevistado 27 sobre os benefícios que são gerados pelas cooperativas serem percebidos como obrigação por parte dos cooperados, também foi destacado durante os relatos do Entrevistado 25.

Então, é como se fosse, é uma provedora de tudo para o cooperado. Nesse sentido, o cooperado, ele tem distanciamento desse impacto, porque ele está tão impregnado, tão . . . é tão comum a cooperativa cuidar da estrada e que sempre passa a ser uma obrigação. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

A justificativa para a falta de percepção do cooperado é atrelada à questão da comunicação destacada no item 4.3.2, sendo a linguagem adotada e os instrumentos definidos alvo da crítica apresentada pelo Entrevistado 33.

Veja, ele não percebe [os benefícios] porque a comunicação da . . . dos gestores é péssima, não existe, ela é inexistente. O quê que tu pode dizer num relatório, que tu fosse, que não existe nem Relatório Anual da cooperativa, para mostrar, que ali tu apresentaria; ou, tu vai apresentar, mesmo que tu apresente balanços, os produtos contábeis, o quê que o cooperado vai ter . . . como é que ele vai entender aquela linguagem que é técnica e específica? E qual é o movimento que os gestores fazem no sentido de mostrar isso? Quando eles fazem, fica com a ideia de publicidade; isso também é um desvirtuamento, comunicação não quer dizer publicidade, não é sinônimo de publicidade. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Comunicação]

Como consequência desse processo de omissão, limitação ou compreensão dos retornos gerados algumas estratégias são visualizadas como “custos” pelos cooperados como, por exemplo, realizar assistência técnica para os cooperados aumenta os dispêndios da cooperativa e caso esse gasto não seja visualizado como retorno, ou benefício, o cooperado somente visualiza algo que reduz suas sobras.

Perfeitamente. A partir do momento em que o associado não vê como um ganho, um benefício pessoal para ele, ele vê como um custo, e custo significa menos sobra, não é. Então, isso tudo está . . . está ligado a um pilar importantíssimo, que é a qualificação, o conhecimento, o nível de informação. Até que ponto o associado realmente é informado de forma correta sobre o que ele necessitaria ser informado? Então, eu acho que . . . eu acho que é por aí. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Comunicação]

A falta de conhecimento sobre as estratégias de retorno por parte dos cooperados e quais são as relações estabelecidas na opção de uma estratégia em detrimento de outra também é considerada uma limitação. Na percepção do Entrevistado 1, o cooperado espera as sobras no final do exercício, pois há a visão de sucesso empresarial quando há sobras.

Então, até para um associado, talvez, que não conhece dessa lógica da informação contábil [teoria sobras zero], ou de como que isso é demonstrado lá dentro da contabilidade, isso pode gerar alguma . . . digamos assim, algum desconforto: A cooperativa não deu resultado. Não é? Mas é que na visão do associado, ele também tem a visão do . . . da palavra “lucro”, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Assim, quando a cooperativa opta por utilizar a estratégia de preço, por exemplo, como consequência, as sobras são reduzidas e caso o cooperado não tenha a percepção clara de que já obteve seu retorno no preço do produto e, por isso a cooperativa não está gerando sobras, possivelmente irá visualizar a cooperativa como ineficiente. Esse problema é característico de quando o cooperado não consegue perceber a totalidade dos retornos.

Quais são os benefícios? E que eles não aparecem. Porque aquilo que se ganhou ontem, hoje ele esquece, não é? É assim que funciona, infelizmente. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Compreender que as sociedades cooperativas possuem finalidade econômica, mas não lucrativa, é um fator que precisa estar presente na cultura da cooperativa e entre os cooperados. Essa diferença indica que a cooperativa não tem obrigação de gerar resultados por meio das sobras, mas tem por propósito maximizar o retorno econômico gerado ao cooperado.

Creio que sim [é interessante levar a informação dos retornos para o cooperado], porque essa questão de comunicar até depois, também essa questão de apresentar, a organização, para refletir o real valor econômico; eu acho que como a cooperativa, ela tem essa finalidade de atender ao cooperado, e não de gerar lucro, se você mostra essas diferenças, não é? [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Para o Entrevistado 26, a percepção do retorno também é atrelada ao impacto que os benefícios causam na vida do produtor. Caso a magnitude do benefício seja significativa, isso contribui com a percepção por parte do cooperado.

Não tem [conhecimento dos retornos]. Não, ele não tem; porque ele, na verdade, ao fim, e ao cabo, ele . . . ele tem, da cooperativa, os retornos para a subsistência dele, não é? Ele, como produtor individual, pessoa física, ele . . . ele nunca enriquece, porque passou a fazer parte de uma cooperativa. Ou seja, ele . . . ele só . . . eu acho que nesse sentido aí, é . . . organiza, facilita a vida dele, mas eu não acredito que ele sinta que . . . que teve ganhos efetivos. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Como estratégia adotada por algumas cooperativas, os cooperados podem ser obrigados a comprar os insumos das cooperativas, seja como forma de garantir a qualidade do produto, ou como forma de buscar retornos aos cooperados pela compra em escala de insumos agrícolas. O Entrevistado 31 relata que, por vezes, essa postura adotada pela cooperativa, em vez de favorecer a percepção do retorno gerado, acaba por se tornar um aspecto da cooperativa.

Não, não assimilou. E também, parece, que . . . é, quando se trata de . . . da questão do insumo, ele entende como uma obrigação . . . de comprar na cooperativa. Então, ele não avalia a questão de quanto isso impacta financeiramente na é quase que: Pô, eu estou atrelado a uma obrigatoriedade. Não estou avaliando em quanto isso tem de retorno. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

A falta de percepção dos cooperados sobre as diferentes formas de retorno que as sociedades cooperativas podem oferecer é uma preocupação, pois pode ter como consequências a redução da vantagem competitiva da cooperativa e a possível falta de fidelização dos cooperados. Nesse sentido, o Entrevistado 36 salienta a preocupação como contador e também da diretoria da cooperativa onde atua.

Seria importante [levar a informação sobre os retornos]. Não sei o quanto as cooperativas utilizariam essas informações para levar para os seus produtores. Eu, como contador, eu acho extremamente importante, eu acho que seria importante; e eu acho que teria condições de tu . . . realmente, assim, ó: Mostrar para o produtor . . . Porque fazer parte. Que não é só preço. O que a gente tenta muito, hoje, assim, e que eu tenho isso muito presente agora, a Direção da Cooperativa X, eu sei que tem isso presente, porque eu conversei já com eles, sobre até o desenvolvimento da minha dissertação, como é importante tu mostrar para o produtor que não é só preço. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

De acordo com o Entrevistado 12, a fidelização do cooperado é comprometida, pois é esperado como agente econômico que o proprietário rural busque sempre a opção que maximize a sua utilidade.

Está na cultura. Vamos ver a soja. Pega o produto soja. Se a cooperativa está oferecendo, ontem, R\$ 63,50, a saca do soja. O concorrente da cooperativa, se era um cerealista forte, oferece R\$ 65,00. Os cerealistas enfraqueceram muito; principalmente, no Rio Grande. Hoje, nós estamos comprando o patrimônio dos cerealistas. Há 20 anos atrás, eles compravam os nossos patrimônios. Hoje, as cooperativas são patrimonialistas das cerealistas. O cerealista tem a seguinte lógica: Ele está do lado, está na mesma cidade. 63,5, paga a cooperativa; eu vou pagar 65. Eu vou pegar, no mínimo, 10% dos produtores, para o meu lado. O produtor não tem essa consciência de medir os benefícios sociais que ele tem. Ele ainda se sente atraído para receber R\$ 1,50, a mais, da soja, porque ele acha que isto é melhor remuneração. E esse R\$ 1,50, não paga nem a assistência técnica que ele teve durante o ano, não paga nem o . . . garantia da comercialização que a cooperativa lhe deu. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Por outro lado, alguns entrevistados relataram que os cooperados tendem a perceber os retornos que afetam diretamente o resultado da sua própria propriedade rural. Sendo assim, o retorno obtido na propriedade pela compra de insumo a um preço reduzido ou o aumento do resultado da produção em virtude da venda do produto para cooperativa em um preço mais atrativo, tende a ser percebido.

Sim. Talvez, até essa questão do insumo, ele perceba mais. E isso até fez um movimento, no mercado, de reduzir o preço de uma maneira meio que geral; porque os vendedores de insumos superfaturavam os itens, e . . . Não é? Era uma loucura. Então, isso fez que desse uma equalizada no mercado de fertilizantes e insumos na nossa região; acredito que isso eles enxergam. Mas, assim, o benefício, digamos, econômico, deles terem uma Assistência Técnica gratuita; deles terem grupos de estudos sendo feitos, para entender se aquela variedade de uva se adapta, ou não, àquele determinado clima; deles terem um Curso do PAS, deles terem uma semana de . . . um evento de . . . técnico, para eles aprenderem de adubação, enfim; eles estarem participando do evento de jovens, e tal; isso, eu acredito que eles não enxerguem como um benefício para eles, não é; que vai gerar um benefício. Esse conhecimento que está sendo atribuído a eles, eu acho que . . . eu entendo, que eles não . . . não enxergam isso como um benefício econômico. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Para o Entrevistado 8, a chave da questão também pode estar na educação cooperativa, ou seja, no conhecimento do negócio e do modelo cooperativista por parte dos cooperados.

Bom, eu digo assim. Eu conheço algumas cooperativas, tá? É, tem algumas cooperativas, onde a Educação Cooperativa, ela é maior, ele tem essa consciência. A grande maioria, ou maior número, eu creio, não tem essa consciência. Para muitos associados é bastante comum isso, a Assistência Técnica, o Técnico Agrícola, até que ele vai ver a . . . examinar a vaquinha, e tudo, coisa e tal; ajudar a fazer o parto, e coisa e tal. Então, isso aqui é um benefício muito grande para o associado? Alguns reconhecem; outros, acham que eles: 'Então, eles estão me cobrando, eles têm que me dar'. Isso eu já ouvi de associados. Ou, outros, que diz: 'Olha, esse é um benefício que eu tenho com as cooperativas'. Mas, de novo, esse benefício, que ele foi gerado pelo esforço dos associados, lá nos atos não cooperativos, está trazendo . . . está trazendo aquilo, que lá, na propriedade, mesmo que ele diga que não está. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Da mesma forma, o Entrevistado 4 indica que a base para que o cooperado compreenda as informações econômico-financeiras sobre os retornos econômicos e sociais que podem ser geradas pela contabilidade através do reconhecimento, mensuração e evidenciação adequados, é a educação cooperativa.

É, consciência, eu acho que ainda é muito precária; porque a gente tem muito pouco fortalecido, na maioria das cooperativas, a questão da Educação Cooperativista. A gente precisa mostrar isso para os cooperados, não é. E outra coisa muito importante é fazer a educação, para que ele tenha consciência de dono, não é; e comece a visualizar isso tudo; porque eu acho que, principalmente, em cooperativas mais urbanas, tipo, Crédito, Saúde, é um modelo muito . . . muito de cliente ou de fornecedor, não é; mas . . . outros são do Agro, eu acho que é o que . . . na verdade, não ter a consciência, assim, geral, desses benefícios, é onde existe mais esse... esse convívio, não é, essa percepção, talvez não ser consciência, mas eu acho que a gente precisa educar. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Nesse sentido, cooperativas como a Cooxupé - Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, ganhadora do prêmio por sucesso com programa de educação oferecido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2019), têm investido na capacitação dos seus cooperados, no âmbito da gestão e governança. No caso citado, a cooperativa oferta o programa educacional e de formação para produtores rurais, coordenado pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), contendo módulo de finanças e contabilidade como forma de capacitar os cooperados na gestão da propriedade rural e futuros conselheiros.

Para o Entrevistado 31, outro fator que pode estar relacionado com a percepção de retorno é a relação de proximidade que o cooperado possui com a cooperativa e também o tamanho da cooperativa.

Do ponto de vista dos cooperados, eu acho que aí tem uma distinção. Quanto . . . me parece, não é, quanto maior a cooperativa, menos isso fica claro; porque, na verdade, ele tem a percepção de que? Se a cooperativa não tem sobras, é . . . você fica com um pé atrás, porque a situação está complicada. Nas . . . quanto menor a cooperativa, talvez até pela participação mais intensiva e direta do . . . dos cooperados, isso é mais claro; porque daí, de forma geral, eles entendem que eles estão sendo remunerados com . . . a partir dessa sobra. Mas, também, não sei o quanto isso tem . . . qual é o universo dessa clareza, não é? [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Para o Entrevistado 13, a percepção dos retornos é atrelada à tangibilidade de cada estratégia. Quanto mais direto, maior tende a ser a compreensão dos benefícios que são ofertados.

Eu vejo que não existe um único padrão; mas, sim, que existem diferentes níveis de tangibilidade nesses retornos. Quando eu elaboro, eu tenho um produto ou um serviço, não é, que eu necessito, ou que eu transaciono com a cooperativa; e eu, por exemplo, voltando para o agropecuário, eu vou lá e entrego um produto, e eu recebo um valor por esse produto, é muito direto, é muito tangível; e isso, eu vejo que é o mais próximo que o produtor enxerga, não é, o relacionamento com a cooperativa. Quando você fala na questão de capacitação, de investimento, de desenvolvimento, é algo que não é com a mesma frequência, não é, padrão, que se tem na transação de um produto. O produto, por exemplo, se o produtor, ele é de arroz, ele sabe que em todo mês de março, abril, ele vai colher; e aí, a partir dali, até esgotar o que ele tem estocado, ele vai ficar comercializando com a cooperativa, não é. Enquanto a questão da capacitação, bom, pode acontecer de forma esporádica, pode não existir um cronograma, um calendário regular, não é. Então, tem essa diferença. Então, no . . . não é, eu vejo essa diferença no modo como o cooperado enxerga os benefícios, não é. No meu, no meu ver, na experiência com os meus familiares, o benefício mais direto que eles enxergam é esse da transação. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Dentre as estratégias de retorno, as que possuem menor nível de tangibilidade são vinculadas ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), ou RATES conforme a nomenclatura contábil. Os relatos sobre a percepção da RATES foram obtidos com maior frequência entre os entrevistados e forneceram informações importantes sobre a falta de compreensão desse benefício oferecido pelas cooperativas que está previsto na Lei nº 5.764/71.

4.3.2.1.1 Assistências Técnica, Educacional e Social

As assistências técnica, educacional e social que são realizadas pelas sociedades cooperativas atendem tanto o objetivo econômico quanto social. A realização da assistência técnica visa aumentar a produtividade na propriedade rural e consequentemente, auxilia na maximização dos retornos econômicos do produtor. A assistência educacional possui objetivos econômicos, devido ao aumento do conhecimento técnico que pode auxiliar na produtividade na propriedade rural, e também social, pelo aumento do nível educacional. Já a assistência social, muitas vezes voltada para a inclusão de jovens e mulheres na cooperativa ou na decisão sobre a propriedade, sendo essa a essência do objetivo social que da cooperativa.

Dessas assistências prestadas, a assistência técnica é a que ganha maior destaque entre os entrevistados, o que é coerente com o ramo agropecuário, objeto da presente tese. Essa assistência, geralmente, é ofertada de maneira gratuita na propriedade rural, sem contrapartida por parte do cooperado, e muitas vezes, o custo da cooperativa pela realização dessa assistência não é percebido pelos cooperados, conforme o relato do Entrevistado 14.

É um benefício [ter assistência técnica], mas o agrônomo também trabalha para a cooperativa; então, eu não vejo que isso seja algum investimento do FATES. Que eles só deixam de receber esse dinheiro do agricultor, que trabalha com eles, compram com eles, tem a fidelidade com eles, eles fazem o projeto e acompanham; então, e o agrônomo é da . . . é da empresa. Então, não vejo como seja um investimento do FATES. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Para os Entrevistados 5 e 31, os cooperados não compreendem a formação dessa reserva como parte do resultado gerado e como a reserva é revertida em prol da realização dessas assistências.

Não sei se ele tem conhecimento [sobre o FATES] . . . eu não sei se ele sabe que isso é um investimento da cooperativa, que ele é . . . assim, ele pode até ter percepção que é um investimento da cooperativa, mas ele não sabe que aquele dinheiro sai do bolso dele. . . Ele, eu acho que ele não sabe da onde vem, para ser bem sincera. Ele, talvez ele não tem esse conhecimento de quanto isso representa; é, ele sabe que vem de algum lugar, mas ele não sabe que esse valor poderia ser destinado, por exemplo: Ah, não. Eu posso investir . . . poderia . . . Ele, ele não sabe que é obrigatório ali da . . . da FATES, da RATES, ele não sabe que é obrigatório. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Não. Até porque isso . . . isso . . . é, o quê que eu vejo pelo . . . pela fala dos agricultores, não é. É, o percentual que fica para a cooperativa, para eles é o custo, eles não entendem que esse custo é transformado num benefício . . . Faz parte . . . É. Exato. Mas ele não . . . não consegue captar [os benefícios oriundos da RATES]. . . Eu falo do ponto de vista . . . da cooperativa. Do ponto de vista do agricultor, ele desconhece isso, tá? Ele, ele não tem clareza de que ele tem esse . . . ele pode usufruir desse benefício [da RATES], a partir de uma demanda bem estabelecida, não é; então, ele não percebe isso, ele não . . . não consegue ver que ele pode dali tirar um proveito e melhorar a qualidade; então, é por aí, ele não percebe isso. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Conforme o relato do Entrevistado 31, o cooperado não compreende que a RATES deve ser utilizada em prol do seu benefício e que poderia indicar projetos para que a cooperativa empregue tal recurso e, conseqüentemente, podendo gerar o aumento da sua utilidade. Da mesma forma, o Entrevistado 7 corrobora com a visão de desconhecimento da RATES por parte dos cooperados, relatando que essa reserva pode ser vista como “*um número apresentado no Balanço, como forma de alocar valores*”, conforme relato a seguir.

Não. Não. Também acho que não [conhecimento sobre a RATES]. Eu não quero ser . . . eu não quero ser pessimista, tá. Mas justamente . . . justamente. E isso aí, voltando para o questionamento anterior. Decorre do que? Da falta de conhecimento dele. Então, o FATES, por exemplo, nada mais é, na minha opinião, para o associado, do que um número apresentado no Balanço, como forma de alocar valores. Ponto. O associado não . . . não vê isso como realmente um benefício para ele. Salvo, raríssimas exceções, tem algumas cooperativas que realmente investem em qualificação do seu quadro de associados, do seu quadro funcional, utilizando esse recurso; mas, na maioria das cooperativas, que eu conheço, por exemplo, é . . . o FATES, nada mais é de um número, que eu até diria, fictício . . . onde as cooperativas alocam valores, mas não . . . realmente não revertem em benefício

para o associado. A partir do momento em que o associado não vê como um ganho, um benefício pessoal para ele, ele vê como um custo, e custo significa menos sobra, não é. Então, isso tudo está . . . está ligado a um pilar importantíssimo, que é a qualificação, o conhecimento, o nível de informação. Até que ponto o associado realmente é informado de forma correta sobre o que ele necessitaria ser informado? Então, eu acho que . . . eu acho que é por aí. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

O desconhecimento sobre a RATES, segundo os Entrevistados 43, 30 e 8, está ligado tanto à falta de conhecimento contábil, quanto ao próprio interesse do cooperado em compreender outras formas de retorno que diferem da sobra.

Ele não tem noção disso [do que é o FATES]. Aliás, ele não tem muita noção contábil, de um modo geral. Para ele, interessa saber se . . . se a cooperativa deu resultado ou não, não é; se sobrou dinheiro, se faltou. Se deu prejuízo ou não, se . . . se o dinheiro está sendo bem gasto, é . . . enfim, se está sendo feita uma coisa séria; isso, eles nos cobram muito. O histórico do passado é ruim, não é, de má gestão . . . Não querem repetir o histórico; então, isso, o sócio cobra muito. Olha, o que eu mais ouço lá, ó: 'Faz a coisa certa'. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Eu, assim, eu, particularmente, eu vejo que tem muito benefício; mas eu conversando, assim, com muitos produtores, não . . . eles não percebem isso aí, assim, que tem esse . . . esse retorno posterior; assim, eles não . . . eles não percebem isso aí, não estão muito interessados nisso aí. Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Então, que, eu . . . eu associado-produtor, eu tenho lucro por ter o benefício que proveio do FATES. Agora, realmente, o FATES, para muitas pessoas, que não têm o conhecimento técnico, contábil, fica difícil de compreender ele. Para nós, eu acho mais . . . mais normal. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

É interessante destacar que, para a presente pesquisa, os cooperados que foram entrevistados fazem parte do conselho fiscal, cujo cargo exige determinado conhecimento contábil para que se possa acompanhar e fiscalizar as decisões e ações do conselho de administração e gestão da cooperativa. Contudo, quando se trata da RATES, os cooperados do conselho fiscal também relatam desconhecimento.

Puxa vida, isso aí [FATES] é coisa que quase que ninguém sabe. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

O conselheiro fiscal, Entrevistado 16, o representante do movimento cooperativista, Entrevistado 4, e o contador, Entrevistado 39, relatam que os projetos que são realizados com recursos da RATES poderiam ser apresentados para os cooperados, como forma de decisão sobre a prioridade de execução e critérios poderem ser decididos por estes, mas para tanto, é necessário que a cooperativa estabeleça uma comunicação com o cooperado e um processo de melhoria contínua.

Ele [o FATES], eu acho que ele está mal informado. Não que ele não vá concordar . . . eu acho que ele vai concordar; no momento, que ele vai saber como vai ser usado, daí ele vai concordar. Mas eu acho que essa informação ele precisa sim . . . Está faltando [comunicação]. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Eu acho que, é . . . tem que haver um maior empoderamento do cooperado nesse sentido, para ele, inclusive, cobrar, não é; porque muitos não . . . não têm conhecimento, nem da existência desse Fundo [FATES], nem da finalidade dele. Então, pode haver, pode até ter uma percepção que é algum benefício, mas não tem muita consciência de reflexão sobre o processo. [Entrevistado 4 – Representante do movimento cooperativista – Código: Comunicação]

Então, eu acho que, com o passar do tempo, a gente vai conseguir mostrar para ele, e ele valorizar, sentir, perceber isso; e aí, sim, não é, a gente: Ó, isso aqui é um recurso. Esse ano, a gente . . . X valor, para quê que a gente vai gastar isso? Para fazer os eventos, esse, esse e esse. Então, eu acho que isso vai acabar sendo entendido por eles, com o passar do tempo; eu acho que tudo tem o seu momento, não é? [Entrevistado 39 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Da mesma forma, o Entrevistado 36, relata que a comunicação adequada deve ser intensificada para que haja a percepção dos cooperados sobre as diferentes estratégias de retorno.

Eu acho que sim, eu acho que ele não percebe [os benefícios da RATES]; eu acho que ele não percebe. E a culpa da falta de percepção dele, é das cooperativas que não se comunicam de forma adequada . . . no meu entendimento. Mas eu, eu tenho essa sensação muito presente, realmente ele não percebe; o total do benefício que ele tem, não percebe. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Para o Entrevistado 44, um dos problemas é o momento em que a comunicação é realizada e a linguagem adotada. Algumas cooperativas optam por explicar a RATES durante a assembleia geral, como parte do processo de prestação de contas, contudo esse momento pode não se adequado.

Olha, eu acho que alguns [compreendem o que é o FATES]. A verdade é essa, alguns entendem, não é? Nas assembleias, a gente explica. Mas o problema, como tu bem deve imaginar, a assembleia é muito pouco participada. Muito pouco associados participam da assembleia. 4 mil associados, quando tu tem 300, 400 associados, numa assembleia é um público grande. Então, esse pessoal que participa e acompanha, sim, ele sabe o que é o FATES, ele sabe o que é as Reservas de Contingência, não é; ele sabe toda essa . . . essa fragmentação do resultado ali, do exercício, não é; porque a gente apresenta muito na linguagem do produtor. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

O auditor, Entrevistado 11, também indica que um fator que dificulta a compreensão da RATES é por ela se tratar de uma reserva indivisível cujo retorno não é realizado pela distribuição direta de recurso, mas sim, por um benefício indireto

que pode vir a ser percebido a curto prazo, como no caso de uma assistência técnica, ou a longo prazo, como no caso da assistência educacional.

E assim, e como é uma reserva indivisível [RATES], tá; o cooperado não enxerga, não vai ver, ele está construindo uma coisa que não vai retornar em benefício dele. Eu acho que tem que mudar, um pouco, essa visão, tá? E aí, assim, ó, aí não é nem uma crítica, nem um elogio, tá? É só uma constatação. Entrevistado 11 – Auditor – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Já que a percepção é que o cooperado não visualiza as assistências técnica, educacional e social oferecidos pela cooperativa como benefício, a gestão pode compreender que não é interessante oferecer essa estratégia de retorno aos cooperados. Contudo, o Entrevistado 1, aponta que à medida que não há investimento na educação do cooperado, não há incentivo para o aprimoramento à compreensão do retorno, gerando um ciclo que precisa ser quebrado por parte da cooperativa.

Eu acho que, talvez, muitas delas, não . . . não tenham utilizado ainda, também. Uma, porque, não sei se o quadro dos associados ainda entende, adequadamente, que esse . . . esse fundo [RATES], não é, tem essa finalidade específica para atender essas questões educacionais, sociais, não é; então, talvez, isso não esteja muito bem claro ainda para os associados, não é; ou, talvez, até para os empregados da cooperativa, não é. . . . Eu acho que não é claro [a função da RATES]. Então, eu acho que isso é... a legislação estabeleceu esse fundo; mas, eu... me parece, que há um nível menor de entendimento lá, digamos assim, nos núcleos de associados, é mais uma conta, no fundo, obrigatório, de se criar; mas, que, talvez, o grupo de associados poderiam, então, estar utilizando isso, no desenvolvimento do seu conhecimento, da educação cooperativa, mas eu acho que isso não é . . . não é claramente transferida essa informação para o associado, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Eu acho que não. Acho que não [compreende a RATES]. Se você for pegar a realidade do produtor, que é cooperado, a maioria é baixa escolaridade, não é; se você fala: O quê que é FATES? Ele não vai entender. Não é? [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

O Entrevistado 31, ressalta que a falta de conhecimento sobre a RATES não é restrita aos cooperados, mas muitas vezes aos próprios contadores das cooperativas que apresentam dificuldade na compreensão sobre o que pode, ou não, ser revertido contra a RATES.

No caso da cooperativa, há um desconhecimento sobre a função, não é; e sobre o uso, no quê que pode ser usado, etc. e tal. Me surpreende, inclusive, a parte de contabilidade das cooperativas, não é. Eu acho que é menos uma questão estratégica, e mais uma questão de desconhecimento. Eu não posso acreditar de que seja deliberado o não uso do FATES. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Por outro lado, já existem relatos que apontam que o cooperado compreende as assistências técnica, educacional e social como benefício, o que demonstra que é possível trabalhar com os cooperados nesse sentido.

Não, nesse ponto de vista eu sinto que entendem sim. Entendem como benefício. Quando é feito, não é? Quando esses cursos são feitos, são realizados; mas, entendo sim, que nesse ponto aí eles entendem que é um benefício da cooperativa, que é a cooperativa investindo neles, não é; para a melhoria, não é; para melhorar os produtos, melhorar o desenvolvimento lá na fazenda, na área deles, da área técnica, seja com assistência técnica, não é? A colega mesmo, bate muito, que eles têm três assistentes lá, que dão todo o apoio para os cooperados. Então, quanto a isso, eles entendem que seja um benefício sim. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Então, eu acho que em algumas, sim; onde a . . . principalmente, onde a Assistência Técnica é forte, sabe. Mas se eles têm consciência que isso sai da RATES, daí eu já não sei te dizer. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Ah, ele entende, porque até pergunta: Quanto é o saldo que tem na conta FATES? Ele pergunta. É que, assim, as pessoas, cada vez que passa, eles vão buscando mais conhecimentos. E como tu tem um Conselho formado por onze conselheiros; que desses onze conselheiros, nós ramificamos em mais de cinquenta núcleos; então, esses cinquenta núcleos que foram eleitos, o representante de núcleo foi eleito por voto secreto, por aquela região, para aquela comunidade, formou cinquenta; desses cinquenta, forma onze; e esses onze faz o Conselho. Então, tu vai ramificando, tu vai distribuindo a informação. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Porém, mesmo com os resultados positivos de algumas cooperativas na comunicação dos benefícios vinculados a realização da RATES, ainda há desafios na mensuração adequada desses retornos e na sua evidenciação pela contabilidade. Afinal, como demonstrado no item 4.1 da análise documental, algumas cooperativas não divulgam a informação sobre a utilização da RATES nas suas demonstrações financeiras, não discriminam essa reserva no patrimônio líquido e não especificam a utilização da RATES por tipo de assistência em nota explicativa, conforme determina a ITG 2004 (2017).

A dificuldade de determinar o processo contábil adequado não se restringe aos benefícios concedidos via RATES, mas também aos benefícios ofertados nos preços de serviços, insumos e produtos que são transacionados entre cooperados e cooperativas, e vice-versa. Os relatos dos Entrevistados 2, 44 e 3 corroboram com tal percepção.

Então, esses são todos os benefícios que eu vejo, que a cooperativa tem muita dificuldade de mensurar e de apresentar para o associado; ele fica, muitas vezes, muito focado só no . . . no valor que ele recebe pelo produto e numa eventual sobra que vem no

final do exercício . . . [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Eu acredito que ele imagina. Eu acredito que ele saiba sim, mas o que está faltando é ele quantificar . . . esse benefício, essa vantagem, vamos dizer, de ser cooperado numa cooperativa, e não uma pessoa independente, não é . . . do mercado. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

E eu acho que isso é importante mensurar, e até mostrar para o cooperado, como meio de fidelizar, e ver que o retorno melhor, muitas vezes, do que simplesmente distribuição de sobras, ou aquilo que ele consegue identificar, não é. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Nesse sentido, o Entrevistado 23 apresenta uma sugestão de como a informação sobre os retornos gerados pelas cooperativas aos seus cooperados poderiam ser evidenciados, na forma de um estrato descriminando os benefícios oferecidos e o seu respectivo valor.

O que não acontece numa cooperativa é a seguinte história, por exemplo: Me pagaram R\$ 450,00, pelo café. Tá? Isso é verdade? Não, é mentira. Eles me pagaram R\$ 500,00 para . . . pelo café, na cooperativa. Tá? Desses R\$ 500,00, eu paguei R\$ 20,00, de assistência técnica; eu paguei R\$ 10,00, de informação de mercado; eu paguei R\$ 10,00, ou R\$ 30,00, de outros serviços, enfim; e recebi líquido, R\$ 450,00, que é o preço, ou o preço na mesma dimensão do mercado. Mas essa dimensão de quanto custou os serviços, o produtor rural não tem. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Percepção dos retornos pelos cooperados]

Esse exemplo é similar ao praticado pela Cooperativa Cooxupé, conforme a Figura 12 do item 4.1.2 da presente tese. Inclusive, cabe destacar que o Entrevistado 23 é cooperado da cooperativa em questão, mas optou-se por aplicar o questionário como Pesquisador visto sua relevância no meio acadêmico cujo o foco é o estudo de cooperativas.

Como forma de corroborar com essa proposta e também incorporar seus elementos na contabilidade societária, na sequência são explorados os benefícios que são atrelados à forma organizacional de cooperativa relatados pelos entrevistados. Esses relatos sobre os benefícios têm como objetivo validar as formas de retorno que foram encontradas na literatura e que são possíveis de reconhecimento, mensuração e evidenciação.

4.3.3 Benefícios oferecidos pelas sociedades cooperativas

Ao ingressar em uma sociedade cooperativa, o produtor rural busca benefícios individuais e coletivos que não seriam obtidos por sua atuação individual ou na escolha de outra forma organizacional. Tal afirmação é corroborada pelo relato do Entrevistado 13.

É, eu vejo, assim, que o principal foco, assim, de uma cooperativa, levando lá no contexto dos princípios, seria bem-estar e renda para os associados. Eu acho que seriam esses dois focos principais para uma cooperativa existir; e também, uma motivação para pessoas buscarem, se tornarem cooperados, não é; seja, bem-estar num contexto social, que também é carregado pela questão econômica, não é, da renda. Então, o que a gente vê assim, não é; na cooperativa, se tem um foco no cooperado. Ou seja, os benefícios da cooperativa, em primeiro momento, são realizados para atender as necessidades dos cooperados; e eu acredito que isso é uma motivação, pela qual as pessoas buscam as cooperativas, para atender as suas necessidades. Depois, claro, que engloba também o atendimento das necessidades daquele cooperado, da família dele, e daquela região onde a cooperativa atua, por si só. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Função Social]

Esses benefícios almejados pelos cooperados podem ser tangíveis, passíveis de serem mensurados monetariamente e com retorno direto ao cooperado, ou intangíveis, cujo benefício monetário ocorre de maneira indireta ou não é passível de mensuração.

Para a construção da presente tese, foram selecionados sete retornos descritos pela literatura, sendo eles: a) incremento de preço pago ao cooperado pelo insumo entregue em comparação ao preço pago pelo mercado; b) redução do preço de insumos, produtos e serviços fornecidos ao cooperado; c) assistência técnica; d) assistência social; e) assistência educacional; f) juros sobre o capital próprio (JSCP); g) sobras. Contudo, outros tipos de benefícios também podem ser almejados e percebidos pelos cooperados.

Com o intuito de validar os retornos listados pela literatura da presente pesquisa e também levantar outros benefícios descritos pelos entrevistados, foi questionado aos entrevistados “Quais são as formas de retornos econômicos e sociais oferecidas/percebidas pela cooperativa aos seus cooperados?”, como resposta, os relatos e contribuições indicam que, ao ingressar em uma cooperativa, os cooperados esperam o acesso ao mercado; assistência técnica; benefício social; oferta de insumo e serviços; auxílio na sucessão; exercer o direito de propriedade; regulação de preços; relacionamento próximo; retornos econômicos; e segurança.

Por meio da interação coletiva, os cooperados buscam obter poder de barganha e ganho de escala, benefícios que individualmente não poderiam ser alcançados pelo volume de produção de um único cooperado.

A cooperativa, como referência desta instituição, representação econômica, social e política, ele acaba se associando com o mecanismo de ser representado, que é representação. Aspecto, evidentemente, econômico, no sentido dele se fortalecer, porque . . . é, de maneira individual, ele vai, de certa forma, ter menos força, menos poder de barganha, se fosse negociar com um grande grupo de maneira isolada. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Acesso ao mercado]

Bom, começando pelo poder de barganha, não é, vamos dizer assim, a condição que ele cria, ou de vender melhor o produto, ou de comprar produtos que ele precisa; portanto, fazendo operação coletiva. [Entrevistado 4 – Representante do movimento cooperativista – Código: Acesso ao mercado]

Considerando o mercado do agronegócio cada vez mais competitivo, é salutar o estabelecimento de margens favoráveis. Assim, é esperado que os proprietários rurais busquem condições mais favoráveis de comercialização dos seus produtos, aumentando as receitas, ao passo que buscam a redução dos seus custos por meio da redução de preços nos insumos agrícolas e serviços. Dessa forma, quando o volume significativo de produtos, ou insumos e serviços é oferecido ou demandado, torna-se possível estabelecer o poder de barganha ou ganho de escala e que consequências irão favorecer margens conforme o propósito dos cooperados.

Bom, como tal, como disse, 'a caixinha de ressonância'. Ah, eu posso pegar a minha . . . a minha produção, minha . . . soja, alguma coisa, e ir para o mercado. Creio que posso. Só que eu vou para o mercado com 100 toneladas, 200, 500 mil toneladas. Se eu estou lá na cooperativa, eu estou indo para o mercado com 01 milhão de toneladas, com . . . O meu poder de barganha, o meu poder econômico, ele me favorece muito. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Acesso ao mercado]

Eu entro numa cooperativa, para que o que eu produzo possa valer mais, em função de que eu, junto com os demais, eu tenho uma produção para ofertar por um preço melhor. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Ademais, com um mercado cada vez mais dominado por grandes *players*, tais como Bayer, Cargill, Brasil Foods, dentre outros, acessar o mercado individualmente, eliminando intermediários e almejando maiores margens, tornou-se mais difícil, conforme também é destacado pelos Entrevistados 41 e 26.

Bom, na minha percepção, eu acho que, se a gente pensar no quê que a teoria diz a respeito das motivações para cooperar, não é; a gente vai discutir a questão de compartilhamento de recursos, ganho de escala, entre outros, não é? Mas eu acho que isso pode mudar um pouco de contexto para contexto, não é? Hoje em dia, com a maior

facilidade de acesso a mercados. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Acesso ao mercado]

Olha, muitas vezes, é pela dificuldade que ele tem, como pessoa física, de levar o produto dele, ou o serviço dele, a quem ele vai tomar o serviço, que normalmente são pessoas jurídicas. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Acesso ao mercado]

Porém, para o Entrevistado 12, o ingresso do cooperado somente com o objetivo de ganho de escala, pode gerar uma relação frágil com a cooperativa, ao passo que ao ganhar escala o cooperado tentará eliminar a cooperativa da transação e buscar comercializar diretamente no mercado.

Melhoria de vida, um reconhecimento maior da sua atividade, nas cooperativas, eles conseguem crescer; e, em última análise, ele busca complementar a sua atividade individual, como produtor, que ele . . . quando ele, normalmente, está enfraquecido em relação ao mercado, o que . . . se ele tem escala para estar no mercado sozinho, ele não precisa da cooperativa; então, a cooperativa é sempre a soma de uma necessidade. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Acesso ao mercado]

Assim, torna-se importante que a cooperativa apresente outros tipos de retornos como forma de manter esse cooperado, principalmente na medida em que este apresenta uma produção significativa e que provavelmente faz a diferença no negócio da cooperativa.

A cooperativa também se torna uma opção dos proprietários rurais pelos grandes *players* nem sempre estarem próximos às propriedades rurais e o processo de logística para escoamento da produção e compra de insumos ser uma dificuldade pelo custo e qualidade dos meios de transporte. Os Entrevistados 1 e 17 fazem relatos nesse sentido.

E também temos, além dessas diferentes culturas, temos, digamos assim, diferentes regiões do Estado, onde as distâncias, é . . . a questão logística, não é, acaba, digamos assim, gerando uma dependência da cooperativa, não é; porque eu não tenho outro . . . enfim, outro local para eu entregar a minha produção. . . Não tenho outro intermediário. Então, em alguns locais, por exemplo, na região mais . . . Região Sul do Estado, onde eu tenho distâncias enormes, não é; então, muitas vezes, a cooperativa é o único que eu tenho lá, não é; então, é . . . por isso que dá segurança, muitas vezes, para o associado. . . [Código: Acesso ao mercado] ele podia produzir, mas ele não ia conseguir comercializar; então, ele... o custo logístico, de frete, para trazer para um grande centro, seria muito caro, ele não teria condições de competir com outros, se ele não tivesse a cooperativa lá que faz essa intermediação, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

O benefício, no meu caso, lá na cooperativa, é o local mais perto, no caso. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Acesso ao mercado]

Nesse sentido, o ingresso nas cooperativas nem sempre é questão de opção. Na verdade, em algumas localidades as cooperativas nascem justamente dessa necessidade de atendimento ao recebimento e comercialização dos produtos em regiões distantes dos grandes centros.

Em relação aos benefícios, a . . . um primeiro, é, seria a questão de oferecer, para esse cooperado, insumos, produtos, serviços, nas suas respectivas regiões. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Em casos de cooperativas com produtos perecíveis e de entrega recorrente, essa questão se torna ainda mais importante. Corroborando com essa constatação, pode-se observar os relatos dos conselheiros fiscais 18 e 30, assim como dos Entrevistados 44 e 27.

Assim, a gente fez parte, é . . . a gente é da lavoura, da agricultura, né; então, tem que ter aonde é que pegar as coisas, e aonde que entregar as coisas. . . . Então, ali você forma uma união, uma sociedade, né; para entregar os produtos, né; e comercializar, e tudo, né, enfim. [Entrevistado 18 – Conselho Fiscal – Código: Acesso ao mercado]

A gente tem . . . tem que entregar o produto em algum lugar. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Acesso ao mercado]

Ah, eu acho que o cooperado, ele busca além de comprar ou vender algum produto. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Acesso ao mercado]

Mas eu acho que também tem toda a questão de mercado mesmo, de facilitar . . . facilidade de entrar no mercado, vender o seu produto; e também, de negociação, de . . . não necessariamente, no preço que ele recebe pelo seu produto. [Entrevistado 27 – Representante do movimento cooperativista – Código: Acesso ao mercado]

Em algumas situações, a cooperativa também oferece a segurança da aquisição da produção do seu cooperado, independentemente do mercado. Nessas situações, independentemente de como a demanda ou oferta estejam, a cooperativa se responsabiliza pela compra da produção do cooperado. Essa diretriz pode representar um risco para a continuidade da cooperativa, mas o cooperado na posição de fornecedor da cooperativa pode visualizar como benefício.

Então, qual é o benefício que a cooperativa tem? É, se tu entrega 10 litros, a minha cooperativa vai pegar o teu leite. Sabe? Porque a cooperativa nasceu assim. Então, a nossa opção não é só quem tem 1.000 litros, por dia; como é nas grandes. Então, essa . . . só que isso torna o nosso processo, de novo, mais caro, porque tem um frete mais alto, eu tenho um leite despadronizado, porque 10 litros não quer dizer que aí tu pega 1.000 de um só, é bem diferente. Entendeu? [Entrevistado 24 – Contador – Código: Segurança]

No primeiro momento, parece, assim, falando da visão do que eu conheço e do segmento que a gente atua, que é de uva, é a garantia de uma entrega da sua produção; eu acho que

ele busca mais, nesse sentido, não é; até porque, hoje, a gente tem uma safra, no Rio Grande do Sul, que ela é, relativamente, grande, para o nível de escoamento, não é, o nível de produção que se tem. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Segurança]

Esse caso é comum nas cooperativas vitivinícolas e nas cooperativas de leite, ao passo que o cooperado também deve se comprometer em entregar 100% de sua produção na cooperativa, independentemente das ofertas que o mercado também venha a realizar quando a demanda pelo produto estiver elevada ou a oferta estiver reduzida. Tais cooperativas precisam estabelecer previsibilidade na produção e a forma de fidelizar seus cooperados, pode recair nessa estratégia baseada na segurança para o produtor ter onde entregar sua produção.

Os relatos apresentados na sequência auxiliam na compreensão de tal diretriz utilizada por algumas cooperativas.

E até hoje eu falei ali no treinamento, ela pode alcançar o produto até em . . . em travando uma operação de . . . da produção do associado, para retornar para a cooperativa. Esse é um econômico, seria antes de eu produzir; ou seja, ela está aí para dar sobrevida para o associado, e até num momento de dificuldade. E quantas cooperativas a gente conhece, que ela acaba internando perdas, porque ela buscar recursos para sustentar o associado, porque não tem condições de pagar. Ou seja, da cooperativa realizar os seus créditos, porque o associado não tem condições de pagar, porque deu quebra de safra. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Segurança]

Bom, no nosso caso, nós temos muitos produtores, assim, que têm . . . que já viram o filme de crises passadas, e tal; que têm uma fidelidade com a cooperativa, que sabe que a cooperativa sempre busca remunerar a produção dele pelo melhor preço; nós temos que ainda produzir, gerar sobras, para poder distribuir, não é? [Entrevistado 32 – Contador – Código: Segurança]

Essa lógica estabelecida pelas cooperativas é própria da sua natureza que precisa se preocupar não só com a sustentabilidade do seu negócio como cooperativa, mas também a sustentabilidade do negócio do seu cooperado. Por si só o alcance de uma organização grande e próspera, sem que seus cooperados também sejam reflexo desse *status*, não é aderente à doutrina do cooperativismo. Como consequência, essa preocupação da cooperativa com o cooperado gera segurança na relação que é estabelecida, conforme pode ser observado nos relatos dos Entrevistados 38 e 18.

Tá? Essa é a forma que eu vejo, hoje, o motivo do cooperado ir ao encontro de uma cooperativa, tá? Um pouco de segurança; mas, hoje, muito mais, é alternativa de negócio. Tá? É essa a forma que eu vejo, hoje; apesar de entender que deveria se trabalhar para que ele pudesse buscar a cooperativa muito mais por segurança, do que propriamente a alternativa de negócio; porque a gente sabe, o mundo real é esse, não é; mas a visão de

ser somente alternativa de negócio, acredito que deixa a relação um pouco fragilizada, é muito fácil virar as costas. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Acesso ao mercado]

Porque a gente tem que ter um lado onde é que se agarrar. [Entrevistado 18 – Conselho Fiscal – Código: Segurança]

A segurança que o produtor percebe é vinculada à reputação que a cooperativa também cria no mercado. E, nesse sentido, a transparência das informações é um elemento essencial.

Assim, o benefício, um dos mais importantes, que eu considero, é a questão de segurança; segurança, principalmente, que o balanço de uma cooperativa é público, público para os associados, né; então, a gente tem . . . isso, talvez, seja sentido pela grande maioria, até dos não associados; eu sei que a minha cooperativa, ela recebe também produtos de não associados; e uma das coisas que se tem marcado bastante, de que tudo . . . principalmente, soja, o pessoal deixa estocado de um ano para outro, e sempre preferimos deixar isso junto com uma cooperativa, porque o balanço é aberto, sabe como é que elas andam, do que deixar num outro comércio, que a gente só vai ficar sabendo só quando quebrou. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Segurança]

É, eu ainda planto. Eu sempre encarei esses cargos como eletivos e transitórios. Tá? Então, eu encaro da mesma forma até hoje. Aí, é . . . eu, na verdade, eu acho que quem se associa a uma cooperativa busca duas ou três coisas essenciais. Primeiro, segurança. Na entrega do produto, não é; no recebimento, no tipo de tratamento que é dado ao produto, naquilo que é feito dentro da estrutura da cooperativa. É uma empresa que trabalha, com 60 anos, e nunca deixou de pagar ninguém, transmite segurança para o mercado, para aquele produtor. . . . Esses são os três pilares que eu acho que o pessoal procura mais, não é, dentro de uma estrutura: segurança, preço médio e transparência. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Segurança]

Conforme descrito, as cooperativas carregam um histórico de insucessos que é lembrado pelos cooperados, sendo a credibilidade um fator destacado, até mesmo como reflexo da segurança e transparência descritos anteriormente. Quando o cooperado percebe a credibilidade gerada pela organização econômica, sente-se seguro em transacionar com a cooperativa.

Então, esta aceitação, também, ela é um fator. A reputação. A cooperativa, eu prefiro comprar o serviço dela, ou a mercadoria dela, porque é uma organização que tem, não é, respaldo e credibilidade, não é. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Segurança]

Ele busca uma segurança por um sistema de mais de um século de história, que tem a sua credibilidade já comprovada. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Segurança]

Tendo credibilidade, os cooperados também se sente seguros em armazenar a sua produção na cooperativa, mesmo com preço a fixar. Nesse sentido, a armazenagem que é oferecida pelas sociedades cooperativas é um serviço que pode ser visto como um retorno econômico.

O associado, ele, em tese, não é, ele tem uma garantia de . . . local, para armazenar o seu produto. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Segurança]

Outro dado, a tranquilidade de eu colher o produto, e entregar na cooperativa, e eu saber que eu vou receber. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Segurança]

Tem um outro fator importantíssimo, que é específico da uva, que é . . . o agricultor não tem como armazenar. Não é? Então, o período é muito curto, está pronto, vai ter que colher, vai ter que ter aonde deixar a produção. Aí entra, eu acho, que, o fator da cooperativa de ter a segurança, que a cooperativa vai receber. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Afinal, a armazenagem é realizada de forma subsidiada ou gratuita pelas cooperativas e caso o produtor não tenha infraestrutura própria, iria incorrer em custo mais elevado por esse processo, afetando a sua margem.

Benefício, não é? Armazenagem de grãos, o nosso associado não paga nada, mesmo que ele deixar. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

E outra, eu não preciso ter um silo, eu não preciso ter um secador, está lá, está à minha disposição. Tem remuneração? Sim. É óbvio que eu tenho que remunerar; mas, então, se eu tenho um silo, eu vou gastar. Bom, está lá na cooperativa. Então, eu estou diluindo custos. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Outro serviço que foi identificado pelos entrevistados como um incentivo a escolha da forma organizacional como cooperativa é a orientação da produção que a cooperativa oferece. Os técnicos que estão à disposição do cooperado não almejam, geralmente, a venda de insumos e serviços agrícolas pelo aumento do lucro organizacional ou para o alcance de metas de venda, mas sim, possuem a preocupação com a produção do cooperado, oferecendo segurança para o produtor seguir as orientações.

E também, numa questão que se observa, é que a . . . o associado, não é, utiliza a cooperativa, e meio que . . . é, a cooperativa dá um resguardo para ele, ele usa na... no sentido, assim, de ter alguém que ele vai buscar orientação, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Segurança]

O associado, o que ele quer mesmo é uma solução completa, ele quer assistência técnica, ele quer crédito, ele quer a confiança, a confiabilidade, que só a cooperativa . . . a nossa, pelo menos, ela tem uma premissa muito forte na questão de neutralidade. É, quando eu falo em neutralidade, estou, agora, me referindo mais na área técnica. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Essa orientação está atrelada à assistência técnica que a cooperativa promove com o objetivo de aumentar ou segurar a qualidade do produto e aumentar a produtividade da produção do seu cooperado.

Por exemplo, a de grão, que tem os benefícios dentro da cooperativa, tu tem Assistência Técnica dos agrônomos, veterinário, isso e aquilo. Então, tu tem várias formas, dentro da cooperativa, para . . . que tu consegue explorar, né. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Assistência técnica]

Então, eles usam muito da assistência técnica, que as cooperativas fazem; principalmente, também, nessa parte de sanidade animal, onde muitas cooperativas oferecem o serviço lá, de 24 Horas, de atendimento; tipo, veterinário que está disponível, se o . . . se a vaca, ou, enfim, lá, o suíno, está tendo algum problema, eles têm esse serviço disponível; então, isso é um diferencial que a gente percebe. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Assistência técnica]

O campo, por exemplo, o campo pesquisa produtos, é . . . indiferente se é de tal empresa ou da outra empresa; e o produtor sabe disso, não é? Porque a gente não faz venda através do Departamento Técnico. Tem um Departamento de Vendas. O agrônomo, ele orienta, ele esclarece todas as dúvidas do produtor, mas ele não sai fazendo pedido de produto, igual é a . . . a concorrência aí, que é a prática normal, não é? [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

Assim como a armazenagem, a assistência técnica é um serviço oferecido de maneira subsidiada ou gratuita ao produtor por muitas cooperativas. Contudo, também pode estar atrelado às compras realizadas na cooperativa e ao volume de entrega da produção.

É [recebemos a assistência técnica gratuita]. Mas compra da cooperativa. E daí algum procedimento que é feito, e é normal, né . . . é um profissional, ele . . . ele ganha, né, ele cobra, pelas coisa que passa. E com razão, porque eu acredito que a cooperativa tem que sobreviver . . . de um jeito ou do outro, mas deveria de . . . eu acharia que é só abrir mais as informações. Para tudo que é feito, tem que ter informações mais aberto. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Assistência técnica]

E quando, assim, quando ele compra, ou quando ele utiliza os insumos, de certo, ele está muito ligado a questão da assistência técnica; então, muitas cooperativas oferecem esses produtos, já dentro de uma . . . de uma técnica de como aplicar, de como utilizar, não é. Então, essa orientação, a gente tem visto que tem um grande diferencial no aumento, ou na qualidade, do produto, que ele vai gerar depois. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Assistência técnica]

Conforme mencionado anteriormente, a assistência técnica é um benefício que pode estar atrelado a RATES ou também ser apenas tratada como despesa pela cooperativa. A percepção desse serviço como benefício oferecido pela cooperativa pode ser comprometida pela relação de obrigatoriedade da compra de insumo e também pela oferta gratuita do serviço, assim como destacado no item 4.3.2.1.1 Assistências Técnica, Educacional e Social.

Na verdade, assim, hoje a gente tem, lá, na cooperativa, são quatro profissionais, não é; dentre a média das outras . . . das demais vinícolas, a gente tem um número bem alto, porque nós temos 400 associados, então, a gente, em média, cem produtores por . . . por profissional. E são profissionais, assim, inclusive, de nível de Mestrado; então, a gente tem

uma Assistência Técnica bastante qualificada; porém, o produtor rural, ele, às vezes, ele . . . ele não enxerga isso, ele gostaria mais de ter um psicólogo para ir lá, para conversar com ele, do que simplesmente o cara que vai lá só dar uma orientação técnica. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Assistência técnica]

A questão da Assistência Técnica, também, pode ser desdobrada em outros aspectos, que também são poucos percebidos pelo associado. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Assistência técnica]

Conforme apontado pelo Entrevistado 2, essa dificuldade de perceber o benefício pode estar atrelada à mensuração. Uma vez que o cooperado não possui a informação do custo da assistência técnica para a cooperativa e, conseqüentemente, o impacto que ocasiona nas sobras, da mesma forma, pode não realizar uma análise comparativa com o preço que seria cobrado pelo mercado caso esse serviço fosse pago, ou ainda, o nível de compra de insumos que deveria realizar nos grandes *players* para ter direito a receber assistência técnica.

O que é claro é que a assistência técnica possui custo para cooperativa e deve ser de conhecimento do cooperado esse custo que deixa de ser pago individualmente e é absorvido pelo coletivo, conforme o discurso do Entrevistado 40.

E depois eu dava a título de bonificação. Chegou num momento tão crítico, que 1 centavo a mais por um . . . um picareta que entrava comprando leite, o cara migrava; e o custo da Assistência Técnica e Taxa de Administração, dava 5%, na verdade, de custo para a cooperativa. A Assistência Técnica, hoje, nas cooperativas, ela dá em torno de . . . por exemplo, no leite, . . . grãos, eu tenho a mesma posição; é, tu tem, no mínimo, 3 a 30 centavos, por litro de leite, que é custo só de Assistência Técnica, sem considerar os outros numerosos benefícios que a cooperativa dá. Então, é como fazer com que ele, efetivamente, tenha essa percepção da importância e do valor que representa essa Assistência Técnica? [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

Ainda atrelado à questão de segurança gerada pela cooperativa, vinculado ao RATES e apresentar dificuldade de reconhecimento, mensuração e evidenciação das cooperativas, está o benefício social. A função social que a cooperativa oferece é considerada um fator de atração e fidelização dos cooperados. O benefício social, conforme indicado pelos entrevistados, é um dos pressupostos existentes nas sociedades cooperativas e deve ser orientado tanto para o cooperado e sua família, quanto para a comunidade que a cooperativa faz parte, tendo em vista o 7º princípio do cooperativismo.

Então, essa é uma questão de segurança; e também, eu considero, hoje, talvez a . . . uma das funções sociais, porque se não tivesse as cooperativas na nossa região, com certeza, as coisas seriam diferentes, talvez não . . . não vou dizer que estão boas, mas não

estariam nessas condições, hoje. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Função Social]

E o retorno social também é muito significativo, é . . . para o associado, em particular; e também, para a comunidade. . . . A cooperativa tem muitas coisas para o associado. E eu sempre digo assim, que um dos sucessos da Cooperativa é a preocupação com as pessoas, tanto a parte social, como funcional; e a cooperativa usa recurso nesse sentido. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Função Social]

Tu não tem pergunta mais fácil? Olha, vamos começar no social. Porque o retorno social da cooperativa, eu diria que ele é quase que incomensurável, é intangível, não é; porque ele é . . . porque, na verdade, no momento que tu vê um bem-estar social, você vê as pessoas felizes. . . . Ele não é econômico, mas ele . . . a reflexão deles é direta. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Função Social]

Durante as entrevistas que relataram a atuação social da cooperativa como incentivo para o produtor rural ingressar e manter sua atuação com a cooperativa, alguns exemplos foram indicados, conforme os relatos apresentados dos Entrevistados 25 e 45.

Um exemplo, que é um exemplo que evidencia isso, é a questão das estradas de determinadas regiões. A cooperativa, muitas vezes, ela se envolve com alguns projetos de infraestrutura, de transporte, de deslocamento, não é, enfim; é. suprimindo o papel do Governo. E a percepção que se tem é que a cooperativa, ela atua como agente para reduzir, para minimizar as desigualdades, quando ela atua nas falhas de mercado. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Função Social]

Nesse último ano, aqui, nós levamos, foi mais de 2 mil mulheres . . . onde a gente debateu o dia inteiro. A parte da manhã, mais técnica, uma palestra mais técnica. Uma, valorizando a mulher no campo; e outra, que seja mais divertida, algo que puder ser mais descontraído para ela. . . . E isso, fazendo com que . . . que ela se sinta engajada, e nós mostramos a importância da mulher no campo; até porque, muitas propriedades, quem faz a ordenha é a mulher. Então, para trabalhar a qualidade do leite é muito melhor trabalhar para . . . com a mulher Então, nós oferecemos uma série de cursos, também, que nós proporcionamos; muitos ligados, também, via . . . via a própria . . . o próprio Sescop, não é? [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Função Social]

A preocupação com a mulher, conforme indicado pelo Entrevistado 45, também esteve presente em outros relatos, inclusive para indicar que quando a mulher está envolvida nas ações da cooperativa, o homem tende a participar mais das decisões da cooperativa, sendo essa uma estratégia de fidelização. Assim, preocupação social pode refletir na interação do cooperado com a cooperativa, e mesmo sendo um benefício gerado é dificilmente mensurado.

Eu percebo que existe uma identificação, por região, do cooperado. Então, quando você tem a sua cooperativa agropecuária de leite, por exemplo, é . . . é natural, é quase que automático, você ter uma determinada região, que é assistida por uma determinada cooperativa; então, os cooperados pensando nessa... nesse contexto social, eles se

associam a essa cooperativa. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Função Social]

E também, eu . . . eu vejo assim, que a cooperativa, quando existe como cooperativa mesmo, ela fornece um sentimento de pertencimento, com o convívio familiar e social, que cria as comunidades, isso é muito importante. . . . Então, isso é muito sutil, não é; isso não . . . não é evidenciado em nenhuma demonstração contábil, mas eu considero como um benefício social. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Função Social]

Essa interação da cooperativa com todo o núcleo familiar do produtor rural é um estímulo para a perpetuação do núcleo familiar na cooperativa. Assim, a preocupação com sucessão foi indicada como outro fator que gera o ingresso dos jovens na cooperativa.

Daqui a pouquinho, uma parte do leite vai para o pai e a outra para o filho, para ele sentir que aquilo é uma coisa boa para ele ficar na propriedade; então, a gente deu cursos. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Sucessão]

É, nas comunidades rurais, por exemplo, a gente vê isso como um fator até de . . . de continuidade, de sobrevivência daquele negócio, pela aproximação dos filhos, segurar os filhos, não é, na propriedade, por criar esse vínculo mesmo. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Sucessão]

Dessa forma, a cooperativa é tida como um meio da oferta de capacitações e tecnologia na propriedade rural, viabilizando a perpetuação do negócio, que é uma preocupação de muitos cooperados. Cabe destacar que a sucessão da propriedade rural é um tema sensível nas cooperativas agropecuárias, conforme os temas definidos como prioritários no 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo.

Da mesma forma, a preocupação com o núcleo familiar e o negócio de cada família faz com que uma relação de proximidade seja estabelecida entre o cooperado e a cooperativa, conseqüentemente, os colaboradores e demais cooperados. Esse relacionamento próximo também foi indicado como benefício pelos entrevistados.

É. E depois a gente acerta quando [vai na cooperativa], porque a gente sempre vai, certo? A gente pega o telefone, às vezes, quando precisa de alguma coisa, e liga, e não precisa nem ir lá na cooperativa, sempre. Semana passada, ainda liguemos lá, pedirmos. Aí 02 dias, já está lá entregando. . . . Pois é, outras firmas particular não faz isso, né. [Entrevistado 20 – Conselho Fiscal – Código: Relacionamento]

Muitas . . . muita gente, é . . . procura a cooperativa para um benefício de... a integração das pessoas, como associados. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Relacionamento]

É importante destacar que essa preocupação com o cooperado é esperada por parte da cooperativa, afinal ele é o dono do negócio. Os relatos do Entrevistado 20 e 30 oferece a percepção de que o cooperado nem sempre se vê como dono do negócio, mas sim como usuário, seja cliente ou fornecedor. Por outro lado, há cooperados que relatam que a questão da propriedade e da gestão democrática é um dos benefícios que são fatores de escolha por esse tipo de organização.

O maior incentivo da cooperativa é que tu tem sempre uma prioridade, não é que nem uma empresa particular; a cooperativa tu pode opinar e fazer alguma coisa a mais, a empresa particular tu não tem chance. Eu acho que a cooperativa . . . eu acho que nós, é . . . também tem o retorno a mais, que qualquer outra empresa; mas eu acho que nesse sistema aí, a cooperativa, eu acho que está bom. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Propriedade]

Bom, é . . . essa pergunta é muito ampla, não é. Vou tentar responder assim, ó. É, a resposta mais precisa, que eu acho que pode ser dado aí, é o seguinte: Porque ele é o dono do negócio. Ele é o dono. Então, se tiver uma boa gestão, se tiver custos bem administrados, e tal, ele participa dos resultados, não como um investidor no capital, mas proporcional . . . A gente tem discutido muito aqui, isso eu acho muito bacana. É, a diferença entre uma empresa de capital e uma sociedade cooperativa. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Propriedade]

Onde que todas as decisões tomadas para o futuro da cooperativa, ou para o pagamento do valor do leite dele, é tomado por um Conselho, que é eleito pela própria Assembleia; então, nós exercemos, de fato, o verdadeiro cooperativismo. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Propriedade]

Criar o conhecimento sobre a propriedade pode ser um desafio para algumas sociedades cooperativas, mas, nesse processo, dois elementos são essenciais pelos relatos apresentados até então, a transparência da informação e o alcance dos interesses dos cooperados. Quando o cooperado recebe as informações necessárias da cooperativa, tende a compreender que está recebendo as informações como proprietário e não somente como usuário, da mesma forma que quando é envolvido na tomada de decisão a sua ação como proprietário fica mais clara.

Ademais, sendo o proprietário, é esperado que a cooperativa esteja preocupada e atenda à sua necessidade, pois, partindo do pressuposto da racionalidade econômica, é dessa forma que o cooperado tenderá a manter seu capital e transações na cooperativa.

Eu acho que a pessoa, ela só é fiel a si própria; então, eu acho que é . . . esperar que ela seja fiel a cooperativa, é uma ilusão; ela vai ser, em primeiro lugar, fiel a ela própria. Na medida em que tu não atende o interesse dela, ela não vai ser fiel. Na medida em que tu atende o interesse dela, ela vai ser fiel. Isso, para mim, é claríssimo. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Retorno econômico]

Conforme Bialoskorski Neto (2012) e Schneider (2012) apontam, no caso das cooperativas essas necessidades e interesses dos cooperados estarão vinculadas ao âmbito econômico e social.

Olhar realmente o quê que existe de valor, não é; valor, no sentido das pessoas, não é, naquele local; porque, a cooperativa, ela consegue fazer isso, porque ela está ali, ela está no meio da comunidade, não é? Então, assim, aproximar mais a comunidade; assim, não esperar que as pessoas . . . mas que ela possa fazer isso. E aí, sim . . . porque, assim, eu vejo dessa forma, se a cooperativa conseguir unir o social e o econômico, ela ganha associado. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Função Social]

É, eu vejo, assim, que o principal foco, assim, de uma cooperativa, levando lá no contexto dos princípios, seria bem-estar e renda para os associados. Eu acho que seriam esses dois focos principais para uma cooperativa existir; e também, uma motivação para pessoas buscarem, se tornarem cooperados, não é; seja, bem-estar num contexto social, que também é carregado pela questão econômica, não é, da renda. Então, o que a gente vê assim, não é; na cooperativa, se tem um foco no cooperado. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Retorno econômico]

Mesmo sendo o equilíbrio entre o econômico e social o ideal para o modelo cooperativo, conforme o destacado pelo Entrevistado 35, na percepção dos Entrevistados 5, 10, 12, 36 e 40, é o econômico que se torna um fator decisivo para o cooperado.

Bom, Paola, se a gente pensar . . . imediatamente, eu tinha pensado no benefício financeiro, não é; que ele só vai ter o interesse em entrar em alguma organização, se tiver um incentivo econômico. A gente tem toda a ideologia cooperativista, que é muito bonita, mas eu acredito que o principal incentivo é financeiro, ou econômico, não é; se não for econômico-financeiro, ele não vai ter o incentivo para entrar. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Retorno econômico]

Aquilo que o meu avô fazia, que se a cooperativa, às vezes, estava com preço defasado, de 30%, na lã, vendia igual na cooperativa, na esperança de que na venda daquela lã, a cooperativa conseguisse, depois da lã estar lavada e transformada em tops compensado, não é . . . hoje, é muito difícil, não digo que não exista. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Relacionamento]

Não é? Para crescer. Então, uma razão, é essencialmente econômica, o sócio. Ela não . . . o sócio não se associa, no Brasil, ao menos, por questões intelectuais, porque ele acha que cooperativa, filosoficamente, é boa; por questões doutrinárias, que tem os princípios cooperativos, que ela é uma instituição diferente das demais. O produtor não enxerga isso, o produtor quer resultado, e quer satisfazer uma necessidade humana. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Função Social]

Não é, assim, o social não é fator decisivo na hora de manter uma relação comercial, acho que não é. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Função Social]

Bom, ele, no fundo, ele busca sempre resultados financeiros. É a primeira coisa, que: O quê que eu ganho diferente das demais, ou das demais empresas? Inclusive, é um dos problemas, que, na verdade, a cooperativa, normalmente, tem um custo superior, do que uma iniciativa mercantilista; por exemplo, as agropecuárias. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Acesso ao mercado]

O custo superior nas sociedades cooperativas é atrelado justamente pelo retorno fornecido ao cooperado poder ser oferecido de diferentes maneiras, inclusive com a elevação do custo do produto adquirido pelo cooperado. De acordo com o Entrevistado 25, há uma integração entre os tipos interações que são estabelecidos entre o cooperado e a cooperativa.

E aí não necessariamente é só um elemento econômico, o aspecto econômico é um . . . é um dos objetivos; porque, no caso do leite, o produtor entrega o leite para a cooperativa; e, automaticamente, ele tem uma prestação de contas; ele busca, da cooperativa, os insumos que ele precisa, ele busca o suporte técnico, e ele tem uma moeda, que é a moeda do leite. Então, no final do mês, ele tem uma conta corrente, é uma conta corrente que ele faz o pagamento do . . . daquilo que ele precisa, levando em consideração o produto que lhe oferece. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Função Social]

A possibilidade do cooperado poder entregar a produção no mesmo local em que oferta os insumos e serviços necessários para sua produção, é um benefício. A dupla atuação do cooperado como fornecedor, ao entregar a sua produção para cooperativa, e cliente, ao adquirir insumos e serviços, permite que o cooperado tenha um período de carência entre o período de compra e pagamento com a produção, o que é visto como favorável e também pode criar uma obrigatoriedade de recebimento da produção por parte da cooperativa, conforme apontado pelo Entrevistado 1.

É, no ramo agropecuário existem diversas possibilidades de ele ter, então, esse retorno. Então, a gente vê, principalmente, o foco das cooperativas que nós temos, aqui, no Rio Grande do Sul, está muito ligado à questão dos insumos, não é; onde eu consigo oferecer para o produtor esse volume de insumos para . . . para a sua propriedade, não é; então, isso, o produtor busca muito a cooperativa nesse sentido, de ter os seus insumos através da cooperativa, que é garantido pela safra que ele entrega na cooperativa. Então, são essas . . . esse é um primeiro momento, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

A gente podia negociar com outras firmas que estava . . . que tem ainda, fazendo concorrência, né? Mas essas firma aí, elas não . . . se precisar, assim, de uma verba de . . . para plantar, que o produtor planta, que, às vezes, ele faz financiamento, e às vezes não chega aquele dinheiro, precisa de pegar mais um adubo, mais um veneno, mais um insumo, a cooperativa também fornece para mim isso tudo. [Entrevistado 20 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

O período entre a compra dos insumos e serviços adquiridos da cooperativa e o pagamento, com a entrega da produção do cooperado, é descrito pelos entrevistados como um financiamento de safra que algumas cooperativas oferecem, conforme relatos dos entrevistados 22 e 41.

E no momento que eu preciso que a cooperativa me dê um benefício, que eu não tenho dinheiro para financiar a safra, isso a gente já viu, muitos fazem isso, ela te alcança o produto. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Ou, até mesmo, conseguir financiamento, não é, para as suas atividades; antigamente, isso era meio que . . . é, somente . . . facilmente disponibilizado pelas cooperativas, hoje tem mais opções. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Conforme o Entrevistado 41 relata, atualmente o mercado oferece outras formas de financiamento de safra com juros reduzidos para os produtores rurais. Contudo, ao estabelecer esse tipo de relação com a cooperativa, apesar de também realizar o pagamento de juros em algumas cooperativas, o cooperado tem o benefício de aumentar o seu recebimento de sobras perante uma possível distribuição, pois o seu volume de transação com a cooperativa se torna maior, e seguindo o terceiro princípio do cooperativismo – participação econômica – a sobra será maior.

Em alguns casos, o financiamento também pode estar relacionado ao produto de interesse da cooperativa. Por exemplo, para incentivar que os produtores rurais de uvas produzam uma determinada variedade, a cooperativa pode incentivar a renovação das parreiras para uma determinada variedade de uva.

A gente tem alguns projetos, por exemplo, assim, a cooperativa está precisando de figo. Então, a gente fez uma linha de financiamento, que a gente forneceu os pés, e eles só vão começar a pagar daqui 03, 04 anos. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Nesse sentido, é possível perceber como a escolha da estratégia de retorno que será utilizada pela cooperativa é uma decisão de nível estratégico. Da mesma maneira, a forma de evidenciação dos benefícios obtidos com o diferencial de preço na oferta de insumos e serviços também é uma estratégia importante. O Entrevistado 32 relatou, durante a entrevista, como a cooperativa apresenta esse tipo de resultado gerado aos cooperados.

E a gente mostra isso em todas as assembleias. Nós, primeiro, diz: Olha, nós fornecemos X milhões, em rações, em medicamentos, e tal, no ano. Se nós fôssemos colocar uma margem que fosse de 5 ou 10%, isso aqui representaria 10, 20 milhões, no ano; que a Cooperativa X, tipo assim, não é que abriu mão, ela já distribuiu antecipadamente na . . . no momento que ele efetivo a compra. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Assim como as cooperativas trabalham com a oferta de insumos e serviços como estratégia para atrair e fidelizar os cooperados, a concorrência tenta oferecer

também valores compatíveis com os da cooperativa, por exemplo, os grandes players ofertando assistência técnica com a compra de insumos. Contudo, o diferencial da cooperativa está no amplo mix de benefícios que oferece.

Na verdade, eu acho que . . . eu fui cooperado muito tempo na cooperativa de café; e, na realidade, você procura a cooperativa para ter acesso a informação e assistência técnica, e ter acesso a insumos. Tá? E ter acesso a insumos de qualidade. Logo depois disso vem uma . . . uma segunda pergunta: Se esse preço é bom ou não, ou se é melhor em outro lugar. Mas, de repente, o drive para . . . para chegar na cooperativa é a possibilidade de você ter acesso a assistência técnica, acesso a insumos e acesso à venda do produto. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Por estimular os concorrentes a oferecerem insumos e serviços compatíveis aos ofertados pela cooperativa, pode-se dizer que a organização tem a função de atuar como reguladora de preço da região.

É importante a ação das cooperativas; principalmente, para equalizar; se hoje os preços estão sendo praticados dentro de uma realidade, muito se deve a participação das cooperativas. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Reguladora de Preços]

A cooperativa é uma balizadora de mercado, uma reguladora de mercado. E isso, eu diria, até tenho comigo, que é um dos elementos importantíssimos, não é, em termos de benefício, e que é muito difícil de ser mensurado. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Reguladora de Preços]

Ela baliza, tanto na venda, quanto nos insumos, para o associado adquirir. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Reguladora de Preços]

Só de regulador de preço, já justificaria a presença da cooperativa. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Reguladora de Preços]

Em muitos casos, quando a cooperativa estabelece um determinado preço para a receber a produção do cooperado, ou ofertar insumos e serviços, ocorre um movimento das empresas concorrentes. Conforme destacado pelo Entrevistado 1 e pelo Entrevistado 12, é comum em algumas localidades o preço da cooperativa ser utilizado como referência e ser acrescido de um determinado valor pelas empresas como forma de atrair a entrega da produção dos cooperados e terceiros.

E na questão do produto, da entrega do produto, aí nas visitas que a gente faz no Interior, a gente observa muito isso, que tem uma . . . uma linguagem, até que o pessoal fala, assim, que a cooperativa baliza o preço; porque se eu entregar na cooperativa, a linguagem popular que se diz, é: É aquele preço. Não é? . . . mas se eu entregar na empresa do lado, um cerealista, ou qualquer outra empresa, é o preço da cooperativa mais R\$ 0,50, ou mais R\$ 1,00. Ou seja, ela estabelece. Isso é muito tranquilamente . . . se escuta até na . . . nos comunicados de rádio, no Interior: O preço da cooperativa, mais alguma coisa. Para poder conquistar aquele produtor da cooperativa. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Reguladora de Preços]

O que eles colocavam na pedra, e no programa de rádio, todas as manhãs: Qual é o preço da banana? R\$ 0,50, R\$ 0,60, R\$ 0,70. E os caminhoneiros de Três Cachoeiras, eram centenas de caminhoneiros. . . . Eles iam lá nos colonos, oferecessem, em vez de R\$ 0,50, que era o preço da cooperativa . . . 'Não, a cooperativa tem R\$ 0,50, eu quero R\$ 0,55'. Essa era a lógica, a cooperativa era garantido. Sempre, ao longo de toda a sua história, era garantidora do preço melhor para todos os produtores. Anunciado em rádio, anunciado na pedra da cooperativa, todos tinham, era uma regra, tinha que seguir essa regra. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Reguladora de Preços]

Da mesma forma, a cooperativa também auxilia na manutenção ou redução do preço dos insumos ou serviços na região. A cooperativa se torna o limite de preço ou a referência do limite que pode ser cobrado dos cooperados e terceiros.

A questão de outras . . . a questão mesmo do preço que a cooperativa, quando ela atua no mercado, é . . . se não tivesse a cooperativa, as outras empresas poderiam praticar um valor muito menor do que elas praticam; então, a cooperativa, também, serve como um balizador nessas . . . dos valores, dos preços, não é, numa região, que a gente vê isso claramente. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Reguladora de Preços]

Só quando faltar a cooperativa, você vai saber, não é; que, certamente, aonde não tem cooperativa, onde só tem . . . os preços são maiores, com certeza, na Área de Insumos. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Reguladora de Preços]

Assim como os cooperados, os terceiros também se beneficiam da função de regulação de preço realizada pela cooperativa. Afinal, o valor da cota capital raramente é um impedimento para o ingresso de produtores rurais em sociedades cooperativas, e quando o preço oferecido pelos concorrentes não iguala ou supera ao da cooperativa, o terceiro pode optar por ingressar na cooperativa.

E eu tenho dito, também, assim, ó: Que, muitas vezes, o não associado se beneficia da cooperativa, tanto quanto o associado. Não é? O não associado também ele se beneficia, porque ele tem a cooperativa como um parâmetro, tanto . . . É, regulador de preço; tanto, na hora de comprar os insumos; como, na hora de vender a sua produção. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Reguladora de Preços]

Em mercados onde a cooperativa atua como reguladora de preço, estratégias que trabalham com o preço de produtos, insumos e serviços não serão viáveis de serem implementadas, pois o cooperado tende a não perceber esse tipo de retorno oferecido pela cooperativa, tendo em vista que os concorrentes irão aumentar o preço conforme a cooperativa também aumenta, no caso dos produtos dos cooperados, ou reduz o preço no caso de insumos e serviços.

Então, diante dessa percepção da perda de recebimento, não é, pela concorrência, a pagar um valor acima do preço da cooperativa, já que a cooperativa é usada como balizador de preço, não é; e, então, a gente estabeleceu uma metodologia diferente. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Reguladora de Preços]

Essa é mais uma razão para compreender a decisão sobre as formas de retornos que serão praticadas pela cooperativa como uma decisão estratégica. Em mercados em que a cooperativa é reguladora de preços, atuar com estratégias baseadas no preço poderá comprometer a saúde financeira da cooperativa e não gerar o retorno esperado de atração e fidelização dos cooperados, afinal, a percepção desse benefício será comprometida.

Dentre os retornos estudados pela presente tese, o único que não foi citado diretamente e de forma voluntária pelos entrevistados foi a estratégia de juros sobre o capital próprio, todas as demais, que são passíveis de mensuração, são tratadas pela pesquisa.

No decorrer da análise realizada na categoria identificada como “benefícios”, ficou evidente que, quanto maior o impacto econômico e financeiro do retorno, maior é o destaque dado pelos entrevistados como motivo ou estímulo para o ingresso e manutenção do cooperado na cooperativa. Os relatos abaixo corroboram tal afirmação.

Acho que, muitas vezes, ele entra pensando na . . . no retorno das sobras. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Retorno econômico]

É aquilo que eu falei para você no início, não é. Os benefícios, é: A contribuição desse ente chamado cooperativa para a melhoria de renda dele. . . . Então, está vinculado tudo a geração de renda para o cara. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Retorno econômico]

Mas eu acho que o primeiro é financeiro, mas os outros vêm interligados. Os cooperados percebem esse valor, mas também tem o incentivo financeiro para isso. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Retorno econômico]

Então, basicamente, a entrada desses produtores, e essa . . . esse início foi por questão econômica; mas, claro, pode existir outros fatores; mas, eu vejo muito, assim, talvez o foco principal do cooperativismo, assim, é essa questão econômica. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Retorno econômico]

Muitos procuram ainda apenas pela questão econômica, não é? . . . muitos produtores ainda buscam a cooperativa apenas por vantagens econômicas, mesmo. Não é? E aí essa questão de desenvolvimento regional, e a ideia do ‘crescermos juntos’, nem sempre é colocado em prática, não é, pelo próprio produtor. Eu acho que eu não sei, se . . . se é isso que motiva mais ele, hoje em dia. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Retorno econômico]

Conforme o destacado ao longo da categoria “Benefícios”, e também das categorias já apresentadas “Alocação do direito de controle”; e, “Assimetria de informação”, a contabilidade tem o papel de fornecer informações sobre os benefícios que uma cooperativa pode oferecer aos seus cooperados, seja por meio do retorno na figura da atuação do cooperado como proprietário, ou como usuário da cooperativa. Somente em posse dessa informação, o cooperado poderá ter a percepção da totalidade dos retornos econômicos e sociais que são gerados pela cooperativa em seu favor.

Com o intuito de explorar como a contabilidade auxilia a tomada de decisão dos cooperados e também das sociedades cooperativas, o item 4.3.4 é apresentado na sequência.

4.3.4 Contabilidade e tomada de decisão

A contabilidade tem como propósito fornecer informações contábil-financeiras que sejam úteis para a tomada de decisão dos seus usuários, sendo que um dos públicos identificados como prioritários são os investidores existentes e em potencial que, nas cooperativas, são denominados cooperados. Para tanto, com o objetivo de que os cooperados tenham acesso às informações contábil-financeiras geradas pelas cooperativas, a Lei nº 5.764/71 determina a existência da assembleia geral ordinária (AGO), que deve ocorrer anualmente nos três primeiros meses após o término do exercício social.

Na assembleia geral ordinária, dentre os assuntos que devem constar na ordem do dia, conforme o art. 44, inciso I, a cooperativa deve realizar a prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do conselho fiscal, sendo que nesse momento devem ser apresentados o relatório de gestão, o balanço e o demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas.

Sendo assim, em teoria, pelo menos uma vez ao ano os cooperados devem ser apresentados às informações contábil-financeiras durante a AGO, sob responsabilidade da cooperativa. Usualmente, as assembleias gerais são conduzidas pelo presidente do conselho ou diretor executivo da cooperativa, cabendo o momento da prestação de contas ao contador da cooperativa. Cabe a esses agentes econômicos realizarem a apresentação das informações de forma a maximizar a

compreensão do cooperado, sendo essa uma das características qualitativas das informações contábil-financeiras descritas no CPC 00 (2011).

Contudo, o cooperado pode encontrar dificuldades em compreender as informações que são apresentadas, conforme relatado pelos Entrevistados 17 e 19, o que demonstra que o objetivo da contabilidade pode não estar sendo alcançado.

[A contabilidade] É um bicho de sete cabeças, porque, que nem você falou, que eles . . . eles vêm com tudo pronto, ninguém nem quer perguntar. Está tudo pronto, só vai . . . você só vai lá e diz Amém; daí, então, para nós, a contabilidade, ainda é restrito. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Acho que não, porque o associado não . . . não tem contato com contabilidade; é um setor dentro da cooperativa, e . . . e maioria dos associados, não sabe como é que funciona e não participa disso aí. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Pela falta de compreensão da informação gerada pela contabilidade, esta é tida como complexa e inadequada para cooperativas, conforme o Entrevistado 14 argumenta.

[A contabilidade] é muito fechada. É extremamente . . . eu vou te falar a palavra, é mais . . . mais uma política de empresa do que uma política de cooperativismo, dentro da contabilidade; é quase muito pouca informação, bem complexa, ela não é voltada para uma cooperativa, e sim para uma empresa privada. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Os cooperados tendem a compreender a importância da informação gerada pela contabilidade, contudo, em alguns casos, os termos técnicos que são utilizados e apresentados podem prejudicar a sua compreensão.

Mas eu sempre gostei muito de contabilidade, sempre . . . eu tenho uma propriedade, eu acho que a coisa que é mais útil, é Fluxo de Caixa, ver se a atividade que eu estou desenvolvendo está rendendo alguma coisa; então, isso tudo é muito importante, senão não consegue conduzir. A contabilidade tem, principalmente, a clareza de informações; às vezes, os termos técnicos complicam, né; mas a nossa cooperativa tem apresentado, né. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Essa dificuldade de compreensão pode ocasionar um desestímulo à utilização das informações contábil-financeiras por parte do cooperado, conforme a percepção apresentada pelo Entrevistado 38.

Das agropecuárias, de que o pessoal tem uma limitação muito grande ainda, de . . . de ler, de entender, de compreender, não é, as Demonstrações Contábeis, no seu formato padrão. Tá? É, inclusive, sinceramente, olha, eu tenho dúvidas, se algum cooperado, de alguma cooperativa agropecuária, algum dia, leu uma nota explicativa. Não é? Ou deu

atenção para algumas das peças contábeis que ali são divulgadas. [Entrevistado 38 – Conselho Fiscal – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Outro fator que pode afetar a compreensão é a frequência com a qual o contato com as peças contábeis ocorre. Algumas cooperativas agropecuárias seguem somente o determinado pela lei, ofertando o contato uma vez ao ano no momento da assembleia com a prestação de contas e a entrega das demonstrações financeiras. Contudo, pelo fato de a contabilidade não estar presente na prática diária dos produtores rurais, um único momento para apresentar todas as informações acaba não sendo efetivo para compreensão dos cooperados, conforme o Entrevistado 10 apresenta.

Eu acho que a contabilidade, na verdade, ela, o . . . o formato como se comunica, as informações, para o associado, é . . . acredito que a contabilidade é vista no momento do encerramento do ano. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Prestação de Contas]

As críticas ao processo de prestação de contas durante a assembleia geral também estão relacionadas ao excesso de informação que são apresentadas em um curto espaço de tempo, o que demonstra complexidade e não auxilia a compreensão dos cooperados.

Não compreende, porque é tanta coisa numa Assembleia, são tantos números numa Assembleia, certo? Mesmo que tenham umas ideias, não é; quando chega na Assembleia, as coisas, é . . . é: Tu aprova; ou, tu não aprova. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

Na Assembleia, eu vejo que as cooperativas procuram apresentar alguns dados, enfim; mas é difícil para o público leigo entender, não é; se isso não tiver muito bem explicado, a situação financeira, enfim, da cooperativa, é uma coisa bastante complexa; eu acho, que, inclusive, a forma de prestar contas, sabe; ela tem que ser revista. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Prestação de Contas]

Por exemplo, vamos ver, uma Assembleia de Prestação de Contas, uma AGO. O cooperado vai na assembleia, ele recebe um volume muito grande de informações, em um único momento, ele não consegue processar essas informações, e ele não tem, também, conhecimento técnico para questionar. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

É necessário destacar que a prestação de contas deve ser aprovada em assembleia geral, sendo esse o momento para o cooperado realizar indagações sobre as demonstrações que estão sendo apresentadas. Contudo, sem compreender as informações contábil-financeiras, as indagações tornam-se limitadas e a aprovação

pode ocorrer mesmo sem a devida análise crítica ou validação das informações pelos proprietários.

Cabe destacar que, nos casos em que a cooperativa não disponibiliza com antecedência as demonstrações contábeis, esse processo de aprovação torna-se ainda mais comprometido, conforme relatado pelo Entrevistado 23.

Agora, por outro lado, veja bem, apesar disso ser bastante claro, isso não é claro, para aquelas pessoas que trabalham com contabilidade e não conhecem cooperativas . . . que isso não é claro para o produtor rural que está na Assembleia Geral, recebendo lá um Balanço, que ele não conhece, com 5 transparências, dizendo que o Passivo, do Ativo da . . . do Patrimônio, está bom, e tal; e quem está aprovando, levanta a mão; quem, não sei o que, fique como está; e terminou ali. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

Para possibilitar um maior nível de senso crítico nesse processo é necessário que os cooperados tenham o mínimo de conhecimento contábil e, para tanto, é necessário que a cooperativa invista em educação.

Eu acho que a . . . talvez, a forma de prestar conta, é . . . é um pouco complexa, assim; o cooperado não tem o conhecimento básico. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

A educação contábil poderia reduzir a complexidade no processo de apresentação das informações aos cooperados, corroborando com o aumento da compreensão e, conseqüentemente, com o alcance do objetivo da contabilidade.

Outro fator que foi apontado como positivo para melhorar o processo de discussão e compreensão das informações que são apresentadas é a realização de pré-assembleias, conhecidas em algumas cooperativas como assembleias regionais.

A realização de pré-assembleias é uma prática adotada de forma preliminar à realização da assembleia geral ordinária, com o objetivo de fortalecer a participação e o ativismo dos cooperados durante o processo de discussão dos assuntos constantes da pauta da assembleia. A presença na assembleia geral por parte do cooperado ainda é obrigatória, a menos que as pré-assembleias sejam consideradas assembleias de núcleo com delegados – permitido, em cooperativas com mais de três mil associados ou naquelas com associados residindo a mais de cinquenta quilômetros de sua sede, – cuja representação em assembleia geral irá ocorrer por delegados.

Os relatos dos Entrevistados 1, 28 e 39 corroboram com a afirmação de que ambientes com um menor público podem incentivar a participação ativa de mais cooperados.

Então, eu acho que no momento que se apresenta, numa mini Assembleia, aquelas Assembleias Regionais, ou Assembleia Geral, aí sim, ele percebe isso [contabilidade]; mas eu acho que há um distanciamento muito grande, porque isso acontece uma vez por ano. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Prestação de Contas]

E daí nós temos uma reunião com 50, 80, 100 pessoas, dentro de uma sala; é, do lado da casa do associado. Então, ele está muito mais à vontade, para levantar o dedo, conversar, antes da reunião, depois da reunião, não é? Do que na Assembleia Geral, que vai vir depois dali, e vai ser muito formal, não é? [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Prestação de Contas]

É, na verdade, a gente, hoje, faz três rodadas de reuniões, nos Núcleos, para fazer a prestação de contas. O envolvimento do associado, a gente entende que, nas Reuniões de Núcleo, ele é mais efetivo, a participação é maior. E na Assembleia, ela é mais decisória ali, não é, de deliberação mesmo, e não tem muito questionamento na Assembleia. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Da mesma forma, o Entrevistado 43 demonstra preocupação em gerar oportunidades para que os cooperados participem da assembleia e mesmo que não compreendam a prestação de contas, pelo menos sintam-se informados do andamento do desempenho financeiro e econômico da cooperativa.

Porque, assim, a cooperativa está organizada em núcleos distribuídos, geograficamente; e a gente faz, tradicionalmente, três rodadas, de reuniões de núcleos, todos os anos; e em todas as reuniões, a gente leva a situação da cooperativa, em números, com indicadores. Como é que está a situação de vendas, situação de estoques, o planejamento estratégico, a realização do planejamento estratégico, as perspectivas da cooperativa, os investimentos que ela está fazendo, o resultado que esse investimento está dando. Então, o sócio pode não entender muito bem esses números, mas ele está acompanhando, ele sabe o que está acontecendo. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Prestação de Contas]

É importante destacar que cabe à administração da cooperativa realizar esforços para assegurar a efetiva representatividade e participação dos associados nas deliberações da assembleia, o que traz como consequência a implementação de mecanismos de incentivo ou punição aos cooperados.

Considerando a relação de agência, esse aspecto pode ser visto como contraditório, afinal o agente deve estimular participação e o ativismo dos cooperados, que justamente irão avaliar o seu desempenho. Por essa razão, na visão de alguns entrevistados, quem deveria realizar o reporte da informação contábil-financeira também pode distorcer ou omitir informações a seu favor.

Na assembleia? Não, é muito mais aquela: Ó, vou mostrar os números positivos, e tal. Porque, infelizmente, o cooperado, tu vai lá e mostra 10, 9 pontos positivos, de tudo o que aconteceu; e tu joga 1 ponto negativo, que pode ter ocorrido, por algum motivo, que não foi proposital, mas aconteceu . . . ele vai levar o ponto negativo. Ele vai fazer a crítica em cima. Então, acaba sendo assim, ó, levando para o associado mais só os pontos positivos mesmo, não é. Mercado, em tanto; e isso gerou um benefício de tanto. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Prestação de Contas]

Esse número a gente deixa para cá, o outro a gente põe no negrito, sabe? O que vai no negrito, já tem a ideia do que o que vai no negrito, é para deixar o outro meio . . . escondido bem no fundo da tela, porque se ninguém . . . eu não estou fazendo nada, sabe? Mas se ninguém perguntar, ninguém perguntou. Você entende? [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

Por essa razão, torna-se fundamental que os cooperados detenham o conhecimento contábil necessário para realizar as indagações adequadas. Da mesma forma, é esperado que o conselho fiscal possua tal conhecimento e avalie as demonstrações financeiras resguardando o interesse dos cooperados.

Assim, dentre o grupo de cooperados, é esperado que os associados pertencentes ao conselho fiscal sejam os que possuem maior conhecimento e acesso à contabilidade, afinal, dentre as suas atribuições previstas em lei, está emitir o parecer sobre os relatórios contábeis.

A gente, agora, que está tendo [acesso a contabilidade]. O Conselho, por exemplo, a gente está acompanhando, todo mês, a gente sabe, o balanço que está dando, o lucro que está dando; então, a gente está a par. Por exemplo, a de grãos, eu, dificilmente; a não ser na época de Assembleia. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Prestação de Contas]

Depois tu pergunta para o Conselho Fiscal . . . Nós temos até Reunião. Nós já temos o Calendário de Reuniões, para apresentar o Balanço nas comunidades, onde os produtores moram. Então, vai o Contador, faz Ativo e Passivo; e vou eu, que daí traduzo o que o Contador falou. “Então, pessoal, a soja foi bem, vocês já viram, deu isso, deu aquilo, foi mais ou menos, foi melhor. O mercado está assim, o mercado está assado. Isso aqui foi assim, foi assado. Isso aqui, isso aqui funcionou bem, isso aqui funcionou mal”. Não é? E daí a gente faz em todos os núcleos, antes da Assembleia. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Prestação de Contas]

Porém, conforme o relato do Entrevistado 18, o contato com a contabilidade é limitado até mesmo para conselheiros, ocorrendo poucas vezes no ano além do momento da assembleia geral.

Não, isso [contato com a contabilidade] é, vamos dizer, duas vezes, por ano, né. Daí tem essa reunião, que é apresentado; e depois, na Assembleia final. [Entrevistado 18 – Conselho Fiscal – Código: Prestação de Contas]

Eu, no caso de Conselheiro, já sei um pouco mais; mas, como associado, ela é muito restrita, né. Fica mais no dia da prestação de contas mesmo. E daí a gente não sabe nada

lá . . . E daí é que nem ele falou, só diz Amém, e pronto. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Prestação de Contas]

Esse é um cenário preocupante nas sociedades cooperativas. Conforme relatado, a compreensão do cooperado sobre as informações contábil-financeiras é limitada, assim, é esperado que pelo menos o conselho fiscal como órgão fiscalizador e que emite o parecer sobre as demonstrações tenha o conhecimento necessário para função e o contato com as informações. Quando isso não ocorre, o cooperado tende a ficar sujeito ao oportunismo de gestor.

É difícil, não é; porque, às vezes, ele não sabe . . . não é que tu mascara; ali, na contabilidade, tem muitas coisas que não ficam claras, não é. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

E os balanços, muitas vezes, são maquiados, ou são mostra . . . os resultados, assim, não é; ou são mostrados de forma, assim, que o . . . que a pessoa que está participando ali, que ela não consiga perceber logo, de pronto, sabe? Não consiga ver realmente o quê que está por trás daqueles números. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Mesmo a assembleia geral sendo um espaço previsto em lei para redução da assimetria de informação e execução do segundo princípio do cooperativismo, o foco desse momento, muitas vezes, não está no processo de prestação de contas, mas sim, nas estratégias de atração para a AGO que são utilizadas pelas cooperativas, tais como confraternizações e premiações.

É todo mundo ansioso na reunião, esperando o churrasco. Né? Então, o pessoal aprova e vai embora, né. Então, eu acho que não, eu acho que a apresentação de um balanço, né, eles dão aquela análise do que deu lucro, né; o quê que está acontecendo, isso e aquilo, é rápido. Eu acho que deveria de ter um pouquinho mais de transparência. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Prestação de Contas]

Eu sempre brinco com o pessoal, eu digo assim: Faz Assembleia Geral Ordinária, fica no conversê, e quando o churrasco começa a dar um cheirinho; então, vem os assuntos mais importantes, que é para aprovar rápido. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Com o foco atrelado a outros aspectos, o momento da prestação de contas é reduzido e exige agilidade do contador em apresentar as informações contábil-financeiras e as peças contábeis.

Quando vem a Contabilidade, eu tenho que ser ágil; então, eu não tenho como levar uma coisa muito aberta. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Prestação de Contas]

A gente procura ser um pouco mais, assim, sucinto ali também, não abrir assim muito, porque fica muito pesado, muito, né. A gente disponibiliza material, assim, tal, mas não fala sobre eles. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Prestação de Contas]

É importante destacar que, mesmo que a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas não gerem tanto resultado, esse ritual da AGO deve ser cumprido conforme determinado pela Lei nº 5.764/71.

Ah, sim. Sim. Eu, particularmente, quando eu vejo que é apresentado a contabilidade, aqueles números grandes, falando lá - Entrada e Saída, Ativo e Passivo -, os produtores não . . . não conseguem, todos eles, captarem. Então, nós fizemos, antes de apresentar o Balanço, eu faço uma apresentação de relatório individualizado, bem aberto, bem entendido, bem transparente, em tudo; e depois, a gente apresenta o Balanço; porque tem que ser apresentado . . . porque tem que ser apresentado. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Com base no contexto apresentado até o momento, a questão pertinente é compreender como os cooperados tomam as decisões exigidas durante a assembleia geral. De acordo com os Entrevistados 26 e 39, justamente por esse contexto de incompreensão da informação contábil-financeira por parte do cooperado e algumas vezes omissão da informação por parte da gestão, o comportamento do cooperado é se esquivar da tomada de decisão.

Eles fogem da decisão. Isso que é importante, aqui, os itens importantes, que teria que fazer uma análise mais detalhada, acabam, nessa prestação de conta, acabam ficando de lado, indo muito em cima do . . . dos outros assuntos, sem caráter deliberativo. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Mas, ainda, a gente entende que a participação é pequena, no sentido de questionamento, de intervir, de entender; porque a idade média do nosso sócio, ela está, hoje, em 56 anos; e são produtores rurais, a gente entende, não é; então, a dificuldade de . . . eles não fazem nem gestão da sua própria propriedade. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Contudo, os entrevistados destacam que há um interesse em comum durante o processo de prestação de contas, que é a informação sobre o resultado do período.

A Lei nº 5.764/71, artigo 44, inciso II, determina que a destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas deve ser decidida em AGO, quando a destinação não constar previamente no estatuto social da cooperativa. Sendo assim, após a apresentação das peças contábeis, essa informação deve ser apresentada aos cooperados e, tendo em vista o impacto financeiro que traz, o interesse é perceptível.

Não é? Hoje, a prestação de contas é o balanço, não é; o relatório, da Administração, ele . . . ele . . . tem meia dúzia na sala, e quando apresenta ali o relatório, da Administração. Aí quando está no item “Destinação das Sobras”, a sala enche. Surge os cooperados dos canto, que vieram ali para a assembleia para ver quanto ele vai levar de sobras. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Pela nossa experiência lá, os nossos associados, eles querem ver a última linha do balanço. Infelizmente, é isso. Para ti ter uma ideia, por exemplo, eu sempre faço a apresentação do balanço, do DRE. E aí quando tu vai passar, por exemplo, para uma demonstração seguinte, os caras: ‘Está ótimo já, o Balanço DRE já traz todas as informações que a gente precisa’. Eles não querem ver nem indicadores, por exemplo. Assim, eu estou falando de Assembleia, tá? . . . Está suficiente. Está suficiente. É muito mais importante para eles, nas nossas assembleias, o Relatório da Administração, que vai falar das grandes ações, dos projetos, dos investimentos; do que, necessariamente, do recorte das demonstrações financeiras. Eles querem enxergar lucro, as sobras, eles querem saber qual é a destinação daquelas sobras, qual é a proposta, o quê que se . . . o quê que se pretende fazer, e deliberam sobre isso, e é o suficiente. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Claro que tem, por exemplo, o Conselho. Tu tem o Conselho Fiscal, que tem que ser atuante, tem que olhar, tem que fazer o monitoramento de outros itens; mas, em se tratando de Assembleia . . . e assim, quando eu estou falando da Cooperativa X, os associados que estão lá, além de serem produtores rurais, eles são presidentes de cooperativas, pessoas que têm, assim, uma condição de entendimento maior do que eu pegar de uma cooperativa singular, que vai ser pessoas de vários níveis de conhecimento distintos. Sinceramente, eles querem . . . é o mesmo sentimento, eles querem enxergar a última linha; e se tu tenta mostrar alguma coisa a mais: Não. Não. Está ótimo. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Conforme destacado no item 4.3.2.1, a percepção do cooperado sobre os retornos gerados pelas sociedades cooperativas está, muitas vezes, restrita à estratégia das sobras. Assim, o benefício que o cooperado percebe é vinculado a essa única estratégia que é apresentada a eles durante a AGO e, em alguns casos, serão consultados nesse momento sobre o processo de distribuição desse benefício percebido. Portanto, o interesse nessa informação contábil-financeira é esperado e compreensível. Contudo, o desafio está em demonstrar a totalidade dos benefícios que são gerados ao cooperado por meio das estratégias de retorno selecionadas pela cooperativa.

O foco, nas sociedades cooperativas, não deve estar restrito à “última linha da Demonstração de Sobras ou Perdas”, mas sim, desde a sua primeira linha, que poderá demonstrar o retorno que o cooperado já obteve como cliente da cooperativa ao adquirir insumos e serviços a preço menor do que o do mercado. Ou então, na linha que evidencia o custo da mercadoria vendida, que poderá fazer com que ele compreenda por que o custo da cooperativa pode ter aumentado pelo aumento do

preço pago ao produto do produtor, e aos decréscimos que podem existir em função da despesa com assistências prestadas aos cooperados.

E nesse ponto é que eu entendo, que a contabilidade não expressa, para o cooperado e nem para a sociedade, nem para quem vai fazer a análise das cooperativas, o real . . . a produção de resultado. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Conforme o relato do Entrevistado 5, a própria estrutura e o processo contábil que é realizado hoje não favorecem que o cooperado perceba e mensure esses benefícios que são gerados a partir de estratégias de retorno que diferem das sobras. Conforme apresentado no item 2.2.3.1, a teoria por trás das demonstrações financeiras, a concepção teórica para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são baseadas na teoria da firma, o que limita a percepção dos retornos por outras atuações dos cooperados que sejam distintas da propriedade.

É muito mais para a empresa, não é; porque senão não teria a minha tese. Porque a minha tese, eu estudo se o cooperado percebe o valor na cooperativa. É isso que eu estudo, se ele percebe o valor e não só de operações financeiras; lógico . . . Eu acho que ele percebe mais o valor não é . . . Ele percebe, de fato. Vamos com calma. Ele percebe muito valor na cooperativa. Não tenho dúvida. É, o que falta são instrumentos que demonstrem esse valor, que evidenciem e mensurem, e que evidenciem, esse valor. Isso não tem. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Visão sobre a contabilidade e contador]

Como alterar o cenário da AGO e possibilitar que a contabilidade seja um instrumento informacional útil para a tomada de decisão dos cooperados, consequentemente, reduzindo a assimetria de informação existente hoje entre os agentes e os principais deve ser uma preocupação também de órgãos reguladores e normatizadores. Para o Entrevistado 30, mesmo compreendendo que a informação não chega aos cooperados, alterações nesse processo não são vislumbradas.

A informação poderia chegar melhor ao cooperado, mas realmente ela não chega. Ela vai chegar no fim do ano, na Assembleia, quando é . . . tem todo o Balanço, aí tu abre ali. Mas acredito que não . . . não tem outra forma, não é? Não tem. Eu acho que outra forma . . . não tem para os associados, não. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Prestação de Contas]

Nesse sentido, torna-se interessante compartilhar práticas relatadas pelos entrevistados que já são adotadas por algumas sociedades cooperativas que perceberam essa lacuna e buscam aprimorar as estratégias de comunicação com os cooperados.

Mas, assim, a gente já vem tentando seguir um padrão; ou seja, sempre mostrando, para ele, do mesmo jeito. Pegando, assim: Ah, um ano, a gente mostra de um jeito; no outro ano, a gente mostra de outro, que daí . . . assim, você tenta para que ele, pelo menos, assim, nem que seja o visual, não é, que ele vá sempre seguindo um visual igual, para que ele consiga se inteirar naquilo. É, para fins, assim, de análise, digamos, dos . . . das Demonstrações Contábeis, a gente utiliza mais, de forma sintética, as contas ali de Ativo, disponibilidades; Imobilizado, Passivo, as principais contas, e tal. No DSP, também, ali, faturamento e as despesas são destacados. Mas o que a gente mostra, depois, em gráfico, tem sido a evolução das vendas, não é, e mostra isso em gráfico; a participação dos produtos, em gráfico. Isso, que tenta colocar mais, de uma forma mais ilustrativa para eles. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Mas, assim, na Assembleia, antes de apresentar o Balanço, a gente faz a apresentação, primeiro, de todos os quadros, de forma aberta, por unidade de negócio, por movimento, por cada . . . por cada setor; e a gente dá uma transparência e dá uma visualização, desde fluxo de caixa, desde liquidez, desde do movimento, de faturamento, de resultado, de investimentos para cada negócio. Quadros abertos e de fácil entendimento. Olhou, visualizou, ele tem que entender. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Prestação de Contas]

No caso das cooperativas de crédito, conforme o relato do Entrevistado 11, já há esforços inclusive para demonstrar os retornos econômicos que são obtidos por outras estratégias de retorno.

As cooperativas de crédito, quando elas fazem a prestação de contas, elas procuram mensurar isso, dizendo o seguinte: Olha, durante o ano, a cooperativa não cobrou taxas de serviço assim, assim e isso significou um ganho para o cooperado de tanto. Ela cobrou uma taxa média no cheque especial, no empréstimo, no financiamento, etc.; uma taxa menor do que a taxa de mercado, em tanto; e isso gerou um benefício de tanto. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Prestação de Contas]

Da mesma forma, o Entrevistado 24 já demonstra iniciativas realizadas pelas cooperativas agropecuárias como forma de expor os benefícios que o cooperado obtém comercializando a sua produção com a cooperativa e obtendo retornos maiores do que no mercado.

O quê que a gente faz? Na nossa apresentação, da Assembleia, a gente leva o . . . sempre é um histórico do preço para o produtor e do preço de venda. Para ele ter essa análise, e a gente . . . muitas vezes, a gente explora muito isso, diz assim, ó: Gente, olha aqui, ó. A gente pagou mais, o preço do CEPEA era esse aqui, o que a cooperativa praticou foi esse aqui. Então, a gente busca mostrar para eles isso. Então, também é uma forma de incentivo, para eles verem; porque eles são imediatistas, Paola. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Iniciativas como essas demonstram que é possível mensurar e evidenciar os retornos econômicos e sociais, mesmo que de forma gerencial, o que corrobora com a viabilidade de incorporar tais informações contábil-financeiras na contabilidade societária também, conforme proposta da presente tese.

Tendo como base que o interesse dos cooperados durante a realização do processo de prestação de contas é direcionado para o resultado do período e a parcela de sobras que irão receber, é possível dizer que a informação sobre a totalidade dos retornos que são oferecidos pela cooperativa também será de interesse dos cooperados.

Assim, compreender qual o interesse dos cooperados e estabelecer uma comunicação adequada com o intuito de reduzir a assimetria de informação deve ser um propósito da cooperativa.

O processo de comunicação tem que ser adequado à linguagem do produtor, do associado da cooperativa; senão, essa informação, ela não . . . não vai ter uma utilidade para ele. Ou, ele não vai entender o quê que é que está tentando levar para ele de informação, não é. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Prestação de Contas]

E, às vezes, precisam ser aprovadas questões bem delicadas, e como . . . como você diz, a linguagem, a . . . até essa forma, às vezes, mais para o técnico, assim, sabe, de mostrar os resultados, enaltecer, 'que a cooperativa gerou tantos . . . deu tanto de retorno; é, tem tantos empregos diretos e indiretos'; enfim, não é, o quê que está movimentando. Então, tem uma dificuldade, assim, não é, de mostrar aquilo; e aí quando chega na hora da aprovação, a pessoa... isso é jogo, não é? [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Prestação de Contas]

Essa já é uma preocupação dos presidentes e executivos das cooperativas, conforme pode ser observado pelo Entrevistado 31.

Tá? Isso é muito claro. E aí o formato que, às vezes, se utiliza, eu já participei de algumas Assembleias de Prestação de Contas, que a gente está lá no meio do . . . do público, não é, é assim: Gente, está fazendo aquilo, eu não estou entendendo nada, eu não sei nem o quê que estão querendo falar com isso. Por que? Também, quando tu vai repassar as informações para o agricultor, a linguagem não está apropriada. . . . Então, o gestor, é . . . eu acho que nós temos que fazer uma outra coisa, nesse sentido, o gestor tem que fazer, uma transparência e uma exposição diferente e mais didática dos balanços. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Prestação de Contas]

Da mesma forma, pelo relato do Entrevistado 24, podemos perceber como se dá a explicação das informações contábil-financeiras que já estão nas demonstrações financeiras, mas precisam ser traduzidas para os cooperados de uma forma mais compreensível.

O quê que a gente fez? Tipo assim, eu não posso fugir do que está no edital, eu . . . eu preservei o Ativo, o Passivo, as contas de resultado, a conta disso e daquilo. Entendeu? Eu não posso nem mudar. E o DRE, também, apresentei, quem não entendeu foi eles. Só que, antes de tudo isso, eu montei alguns slides, aonde eu mostrei: Gente, a gente vendeu isso aqui de leite, o custo do leite é esse aqui, e o prejuízo para o leite foi esse aqui. A gente deveria ter vendido o dobro de leite UHT, com esse preço, para conseguir pagar essa conta aqui. Então, aqui, vocês já vão ver um pedaço do meu prejuízo. Aqui nesse momento, não

é. Gente, a cooperativa, nos últimos anos, ela não fez uma provisão de alguns créditos que ganharam, por liminar; a contabilidade, ela não era conservadora. Então, esse ano, a gente optou em botar todas as provisões em dia, para diminuir o risco da cooperativa, aumentou o prejuízo, mas a gente está Aí a gente explicou, assim, ó: Esse dinheiro a cooperativa recebeu, só que não é certo, se romper, nós não temos lugar nenhum registrado isso; então, nós registramos, esse ano, valores de anos anteriores. E aí entrou o financeiro que explicou o seguinte: 'A cooperativa pegou x valor emprestado, que ela emprestou, que eu citei, que ela pegou emprestado, não é? A cooperativa emprestou tanto de banco, e por causa dessa taxa, que ela emprestou no banco, a gente pagou esse valor, aqui, de despesa financeira. Então, isso aqui são os juros, gente. Aqui, é juros que a gente pagou, e que a gente está pagando, está tentando renegociar esses juros'. Então, assim, a gente se preocupa em tentar ter uma linguagem, por mais técnicos que sejamos, não é; uma linguagem acessível. Só que, ao mesmo tempo, eu tenho que usar termos técnicos. Entendeu? [Entrevistado 24 – Contador – Código: Prestação de Contas]

A dificuldade na compreensão das informações contábil-financeiras não é restrita aos cooperados durante o processo de AGO, mas também é compartilhada pelos membros do conselho de administração e fiscalização, e até mesmo por diretores, dependendo do nível de profissionalização da gestão.

A gente está falando de cooperado e eu vou trazer isso para os diretores da Cooperativa X, é bem específico. No meu Report Mensal, que eu passo para a Direção, chegou num determinado momento que eles pediram, por exemplo, para eu tirar Balanço, porque o Balanço não Sabe? O quê que eu faço hoje? Eu pego as principais contas, faço gráficos, mostro elas de outra forma. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Prestação de Contas]

Para o Entrevistado 38, é preciso compreender essa limitação, afinal o dia-a-dia do conselho de administração e fiscalização nem sempre é na cooperativa acompanhando o negócio diretamente, mas sim na propriedade rural, afinal para ser parte desses órgãos é necessário que o conselheiro seja cooperado.

Logicamente, não é? Eu canso de dizer, olha, para conselheiros fiscais, não é, quando vamos nos comunicar, não é; é, para quebrar um pouco, a questão do negócio, e não gerar nenhum constrangimento, dizer o seguinte: Olha, se . . . se eu subir numa colheitadeira, eu não vou saber o que fazer. Então, vocês não se preocupem aqui, se tiver coisas que vocês não sabem o que fazer. Não é? [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

É claro que essa questão não é uma justificativa coerente para a cooperativa não investir na capacitação e profissionalização dos membros do conselho de administração e fiscalização, justamente o contrário, é uma questão que ressalta a importância de ofertar a qualificação necessária para capacitação na função, almejando que as decisões tomadas corroborem com a sustentabilidade do negócio da cooperativa e também com o interesse dos cooperados.

Nesse processo, o contador tem o importante papel de facilitar a compreensão da informação, contudo, por meio de relatos como do Entrevistado 22, talvez ele não esteja fazendo o seu papel no caso das sociedades cooperativas.

Não é? E, na verdade, hoje, o contador é um grande omissor nessa jogada; porque, na minha visão, porque ele é realmente . . . mas ele é omissor, também, por parte dos nossos dirigentes de cooperativas, porque acha que o contador é uma figura detrás do balcão. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Eu acho que o contador é um freio puxado, ele é retrovisor. Então, ele não é proativo e não enxerga para frente, ele quer se ver livre daquilo, virou a página, e olha para . . . só para aquela página, para trás, aí não . . . nem olha lá para frente. Então, é um dos grandes empecilhos, a linguagem e a dificuldade de . . . que o contador tem de se comunicar também, ele tem dificuldades enormes em fazer. Eu já cheguei em assembleias, e eu vi que a coisa não ia, e aí eu intervinha e explicava numa linguagem, que eu sei que o produtor entende. E isso faz a diferença. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Eu acho que sim, eu acho que tem muita dificuldade de repassar. De certa forma, é comunicado, mas não . . . não . . . as coisas não ficam claras, porque o repasse é mais . . . é, do ponto de vista contábil, e ele não deixa isso claro. Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Para começar, a gente tem uma deficiência muito grande, ainda, de muitos Conselhos e Diretorias; então, a prática comum é chamar o contador para fazer essa prestação de contas, quando é o momento das demonstrações. Aí entra no . . . técnico, não é; ele vai falar de Ativo, de Passivo, de coisas que o cooperado não entende; então, com certeza, precisa melhorar, para falar disso, que o cooperado entende, não é; não ficar mostrando contas, mas falar desses benefícios que foram gerados, do resultado, o quê que foi preciso ser investido, num linguajar que o cooperado entenda, porque são poucos que conseguem entender uma prestação de contas feito em cima de linguajar contábil, não é. [Entrevistado 4 – Representante de Movimento Cooperativista – Código: Prestação de Contas]

Com o intuito de buscar uma participação mais ativa do contador nesse processo de tradução da informação contábil-financeira para o cooperado, com o propósito de aumentar a sua compreensão, o Entrevistado 38 indica que é necessária uma profissionalização do contador, uma formação específica e qualificada.

E eu, então, repito, dizendo que com . . . se houvesse uma mudança de comportamento, a nível de, ah, de gestores, de administradores, exigindo um pouco mais dos profissionais. . . . Eu acho uma vergonha de dizer isso, mas eu estou falando a realidade que está aí. Não é? Melhor é que cada um tivesse as suas atitudes, e reagisse, não é, positivamente, no sentido de empreender esforços, de estudar, efetivamente. Sabemos, é claro, e é bom que se diga isso, que o estudo das normas oferece um grau de dificuldade muito alto, tá; principalmente, quando adentra para as Normas Gerais. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Com um contador qualificado e preocupado em comunicar a informação ao cooperado, também é necessário que o dirigente reconheça a importância e função da contabilidade, bem como o papel do contador.

Um dirigente que realmente reconheça o papel da contabilidade; porque tem muitos, ainda, dirigentes, que acham que a contabilidade tem que fazer o que o dirigente quer. [Entrevistado 11 – Auditor– Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Por meio dos relatos apresentados no item 4.3.4, é possível perceber que alguns pilares devem ser o caminho para que a contabilidade se torne útil no processo de decisão dos cooperados. Esses pilares estão relacionados à educação contábil dos cooperados; ao estabelecimento de uma comunicação adequada durante as AGO; à comunicação das informações contábil-financeiras de maneira frequente e com linguagem adequada; à capacitação do contador; e, à preocupação com o repasse da informação útil e com representação fidedigna.

E acho que é falta de . . . de comunicação entre as partes, primeiro. Segundo, é de se estabelecer um processo de comunicação periódico, adequado, uma transparência na administração; eu acho que isso é um ponto que peca . . . é, as administrações pecam. [Entrevistado 27 – Representante de Movimento Cooperativista – Código: Prestação de Contas]

É importante destacar que, com a NBCT 10,8 e a ITG 2004, já houve avanços importantes no processo de contabilização e evidenciação das informações contábil-financeiras, mas ainda há desafios para contabilidade, principalmente em gerar informação para o cooperado.

É, ainda existe, na cooperativa, um desconhecimento das informações que são geradas pela contabilidade. Por que? É porque a percepção que se tem é de uma contabilidade para cumprir o papel de fiscal, tributário; e, em contrapartida, se esquece que a grande contribuição da contabilidade, numa cooperativa, ela é, especialmente, gerencial. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Esses desafios são maiores no que tange ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais das cooperativas, afinal, o desafio está também na mudança da concepção das demonstrações financeiras, que são voltadas para as organizações de finalidade lucrativa.

Então, a primeira parte é essa; eu acho que a contabilidade, na minha percepção de advogado, a contabilidade é feita para as grandes empresas, a gente considera aquilo que é a finalidade das cooperativas, que é atender melhor o associado, dar retorno para o associado, numa contabilidade tradicional é vista como custo; então, parece que a cooperativa não está cumprindo com a sua função; quando, na verdade, é o oposto. . . . Eu

acho que, se a contabilidade de cooperativa conseguir capturar, captar, esses outros retornos que a cooperativa dá, ela vai ser muito mais útil numa cooperativa, do que numa empresa S.A. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Eu acho que o nosso modelo é voltado para . . . para empresa, para empresa com fins lucrativos, não é; e ela, com adaptação para a contabilidade; porque os benefícios que nós falamos, eles somem na demonstração de resultado; muitas vezes, é na forma de custo, de despesa; e não . . . o sócio, o cooperado, no caso, ele não tem a percepção de que se o custo ficou alto na conta, e sobrou menos lá na final, que aquele custo foi feito para ele; ou, que a despesa que ficou maior, que diminuiu o resultado no final, foi a Assistência que ele recebeu. Então, o modelo de demonstração não evidencia, de forma alguma, os benefícios. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Visão sobre a contabilidade ou contador]

Para discutir como as diferentes estratégias de retorno poderiam ser reconhecidas, mensuradas e evidenciadas aos cooperados e a todos os stakeholders das sociedades cooperativas, o item 4.3.5 discute quais são os aspectos que limitam esse processo e quais as experiências já realizadas pelas cooperativas, com base nos relatos obtidos e classificados na categoria “Estratégias de retorno”.

4.3.5 Estratégias de Retorno

As sociedades cooperativas podem optar por diferentes estratégias de retorno aos cooperados, seja via preço, realização da RATES ou sobras. Essa diversidade de estratégias é fruto da singularidade das sociedades cooperativas nas quais o cooperado é usuário e proprietário da cooperativa, bem como no fato de a atuação da cooperativa estar baseada no objetivo econômico e social.

A opção pela estratégia, ou mix de estratégias, de retorno que será utilizada pela cooperativa é particular de cada organização.

Tem determinadas cooperativas que estabelecem um valor de desconto para o cooperado que adquire o produto na cooperativa; e tem cooperativa que prefere trabalhar com o preço de referência do mercado, e devolver, para o cooperado, essa economia, no final, quando você gera as sobras. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Esse item explora as diferentes estratégias de retorno que podem ser utilizadas pelas sociedades cooperativas e que poderão trazer benefícios aos cooperados, sendo elas: (a) Oferta de insumos e serviços; (b) RATES; (c) Aquisição de produtos; (d) Juros sobre Capital Próprio; e, (e) Sobras. Por fim, o item oferece uma discussão

sobre a relação das estratégias e a teoria sobre zero que pode ser aplicada nas cooperativas.

4.3.5.1 Oferta de insumos e serviços

Como benefícios aos seus cooperados, as sociedades cooperativas podem optar por adotar estratégias de retorno via preço de insumos e serviços que são necessários para a propriedade do produtor rural. Os Entrevistados 15, 24, 27 e 29, relatam algumas das estratégias que são percebidas ou realizadas pelas cooperativas.

A nossa cooperativa, sempre brigando por um melhor preço de energia, para nós ter... por exemplo, o homem do campo lá precisa ter um preço bom de energia; e ela está sempre brigando para que tenhamos esse preço melhor. [Entrevistado 15 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

A cooperativa de grãos subsidia uma parte do silo dele, desde que ele compre a ração da cooperativa de grãos. Então, são coisas assim que a cooperativa de grãos conseguiu incentivar os produtores, não é, de uma forma geral; aí falando no âmbito dos nossos produtores. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Ele sabe, que ele vai ser remunerado a mais, porque nós vamos buscar esse produto lá na propriedade dele. . . . Ele é bem remunerado com isso. Ele recebe lá o frete, não é custo do produto, é um adicional no preço, porque se ele . . . se ele fosse vender no balcão . . . [Entrevistado 29 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

A gente percebe, muitas cooperativas agro têm a parte, também, do supermercado. Às vezes, a gente consegue observar, que o . . . o cooperado que compra no supermercado, muito embora não seja o maior foco da cooperativa, mas acaba sendo um bom negócio; ele enxerga. Por que? Porque tem desconto. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento do Cooperativismo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Oferta de um preço diferenciado no frete da produção até a cooperativa, armazenagem, suprimentos agrícolas ou alimentares e redução de tarifas devido ao poder de barganha, são alguns dos exemplos de políticas adotadas pelas cooperativas ao utilizarem essa estratégia de retorno.

O preço diferenciado ao cooperado, nesse caso a oferta de insumos e serviços mais baratos, é também denominado de antecipação de sobras por algumas cooperativas.

É, algumas cooperativas adotam isso, não é; na prática, é uma política de distribuição de sobras, é, antecipada. [Entrevistado 41 – Pesquisador - Código: Oferta de insumos e serviços]

A denominação dessa estratégia como antecipação das sobras reflete o impacto que o uso dessa estratégia causa nas sobras da cooperativa. Quanto maior a redução de preços praticada pela cooperativa, menor será o ingresso, e conseqüentemente, menores serão as sobras nas cooperativas. Ademais, conforme destacado no item 4.3.2.1 Percepção dos retornos pelos cooperados, a geração de sobras é uma estratégia que é percebida pelos cooperados, assim, adotar na cooperativa que os descontos concedidos ou reduções de preço comprado ao mercado são uma antecipação das sobras, pode ser favorável para que o cooperado perceba essa estratégia.

A estratégia de oferta de insumos e serviços com preço diferenciado pela cooperativa já é adotada pelas cooperativas, bem como é percebida pelo cooperado, conforme o Entrevistado 20.

Nós temos um benefício grande, hoje mesmo peguemos, a maioria, outros insumos, que a cooperativa mesmo está contribuindo . . . São mais baratos. São mais baratos. [Entrevistado 20 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

É, a gente está mudando até uns contratos, assim, para... Não é? Porque nós construímos uma estrutura para ter essa produção . . . daqui a pouco, eles saem, fica ociosa, e tal. A gente procura... pelo menos, no caso da cooperativa X; os insumos que nós fornecemos para eles, normalmente, é a custo, a gente não visa lucro em cima, no fomento agropecuário, em todo o fornecimento de insumos, nem nas rações, porque o quê que nós . . . o quê que a cooperativa X pensa? A cooperativa X quer receber a produção que ele... que seja viável a produção dele lá, não é; então, a gente fornece todos esses insumos a custo, praticamente; assim, não . . . deixa uma margenzinha, porque tem que ter ali para transporte, e tal. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

De acordo com o Entrevistado 11, há uma lógica na redução do preço ao cooperado, além de gerar o benefício a curto prazo. Para o entrevistado, como o ato cooperado não sofre a incidência de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, a operação se torna mais vantajosa para a cooperativa. Assim, esse custo que a cooperativa deixa de ter com a tributação incidente somente no ato não cooperado, deve já ser repassado ao cooperado no ato da compra do insumo ou serviço na cooperativa.

É, na Agro . . . É muito raro. Eu vou dizer uma coisa, é... a cooperativa X, é uma que eu conheço, que ela... tu vai no supermercado comprar, eu sou sócio lá eu recebo, no cupom fiscal, um desconto, como retorno de sobras; que o terceiro, não sócio, ele não recebe esse desconto. É muito raro isso. Porque isso, eu acho, de certa forma, um erro. Há muito tempo que eu digo o seguinte, ó: se tu vai no supermercado e paga o mesmo preço, cooperado e terceiro, o cooperado está pagando mais caro. Porque lá no terceiro, tem uma tributação de Imposto de Renda, Contribuição Social; em alguns, ou em muitos casos, o ato não cooperativo, ele tributa mais PIS e COFINS; que o ato cooperativo tem determinadas exclusões, que aí gera uma incidência tributária menor. Então, sobra para a cooperativa,

não é, um resultado maior na operação do cooperado do que na operação com terceiros. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Oferta de insumos e serviços]

Em algumas cooperativas, a estratégia não está restrita à redução de preços, mas sim ao subsídio do insumo e serviços que a cooperativa presta ao seu cooperado. A ocorrência de serviços gratuitos geralmente está atrelada ao armazenamento da produção que a cooperativa oferece e à assistência técnica que a cooperativa presta ao seu cooperado.

Sim [usamos o serviço de armazenamento], nós usamos toda a estrutura da cooperativa para depositar o nosso produto, no caso . . . e fazer um projeto de um financiamento de uma máquina, de um investimento, eu acho que só aí já vale a pena. Porque não tem custo para . . . Ah, tem custo nas . . . para se associar, mas mínima coisa, no caso. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

Hoje, a gente instituiu, a armazenagem de grãos é outro ponto que a gente podia . . . Benefício, não é? Armazenagem de grãos, o nosso associado não paga nada, mesmo que ele deixar. Esses dias, fizemos um levantamento, tinha um associado com soja, há 15 anos, dentro da cooperativa, que não vende. E não só um, alguns. Não é? Mas 15 anos, era um. Então, ele não . . . nunca pagou um centavo de armazenagem, não vai pagar. O nosso associado, a estrutura é dele, não é? Mas para o não associado, a gente estabeleceu que tem, é . . . tempo para faturar, da colheita até o final do ano. Então, se colheu em abril, tem até dezembro para faturar o soja; caso não fature, começa a cobrar a armazenagem. Como também, não tem desconto, previsto em lei, não é, para . . . para alguns produtos, com isenções de ICMS, eu acho, se eu não me engano, dentro do Estado, a . . . porque daí o não associado, o não cooperado, não tem esses descontos. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Para a cooperativa, esses serviços apresentam um custo, que tende a impactar diretamente nas sobras geradas. No caso do armazenamento, exige que a cooperativa ofereça uma estrutura capaz de manter a produção do cooperado pelo período de tempo acordado, e isso significa investimentos em imobilizados que passarão por manutenção e depreciação.

Só que isso não tem sido muito bom para as cooperativas, nesse caso, deles deixarem muito temo o produto lá, porque tem um custo de armazenagem; então, isso acaba onerando um pouco a estrutura da cooperativa, não é. E como, nos últimos anos, o aumento da produtividade tem sido constante; isso é possível verificar, então, aí através das pesquisas, que, cada vez mais, se tem, por hectare, um aumento da produtividade, isso tem se acrescentado cada vez mais, não é. Então, as cooperativas precisam de mais estruturas para receber o produto; principalmente, esse produto que pode ficar armazenado; e precisa de investimento. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Por outro lado, mesmo com os custos atrelados ou a redução das sobras geradas, conforme descrito ao longo do referencial teórico, a utilização de estratégias de retorno via preço gera retornos de curto prazo que, quando percebido pelos

cooperados, promove a fidelização do cooperado na cooperativa. Os Entrevistados 11, 25 e 41 corroboram com essa afirmação.

Para ele enxergar, que ele sendo sócio, ele tem um benefício. Pode ser pouco, 1% do valor da compra, que tu tem de desconto lá; mas, tu te sente valorizado. Tu te sente, assim: Não, mas eu sou sócio, eu pago um pouquinho a menos, eu pago menos do que o terceiro. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Oferta de insumos e serviços]

A percepção que eu tenho, é que quando você dá o desconto no ato da compra, fica muito mais fácil, para o cooperado, enxergar o benefício; esse é um . . . esse é um elemento. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Olha, eu não sei se o cooperado . . . muitos cooperados, os produtores, nem percebem muito bem a vantagem de ser cooperado. A não ser essa questão desse spread, vamos colocar assim, não é; entre venda de insumo e compra da produção, um pouco mais vantajoso em relação a outras . . . outras empresas do agronegócio. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Oferta de insumos e serviços]

A fidelização ocorre quando o cooperado percebe o benefício imediato e ao longo do processo passa a confiar que a cooperativa tem a melhor oferta de preço, mesmo sem comparar diretamente com o mercado, conforme apontado pelo Entrevistado 19.

É, eu não faço cotação de preço, porque eu trabalho, exclusivamente, com a cooperativa, não vou em busca de . . . de coisas fora da cooperativa; mas acho que a cooperativa, pela . . . pela quantidade, pelo volume, ela nos oferece o melhor preço. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

Conforme narrado pelo Entrevistado 25, há cooperativas que somente agem com esse intuito, operando com margens reduzidas e já distribuindo o retorno a curto prazo, caso contrário, o cooperado tende a buscar o mercado para realizar a suas operações devido ao imediatismo.

Existe um outro modelo também, é . . . que está acontecendo, aqui, em Minas; em algumas cooperativas, por causa disso, elas não têm muita . . . elas têm despesas administrativas bem reduzidas, e elas fazem contrato com fornecedores, que repassam isso ao produtor. Ou seja, ao invés da cooperativa se instrumentar com uma estrutura operacional, ela não faz isso, e ela vai a mercado, para esse cooperado, e transfere para ele toda . . . toda a margem; então, o cooperado sente, de maneira imediata, esse benefício. Qual que é a vantagem? A vantagem, você . . . você transfere para o cooperado, de imediato, o benefício; você garante uma fidelidade, no caso do suprimento. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Com base na fidelização que é percebida pelas cooperativas que praticam tal estratégia, algumas cooperativas agropecuárias apresentam o chamado cartão

fidelidade para valorizar os que foram fidelizados e transacionam de forma recorrente com a organização.

Foi, foi criado, até na . . . até aqui, na cooperativa, o cartão fidelidade, para aquele que depositar toda a sua produção, ele tem um desconto aí de 4%, e a . . . até para evitar essa . . . porque tem muita gente, assim, que deposita um pouco, e uma parte fora; então, ele não pode ter os mesmos benefícios daquele que deposita toda; então, tem o cartão de fidelidade, que eu acho que é uma coisa importante, não é? . . . temos desconto na compra de insumos, de óleo diesel, tudo que é coisa, então... Eu acho que é 3%. Não é, 3%? Não, é 4%. Isso aí estimula tu ser um associado fiel. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

Mas a gente procura ter tratamentos diferenciados, dentro da estrutura, àqueles que são fiéis. Então, aqueles que são fiéis têm mais acesso a crédito, têm diferencial na compra de algum insumo, têm diferencial na . . . no custo de secagem, não é; 03 ou 04 itens pequenos, que acabam sendo diferenciais; mas não existe a obrigação. Existe um cartão de fidelidade que é dado àqueles que são fiéis, para que ele possa chegar no consumo e dizer: Não, eu tenho cartão. E ele recebe, então, 4% de desconto. Não é? Claro, que se eu tiver um volume; eu, às vezes, eu posso ter um volume grande de venda, que eu vou acabar o ano, que eu vou fazer a negociação, vai acabar dando desconto aquele produtor; mas ele também vai dar esse desconto, se aquele pequenininho for fiel; então, ele vai ter a mesma condição de um cara que compra 200 toneladas de adubo, ele vai comprar só 10, ele vai pagar o mesmo preço. [Entrevistado 28 – Conselho Fiscal – Código: Oferta de insumos e serviços]

O cartão fidelidade oferece um benefício ao cooperado de um desconto nas transações que são realizadas pela cooperativa, como contrapartida, a cooperativa tem o benefício de identificar as transações dos seus cooperados. Caso essas transações não fossem identificadas, poderiam passar como ato não cooperado gerando a incidência de imposto de renda e contribuição social.

Outra estratégia adotada é a criação da conta do cooperado. Com a identificação do cooperado, o mesmo pode realizar compras na cooperativa e somente pagar quando realiza a venda da sua produção para a cooperativa. Essa conta do cooperado na cooperativa possibilita o financiamento entre o período da compra de insumos e serviços e a venda da produção para cooperativa.

Mas no supermercado, é . . . a gente, uma vez, até tinha desconto, daí eles tinham que apresentar, e tal, o documento ali na . . . mas era mais, assim, para ganhar o desconto. Mas é longe mesmo, não tem . . . Daí o que tem, que alguns, eles compram para descontar no leite, para descontar na ração; daí eles tem que identificar, e faz lá um . . . uma assinatura num documento aí para esse desconto na Conta Leite. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Porque uma . . . o associado poder comprar produtos que fica 06 meses sem pagar nenhum centavo de juro, e esse... e vale salientar que esse produto, ele não tem . . . não tem nenhum acréscimo em cima dele, porque ele pode comprar, tanto uma compra no supermercado, quanto uma peça na loja, ou até um móvel para a casa dele, um eletroeletrônico. O que ele resolver comprar, ele pode pôr na conta; como, também, insumos de lavoura. Então, o que vai para a conta são valores de tabela, valores normais, não é?

Então, ele não tem . . . e mesmo, nós não temos tabela de desconto por volume, por à vista. A gente tem um desconto, à vista, que é de 1%; então, é um desconto bem simbólico, não é? Então, esses preços praticados e disponibilizados, no crédito, ele é real mesmo, o preço de comercialização. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Mesmo que a cooperativa não pratique a redução nos preços dos insumos e serviços que são ofertados aos cooperados, esse financiamento do ciclo financeiro do cooperado deve ser visto como um benefício, afinal, caso o cooperado não disponha de crédito para realizar a compra, teria que buscar recursos no mercado financeiro e consequentemente, iria pagar juros pela concessão de crédito.

Além de financiar as operações dentro da própria cooperativa, também há cooperativas agropecuárias que realizam o serviço de concessão de crédito ao cooperado, conforme relatado pelo Entrevistado 44.

Então, a gente tem muita cobrança de crédito, disso, daquilo, não é. É uma coisa que a gente buscou a implementar na nossa fala, é o seguinte: a cooperativa não dá crédito para ninguém. Cada associado faz o seu crédito dentro da cooperativa, como entender. Não tem limite, não é? Se eu sou um bom associado, o crédito é você que vem fazer, tu vai ter um ótimo crédito. O crédito vai até aonde você precisa dele. Esse é o nosso lema lá dentro da cooperativa. Nós tiramos também faixas máximas de crédito, limitações de crédito. Como a cooperativa tem essa condição, não é? Então, a gente entrega para o produtor, conforme a reciprocidade dele. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Também é necessário destacar que as sobras são rateadas conforme o volume das operações que são realizadas na cooperativa, assim, quanto mais o cooperado faz uso do cartão fidelidade, conta cooperado e concessão de crédito, maior será a sua participação nas sobras.

É, para a cooperativa, quando nós conversamos a respeito disso, nós temos duas coisas. Primeiro, que era necessário que a cooperativa . . . três coisas. Primeiro, era necessário que a cooperativa tivesse sobras. Segundo, era necessário que essas sobras fossem distribuídas. Tá? E terceiro, que essa distribuição de sobras não poderia ser simplesmente na Conta Capital, porque o produtor rural, em determinado momento, não acessa essa conta. Tá? E que... qual foi a opção, na época, de fazer essa distribuição? Foi o bônus de compra nas lojas da cooperativa. . . . Funcionava bem, porque fazia com que o dinheiro girasse dentro da conta da cooperativa, porque gerava mais negócios nas lojas da cooperativa, e esse dinheiro circulava nas contas internas da cooperativa; é interessante, porque isso gerava benefício para o produtor rural; e era interessante, porque o produtor rural sabia dos benefícios que ele estava recebendo, e de aquilo era proporcional a atividade dele com a cooperativa. Tá? [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Em alguns casos, os cooperados podem compreender a utilização dessas estratégias pela cooperativa como uma obrigação de sempre transacionar com a cooperativa. Por consequência, essa compreensão de obrigação pode gerar desconfiança dos cooperados, principalmente quando a estratégia de retorno não é percebida como benefício direto pelo cooperado.

Sabe? Que é uma vantagem grande, o produtor rural vê isso como uma vantagem; mas, também, desconfia um pouco da vantagem: será que estão dando um bônus para ele, porque o produto está ficando mais caro? Ou porque querem obrigar ele a comprar naquela loja? Ou, enfim. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Oferta de insumos e serviços]

A cooperativa está . . . não está forçando a venda, não é? Porque a minha primeira pergunta, para eles, foi assim: Ah, mas será que eles não estão forçando o insumo . . . fazer, tipo, venda casada. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Em outros casos, esse envolvimento com a cooperativa desde a compra do insumo até a venda do produto, é resultado do modelo de negócio adotado. Há casos de cooperativas que trabalham com aves e suínos, em que a cooperativa entrega para o cooperado um lote de animais para criação e subsidia os insumos para o crescimento dos animais e, após um período, o cooperado entrega a produção para a cooperativa que remunera o produtor pelo trabalho durante o crescimento dos animais.

Numa outra cooperativa que eu tive agora, no Paraná; é, eles fizeram um investimento muito grande, eu acho que há 10 anos atrás, e eles me falaram: “Olha, esse ano termina de pagar todo esse investimento”. Hoje, está beneficiando 220 associados. Ontem, esses 220 associados, a cada lote de frango que eles entregam na cooperativa, eles têm um rendimento, porque a cooperativa paga o pintinho, a ração, toda . . . a assistência, o medicamento, e tal. A remuneração pelo trabalho e o investimento que ele fez lá, é R\$ 30.000,00, em média, a cada 45 dias. Olha a renda que esse produtor tem. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Oferta de insumos e serviços]

Caso o cooperado adquirisse os insumos para o crescimento do animal no mercado, a sua margem seria reduzida, então esse envolvimento direto com a cooperativa durante todo o período de produção gera resultado econômico. Da mesma forma, para a cooperativa também se torna uma vantagem pelo controle da qualidade da produção, com insumos utilizados conforme a sua orientação.

Para cooperativas que adotam esse modelo de negócio, a margem para operação é gerada no processo de industrialização e também na economia que é obtida ao adquirirem o insumo no mercado devido a compra em grande escala.

Com esse objetivo de buscar a redução dos preços dos insumos que posteriormente serão entregues ou subsidiados aos cooperados, as cooperativas podem buscar por estratégias de intercooperação, seguindo o sexto princípio do cooperativismo.

Durante as entrevistas realizadas com os Entrevistados 40, 39 e 43, foram narradas experiências de compras coletivas entre cooperativas com o objetivo de reduzir o preço dos insumos e produtos adquiridos.

Então, é um problema. Por exemplo, compras centralizadas. Em 98, eu criei a Central de Compras, das Cooperativas Agropecuárias; começamos a negociar 36 itens, comprar em conjunto; eram aqueles produtos básicos, com margem pequenininha, mas volumosas. Nós conseguimos um resultado de 8,36% a mais, do que qualquer um que, individualmente, comprava . . . ou que melhor comprava, ainda tinha uma desvantagem de 8,36%. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Na verdade, a cooperativa, juntamente com a... com mais quatro cooperativas, que uma delas é a . . . é uma que adquire os insumos, a gente formou um grupo de compras coletivas; porque, a Cooperativa X, diretamente, buscar esse produto, ela não teria braço, no caso, no sentido de estocagem, tem toda uma logística para isso. Então, foi feito essa . . . essas compras coletivas, não é, através, então, da Cooperativa Y. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

A nossa cooperativa até é bem focada, é produção mesmo, é uva só. Mas o quê que a gente faz, em paralelo? Porque aí vem o trabalho de intercooperação . . . bem forte com outras cooperativas. Já é o terceiro ano seguido, agora vai para o quarto ano seguido, que a gente está fazendo compras coletivas, com outras quatro cooperativas. Então, o sócio faz o seu pacote de insumos, vai ver o quê que ele vai precisar para o período, para o ano; e a cooperativa, junto com as outras quatro cooperativas, faz uma compra coletiva; faz, não é, é um pool de compras, na verdade. Não é? Então, assim, nós não vendemos, a gente só repassa isso, a um custo menor, e principalmente segurando. [Entrevistado 43 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Além de benefícios econômicos para as cooperativas e também para os cooperados, também existem outros benefícios que são obtidos por meio das compras coletivas por cooperativas ou por cooperados.

Então, deu . . . trouxe o lado econômico; mas, para nós, muito mais o lado da segurança de que ele está utilizando um insumo que é legal, que é permitido e controlado; então, os fatores são econômicos, mas também os fatores sociais e sustentáveis, não é, nessa jogada. Mas isso já fazem 04 anos que está sendo feita essa negociação, e cada vez mais . . . e hoje, a nossa cooperativa é a que mais tem percentuais de produtores que estão nessa compra coletiva; e a gente, inclusive, está pensando, assim, em dar um ônus, ou um bônus, para quem está e para quem não está comprando junto as compras coletivas, porque para a gente é muito importante saber da procedência do produto, não é? [Entrevistado 39 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Assegurando que o sócio vai receber um produto de qualidade, e também é registrado para a uva, porque corre muito risco de ter... é, usando produtos que não são recomendados para a uva, e isso pode dar muito problema, não é, na rastreabilidade. Além de tirar ele, de

certa forma, do que a gente chama de assédio do vendedor. Não é? [Entrevistado 43 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

Mesmo com os benefícios listados pelos entrevistados, é necessário ressaltar que a intercooperação, tomada como um princípio do cooperativismo, não é uma prática comum entre as cooperativas e também fácil de ser realizada, devido às pressões internas e externas.

Entã cccxo, começaram . . . é, tem gente que se vende por uma camiseta. Então, a Central de Compras, ela teve problemas; e aí eu, simplesmente, cansei, também; é, os presidentes queriam, mas o segundo e terceiro escalão não queria. Então, tá, os negócios iam, mas eu via um oceano de oportunidades, e os caras não conseguiam enxergar, daí eu cheguei e pedi demissão. . . . Não é, infelizmente. Então, esse aspecto, intercooperação, só para dizer, é um problema sério; é, eu acho que só isso, trabalhando, e tem que melhorar. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Porque o vendedor, ele . . . ele quer vender; e, muitas vezes, o produtor, ele é . . . não sei se isso é o termo, talvez seja um termo forte, mas ele é iludido. Não é? Infelizmente, ele é bastante vulnerável a essa pressão, esse excesso de oferta. Então, nós não temos a venda de insumos, mas fazemos compras coletivas para o nosso associado. [Entrevistado 43 – Contador – Código: Oferta de insumos e serviços]

É evidente, pelos relatos coletados, que existem duas necessidades primordiais ao se estabelecer a política de oferta de insumos e serviços a um preço reduzido ou subsidiado aos cooperados, que são a mensuração e a comunicação desse benefício. Quando esses dois aspectos não são realizados pela cooperativa, a percepção do cooperado tende a ser afetada e a fidelização esperada é comprometida.

Só que, veja, a Cooperativa Y, ela trabalha com duas pontas: ela tem a venda do insumo; e ela, depois, ela pega o produto do associado e comercializa. Ela vende o insumo por um valor menor do que o mercado. Certo? E aí que está, o associado compra o insumo num valor menor; e depois, na hora de entregar o produto, entrega para outro, entrega para um concorrente. Então, a cooperativa perde duas vezes, não é. Porque ela está . . . na verdade, ela está financiando o concorrente. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Oferta de insumos e serviços]

Nesse sentido, exemplos como os de cooperativas de crédito que foram narrados pelo Entrevistado 11 devem ser reproduzidos pelas cooperativas agropecuárias.

As cooperativas de crédito, quando elas fazem a prestação de contas, elas procuram mensurar isso, dizendo o seguinte: Olha, durante o ano, a cooperativa não cobrou taxas de serviço assim, assim e isso significou um ganho para o cooperado de tanto. Ela cobrou uma taxa média no cheque especial, no empréstimo, no financiamento, etc.; uma taxa menor do que a taxa de mercado, em tanto; e isso gerou um benefício de tanto. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Oferta de insumos e serviços]

Somente pelos relatos coletados durante a realização da presente tese já é perceptível a diversidade de insumos e serviços que as cooperativas agropecuárias fornecem aos seus cooperados, e muitas vezes, quando optam por utilizar a estratégia via preço, já utilizam como meio de oferecer o retorno aos seus cooperados.

Além de todos os planos que nós temos de incentivo, não é? Então, não é só pelo preço do leite; é Plano Pastagem, que para nós é importante, Plano de Saúde, é o Plano Funeral, é o Plano de Financiamento, é . . . a gente tem uma série de planos que tu faz, de Educação, de profissionalização do associado, que tudo isso é sem custo para ele. Inclusive, o Plano de Assistência Técnica, que o custo da Área Técnica não tem nem custo de corrida e nem custo do profissional técnico, dentro da propriedade. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Oferta de insumos e serviços]

Dentre os serviços que foram citados com maior frequência pelos entrevistados está a assistência técnica oferecida ao cooperado. Assim, o item 4.3.5.1.1 é destinado a explorar esse serviço que, geralmente, é oferecido de maneira gratuita pelas cooperativas agropecuárias brasileiras.

4.3.5.1.1 Assistência Técnica

A assistência técnica é um custo presente nas propriedades rurais. Assim, quando o produtor consegue que o serviço seja ofertado por um preço reduzido ou gratuito, há uma redução direta do custo da produção. Da mesma forma, com uma assistência técnica adequada e de qualidade, há o aumento da produtividade rural que irá aumentar as receitas provenientes da produção obtida.

A assistência técnica foi citada como um benefício oferecido pela cooperativa de forma unânime entre os entrevistados, bem como os serviços atrelados à atuação do agrônomo e do veterinário, conforme pode ser observado nos exemplos dos relatos dos Entrevistados 17, 14 e 44.

Ah, isso sim [nós temos assistência técnica]. Isso. É muito boa. A Assistência Técnica da nossa cooperativa é de qualidade. . . . Não, nós não pagamos, porque quem trabalha com a cooperativa, compra os insumos, a Assistência é gratuita. Aí projeta tudo, financiamento, não tem custo nenhum. E a hora que tu pedir, eles vêm, te atende. Quanto a Assistência, é muito boa da cooperativa . . . a nossa lá funciona bem isso aí, não tem o que reclamar da Assistência. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Assistência técnica]

Só o de Assistência Técnica, que acontece o seguinte, hoje. O agricultor faz o projeto, hoje, com o agrônomo, né, de Assistência Técnica da Agronomia, aqueles 2% que teria que pagar para o agrônomo fazer o teu projeto, né, da Assistência, é gratuito. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Assistência técnica]

Totalmente gratuito. E também, a questão de elaboração de projetos . . . existe um custo do projeto, não é; que o banco até disponibiliza, que é uma taxa de 0,5%, se eu não me engano, eu acho que é. Enfim, tem uma taxa que o banco cobra do associado, e manda para a conta da cooperativa, que é da elaboração do projeto; e a cooperativa devolve para o associado esse valor . . . se ele comprar os insumos da cooperativa. É claro, não é? E é devolvido esse valor. Então, tanto a Assistência Técnica, quanto a elaboração de projetos, de qualquer natureza, é gratuito para o nosso associado. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

A importância desse benefício é relatada pelos Entrevistados 17, 41 e 43, inclusive destacando que maiores investimentos deveriam ser realizados nessa estratégia de retorno, pois o cooperado percebe como um benefício de ser cooperado.

Eu acho que sim [é importante ter o valor desembolsado pela cooperativa com assistência técnica]; porque, tipo, se . . . se eu vou fazer um projeto particular, eu . . . é um custo elevado, é 2% do valor; e a nossa cooperativa não paga nada, só... Eu acho que ali já vale a pena ser associado. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Assistência técnica]

A questão da Assistência Técnica é um caso bastante importante. Talvez, nesse ponto, é que algumas cooperativas não estejam tendo um bom desempenho, porque se ela gastasse melhor o FATES, talvez conseguisse mostrar melhor para o cooperado, as vantagens da cooperação; isso eu acho que é algo bastante importante. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Assistência técnica]

Olha, ele reclama que ele não é tão visitado o quanto ele gostaria. Ele pede mais. E ele sente muita segurança na nossa assistência técnica. Porque é uma assistência técnica que foi formada pela cooperativa, tem muito tempo de casa, e que o sócio acredita no técnico. De um modo geral, o produtor, ele é bem carente de informação, não é; ele, às vezes, se acha dono da verdade, ele sabe. 'Eu sei, o meu pai fazia, o meu nono fazia, e eu continuo fazendo'. Porém, ele pede muito a ajuda do técnico para saber direito o que fazer. E os nossos técnicos têm também um papel forte de fazer a interlocução, não é, de . . . nós não temos uma Área de Comunicação, por exemplo, na cooperativa; mas está claro, para nós, que quem faz a comunicação é a Assistência Técnica. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

É interessante destacar que, em algumas vezes, a assistência técnica ultrapassa a questão técnica, mas também explora a questão social do cooperado, bem como tende a aproximar o cooperado da cooperativa pelo relacionamento estabelecido entre as partes.

Ele sabe da realidade do sócio, ele conhece bem a família, as dificuldades; e aí eles comentam lá, internamente, não é; o assistente técnico, a nossa Assistência Técnica, às vezes, ele é mais um psicólogo, do que propriamente um técnico. Não é? Ele vai lá para escutar, porque o sócio quer falar, quer conversar, quer contar, quer pedir ajuda, quer pedir aconselhamento, não é; e ele se sente muito seguro com o nosso técnico, com os nossos técnicos, de um modo geral; que são técnicos que têm uma tradição, têm . . . foram formados pela casa. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

Conforme indicado no item 4.3.3, o relacionamento é um benefício percebido pelo cooperado e a assistência técnica sendo realizada na propriedade rural do cooperado, fortifica essa relação, até mesmo pela confiança que é estabelecida e muitas vezes não é oferecida da mesma forma pelo mercado.

De acordo com o Entrevistado 11, em alguns casos, as empresas podem oferecer um preço para aquisição do produto superior ao da cooperativa, mas o cooperado pode não perceber que o preço seria igual ou inferior ao da cooperativa devido à necessidade de pagamento da assistência técnica.

Porque tem muita, vamos dizer assim, empresa cerealista, o especulador, vão lá, oferecem centavos a mais pela produção, mas não dão assistência que a cooperativa dá. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Assistência técnica]

Além disso, a confiança estabelecida na assistência técnica prestada pela cooperativa pode não ser a mesma no caso de um técnico advindo do mercado, pois, para algumas firmas, a assistência técnica tem o intuito de obtenção de lucro, por meio da oferta de insumo ou outros serviços.

Eu mesmo fiz essa pergunta para um associado, que eu tinha essa intimidade para fazer, e ele me respondeu: 'Não, essa cerealista, para mim, serve só para trazer o produto em casa. Aquele fulano lá, que seria o agrônomo deles, para mim, serve só de transportador'; que eles entregam o produto na casa, não é? A orientação técnica, ele não confiava daí. Aí a gente vê a confiança na cooperativa. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

É possível que o cooperado fique tentado a comercializar com o mercado, mesmo com as desconfianças existentes no serviço de assistência prestado, por não perceber a assistência técnica como um benefício direto, pois, no geral, é um retorno indireto de longo prazo.

Não, é algo concreto, no sentido de que orienta o produtor a adentrar para novas tecnologias, novas formas de manejo e trato, enfim, não é, com um ganho real: aumento de produtividade no leite. Reduzindo, por vezes, até custos; mas, principalmente, aumentando a produtividade. Não é? Então, um ganho significativo, e ali é uma maneira muito clara de mostrar, e dos associados enxergar o benefício que ele tem em se manter vinculado à cooperativa, através da sua cooperativa. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Assistência técnica]

Então, a qualidade do leite, a qualidade . . . ou até mesmo o procedimento que ele vai utilizar, por exemplo, da aplicação daquele produto que ele recebeu, vai gerar uma melhor produtividade ou melhor qualidade no produto, tipo, da forma, quando ele fizer a aplicação; então, se ele utilizar, sei lá, quilos de adubo a mais, ou a menos, na produção de um grão, isso vai fazer um grande diferencial, não é. Se ele não receber essa orientação, e ele não tem necessariamente o conhecimento técnico sobre isso, ou épocas, ou, enfim, como que

eu vou trabalhar a minha produção; ele pode, primeiro, reduzir a produção, que se ele fizer uma aplicação incorreta, não é; corre o risco, inclusive, de perder aquela sementeira daquele produto, não é; se ele utilizar uma quantidade excessiva, ou se ele usar uma quantidade muito pouca, ele não tem efeito que deveria ter em termos de produção, não é. Então, essa orientação é muito interessante, que a gente viu de . . . é, a cooperativa também enxergar o quanto ela vai, ela pretende receber de produto, e negociar as suas operações dali para frente, com a indústria, ou com outras empresas, não é. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Assistência técnica]

Nesse sentido, torna-se necessário mensurar esse benefício e evidenciar, pelo menos, a economia que está sendo feita pelo produtor rural ao ser ofertado esse tipo de serviço pela cooperativa.

Olha, eu acho que até percebe [retorno do FATES], mas se a cooperativa não faz nada, para mostrar isso, para apresentar na prestação de contas, é . . . as grandes empresas fornecedoras de insumo, ocorre isso daí, elas estão fazendo também; principalmente, a questão da Assistência Técnica. A Monsanto da vida, ela manda tudo, ela manda pessoas nas propriedades; então, se a cooperativa não evidenciar, o cooperado pode, às vezes, passar despercebido, e achar que aquilo ali faz parte do jogo, não é; e não dá o devido valor da origem daquele recurso, não é; do esforço que a cooperativa está fazendo, e que ela tem até obrigação de fazer, não é? [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Assistência técnica]

Se a cooperativa não consegue demonstrar o valor da Assistência Técnica, o associado não se interessa por entregar o produto lá. [Entrevistado 32 – Auditor – Código: Assistência técnica]

Por isso que tem algumas cooperativas que cobram a Assistência Técnica. Por que? Para ele perceber que é importante, e que isso tem um custo. E cooperativa que não cobra, ele não enxerga. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Assistência técnica]

Sendo um benefício indireto, medir a sua totalidade se torna um desafio, pois, além de considerar o investimento por parte da cooperativa, agrega os ganhos econômicos obtidos pelo cooperado com o aumento da sua produtividade devido à assistência técnica do cooperado. A questão, no âmbito do benefício na propriedade rural, é isolar o aumento da produtividade pela assistência técnica ou por outros fatores que também afetam o volume e a qualidade da produção.

Na presente tese, a discussão é centrada na visão da cooperativa como firma individual, conforme proposto por Feng Li (2010), sendo assim, é restrita ao benefício concedido pelo investimento que a cooperativa faz e o pagamento que o cooperado iria realizar caso fosse buscar tal serviço no mercado. Essa delimitação torna mais plausível para a contabilidade mensurar esse retorno, contudo, pode não expressar a totalidade do benefício percebido pelo cooperado.

E a gente vem pensando nessa linha, de poder mensurar os ganhos indiretos, não é, que a gente vê, isso é assunto de debate que nós temos lá, conversando; principalmente, quando você fala em Assistência Técnica, em crédito, não é? [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

Pela dificuldade de mensuração e evidenciação do retorno por parte da cooperativa, em alguns casos essa estratégia não é utilizada, pois simbolizaria um custo para a cooperativa sem gerar a percepção de benefício para o cooperado.

No Estados Unidos, eles têm; porque, no Estados Unidos, as cooperativas não fazem nada de graça para o produtor rural. Você tem uma cooperativa, e ela cobra todos os serviços. Você quer assistência técnica? Você paga a assistência técnica. E quanto você quer de assistência técnica, você paga o quanto você quer de assistência técnica. E se você quer assistência técnica do agrônomo da cooperativa, ou de um outro agrônomo, enfim. Sabe? Mas na hora que você transaciona com a cooperativa, ela paga mais pelo seu produto. Então, eu não sei se isso, em determinado momento, não chega a ser mais efetivo, sobre o ponto de vista de mostrar a efetividade da cooperativa; do que, em determinado momento, dizer: Olha, eu estou te pagando a mesma coisa que o mercado, mas eu te dei assistência técnica, mas eu fiz isso, mas eu sou bonzinho, mas você teve serviços. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Assistência técnica]

Com a assistência técnica, a cooperativa também tem benefícios, afinal, passa a ter maiores informações da produção do cooperado, o que é interessante para controle desta produção e a determinação de sua finalidade. Afinal, se o cooperado compra insumos na cooperativa para uma produção de 10 mil sacas de soja e o agrônomo ao visitar a propriedade rural estima essa produção, caso não haja essa entrega, é possível inferir que houve desvio na entrega da produção. Nessa situação, conforme já relatado, o cooperado está usufruindo os benefícios da cooperativa, mas ao comercializar sua produção age como concorrente da cooperativa.

Eu não vejo, assim, cooperativas quantificando a Assistência Técnica. Aliás, eu vou te dar uma informação. No Estatuto da cooperativa X tem uma norma que diz, que quando o associado pede para . . . o associado desvia a produção, que é uma . . . ele, na saída, ele tem que devolver para a cooperativa todos os valores que foram gastos a título de Assistência Técnica. É, dá uma olhada no estatuto, já que tu vai visitar a Cooperativa X, e pergunta se eles quantificam isso. Duvido. Mas eles têm uma norma estatutária lá que diz assim, ó: Tu desvia produto? Ok. Tu vai ter que devolver o valor da Assistência Técnica. Que seria um retorno, não é? Que a cooperativa dá. Agora, isso está quantificado? Duvido. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativismo – Código: Assistência técnica]

A assistência técnica também pode ter o intuito de estabelecer um padrão mínimo de produção dos cooperados para permanecerem na cooperativa. Por exemplo, nas cooperativas de leite onde o frete para o recolhimento da produção é de responsabilidade da cooperativa, o recolhimento pode se tornar inviável para uma

baixa produção, sendo importante para cooperativa estimular a produtividade para viabilizar o processo.

O exemplo prático da Cooperativa X foi o seguinte. Ao longo dos anos, foi se aumentando, cada vez mais, o volume mínimo de leite que o produtor tem que entregar, para a Cooperativa X comprar. Aqueles produtores que, tenham menos de 50 litros de leite, por dia, por exemplo, em determinado momento, parou de se . . . de se trabalhar com esses produtores. Aí passou mais um tempo, os produtores, acima de 100 litros; depois, 150 litros. Como a gente tem uma política de Assistência Técnica muito forte, o quê que a gente tenta fazer? Estimular os produtores de baixa produção, a aumentar a sua produção; e a . . . esse é o primeiro passo. Até 06 meses, quem produz menos de 100 litros de leite, por dia, a Cooperativa X não vai mais receber. Então, vamos procurar esses produtores, e vamos tentar atuar neles, com a Assistência Técnica, para que eles aumentem a produção. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Assistência técnica]

A oferta de assistência técnica gratuita também pode estar relacionada com o nível de fidelização com o cooperado. Para tanto, cooperativas desenvolveram mecanismos para medir essa interação e fornecer a assistência técnica conforme a fidelização.

Algumas cooperativas fizeram isso aí, muito forte, na Assistência Técnica. Eu me lembro da Cooperativa Z, em que pese a situação de hoje. Nós ajudamos a implantar um sistema de custo . . . de medir o custo, para ele ser sensível à Assistência Técnica. O produtor rural que era absolutamente fiel, chamada “Classificação de Sócios” . . . a Cooperativa X fez isso, a Cooperativa Y fez isso, tem uma... no total, tem umas 11 cooperativas; mas eu conto na mão. Essa classificação de associados, eu tinha sugerido . . . um termômetro, para medir essa classificação, não é; na recepção do produto, qual era o grau de fidelidade que ele tinha na entrega; e por isso que a . . . já a ficha do sócio está bem tranquila, quanto ele realmente produz; medida, contabilmente; também, lançada, contabilmente. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

Na experiência dessas cooperativas descritas pelo Entrevistado 12, a contabilidade gerencial é utilizada para medir o nível de interação do cooperado e o benefício gratuito que pode usufruir. A partir disso, o cooperado é enquadrado em uma categoria A; B; ou, C, que determina o grau de desconto da assistência técnica, chegando a 100% no caso do nível A de fidelidade.

Esse sistema também é adotado porque a cooperativa pode não conseguir atender todos os cooperados, com o número de agrônomos e veterinários atual, e para determinar uma prioridade no serviço que será oferecido, os cooperados mais fiéis são privilegiados.

No entanto, uma opção para viabilizar o atendimento a todas as propriedades dos cooperados ou a redução de custos para a cooperativa, poderia ser a intercooperação.

Por quê que eu tenho que mandar um veterinário daqui lá para Bento; se, em Bento, tem a cooperativa x que pode atender? Se ela tem um produtor, porque que eu não posso atender ele? Só que, assim, isso, meu, quando o presidente me falou isso, eu disse: Tu tem noção do nível de maturidade disso? [Entrevistado 24 – Contador – Código: Assistência técnica]

Conforme o relatado pelo Entrevistado 24, a questão é a dificuldade para intercooperação, assim como ocorre nas compras coletivas.

Um dos problemas é que, com a oferta de assistência técnica gratuita por parte da cooperativa, o cooperado passa a compreender a assistência técnica como uma obrigação que a cooperativa tem com o seu cooperado e não como um benefício concedido. E assim, passa a exigir cada vez mais investimentos nesse âmbito por parte da cooperativa, percebendo mais como uma obrigação do que como um benefício.

Na verdade, o cooperado já acostumou com Assistência Técnica, não é? Ele nem . . . ele nem imagina que existe um custo para a cooperativa, não é? Nós mesmo, por exemplo, gastamos mais de 5 milhões, por ano, em Assistência Técnica. E é totalmente gratuita para o associado, ele não paga nada. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Assistência técnica]

Uma solução é apresentada pelo Entrevistado 23, que explora a possibilidade de pagamento da assistência técnica conforme o benefício percebido pelo cooperado.

Pode ser serviço free; agora, se esse serviço é cobrado, e tem uma valoração, eu tenho como dizer: Olha, eu te paguei; então, Paola, você venha na minha propriedade, e agora eu quero ver o seu serviço. E se você for bem, eu te pago; e se você não for bem, eu vou para a cooperativa, e falo: Olha, infelizmente, a agrônoma Paola não prestou um bom serviço. Isso, às vezes, pode ser mais efetivo para o agrônomo, e pode ser muito mais efetivo que . . . para o próprio produtor rural que acaba, em determinado momento, dizendo: Ô, eu recebi R\$ 500,00, pelo meu café; e gastei R\$ 50,00, com assistência técnica, informações de mercado, etc.. No Brasil, a ideia é sempre diferente, e o . . . se agrega, dentro da cooperativa, n+1, serviços gratuitos. E esses serviços gratuitos são bens públicos; e esses bens públicos têm um problema de múltiplos principais; e esses bens públicos têm vários, vários e vários problemas. Tanto que, na realidade, o que implica na distribuição desses benefícios de bem público, é uma possibilidade que você tenha de influência, na cooperativa, ou de relacionamento. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Assistência técnica]

A sugestão apresentada pelo Entrevistado 23 também é explorada pelo Entrevistado 33, no sentido de que a assistência técnica gratuita pode não ser valorizada pelo cooperado, mas se houver contrapartida com base no retorno que é gerado pelo serviço da cooperativa, este retorno poderia ser mais valorizado pelo cooperado.

Um estudo sobre a Assistência Técnica. Tá? Então, o cara ganha tudo, na Assistência Técnica. Eu não acredito nisso. Ele vai valorizar só daí 01 ano. Tá? Então, o quê que eu entendo? Eu entendo que ele tem que ter uma . . . um custo, mesmo que seja reduzido. Tá? Ou, um custo, por exemplo, não seja cobrado de largada; mas, na medida que ele começa a ter retorno sobre aquilo, uma pequena parte é paga. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Assistência técnica]

A assistência técnica faz parte das assistências passíveis de reversão na Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social das cooperativas. Dentre essas assistências que são revistas pela realização da RATES, a assistência técnica é a mais praticada e percebida pelos cooperados de cooperativas agropecuárias.

Olha, eu acredito que, hoje, o elemento mais forte é a Assistência Técnica. Tá? Que o Educacional e Social, não é, o . . . até existe alguns trabalhos, ações, e tal; e a gente observa, inclusive, nos Relatórios Anuais, das cooperativas, não é, que trabalham com essa informação, no conjunto das suas demonstrações, ou o balanço oficial, enfim, não é; mas o . . . a Assistência Técnica, eu diria, que essa, ela é perceptível, não é; e é a que mais se valoriza, não é? [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Assistência técnica]

Mesmo sendo passível de reversão, em alguns casos a cooperativa pode optar por não reverter essa assistência contra RATES, sendo apenas reconhecida como despesa do exercício na Demonstração de Sobras ou Perdas. Quando essa opção é realizada, a percepção desse benefício nas informações da contabilidade financeira torna-se mais complexa, tendo em vista que a ITG 2004 (2017) apenas determina que essa assistência deve ser evidenciada caso haja a utilização da RATES.

Para compreender as estratégias das cooperativas agropecuárias vinculadas a RATES e também compreender por que é baixo o nível de realização da RATES, conforme o analisado no item 4.1.3 da análise documental realizada nas maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, é apresentado o item 4.3.5.2.

4.3.5.2 RATES

A Reserva de Assistência, Técnica, Educacional e Social (RATES) é utilizada para absorver as ações das cooperativas relacionadas à assistência técnica, educacional e social. Essa reserva, prevista na Lei nº 5.764/71, visa estimular que esses tipos de assistência sejam ofertados por parte da cooperativa, tendo como base a constituição da porcentagem de pelo menos 5% do ato cooperado e 100% do ato não cooperado.

Essa reserva é uma singularidade das sociedades cooperativas, conforme explorado no item 2.1.3.2 do referencial teórico do presente trabalho. Dada essa singularidade, a compreensão desse retorno que pode ser explorado pelas cooperativas pode ser limitada por parte dos cooperados e demais agentes econômicos envolvidos. Com base nisso, o presente item explora o nível de compreensão dos entrevistados, estratégias já utilizadas pelas cooperativas e oportunidades de melhoria.

Destaca-se que, durante as entrevistas, ao citar a RATES, em algumas entrevistas, dependendo do público-alvo, foi indicado que RATES era o termo contábil utilizado no lugar do FATES previsto pela Lei nº 5.764/71. Quando os entrevistados optaram por utilizar a terminologia vinculada ao fundo, optou-se no processo de apresentação e discussão dos resultados não alterar os relatos obtidos.

De forma geral, ao decorrer das entrevistas as assistências técnica, educacional e social eram relacionadas com a RATES, contudo, tais assistências podem ser despesas correntes da cooperativa independentemente da absorção da reserva.

Dentre as assistências, no caso das cooperativas agropecuárias, a assistência técnica é vista como a que apresenta maior importância por parte desse ramo de cooperativa, mas a assistência social e educacional são as que possuem vínculo com o objetivo social que as cooperativas apresentam e por isso devem ser realizadas da mesma forma que a assistência técnica.

A gente sabe que as cooperativas, elas têm dois objetos, não é, que seria o econômico e o social, não é, objetivos. O social, quando a gente fala, ele está muito vinculado, também, a realização da RATES, não é, da Assistência Educacional e Social. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: RATES]

Mas, muitas delas, acho que utilizam mais, pela questão da Assistência Técnica, não é; aquelas que têm o serviço de Assistência Técnica, que é uma das prerrogativas do fundo, não é; então, eu acho que acaba ficando mais nesse elemento da Assistência Técnica. Me parece, que é o único ponto, assim, que se fortalece a utilização desse fundo, é na Assistência Técnica. [Entrevistado 1 – Contador – Código: RATES]

Eu acho que tem . . . esses . . . esses projetos, essas... esses recursos que são usados para capacitação, ele ajuda muito na identidade da cooperativa; assim, a identidade do cooperativismo, fortalece o movimento; talvez não teria o movimento, como tem hoje, se não fosse esse recurso; que a cooperativa, se não fosse obrigada a fazer isso, ela não ia tirar do bolso e colocar para... para capacitação. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: RATES]

A realização das assistências por parte das cooperativas é um benefício oferecido aos cooperados, sendo que a criação de uma reserva específica para essas

assistências visa estimular que esses benefícios cheguem até o cooperado por meio da cooperativa.

É, se nós tivéssemos a cooperativa, exatamente, fazendo, utilizando, pelo menos, o FATES, porque eles têm dinheiro para o FATES, o quê que é Assistência Técnica, Educacional e Social. Quando eu tenho Assistência Social, é uma assistência que eu posso desenvolver pessoas capacitadas para ir lá e deixar o associado mais feliz, do outro lado. [Entrevistado 22 – Contador – Código: RATES]

Então, tem diversas maneiras desse benefício para o associado com o dinheiro do FATES; porque, o que eu tenho visto, aqui, nas cooperativas agro; principalmente, de leite; é Assistência Técnica, é Técnico Rural, é Veterinário, etc. Indo lá na cooperativa, indo lá no associado, fazendo uma . . . trazendo o associado para dentro da cooperativa, como subproduto, de graça. Ao invés dele ir ali no mercado e comprar Assistência Técnica, ele mesmo está se dando Assistência Técnica; para isso existe o FATES. [Entrevistado 8 – Contador – Código: RATES]

É importante destacar que o resultado do ato não cooperado não pode ser dividido diretamente entre os cooperados, por se tratar de um ato puramente econômico com o mesmo objetivo do que os realizados por uma organização de finalidade lucrativa. Ao destinar o resultado do ato não cooperado para a RATES, uma reserva indivisível, e determinar que seja somente realizada em prol dos cooperados e dos colaboradores, quando o estatuto permitir, esse ato que na sua essência era econômico, torna-se apto para cumprir o seu objetivo social, e como consequência diferencia esse ato econômico das organizações com finalidade lucrativa.

Por essa razão, torna-se importante que as cooperativas realizem suas assistências por meio da RATES como forma de os recursos contidos na reserva cumprirem sua finalidade e gerarem retornos distintos das organizações com finalidade lucrativa.

Nesse sentido, os Entrevistados 32, 28 e 27 apresentam exemplos de ações em que a RATES é utilizada em suas cooperativas.

O nosso Departamento, assim, que nós chamamos de Fomento Agropecuário, ali; é, tem . . . tem sido bastante . . . assim, até porque também a gente tem um projeto que se chama Leite Mais Saudável, que a gente tem uns benefícios também em função disso, a gente tem que comprovar esses benefícios, não é só a política que já tinha dessa Assistência, não é? É, são feitas visitas, treinamentos, tardes de campo. Escola de Leite, nós temos uma . . . um veículo, que é uma escola itinerante, que reúne a comunidade, tem todo um treinamento, tem desde assim, de . . . como o tipo de pasto, plantar, qual é a forma, o manejo, o bem-estar, higiene, limpeza; tudo, é . . . entra todo, é . . . é um curso; não é, no máximo, um dia, é um curso, que tem um diploma no final. [Entrevistado 32 – Contador – Código: RATES]

Olha, se entendem ou não, eu não sei; mas que a gente faz, a gente faz. Porque, na verdade, nós prestamos Assistência Técnica, aqui, com agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, vamos dizer, entre aspas, de graça, estão aqui à disposição, vão, são demandados; tem planilhas para irem, mesmo não sendo demandados. Tem metas a . . .

metas a cumprir, de Assistência Técnica, não de vendas; nós não temos metas de vendas, nós temos metas de Assistência Técnica. . . . E ainda nós temos aí ações com os funcionários e com os associados, quando necessário: Encontro de Mulheres, Seminário da Soja, encontros, aqui, dos funcionários para agregação; feitos dentro desse processo de FATES. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: RATES]

Mas eu vejo que o cooperado, de cooperativa que funciona com uma boa saúde financeira, que tem bons negócios, que tem uma boa geração de sobras, não é, um bom faturamento, ele sabe e ele pede. Então, tu . . . 'Eu quero melhorar o meu solo, o quê que eu vou usar aqui?' Então, é direcionado uma assistência técnica, para depois ele requisitar aquele insumo, que também está dentro do negócio da cooperativa. É, uma outra forma, que são bolsas de estudo, não é? A gente vê algumas cooperativas fazendo intercâmbios, trocando ideias; então, mas isso também não é, normalmente, cooperativas menores, são cooperativas maiores. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: RATES]

Da mesma forma, o Entrevistado 15 relata que o benefício também pode ser estendido aos colaboradores, com o objetivo de oferecer aperfeiçoamento e capacitação aos funcionários da cooperativa.

Um [dos benefícios do FATES] é, aqui, hoje. Outros, é... A nossa cooperativa lá . . . ah, inclusive, a semana passada, teve um pessoal, uma turma, vamos dizer assim, fazendo o . . . fazendo a . . . se aperfeiçoando; porque a cooperativa, hoje, entrou num . . . como se diz, ela . . . o regulamento, que ela tem que estar . . . as pessoas habilitadas, os seus colaboradores capacitados. . . porque se não estão capacitados, não tem . . . Já aconteceu acidentes, e não deve se repetir. Então, estão sempre em curso, sempre em . . . estudando, sempre se aperfeiçoando. [Entrevistado 15 – Conselho Fiscal – Código: RATES]

Definir quais dessas ações de assistência serão realizadas pela cooperativa pode ser um desafio para a gestão, afinal, deve atender aos interesses e necessidades dos cooperados e dependendo do número de cooperados e volume da RATES, pode não ser possível atender a todas as demandas.

Cabe destacar que, assim como o apresentado no item 4.1, os cooperados, geralmente, não participam das decisões sobre as estratégias de retorno, tornando as decisões mais complexas no nível da gestão para não gerar conflito entre os cooperados e dos cooperados com a cooperativa.

Assim, cooperativas podem utilizar ações como a descrita pelo Entrevistado 11.

Eu tenho tantos casos; exemplo, assim, ó. Uma cooperativa aqui na . . . na Serra Gaúcha, não é muito grande; uma cooperativa pequena, ela distribui, só em benefícios de medicamento, para o cooperado, todo ano; o cooperado tem o direito de . . . é, ele recebe 25% das sobras, e do FATES . . . é 25% das sobras . . . e do FATES, ele recebe benefícios, medicamento para ele, para a família, para a mulher - que, hoje em dia, as pessoas de mais idade, e tal, é muito uso de medicamento -, o equivalente, até 70% do capital. Até 70%. Então, se ele, ele vai lá, e se ele tiver R\$ 5.000,00, de capital; calcula, ele tem direito de levar medicamentos a custo zero, de graça, por R\$ 3.500,00, por ano. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: RATES]

No caso explicitado pelo Entrevistado 11, a realização das ações pela RATES é direcionada pelo capital social, que é aumentado na cooperativa pela incorporação das sobras e também pela estratégia de juros sobre capital próprio. Tal diretriz utilizada pela cooperativa demonstra relação entre as estratégias de retorno que são utilizadas.

Ele recebe de volta o capital dele; e ainda, a cooperativa paga juros sobre o capital; e o capital dele fica lá se acumulando, entendeu? Porque ele não tira do capital, ele não tira do capital, esse dinheiro sai do FATES, mas o parâmetro é o capital. E eu até recomendei para eles não usar mais esse parâmetro do capital, que use um outro parâmetro. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: RATES]

Para o cooperado ter conhecimento sobre as ações que foram definidas pela gestão e são realizadas com recursos oriundos da RATES é necessário transparência e uma comunicação clara da cooperativa.

De acordo com a ITG 2004 (2017), quando as despesas de assistência técnica, educacional e social são absorvidas pela RATES, em nota explicativa a cooperativa deveria abrir as assistências que são realizadas e seus respectivos valores, como maneira de aumentar a informação ao cooperado dessa forma de retorno. Contudo, como visto no item 4.1.3 da análise documental, essa prática não está sendo adotada pelas cooperativas.

É preocupante [não ter informação sobre a assistência realizada pela cooperativa], porque você não tem . . . Novamente, voltamos, se não tem a informação . . . tu não tem a informação vinda da Administração. Qual é que é a estratégia da Administração? É usar ou não usar? Ou tu deixa por . . . a bem fazer do contador, que ele, de repente, ele fala, ele o presidente, troca uma ideia lá: Não, se alguém reclamar, tu faz. Então, entra muito mais assim de . . . Deixa eu ver o quê que dá, para depois eu fazer, tá? É, mais ou menos, assim. Tá? Eu estou dizendo na parte . . . nós estamos falando aqui, exatamente, da parte prática. Do dia-a-dia, como que ocorre na contabilidade. Por que? Porque se eu tiver que explicar muito, eu estou sujeito a alguém me chamar, e me pergunta: Vem cá, mas por quê que tu continua com . . . porque se eu tenho R\$ 400.000.000,00, gasto R\$ 2.000.000,00, e tenho R\$ 38.000.000,00. Vem cá, tu não podia usar isso aí para outra coisa? [Entrevistado 22 – Contador – Código: RATES]

Na DRE, enfim, mas não existe um nível de detalhamento, algo claro, não é, que seja transparente, que o cooperado, pesquisador, ou qualquer pessoa pegue, e tem um claro entendimento do que tem ali dentro, do jeito que está sendo gasto, não é. Então, seria uma dificuldade minha, eu não saberia, não conseguiria pegar um relatório e saber. Eu não sei, se isso aí é divulgado em reuniões; mas, eu acredito que não, também. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: RATES]

Essa abertura da informação sobre a RATES é uma questão importante para a transparência das ações realizadas e também para aumentar o conhecimento sobre essa reserva.

Por outro lado, quando a informação não é disponibilizada, gera desconhecimento e incompreensão da função e benefício da utilização da RATES por parte dos cooperados. Conforme apontado pelos cooperados membros do conselho fiscal que foram entrevistados pela presente pesquisa:

É uma coisa que eu vou buscar; é, eu, para dizer a verdade, não sei se ele é usado, e de que forma ele está sendo usado. Mas teve distribuição de lucros, também, né? . . . Sabe, isso [utilização da RATES] precisa ser falado. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: RATES]

Puxa vida, isso aí [utilização do FATES] é coisa que quase que ninguém sabe. Eles usam para nós, no caso, como parte de um donativo, recebe um papel, uma coisa assim, mas não muita coisa, o . . . é que eu sei . . . se é que estão aproveitando, senão não temos nem conhecimento, praticamente. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: RATES].

Não, isso aí [RATES] a gente tem pouca noção. Então, isso aí é muito interessante, né, essa parte, né, que a cooperativa oferece. Então, tem, é . . . é tudo atrelado, assim, esse lado bom, né, e eles melhora isso daí; Então, é . . . é, tem que vir tudo para competir com a concorrência, né, que não tem isso; às vezes, tem menos sobra, né. Então, é . . . e que também a diferença do preço, tem que ver esse lado, né, o que a cooperativa paga, de repente, na hora, um pouco menos, é, corrige essa parte, compensa, né. [Entrevistado 18 – Conselho Fiscal – Código: RATES].

Além dos relatos dos conselheiros de fiscalização sobre a falta de conhecimento e compreensão da RATES, os demais públicos entrevistados também percebem que os cooperados não percebem tal benefício.

Eu falo do ponto de vista . . . da cooperativa. Do ponto de vista do agricultor, ele desconhece isso, tá? Ele, ele não tem clareza de que ele tem esse. . . ele pode usufruir desse benefício [da RATES], a partir de uma demanda bem estabelecida, não é; então, ele não percebe isso, ele não . . . não consegue ver que ele pode dali tirar um proveito e melhorar a qualidade; então, é por aí, ele não percebe isso. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: RATES].

Eu acho que eles nem sabem. Nem sabem [o que é o FATES]. Nem conhecem. Não é? Não . . . e daí, também, a gente pode se questionar: Até que ponto, as cooperativas deixam isso transparente? Até que ponto, elas realmente colocam isso? Porque se ele entender, ele vai cobrar. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: RATES].

O que eu acho que é um tiro no pé, para a cooperativa, não fazer isso [utilizar a RATES]. É o que eu falei, se você não treina o seu cooperado, ou o seu funcionário, com a mentalidade cooperativista, você está construindo um cliente, ou um proprietário, ou um funcionário, que não entende o seu negócio, não é? Então, assim, como que você vai trabalhar com pessoas que não entendem o seu negócio?" [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: RATES].

Assim, ainda há espaço para melhorar essa compreensão e divulgação das ações realizadas com recurso da RATES nas sociedades cooperativas.

Eu vejo que a comunicação em relação ao que é o FATES, e qual que é a utilidade, eu vejo que ela pode ser melhorada. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: RATES].

E eu não sei como que está sendo gasto, efetivamente, esse dinheiro do FATES, não é; se está sendo realmente bem investido, não é, se esses investimentos estão trazendo um retorno adequado, e se ele está sendo eficiente, não é, para . . . para atingir o desempenho desejado. Eu não sei exatamente como está sendo feito isso; eu acho que ainda é um campo muito grande para se estudar e levantar, não é? [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: RATES].

Com a implementação de melhorias nas estratégias de comunicação e transparência, há ganhos para cooperativa, pois o cooperado passa a perceber esse tipo de benefício único das sociedades cooperativas.

Na medida que tu capacita, que ele percebe ganhos com isso, ele não te abandona, porque a . . . o incentivo é nesse sentido, é no sentido de apoio, no sentido de amparo, mas não numa visão assistencialista. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: RATES].

Esse processo também pode auxiliar na decisão sobre as ações que serão realizadas pela cooperativa, o que também é relatado como desafio por algumas cooperativas e justificativa para o baixo nível de realização da RATES.

E na medida, e aí vem mais uma vez, na medida que o associado fica mais consciente, na medida que tu tem uma governança maior, aí come . . . os Comitês começam a discutir esse tipo de alternativas, e começam a propor o uso do FATES numa outra . . . numa outra condição. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: RATES].

E isso a gente tem feito pouco, sabe; a gente gostaria de estar fazendo mais; mas, assim, o sócio também não tem muita . . . muita demanda, nesse sentido; e a cooperativa está tentando trabalhar nas questões que são mais estratégicas para ela. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: RATES].

Além disso, com o direcionamento das necessidades e interesses dos cooperados torna-se possível que os recursos da RATES sejam empregados no que é realmente necessário.

Eu já fiz, perto de 20 e poucos, ou 30, MBAs em cooperativas brasileiras, e várias delas pagaram esses cursos com dinheiro do FATES; mas, muitas não. E se você pegar a história dessas cooperativas, você vai ver; e o histórico de aplicação do FATES, que talvez a parcela de menor importância do FATES, ela é aplicada em Educação, o restante é aplicado em cadeira, caneta, em outras . . . essas coisas. Essa é bem importante. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: RATES].

Com base nesses benefícios descritos, ao levar a informação da reserva ao cooperado, já existem esforços de algumas cooperativas em demonstrar o que é essa

reserva, mesmo que em alguns casos a compreensão dos cooperados ainda não seja a desejada.

O conselho, o pessoal sabe o que é o FATES. Sabe, então, como é que . . . da onde é que é destinada a verba, que é o 5%. Sabe no quê que é aplicado: treinamento, ação social. Consegue compreender por causa da distribuição dos lucros. É muito divulgado isso nos lucros. . . . O FATES é uma coisa, tu pergunta para qualquer associado, ele vai te dizer. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: RATES].

Não, tem dificuldade; porque a gente sempre fala, assim, nas Assembleias, não é, nas Reuniões de Núcleo, quando a gente comenta: Ah, X% desse valor, vai para a Educação Técnica, Educacional e Social. Mas, assim, isso não tem um entendimento por parte deles, não é, digamos assim; até porque, daqui a pouco, falta um pouco, até de nossa parte, e de todas as demais cooperativas, não sei como é que as outras fazem, mas a gente abrir mais esse número, não é? Inclusive, agora, nas novas Normas, tem a obrigatoriedade de tu abrir isso em notas explicativas. [Entrevistado 39 – Contador – Código: RATES].

A transparência das informações torna-se ainda mais relevante pelo volume de constituição da reserva que algumas cooperativas apresentam em seus Balanços Patrimoniais.

Eu acredito que não seja difícil explicar esse fundo. Olha, aqui, é utilizado tanto . . . não sei, não tenho dúvidas, não sei se vocês sabem o valor que tem disponível hoje; mas, olha, que, na cooperativa, é bem . . . é um valor significativo. Então, eu acho, assim, ó, que está sendo bem administrado, e . . . mas tem, tem bastante recurso, sobra recurso, mas é que é bastante, até pelos volumes de ato não cooperado. Eu acho que a nossa cooperativa não está muito . . . ela está bem . . . Não, tem . . . tem o FATES, tem, mas ele não está muito alto não. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: RATES].

Da mesma forma, outro aspecto interessante é compreender por que em algumas cooperativas, mesmo realizando assistência técnica, educacional e social, por decisão da gestão e contador, os valores das despesas não são revertidos contra a RATES.

É para ser um benefício [a RATES], mas o nosso não é usado. Já faz 02 anos que eu estou . . . que eu estou dentro da Cooperativa, e já indaguei várias vezes a respeito; eles não usam para fazer um colchão, né, entre aspas, é assim que a gente fala, mas que na hora de uma necessidade; mas ele não é feito programas sociais, educacionais. Não existe. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: RATES]

Na percepção dos cooperados, a utilização da RATES poderia trazer benefícios aos cooperados, mas também compreendem porque a gestão não utiliza esse recurso.

[o não uso do FATES] tem dois aspectos, né. A gente vê, de repente, como poderia fazer alguma melhora na vida do . . . na vida da cooperativa, no cooperativismo, né, trazer os

agricultor; principalmente, os filhos do agricultor - que está um êxodo muito grande, né -, para dentro, com palestras, com instruções, com curso, para dentro da . . . do cooperativismo. E por outro lado, se tu vai pensar como os investidores, né; eles pensam assim, que pode acontecer uma crise, uma seca, alguma eventualidade, que a gente possa não ter dinheiro para se manter, e teria ali um recurso para ajudar os associados. Então, tem os dois lados; a gente vê de um lado; os administrador, do outro; até então, se existe uma legalidade nisso, a gente respeita. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: RATES]

Contudo, cabe destacar que a RATES não pode ser utilizada para absorver possíveis perdas, assim como a Reserva Legal, portanto, a justificativa apresentada pela gestão que é descrita pelo Entrevistado 14 não é válida e demonstra falta de compreensão dos cooperados sobre essa reserva.

Porém, uma justificativa para realização da RATES com cautela pelas cooperativas pode ser a falta de recurso em caixa, principalmente em momentos de crise. Da mesma forma, algumas cooperativas justificam a necessidade de manter a reserva para que em períodos de crise onde a RATES não será constituída, ainda haja recursos para ser empregado em assistência técnica, educacional e social. Esse é o caso narrado pelo Entrevistado 24, que está sendo vivenciado em sua cooperativa.

É, a gente tem FATES. Na realidade, o quê que acontece? Como a gente está com prejuízo, tem 02 anos, a gente não tem mais FATES, tá? Mas a gente está mantendo isso, só que a gente está entrando como uma despesa. Antes, a gente fala de 4, 5 milhões/ano, tá? Antes, isso, tudo era abatido, porque o . . . todo o resultado do ato não cooperado, que é o resultado dos supermercados, ia para o FATES, e mais uma parte das sobras do ato cooperado iam para o FATES. Então, a gente tinha uma sobrinha de 4, 5 milhões, de reserva . . . é o que a gente usava. Então, faz 02 anos que a gente mantém esse serviço, só que ele entra como uma despesa da cooperativa; assim como, o Auxílio à Educação; tudo isso, a gente alocava no FATES; e aí, no final do ano, mês a mês, a gente ia abatendo, para não aumentar no resultado; mas agora está dando porque o nosso fundo está zerado. [Entrevistado 24 – Contador – Código: RATES]

Contudo, essa explicação narrada pelo Entrevistado 24 não explica o cenário relatado no item 4.1.3 da análise documental.

Não [vejo o benefício do FATES], mas ele [FATES] é um benefício para o associado. Só que o que a gente . . . é, em relação aquilo que eu falei, por exemplo, a nossa cooperativa, ela não está usando o FATES para a Assistência, portanto, a Técnica, Educacional e Social; mas ela está fazendo a . . . essa Educação Técnica, é . . . e retira do . . . lança como despesa. . . . Como despesa no FATES sim . . . Porque se ela não tivesse fazendo, aí sim, aí a gente seria . . . Nós, até isso, nós já questionamos o Presidente, já conversamos como ele; mas, realmente, é feito a Assistência, mas como despesa; e o . . . a destinação do FATES continua lá; talvez, daqui uns anos, tenha um bom volume. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: RATES]

Por meio dos discursos dos Entrevistados 19 e 4, é possível perceber que uma razão pela qual a despesa da assistência técnica não é revertida contra a reserva é para que a cooperativa mantenha um alto volume de patrimônio líquido.

Olha, eu não tenho nada contra [o aumento da FATES], né. É uma questão aí de . . . de contabilidade, de . . . não sei como é que fica. Mas, a verdade é que quem está fazendo isso, está . . . não está usando isso daí, está dizendo que é para ter uma saúde financeira melhor na sua cooperativa. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: RATES]

O que a gente percebe em grandes cooperativas, não é, bem representativas do . . . do movimento, que têm uma visão, ao meu ver, equivocada, é . . . do uso do FATES, para fazer capitalização do negócio, vamos dizer assim, não é; é, manter aquela conta gorda, ali no patrimônio líquido, para criar lastro para negócio. E isso, ao meu ver, é um equívoco, não é. E não é para Assistência não, elas fazem, e fazem muito; elas só não passam isso pela conta do FATES, elas jogam direto para despesa, e vão deixar na conta FATES, e crescendo, e crescendo, é . . . lá no patrimônio, e eu entendo que isso é um equívoco. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: RATES]

É importante frisar que tal estratégia para inflar o patrimônio líquido da cooperativa e demonstrar uma situação econômica favorável não corresponde ao objetivo da RATES, definida na Lei nº 5.764/71, pois não resulta em um benefício técnico, educacional e social para os cooperados. É claro que, uma realização na mesma proporção da constituição da RATES pode ser inviável para a cooperativa, pois depende de recursos financeiros, mas, nesse caso, o questionamento é direcionado para cooperativas que realizam assistências da natureza da RATES, mas optam por não reverter as assistências contra a reserva.

Considerando a finalidade singular dessa reserva e também a orientação legal para sua constituição e formas de realização, procurou-se compreender quais são as explicações para esse fenômeno observado, afinal trata-se de um retorno que deve ser concedido em prol do cooperado, caso contrário, não cumpre a sua finalidade. As demais explicações apresentadas pelos entrevistados serão exploradas no item 4.3.5.2.1 da presente tese.

Cabe destacar que, diante do aumento do nível da constituição da RATES frente à sua realização, a questão do nível de reversão da RATES nas cooperativas agropecuárias e a forma como a reversão deve ser realizada, começou a ser tema de eventos da classe contábil ao longo de 2018, fazendo com que os contadores também passassem a repensar a questão.

Sabe, que o ano 2018, esse que nós estamos acabando agora, está sendo um diferencial. Eu participei de três eventos esse ano, e dos três eventos que eu participei, o maior assunto era FATES, ou RATES. Por que a não utilização? Por que nós gerarmos 3,

4 milhões, de crédito, ao FATES, anualmente; e utilizar 30, 45 mil reais; quando, efetivamente, só com Assistência Técnica, gastamos 2 milhões, 2 milhões e meio? E a gente fez questão de trazer isso ao Conselho de Administração, na última reunião, que aconteceu em novembro. A penúltima reunião. E foi determinado, pelo Conselho, o seguinte: Toda Assistência Técnica, da cooperativa, a partir do exercício de 2018, deverá ser, obrigatoriamente, utilizado o FATES. Bom, então, eu estou dizendo com isso, que depois de . . . a cooperativa tem 60 anos, não é, de 59 anos, 2018, nós vamos, efetivamente, utilizar os recursos do FATES, para cada objetivo que foi determinado. [Entrevistado 29 – Contador – Código: RATES]

Um papel importante para o sistema cooperativista é justamente socializar o conhecimento sobre a RATES, até mesmo como forma de incentivar a sua utilização.

Então, para o cooperativismo, e para as cooperativas, eu acredito que cabe uma mesma forma de enxergar esse processo. Tem cooperativas que, provavelmente, enxergam essa reserva como um meio de desenvolvimento, e outras que não. É um processo, também, de socialização da informação, de entendimento do quê que é esse Fundo de Reserva, não é; para quê que ele pode servir, não é; e enxergar isso como uma oportunidade, e não como um problema. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: RATES]

A RATES deve ser compreendida como um diferencial do sistema cooperativista que consegue reverter um ato puramente econômico de natureza das empresas de finalidade econômica em um benefício com objetivo social e alinhado ao propósito da cooperativa de atender às necessidades do seu cooperado.

Quando há um desvirtuamento da RATES, de forma intencional ou não, o cooperado pode ser prejudicado e a cooperativa pode demonstrar que não está alinhada com os interesses e necessidades de seus cooperados. No item a seguir, explora-se os motivos da não utilização da RATES, mesmo quando a cooperativa realiza assistências, preocupações sobre a questão e sugestões de como incentivar sua utilização.

4.3.5.2.1 Utilização da RATES

O tema sobre a utilização da RATES foi o que obteve maiores contribuições ao decorrer das entrevistas, foram 152 referências codificadas, com relatos e experiências sobre o tema, a partir de 35 entrevistas realizadas. Esse tema demonstrou ser um dos achados relevantes da tese e também o motivo de inquietação por parte de muitos entrevistados.

Conforme descrito no item 4.3.5.2, a falta de utilização da RATES é compreendida como um desvirtuamento na finalidade dessa reserva. Para os

Entrevistados 2, 11 e 38, o que existe hoje é um gerenciamento dos recursos dessa reserva pelas cooperativas.

É um desvio. Mas, talvez, eu sei que . . . eu sei assim, ó. Tem, tem cooperativas que nunca realizaram a RATES, fizeram aquele discurso, que usam esse recurso como uma espécie de giro, de sei lá o que; mas é justamente o que você fala, é um desvio; porque, na verdade, você pode usar o recurso, não realizar ele e comprar um prédio, não é; e ele está lá contabilizado como RATES. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

Então, o que falta no cooperativismo, e eu acho, tá, que as cooperativas deviam usar mais o FATES. Eu vou te passar um estudozinho, que eu só não te passo agora, porque não está atualizado. É, o quanto as cooperativas estão acumulando de dinheiro no FATES. E, na verdade, isso é um desvirtuamento da finalidade do FATES. . . . o FATES já está sendo desvirtuado. É aplicado como capital de giro e imobilizado. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Fundo ou Reserva de Assistência Técnica, ele é realmente abrangente e fantástico; e tem algumas coisas importantes a considerar. Começaria dizendo o seguinte: hoje, nós temos cooperativas que se valem do . . . vou falar RATES, aqui porque FATES e RATES, tanto faz. Se valem desse recurso para capitalizar a cooperativa. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

O desvirtuamento da finalidade da RATES também leva a um questionamento sobre a finalidade da organização como cooperativa, pois não se trata de uma organização de capital, mas sim de pessoas, conforme relatado pelo Entrevistado 11. Sendo uma organização de pessoas, o intuito é gerar benefício aos cooperados por meio da realização da RATES, conforme apontado pelo Entrevistado 8.

Não é por quanto patrimônio ela acumula, é pela diferença que ela faz na vida do sócio. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

É uma burrice. Claro, pô. É uma burrice, pô. Se eu . . . se eu sou gestor, e quero ter uma boa gestão, o que é que eu tenho que fazer? Eu tenho que dar benefício para o meu associado. . . . Então, esse dinheiro, eu tenho que botar na mão dele; figuradamente, na mão dele. Mas como é que eu vou fazer isso? Vou dar curso? Vou dar treinamento? Vou dar Pós-Graduação? Ou, sei lá, assistência agrícola, do . . . então, boto um Técnico lá, boto . . . Eu acho que tem tanta coisa que eu posso fazer, que beneficia o associado, lá na origem da cooperativa. Então, a cooperativa existe para beneficiar o associado. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Utilização da RATES]

É importante destacar que a lei das cooperativas não determina que o recurso destinado para a RATES deve estar disponível em uma conta específica, então há a possibilidade de a cooperativa imobilizar esse recurso ou utilizar como capital de giro.

E só o que faltaria é dizer o seguinte, ó; assim, como a ANS exige, ó: Os ativos garantidores têm que ser depositados numa conta específica, o dinheiro tem que estar reservado. Só faltou dizer isso para o FATES, porque se a lei diz que é para aplicar em Assistência Técnica, Educacional e Social, não é para aplicar em estoque, não é para aplicar

no mercado financeiro, não é para aplicar no imobilizado, numa filial ou em frota de veículo; é para aplicar em Assistência Técnica. Então, tu não aplicou naquilo que a lei determina, está desvirtuando. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Encaram o FATES como patrimônio, como cadeira, como mesa; como um fundo de disponibilidade, para a cooperativa, importante, para criar um colchão contábil dentro da cooperativa; e é esse FATES que é ajustado em cada um dos balanços, da cooperativa, de forma a manter, de certa forma, a própria liquidez da cooperativa. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Nesse aspecto, é interessante comparar o volume de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras com os recursos da RATES. É esperado que pelo menos o valor indicado na RATES esteja contido nesses ativos descritos.

Conforme o cenário já apresentado sobre a constituição e realização da RATES, o Entrevistado 11 também narra a sua percepção e estudo sobre a questão.

É nessa linha. Eu não me lembro se eu peguei, ou não, o Balanço da Cooperativa X, eu não me lembro, porque eu peguei de umas grandes, não é; e a conclusão que eu cheguei é o seguinte, ó. É que, desse grupo de cooperativas que eu peguei, a cada R\$ 100,00 que era destinado ao FATES por ano, só estavam aplicando em torno de 30; ou seja, 30%. Então, o FATES estava num ritmo de crescimento muito maior do que o capital. E eu fiz uma projeção, que, em 02 anos, o FATES, nas cooperativas, seria maior do que o capital social. Já passou. Já passou. Na amostra que eu peguei, ainda não tinha chegado. Então, é, o FATES é o caminho. Eu acho que o FATES, e ali é que a cooperativa vai se justificar de ser uma sociedade diferente da empresa de capital. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

O estudo narrado pelo Entrevistado 11 revela dados semelhantes aos apontados no item 4.1. Com o valor que permanece disponível na RATES pela falta de absorção das despesas de assistência técnica, educacional e social, ou pela falta de realização desse tipo de assistência por parte da cooperativa, a RATES acaba sendo uma fonte de capital de giro para as cooperativas.

Na verdade, o . . . me parece, que é o . . . a RATES, hoje, ela é utilizada para compor o fluxo de caixa das cooperativas, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Na realidade, nós estávamos usando o FATES, como capital de giro, lá, e tal. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Olhe, só, ele está no giro; se ele está no patrimônio, ele está no giro. Olha, eu não . . . eu não . . . o dinheiro não está carimbado, não é. Ele está lá no patrimônio líquido, a origem está lá, ou ele está aplicado no Ativo; ou, ele pode estar fazendo parte do imobilizado, ele pode estar no estoque, pode estar no financiamento. Não tenho como marcar ele. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Então, ele se relativizou, ele virou um Fundo de Capital um Fundo de Manutenção de Capital de Giro. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Não, tem uma única razão, ele é o melhor capital de giro, mais barato, da cooperativa. É isso aí. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Por que? Porque, na verdade, o FATES, ou RATES, não é; o antigo FATES; hoje, RATES. Ele se tornou uma fonte de capital de giro. Simplesmente, por isso. Se eu utilizar, eu estou diminuindo o meu capital de giro. Como nós temos problemas em termos de financiamento das atividades, nós temos problemas de capitalização da cooperativa, há uma maneira de você fazer isso, não é, que é juntando recursos no FATES; ou, em outros fundos, outras reservas. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

Dentre os relatos obtidos como possíveis explicações para o fato de as cooperativas não realizarem a RATES de maneira proporcional à sua constituição, a explicação de que essa reserva é uma fonte de capital para a cooperativa, funcionando como capital de giro, foi a que mais se repetiu durante as entrevistas realizadas.

De acordo com o Entrevistado 27, esse capital de giro advindo da RATES é usado para financiar o fluxo financeiro da cooperativa, entre o valor pago pela produção do cooperado e o valor a receber, sendo também um benefício ao cooperado, caso contrário não seria possível pagar pela produção nas condições de prazo atual das cooperativas.

Então, eu acho que tem um pouco de desconhecimento sim, que a gente falou; mas, também, tem um pouco de jogada contábil, financeira, de capital de giro mesmo. É, as Cooperativas Agros, elas têm, é . . . um . . . uma diferença entre o momento de receber a produção, de pagar o cooperado; de receber, é . . . o valor do cliente, não é; então, às vezes, esse valor faz diferença, esse valor da RATES, importa em ele conseguir manter esse fluxo de caixa sem maiores problemas. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

O Entrevistado 22 justifica que entende a finalidade da RATES e acredita ser válida, mas frente à necessidade de capitalizar a cooperativa, essa reserva torna-se uma fonte interessante.

Normalmente, eu tenho . . . eu tenho visto aí o seguinte. Por uma . . . por um lado, eu vou fazer só um comentário do . . . porque os outros comentários a gente já fez. Eu sou plenamente a favor de . . . de usar o FATES, e o RATES, para a educação, formação e informação, que está dentro do quinto princípio; mas eu vou fazer um comentário, exatamente, pelo outro lado. Tendo em vista a falta de política . . . tendo em vista a falta de política de capitalização das sociedades cooperativas, principalmente, definida, é . . . nas cooperativas de produção, ter recursos específicos para capitalização delas, que venham linhas de recurso, não é; e a transparência disso aí; porque, na verdade, voltamos a transparência. Então, eu tenho . . . eu tenho, realmente, num determinado . . . num determinado momento . . . não é que eu tenha . . . que eu sou favorável, eu estou dizendo que isso cria uma justificativa para as cooperativas não . . . não se empenharem para gastar o dinheiro do FATES, do RATES. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Para os Entrevistados 2, 24, 27 e 45, a utilização dessa estratégia não gera prejuízo para o cooperado, muito pelo contrário, visa a saúde financeira da cooperativa por meio da criação de fundos mais robustos, algo que o gestor da cooperativa deve se preocupar.

Eu acho que esse valor que está, nos fundos, ajuda na solidez da cooperativa, talvez para demonstrar saúde financeira: Ó, nós temos tanto dinheiro em fundos, em caso de liquidação, que pode... que podem suprir. E aí, talvez, a . . . por isso se opte por não realizar, ou por fazer uma realização menor; então, para ser um fenômeno. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

Então, eu acho que é uma estratégia conservadora, que muitos administradores usam, para manter, e, digamos assim, deixar os fundos mais robustos; porque mal não faz, não é? Tu não está logrando ninguém. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Então, ele está no meu ativo? Ele está financiado? Ele está no meu Imobilizado? Ou ele está no banco? Ou ele é um capital de giro? Então, muita . . . eu já vi cooperativa que não tem interesse de usar, por que? Para manter . . . é como se fosse uma Reserva utilizada para a manutenção das atividades. Então, em vez de usar aquela prerrogativa de se criar um novo Fundo, joga na RATES, mas não usa a RATES. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

Olha, isso, tem alguma estratégia por trás de cada uma. A própria Cooperativa X também, ela foi construindo a sua solidez . . . e usando menos; porque, FATES, não significa que tem caixa. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

O Entrevistado 2 destaca em seu relato que a RATES e demais reservas “*em caso de liquidação, que pode . . . que podem suprir.*”, contudo, em caso de liquidação da cooperativa o recurso disponível na RATES deve ser destinado ao governo, segundo a Lei 5.764/71, direcionado para o extinto Conselho Nacional de Cooperativismo.

Um dia, que a cooperativa quebra, vai levar esse Fundo para o Banco Central . . . leva para o Governo, não é. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Então, assim, eu já vi cooperativa pequena com dificuldade financeira, com a RATES muito grande - é, uma RATES, não é, a gente tem dificuldade de mudar -, com uma RATES muito grande, e dizer: ‘Eu tenho esse dinheiro parado, eu posso usar para pagar as minhas dívidas?’ A gente diz a resposta certa, é: Não. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

É importante salientar que mesmo sem realizar a RATES, a cooperativa pode estar prestando a assistência técnica, educacional e social que o seu cooperado necessita; contabilmente, a questão é que não há a reversão contra a reserva, mas o benefício concedido existe.

Então, não há preocupação, ele fica lá de Capital de Giro, vamos dizer assim. Afinal de contas, a cooperativa não deixa de dar Assistência Técnica. A cooperativa não deixa de investir em Educação. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Olha, até hoje a gente estava gastando dentro da despesa, sem usar o FATES. Tá? Isso, sem reverter. Agora, nós acertamos com o Contador, para fazer a parte da Assistência Técnica, com reversão, esse ano. E o ano, a partir do ano que vem, vamos fazer uma conta específica para poder fazer todo esse processo, que eu disse, com o uso do FATES. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Contudo, contabilmente, a despesa de assistência técnica, educacional e social não pode ser visualizada diretamente na Demonstração de Sobras ou Perdas, pelo menos, a ITG 2004 (2017) não determina esse tipo de evidenciação para despesa, a menos que a despesa seja absorvida pela RATES. Assim, atualmente, a absorção da despesa pela RATES assegura que esse benefício será evidenciado ao cooperado, e torna possível comparar o nível em que cada cooperativa presta assistência ao seu cooperado.

É claro que até mesmo quando a absorção da despesa pela RATES é realizada, cabe à gestão comunicar o que é essa reserva e o benefício obtido por meio de sua realização. Contudo, para os Entrevistados 8, 11 e 12, a gestão pode não ter interesse em que o cooperado compreenda o que é a RATES para que o mesmo não venha exigir a sua realização.

É, eu acho, daí é uma questão de gestão. Ok. Muito bem. Agora, por que isso aqui? Bom, eu já vi gestores não gastar, entre aspas, esse dinheiro, para poder deixar aplicado lá, para ter . . . para fazer crescer. Agora, realmente, isso aí é . . . é sacanagem . . . porque eu tenho que aplicar isso aqui, é um direito que o associado tem. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Então, falta . . . aí eu acho que é um pouquinho de ingenuidade, de explorar um pouco isso, e . . . no sentido positivo, assim, não é; dizer: Olha, a cooperativa tem o fundo, ela aplicou em tal, em tal, em tal, finalidade. Parece que é, tipo, assim: Não vamos abrir os olhos do cooperado, porque ele vai perceber que . . . que a cooperativa tem esse recurso, pode aplicar, e tem um montante de valores aqui. Então, deixa isso quietinho, não vamos comentar, e a gente aplica. E aí aonde aplicar isso, é uma . . . é uma dificuldade. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Se eu quisesse, como gestor, mostrar o benefício . . . É possível. O produtor fica sempre atento às informações. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Por outro lado, conforme o apontado pelos Entrevistados 11, 24 e 28, a intenção da gestão também pode ser positiva, tendo em vista a preocupação com a saúde financeira da cooperativa. A despesa com assistência técnica, educacional e social

pode não ser revertida contra a RATES como uma estratégia para não aumentar o resultado que será distribuído ao cooperado.

Nós temos casos de cooperativas, inclusive, que fazem questão de manter todos esses gastos - não que não tenham, têm grandes volumes de gastos investidos -, manter no resultado, exatamente para diminuir o resultado, para fazer o . . . administrar o resultado, para que ele seja menor, inclusive, não é? Para que? Assim, ah, para não levar tanto para o resultado para distribuir, e ser menor. Ou seja, são recursos que os gestores utilizam, para promover o que? A capitalização. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Aí eu acho que está muito vinculado com a estratégia da cooperativa, porque se tu faz isso, daqui a pouquinho, tu diminui o resultado, diminui as sobras e diminui a distribuição; então, é que nem falava ali, não é? Tudo diminui. Então, tem a estratégia de não distribuir. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Não sei, se os outros gestores te disseram isso, mas aqui mesmo com todas . . . que tudo o que a cooperativa faz . . . Não usa. Não, e até a questão de sustentabilidade, não é; porque, vamos dizer, que, num período futuro, não dê as sobras esperadas, e tu tem que continuar fazendo a Assistência Técnica; então, você tem que ter uma reserva, nesse RATES, para você conseguir fazer isso, senão fica difícil. A gente tem mercado e posto de gasolina, aí você vai agregar.” [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Conforme demonstrado no item 4.1.3.2, ao realizar a assistência técnica, educacional ou social, a cooperativa reconhece uma despesa no resultado do exercício. Ao final do exercício, o contador, juntamente com a gestão da cooperativa, deve decidir se essa despesa será revertida, ou seja, absorvida pela RATES. Caso a despesa seja revertida, essa reversão faz com que o montante de assistência técnica, educacional ou social volte a compor a base para as destinações ou as sobras à disposição da assembleia, seguindo a orientação da interpretação da ITG 2004 (2017) emitida pela OCB. Em ambos os casos, esse processo de reversão faz com que sobras à disposição da assembleia aumentem, e é possível, dependendo da política de distribuição de resultado da cooperativa, que esse valor seja distribuído ao cooperado, o que poderia ocasionar a descapitalização da cooperativa.

Então, eu tenho que ter resultado no ano, para poder pegar aquele resultado, e tirar da conta FATES. Então, se eu tiver um montante grande no FATES, que eu construí no passado, e agora eu não estou tendo resultado, eu sou obrigado a não usar isso também, porque senão eu vou sangrar o meu caixa. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Contudo, conforme o relato do Entrevistado 29, a cooperativa existe para gerar retorno aos seus cooperados e sendo essa uma reserva destinada para esse propósito sua realização deve ocorrer, e outras reservas para capitalização podem ser criadas pela cooperativa como forma de resguardar a sua saúde financeira.

Eu vou ter um exemplo agora, eu posso te comentar depois que nós acabar as nossas Reuniões de Núcleo, não é. Nós vamos dizer para ele isso, tá? Que já está definido lá na minha pauta, no meu trabalho lá, que a gente vai apresentar, vai dizer o seguinte: Olha, houve uma mudança de critério, e nós estamos tirando toda a despesa de Assistência Técnica que nós tivemos, de treinamento com o quadro funcional, a partir desse exercício, não está sendo mais uma despesa de desembolso do produtor. Nós estamos devolvendo ao resultado esses valores. É óbvio, que isso eu vou colocar lá, dizer: Olha . . . esse R\$ 10,00, agora vai receber R\$ 10,80, por cada saco. Quer dizer, aumentou o teu benefício. Esse 25% que nós distribuimos é um benefício para ele. Então, eu acho que vai ser uma coisa boa; e a cooperativa tomou essa decisão, eu acho, na hora certa, Paola, é... Nós temos outras reservas para capitalizar. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Nesse sentido, o Entrevistado 45 aponta que é possível conciliar a estratégia de reversão da RATES que irá aumentar o resultado que será distribuído, com a realização restrita ao reconhecimento da despesa do exercício sem reversão.

Então, tem por trás alguma estratégia; ou, uma estratégia de solidificar a cooperativa, para um dia usar de uma forma mais correta. A Cooperativa X acabou, entre aspas, ela foi usando o FATES de uma forma mais amena, menos até do que que estava entrando, para depois chegar no estágio, como nós chegamos agora, e poder estar usando o FATES um pouco mais. Para que? Para que tu possa, poder fazer este uso, sem interferir no caixa e na estratégia . . . na saúde financeira da cooperativa, não é? [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Na explicação descrita, as assistências técnica, educacional ou social são realizadas pela cooperativa e representam desembolso financeiro, nesse caso, a discussão gira em torno do processo contábil. Porém, há casos em que as cooperativas não realizam assistências, ou seja, não ofertam esse tipo de benefício ao cooperado, e uma das explicações pode ser porque o recurso reconhecido na RATES não está realmente disponível, mas sim imobilizado na cooperativa.

Pegava o dinheiro do FATES, imobilizava, investia em novas Unidades, em capital de giro, estoque, etc. e tal; e aí diz assim: Não, nós não podemos distribuir, porque não tenho a moeda, não tenho dinheiro na mão; então, acaba não destinando para a fina. . . . Mas todos esses itens que tu numerou. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Está tudo imobilizado, não é? Não existe essa diferenciação. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Eu acho que muitas cooperativas têm a RATES, mas não tem liquidez desse valor. E daí é . . . aí sim, aí é uma questão de desvio. [Entrevistado 12 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

Para evitar que esse desvio da finalidade da RATES ocorresse, o Entrevistado 8 relatou a contribuição de um cooperado durante a assembleia geral, que tinha por

intuito garantir que o dinheiro da RATES estivesse pelo menos disponível e não imobilizado.

Aliás, eu tive um . . . tive numa Assembleia um associado que queria, e queria que o dinheiro do FATES tivesse uma conta específica, aplicado numa conta específica. Eu, no momento, achei de um que era um absurdo, mas daqui a pouco, começo a pensar que não é tão absurdo assim. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Outra explicação pode estar atrelada à questão do incentivo à formação e profissionalização que o próprio SESCOOP realiza em prol das cooperativas, por meio da capacitação de cooperados e colaboradores. Os Entrevistados 1, 11 e 12 relatam que o alto investimento que o SESCOOP faz auxiliando na assistência educacional e social implica em que as cooperativas não se vejam na obrigação de prestar esse tipo de assistência.

E, em muitas cooperativas, até por terem acesso aos recursos do próprio SESCOOP, utilizam mais o recurso do SESCOOP, ou todos os . . . ou aquilo que ela tem direito, e acabam não utilizando esse... essa outra possibilidade que elas têm também, não é; que seriam, são recursos próprios, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Utilização da RATES]

para mim isso é uma falha das próprias administrações. Hoje, estão muito, assim: 'Ah, a gente tem que fazer curso, tem que fazer isso e aquilo, a gente usa dinheiro do SESCOOP'. Tá. Só que, assim, ó, é . . . não é . . . o uso do FATES não é só cursos, não é só capacitação, é muito mais amplo. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Altos investimentos, via SESCOOP, todos os treinamentos, capacitação. Bolsa de estudos, nós também temos. E o FATES, das cooperativas, seria, praticamente, para Assistência Social. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

A não utilização da RATES possui diferentes explicações, mas para o Entrevistado 29 também é preciso destacar que a questão pode ser o comodismo do contador.

E eu concordo com isso. E claro, que a legislação veio e nos obrigou a fazer essa coisa. É aquela história: Por quê que a gente não utilizava o FATES? Comodismo. A gente capitalizou o sistema, como um todo, não é? Mas, hoje, eu acho que as coisas estão mais assim, ó, pelo menos, na nossa parte, bom patamar, está legal. O FATES, tem lá, 30, 40 milhões, engordando ele todos os meses, todos os anos. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Nesse sentido, além do comodismo, a própria falta de conhecimento do contador sobre a contabilidade específica para cooperativas, ou o receio de utilizar a RATES de forma distinta da previsão legal também podem ser fatores que explicam a questão apresentada nesse tópico.

Pode ser falta de conhecimento do contador, também. Sei lá, eu como contador de uma Cooperativa Central, eu tenho contato com muitos contadores a gente tem contadores, infelizmente, mesmo com os nossos programas de Educação Continuada, enfim, tu tem contadores de todos os níveis, assim; mas, tipo, eu não acho que . . . Das duas, uma, que eu vejo assim, é . . . você está me dizendo que isso acontece, mas não vou duvidar de ti, mas eu desconhecia, assim, que: Ah, o cara tem lá despesa de Educacional, de Assistência Técnica, mas ele não reverte. Das duas, uma, ou é falta de conhecimento do contador, ou é uma decisão de Conselho, de que o seguinte: Deixa aí, não vamos disponibilizar isso para a Assembleia. O que é errado, não é? [Entrevistado 36 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Eu acho, nesse ponto do . . . do aumento do FATES, não é, com relação a . . . justamente o ato não cooperativo, é . . . eu creio que aí é uma falha também contábil; que eu já . . . já passei em algumas cooperativas, que coisas . . . é, despesas, não é . . . custos que poderiam ser revertidos do FATES, não são, e entram no resultado comum da cooperativa; e eles não utilizam do FATES, talvez por desentendimento, também, de como contabilizar, não é; e o corre-corre, e uma questão da contabilidade terceirizada. De não ter a comunicação entre o financeiro e a contabilidade; eu acho que isso aí é um grande impasse para ter as coisa assim. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Talvez até uma falta de conhecimento dos contadores, não é? Pode ser, porque aquilo que está na lei, e é o que está no estatuto, isso é possível, não é? [Entrevistado 39 – Contador – Código: Utilização da RATES]

O desconhecimento pode ser também da própria gestão da cooperativa que pode não estar habituada com a questão contábil da reversão, ou ainda, com a compreensão de que a cooperativa por sua essência social, deve prestar esse tipo de assistência ao cooperado.

Então, muitas vezes, as cooperativas, elas não fazem mais, com esse recurso, e de maneira melhor, porque ela desconhece, e ela não consegue dar dinâmica para essas atividades; e com isso, ela se prende à atividade principal. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

No caso da cooperativa, há um desconhecimento sobre a função, não é; e sobre o uso, no quê que pode ser usado, etc. e tal. Me surpreende, inclusive, a parte de contabilidade das cooperativas, não é. Eu acho que é menos uma questão estratégica, e mais uma questão de desconhecimento. Eu não posso acreditar de que seja deliberado o não uso do FATES. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Por exemplo, se a gente for pelo foco do entendimento da gestão de uma cooperativa; é, parte-se do pressuposto que os gestores, enfim, os tomadores de decisão, têm um conhecimento dos mecanismos que existem no cooperativismo e façam uso deles. Uma das suposições pode ser desconhecimento, não é, da oportunidade de uso desse recurso para determinados fins; que, provavelmente, estão sendo realizados com outros recursos. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Não, eu acho que . . . eu acho que isso não, não é; eu não sei se chega a um nível desse, de não querer entender, se . . . ou de . . . de uma má intenção, nesse sentido. Eu acho que é, na realidade, pela impressão que eu tenho, enfim . . . é má formação do próprio gestor. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Mas, o uso da RATES, não é todo cooperado que sabe; aliás, nem toda Diretoria; e, às vezes, o gestor também não sabe muito bem o que fazer com isso. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Utilização da RATES]

No caso da gestão profissionalizada, muitas vezes, o gestor contratado possui conhecimento do negócio e do mercado que a cooperativa está inserida, mas isso não significa que compreende o cooperativismo e a estrutura única de funcionamento da cooperativa. Por outro lado, em cooperativas onde não há a gestão profissionalizada e por vezes o presidente da cooperativa assume a posição de executivo, o desconhecimento está relacionado ao nível de formação que esse gestor apresenta. Assim, a educação cooperativista se torna fundamental para que não haja desconhecimento sobre a RATES em nenhum dos dois cenários apresentados.

Com o intuito de direcionar a realização e a compreensão da RATES, algumas cooperativas criaram o regulamento para a utilização desses recursos, conforme indicado pelo Entrevistado 11.

Ela, no ano passado, ela criou um regulamento de uso do FATES. O regulamento foi aprovado no Conselho da Administração, porque ele já prevê estatutariamente, não é; mas, o Conselho, para não dizer assim: Serve, não serve? Usa, não usa? Em que circunstâncias? Ele está bem . . . bem definido, no regulamento, para que fins, para que finalidades, o FATES deve ser utilizado, deve ser aplicado. É uma das poucas cooperativas, das que eu conheço, que tem um regulamento disso. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

O FATES é gigantesco, a gente sabe que o Sistema Cooperativo Agropecuário Brasileiro, tem. Mas nós mudamos. Então, em 2018, por decisão; quer dizer, é um pedido nosso, numa discussão com o Presidente, e o Conselho de Administração homologou, é óbvio, não é, integralmente, dizendo que já era para ter feito. E assim, a gente vai fazer a partir de agora; pelo menos, a decisão está tomada. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Para alguns entrevistados, o alto volume da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social não é somente explicado pelas decisões tomadas pelas cooperativas, mas também um reflexo da incompatibilidade da Lei nº 5.764/71 com o contexto econômico atual.

É necessário compreender que os parâmetros aplicados nas cooperativas também se alteraram, sendo que o volume da transação com não cooperados aumentou ao longo do tempo, o que pode fazer com que se torne inviável estabelecer uma margem equilibrada entre a constituição e realização da RATES por parte das cooperativas.

Apesar de que, especificamente, falando, aqui, mais do Agro, é . . . olhando assim, até um passado muito recente . . . isso é um fenômeno, tá? É, o percentual de operações com

terceiros um tanto elevado. Eu venho lá de uma época, onde, para a cooperativa operar com terceiros, tinha que ter autorização do Órgão Executivo Nacional. Tá? Era feito uma comunicação para a Receita Federal, todo ano, por escrito. E o CNC, que agora não existe mais, ele autorizava. Ele autorizava: 'Ok, está autorizado até o limite de tanto'. Tá? E as cooperativas tinham, assim, um . . . ela só operava com terceiro, não como . . . como uma coisa automática. Auxiliar. Era tipo, assim, ó: Quebrou a produção do cooperado, caiu a safra. É, deu uma crise. Tá? Então, vamos buscar no mercado. Hoje, a cooperativa já se prepara para operar com um terceiro, com um não associado. Então, isso, eu acho que tem que ser repensado. O FATES engordou muito; e aí eles acabaram dizendo, assim: 'Olha, a cooperativa tem que crescer, vamos investir'. Pegavam esses recursos, porque o dinheiro está lá no caixa, o dinheiro está no giro. E os lucros de terceiros e mais o percentual estatutário, em muitos casos, na maioria, o resultado da aplicação financeira ia tudo para o FATES; então, é isso aí, o FATES subindo de elevador, e o capital descendo pela escada, não é. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Eu até estive lá no seminário, lá na Ocergs, que lá foi debatido esse assunto. Uma coisa, é porque o resultado dos atos não cooperativo, eles vão para o RATES. No nosso caso, por exemplo, assim, o que mais impacta para nós, é a questão das receitas financeiras, da aplicação financeira. . . . Nós temos outras operações, também, de supermercado, farmácia, tal; assim, que é de ato não cooperativo. Esse resultado, todo ele, vai para lá; mais 5% do ato cooperativo, vai para lá também. E o nosso dispêndio, que a gente tem com o fomento, e tal; quer dizer, ele é enorme. Por isso que ela cresce mais. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Utilização da RATES]

É, na verdade, assim, eu não . . . eu não concordo muito com a regra, sabe; essa regra de ter o resultado, com terceiro, ser totalmente destinado; porque, hoje em dia, cada vez mais, as cooperativas vêm atuando com terceiros, entendeu? A cooperativa tem supermercado, vem diversificando as atuações, cada vez mais trabalhando com terceiros; e esses resultados com terceiros, a gente sabe que, obrigatoriamente, tem que ser destinado. E lá, na Cooperativa X, tem isso muito... muito presente; o RATES vem, cada vez mais, ficando maior, maior; . . . É. Eu, na minha opinião, a regra está errada, a regra está defasada; eu acho que deveria ser repensada, com certeza. Eu acho que sim. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Tem cooperativas, se elas fossem distribuir, em forma de benefício, todo o FATES, não seria possível, ou muito longe do disponível. Tá? Porque o volume de recurso originado da operação com terceiro é muito grande, destinar tudo para a Assistência Técnica, Educacional e Social, sinceramente, em muitos casos, eu acho que é um exagero, e seria altamente prejudicial à cooperativa. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

E aí, então, se existe uma obrigatoriedade de que o FATES seja um percentual, desse faturamento, do ato não cooperado, eu acho que talvez ele não esteja bem dimensionado, hoje em dia; porque a realidade realmente mudou, não é? Agora, quando que vão conseguir, de fato, revisar a lei de 71, e melhorar esses parâmetros, eu não sei; porque, se tem uma conversa, já . . . já faz tempo, não é, que está se arrastando. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Nesse sentido, a percepção do Entrevistado 36 é de que o problema não está no volume de utilização, mas sim, no volume de sua constituição.

É, também não é uma coisa que eu tenho muito presente esse fato de não reverter. Eu imaginei assim, que eles não utilizam . . . não utilizam, não; eles não investem em Assistência Técnica Educacional, no mesmo montante que eles constituem a reserva; isso eu tenho muito presente. O problema não é que se investe pouco, até . . . claro, se investisse mais, seria melhor; mas eu acho que se constitui muito. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Também é necessário pensar se a classificação contábil da RATES não está estimulando que essa reserva seja utilizada como forma de sustentar o patrimônio líquido das cooperativas, possibilitando a imagem de solidez financeira.

Até porque, tem um outro fator que incorre no FATES. É, o FATES está dentro do PL, o FATES alto, quando você joga para uma análise econômico-financeira, você está segurando PL, o patrimônio da empresa ali, dentro do seu... dentro dos seus indicadores. Então, eu acho que tem algumas questões, que elas precisam ficar muito claras, nós precisamos que segure o PL, não é? [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Afinal, manter um volume expressivo da RATES também favorece a manutenção dos indicadores de estrutura da cooperativa, evitando a quebra de cláusulas contratuais, por exemplo.

E a gente percebe, que, alguns casos, você tem o aumento grande do FATES, não vão se usando recursos do FATES, mas isso está mantendo, não é, com a avaliação financeira, por índices, alguma . . . alguma sustentabilidade, não é; alguma indicação de sustentabilidade.” [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Ah, será que elas estão se planejando já para o . . . para a mudança do ICPC 14, de questão de endividamento? Eu não sei, se também não é um movimento das cooperativas de não . . . não investir em FATES/RATES. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

A classificação contábil da RATES no passivo das cooperativas poderia ser uma solução para estimular as cooperativas agropecuárias a realizarem a reserva (que, em verdade se transformaria em provisão), a exemplo do que já ocorre nas cooperativas de crédito.

As cooperativas de crédito, porque elas pediram isso, elas acabaram classificando o FATES, não no patrimônio líquido; e sim, lá no passivo. Tá? E elas, como regra geral, aplicam o FATES, aplicam mais do que as outras cooperativas. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Quando essa possibilidade é apresentada para o Entrevistado 36, o retorno obtido é no sentido de concordar com a explicação do Entrevistado 11.

Eu vou assumir a minha ignorância aqui, eu não sabia que nas de Crédito, ela era registrada no Passivo. Ah, mas pode ser, com certeza. Claro [uma manobra contábil], porque o teu capital próprio, isso influencia de forma positiva nos teus indicadores. E hoje a gente sabe, que, cada vez mais, necessita ter um balanço saudável, porque as cooperativas . . . não só as cooperativas, todo tipo de empresa, de organização, todo mundo depende de captação de recurso, enfim; tu tem que ter um balanço que tenha . . . apresente uma saúde financeira razoável . . . para ti, é . . . é item de sobrevivência, isso é item de sobrevivência para as cooperativas; então, pode ser uma explicação. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Utilização da RATES]

O Entrevistado 11 destaca que se a possibilidade de reclassificar o capital social no passivo das cooperativas, conforme previsto pela ICPC 14, já gerou discussão, a mera possibilidade de reclassificação da RATES para o passivo iria provocar ainda mais discussões e mobilizações, já que a RATES tem um volume superior ao capital social em muitas sociedades cooperativas.

Eu, eu tenho . . . tenho, vamos dizer assim, comentado isso. Para mim está muito claro, não é. Eu, eu acho, que quando se discutia tanto a ICPC 14, de reclassificar o capital do passivo, eu dizia o seguinte: Eu acho que o FATES é muito mais um passivo do que o capital, e ele está lá quietinho, ninguém está mexendo com ele, não é. Entendeu? [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

No caso das cooperativas médicas, ainda há uma explicação mais singular para manter a RATES com um elevado nível de recurso. Essa explicação é vinculada à manutenção da margem de solvência dessas cooperativas, conforme determina a ANS.

E também, assim: Olha, isso é uma forma de reter recurso, não é; então, o patrimônio aumenta; A Unimed tem o FATES, lá no PL, para garantir a margem de solvência. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

Para que o recurso da RATES seja compreendido como obrigação pela cooperativa, seria necessário que essa obrigação da realização da RATES fosse clara, assim como ocorre na sua constituição. Os Entrevistados 26, 12 e 5 relatam que essa pode ser uma estratégia válida para que as cooperativas não desvirtuem os recursos que estão empregados nessa reserva.

Bom, então, se ela tem atividades e não usa, teria que ter um mecanismo que levasse ela . . . obrigasse ela a fazer uso. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Primeiro, eu diria assim, sob o ponto de vista legal, falta regulamentação do Fundo. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Mas eu acho que um dos motivos, a meu ver, no momento, é porque não tem regulamentação; se não tem regulamentação, não tem. Não é cobrado, você não tem incentivo. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Questionado se em vez da obrigatoriedade legal a conscientização dos cooperados poderia ocasionar a pressão necessária para realização da RATES, o Entrevistado 33 acredita que não geraria resultados efetivos, justamente pela comunicação precária entre o agente e principal.

Não. Não vai . . . eu não acredito nisso [que o cooperador irá cobrar a realização da RATES]. Não, porque como . . . há um distanciamento, hoje, muito grande entre o associado e a Direção. Então, isso poderia ser, se tivesse um estreitamento à comunicação. Enquanto não tiver isso, eu não acredito nisso. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Por outro lado, diferentemente do relato do Entrevistado 33, o Entrevistado 35 acredita que a educação cooperativista pode ser um caminho para essa conscientização dos cooperados e da gestão da cooperativa.

Não, acho que não [não é necessária uma obrigatoriedade de realização da RATES]. Eu acho que não. Assim, claro, cada caso pode ser interpretado de outra forma, mas eu acho que se trabalhar realmente o associado, e ele entender que isso é um benefício para ele, para a comunidade, não é, para as famílias que estão ali; de repente, essa obrigação legal, ela até se torna desnecessária. Porque a obrigação legal sempre dá um pouquinho de pânico. Assim, tu pensa: Bom, agora eu tenho que investir isso. Aí chega lá no mês de novembro: Eu vou investir, eu vou investir de qualquer jeito. Esse, normalmente, é o medo que causa, não é? Da gente ter maus investimentos. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Para esses, a utilização da RATES será estimulada quando o cooperado compreender essa reserva, mas para tanto, é necessário investir em educação cooperativista.

Eu acho que, primeiro, tem que . . . tem que trabalhar o associado. Tá? Primeiro, as pessoas têm que saber o quê que está sendo disponibilizado, não é; saber os seus direitos, enfim. E aí investir a partir das necessidades declaradas deles, não é; porque se tu investir . . . eu tenho, sei lá, 1 milhão de reais, eu sou obrigada a investir, eu corro o risco de investir mal esse dinheiro, e não atender as expectativas das pessoas; e, de novo, elas vão se sem . . . elas se sentirem distantes. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Na minha opinião, tinha que fazer o projeto de investimento do FATES, na educação do sócio, tá? [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Utilização da RATES]

O associado vai cobrar isso? Talvez ele não tenha nem condições técnicas de cobrar isso. Agora, nós, nós contadores, temos obrigação, eu acho, de . . . de colocar isso na mesa, Auditoria, seja lá o que for, o dinheiro tem que ser aplicado, vou ter que dar treinamento para esse pessoal, eu tenho que dar assistência. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Então, o que acontece, é que, por despreparo das pré-assembleias, os cooperados – certo -, não são informados de que eles podem opinar para onde vai a FATES, e eles não opinam. 'Olha, deu tanto de FATES'. Terminou. Ninguém diz: 'Olha . . . Nós vamos fazer Bolsa de Estudos. Vamos trazer técnicos da Argentina para dar cursos de Ordenhadeira Mecânica'. É pura falta de saber que você pode opinar, e que você pode exigir; e, muitas vezes, as pessoas não exigem de medo de ficarem malvistas. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Utilização da RATES]

Ao compreender essa reserva, o associado poderá cobrar a sua realização, e, na visão do Entrevistado 8, também cabe ao contador e ao auditor, como órgão da

governança cooperativa, auxiliar nessa explicação e verificação do fenômeno em cada cooperativa.

O cooperado saber que ele tem esse direito . . . e a cooperativa saber que ela tem a sua obrigação de realizar, de prestar o serviço. Sim, é bem isso, a cooperativa existe para prestar serviço para o associado, tem que fazer, é só cumprir essa lei. Dizia o Stefano [Membro da DGRV]: 'O Brasil não precisa de leis, precisa de auditores'. Então, simplesmente, a lei está ali, a lei está boa, vamos cumprir. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Utilização da RATES]

Da mesma forma, o sistema cooperativista também deve se posicionar sobre a questão, e a exemplo dos cursos e capacitação já oferecidos, conforme narrado ao final do item 4.3.5.2, o seu empenho deve ser na instrução do contador, gestores, conselho fiscal, conselho de administração e cooperados.

Mas, o FATES, realmente é um recurso enorme, é, de giro, que elas usam para giro mesmo; e eu não sei, se isso não seria um trabalho, inclusive, da própria SESCOOP e OCERGS, trabalharem isso mais - eu entendo assim -, de dimensionar, dimensionado está, é só separar: Olha, o FATES representa tanto, hoje. O que, que alternativas, efetivamente, nós poderia fazer com o FATES? – Ah, de repente, fazer uma revolução cultural, ou de profissionalização do produtor. Com certeza, daria. Mas com bons planos, ou bons programas, oferecendo, e eles pagando com o recurso do FATES. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Utilização da RATES]

Com base nos relatos obtidos nos códigos “RATES” e “Utilização da RATES” pode-se verificar que a assistência técnica, educacional e social prestada pelas cooperativas agropecuárias são benefícios oferecidos aos cooperados e devem ser vistos como um diferencial gerado pelo modelo organizacional em cooperativa.

Esse benefício deve ser visto como uma estratégia de retorno que as cooperativas oferecem e que, pela sua realização, pode haver impactos no resultado que a cooperativa gera. Quando a cooperativa realiza as despesas de assistência técnica, educacional e social, mas opta por não reverter contra a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, a sobra gerada será reduzida pela realização desse benefício. Contudo, a cooperativa pode optar por não gerar impacto em outra estratégia de retorno característica das cooperativas, para tanto, pode realizar a reversão da despesa reconhecida no exercício contra a RATES, de maneira que a reserva absorva esse dispêndio e não o resultado do exercício.

Ao optar por manter as despesas de assistência somente como despesa do exercício, a cooperativa pode justificar o uso dessa estratégia contábil como forma de evitar a descapitalização da cooperativa e a criação de um patrimônio líquido robusto.

Essa descapitalização poderá ocorrer porque quando a absorção da despesa com assistência técnica, educacional e social é realizada pela RATES, gera a reversão da despesa no resultado, consequentemente, o valor da despesa volta a compor o resultado plausível de distribuição, conforme decisão da assembleia e orientação do estatuto social da cooperativa. Assim, além de receber o benefício da assistência, o cooperado também poderá receber o benefício de um maior resultado passível de distribuição, o que exigirá um desembolso maior da cooperativa no momento da liquidação do valor com o cooperado.

Cabe salientar que com a orientação técnica da ITG 2004 emitida pela Organização das Cooperativas Brasileiras, com base no exemplo exposto no item, 4.1.3.2 da presente tese, ao indicar que “O dispêndio de assistência técnica, educacional e social, quando absorvido pela RATES, será transferido e revertido do Resultado Apurado (sobras) após as destinações legais (Reserva Legal e RATES) e estatutárias. Ou seja, a reversão desse dispêndio no resultado não compõe a base de cálculo dessas destinações” (p. 9, OCB, 2018), a OCB incentiva que esse valor não volte a compor as reservas da cooperativas, mas sim a sobras à disposição do cooperado, o que corrobora com a alegação dos entrevistados que a realização da RATES pode gerar a descapitalização da cooperativa.

Nesse caso, é importante frisar que o benefício das assistências é concedido aos cooperados, contudo, muitas vezes, essa estratégia de retorno não se torna evidente nas demonstrações financeiras, já que de acordo com a ITG 2004 (2017) apenas quando as despesas de assistência são absorvidas pela RATES torna-se necessário evidenciar o volume de recursos empregado e também divulgar em nota explicativa qual o volume empregado em cada assistência.

No entanto, pode ser difícil de compreender por que essas despesas não são absorvidas por uma reserva criada justamente com essa finalidade. Além disso, quando a cooperativa utiliza essa estratégia contábil, além de gerar o benefício pela realização da assistência, permite que o cooperado também receba o benefício por meio das sobras. Esse, justamente, é o diferencial da cooperativa, permitir que mesmo com a existência de despesas de assistência, o cooperado ainda receba o mesmo nível de retorno por meio da estratégia das sobras.

Por mais que a intenção dos gestores seja interpretada como positiva, por estarem zelando pela sustentabilidade financeira da cooperativa ao evitar descapitalização e utilizar essa reserva como uma fonte de capital de giro, é

importante lembrar a finalidade legal do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, conforme o art. 24, inciso II da Lei nº 5.764/71, que é “a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa”.

Assim, o interessante é que, como política para evitar o processo de descapitalização, fossem criados outros fundos pela cooperativa e que o valor das sobras distribuídas diretamente pela cooperativa fosse revisto, mas que isso não impedisse a realização dessa reserva que está aumentando a cada ano nas sociedades cooperativas.

Ademais, apesar do contexto econômico das cooperativas ter se alterado de 1971 até a presente data, no que tange ao volume de ato não cooperado praticados pelas cooperativas, a concepção de direcionar a totalidade do resultado do ato não cooperado para a RATES tem como propósito transformar um ato puramente econômico em um ato com objetivo social por meio da realização de assistência direta ao cooperado. Assim, as sugestões de alterar as diretrizes de constituição do fundo, ou reserva, não parecem estar de acordo com essa concepção, a mesma forma que limitar a sua constituição conforme ocorre na reserva legal em organizações com finalidade lucrativa, parece não haver justificativa.

Contudo, à medida que a constituição da RATES se torna cada vez mais expressiva na cooperativa, devido ao aumento do ato não cooperado, é esperado que a cooperativa possa gerar mais benefícios ao cooperado, seja por meio da assistência ou geração de sobras, conforme a cooperativa adota o processo de reversão. Nesse sentido, a determinação de regulamentos internos para realização da RATES parece ser interessante, para garantir que o benefício chegue ao cooperado e a cooperativa também tenha eficiência na alocação desses recursos, atendendo às reais necessidades e interesses dos cooperados.

A obrigação a partir de uma regulamentação interna parece ser um caminho interessante para as cooperativas, mas isso exige que os cooperados compreendam o que é a RATES, os impactos da reversão da RATES no resultado da cooperativa, e quais são as limitações legais para sua realização. Essa conscientização, conforme pode ser observado pelos relatos, não deve ser restrita aos cooperados, mas também aos contadores, gestores, membros do conselho fiscal e do conselho de administração. Para tanto, o investimento na educação cooperativista, mais uma vez, torna-se relevante.

Caso a conscientização não promova uma reversão do atual cenário que verificamos no Balanço Patrimonial das cooperativas, no qual a RATES apresenta recursos acumulados superiores ao capital das cooperativas e, em alguns casos, sustenta o patrimônio líquido, a estratégia pode ser a determinação da reclassificação contábil da RATES para o passivo da organização. Essa reclassificação já ocorre nas cooperativas de crédito por determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) que orienta a classificação dos recursos no passivo com o código 4.9.3.20.00-2 e abertos em 4.9.3.20.10-5 Resultado De Atos Com Associados e 4.9.3.20.20-8 Resultado De Atos Com Não Associados.

Essa reclassificação no passivo segue a linha de que a RATES é uma obrigação presente com o cooperado, tendo em vista que a sua finalidade deriva de eventos passados e a que a sua liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Analisando o Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009), é possível concluir que, com essa reclassificação, a RATES poderia ser vista como uma provisão, ou seja, um passivo de prazo ou valor incertos, tendo em vista que legalmente a cooperativa não possui uma porcentagem mínima de realização no exercício, apenas possui a obrigação legal de constituição.

Essa reclassificação exigiria alterações na ITG 2004 (2017), e em um primeiro momento um estudo detalhado do processo já presente no plano de contas das cooperativas de crédito, tendo em vista que a expressividade do ato não cooperado é distinto nos dois ramos e por consequência, o impacto da reclassificação pode ser distinto.

Por outro lado, considerando que a obrigatoriedade pode ainda não gerar a percepção da realização de assistências como benefício e retorno concedidos ao cooperados, e considerando o desconhecimento sobre a RATES pelas partes interessadas, a conscientização das partes interessadas parece ser ainda a melhor alternativa.

Nesse sentido, os achados da presente tese corroboram para essa conscientização ao posicionar a RATES como estratégia de retorno ao cooperado (item 2.1.3.3), explorar o cenário atual dessa reserva nas cooperativas agropecuárias (item 4.1.3.1), discutir a necessidade de evidenciar esse benefício aos cooperados (item 4.3.2.1), orientar a evidenciação da informação como determina a ITG 2004 (2017) (item 2.1.3.2), analisar as formas de reversão da RATES e o impacto no

resultado (item 4.1.3.2), apresentar a percepção das partes interessadas vinculadas à pesquisa sobre a RATES (item 4.3.5.2) e discutir os fatores restritivos e impulsionadores da utilização da RATES (item 4.3.5.2.1).

4.3.5.3 Aquisição de produtos

A terceira forma de retorno que foi explorada com os entrevistados foi a aquisição de produtos do cooperado com um preço superior ao do mercado. A estratégia de retorno pelo preço do produto adquirido do cooperado somente é possível nas sociedades cooperativas em função da atuação do cooperado como usuário, conforme a orientação do terceiro princípio do cooperativismo.

Com a interação do cooperado como fornecedor da cooperativa, é possível já distribuir o retorno econômico durante a operação, afinal reduzir o custo da organização para gerar maiores sobras para distribuir ao proprietário tem o mesmo efeito do que elevar o custo e já distribuir retorno ao fornecedor, se o proprietário é o fornecedor também.

Na realidade, o preço, ele é tarifado, mas espera-se um preço melhor, na cooperativa, tanto para a compra do insumo, quanto para a venda do produto; e isto, aparentemente, é um dado, é . . . dado, sabe, é um pressuposto. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Aquisição de produtos]

Vamos falar de grãos, ela também tem esse benefício, a gente negocia o preço melhor. [Entrevistado 15 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Esse tipo de retorno econômico é valorizado pelos cooperados, que percebem a vantagem de ser cooperado no momento em que realizam a entrega do seu produto na cooperativa.

E com relação à prática de preços, também. O preço da soja, de associado, tem um Xizinho a mais, né, no preço, para quem é associado tem um plus a mais. Então, isso é uma prática, né, boa, que teve. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Eu diria, assim, que muitos, sim [valorizam a cooperativa pelo preço diferenciado do produto]. Eu já senti isso, de associados. Já senti cooperados mais feliz, porque ele recebeu R\$ 2,00, a mais; R\$ 1,00, R\$ 0,50. Não interessa, ele recebeu a mais. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Olha, eu não sei se o cooperado . . . muitos cooperados, os produtores, nem percebem muito bem a vantagem de ser cooperado. A não ser essa questão desse spread, vamos colocar assim, não é; entre venda de insumo e compra da produção, um pouco mais

vantajoso em relação a outras... outras empresas do agronegócio. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Aquisição de produtos]

A utilização de estratégias de retorno pelo preço favorece que a cooperativa pratique a concepção da “teoria sobras zero”, oferecendo o retorno ao cooperado, mesmo que sobras não sejam geradas.

Então, a questão do preço, é aquilo que eu já comentei; eu acho que o ideal, numa cooperativa, pela lógica e pela Teoria da Cooperação, seria Sobra Zero, não é? [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Aquisição de produtos]

Porém, nem sempre a utilização dessa teoria é possível nas cooperativas. Em consonância com o apresentado no item 4.3.3, um dos benefícios que a cooperativa pode oferecer é a regulação de preços no mercado. Contudo, esse benefício indireto pode inviabilizar a prática de retorno pelo preço da produção do cooperado, pois quando a cooperativa estipula um preço, esse se torna a referência para o mercado que irá oferecer uma margem em cima da referência praticada pela cooperativa como forma de atrair o cooperado.

Puxa vida, esse ano foi bem complicado, viu. Porque os terceirizados pagaram mais, no caso. Daí a gente tem que pagar aquele valor X, não podemos exceder, senão não temos lucro. Isso é bem complicado, daí com . . . com o mercado. Porque o concorrente lá te oferece um tanto a mais; mesmo nós pagando, praticamente; mas é de outro jeito que eles pagam; então, nós ficamos para trás. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

A gente tem exemplo no nosso município, na nossa região, de algumas empresas que não existem mais, e foram . . . porque o preço deles divulgado era o preço da Cooperativa x, mais R\$ 1,50. Então, se eu pago R\$ 70,00, o cara paga R\$ 71,50; se eu vou para o R\$ 71,50, ele vai para R\$ 73,00. Então, nunca vou chegar. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Porque você . . . quando a gente fala assim: Ó, elas estão competindo no mercado. Não é? Veja, as cooperativas que têm, hoje, preço de balcão, tem uma coisa que chama mercado; então, os preços já estão definidos. Ok? . . . Então, muitas cooperativas; especialmente, a de grãos, em commodities; elas não conseguem retornar em sobras, via indústria, ou via processo de agregação de valor; elas têm a estratégia é no produto e no insumo. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Aquisição de produtos]

Por essa razão, o Entrevistado 19 destaca a importância do cooperado analisar a totalidade dos retornos que são gerados pela cooperativa, pois mesmo que a estratégia de preço do produto não possa ser realizada, os outros retornos podem viabilizar a permanência do associado na cooperativa e a sua entrega da produção.

Embora, como disse antes já, o pessoal não busca essa informação, parece que não quer olhar isso. Mas eu acho que é muito importante eu saber, se eu vender a minha soja . . . a minha produção de soja, no particular, e ganhar R\$ 2,00, por saco, a mais que o preço da cooperativa, da pedra; ou, olhar que na cooperativa, eu ganho R\$ 4,00. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Da mesma forma, o Entrevistado 24 sinaliza que quando o mercado, ou a indústria como muitos referenciam, tenta praticar preços superiores aos da cooperativa, a intenção é capturar o cooperado com extensa produção e isso pode gerar incerteza na entrega da produção do pequeno produtor.

Hoje, as multinacionais estão praticando preços até maiores, só que elas não dão . . . elas não dão essa garantia de Assistência Técnica, e os produtores sabem que eles querem pegar os grandes.” [Entrevistado 24 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Entre os cooperados, a questão da entrega total da produção é controversa. Por um lado, acreditam que o cooperado que desvia a sua produção deveria sofrer algum tipo de penalização, pois obriga que a cooperativa busque produto no mercado e isso traz impactos financeiros para todos, em função da tributação do ato não cooperado e também do destino do resultado ser para uma reserva indivisível. Por outro lado, caso a cooperativa praticasse um preço mais atrativo entre os cooperados, isso viabilizaria a sua permanência na cooperativa.

Para o sócio, precisa ficar claro o que tem direito e o que não tem. Mas eu te diria que a cooperativa devia de tirar fora [o sócio que desvia produção]; então, valoriza um pouquinho mais, e dê direto. Com isso, a cooperativa, eu acho, que ganharia mais grãos. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Afinal, a orientação do cooperado é para o curto prazo, então mesmo que na totalidade dos retornos a cooperativa ofereça mais do que o mercado, pela percepção de curto prazo, muitas vezes o cooperado é influenciado a buscar o mercado mesmo por centavos.

Ah, com certeza, é. A gente sempre quer receber o máximo possível pelo produto da gente, não é? . . . vai ter o retorno de 1 real a mais, por saco. Não, isso é daqui 01 ano, e ainda vou saber. Eu quero saber do agora, não é, quando vender. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Mas nós temos uma quantidade muito grande de pessoas que estão posicionadas desta forma, se oferecer 5, 10 centavos, a mais, lá, ou não sei quanto; por pouca coisa, inclusive; eles viram as costas para a sua cooperativa, e vão fazer negócio com o concorrente, etc. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Aquisição de produtos]

Porque olha só, Paola, vamos . . . vamos pensar, uma coisa que me dá, assim, ó; e isso, entra a Vigor, agora, que está . . . que está . . . que foi vendida lá, eu não sei o quê que os caras vão fazer; entra a Vigor pagando 50 centavos a mais, para todos os produtores da cooperativa. Meu, no outro dia não entra 1 litro de leite. [Entrevistado 34 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Então, muitas vezes, a gente percebe que, enquanto determinada região, é, vários cooperados se associam a uma cooperativa, é . . . essa cooperativa, ela exerce um papel de equalizador de preço, para a região, desde o produto até os insumos; e alguns cooperados, eles, pelo fato de ter a cooperativa como referência, ele tem um preço x; então, ele fala assim: Ó, a cooperativa está pagando X pelo produto leite, só que tem um concorrente na região que paga X+1; então, eu vou deixar o meu produto, o meu insumo, com a empresa. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Aquisição de produtos]

Essa orientação de curto prazo também pode estar alicerçada na segurança que o cooperado deposita na gestão. Quando a estratégia de retorno é pelo preço independente das ações que serão realizadas pela cooperativa ao decorrer do ano.

Ele vai . . . ele prefere ser remunerado. O quê que ele vai me dizer? Bom, mas depois que o leite entra na cooperativa, eu preciso de toda a gestão, eu ainda preciso que essa gestão seja muito eficiente, para lá, no final, eu ter uma sobra. Então, tipo assim: Aqui, eu tenho garantido, porque aqui está na minha mão. [Entrevistado 34 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

De maneira geral, foi sinalizado pelos entrevistados que as cooperativas optam por não praticar estratégias de preços diferenciadas entre os cooperados, com intuito de minimizar possíveis conflitos internos. Porém, a qualidade é um fator que pode influenciar diretamente no preço pago.

É, nós usamos, assim, é . . . a gente, todo mundo é igual, não é? É diferente que outras empresas que às vezes até podem privilegiar um e outro. Não, existe um critério, esse aqui, claro que daí tem qualidade. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

De certa forma, optar por não diferenciar preços pode gerar problemas pela heterogeneidade do perfil do cooperado, capacidade de entrega de produção de cada propriedade rural. Uma solução para incentivar que o cooperado entregue a sua produção na cooperativa é o cartão fidelidade, que também é utilizado no âmbito dos insumos e produtos oferecidos pela cooperativa. De acordo com o Entrevistado 30, essa estratégia acaba sendo melhor do que oferecer um preço de produto diferenciado para cada cooperado. Assim, à medida que o cooperado estabelece uma relação de fidelização o mesmo ganha mais vantagens dentro da cooperativa, mas não no preço do produto.

Quando eu era conselheiro [de administração], eles tinham um negócio, uma proposta para . . . para ter preço de balcão diferenciado, daí eu não concordei, eu digo: 'Isso daí não vai dar certo, vai só dar problema'. E aí eu sugeri até para o gerente, assim: 'Quem sabe, vocês, por exemplo, quem deposita toda a produção. Vocês não cobrem a secagem do arroz, ou parte da secagem; é uma coisa que não vai aparecer ali, ó. Então, é um benefício indireto, que aí não aparece'. Eu digo: 'O problema de ter preço diferenciado na pedra, vai dar problema'. E aí foi que . . . foi onde que foi criado o Cartão Fidelidade, o presidente deu essa solução. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Esse é o benefício de uma cooperativa, que a gente procura, então, dar na fidelidade. Isso vale, também, para preço; não existe preço diferenciado, preço é balcão, depende do produto e da negociação da venda, ele é exatamente igual. Se eu tenho 10 sacos, é igual para todos os tamanhos; se eu tenho venda de 100 sacos, é igual para todos os tamanhos. Eu vendo 01 saco, 10 sacos, 1.000 sacos, é o mesmo preço. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Aquisição de produtos]

Da mesma forma, o Entrevistado 29 acredita que o preço diferenciado entre unidades da mesma cooperativa não deve ser praticado.

Nós temos municípios, aqui, na região, que nós temos preço diferenciado de produto; eu acho um absurdo isso, que aquele . . . aquele associado que está no meio do caminho, ele vai direcionar o produto dele, porque ele sabe: Ó, se eu vim para a Unidade A, eu vou receber mais do que a Unidade B. Eu não concordo com isso. [Entrevistado 29 – Conselho Fiscal – Código: Aquisição de produtos]

Contudo, a diferenciação de preço pode ocorrer na especificidade do produto entregue na cooperativa e sua relação com o tipo de estratégia que a cooperativa adota para se posicionar no mercado. Por exemplo, conforme o Entrevistado 39 narra, a cooperativa pode adotar um posicionamento para produção de espumantes, nesse caso, um conjunto de variedades de uva terá um preço superior do que a uva de mesa, mesmo que essa seja a variedade de um grande número de cooperados que nesse caso tenderá a preferir o retorno pelas sobras.

Só que, hoje, não é o foco da Cooperativa X; o foco da Cooperativa X é espumante. Então, a diferenciação do preço está na uva do espumante. Só que como o volume é menor, ela é menos percebida. Então, um volume maior de associados ainda gostaria que o retorno fosse maior na sobras; entende que a uva, é pouco. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

A mesma prática de relacionar o preço com a estratégia da cooperativa e optar, em alguns casos, em elevar o valor pago ao cooperado em comparação ao mercado é uma prática destacada pelo Entrevistado 10.

Tá? E, obviamente, de o que não tinha naquela época, e hoje tem, é assim. Se você tem um bovino de raça definida, europeia; você tem, além do preço do dia, mais 10%. Se você tem, no seu gado, não é, além de ser europeu, que ele é Angus, você tem 20%, do preço do dia, a mais. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Aquisição de produtos]

Da mesma forma, a diferenciação de preços deve ser aplicada entre o produto adquirido de cooperados e o produto adquirido de terceiros, para que haja estímulo ao processo de adesão na cooperativa, caso contrário o produtor poderá apenas entregar sua produção sem efetivamente fazer parte da cooperativa.

Então, assim, ó. O que eu acho um erro, e na . . . de um modo geral, as cooperativas não praticam preços diferenciados. O que ela paga para o produto, seja o leite, seja a soja, seja o milho, ela paga para o cooperado, ela também paga para o terceiro. O preço que ela vende, dos insumos, para o cooperado, é o mesmo preço que ela vende para terceiros. Então, aí teria que dizer: Mas aonde que está a vantagem do cooperado? Vamos dizer assim; e que ela, em alguns casos tem. E pode existir a vantagem; mas, também, por outro lado, existe a responsabilidade; porque quando a cooperativa, ao invés de dar sobra, der prejuízo, ele, legalmente, ele tem que . . . arcar com o . . . com essa responsabilidade, não é. Então, eu acho que . . . que teria que ter um benefício mais imediato, também, para o cooperado. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Aquisição de produtos]

É necessário destacar que algumas cooperativas não preveem no seu estatuto a aquisição de produtos de terceiros que já sejam produzidos pelos seus cooperados. Nesse caso, as cooperativas costumam somente recorrer à aquisição de terceiros quando aquele produto específico não é produzido pelos seus cooperados.

É importante também ficar claro para o cooperado que, mesmo que a cooperativa não utilize a estratégia de preço frequentemente, muitas cooperativas precisam recorrer a essa estratégia quando há quebra de safra, pois caso contrário arcariam com o custo de uma estrutura preparada para um nível de produção que não será alcançado sem esse benefício.

Então, o ano passado, aconteceu conosco exatamente isso, nós perdemos um monte de soja na região em função da seca; e nós tivemos que bancar preço, com custos elevados, porque a estrutura estava pronta para receber, uma quantidade X de produto, não é? . . . E aí tu não recebe tudo isso, recebe 1/3 a menos. E aquele investimento todo que foi feito, a despesa adicional, e não sei o que? Tu não consegue recuperar. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Para o Entrevistado 34, um dos fatores importantes na decisão da cooperativa sobre a estratégia de preço é a concorrência a que o cooperado está exposto.

A questão toda é, principalmente, na região aonde tem isso como uma atividade principal, a concorrência. Aqui, eu posso te dizer: Ah, na cidade, sim, porque a gente não tem mais ninguém para ir ali, eles vão vender para cooperativa, ele não enxerga o benefício, não é. Na região onde tem seis leiteiros passando na porta, varia o preço do leite, ele vai até assim, ó: Ah, 2 centavos a menos, tá. Agora, 5 centavos, virou, virou e recebeu. [Entrevistado 34 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Com a impossibilidade de concorrer com o mercado na estratégia de preço, algumas cooperativas utilizam estratégias de complementação de preço ou antecipação das sobras. Nesse caso, mesmo que as sobras do período ainda não tenham sido apuradas, após a entrega da produção da safra, uma previsão das sobras é realizada e o complemento de preço é praticado, tendo em vista a visão de curto prazo dos cooperados.

É, o que se busca sempre é . . . é o melhor preço para o produtor frente ao que o mercado está praticando também, porque a gente concorre com um monte de gente grande, grande, não é; e, às vezes, até . . . o ano passado, em muitos casos, assim, foi emitida a nota, e aí apuramos o resultado, e que, né, a gente fez complemento dos valores, em três ou quatro oportunidades, durante o ano, não é? [Entrevistado 32 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

Se é um setor de arroz, cooperativas de arroz, aqui, no Rio Grande do Sul, anos atrás, eles fechavam o Balanço no dia 25 de dezembro, mais ou menos. Se eles notaram que ia sobrar muito dinheiro, o quê que eles faziam? Eles faziam um sobrepreço do arroz. Ganhou R\$ 20,00, na saca. Te davam R\$ 22,00, porque aí fechava o Balanço quase sem resultado. Isso, no setor, tinha . . . nós tínhamos essa . . . no setor do arroz, as cooperativas de arroz faziam isso. Foi uma política de tradição, porque o . . . perto do Natal, os produtores de arroz esperavam sempre 14º Salário, 13º, não estou lembrando. Já foi uma cultura instalada. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Aquisição de produtos]

Então, diante dessa percepção da perda de recebimento, não é, pela concorrência, a pagar um valor acima do preço da cooperativa, já que a cooperativa é usada como balizador de preço, não é; e, então, a gente estabeleceu uma metodologia diferente. A gente fez uma antecipação das sobras, dos recursos, que já é entregue no final do exercício, de . . . no valor de R\$ 1,50 [por saco]; e com isso, a gente fomentou essa vinda do produto para a cooperativa, não é? [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Aquisição de produtos]

Algumas cooperativas associam a estratégia de preço com prazo de pagamento. Quanto mais imediatista o cooperado for e quiser receber antes o valor da sua entrega da produção da cooperativa, menor será o retorno no preço do produto. Porém, quando o cooperado aceita um prazo de pagamento superior, além do preço estabelecido no balcão a cooperativa oferece uma taxa de juros acrescida no preço pelo tempo que o cooperado ficou financiando a cooperativa.

Você vai ter que explicar melhor, porque é o seguinte, ó, você tem várias formas. Se o produtor recebe a uva, recebe a uva . . . o produto, não é, em 06 vezes, ou 10 vezes; a partir do momento que ele começou a receber o saldo, ele recebe recurso. Isso é uma coisa, recebe uma taxa, uma poupança, ou sei lá o que, que incentive o produtor a deixar dinheiro, em tese, não é . . . Na cooperativa, autofinanciando-se, não é? Um capital de giro. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Aquisição de produtos]

É importante salientar que a questão da orientação de curto prazo do cooperado esteve constantemente em destaque pelos entrevistados, de forma que a

questão de atender a essa orientação também se torna um direcionador para a escolha das estratégias de retorno que são utilizadas pela cooperativa.

Então, a sobra, vindo lá no final, depois da Assembleia, de fevereiro, por exemplo, não é, no final do exercício, é muito longe para ele . . . para ele mensurar alguma coisa e fazer um cálculo da safra que está entregando lá no mês de março/abril. Então, o quê que acontece? A gente sendo imediatista, também, no pagamento, como eles gostam. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Aquisição de produtos]

A decisão sobre a utilização da estratégia do preço do produto adquirido do cooperado com acréscimo frente ao mercado é individual de cada cooperativa, sendo essa uma definição estratégica que deve estar ancorada nos fatores identificados pela cooperativa como relevantes para decisão. Contudo, em comum a todas as cooperativas deve ser a preocupação de comunicar qual estratégia é adotada pela cooperativa ou se um mix de estratégias é preferido.

Então, os exemplos que a gente deu antes, aqui, não é. A Cooperativa X tem uma política, já é sagrado, distribuição de sobra; e o cooperado faz o cálculo, ele diz: Ô, durante o ano, eu recebi tanto, paguei tanto pelo insumo, no mercado, a diferença no mercado é tanto, mas eu vou receber a sobra. E algumas cooperativas já preferem inserir isso no preço. Então, eu acho que ele é gerencial, e aí tu pode comparar, não é. Ontem, que eu . . . Anteontem, que foi. O presidente da cooperativa, ele diz: Não, a Cooperativa paga um preço médio X, e tem um acréscimo de sobras, em cima do milho. Tá? A nossa cooperativa tem menos sobra, mas ela paga um preço maior. Então, o dirigente sabe; e ele tem que saber comunicar isso para o cooperado. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Aquisição de produtos]

Somente mensurando os retornos e comunicando as estratégias, o cooperado poderá tomar uma decisão racional sobre a entrega da sua produção na cooperativa.

É, pelas cooperativas que eu tenho mais proximidade, de Agros, aqui, é . . . inclusive, tem uma colega nossa, que falava muito, durante o curso, que eles tentam, assim, pagar um preço mais justo, melhor, até por uma questão do . . . pela questão da fidelização do cooperado; é, também trazer essas vantagens na compra de produtos para . . . eles têm um custo menor nesses produtos. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Aquisição de produtos]

A partir dos relatos obtidos nesse código, é possível perceber que há uma preferência do cooperado por esse tipo de estratégia que demonstra o retorno imediato por parte da cooperativa. Talvez, essa preferência justamente esteja vinculada à facilidade de mensurar esse benefício.

Por outro lado, algumas cooperativas estão impossibilitadas de praticarem essa estratégia de retorno por serem reguladoras de preço na sua região e o aumento no preço do produto gerar automaticamente o aumento do preço da concorrência. Nessa

situação, as cooperativas também estão utilizando a estratégia de antecipação das sobras, na qual após o fechamento da safra e antes do fechamento do exercício, as cooperativas já realizam a distribuição de valores como incremento do preço do produto ao cooperado.

Contudo, a dificuldade dessa estratégia de retorno está na contabilização do retorno pela sociedade cooperativa, pois na contabilidade societária esse incremento de preço pago é classificado como despesa e não como um retorno ao cooperado. Nesse sentido, a sugestão para o tratamento adequado será discutida no item 4.3.8 da presente tese.

4.3.5.4 Juros sobre Capital Próprio

Juros sobre Capital Próprio é uma estratégia prevista na Lei das Cooperativas como forma de remunerar o capital do cooperado. No entanto, por essa estratégia estar baseada no capital e não no volume de participação econômica do cooperado na cooperativa, a mesma lei limita a 12% ao ano a possibilidade de retorno por essa estratégia. Em seu artigo 24, a Lei 5.764/71 estabelece que:

§ 3o É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.

Ademais, conforme a Resolução nº 27, de 22 de agosto de 1984, do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC, as cooperativas estavam sujeitas à correção monetária da conta de capital dos associados. Essa opção se torna interessante para o cooperado, pois, em períodos de inflação, a ausência de correção monetária do capital dos associados torna esses valores defasados, pois são expressos em valores históricos, e resultam na perda de valor para o cooperado. Essa questão também é destacada pelos Entrevistados 11 e 32.

E o Juros sobre o capital, para manter o poder aquisitivo desse capital social, não é; senão nós vamos ter um capital, que, lá no futuro, não vale mais nada, e o patrimônio da cooperativa vale uma fortuna, tu tem uma cooperativa rica, o cara morre . . . e não levou nada, e ajudou a construir algo que não é dele. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Então, o capital deles meio que fica congelado ali, não é. Então, o juros é uma forma também da gente dar uma atualizada nesse capital. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

É importante salientar que o Juros sobre Capital Próprio difere da correção monetária de balanço nas suas formas conceitual e legal.

Aliás, das cooperativas, não pagam sequer juros sobre o capital, e agora a lei proíbe que se remunere, que se atualize, que se corrija o capital; a lei não permite corrigir, e algumas cooperativas não pagam o Juros, quando seria legalmente permitido, o capital deles vai se exaurindo, vai desaparecendo. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Percebe-se que a correção vedada comentada pelo Entrevistado 11 é a correção monetária de balanços. Em 26 de dezembro de 1977, o Decreto-lei nº 1.598, determinava que as cooperativas estavam sujeitas à correção monetária do balanço, contudo, em 1995, com o artigo 4º da Lei 9.249/1995, tal correção foi revogada.

Então, o juro sobre o capital, ele é até um incentivo, em determinado momento; eu acredito, que eu, se fosse como associado, eu acho que é um incentivo; porque, efetivamente, a partir de 1995, quando você não tem mais a correção monetária de capital. Não é? Você vê, eu, por exemplo, a minha cooperativa, o juro sobre capital, ela faz crédito, ela não dá em moeda, ela vai aumentando proporcional ao capital. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Mesmo com o benefício de correção ao capital do cooperado e também como forma de incentivar a manutenção do capital do cooperado na cooperativa, muitas cooperativas não utilizam essa estratégia. Os relatos obtidos nesse sentido corroboram com a análise documental apresentada no item 3.2.1.1.

Primeiro, o que a gente pode observar nas cooperativas, aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, é que nós temos um capital muito baixo, o volume de capital que . . . que foi integralizado é um valor bem . . . bem pequeno, não é; então, isso, é . . . não tem sido fomentado nas cooperativas, diferentemente daquilo que se observa no Estado do Paraná, que tem um fomento maior pela capitalização. Então, o nível de capital, hoje, ainda é . . . é muito pequeno, é aquele capital mínimo. Então é aquilo que tem... que consta dos balanços das cooperativas, e isso não tem sido, digamos assim, muito trabalhado, nessa parte do capital." [Entrevistado 1 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

A explicação para o baixo número de cooperativas que praticam essa forma de retorno é a questão tributária. Quando a cooperativa utiliza o Juros sobre Capital Próprio como estratégia, haverá a incidência de imposto de renda retido na fonte de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos juros pagos, conforme Ato Declaratório Congresso Nacional nº 5 de 09 de março de 2016, contudo, ao optar pela estratégia de distribuição pelas sobras, o imposto de renda é pago na figura física do cooperado. Tal explicação foi a justificativa mais presente durante as entrevistas realizadas.

Não, o motivo é simples. Na cabeça do dirigente, ele pensa o seguinte: Se eu distribuir sobras . . . vamos dizer, eu vou distribuir 1 milhão, de sobras. A sobra não tem retenção do IR Fonte; e lá na Declaração, do cooperado, vamos dizer assim, a maioria dos cooperados, sequer vão fazer Declaração de Renda, porque ele não atinge um nível de faturamento; e é atividade rural, e entra a tributação, não é. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Ó, talvez um dos grandes fatores que impede, não é, de uma prática maior, é a tributação. Tá? Pela tributação, é um problema; porque, na hora que você vai atribuir juros ao capital, você tem tributação. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

A gente fez isso em 2008, e remunerou o capital social do associado aí; mas, depois disso, a gente não remunerou mais. Justamente para esse negócio de Imposto de Renda, não é, para distribuir. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Eu não vejo nenhuma vantagem em distribuir capital . . . Juro sobre Capital Próprio, até porque o capital próprio é pequeno. O capital do associado é pequeno. Então, pega o dinheiro dele, que poderia vir como sobra tributada na pessoa física, já saiu perdendo com 15%. Então, eu acho sacanagem. Não, não gosto do juro sobre capital próprio. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Uma boa pergunta. Eu não tenho uma . . . é difícil. Por quê que as cooperativas não usam? Muitas vezes, o Juros sobre Capital Próprio, ele está vinculado a uma visão de que tem um benefício para Imposto de Renda, está muito vinculado com tributação. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Então, o juros passa a ser, dentro do contexto de uma cooperativa, que precisa capitalizar, um fator importante, e ele teria que existir. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

É interessante destacar que as sobras sofrem a incidência de imposto de renda na figura dos sócios, o que faz sentido pelos resultados decorrentes de atos cooperativos não estarem sujeitos à tributação na pessoa jurídica, e para o cooperado as sobras representarem rendimento de capital ou de trabalho.

Ademais, cabe destacar que para a Receita Federal, as sobras não equivalem à distribuição de dividendos e, portanto, os valores distribuídos como sobras estão sujeitos às regras do imposto de renda e devem compor declaração anual.

Dessa forma, tanto as sobras quanto o Juros sobre Capital Próprio seriam tributados, porém, o Entrevistado 11 alega que muitos cooperados não incorporam tal rendimento nas suas declarações e por isso não ocasionaria tributação das sobras. Além disso, a alíquota pode ser diferenciada para cada cooperado, dependendo da sua renda, o que faz com que os gestores das cooperativas compreendam que, considerando o aspecto tributário, a estratégia de Juros sobre Capital Próprio pode não ser interessante, conforme o Entrevistado 11 e 29 demonstram.

Atividade rural, ele . . . ele tem uma renda X, e tudo o que ele . . . todos os gastos, compra de maquinário, investimento, menos terra nua, é despesa. Tá? Então, ele acaba não pagando imposto, lá na . . . do cooperado, da pessoa física. E se ele distribuir juros ao capital, já tem tributação na fonte; no mínimo, já vai reter 15%. Então, o dirigente diz: Pô, eu vou pagar 1 milhão, de juros; 150 mil, de Imposto de Renda na Fonte. Não, eu vou pagar 1 milhão de sobras, então, para o cooperado. Só que aí, o quê que acontece? Muitos cooperados, que são mais antigos, que têm uma quota de capital maior, tem aquela quota de capital não remunerada . . . e aí o capital vai se exaurindo, ele vai se depreciando. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

E o Juros ao Capital, que foi a tua pergunta inicial aí. Não é prática nossa. Bom, então, cria um subterfúgio, altera o estatuto, aumenta mais 2, 3%, mas não tributa 15% disso aí. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Da mesma forma, o Entrevistado 38 aponta que a estratégia também pode não ser tão interessante para a cooperativa como é para as demais empresas, pois, mesmo sendo dedutível no imposto de renda, no caso das cooperativas, devido ao ato cooperado não ser tributável, a vantagem tributária será menor.

E aí essa despesa de juro, porque diminui o resultado, aí você tem uma despesa de juro, ela é dedutível, via de regra, na proporção das operações com associados e terceiros. Isso é . . . então, veja, que você tri . . . a hora que você alcança o juro para o cooperado, você tributa 100%. Integral. E na hora que você vai computar isso como despesa, por vezes, somente uma parcela, que é a parcela proporcional, operação com terceiro. Então, você tem uma desvantagem fiscal muito grande. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Dickel (2014) explica que as despesas dos juros serão lançados na proporcionalidade entre os atos com associados e terceiros, o que reduz a base de cálculo do IRPJ e CSLL, levando a cooperativa a pagar menos impostos de forma legítima. Porém, devido a uma parcela da despesa ser dedutível do ato cooperado, o impacto da redução do pagamento de tributo será menor do que em uma empresa, pois a cooperativa já não tributa de IRPJ e CSLL o resultado do ato cooperado.

Outro fator que pode explicar por que as cooperativas não utilizam a estratégia de Juros sobre Capital Próprio é o desconhecimento do contador sobre essa forma de retorno.

Então, assim, eu acho que não faz, porque não tem incentivo a fazer, primeiro. E também, por ter um pouco de falta de conhecimento dos gestores e dos contadores, também. Porque é uma outra forma. Seria uma outra forma de remunerar o seu associado; é, em relação ao capital, e não em relação à operação. Aí teria que fazer essa avaliação, realmente, se . . . se convém, não é? [Entrevistado 36 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Contudo, para os Entrevistados 11 e 26, a estratégia de Juros sobre Capital Próprio é interessante principalmente por equilibrar o retorno gerado aos cooperados que atuam mais com a cooperativa, mas muitas vezes não apresentam um capital social expressivo, com os cooperados que não possuem tanta expressividade na participação da cooperativa, mas apresentam um volume significativo de capital social que sustenta a operação da cooperativa.

E, às vezes, o sócio mais jovem, os sócios que entrou agora, ele tem quota de capital baixo. Aonde é que está esse capital social? Na estrutura do negócio, na estrutura da cooperativa; e isso está revertendo mais em benefício do sócio que não ajudou, que não contribuiu. É, então, o sócio que opera mais com a cooperativa, se beneficia do capital, do investimento, do outro sócio, que tem um capital sem qualquer remuneração. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Olha, eu vou te pagar isso, eu tenho que pagar um Juros para quem botou capital aqui; porque, muitas vezes, quem produz, não é quem tem o dinheiro lá dentro. E esta . . . esta diferença entre quem tem bastante produção e quem tem bastante capital, ela é equacionada com o Juros, não tem outra forma. Não é? Senão eu vou ter que ver se eu vou botar ou não vou botar dinheiro. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Assim, essa estratégia é uma forma de reter o capital social do cooperado que não apresenta mais uma produção expressiva, mas a manutenção do capital é interessante para cooperativa manter o seu giro.

Nesse sentido, o Entrevistado 32 descreveu que, na sua cooperativa, essa estratégia é chamada de Retribuição Social, justamente por oferecer um retorno para o cooperado que não atua mais intensamente com a cooperativa em função do processo de sucessão.

É, nós chamamos de Retribuição Social [o Juros sobre o Capital Próprio]. A gente contabiliza os gastos com Retribuição Social, não é; e aí todo mês é creditado um valor lá para eles. Praticamos em alguns exercícios. Às vezes, depende assim do . . . do resultado também que dá, não é; o Conselho diz: Ah, vamos distribuir parte, e capitalizar parte, calcular os juros. Não é? . . . Assim, a gente quer incentivar que ele continue; porque tem muitos, assim, que, embora eles não produzam, mas eles ficam em casa, eles gostam de receber o jornal, de ouvir o rádio, ir no mercado, eles perguntam como é que está. Eles têm um vínculo, porque eles viram todos os filmes das crises que já se passou, e tal; e a cooperativa sempre apoiou, sempre foi parceira, e tal. Então, esses associados, assim, históricos, de mais tempo, eles têm um sentimento assim, não é, valoriza muito isso; então, eles... eles recebem; então, eles vão tirar o capital, para deixar na poupança, e aqui ganha mais. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Conforme exposto no item 3.2.1.1 da análise documental, as cooperativas agropecuárias brasileiras são dependentes de capital de terceiro, o que representa um custo da dívida para a cooperativa que pode ser superior ao retorno exigido pelos

cooperados. Assim, ao sinalizar a remuneração de capital, a cooperativa pode incentivar os cooperados a integralizarem um maior volume de capital ou manterem o capital na cooperativa, o que pode ocasionar um benefício econômico e financeiro para a cooperativa.

Como não existe mais correção monetária; então, o juro, ele é justo. Eu acho que é, no mínimo, equivalente a poupança. Para dizer: Olha, a inflação foi 3, foi 4, a poupança foi 5, 5,5, 6, vamos pagar o equivalente a . . . não é, equivalente a poupança . . . porque, do contrário, qual o incentivo, para o cooperado, capitalizar a sua cooperativa? Por que ele vai capitalizar? O voto não é proporcional ao capital, é um voto por pessoa. Tá? A sobra é proporcional a operação. Então, por quê que ele vai botar capital? Não faz sentido. E o capital, ele é necessário. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Eu acredito que as cooperativas poderiam trabalhar um pouco mais essa possibilidade [Juros sobre Capital Próprio], de que o associado integralizasse um capital um pouco maior na cooperativa, e esse capital tivesse um incentivo através dos juros, não é, de uma forma de que a cooperativa conseguisse obter mais capital próprio sem pagar juros para bancos ou outras instituições financeiras, não é; é uma maneira de fazer com que aquela necessidade de capital de giro da cooperativa, fosse, em partes, suprida com o capital do seu próprio associado; que, de certa forma, poderia ter uma remuneração, mais uma remuneração, sobre esse recurso que fica na cooperativa. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Então, se a cooperativa, ao longo dos anos, até chegar ali, não fez as suas reservas, ela está com uma deficiência . . . e essa deficiência tem que ser buscada no capital; porque, às vezes, tem que ser para ontem. E aí como é que se busca capital? Não tem como. Então, aquele Juros ao Capital, que, de vez em quando, se pagava mais por um . . . num sentido assim, que tinha um resultado tão grande, o quê que eu faço com isso? Ah, está com jurinhos. E a gente calculava os juros, até 12%, e dava um cheque para cada um deles. Era muito bom. Só que agora nós temos que calcular os juros e integralizar no patrimônio líquido da cooperativa. Não, não tem como se distribuir; mas, o Juros é, sem sombra de dúvidas, um incentivo à capitalização. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Nesse sentido, é importante a cooperativa avaliar qual o custo de oportunidade de obter o capital dos cooperados ou de terceiros. De acordo com o Entrevistado 11, historicamente, a captação de recursos para o agronegócio pode ter sido outro incentivo para as cooperativas deixarem de utilizar essa estratégia de retorno, pois a captação no mercado tornou-se mais vantajosa.

Talvez, ali está um dos motivos, pelo qual as nossas cooperativas do Agro não são capitalizadas. Porque eles, ao longo do tempo, olhando mais para trás aí, eles viveram sob o financiamento subsidiado, que é financiamento fácil . . . e com subsídio; então, não precisava ter capital, toma tudo o capital de terceiro, é só financiamento. Hoje, o dinheiro, apesar das taxas de juro estar menores, uma . . . tu vai tomar financiamento, mesmo de crédito rural, 6,75, esse capital tem que se reproduzir, ele tem que gerar resultado, senão ele é um dinheiro caro. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Quando a capitalização por fontes internas se torna mais vantajosa, outras formas de complementar o capital social também podem ser utilizadas, além do Juros sobre Capital Próprio. Nesse sentido, o Entrevistado 38 destaca que existem outras formas de capitalizar a cooperativa por meio do capital social dos cooperados, afinal, a diretriz da cooperativa para a distribuição das sobras pode ser a incorporação das sobras no capital, o que irá aumentar o volume do capital social da cooperativa.

Porém, forma de valorizar o capital, tem outras; não precisa ser por essa via. Não é? Você pode ter uma capitalização . . . porque a parte que seria juros ao capital, tá; você poderia levar para o capital, de qualquer forma, como distribuição de sobras. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Além disso, as cooperativas que optam por divulgar um alto volume de sobras, como forma de demonstrar eficiência, acabam não realizando a distribuição por Juros sobre Capital Próprio, pois isso significa reduzir as sobras.

É, tem a tributação, então nós 15%, . . . e recolhíamos, normal. É, é que ele impacta também dentro do resultado, não é; então, ele reduz o resultado, porque faz uma despesa financeira, e tal. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

É, se eu pago uma remuneração sobre o capital, eu vou ter menos resultado. Então, isso é a mesma coisa que eu pegar o meu resultado, e dividir pela tarefa, pelo movimento dele, do ano. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Outra justificativa, apresentada pelos Entrevistados 28 e 44, é que por vezes essa estratégia de retorno não está sendo utilizada porque o capital social das cooperativas está reduzindo, frente à cláusula de devolução de capital que algumas cooperativas utilizam, conforme relatado no item 4.1 na análise documental.

Saiu da legislação a obrigatoriedade, e a gente não paga. Nós estamos, na verdade, devolvendo o capital mais rapidamente, do que está previsto. O capital, hoje está diminuindo. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Juros sobre Capital Próprio]

A gente deu a possibilidade do associado retirar o capital. O quê que aconteceu? No ano de 2005, depois da seca, a gente percebeu um movimento um tanto perigoso, dentro da cooperativa. Que foi a retirada, a saída em massa de associados para pegar a conta Capital. Então, a gente viu que isso deu uma . . . um baque no caixa, não é; e resolvemos, então, nos anos seguintes, criar uma possibilidade do associado retirar parte do seu capital, não . . . não pode tirar todo . . . mas, uma parte, ele consegue. Tinham associados com muito capital, que eles poderiam ir retirando. Então, a gente ficou com uma quantidade de capital reduzido, dentro da cooperativa, do associado, não é? [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Juros sobre Capital Próprio]

É, PLs muito baixos, não é? E isso dificulta. É, não sei se o caminho seria a correção das cotas. Acho que sim, é um dos caminhos, é . . . [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Com isso, o estímulo não está voltado para o cooperado manter o seu capital na cooperativa, o estímulo é que, com determinada idade e tempo de cooperativa, o cooperado poderá recuperar parte do capital investido, mesmo mantendo a operação com a cooperativa.

Nesse sentido, é importante destacar que essa decisão depende da estratégia adotada pela cooperativa e por essa razão, mais uma vez, conforme exposto no item 4.3.1, essa é uma decisão estratégica para cooperativa que deverá ser validada com os órgãos de governança.

Isso eu tenho debatido muito [sobre gerar retorno sobre o capital], até dentro do nosso Conselho, porque . . . eu até, um dia, tinha feito uma proposta, eu disse: 'Vamos pegar 10% do montante de sobras do exercício, e ratear proporcional à cota. Daí passa a ser a correção. É, isso é correção. Mas o nosso Conselho, através dos nossos associados, em Assembleia, ainda entende que, do mecanismo, como está feito, que isso é aprovado em Assembleia, passa pelo Conselho; o Conselho, ele valida; vai para a Assembleia, a Assembleia aprova. Ainda, eles entendem, que, do modo que nós estamos fazendo, distribuindo o montante, proporcional ao movimento de cada um, passa a ser uma forma, também, correta de incentivar o cara a trabalhar mais com a cooperativa. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Juros sobre Capital Próprio]

No sentido da tomada de decisão, é necessário destacar que alguns gestores possuem resistência em apresentar a estratégia de retorno vinculada aos juros sobre capital para os conselhos e assembleia.

A cooperativa é uma sociedade de pessoas cuja distribuição de resultado é proporcional ao volume de transações que o cooperado estabelece com a cooperativa e na qual o capital não determina a participação do cooperado na assembleia. Assim, propor que o capital social seja utilizado como parâmetro para alguma distribuição de resultado parece não ser intuitivo para muitos cooperados.

Nesse sentido, é importante salientar que justamente pelo Juros sobre Capital Próprio estar baseado no capital social, que a Lei 5.764/71 estipula o limite de 12% ao ano sobre o capital integralizado, observado também os critérios próprios da Lei nº 9.249. Assim, mesmo com uma estratégia de distribuição por capital, a cooperativa não será enquadrada como uma sociedade de pessoas. Além disso, isto também demonstra que a cooperativa está de acordo com o terceiro princípio do cooperativismo.

E aí não pode, porque aí você está numa sociedade de pessoas que distribui sobre operações. Então, e tanto é que, quando você fala em juros sobre o capital, por isso que ele é limitado. Porque é para não caracterizar uma remuneração do capital. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Por essa razão, é importante que os gestores e os cooperados compreendam a totalidade das formas de retorno, como se relacionam com as demais formas de retorno, quais são os limites de utilização de cada estratégia e quais os fatores que contribuem para a escolha de cada alternativa de retorno.

Assim, como destacado nas demais estratégias de retorno apresentadas, a comunicação do benefício gerado por essa estratégia aos cooperados deve ser uma preocupação constante. Dessa forma, os Entrevistados 36, 37 e 27 salientam que é importante que a cooperativa comunique a vantagem dessa estratégia de retorno ao cooperado, para que ele perceba que o benefício de manter o seu capital na cooperativa rentabilizando.

E assim, além de um incentivo muito grande, o cooperado, ele tem que ter esse conhecimento técnico, para saber que ali é um . . . é um tipo de investimento que rentabiliza mais do que uma poupança. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Eu acho que ainda, aqui, é um ponto de . . . de fidelizar o cooperado pela remuneração sobre o capital, porque quando eles não veem isso, eles se desanimam, muitas vezes, não é. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Juros sobre Capital Próprio]

E aí eu acho que eu volto a... a coisa, que, talvez, a gente tenha que divulgar mais . . . os benefícios. Trabalhar mais essa . . . essa questão. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Juros sobre Capital Próprio]

Conforme destacado no item 4.2, não houve trechos codificados das entrevistas com conselheiros fiscais para a código “Juros sobre Capital Próprio”. De certa forma, tal resultado era esperado tendo em vista que não havia perguntas no roteiro semi-estruturado para o público de conselho fiscal direcionadas para esse tema, mas nenhum dos cooperados entrevistados relatou o Juros sobre Capital Próprio como um benefício oferecido pelas cooperativas.

Nesse sentido, é importante destacar que diferentemente das estratégias de retorno exploradas até o momento no item 4.3.5, o Juros sobre Capital Próprio é evidenciado nas demonstrações contábeis de forma direta, pois é uma estratégia de retorno também aplicada em organizações com finalidade lucrativa. Nesse caso, o fator restritivo para utilização da estratégia de retorno não é o processo contábil de reconhecer, mensurar e evidenciar o retorno, mas sim, em viabilizar a compreensão dessa estratégia de retorno para o cooperado e a divulgação como um benefício sobre o capital investido na cooperativa.

4.3.5.5 Sobras

Nas sociedades cooperativas o resíduo positivo do processo empresarial é denominado sobras, enquanto o resíduo negativo é denominado perdas. Contudo, apesar de as sociedades cooperativas possuírem nomenclatura contábil específica, a compreensão de que lucros e sobras são equivalentes parece estar presente entre os cooperados.

De forma geral, pode-se dizer que lucro e sobras são equivalentes, afinal ambos representam o resíduo do processo empresarial. A distinção que alguns autores apresentam sobre lucros e sobras está na questão de como esses resíduos são distribuídos, pelo capital ou pelas operações. Além disso, as cooperativas são enquadradas como organizações sem finalidade lucrativa, assim, utilizar lucro para denominar o resíduo empresarial pode parecer um contrassenso. O relato do Entrevistado 11 corrobora com tal afirmação.

Olha, na verdade, eu acho que elas são muito similares. As duas empresas - cooperativa e empresa de capital -, visam um resultado econômico, as duas; e a cooperativa tem que ser assim. Na cooperativa a gente não chama de lucro, chama . . . até a reportagem lá da Cooperativa X falava em lucro, distribuição de lucro. E poderia chamar, mas é diferente. Lucro é a característica da empresa de capital. A cooperativa, ela visa obter o máximo de resultado econômico, só que ela distribui esse resultado econômico, proporcional ao esforço, ao trabalho, a produção da pessoa, não é? E na empresa de capital, o cara não precisa produzir nada, ele só vai investir, ele quer que o capital dele seja remunerado. Essa é a diferença . . . é a forma de distribuir, para uma e para a outra, não é? [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Sobras]

Conforme já descrito na presente tese, a distribuição do resultado gerado pelo ato cooperado é feita com base na participação econômica de cada cooperado na cooperativa.

É, como associada, a nossa cooperativa, ela tem um . . . uma forma diferente de distribuição de lucros; ela, no final do ano, ela . . . é gerado o lucro dela, e 50%, desse lucro, é distribuído para o agricultor, para o associado, de forma equivalente à movimentação de cada um. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

Tendo em vista que as sobras são distribuídas com base na participação econômica, é de suma importância que a cooperativa identifique a participação de cada associado. Ademais, quando o cooperado não é identificado, as interações como fornecedor ou cliente são computadas como ato não cooperado e, nesse caso, não

serão geradas sobras, pois o resultado é inteiramente direcionado para a RATES, não sendo passível de distribuição.

E teve até algumas melhoras, assim, do que é . . . principalmente, com relação ao cadastro de associados. Eu poderia te citar como exemplo, o associado que ia comprar no mercado da cooperativa, ele não informando o nome dele, ele fazia com que esse lucro gerado por aquela compra, fosse . . . não ser . . . poder ser distribuído, porque era ato não cooperado. Então, isso foi melhorando bastante, houve uma distribuição melhor esse ano. [Entrevistado 15 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

As sobras são tidas como um complemento que as sociedades cooperativas oferecem aos seus cooperados. Além de possibilitarem que as transações econômicas fluam na entidade oferecendo benefícios via preço ou preços compatíveis com o mercado, as cooperativas complementam os retornos ao término do exercício social.

E as cooperativas, em alguns casos, não é, também fazem uma espécie de comunicação, de que elas garantem aquele preço, na entrega, não é; e mais o retorno. Então, muitas cooperativas até usam isso, é . . . dizendo que terá o retorno; e outras, utilizam já como um . . . um valor monetário, algumas já estabelecem, é . . . o preço, no faturamento; e R\$ 1,00, ou R\$ 2,00, de retorno. Então, em alguns casos, a gente observou isso, que as cooperativas usam isso já como uma prática, não é. Então, esse retorno, ele vai ter lá, depois do encerramento contábil, do ano, não é, da apuração dos resultados. Então, isso já é . . . já existe esta prática nas cooperativas, de garantir um preço, é R\$ 1,00, ou R\$ 2,00, enfim, no final do processo. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Sobras]

E muitos deles ainda estão esperando a sobra. Mais uma coisinha que eu . . . que só a cooperativa dá; se eu vendi lá para uma cerealista, acabou. A cerealista me pagou R\$ 2,00, a mais, tudo bem; se o . . . o que ele fez depois, não me interessa. Agora, se eu entreguei para a cooperativa, eu recebi um adiantamento de R\$ 2,00, a menos, lá na hora, da saca, mas eu tenho a sobra lá no final. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Sobras]

Diferentemente das estratégias via preço que são consideradas retorno de curto prazo, as sobras são estratégias de retorno de longo prazo, pois são divulgadas e distribuídas somente no final do exercício social da cooperativa e dependem diretamente da forma como a gestão conduz as atividades da cooperativa.

As sobras sempre são um pouco mais demoradas . . . que é mais a confiança. [Entrevistado 15 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

A nossa [cooperativa], esse ano, não teve sobra, no caso. Mas foi um ano excepcional, por causa de má negociação da administração de 2015. Aí esse ano não tivemos sobra; mas, a previsão do ano que vem é voltar tudo ao normal, teremos sobra, de novo. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

Eu . . . eu sempre acredito que a sobra sempre é bem-vinda; e, geralmente, vem no fim de ano, né? É, isso eu... eu acho que a cooperativa tem que . . . ela tem que sentar, né, e todo fim de balanço, ela vai dizer: Ó, sobrou tanto, nós podemos dar tanto. Se ela distribuir

antes, ela não sabe mês por mês, né; ou, ela distribuir mês por mês. Distribui tudo de uma vez só, eu acredito que é melhor. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

Em alguns casos, as cooperativas não podem optar por estratégias de curto prazo, pois são reguladoras de preço e as sobras tornam-se o fator de diferenciação da cooperativa perante as demais entidades da região onde o cooperado poderia realizar a entrega dos seus produtos.

E daí a diferença é, que nem, a cooperativa, paga um pouco menos, mas depois tem o retorno. A sobra final. Então, isso compensa, mais ou menos, o que os outros, os concorrente, estão pagando. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

É, o retorno econômico é bem significativo; é, mesmo que no momento da venda, às vezes, o produtor reclama, que os particulares pagam R\$ 1,00, ou R\$ 2,00, a mais; mas, a gente tem um... um plus melhor na Cooperativa; e quando se analisa isso, a gente vê que dá isso, em torno de R\$ 4,00, até R\$ 4,50, conforme a movimentação que a gente faz na cooperativa. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

E a gente sempre tem aquele capitalzinho para fim de ano. Eu acho que é bem-vindo, eu acredito que é melhor. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

Contudo, quando as estratégias via preço são possíveis, os cooperados tendem a preferir o retorno via preço, conforme o narrado pelos Entrevistados 30 e 12.

Essa sobra, na cooperativa, ela . . . ela é importante, mais para a cooperativa, eu acho, do que para o produtor. O produtor, muitas vezes, não . . . não lembra isso aí. Ele não lembra que a cooperativa está devolvendo uma parte para ele . . . o pessoal quer na hora, eles não querem saber de sobras, muitos produtores. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Sobras]

Então, o produtor não mede isso, ele quer resultado. Na cultura dele, ele quer resultado. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

Diferentemente do narrado pelos Entrevistados 30 e 12, os Entrevistados 11 e 31 descrevem que, para muitas cooperativas e cooperados, a sobra ainda é um diferencial, sendo inclusive uma estratégia de retorno tradicionalmente adotada pelas cooperativas.

Então, os exemplos que a gente deu antes, aqui, não é. A Cooperativa X tem uma política, já é sagrado, distribuição de sobra; e o cooperado faz o cálculo, ele diz: Ó, durante o ano, eu recebi tanto, paguei tanto pelo insumo, no mercado, a diferença no mercado é tanto, mas eu vou receber a sobra. E algumas cooperativas já preferem inserir isso no preço. Então, eu acho que ele é gerencial, e aí tu pode comparar, não é. Ontem, que eu . . . Anteontem, que foi. O presidente da cooperativa, ele diz: Não, a Cooperativa paga um preço médio X, e tem um acréscimo de sobras, em cima do milho. Tá? A nossa cooperativa tem menos sobra, mas ela paga um preço maior. Então, o dirigente sabe; e ele tem que saber comunicar isso para o cooperado. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Sobras]

E segundo, distribuindo sobras, que nem sempre são lançadas na... no produto, no preço, não é; é um plus que ele recebe pelo faturamento geral, por conta da distinção que eles fazem entre cooperativa e a parte empresarial. Não é? [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

Assim, a divulgação do volume de sobras obtidas pelas cooperativas durante o período e também a forma de distribuição dessas sobras se torna um dos momentos mais aguardados no processo de prestação de contas, pois é algo que ele espera da cooperativa.

Tu sabes que esse assunto “sobra” e “lucro” é um tema interessante. Não é? E eu tenho observado o comportamento das pessoas, inclusive nas reuniões e assembleias de prestação de contas. Existe um ânimo, não é, uma satisfação, um desejo e um . . . um ânimo grande no momento que a cooperativa apresenta lá resultado ‘sobras’. Claro, isso é normal, e é positivo e importante. [Entrevistado 38 – Auditoria – Código: Sobras]

É o que eu acabei de te dizer. Ainda existe a percepção de que tem que dar sobra. Mesmo pagando certinho, direitinho, ele vendo que nós estamos fazendo investimento, ele entendendo que nós estamos recebendo o produto dele melhor, nós estamos sendo mais ágil, que nós estamos crescendo, e ele está junto, porque ele faz parte desse processo . . . ele ainda quer sobra. Então, um pouquinho, tem que dar. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

É, eu acho que a visão das sobras, ela é relevante, eu acho que acontece que . . . de fazer gerar essas sobras; e, principalmente, depois lá na AGO, promover essa distribuição de sobras, uma parte é incorporando ao Capital; mas, a outra, fundamentalmente, indo para . . . retornando para eles; eu vejo que, a percepção, não é, que eu tenho, é de que isso é importante para eles. [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Sobras]

É importante destacar que a escolha da estratégia de retorno impacta diretamente nos índices de desempenho da cooperativa, conforme demonstrado no item 2.2.4. Ao optar pela estratégia de retorno via sobras, a cooperativa irá aumentar os seus índices de rentabilidade, o que é positivamente visto pelo mercado e pelos cooperados.

Eu digo: Tudo que é bom na análise de balanço para a cooperativa, pode ser visto como ruim para o cooperado. Porque o que . . . Nós temos que olhar não é tanto a margem bruta e o resultado líquido, e sim analisar o custeio operacional, a despesa operacional. Tá? É porque, é . . . se a cooperativa pa . . . tem uma margem maior, é porque ela pagou menos pelo produto do cooperado e cobrou mais pelos insumos; então, se ela tem uma boa gestão, pratica preços de mercado . . . porque eu acho que durante o ano ela tem que . . . eu sou muito adepto a isso, eu acho que a cooperativa tem que seguir as leis do mercado. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Sobras]

Eu acho que o interesse é difícil, porque eles são muito cobrados por gerar a sobra, não é; e, em se enxergar essa geração de sobra. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Sobras]

Então, as sobras, eu acho que elas . . . elas têm esse papel, assim, de mostrar que a cooperativa é uma empresa que tu é proprietário; para ti ser proprietário, uma das formas, é tu ter um retorno do teu investimento. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Sobras]

De acordo com o Entrevistado 11, esse fator pode ser um motivador para a utilização dessa estratégia de retorno, afinal, a cooperativa está inserida no mercado e compete com as demais organizações como alternativa aos produtores rurais.

Ela tem concorrência, ela tem o parâmetro, ela tem a comparação; ela tem que ser eficiente e . . . essa política [de gerar sobras], eu acho que a Cooperativa X, na minha opinião, está muito certa. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Sobras]

E a mim, me parece, que nos dias de hoje, especialmente, não há como pensar muito diferente, a sobra é indispensável, porque isso é significativo no contexto das cooperativas, e é importante para o quadro social e para uma assembleia, e . . . e a expectativa deles numa assembleia de prestação de contas, você sabe qual é. A última linha do Demonstrativo de Resultado . . . e o quanto vai ter de retorno. Não é? Então, é isso. Mas o que eu observo, em termos de comportamento, não é, a nível de administração, é que é exigido deles, hoje, um posicionamento a nível de mercado, porque ele é competitivo. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sobras]

Quem sabe, isso pode vir até pelo fato da . . . é, de tentar melhorar essa estrutura de capital mesmo, de que ela consiga ter um valor aí para investimento, e aí se manter competitiva, não é, porque isso é uma dificuldade no mercado; e, muitas delas, a gente vê que tem essa característica de gerar sobras, não é; elas são grandes cooperativas, estão aí no mercado lutando com . . . é, de forma competitiva, não é, com as demais. Então, pode ser que o mercado força um pouco disso, é . . . para ela se manter de uma forma competitiva no mercado. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Sobras]

Porém, o objetivo restrito de gerar sobras para o aumento da rentabilidade da cooperativa também deve ser administrado com cautela, pois significa que o cooperado poderá ser prejudicado durante a sua atuação como cliente e fornecedor. Nesse caso, considerando que o horizonte do cooperado é de curto prazo, apesar das sobras serem consideradas um diferencial das cooperativas, o cooperado poderá ser incentivado a buscar melhores remunerações para os seus produtos.

Cooperativa tem que ter um modelo de gestão eficiente, gerar resultado; mas, durante o ano, acompanhar, não é explorar o cooperado para poder ter sobra. É praticar os preços de mercado, e chegar, no balanço, e ter resultado para poder distribuir. [Entrevistado 11 – Auditoria – Código: Sobras]

Muito bem, vamos analisar a origem das sobras. Se uma cooperativa tem sobras, é . . . na comercialização de grãos, é claro que tem o mérito do desempenho. Não é? Que a cooperativa, ela pode ter sido efficientíssima, não é; é, e . . . na sua estrutura, não é, operacional, com custos reduzidos, tá; e também, na comercialização, escolhendo formas, canais, momentos, enfim, não é; as suas estratégias, tem os méritos disso. Mas a produção do resultado é o seguinte: É uma relação fundamental entre preço de compra e venda. Não é? Então, se você consegue me obter o melhor preço de venda, o resultado vai estar em função do que você repassa ao cooperado. Não é? Se você repassar alguns centavos a menos, a cada saca de soja; ou, repassar no preço, na hora de repassar o insumo, cobrar

um pouquinho mais por cada saca de adubo, você terá um resultado melhor. [Entrevistado 38 – Auditoria – Código: Sobras]

A cultura que se instalou, pela forma métrica de medir o resultado de uma empresa, é lucro, é cifra final. E isso é uma cultura terrível, porque ela é extremamente capitalista, ela é remuneração de quase tudo, porque o . . . o produtor rural pensa: Bom, não é uma remuneração de capital como o empresário quer. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

Algumas cooperativas insistem na . . . na aplicação das sobras, não é, da . . . do reinvestimento das sobras, mas não é . . . não é fácil; geralmente, as assembleias, elas são resistentes em relação a isso. Sobre a questão de captar recurso do cooperado, muitas vezes, eles enxergam isso com . . . é, com desconfiança, porque eles acreditam que se dá capital, é porque alguma coisa tem; e sendo a vida dele difícil, ele, normalmente, ele não tem capital, ou mesmo condição, para investir na cooperativa. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

Mesmo que o mercado reconheça o resíduo empresarial como parâmetro do sucesso empresarial, é importante que haja a compreensão que a sobra não deve ser vista como a única forma de retorno gerada e que considerar a sobra como parâmetro da eficiência da cooperativa pode gerar distorções na análise desse tipo de sociedade.

E lá, na cooperativa, o quê que . . . o quê que a gente vê? A gente vê o seguinte, com a cooperativa, quanto mais sobra, é . . . a análise, quanto maior a sobra, maior é a coopera . . . melhor é a cooperativa? Não. Quanto menor as sobras, muitas vezes, é a melhor cooperativa que tem. Então, a grande falha realmente é essa; porque, hoje, o que a gente mede é o seguinte. Quando uma cooperativa é boa, não é; quando ela é eficiente, é quando ela tem sobras ou quando ela não tem sobras? Não é? [Entrevistado 26 – Contador – Código: Sobras]

Porque eles acham que uma cooperativa boa é aquela que dá sobra ao cooperado. É aí que existe essa . . . muito essa fala aqui, na Bahia. Cooperativa, só é cooperativa boa, se é rentável, se está dando sobra. Aquelas que dão . . . que não dão, para que ter uma cooperativa, não é? Acha que uma cooperativa só é sólida, se tiver sobra; e a gente sabe que não é bem assim. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Sobras]

Justamente devido à aplicação desse parâmetro distorcido nas sociedades cooperativas, os gestores são tentados a direcionarem a sua escolha por essa estratégia de retorno, até mesmo porque o reconhecimento da gestão tende a estar atrelada ao volume de sobras geradas.

Numa gestão, não é, o dirigente, ele sempre vai, é . . . buscar uma sobra grande, não é, para justificar que ele teve uma boa gestão. Não é? Então, não adianta, isso está muito atrelado, que a boa gestão é a sobra. Então, se eu não levar sobra: Ah, esse presidente aí, pô, passou 4 anos lá, eu ia nas assembleia, não tinha sobra nenhuma, não tinha sobra nenhuma: E aí, é . . . se dá, que eles querem que exista aquela sobra. Então, assim, ó. Não adianta esse conhecimento aí, teria que ser trabalhado de forma diferente. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Sobras]

Ele pode não entender das outras contas, sabe; ele não está muito preocupado em estar capitalizando a cooperativa através das suas cotas, porque ele não está preocupado nisso

aí; mas, é... se a cooperativa tiver bem, se ela está me dando um resultado, por pouco que seja, isso tem uma . . . uma . . . vamos dizer assim, uma repercussão para ele, muito positiva. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

O gestor, ele vai querer gerar resultado; e esse resultado implica em lucro, que seria o equivalente ao que a gente chama de sobras. Então, eu percebo que, é . . . a minha percepção é: Eles vão se sentir como não sendo eficientes gestores, se não conseguirem gerar sobras, sabe. [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Sobras]

Já vi na cooperativa que eu fui, que eu já fui funcionário, não é; é, ela sempre dava perda, essa cooperativa; e assim, faltava aquela animação, não é, dos cooperados em participar, até mesmo nas assembleias. Quando trouxe... quando essa cooperativa passou por uma reforma, e saiu para uma determinada pessoa para outra, ela começou a ter resultado positivo; e a gente viu uma mudança dos cooperados. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Sobras]

O Entrevistado 37 complementa o seu relato destacando que, após a cooperativa começar a distribuir sobras, aquele fator não foi mais suficiente para o cooperado que buscava cada vez mais benefício na cooperativa. Para o entrevistado, a sobra não é um fator de motivação constante, assim como o salário não deve ser visto como um fator motivacional, pois a percepção é momentânea.

Mas, mesmo assim, isso não foi o ponto de fidelização, ou trouxe, num determinado momento, não é, a felicidade dos cooperados, por exemplo; mas, depois eles vieram com as mesmas questões que tinham quando dava a perda. Então, deu para sentir que a sobra em si, não é só a motivação do cooperado. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Sobras]

Porém, para o Entrevistado 2 é interessante como esse parâmetro do sucesso empresarial é considerado importante para a gestão da cooperativa, a ponto de levar a cooperativa a se comportar como uma organização de finalidade lucrativa.

Esse processo é descrito na literatura como isomorfismo empresarial (DiMaggio & Poweli, 2005; Queiroz, Vasconcelos, & Goldszmidt, 2007), em função do ambiente institucional que a cooperativa está inserida, a organização econômica acaba incorporando característica das demais organizações e pode abandonar a singularidade que apresenta, já que o mercado estabelece outros parâmetros.

Bom, eu vejo que as cooperativas estão muito focadas, muitas vezes, em apresentar um resultado apenas em sobras, de uma maneira, que, talvez, seja a maneira mais fácil que o associado perceba, mas ela tem vários outros benefícios que a cooperativa gera para o associado. Então, ele vai . . . ele vai fazer o retorno dele, ele vai tentar se adequar, é o mimetismo que você fala, tentar ficar mais parecido, uma contabilidade mais parecida, não é, para . . . enfim, e isso implica numa coisa muito perigosa, que é diminuir o pagamento para o associado, não é; e transformar em sobra, porque a sobra nada mais é do que ele deixou de distribuir durante o exercício; então, fazer uma política de sobra alta, para poder ser . . . se parecer mais com uma empresa. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Sobras]

De forma prática, o Entrevistado 45 destaca que a margem de retorno pelas sobras que é praticada pela sua cooperativa não é alta, mas simboliza um retorno adicional que é esperado pelo cooperado, seja via distribuição direta de numerário ou pela capitalização das cotas.

Nos supermercados, nos agropecuários, nós devolvemos, nos últimos anos, 2%, de tudo aquilo que ele comprou; então, durante o ano, soma quanto ele comprou, vezes 2%, é o quanto ele tem direito de buscar de volta. E na questão, por litro de leite, depende o movimento. Esse ano, aqui, se eu não me engano, foi 7 centavos que a gente conseguiu estar devolvendo para ele. Portanto, multiplica o 7 centavos por cada litro de leite que ele entregou durante o ano todo, e ele tem, cada um tem o seu número. Então, em cima do movimento que ele gera com a cooperativa, é o quanto que ele tem de retorno. E desse montante, é: 40%, ele retira em dinheiro; e 60%, ele capitaliza na cota dele. [Entrevistado 45 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

Em alguns casos, a cooperativa utiliza a geração de sobras como forma de capitalizar a cooperativa, pois possui a política de direcionar parte do resultado gerado para a incorporação das sobras no capital social do cooperado. Com a incorporação das sobras, a cooperativa torna seu patrimônio líquido mais sólido, contudo, precisa demonstrar ao cooperado o benefício de se manter fiel à cooperativa, caso contrário poderá ser um estímulo para que o cooperado peça desligamento da cooperativa para obter acesso ao valor do capital social.

É exatamente na forma como eu falei, é um processo de capitalização, tá? É claro, que, digamos assim . . . e nisso, voltamos a conversar sobre a fragilidade da relação entre cooperativa e cooperado. Tá? Porque, por um lado, o associado olha esse tipo de situação, e não gosta, não é? E é normal, tá? Está certo. Tá? É melhor do que se tivesse isso . . . então, se é para estar no PL, que esteja na sua conta do capital. Por outro lado, tem um dirigente altamente desconfiado e receoso, de que o associado vai olhar e dizer assim: Nossa, eu tenho um monte de valor, eu vou pedir demissão. Não é? Essa é a fragilidade que existe, hoje, na relação entre cooperativa e cooperado, e que incomoda e atrapalha, e que resulta nesses tipos de comportamento. [Entrevistado 38 – Auditoria – Código: Sobras]

Integralizando aquele valor gradualmente . . . É, gradualmente. Ao invés de distribuir, capitaliza. Então, é como se ele tivesse deixando, abrindo mão de parte da sobra dele, para capitalizar. Só que, na verdade, ele capitalizou, no caixa da cooperativa, naquele momento que ele . . . que ele pegou o recurso, não é? Então, é uma forma de, no futuro, quando ele for, ele leva embora isso, não é? [Entrevistado 39 – Contador – Código: Sobras]

Estabelecer uma relação de confiança com o cooperado e demonstrar os benefícios gerados pela cooperativa torna-se essencial nesse contexto, para evitar que o cooperado peça desligamento da cooperativa.

É importante destacar que a estratégia de incorporação de sobras no capital social das cooperativas poderia trazer consequências interessantes caso a ICPC 14 fosse aplicada. Nesse cenário, as cooperativas, com a estratégia de incorporação,

estariam aumentando o passivo das organizações. Nesse caso, poderia ser mais interessante para a cooperativa distribuir o retorno por outras estratégias, ou que a cooperativa desembolsasse o valor por meio da distribuição diretamente para o cooperado. Contudo, como tal norma contábil foi aprovada pelo CPC, mas não foi corroborada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a integralização das sobras ainda é uma estratégia viável como forma de aumento do patrimônio líquido.

Manter esse relacionamento de confiança é ainda mais complexo quando a cooperativa precisa ratear as perdas com os cooperados. Afinal, assim como as sobras são distribuídas entre os cooperados, as perdas também devem ser rateadas.

Essa decisão nem sempre é fácil para a gestão da cooperativa, pois, dependendo do relacionamento estabelecido com o cooperado, pode levar à saída do produtor rural e a dificultar ainda mais a situação da cooperativa.

Agora, a gente está voltando a ser aquela . . . aquela cooperativa genuína. Só que o que acontece? Tem coisas que não são legais, tem que levar o rateio para o teu associado, tanto que a gente levou na última assembleia; sabe, imagina, olha só, a gente levar o rateio, ou não, aquilo ali já foi um dilema, eu digo: 'Gente, mas é no amor e na dor'. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Sobras]

Assim como ocorrido durante os demais códigos vinculados aos retornos, o Entrevistado 44 demonstra a importância de expor ao cooperado como as sobras se relacionam com as demais estratégias de retorno que são características das sociedades cooperativas.

Então, mas a gente tem esse desafio de começar a esclarecer essas questões, não é; mostrar para o associado que é importante ter a sobra . . . é muito importante, porque é ela que garante a saúde da cooperativa, e a manutenção de todos esses benefícios que o associado pode receber. [Entrevistado 44 – Presidente.Executivo – Código: Sobras]

Ademais, a Lei nº 5.764/71 prevê a possibilidade de gerar e distribuir resultado para os cooperados na forma de sobras ou perdas, mas é importante destacar que não há obrigação dessa ser a única forma de retorno utilizada pela cooperativa, até mesmo pela existência da teoria sobras zero para cooperativas.

Então, a lei já prevê essa possibilidade de ter sobras ou perda, porque senão a lei ia dizer o seguinte: Ó, a cooperativa tem que praticar preços, de modo a chegar no final do ano, e ter resultado zero. Não é isso. [Entrevistado 11 – Auditoria – Código: Sobras]

Por meio das narrativas atribuídas à codificação “sobras” é possível destacar que essa estratégia é frequentemente utilizada pelas cooperativas, seja pela

inviabilidade da utilização de estratégias via preço, pela expectativa do cooperado em receber sobras, pela pressão do ambiente institucional que a cooperativa está inserida ou pela necessidade de formação de reservas para constituir um patrimônio líquido sólido.

Ademais, o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação das sobras é o mesmo que o realizado para o lucro nas organizações de finalidade lucrativa, pois é o retorno econômico oferecido ao proprietário, característico da teoria da firma. E, por essa razão, os índices de desempenho empresarial estão, usualmente, relacionados com a capacidade da organização gerar resíduo empresarial, ou seja, sobras.

É importante destacar que utilizar a estratégia via sobras não demonstra que a cooperativa está em desacordo com os princípios do cooperativismo ou a natureza das cooperativas, até mesmo por essa forma de retorno estar prevista na Lei nº 5.764/71. Contudo, é importante que os cooperados e a gestão compreendam que existem outras formas de retorno econômico e sociais que podem apresentar um maior alinhamento com as necessidades e interesse dos cooperados, e, por essa razão, serem mais vantajosas em termos de fidelização do cooperado e alcance do propósito das organizações cooperativas.

4.3.5.6 Teoria Sobras Zero

Nos códigos vinculados à categoria “Estratégias de Retorno”, uma constante pode ser percebida: a necessidade que o cooperado compreenda as diferentes formas de retorno econômico e social que as sociedades cooperativas podem oferecer.

Assim como foi destacado na categoria “Assimetria de Informação”, a comunicação ainda é considerada um *gap* entre as cooperativas, e compreender as particularidades dos princípios, natureza e estrutura de funcionamento das cooperativas é um desafio.

Dessa forma, durante as entrevistas, procurou-se verificar como a Teoria sobras zero é percebida nas cooperativas, por se tratar de uma teoria singular e vinculada às estratégias de retorno das sociedades cooperativas.

É, eu acho que é muito difícil, hoje [compreender a Teoria sobras zero]. Hoje é difícil. Teria que trabalhar isso com o quadro social, no dia-a-dia, não é; teria que trabalhar de maneira diferente. No modelo de relacionamento que existe, hoje, entre cooperativa e

cooperado, falando de um modo geral, logicamente, não é, sem adentrar para alguma particularidade ou outra, tá; eu acho que ficaria bastante comprometido, não é? Ou seja, fragilizaria a cooperativa em vez de valorizá-la. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Teoria sobras zero]

Na visão do Entrevistado 38, a Teoria sobras zero dificilmente seria aplicada nas sociedades cooperativas com os quadros sociais atuais devido à necessidade do cooperado precisar sentir constantemente o benefício da cooperativa. Assim, limitar o retorno apenas no momento da transação econômica do cooperado com a cooperativa poderia ser um problema visto o perfil atual dos cooperados.

Porque aquilo que se ganhou ontem, hoje ele esquece, não é? É assim que funciona, infelizmente. Então, para trabalhar isso, para colocar em prática e fazer funcionar esse modelo [Teoria sobras zero], teria que trabalhar bem a comunicação de um relacionamento com o quadro social. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Teoria sobras zero]

Para o Entrevistado 1, a dificuldade de aplicação da Teoria sobras zero nas cooperativas agropecuárias brasileiras está vinculada aos parâmetros de sucesso empresarial que são impostos pelo mercado, principalmente as instituições financeiras que correspondem à grande fonte de financiamento das cooperativas.

É. Isso [Teoria sobras zero] é uma dificuldade, no sentido de que as instituições financeiras, quando analisam uma cooperativa, elas têm que ter uma visão diferente; e qualquer outra pessoa que for olhar uma demonstração contábil de uma cooperativa, tem que ter uma visão diferente; porque, a linha dos custos, ela precisa ser melhor compreendida, de uma cooperativa; no sentido de que lá está o resultado, eu posso fazer com que esse resultado todo seja transferido para o associado, através da menor remuneração do seu produto, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

A falta de conhecimento do modelo organizacional de cooperativa faz com que os parâmetros atribuídos para análise dessas organizações sejam os mesmos das empresas com finalidade lucrativa. Assim, quando a cooperativa opta por estratégia via preço dos serviços, insumos ou produtos está gerando menos sobras, o que o mercado irá compreender como ineficiência em gerar retorno, mas a questão é que o parâmetro somente está medindo o retorno do cooperado na figura como proprietário.

Agora, essa informação que é demonstrado como resultado zero, não é; é, para aquele que não é conhecedor do sistema cooperativo, essa é informação que não soa bem, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Entre os próprios entrevistados, conhecedores do movimento cooperativista, a Teoria sobras zero foi vista como controversa. Em alguns casos, essa teoria foi

colocada como apenas plausível no ambiente acadêmico, mas, na prática, sem a possibilidade de ser empregada nas cooperativas.

E a tua primeira colocação da sobra zero, ela é acadêmica. Não tem, eu não vejo, eu já usei isso aí, eu trabalhei, eu trabalho até hoje, na formação, quando tem formação, eu chego lá, eu . . . digo a boa administração é sobra zero; mas ela não é . . . não é viável. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Claro, que isso é um pouco utópico, assim, não é, que conversa, mas quando a gente vai para a realidade, a gente vê que é bem... são poucas cooperativas que conseguem fazer isso. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

Se você me perguntar, como pesquisadora, eu entendo que é eficiente, no meu ponto de vista. Por que? É o que eu falei, o resultado da cooperativa não é só econômico-financeiro, é social também. Então, se você zera o financeiro, você pode olhar lá no seu demonstrativo, aonde que foi investido. Ah, foi investido no melhor preço para o cooperado. Se o cooperado tem o melhor preço de café, ele está tendo incentivo financeiro, é que não está na contabilidade da cooperativa, mas ela está na contabilidade do cooperado. Lembra daquela perguntinha? Onde está o benefício ali? O benefício ali está só com o valor agregado, está no valor a mais que o cooperado recebeu pelo café, está no insumo menor que ele pagou no defensivo agrícola. Mas, honestamente, eu acho que o cooperado não entende que sobra zero pode ser resultado. E pior ainda, se o contador de uma cooperativa, ou o gestor, não entender que zero também é resultado para a cooperativa, ele precisa fazer um Curso de Cooperativismo. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

Porém, de acordo com o Entrevistado 42, até mesmo na academia a aplicação dessa teoria é controversa, afinal, as sobras demonstram eficiência na cooperativa.

Então, é . . . quando se estuda, não é, na Área de Contabilidade, Economia, Administração, e de um modo geral, é . . . o gestor, ele vai querer gerar resultado; e esse resultado implica em lucro, que seria o equivalente ao que a gente chama de sobras. Então, eu percebo que, é . . . a minha percepção é: Eles vão se sentir como não sendo eficientes gestores, se não conseguirem gerar sobras, sabe; eu acho que existe isso por trás sim, não é; apesar de . . . uma coisa não ser, necessariamente, implicar, é, não ser eficiente, mesmo tendo sobra zero. [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

Da mesma forma, é possível perceber resistência dos entrevistados, tendo em vista que as sobras são consideradas um diferencial gerado pelas cooperativas, sendo que os cooperados exercem pressão na gestão para a geração desse resultado.

Ah, eu discordo totalmente dessa teoria; porque, assim, tu tem que remunerar o produto ao valor de mercado. Isso é o que a gente pensa: A gente quer remunerar a valor de mercado. O associado, ele tem que estar percebendo, que, pelo menos, ele não está perdendo nada, por estar na cooperativa. E depois tem que ser mais eficiente possível para ter sobras; e depois, ele perceber que, além de estar recebendo a valor de mercado, ele está recebendo a mais pela sobras. Não é? [Entrevistado 39 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

É o que eu acabei de te dizer. Ainda existe a percepção de que tem que dar sobra. Mesmo pagando certinho, direitinho, ele vendo que nós estamos fazendo investimento, ele entendendo que nós estamos recebendo o produto dele melhor, nós estamos sendo mais

ágil, que nós estamos crescendo, e ele está junto, porque ele faz parte desse processo . . . ele ainda quer sobra. Então, um pouquinho, tem que dar. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Teoria sobras zero]

Eu acho que o interesse é difícil, porque eles são muito cobrados por gerar a sobra, não é; e, em se enxergar essa geração de sobra. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Teoria sobras zero]

Os Entrevistados 2, 4, 10, 32 e 39 destacam que a aplicação da Teoria sobras zero seria um desafio em função da necessidade de formação das reservas nas cooperativas.

Então, assim, eu não vejo que seria razoável uma cooperativa trabalhar com sobra zero, sabe; porque ela teria dificuldade de fazer os investimentos que tem que fazer. As cooperativas, principalmente, as industriais, como é o caso da Cooperativa Y; a Cooperativa X, agora, que também está mudando o estatuto, você pode perguntar isso para eles. É justamente no sentido de ter boa parte das sobras já destinada para fundos que possam levar a investimentos. Então, isso, você tem que olhar esse lado também. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Teoria sobras zero]

Para começar, eu discordo da premissa [Teoria sobras zero], tá? Eu não acho que sobra zero seja eficiência operacional, é . . . pensando em sustentabilidade da pessoa jurídica, tá? E eu acho que algum resultado, para possibilitar a criação de reserva, para tempos difíceis, eu acho que tem que ter. Mas a gente sabe que tem um grupo que defende a questão de sobra zero, que seria a essência do cooperativismo, apesar de . . . de eu discordar. É, e quem pratica isso, costuma vender esse discurso para o cooperado; e muitos concordam, porque não têm, muitas vezes, a visão de negócio, de sustentabilidade a longo prazo, não é, de . . . de obrigações que têm que fazer frente. Então, é um discurso que encontra em algumas comunidades, sim.” [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Teoria sobras zero]

Não concordo. Não concordo. Porque a sobra zero, ela é muito perigosa. Certo? Porque um . . . chega no final do ano, sobra zero. Tá. Mas, e o . . . O que quebrou as cooperativas nos anos 80? Foi que as cooperativas tiveram que sair atrás de bancos para poder se capitalizar, e não se capitalizaram, quebraram. Se tem sobra zero, e tu precisa capitalizar a tua cooperativa, tu não tem aonde tirar. Vai tirar da onde, se a sobra é zero? Tu tem que ir para . . . para o banco. Tu tem que ir para um mercado . . . Nós temos que ir para o banco, pagando um juro muito maior; que se nós não tivéssemos sobra zero, a própria cooperativa se autofinanciaria. Mas aí exige credibilidade, transparência e uma série de coisas assim. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

Ah, eu acho que tem que ter sobra, porque é necessário ter o . . . não pode trabalhar com lucro zero, sobra zero; porque isso é muito... se você precisa fazer investimento, precisa fazer um . . . é, senão o caixa vai sentir isso daqui a pouco; então, a gente sempre procura uma melhor remuneração do produto; claro, que é o mercado, não é que tem, indica preços, e tudo, né, de venda; mas eu não compartilho muito com essa ideia aí. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Eu discordo; eu acredito que o nosso ponto de vista esteja correto, de remunerar mercado e ter sobras, e . . . porque, assim: Como é que tu vai capitalizar a cooperativa com zero? Aonde é que vai estar a . . . não tem . . . tem que ser zero depois das Reservas então. Senão não . . . Ok. Peguei, deu 1 milhão de resultado ali, vai para a reserva, deu zero. Ah, legal, deu zero. Teoria, ok. Mas tu tem que ter as Reservas. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Nesse sentido, é interessante destacar que a teoria não elimina a formação de reservas que sejam vistas como necessárias para a sustentabilidade da cooperativa. Contudo, seu foco é que uma cooperativa que apresenta uma distribuição de sobras baixa pode ser tão eficiente quanto uma cooperativa que destina um grande volume de sobras aos cooperados, no que tange ao volume de retornos que são oferecidos aos cooperados, justamente por eles já terem recebido retorno em estratégias via preço ou assistência que irão reduzir a sobras distribuídas no período.

Depende do quê que você acha de concepção do quê que é essa sobra zero. Sabe? Você fala: A cooperativa vai trabalhar só com sobra zero. Eu vou falar: Desculpe, Paola, você enlouqueceu. Sabe? Agora, se você disser o seguinte: Olha, eu tenho uma cooperativa, depois de remunerado todos os fatores, depois de calculado o meu risco, depois de separado aqueles . . . aqueles recursos de investimento, ou o que deve permanecer na cooperativa por causa de uma análise de risco, de variabilidade, etc.; aí eu falo: Bom, então, tudo bem. Então, aí eu posso dizer, que você pode ter uma sobra zero. Sabe? [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

Por outro lado, há entrevistados que compreendem que a Teoria sobras zero deveria ser aplicada nas cooperativas e que a existência de sobras expressivas demonstra má administração da cooperativa que está sacrificando o cooperado na sua atuação como cliente e fornecedor.

Pô, tu está perguntando para o cara errado, porque eu sou . . . eu digo, assim: As cooperativas que têm muita sobra, é mal administrada. Porque o que é que eu fiz? Eu segurei o dinheiro do associado, segurei 01 ano, para depois devolver para ele. Claro, nunca vou ter uma . . . isso é utópico . . . sobra zero . . . Tá? Mas não há Cooperativa Agro, principalmente; quando menos sobra tiver, melhor. Agora, como eu vou fazer isso? Sobra zero, eu não vou conseguir. Eu só não quero ter sobra de 20%, dar uma sobra de 5, 6%. Ok. Tudo bem. Porque as flutuações de mercado estão aí; mas, quanto menos sobra tiver, melhor. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Na percepção dos Entrevistados 8, 35 e 40, os gestores e cooperados desconhecem realmente a teoria sobras zero, pois falta à educação cooperativista.

Os gestores não entendem [a Teoria sobras zero], porque eles querem chegar, no final do ano, fazer um balanço, e dizer: Ó, tu tem tanto para receber. Encher a boca para dizer: Olha, eu tenho um monte de dinheiro para receber. Eu te sacaneio o ano todo, mas agora tu tem bastante. Sim. Pela média lá. Como eu disse no começo, a nossa gestão, a nossa cabeça, é gestão comercial. Não cooperativa . . . Voltamos ao assunto Educação Cooperativa. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Eles podem entender; desde que, de novo, desde que eles percebam que ao longo daquele exercício, foram recebidos benefícios, não é? Então, se eles entenderem, que lá, no final, a cooperativa não teve sobras, mas isso, eles têm que perceber no . . . no ramo que eles estão trabalhando, não é? É, eu acho que eles são capazes de entender sim. Não dão . . . é, assim, essa . . . é que tem que trabalhar a Educação Cooperativista, não é? [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

Ninguém [entende a Teoria sobras zero], nem o cooperado e nem os gestores. Realmente não. Isso é uma coisa muito nova, é uma coisa da . . . nós, da Academia, que entendemos bem, mas eu não . . . eu não consigo enxergar como um meio; primeiro, porque o gestor não conhece, não quer; e segundo, que o associado tem dificuldade de entender isso. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Teoria sobras zero]

Para o Entrevistado 12, a questão de gerar sobras é cultural. O entrevistado narra que nas cooperativas alemãs essa concepção de gerar sobras zero já está presente, mas, pela pressão dos próprios produtores rurais, no Brasil, essa teoria é pouco aplicada.

É. O Brasil tem adotado, na prática, coisa diferente que as . . . eu aprendi na Alemanha, por exemplo. Lá, a Contabilidade zera, quanto mais zerar, melhor. Porque aí a Receita e Despesa, empata. E aqui nós temos uma preocupação muito grande, no meio cooperativo, e isso faz parte da cultura portuguesa, talvez junto, que aquilo tem que ter resultado, tem que ter sobra. Na linguagem dos produtores, 'eu quero ter lucro'. Então, claro, a Receita tem que ser maior do que a Despesa, no encerramento do exercício social. Na Alemanha se tem essa cultura. O resultado econômico de . . . final, o Balanço tem que empatar . . . Custo-Benefício, Receita-Despesa, tem que ficar zero. Mas é assim na cultura alemã, na cultura europeia, instalado. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Teoria sobras zero]

O Entrevistado 12 também destaca que na Alemanha a aplicabilidade da Teoria sobras zero é mais interessante devido à questão tributária, diferentemente do Brasil onde o resultado do ato cooperado não é tributado, na Alemanha o resultado gerado por ambos os atos é tributado. Assim, os gestores possuem incentivo para distribuição via preço.

Essa cultura também está ligada à questão tributária. No Brasil, sobra não é tributado pela cooperativa. A sobra, quem tributa . . . se eu ganho, eu que tenho que lançar. A gente tem que declarar como pessoa física. E na Alemanha, a pessoa jurídica paga Imposto de Renda sobre o seu resultado. Então, criaram-se essa cultura ao longo da história, de zerar as contas no final do ano. Receita e Despesa. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Teoria sobras zero]

Para os Entrevistados 25 e 31, um dos fatores que também é importante analisar para a aplicação da Teoria sobras zero é a estrutura da cooperativa. Quando mais enxuta a estrutura, mais possível é a aplicação da teoria, mas a medida que a estrutura da cooperativa vai aumentando, a sua aplicação torna-se mais complexa.

Nesse sentido, se o objetivo, se o propósito da cooperativa é ter uma estrutura reduzida; é, que se repasse, para o cooperado, todos os benefícios do ganho; eu vejo que se a regra, se for esse . . . dessa forma, e se é isso que aquele cooperado demanda, e se tiver sendo praticado, está tudo certo. Eu vejo que é um modelo, que ele pode ser aplicado; esse é um modelo moderno, ele tem as suas vantagens, mas é um modelo que se adequa a um ambiente altamente competitivo. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Teoria sobras zero]

Do ponto de vista dos cooperados, eu acho que aí tem uma distinção. Quanto . . . me parece, não é, quanto maior a cooperativa, menos isso fica claro; porque, na verdade, ele tem a percepção de que? Se a cooperativa não tem sobras, é . . . você fica com um pé atrás, porque a situação está complicada. Nas . . . quanto menor a cooperativa, talvez até pela participação mais intensiva e direta do . . . dos cooperados, isso é mais claro; porque daí, de forma geral, eles entendem que eles estão sendo remunerados com . . . a partir dessa sobra. Mas, também, não sei o quanto isso tem . . . qual é o universo dessa clareza, não é? [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Teoria sobras zero]

De acordo com os Entrevistados 3, 34 e 36, a aplicação dessa teoria é restrita devido ao nível de compreensão dos cooperados e também à expectativa das sobras geradas pelo histórico de distribuição das cooperativas.

Pois é. É, em essência, a cooperativa, ela não era para ter sobras, não é. Em essência, era para dar sempre o zero, e proporcionar melhores serviços, os seus produtos; é, são benefícios, não é; enfim, vendendo insumos a preços inferiores do mercado, comprando a um preço maior a preços superiores; mas, acredito que parte de uma estratégia da cooperativa para os seus associados, estratégia do associado querer gerar sobras. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

E nos outros, eu acho que pela nossa falta de entendimento mais profundo da cooperativa, como sendo seus associados não . . . não tem nenhum, eu acho que não tem como a gente ter. [Entrevistado 34 – Pesquisador – Código: Teoria sobras zero]

É, por experiência própria, eu acho que os gestores compreendem. Os gestores, eu acho que sim. O associado, eu tenho dúvidas; eu acho que eles . . . eu acho que, se eles olham um balanço que está com sobra zero, significa que está mal. Está mal. Está mal. Claro, falando de cooperados de diversos níveis de conhecimento, assim. Assim, essa é a opinião que eu te dou em linhas gerais, assim. Em linhas gerais, eu acho que eles têm essa dificuldade; mas, os gestores, eu estou falando do nosso caso específico . . . eu tenho certeza, que a grande maioria tem consciência disso. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Para os Entrevistados 32 e 37, aplicar a Teoria sobras zero nas cooperativas com gestão profissionalizada torna-se um desafio maior ainda, pois a concepção de que o resíduo empresarial, as sobras, é o que determina o sucesso na condução da cooperativa ainda está muito presente.

Nós, a Cooperativa X é uma cooperativa, nós temos uma estrutura diferente das outras cooperativas; nós temos um Presidente do Conselho, que cuida de toda a parte social; então, nós temos um Presidente que é executivo. Então, o nosso negócio é cooperativa, mas a gente trabalha como se fosse uma empresa SA, ou uma outra empresa normal, que busca resultado, que tem que ser eficiente, que tem que buscar o melhor preço; depois, na hora de distribuir . . . assim, eu digo: Eu recebi o suíno, recebi o leite, eu tenho que comercializar, e vender, e procurar o melhor mercado para . . . melhor remuneração para o produtor também. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Então, aí tu chega no gestor, que, muitas vezes, ele é um empregado, nem sempre ele é . . . é só da Diretoria, não é; ou ele é cooperado; muitas vezes, ele é contratado; então, ele tem a pressão da Diretoria, por apresentar um número; ele tem a pressão do cooperado, que quer a sobra, e tudo mais; e, mas também quer o desconto, mas quer tudo. Então, eu

acho que o gestor, muito embora ele possa até saber, ter conhecimento ou ter uma noção de que existe, ele, dificilmente, na prática, consegue praticar. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista– Código: Teoria sobras zero]

O Entrevistado 24 corrobora com a percepção de que em uma gestão profissionalizada o gestor irá buscar sobras. Na sua percepção, o ideal é que seja estabelecido um *mix* de estratégias de retorno.

Não, eu acho que não é possível resultado zero, não é? Mas se tu tiver uma reserva boa, e tu tiver um resultado zero, aí eu vou te dizer, para mim, isso é uma ação que é . . . que ela é . . . é lei, não é? É, não tem fins lucrativos; então, sim, via de regra, não opera o lucro. Mas eu acho que ninguém trabalha para ter zero de última linha. Então, quando tu começa a falar em profissionalizar a cooperativa, já está matando esse conceito, porque profissional nenhum vai querer trabalhar lá para zerar; ele vai querer, sim, remunerar o associado; sim, para as sobras; sim, pagar bem no leite; mas, ao mesmo tempo, ele quer que gere sobras, e tu sabe, por exemplo, uma política, daqui a pouquinho, de remuneração variada, para os executivos que estão tocando lá, e aí a gente aproxima com a iniciativa privada. Mas se for uma relação onde todo mundo está ganhando, beleza. Agora, se for uma relação sanguessuga, aí não vale a pena, aí fica no zero a zero. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Da mesma forma, para o Entrevistado 22, o que deve ser empregado nas cooperativas é o que chama de “teoria ganha-ganha” na qual o cooperado irá ganhar por diferentes atuações, seja como cliente, fornecedor ou proprietário, não sendo o objetivo da cooperativa que alguma dessas atuações seja sacrificada em prol de outras estratégias, ou seja, que haja um equilíbrio entre as formas de retorno que são praticadas pelos cooperados, com o objetivo de possibilitar o alcance das suas necessidades.

É, eu uso bastante essa colocação, eu não falava em maximizar a sobra, mas eu falo na . . . na Teoria do Ganha-Ganha; porque se a cooperativa trabalha com a comunidade, e a cooperativa trabalha com o social, e a cooperativa trabalha com o econômico, não adianta querer matar o meu fornecedor, não é, na Teoria do Ganha-Perde; porque, na verdade, ele vai . . . eu vou perder o espaço que eu tenho. Quando eu falo na política do Ganha-Ganha, o quê que eu estou fazendo? Então, automaticamente, eu estou reduzindo o meu resultado final, não é. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Teoria sobras zero]

Essa é a concepção apresentada no item “2.1.3.3 Matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno” da presente tese, que visa demonstrar que a conciliação das estratégias de preço, excedente empresarial e assistência nas cooperativas é a melhor alternativa para que as cooperativas estejam alinhadas com a sua natureza, princípios e estrutura de funcionamento.

Para tanto, é necessário que todas essas estratégias sejam passíveis de serem reconhecidas, mensuradas e evidenciadas pela contabilidade, tornando viável e

reconhecida pelo mercado a utilização dessas estratégias de retornos econômicos e sociais aos cooperados.

4.3.6 Fatores de escolha das estratégias de retorno

A seleção das estratégias de retorno pode estar atrelada a fatores específicos que justificam a escolha de benefícios via preço, assistência ou via excedentes empresariais para os cooperados.

Conforme exposto no referencial teórico do presente trabalho, o ciclo de vida das cooperativas pode ser um fator que influencia a escolha da estratégia. De acordo com Cook e Burrell (2009), na primeira etapa do ciclo de vida ocorre o início do processo de transferência de propriedade do produto e o cooperado precisa ser atraído e fidelizado, por essa razão, as cooperativas podem ser influenciadas a adotarem estratégias via preço. Os Entrevistados 9 e 38 corroboram com a visão dos autores, acrescentando que esse cenário também se aplica em casos nos quais a cooperativa expande a sua área de atuação e precisa promover estratégias de atração de cooperados. Da mesma forma, o Entrevistado 13 destaca que, em um primeiro momento, a cooperativa não possui a confiança do produtor e, por essa razão, a estratégia via preço viabiliza a sua atração.

Cooperativas que hoje não estão iniciando, mas estão abrindo novas fronteiras, não é? Projetando para novos locais, e tal; e nesses novos locais, é . . . por vezes, se observa esse comportamento, de uma política de gestão, de administração, aonde promove algumas coisas exatamente para atrair o associado, os produtores daquela região. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Ciclo de vida]

Bom, inicialmente, coloca preços mais baixos para se tornar conhecida, ter alguma credibilidade, uma visibilidade no mercado, e depois ela começa a trabalhar com os preços convencionais dos outros concorrentes. Que nem, a cooperativa, também, não é muito especial nisso, ela também tem esse tipo de artifício, que se usa, não é. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Eu acho que a cooperativa, no início, ela não . . . as sobras não são tão importantes. Até nos trabalhos que eu fiz, nas pesquisas, quando ela está iniciando, o foco é muito mais atender aquela . . . aquela demanda do associado, do cooperado; No início, não tanto, até porque tu não consegue gerar tantas sobras, está capitalizando, está criando uma estrutura; mas, a sobra, ela tem um papel de mostrar o quê que o movimento cooperativo... cooperativista bate muito: Ah, a cooperativa é diferente de empresa. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Da mesma forma, o Entrevistado 26 narra que à medida que a cooperativa amadurece e cresce, tende a buscar estratégias reconhecidas no mercado, tais como

a geração de sobras. Essa percepção também está alinhada com a proposta do ciclo de vida das cooperativas de Cook e Burress (2009), na qual, na fase de crescimento-glória-heterogeneidade, a cooperativa busca o reconhecimento do mercado.

Eu concordo que . . . que no início da cooperativa, a cooperativa tem que, para fidelizar os seus cooperados, tem que remunerar bem, não é? E depois, com . . . com o passar do tempo, ela possa, em função do mercado, aí eu não... eu não sei te dizer exatamente, que não é aonde eu atuo . . . mas o mercado force a cooperativa a ter de gerar resultados, não é . . . Assim como tu colocastes, gerar o lucro, que nem as outras empresas geram o lucro; é essa competição, não é, que agora começa a entrar na competição de mercado. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Ciclo de vida]

Na terceira fase do ciclo de vida das cooperativas, a heterogeneidade dos interesses do cooperados está presente e pode influenciar as preferências dos cooperados com relação aos ativos da cooperativa, distribuição de retornos e alocação do direito de controle. Assim, também é possível que as estratégias via excedentes empresariais, como sobras e juros sobre capital próprio sejam preferidas, porque, dada a variedade de portfólios de ativos da cooperativa, aplicar estratégias via preços pode ser tido como mais complexo.

De forma complementar, o Entrevistado 26 destaca o receio com cooperativas que adotam estratégia via sobras em função do reconhecimento do mercado para se tornarem grandes organizações e acabam não atendendo o interesse dos cooperados.

Eu tenho muito medo dessa questão, eu vejo a cooperativa, mas não mega cooperativa, não é; até porque as cooperativas são comunitárias. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Ciclo de vida]

Ademais, para o Entrevistado 13, é importante o cooperado compreender que a cooperativa pode ter sobras reduzidas em função de investimentos realizados que a longo prazo irão render retornos maiores para os cooperados. Quando a estratégia da cooperativa fica restrita às sobras, o cooperado espera que a organização gere cada vez mais sobras, conforme apontado pelo Entrevistado 27, mas para isso investimentos podem ser necessários.

A interpretação, de forma geral, é que aquela que possui mais sobras é a de melhor desempenho, não é; e, muitas vezes, não se compreende todos os outros benefícios e investimentos que a outra cooperativa está fazendo ao longo do ano; ou seja, que reduzem a tua sobra final, mas que vão ser obtidos depois, a curto, ou médio e longo prazo. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Eu não sei se chega a ser uma . . . uma coisa, assim, planejada, ou racionalizada. Mas quando tu começou a pergunta, eu pensei na . . . isso parece coisa de cooperativa velha, não é? Quando tu começou a pergunta, eu pensei: parece coisa de cooperativa velha; ou, até mesmo, de cooperativa que já está com problemas. Tem algumas cooperativas que até em liquidação, e tu só . . . só ouve falar, que: 'Tem que gerar sobra'. 'Tem que gerar sobra'. 'Tem que gerar sobra'. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Ciclo de vida]

Na visão dos Entrevistados 3 e 35, o ciclo de vida da cooperativa irá causar impacto nas estratégias de retorno selecionadas pela cooperativa. Nas suas percepções, quando a cooperativa atinge o terceiro estágio de vida, a tendência é que a heterogeneidade dos interesses leve a cooperativa a optar por diferentes formas de retorno com o objetivo de atender aos diferentes interesses dos cooperados.

Em cada uma das partes, dos estágios do ciclo de vida, ela muda a sua estratégia de retorno. Por exemplo, pensa no ciclo de vida aqui, tá; porque eu nunca tinha pensado, ou associado, muito isso; mas, eu acho que é natural essas mudanças; [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Por exemplo, essas cooperativas, talvez essas de Serviço, até possa servir como exemplo, não é; é, as pessoas se unem numa cooperativa, enfim, pequena, não é; por interesses próprios, não é? Essa questão filosófica de: Ai, porque é uma cooperativa. Na prática, isso não existe, não é? Tu vai . . . tu tem um grupo de pessoas ali que querem resultado. E aí a cooperativa acaba sendo a estrutura que permite isso, não é; que elas façam isso. Às vezes, elas iniciam o processo sem saber o quê que é uma cooperativa, aí alguém diz: Ah, mas o bom é ter uma cooperativa. Tá. Então, eu acho assim, que é . . . essas questões de se colocar em mercado, de uma forma, às vezes, mais agressiva, não é; eu acho que isso depende das condições que essa cooperativa vai ter. Isso funciona da mesma forma como uma outra empresa. E aí quando ela cresce, quando ela assume uma posição de estabilidade, não é, aí ela vai se posicionar de uma forma mais . . . até mais para o mercado ainda, não é? Cada vez mais, porque daí ela vai . . . vai ter . . . ela vai criando espaço, e ela vai querer se . . . não é, e aí realmente dá mais resultados, vai aumentar o seu tamanho, aumentar a sua fatia de mercado, não é? [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Da mesma forma que a narrativa dos Entrevistados 3 e 35, o Entrevistado 41 aponta que o ciclo de vida que a cooperativa se encontra e o nível de competitividade imposto pelo mercado são fatores que influenciam a escolha da estratégia de retorno. Para o entrevistado, à medida que a cooperativa prospera, os cooperados se tornam mais dependentes da transação e também da estrutura oferecida pela cooperativa e com isso, estratégias via preço deixam de ser utilizadas e a distribuição passa a ser conforme o mercado.

Ah, sem dúvida, é o ciclo de vida, mesmo. A cooperativa cresce, ela se volta ao mercado, e tem que se tornar competitiva. Aí, nesse sentido, ela tem que ser, de certa forma, gerida como uma empresa do mercado mesmo. Não é? E além disso, grande parte dos produtores se tornam dependentes da estrutura da cooperativa ao longo do tempo; e aí, nesse caso,

fica difícil quebrar essa dependência, não é; embora, ainda exista a questão da fidelização, que é um problema sério. O ciclo de vida da cooperativa . . . a gente tem, no Brasil, várias cooperativas maduras, não é; e algumas optaram por estratégias mais agressivas de ganho de mercado, de competitividade; principalmente, via industrialização, para agregar valor aos seus produtos primários; outras, nem tanto, só trabalham mesmo com commodities, e isso não quer dizer que seja melhor ou pior; mas a gente tem algumas cooperativas grandes, como, por exemplo, a Cooperativa X, que, basicamente, é commodity. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Além da questão da dependência do cooperado com a cooperativa, é possível que essa alteração de estratégia ocorra em função da reputação criada pela cooperativa na região, passando a ser vista como reguladora de preço, e nesse caso, como vimos no item 4.5.3, utilizar estratégias de preço torna-se complexo para a cooperativa. Assim, nesse contexto, a cooperativa busca outras formas de manter a continuidade do relacionamento com o cooperado.

Então, eu creio que isso ocorre mesmo, essa mudança de estratégia, à medida que a cooperativa se torna mais madura, não é; e aí os mecanismos de fidelização, ou de motivação, para a cooperação, tem que ser outros, além da questão puramente econômica, não é? [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

Quando ele atinge aquele estágio do crescimento, numa heterogeneidade, quanto mais associados a cooperativa vai ter, mais vai ser difícil ela chegar a uma estratégia comum, vamos dizer assim, não é; então, ela precisa também três tipos de retorno que ela traz, tem cooperado X, vai querer um tipo Y, ou outro; então, é difícil, eu acho que é estratégia. Nesse sentido, eu acho que dificulta e faz com que ela tenha mais do que um tipo; eu acho que é nesse sentido. [Entrevistado 3 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Perfil do Cooperado]

Da mesma forma, para o Entrevistado 42, à medida que a cooperativa prospera e cresce no mercado, o cooperado passa a esperar mais da cooperativa e por isso a cooperativa acaba migrando para estratégias que atendam a essa necessidade de demonstrar que há eficiência na organização em gerar resultado ao proprietário.

E eu penso que a perda do mercado da cooperativa, ela vai ter que perpassar por manter esses dois retornos, tanto econômico, quanto social. E entendo, que, para o cooperado, se está no começo, a cooperativa, ele não vai exigir tanto a sobra; mas se a cooperativa já tem mais tempo de existência, aí acredito sim, que ele vai . . . vai buscando ter um pouco mais de sobras, entendendo que a empresa, não é, dele, já tem muito tempo, que ela já pode dar retorno. [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

O Entrevistado 5 também destaca que o ciclo de vida pode ser visto como cíclico, pois dependendo da escolha na fase cinco, o ciclo de vida irá se repetir e, com isso, estratégias utilizadas no início da formação da cooperativa serão utilizadas novamente.

Eu acho que o ciclo de vida influencia, sem dúvida; mas, é . . . eu acho que a cooperativa, ela . . . eu não acho que . . . que é cíclico sim, não é; eu não acho que ela chega até o final para começar de novo, assim. Eu não vejo como contínuo aquele ciclo, eu acho que ela começa a crescer, antes dela chegar naquela... no finalzinho lá de . . . Da escolha, não é? Ela muda antes. Eu acho que ela muda antes. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

É interessante destacar que as narrativas que apontam que o estágio de vida da cooperativa pode influenciar a seleção da estratégia de retorno são principalmente provenientes das entrevistas com pesquisadores. Para os demais públicos, outros fatores podem influenciar essa escolha.

Para os Entrevistados 4 e 9, o setor em que a cooperativa se encontra e o seu nível de competitividade são fatores que irão influenciar a escolha, assim como o nível de maturidade que a gestão e os cooperados se encontram.

Eu acho que não muda, propriamente, em função do ciclo de vida; que eu acho que pode variar em função do segmento, alguns têm que ser mais arrojados, têm que fazer uma . . . uma reserva maior, tipo, crédito, não é; obrigados até por... por legislação. Mas eu acho que o . . . o aumento econômico, assim, pode influenciar mais do que uma maturação do ciclo de vida; a não ser com relação a essa visão de que é necessário ter resultado, para ter sustentabilidade. Se num . . . num período muito inicial de maturidade, dessa questão de visão de negócio não existir, aí eu acredito que possa haver uma mudança de comportamento, de prática, em função desta tomada de consciência; mas, a partir do momento que já existe essa consciência, eu não vejo isso mudando em função de maturidade do... do ciclo de vida, não. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Ciclo de vida]

É uma bela . . . uma bela reflexão essa. Isso, é importante para o setor, não é; e você está na área, não é, Contábil, Econômica. Existem setores que demandam uma grande demanda por investimentos. Então, por exemplo, talvez alguns setores tu tem que estar pensando 10, 15 anos, na frente; renovar a indústria, renovar. [Entrevistado 9 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

A necessidade de investimento é outro fator que pode influenciar a escolha das estratégias de retorno da cooperativa.

Talvez a política de sobra não seja só, única e exclusivamente, para . . . para se equiparar a uma empresa; mas, também, para permitir investimentos. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Necessidade de investimento]

À medida que a cooperativa prospera ela tem a necessidade de investir, expandir suas operações e atuações e, para isso, irá buscar formar reservas. Para tanto, será necessário gerar sobras que possibilitem a formação de reservas.

Eu vejo que, muitas vezes, o associado não se vê como participante dos investimentos da cooperativa. Então, é muito difícil para uma cooperativa dizer assim, olha só: Eu quero investir numa nova planta industrial, e eu preciso que cada um coloque na cooperativa R\$

5.000,00. Isso é quase impossível no Brasil, eu não vejo isso acontecer. Talvez esteja equivocado, é uma percepção. Então, o quê que é mais fácil para a cooperativa? É criar, que, sei lá, 70, 80%, das sobras, acabem em fundos; e aí, 20%, fica à disposição da assembleia; então, a política de gerar sobra também acaba favorecendo um investimento. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Necessidade de investimento]

Agora, eu acho que a cooperativa que está em fase de crescimento, ela tem que olhar para a concorrência, sim; e talvez fazer uma combinação de investimento para crescimento, com distribuição de sobra. [Entrevistado 5 – Pesquisador – Código: Ciclo de vida]

A necessidade de investimento é um dos aspectos que também está presente na fase de crescimento-glória-heterogeneidade do ciclo de vida das cooperativas. Assim, a escolha da estratégia vinculada à necessidade de investimento da cooperativa também está vinculada ao ciclo de vida.

Para o Entrevistado 1, a necessidade de investimento é um fator importante, inclusive, para preservar os recursos financeiros para investimento, algumas cooperativas optam por já prever em seus estatutos a porcentagem do resultado que será destinada para essa reserva.

Algumas cooperativas têm uma cara . . . uma previsão estatutária, que é uma certa preocupação, é . . . principalmente, em relação a distribuição de sobras, porque algumas colocaram um percentual fixo, no estatuto, de distribuição de sobras. Então, é um risco, nesse sentido, não é que tenha que distribuir um valor mínimo de sobras; se a cooperativa segue um ciclo de investimentos, pode ser que em alguns anos ela não . . . não tenha condições de distribuir sobra, porque senão ela vai ter que buscar capital externo. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Definição estatutária]

Da mesma forma, o Entrevistado 24 destaca que a cooperativa tem a necessidade de formar reserva para gerar conforto nas decisões da gestão e para tanto, precisa gerar resultado.

Eu te diria que a situação é mais direta com uma . . . a última linha do resultado. É. Porque, assim, ok, o início tem uma característica diferente, porque precisa conquistar. Agora, no andar da carruagem, o que vai ditar a tua política é a tua última linha; se tu está com um fundo bem bom, se tu está com um resultado para... apontando uma distribuição, tem uma . . . digamos assim, que tem uma . . . tem . . . tu tem uma . . . um conforto, Paola, de pensar no que fazer. Vamos lidar com resultados. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Necessidade de investimento]

Para o Entrevistado 6, a estratégia de distribuição de sobras tem como finalidade gerar capital de giro nas cooperativas.

A Cooperativa X é uma que, ao longo de sua história, sempre trabalhou para distribuir lá no final. É. Mas, a estratégia dela era: Eu preciso fortalecer o meu capital de giro; portanto, eu vou trabalhar com preços de mercado; no final, eu distribuo parte para o meu cooperado,

e parte vai para a capitalização da cooperativa. Conheci cooperativas que tinham, como estratégia, o melhor resultado para o cooperado. Então, essa estratégia de você segurar, apresentar resultado no final, e aí definir quanto que vai para o cooperado, através de sobras, e capitalizar a cooperativa, me parece mais adequada; porque, as que eu vi, não é, dizerem: Não, a gente não segura resultado. É porque, lá, na frente, você vai precisar de fazer um investimento, uma melhoria, aí chama o cooperado para ele investir na cooperativa, ele não . . . Agora, uma Cooperativa X, ela não precisa chamar o cooperado para fazer um novo investimento, ela pega o seu capital, e prepara a estrutura para continuar atendendo o cooperado. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Necessidade de investimento]

Possuir reservas sólidas possibilita que a gestão avalie as formas de distribuição por excedentes, seja por sobras distribuídas, incorporação das sobras ou juros sobre capital próprio.

Ah, bom. Então, esse ano eu vou remunerar o capital próprio, em dezembro. Não, esse ano, nós vamos distribuir. Tem uma . . . uma . . . tem uma liberdade maior com relação a isso; e quando tu não tem, aí tu tem que ser criativo; e contabilidade não dá para ser muito criativo. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Necessidade de investimento]

Nesse sentido, o Entrevistado 26 complementa apontando que, usualmente, o capital social para ingresso nas sociedades cooperativas é relativamente baixo e para prosperar, obter capital e margem para investimentos a cooperativa terá que buscar soluções para criar reservas e, nesse caso, a estratégia de geração de sobras acaba sendo a opção.

É. Isso . . . é uma verdade, mas nós temos que olhar o tipo da cooperativa. Porque também existe assim, ó. Para ti entrar numa cooperativa, hoje, não se sabe . . . a não ser as cooperativas de médico, que a cota-capital seja tão elevada assim. Todas as cotas de capital, para ingresso nas cooperativas, são . . . são acessíveis. São baixas. Tu não tem, no capital, uma grande necessidade. E se tu não tem o capital, uma necessidade de capital alto, para ingressos, não é; é, dependendo da cooperativa, tu tem que gerar resultado para poder fazer os investimentos que precisa. Então, assim, ó. Se tu pega um ramo de cooperativa, que tu tem que construir vários ativos, e tu não quer entrar no mercado financeiro, daí é uma estratégia, dependendo da . . . do negócio que está sendo feito; e aí assim, ó, tu tem que gerar resultado, para fazer os investimentos, com os seus recursos próprios. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Necessidade de investimento]

Com base nessa necessidade de investimento, o Entrevistado 32 narra a sua experiência em 2018, quando a cooperativa optou por realizar a estratégia de distribuição via preço e também gerar sobras. Contudo, como as sobras foram reduzidas, ao invés de manter a política de distribuição, a proposta passou a ser de 100% de incorporação, como forma de capitalizar a cooperativa e possibilitar a continuidade de investimentos que estavam sendo realizados com os recursos próprios.

Este ano, a gente, 2018, a nossa sobra não vai ser muito relevante, não é; nós antecipamos muita coisa durante o ano. Eu já fui no Conselho, levei uma prévia lá, disse: Olha, nós estamos com investimentos, grandes investimentos, e tal. Então, a ideia, esse ano, é não distribuir nada, nós vamos capitalizar. A ideia é para levar essa proposta, até porque nós já antecipamos, durante o ano, muita coisa aí, e tal, e que não . . . o quadro social está sabendo que foi um ano difícil, entendeu; se nós não tivéssemos prejuízo, já seria um bom retorno; então, a sobra não é muito significativa, vamos capitalizar. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Necessidade de investimento]

Afinal, quando a cooperativa possui recursos próprios para realizar investimentos, isso demonstra saúde financeira, tendo em vista que os índices de estrutura irão ficar mais interessantes para cooperativa do que se os recursos fossem obtidos exclusivamente no mercado.

Eu acho que também tem a ver com a questão de gestão, de . . . de . . . como é que eu vou dizer, de saúde financeira da cooperativa; porque quando ela está bem financeiramente, todo mundo enxerga tudo: . . . Eu acho que não só o ciclo de vida; mas, também, talvez, a saúde financeira. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Necessidade de investimento]

O Entrevistado 36 também aponta a relação existente entre a necessidade de investimento e as estratégias via assistência, especificamente a assistência técnica. Para realizar uma assistência técnica adequada, as cooperativas precisam realizar investimentos estruturais e, para tanto, gerar sobras para que esses investimentos sejam realizados no futuro com os recursos disponíveis para a cooperativa.

A Cooperativa Y e Z são cooperativas realmente estruturadas, com equipe muito forte, de fomento, de assistência técnica; mas também tem outras cooperativas, assim, que têm uma estrutura totalmente deficitária, e elas não . . . não vão conseguir, não vão ter estrutura suficiente para . . . para oferecer uma assistência técnica de qualidade. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Necessidade de investimento]

Na questão da busca de recursos para investimento, é interessante destacar que as cooperativas brasileiras não possuem a autorização para abertura de capital para terceiros, assim, os recursos financeiros são obtidos, usualmente, por meio de instituições financeiras ou cooperados. Contudo, devido às altas taxas de juros das instituições financeiras e por muitas vezes as cooperativas já se encontrarem endividadas com terceiros, os cooperados acabam sendo o caminho para a obtenção de recursos.

O aporte espontâneo de capital pelos cooperados é uma dificuldade enfrentada pelas cooperativas, pois conforme apontado no item 4.5.3, as cooperativas não utilizam a estratégia de juros sobre capital próprio, e assim, é necessário que a

retenção do capital ocorra no momento da distribuição das sobras, sendo esse um estímulo para a estratégia de distribuição via sobras.

É interessante destacar que a necessidade de investimento foi a justificativa presente nas narrativas de contadores e representantes do movimento cooperativista como incentivo para escolha de estratégias.

Outro fator destacado como motivador ou restritivo para a escolha das estratégias de distribuição é o perfil dos cooperados. Tendo em vista que a cooperativa tem como propósito a maximização da utilidade dos seus cooperados, é esperado que as estratégias de retorno adotadas sejam coerentes com o perfil dos cooperados.

Os entrevistados apontam que, quando os cooperados apresentam um perfil imediatista, as estratégias via preço são as preferidas, pois a percepção de benefício está vinculada ao recurso no bolso do cooperado. Contudo, quando a visão é de longo prazo, o cooperado tende a compreender a necessidade de investimento da cooperativa e também a dificuldade de cooperativas reguladoras de preço praticarem estratégias de preço, e opta pela estratégia via sobra.

Ele prefere que tu pague mais, hoje, o litro de leite dele, mais caro, do que ganhar as sobras lá no final. . . . Eles são imediatistas, sabe. Isso, isso é diferente de uma cooperativa de crédito, tá? Eu enxergo que a cooperativa de crédito, elas já trabalham, com os clientes, a parte do . . . da sobra, da distribuição. Agora, essa parte do leite: Ah, ótimo. Deu sobra, eu vou receber. Beleza. Mas a memória dele é curta. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Perfil do cooperado]

Mas, a partir do momento que eu falo, que eu perguntava: 'Você preferia receber em sobras?' Eles são categóricos: 'Prefiro em sobra'. [Entrevistado 5 – Perfil dos cooperados – Código: Perfil do cooperado]

Assim, conhecer o perfil dos cooperados se torna fundamental nas sociedades cooperativas, pois irá selecionar a estratégia de retorno também em função do perfil dos seus cooperados.

Nas narrativas dos cooperados pertencentes ao conselho fiscal, é possível perceber que o cooperado tende a apresentar um perfil imediatista, requisitando retorno já no preço dos produtos, insumos e serviços.

Eu vou responder como produtor daí. No caso . . . no caso, nós preferia receber na hora da fatura. Não esperar o resultado no fim do ano. De vender o produto, nós gostaria de receber. Sim, mas ontem eu falei com um associado, ele disse que o caçador, quando ele sai a caçar, ele tem que vim com a caça, e não esperar para outra vez vim. É esse caso ali. Falei ontem com o associado. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Perfil do cooperado]

A maior parte do produtor, hoje, assim, eles têm o . . . eles querem o retorno imediato, assim, na hora do preço, eles querem. Eles não estão interessados se lá . . . ah, mas lá no fim do ano, lá, de repente, vai ganhar. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Perfil do cooperado]

Os próprios cooperados reconhecem que esse perfil imediatista pode não ser o mais adequado para a sustentabilidade do negócio ou da cooperativa.

Só que, infelizmente, tem gente que olha assim, é muito imediatista, é isso aí que acaba atrapalhando. No final, é, em todo segmento, não é? O imediatismo, ele é uma questão mais de educação. Tem países que são diferentes; mas, no Brasil, ainda, as cooperativas, elas poderiam ser bem melhores. Eu estava olhando assim, ó, as cooperativas mesmo do Paraná aí, que dão . . . que funcionam muito assim, ó, muito . . . eu não sei se é o tipo de associado, mas elas . . . elas têm muito mais resultado, até por causa do seu quadro social, não é? [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Perfil do cooperado]

Contudo, essa é uma questão para a qual as cooperativas devem estar atentas, pois caso essa necessidade de retorno vinculada ao perfil dos cooperados não seja atendida, é possível que fidelizar o cooperado se torne uma ação mais difícil para cooperativa.

Então, assim, ó, nesse . . . nessa questão, a . . . o dirigente da cooperativa, ele trabalha com... a sensação que ele tem do corpo de cooperados. Se, para o corpo de cooperados, o importante é ter a sobra, e eles ficam feliz por isso, e tal. Então, eu vou gerar essa sobra. Nós vamos trabalhar com uma gestão que dê sobras no final do ano. E porque isso é importante para o grupo. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Perfil do cooperado]

Exemplificando o que ocorre nas cooperativas de leite, o Entrevistado 32 destaca a necessidade de atender ao perfil do cooperado. Para o entrevistado, esses cooperados são constantemente assediados por terceiros e se não percebem que suas necessidades são atendidas de imediato pelas cooperativas, acabam entregando sua produção para terceiros.

Tem outros que são mais imediatistas, assim, não é? Agora, por exemplo, no leite, a gente sofre muita . . . muito assédio desses grupos maiores, que são grupos, assim, que são multinacionais até, que chega nos nossos melhores produtores e diz: Olha, eu pago X centavos a mais do que a Cooperativa X te paga. E eles, normalmente, eles aumentam o mesmo valor. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Perfil do cooperado]

Para o Entrevistado 6, a cooperativa poderá ter perfis diferentes de cooperados, até mesmo pela maturidade da produção e do conhecimento cooperativista de cada associado. Assim, é importante que a cooperativa diagnostique esses perfis e comunique quando as estratégias são adotadas visando cada tipo de perfil.

Eu acho que tem uma parte que sim [compreende que já recebeu retorno no preço], e outra parte que espera a sobra. É que, veja, aí são estratégias também, não é. É entender o seu quadro social. É entender o seu quadro social, se prefere receber a sobra lá; ou, tem gente que fala assim: Eu quero ter na minha atividade, eu quero comprar no menor preço. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Perfil do cooperado]

Nesse sentido, a fidelização foi mais um fator de escolha das estratégias de retorno destacado pelos entrevistados, já que as cooperativas agropecuárias, usualmente, estão inseridas em ambientes competitivos e não apresentam cláusulas estatutárias que preveem a entrega total da produção.

Na visão do Entrevistado 10, dificilmente as estratégias de retorno via assistência irão gerar fidelização dos cooperados, pois não representam de forma direta o ingresso de recursos financeiros para o cooperado.

Tá? Então, quer dizer, que, na realidade, eu considero, hoje, que a fidelidade da cooperativa, ela reside em colocar o dinheiro no bolso do sócio. [Entrevistado 10 – Pesquisador – Código: Fidelização]

Assim, se esse é o objetivo das estratégias de retorno, a cooperativa irá privilegiar as sobras ou preço dos produtos, insumos ou serviços.

Agora, as cooperativas menores, eu creio que a maioria delas trabalham com essa lógica de antecipação de sobras por meio da transação, não é, do ato cooperativo ali, vendendo insumo mais barato, e comprando o produto um pouquinho acima. E realmente, é isso que mantém alguns produtores fieis às cooperativas; porque, às vezes, o produtor, por causa de poucos reais, ele entrega para outro . . . de outro comprador, que não seja a cooperativa. Isso é comum aqui, no Paraná, também. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Fidelização]

O Entrevistado 29 narra que, na cooperativa onde atua, há experiências que relacionam a estratégia de distribuição via preço com a fidelização do cooperado.

A gente tem um exemplo, assim, ó. É, a cooperativa tem uma parceria com uma outra cooperativa agropecuária, para aumentar o preço de venda produto, ao cooperado, em . . . em termos de economia familiar, uma tal de DAP, não é? Então, a gente tem parceria com a Cooperativa X que remunera o produtor que trabalha em regime de economia familiar, R\$ 1,50 a mais, no saco de soja. E isso é um atrativo para ele, entende? Esse cara é fiel 100% da cooperativa, porque ele sabe. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Fidelização]

Na visão de alguns entrevistados, o processo de fidelização dos cooperados deveria ser natural pelos benefícios que a cooperativa já oferece. Quando mais estratégias de retorno são adotadas para gerar a fidelização, o cooperado também deve se comprometer com a entrega para cooperativa.

E a cooperativa tinha que ver isso. E na região a produtividade era tanto, sabia se o produtor, que ele tinha que entregar 1.000 sacas de soja. Se ele entregou 800, ele não foi fiel. Então, este pequeno desvio que ele fazia, ele já perdia benefícios. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Fidelização]

É necessário destacar que os próprios cooperados salientam que a cooperativa deveria aplicar ações de penalização quando o cooperado não é fiel na entrega da sua produção.

Acho que ainda eu não sou, não estou muito por dentro disso aí, mas não . . . eu acho que não tem penalização ainda [por desvio de produção]. É mais uma conversa, acho que não tem que cobrar. A tendência é ir conversar com o produtor, para ele te entregar no próximo ano. Assim, tem que puxar o cliente. Porque se ele não entregou, não tem como. É, mas é complicado lidar com o povo. [Entrevistado 17 – Conselho Fiscal – Código: Fidelização]

Não entrega a produção, não é fiel. Tem muitos. Agora, aqueles que são . . . que são cooperativistas mesmo, isso nós temos vários exemplos aqui. Tem gente que só entrega aqui. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Fidelização]

Essa preocupação com a punição pode estar vinculada à percepção do comportamento *free rider*, pois o cooperado pode estar sendo beneficiado pela assistência técnica da cooperativa e demais serviços e no momento da entrega da produção acaba fazendo o desvio, o que prejudica os demais pelo custo compartilhado.

Porque ele entrega o produto, ele entrega para a cerealista, entrega para o banco, entrega para empresa, mas a cooperativa não: Se sobrar, eu vou lá na cooperativa. Porque ele não sabe, que ele fazendo isso, você que é o meu concorrente. [O outro cooperado], vai pagar a conta por mim. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Fidelização]

Ó, a cooperativa está pagando X pelo produto leite, só que tem um concorrente na região que paga X+1; então, eu vou deixar o meu produto, o meu insumo, com a empresa. Só que ele esquece, que, para você têm vários outros cooperados precisam ter a fidelidade na sua cooperativa. Eu entendo que, é . . . se a gente pegar como referência a Teoria dos Jogos, não é, que você . . . de certa forma, o que você busca, na verdade, é benefício próprio, não é? Que você, evidentemente, que se você tiver a oportunidade de você conversar e você combinar o jogo, você tende a cooperar ao invés de competir. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Fidelização]

A exemplo do que ocorre nas cooperativas europeias, as cooperativas vitivinícolas brasileiras apresentam cláusula de fidelidade na entrega da produção. O Entrevistado 31 destaca que a cláusula é válida para os dois lados, para a cooperativa, no sentido da obrigatoriedade em comprar toda a produção do cooperado, e para o cooperado, que deve entregar toda a sua produção para cooperativa.

É interessante a lógica de que eu sou obrigado a entregar toda a minha matéria-prima para a cooperativa nos anos que são ruins. Nos anos que são bons, isso já não é o que acontece. Quando eu tenho uma demanda de mercado interessante, a cooperativa não é interessante, mas eu já criei a obrigatoriedade. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Fidelização]

Porém, o Entrevistado 31 destaca que precisa haver esse comprometimento dos dois lados, caso contrário não poderá exigir dos cooperados.

De fato, as oportunidades, e a especificidade da uva. Exato. Que pesa, não é? Agora, que tem cooperativa . . . que só temos uma cooperativa, prática . . . duas, das seis, duas que não têm nenhum controle sobre a fidelidade, porque elas não conseguem receber a uva dos seus próprios associados. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Fidelização]

Para o Entrevistado 44, os mecanismos para incentivar a fidelização não devem estar vinculados a punições, mas sim, a incentivos aos cooperados fidelizados.

É, essa fidelização pelo . . . pela pressão, ela não funciona. Nós tínhamos um modelo de negócio da seguinte maneira. Você entrega até 30 . . . de 30% abaixo, de zero a 30%, da produção de grãos, que você entrega à cooperativa, tu tem uma faixa de crédito. De 30 a 80, tu tem outra faixa de crédito. De 30 a 70, desculpa. E de 70 a 100, aí tu tem outra faixa de crédito. Não é? A gente fazia distinções. E isso, a gente começou a alterar um pouquinho, mudar um pouquinho, por que? Isso é uma repressão para o associado, está reprimindo; e tu, em vez de estar melhorando, tu estar cativando e trazendo, tu está perdendo. É. Exatamente. Tu está criando uma punição, e não um benefício. Então, o quê que a gente fez? A gente tirou isso. E qual que foi a nossa surpresa? Aumentou a fidelização. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Fidelização]

De acordo com Entrevistado 3, independente da estratégia de retorno adotada para fidelizar o cooperado, é necessário que a informação do benefício flua para o cooperado. Quanto melhor for a comunicação e a transparência da cooperativa, o Entrevistado 3 entende que maior será a fidelização do cooperado.

E eu acho que isso é importante mensurar, e até mostrar para o cooperado, como meio de fidelizar, e ver que o retorno melhor, muitas vezes, do que simplesmente distribuição de sobras, ou aquilo que ele consegue identificar, não é. O quê que a cooperativa pode ganhar passando essas informações? Tá. Eu acho que sim, que isso é relevante; e que esse tipo de informação e transparência com os associados, pode fazer com que eles se tornem mais fiéis na cooperativa. Então, eu acho que é nesse sentido de fidelização, de transparência, de comunicação; eu acho que é possível, é . . . mostrando que o X, Y e Z, de benefícios, não é, que ele seja mais fiel, também, nesse sentido. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Fidelização]

Para que a comunicação exista é necessário que a cooperativa tenha as informações de quais estratégias são utilizadas, qual o montante distribuído em cada estratégia e compreenda como o cooperado poderá visualizar os diferentes tipos de

retornos gerados pela cooperativa. E é nesse sentido que a contabilidade pode ser vista como um instrumento que pode auxiliar nessas questões.

4.3.7 Governança Corporativa em Organizações Cooperativas

A assembleia geral dos associados é considerada o órgão supremo da sociedade cooperativa, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa da cooperativa. Conforme o segundo princípio do cooperativismo, a gestão e o controle democrático devem ser exercidos por parte dos sócios, sendo que, na assembleia geral, cada cooperado tem direito a um voto, independente do volume de capital que possuam na cooperativa.

A assembleia geral ordinária deve ocorrer uma vez ao ano, nos três primeiros meses após o término do exercício social e deliberar sobre: I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal; II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios; III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso; IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal; V - assuntos de interesse social (Lei 5.764/71).

Considerando que os retornos são decisões estratégicas e impactam na destinação das sobras apuradas, conforme apresentando e defendido na presente tese, entende-se que estas deveriam compor os assuntos de interesse social que são apresentados na assembleia geral, contudo, o Entrevistado 19 aponta que na assembleia geral da sua cooperativa, essas informações não são apresentadas. Contudo, o Entrevistado 16 narra que a assembleia geral não está sendo vista como um momento para decisão dos cooperados, mas sim, como um momento de repasse das decisões da diretoria para o quadro de cooperativas.

Muito se fala em decisão de Conselho . . . é, da Assembleia. A Assembleia, tu vai votar, mas vai votar todas as coisas que são discutidas antes. . . . A minha, eu posso testemunhar isso, eu vou levar isso, já levei isso para... para o presidente, a comunicação do associado com o Conselho de Administração, se torna muito monólogo, entre a parte diretiva com a parte administrativa; você tem o Presidente, o Secretário, Diretores, estão ali, o Conselho

de Administração, vão lá para escutar decisões, já quase que . . . ou, pelo menos deveriam, mas, falta o outro lado. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Assembleia Geral]

É, isso não é divulgado em Assembleia, né; o pessoal tem que ir, na sua Unidade, em busca disso aí [informações sobre os retornos gerados pela cooperativa]. Mas, geralmente, a participação da . . . do associado, na Assembleia, não é muito boa; porque a cooperativa já prepara antes, com as Reuniões de Núcleo; então, as pessoas vão no seu Núcleo, os associados, e acabam não indo na Assembleia Geral. [Entrevistado 19 – Conselho Fiscal – Código: Assembleia Geral]

O Entrevistado 30 destaca que o cooperado também não está assumindo o seu papel como proprietário e tomador de decisão na assembleia geral.

E o associado de cooperativa, muitas vezes, ele critica a administração, ele fala mal da cooperativa, em muitos casos; mas, na hora de ir na assembleia, levantar a mão, e protestar, discutir, falar com a diretoria, e dizer 'eu sou dono dessa empresa, e ela tem que ir para o caminho certo', tá; é, e aí eles se omitem. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Assembleia Geral]

Assim, pode-se compreender que, caso o cooperado solicitasse essa informação para a gestão da cooperativa e se colocasse no papel de dono ao requisitar para cooperativa as informações sobre a totalidade dos seus benefícios, essa informação seria gerada e compartilhada.

Nesse sentido, é interessante destacar que o Entrevistado 16 relata que, na sua visão, a cooperativa já possui as informações sobre os retornos econômicos e sociais que são oferecidos aos cooperados, no entanto, frequentemente, o cooperado não está interessado em receber essa informação e por isso acaba não sendo divulgado em assembleia geral.

É, geralmente, após a assembleia, a gente conversa com o Gerente, e ele nos . . . ele tem essa informação para . . . para passar para a gente; embora, a maioria dos associados não . . . não procure isso [informações sobre o retorno econômico], e não . . . não vai em busca disso aí. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Assembleia Geral]

Caso esse cenário realmente ocorra nas cooperativas, é necessário repensar a forma de apresentar essa informação ao cooperado. Talvez, o problema, nesse caso, não esteja em gerar a informação, mas como a comunicação com o cooperado é estabelecida. Por meio do relato do Entrevistado 16, pode-se compreender que, atualmente, a assembleia geral não está sendo a melhor estratégia para a cooperativa demonstrar os benefícios que são gerados.

De acordo com o Entrevistado 24, na fala de muitos cooperados ao narrarem sua percepção sobre o processo de prestação de contas, conforme o apontado na

categoria “Contabilidade e a tomada de decisão”, o cooperado percebe a assembleia geral como momento de confraternização e não mais como momento de tomada de decisão em prol do negócio da cooperativa.

Não, o cooperado não entende. O cooperado vai na assembleia para comer o churrasco, sabe? É isso que ele vai fazer lá. Então, aí só vê o quê que aconteceu, um legado de anos e anos, tratando ele desse jeito, sabe. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Assembleia Geral]

Às vezes, a gente brinca: A Assembleia pode ser uma droga, ela pode ser . . . pode durar 10 minutos, mas se o churrasco não tiver bom . . . foi uma droga a Assembleia. Tá? Então, não está interessando, para ele, naquele momento; é um momento festivo, é um momento de integração; porque a parte de tomada de decisão, a parte de conhecimento da cooperativa, já aconteceu nas reuniões de núcleos. A Assembleia não é . . . não é tão produtiva para isso. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Assembleia Geral]

Então, eles até às vezes participam das assembleias, mas eles não vão lá para . . . para opinar, ou . . . às vezes, é até pela janta, sabe? É uma coisa . . . é aquilo que o G. falou, aquele dia, na reunião aqui, isso acontecia no passado; eu fiquei pensando: Tomara que fosse. [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Assembleia Geral]

Nesse sentido, o Entrevistado 33 destaca a necessidade de reestabelecer a assembleia geral como o espaço para uma boa comunicação com o cooperado e possibilite a sua tomada de decisão.

O que pretenderia ser um canal de comunicação, as Assembleias; e elas foram se modificando ao longo do tempo, e hoje o cooperado não participa, inclusive, das Assembleias; tu tem que oferecer churrasco, tu tem que oferecer n atrativos para o cooperado ir. Por que? Porque ele não vê possibilidades de ganho ou de ser ouvido lá. Então, o quê que tu precisa? Tu precisa criar um novo canal de comunicação que realmente estabeleça uma boa comunicação. . . . porque, hoje, eu acho que as Assembleias não atendem mais a possibilidade de uma boa comunicação com o cooperado e cooperativa. Tá? Então, o cooperado acaba entrando na cooperativa, enquanto ela é útil, e com uma ideia pura de utilidade e funcionalidade; e, na medida em que ele vê uma outra oportunidade, ele vai. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Assembleia Geral]

Porém, também é possível encontrar outro cenário nas sociedades cooperativas agropecuárias, nas quais a participação é ativa. Nesse caso, é necessário que haja a troca de experiências entre as cooperativas, sempre com o objetivo de buscar o cenário relatado pelo Entrevistado 26.

Em uma cooperativa a . . . a participação do cooperado, ela é elevada. Todos eles participam, eles são atuantes, eles vão para as reuniões, eles estão interessados na . . . no que a cooperativa está fazendo; então, ali tu tem um tipo de resultado, tu tem uma facilidade. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Assembleia Geral]

Para o Entrevistado 33, outro caminho é limitar o período de mandato dos conselhos de administração e fiscalização como forma de favorecer a troca de

concepções e propostas da cooperativa. Somente assim as discussões e a cultura instalada podem ser alteradas.

Nós temos que romper com a . . . esse padrão de que a Assembleia resolve tudo. Nós temos que romper com a continuidade, um presidente foi presidente 20 anos atrás, ele continua sendo presidente, quando ele sai, é o filho dele que vai ser, ou é o sobrinho dele, ou é o genro dele. Sabe? Esse círculo vicioso, que se criou ao longo do tempo, das cooperativas, tem que ser rompido. E uma nova cultura deve aparecer, uma cultura que preze por uma aproximação, eu acho, do cooperado com a organização; ele vai se sentir parte, vai se sentir forte daí. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Assembleia Geral]

Assim como na categoria “Contabilidade e a tomada de decisão”, os cooperados compreendem que, em ambientes menores, a assembleia geral poderia ser mais eficiente e que os cooperados poderiam participar da tomada de decisão de maneira mais ativa.

Eu tenho reclamado bastante para a minha cooperativa, ela faz as mini Assembleias, antes da Assembleia Geral, as mini Assembleias, dentro de cada Unidade, de cada município. Só que as mini Assembleias, elas também vão muito mais que o objetivo, de prestar conta daquilo que já aconteceu, e tem cooperativas que têm falhado muito. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Assembleia Geral]

Porque, assim, ó, se tu acompanhar uma Reunião de Núcleo, dessas nossas, você vai ver que lá na comunidade, ele fica mais desinibido. . .ele está no meio da . . . dos amigos dele, da família dele, das pessoas que vivem no entorno dele, diariamente; e lá ele se solta, ele pergunta, ele questiona. Na Assembleia, a nossa Assembleia tem durado, hoje, Paola, 01 hora; que tu tem que forçar: Alguém tem alguma coisa? A única coisa que foge do . . . que o Presidente inverte: Olha, quem concorda, levanta e bate palma; senão todo mundo fica quietinho. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Assembleia Geral]

Se tivéssemos a formação de núcleos, em todas as cooperativas; nos núcleos, se debate muitas coisas boas, e aí se chega a esse tipo de coisa; que, numa assembleia, aí de 300, 400, ou 1.000, ou 2.000 associados, o cara lá, humildezinho, não vai levantar o braço, ou questionar, ou pedir, porque ainda vai se sentir que vai estar marcado amanhã ou depois. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Assembleia Geral]

Então, no núcleo, é melhor, é mais fácil, o sócio é mais próximo, ele se manifesta mais facilmente. Ele tem um pouco de receio numa Assembleia lá, com 100, 200 pessoas, ele falar, ou se manifestar. Então, a Assembleia é mais para ratificar algo que já meio que decidido nas reuniões de núcleo. [Entrevistado 43 – Presidente.Executivo – Código: Assembleia Geral]

É interessante destacar que a Lei 5.764/71, estimula a formação dos chamados grupos seccionais de associados que serão representados por delegados. Para tanto, a cooperativa deve ter filiados residindo a mais de 50 km da sede e também possuir mais do que 3.000 associados. Os delegados representam os cooperados na assembleia geral tendo como base as decisões tomadas nos grupos seccionais de associados.

Tendo em vista o número crescente de cooperados nas cooperativas agropecuárias e também o cenário das assembleias gerais narrado pelos entrevistados, a comunicação das informações e a tomada de decisão em um ambiente com um menor número de cooperados e com uma maior participação dos mesmos nas decisões, as assembleias prévias em núcleos, como os entrevistados descrevem, parecem ser uma opção interessante para as cooperativas.

É de se destacar que, no que tange à prestação de contas, a mesma deverá ocorrer tanto nos núcleos quanto na assembleia geral, sendo assim, são duas oportunidades para a comunicação da informação contábil financeira.

Outro órgão importante da estrutura de governança e com relação direta com a contabilidade é o conselho fiscal. O conselho fiscal das sociedades cooperativas deve ser formado exclusivamente por cooperados, constituído de três membros efetivos e três suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 dos seus componentes.

Para os cooperados, participar dos conselhos é uma oportunidade de obter mais informações da cooperativa.

Como participante do Conselho Fiscal, foi uma opção minha, para estar . . . conhecer um pouquinho mais fundo, eu era suplente de Conselheiro de Administração; depois, eu fui suplente de Conselho Fiscal; e agora, titular, o primeiro é um titular, né. E a opção foi minha . . . principalmente, voltada para conhecer um pouquinho mais a cooperativa da qual eu faço parte. [Entrevistado 16 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

Como a gente faz parte do Conselho Fiscal também, a gente tem . . . tem acesso a todos os . . . da contabilidade dela, não é; o quanto ela gera, como . . . qual é o procedimento da mercadoria, tudo, os produtos, não é. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

Contudo, em alguns casos, nem sempre os cooperados se candidatam de maneira voluntária, afinal o cargo também apresenta responsabilidades para o cooperado. Assim, como o Entrevistado 18 narra, em alguns casos esses convites são realizados devido à confiança que a cooperativa tem em determinado produtor rural.

Ah, ali [para ingressar no conselho fiscal], é . . . a gente . . . eles foram procurar a gente; assim, gente de mais confiança, né, para . . . para se engrenar nessas aí; então, a gente aceitou. Vai ser agora o primeiro ano, né. Mas eu tinha vaga antes, como é que se diz? O suplente, né. É, já fiquei 03 ano, né. [Entrevistado 18 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

Na percepção do Entrevistado 41, a seleção dos membros do conselho fiscal deve ser vista como estratégica para a cooperativa, afinal, o processo de fiscalização das ações da diretoria e do conselho administrativo por meio das demonstrações contábeis ficará sob a responsabilidades desses conselheiros.

Sabe, não é uma coisa simples . . . precisa ler um Balanço, entender todo aquele linguajar; ainda mais, com novos termos diferentes. Não é uma coisa simples; então, eu acho que não é qualquer um que consegue desempenhar esse papel; eu acho que não deve, não deveria ser aberto para qualquer um, não é; eu acho que esse que é o caminho. [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: Conselho Fiscal]

Contudo, os relatos normalmente apontam que cooperados que assumem o mandato no conselho fiscal não estão prontos para exercer sua função e acabam aprendendo ao decorrer do mandato e com as oportunidades de cursos que são oferecidas.

É, hoje eu já estou no segundo mandato do Conselho Fiscal, sou presidente da . . . do Conselho, hoje. E eu tenho esse vínculo de aprendizagem com a cooperativa, a respeito do . . . da fiscalização, a gente vem aprendendo com o tempo, o curso, com o dia a dia, e está aí para aprender. [Entrevistado 14 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

A gente vai aprendendo. Então, eu acho que certo está; mas, o Conselho Fiscal, ele vendo que a cooperativa está bem, e mesmo que tenha alguma dúvida, mas ele tem que aprovar o Balanço, né. Porque a gente vê que a cooperativa está bem, né. [Entrevistado 20 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

Assim, muitas vezes o conhecimento contábil é reduzido, mesmo compreendendo que sua responsabilidade é fiscalizar a atuação da gestão e emitir o parecer sobre as demonstrações contábeis, esse exercício é tido como difícil pelos cooperados.

Não é difícil [compreender a contabilidade]. O problema é que a cooperativa . . . a contabilidade, é que . . . agora que ela tem sobras . . . nós vamos ter resultado bom, então nós temos a obrigação de ter acesso, de fiscalizar, porque [nossa produção está lá], faz parte do estoque, tudo, né. [Entrevistado 20 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

Quanto ao Conselho Fiscal, eu vejo que é um desafio bem maior, porque o Conselho Fiscal não tem que se ater só a questões financeiras, não é; mas, a operação da cooperativa. E hoje com a complexidade das operações, não é; e olha, estar na pele de um Conselho Fiscal, não é fácil, viu, porque tem que saber, teria que saber, não é, um pouco de Direito, um pouco de Contabilidade, um pouco de mercado, um pouco do produto, enfim, não é. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Conselho Fiscal]

Tendo em vista a dificuldade técnica enfrentada, torna-se essencial que o conselho fiscal conte com o apoio de uma assessoria técnica especializada que ajude a compreender os aspectos contábeis e legais.

Ele tem que estar bem assessorado, ele tem que ter um auditor interno, na cooperativa, que assessoro o Conselho Fiscal; ele tem que ter uma auditoria externa, que também se coloque para ele. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Conselho Fiscal]

Então, eu acho que o Conselho Fiscal, ele deveria ser mais preparado, ele deveria ser mais qualificado. E aí vem uma questão, que eu acho que é importante nesse ponto, que é você vincular, por exemplo, uma assessoria técnica ao Conselho Fiscal, de forma totalmente independente da administração, porque senão você tira a autonomia do Conselho Fiscal. [Entrevistado– Pesquisador – Código: Conselho Fiscal]

Os Entrevistados 28, 30 e 39 narram que, em suas experiências, o conselho fiscal conta com o apoio do contador, auditor interno e também do auditor externo da cooperativa.

Um dos auditores assessoro o Conselho Fiscal, esse é auditor interno; é, e eles também, aí o Conselho Fiscal audita outras coisas; além dos caixas, eles auditam também a . . . todo o sistema de recebimento, de secagem, de cobrança; porque, por pedido meu, desde que eu entrei, eles auditam todas as contas dos Diretores, Conselheiros Fiscais, Administração, Presidente e Vice. [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Auditoria]

Aqui, funciona, eu entendo, como Conselheiro Fiscal, como os meus colegas, que aqui funciona assim: Nós temos uma parte . . . nós fizemos duas reuniões, o Conselho anterior, eles, eu sou novo, primeiro ano. Eles acompanhavam as auditorias, sempre. Isso não é competência do Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal tem que pegar relatório da Auditoria; mas eles gostavam, e gostam, de acompanhar. A gente acompanha in loco, vai lá ver como que é que estão as coisas, faz a conferência de caixa. Mas eu entendo que é muito bem passado, para nós, os números. E o quê que a gente faz? Através daqueles números, a gente faz uma ata, para o Conselho de Administração, dando as nossas sugestões, dizendo o quê que para nós não está certo, que poderia ser assim, sugerindo. Então, nós temos uma assessoria muito boa, tanto da Contabilidade, quanto da Auditoria. [Entrevistado 30 – Conselho Fiscal – Código: Conselho Fiscal]

Então, a gente puxa, e coloca uma pauta mínima; mas eles ficam livres, se eles quiserem ver outros assuntos, não é? Então, eu sempre com . . . é, eu, juntamente com o Diretor Executivo, a gente conduz as reuniões, com uma pauta mínima, e tem as áreas que vão fazendo as apresentações das atividades. Mas eles estão super, assim, ó, pedindo coisa, querem saber, querem saber, e tal, bem . . . bem interessados. Eu acho que cada vez vai melhorando mais, isso. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Conselho Fiscal]

Por outro lado, o Entrevistado 38 narra que o fluxo de informações entre o conselho fiscal, contador e conselho de administração nem sempre ocorre de maneira satisfatória, pois em alguns casos a omissão de informações é realizada de maneira intencional para não gerar problema posterior com a emissão do parecer do conselho fiscal.

Tem muita coisa que não se revela para Conselho Fiscal, porque diz: Não, mas ele vai sair daqui e vai ficar falando as coisas; então, não pode dizer, não pode dizer, não pode abrir. Não é? Eu, recentemente . . . agora, recente, num trabalho, eu tive uma questão, aonde eu cheguei num assunto, abordei um assunto, aí o contador chegou para mim, disse: 'Mas isso tu não vai levar para o Conselho Fiscal, não é?' Aí eu perguntei para ele: 'Mas existe alguma coisa errada nisso, que não possa ser levado? Existe uma razão maior, algum motivo, para não se levar? Por favor, você pode me explicar isso?' – 'É. Não. Não. Até que tu vê'. Eu disse: 'Tá. Mas, então. Então, qual é o problema? Tente me apresentar uma justificativa, tenta me convencer, de eu não levar esse assunto para o Conselho Fiscal; se você me convencer, quem sabe, eu mudo a minha ideia, mas eu vou levar sim, eu estou levando'. Não é? E aí você assim: 'É. Não. É, realmente. É. É. Está bem. É. Então, é realmente eu acho que sim, não é?' Sim. Pronto. Então, existe uns preconceitos na cabeça dos dirigentes e dos contadores, de que não pode levar. Tá? Mas isso tem tudo a ver com aquele assunto que nós falamos lá no início da entrevista: a fragilidade na relação. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Conselho Fiscal]

Nesse sentido é necessário realizar um alerta. Com a prática realizada pelo contador da cooperativa narrada pelo Entrevistado 38, há o aumento da assimetria de informação entre as partes, sendo que, nesse sentido, a cooperativa não está vendo o cooperado como proprietário.

O conselho fiscal, assim como o conselho de administração, representa a assembleia geral e devem ter acesso às informações necessárias para a tomada de decisão.

Na visão do Entrevistado 39, a atuação do conselho fiscal e o conhecimento contábil vêm melhorando a cada ano e com isso estão cada vez mais capacitados para compreenderem, analisarem e verificarem as informações que são repassadas.

E assim, pelo o que eu vejo, a gente também está evoluindo muito nisso, cada . . . cada novo núcleo, cada novo Conselho que se forma, eles vêm mais atuantes. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Conselho Fiscal]

Da mesma forma a contabilidade das sociedades cooperativas também vem evoluindo e alguns entrevistados atribuem esses avanços à auditoria externa.

Ah, eu, para mim, eu acho ele fundamental, assim . . . A nossa auditoria, ela, desde que eu trabalho, aqui, na Cooperativa X, desde 81. Então, logo depois que eu entrei, eles estavam aqui, daí depois saíram um tempo, veio outro, depois eles retornaram, e já está há bastante tempo. E eu, assim, não tenho nenhum problema em dizer, afirmar, que com eles, eu também evolui bastante, porque, é . . . eles não são aqueles que vêm aqui para querer procurar uma coisa errada, para levar para o Conselho, e tal. A gente discute, constrói. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Auditoria]

Para que haja essa evolução nos órgãos de governança, o Entrevistado 33 destaca que é essencial que a sociedade cooperativa esteja aberta para que ocorra a

renovação dos conselhos e também a rotatividade da auditoria, mesmo que a lei não contenha obrigatoriedade nesse sentido.

Então, tu tem que mudar as lentes para poder ver e melhorar. É a ideia, sempre, do desafio, te colocando a necessidade de renovação. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Sucessão]

Da mesma forma, mesmo que as normas contábeis atuais não contemplem o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação das estratégias de retorno via preço e assistência técnica, educacional e social, cabe às sociedades cooperativas, por meio dos seus órgãos de governança, compreenderem que é necessário evoluir.

Nesse sentido, nos itens a seguir são apresentados relatos e experiências da contabilidade atual das sociedades cooperativas e sugestões para promover o avanço nas informações contábeis, a fim de gerar o adequado tratamento contábil para as diferentes estratégias de retorno que são geradas pelas sociedades cooperativas.

4.3.8 Processo contábil

A contabilidade das sociedades cooperativas apresenta singularidades vinculadas à natureza, princípios e estrutura de funcionamento. Nesse sentido, para os Entrevistados 6 e 36, a contabilidade das cooperativas acaba sendo um desafio maior para o profissional contábil.

É que é muito diferente, não é, quando você fala assim, é . . . evidentemente. Qual é o objetivo de um acionista? É maximizar o seu capital lá dentro. Não é? Ter lucro. Então, ele só olha aquilo e nada mais. Quando você vai para uma cooperativa, não é só aquilo, um pedacinho de capital que ele colocou na cooperativa, e não com a intenção de rentabilizar o capital; mas, sim, poder participar dos serviços na cooperativa. Então, veja a dificuldade. Por isso que eu falo, o cooperado, de cooperativa, não é informado da sua participação na cooperativa; porque a sua participação, na cooperativa, não é o capital. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Dificuldades]

Olha, tu sempre acha que para ti as coisas são mais difíceis, que o que tu faz é pior. É difícil te garantir isso. O que eu sei, assim, pela . . . pela experiência que eu tenho, é que a contabilidade nas cooperativas, é mais complexa do que numa empresa tradicional, numa sociedade empresária, que a gente chama. Então, eu imagino que sim, eu imagino que sim, os contadores de uma cooperativa, eles devem . . . eles enfrentam mais dificuldades, tem setores que são regulamentados, que tem que ter uma outra dificuldade, que é diferente da contabilidade de umas cooperativas; mas, assim, que a contabilidade das cooperativas é mais complexa, isso eu não tenho dúvida; [Entrevistado 36 – Contador – Código: Dificuldades]

Os Entrevistados 2 e 3 destacam que essa dificuldade é ainda maior no que tange ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas em função da dupla atuação do cooperado como usuário e proprietário.

Porque na S.A. é muito mais fácil você codificar; porque um acionista, ele não tem relação . . . ele não tem a dupla qualidade de sócio, ele simplesmente é proprietário; então, verificar que a empresa está atingindo a finalidade, é medido que a ação dele está mais valorizada, tu vê no mercado, tranquilo; então, digamos, é algo muito mais simples de ser demonstrado, não é. Agora, se você pensa numa contabilidade adequada a demonstrar os retornos de cooperativa, veja que a função da contabilidade é multiplicada, a . . . digamos, é potencializada, não é; porque você tem outros . . . você consegue medir outros tipos de retorno que o associado recebe; e aí é muito mais . . . muito mais profundo, não é, essa . . . como a relação é muito mais profunda, não é, o papel da contabilidade passa a ser muito maior, não é. [Entrevistado 2 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Dificuldades]

Olha, eu acho que ela tem dificuldade [contabilidade tradicional de mensurar retornos em cooperativas]. Até entrou muito aí na discussão que você mesmo trouxe na sua Dissertação, não é, que eu acho que foi muito nesse sentido: De que do jeito que está estruturado, hoje, as demonstrações financeiras das cooperativas, que estão muito dentro do que é o tradicional, é o pedido, não é; é, não se consegue deixar claro, não se consegue mensurar, de fato, onde estão sendo gastos, onde que eu tenho esse retorno, esses benefícios. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Dificuldades]

Da mesma forma, na percepção do Entrevistado 4, hoje as demonstrações contábeis das sociedades cooperativas não geram informações sobre os diferentes retornos econômicos e sociais que são gerados.

Não, eu acho que o nosso modelo é voltado para . . . para empresa, para empresa com fins lucrativos, não é; e ela, com adaptação para a contabilidade; porque os benefícios que nós falamos, eles somem na demonstração de resultado; muitas vezes, é na forma de custo, de despesa; e não . . . o sócio, o cooperado, no caso, ele não tem a percepção de que se o custo ficou alto na conta, e sobrou menos lá na final, que aquele custo foi feito para ele; ou, que a despesa que ficou maior, que diminuiu o resultado no final, foi a Assistência que ele recebeu. Então, o modelo de demonstração não evidencia, de forma alguma, os benefícios. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Dificuldades]

É claro que as dificuldades não são restritas ao contador. O Entrevistado 1 destaca que os usuários externos da informação contábil-financeira, tais como instituições financeiras, têm dificuldade de compreender os resultados gerados e sua análise.

Como a gente já tem uma dificuldade de o usuário externo entender como que funciona a estrutura da cooperativa em termos de resultados e de análise. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Dificuldades]

Como solução, o Entrevistado 32 narra que acaba buscando elaborar duas demonstrações em formatos distintos para reduzir a assimetria de informação entre a cooperativa e demais partes interessadas.

Acontece que eu também, às vezes . . . eu tenho dois balanços, não é, duas demonstrações que tenho que apresentar. Aquelas que eu . . . que a gente manda para banco, para concessão de financiamento, eu mando a consolidada. Mas eu, por obrigação fiscal, também faço, a gente tem outro, com ato cooperativo e ato não cooperativo para o associado, eu acho que é importante, assim, ou pelo menos, assim, no Conselho, eu procuro mostrar também. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Evidenciação]

Para o Entrevistado 32, justamente essa dificuldade do usuário externo de compreender a contabilidade das cooperativas faz com que os resultados, especificamente os retornos pelo excedente empresarial, sejam comparados com os de organizações com finalidade lucrativa, gerando ainda mais distorções nas análises.

É, justamente porque não existe essa . . . essa relação de tipo, uma empresa não cooperativa e uma agropecuária. Então, assim, ela vai fornecer, vai vender por um preço que estava definido, não tem que dar satisfação para ninguém, e tal. Eu acho, assim, seria injusto comparar, mas o parâmetro, parece que teria que ser comparado entre cooperativas que têm políticas semelhantes, mas não entre uma cooperativa . . . porque, normalmente, uma cooperativa, ela tem atividades sempre . . . outras empresas não tem, não tem aquelas atividades, não é? [Entrevistado 32 – Contador – Código: Dificuldades]

Essa comparação existe porque os demais retornos não são reconhecidos, mensurados e evidenciados como retornos pela contabilidade. Para o Entrevistado 13, os contadores das cooperativas deveriam estar preocupados em buscar soluções que mensurem efetivamente os benefícios de fazer parte de uma cooperativa. Atualmente, a totalidade dos benefícios é tida como intangível, pois a contabilidade somente consegue mensurar os retornos pelo excedente empresarial, o que faz com que as cooperativas sejam comparadas com organizações de finalidade lucrativa, mas existe mais.

Mas eu vejo, assim, que o principal desafio, para a Contabilidade atual, além de se adaptar a essa realidade diferente dos dias de hoje, que envolve muitas coisas intangíveis; é também, ela fazer um esforço aí, a mais, além de fazer o seu trabalho de organizar as questões financeiras e administrativas, de também conseguir transmitir isso de forma mais palpável, para pessoas que não sejam da Contabilidade. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Dificuldades]

Nesse sentido, o Entrevistado 26 narra a dificuldade percebida em registrar os demais retornos que são oferecidos pelas cooperativas.

Aquela cooperativa que não gera tantas sobras, ela já distribuiu antes do final de cada processo produtivo, no valor que ela pagou pela produção do cooperado; e esse . . . esse ganho que ela deu para o cooperado aqui, não é medido. É um ganho. E isso não fica registrado. Isso não fica. Então, essa falta de reconhecimento do efetivo ganho que o cooperado tem por ser cooperado; e, por outro lado, qual é o verdadeiro resultado, que não vamos dizer lucro . . . mas o resultado da cooperativa, quanto ela produziu de resultado, isso não está na contabilidade. Então, hoje, não se tem como aferir isso. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Reconhecimento]

No que tange à dificuldade de reconhecer, mensurar e evidenciar o retorno concedido ao cooperado pelo preço de produtos entregue, o Entrevistado 38 relata que a instabilidade de preços do mercado por ser um fator restritivo para a contabilidade. Isso pode ocorrer tendo em vista que o valor justo praticado oscila e que o produtor pode selecionar diferentes momentos para comercializar o seu produto com a cooperativa.

Eu acho que é muito difícil [mensurar o retorno pelo preço do produto]. Porque o preço médio pago ao cooperado, ela tem; mas o preço médio pago para o . . . do mercado ativo, não tem; porque, hoje, se você pegar o gráfico de comportamento de preço da soja, por exemplo, ao longo de um ano, você vai ver que ele sofre variações . . . via de regra, sofre variações bruscas. Somente num ano. Não é? E, às vezes, isso acontece de uma semana para outra. Então, veja que o momento em que o associado toma a decisão de vender, de liquidar o seu produto, pode ser num momento diferente do que . . . Ou seja, qual é o padrão? Então, esse . . . esse . . . se você somar o preço da soja, de 365 dias, e dividir por 365 dias, tu vai ter o preço médio da soja, no ano tal. Mas não significa que é o preço médio pago ao produtor e nem o preço médio pago para as outras empresas. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Dificuldades]

Nesse sentido, o Entrevistado 38 aponta que mensurar o retorno pelo preço médio pode não ser uma estratégia adequada. Contudo, é necessário destacar que essa informação já seria um adicional às informações contábil-financeiras que se encontram hoje sendo divulgadas pelas cooperativas.

Na visão do auditor, é possível ir mais além, comparando diariamente o retorno concedido no preço dos produtos por meio do confronto do valor justo e preço praticado pela cooperativa.

Agora, se você colocar num gráfico o compor . . . o preço de mercado e o preço da cooperativa, num gráfico, com duas linhas, mostrando o que foi ao longo de 365 dias . . . aí, sim, eu acredito que nós teríamos uma informação rica e consistente. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Dificuldades]

Talvez, nessa questão, o desafio seria determinar qual o mercado principal do ativo para que possa ser confrontado com o preço estabelecido pela cooperativa. Para tanto, o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (2012) indica,

no seu item 17, que “a entidade não necessita empreender uma busca exaustiva de todos os possíveis mercados para identificar o mercado principal ou, na ausência de mercado principal, o mercado mais vantajoso, mas ela deve levar em consideração todas as informações que estejam disponíveis” (item 2017).

Apesar do Pronunciamento Técnico CPC 46 não ser uma norma contábil restrita à sociedade cooperativa, o Entrevistado 1 narra que a dificuldade dos contadores pode ser aplicada a todas as normas contábeis.

Nós temos um número muito grande de cooperativas de menor porte, que a gente tem uma deficiência muito grande nos profissionais ainda, principalmente na implantação e no uso das estruturas, que as normas oferecem. [Entrevistado 1 – Contador– Código: Dificuldades]

O Entrevistado 36 acredita que, com esforço dos profissionais contábeis, seria possível mensurar os diferentes retornos que são gerados pela cooperativa, contudo, nesse caso, a dificuldade seria em como evidenciar esses benefícios, já que os instrumentos contábeis não estariam adequados para demonstrar esses retornos.

E assim, ó, infelizmente, a gente tem que falar: as cooperativas não sabem. As cooperativas, hoje, não sabem [o benefício gerado ao cooperado]; na sua grande maioria, não vou te dizer todas, mas eu tenho quase certeza, que, mais de 99%, não conseguiriam, hoje, mensurar isso. Aliás, conseguiriam mensurar, só que não . . . os instrumentos não estão adequados ainda, para ti conseguir mensurar. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Mensuração]

Dessa forma, o Entrevistado 22 aponta que o desafio atual pode não estar mais na mensuração, mas sim, na evidenciação desses benefícios.

Está na evidenciação. A mensuração disso também tem; lógico, ela é difícil, não é? Mas ela [dificuldade] está muito mais na comunicação, e até na confiança dessa comunicação, porque tem um problema de confiabilidade aqui bastante grande. [Entrevistado 22 – Contador– Código: Mensuração]

Para o Entrevistado 26, não adianta essa informação ser apresentada em um relatório gerencial que pode ser questionado justamente por sua natureza não estar direcionada para o usuário externo e não sofrer o processo de auditoria da informação.

E se ela não é contábil, já . . . a contábil já é suspeita. Se não for contábil, mais suspeita terá, não é? Porque como que eu levo para lá um relatório gerencial, que eu medi, que o ganho dos cooperados, no ano, foi 1 bilhão? Tá. Mas, como assim? Não é? Onde é que . . . que cálculo tu fez? Então, isso tudo teria que ter algum mecanismo de auditoria muito bom, não é, que . . . que fizesse, para que isso fosse validado; e, então, pudesse ser um instrumento de prestação de contas.” [Entrevistado 26 – Contador– Código: Mensuração]

No âmbito das assistências, o Entrevistado 40 narra a dificuldade de demonstrar a assistência técnica como benefício ao cooperado, afinal, como geralmente a assistência técnica à propriedade rural não apresenta custo ao cooperado, o mesmo acaba não percebendo esse benefício. O Entrevistado 40, entretanto, aponta que tem um custo para cooperativa e também teria um custo considerável caso o cooperado buscasse a assistência no mercado, sendo essa a relação que deveria ser mensurada pela contabilidade e demonstrada ao cooperado.

A agropecuária, a grande dificuldade, que eu diria, nos últimos 44 anos, que eu sempre senti, foi exatamente: Como fazer com que o produtor tivesse a percepção do valor, em termos de custo, que ele representa para a cooperativa? Eu, em determinado momento, cheguei a colocar o custo da Assistência Técnica, avaliava realmente a . . . porque tínhamos os dados contábeis, não é? Então, como fazer com que o associado perceba a importância, monetariamente, o que ele representa em termos de custo, ou despesa, para a cooperativa. É que a gente se sente muito pequeno diante do grande problema que tem e existe, não é? [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Dificuldades]

No atual tratamento contábil atribuído às assistências prestadas pela cooperativa, o montante que é investido é normalmente identificado pelo processo de reversão da RATES. Conforme apontado no item 4.1.3.2, o processo de reversão das assistências na RATES não é pacífico entre os contadores, sendo encontrados quatro procedimentos contábeis aplicados.

Adicionalmente a essa dificuldade, a ITG 2004 não aponta se a despesa com assistência e a reversão, quando a assistência é absorvida pela reserva, podem ocorrer no ato não cooperado. De acordo com o Entrevistado 38, considerando que a RATES pode atender às necessidades de assistência dos colaboradores quando previsto em estatuto, quando isso ocorrer, a reversão desse montante deve ser direcionada para o ato não cooperado, pois não está vinculada ao detentor do direito de propriedade. Contudo, o volume de assistência aplicado em prol do cooperado deve ser revertido no ato cooperado.

Ou seja, digamos assim, eu estou revertendo uma despesa, que é Assistência Técnica ao Associado. Se ela foi uma Assistência Técnica ao Associado, que, a princípio, essa despesa foi contabilizada, toda, para o associado. Então, a reversão, agora, também se dá somente para o resultado do associado. Agora, se foi um gasto de Assistência Educacional para o Funcionário; então, essa despesa deve ter sido rateada entre associado e terceiro, lá dentro do resultado. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Mensuração]

É importante observar que tal prática traz impactos para o resultado da cooperativa no que tange ao valor que poderá ser distribuído ou irá compor as

reservas da cooperativa. Ao reverter a assistência concedida aos colaboradores como ato não cooperado, o montante volta a compor a RATES, pois 100% do resultado do ato não cooperado é destinado para a RATES. Assim, em linhas gerais, esse processo não traz impacto no montante da RATES.

Contudo, quando as assistências concedidas são revertidas no ato cooperado, ao reverter os valores pode haver dois cenários. Quando o procedimento adotado pela cooperativa consiste em reverter diretamente na conta de Resultado do Exercício, antes das destinações legais, o valor irá aumentar a reserva legal, as sobras à disposição da assembleia e a própria RATES. Porém, quando o procedimento adotado é o de reverter diretamente na conta Sobras à Disposição da Assembleia, todo o valor aplicado na assistência e revertido se tornará divisível entre os cooperados.

Considerando o exposto no artigo 79 da Lei nº 5.76/71, “denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”. O procedimento adotado pelo Entrevistado 38 parece estar coerente, pois não envolve diretamente o associado, mesmo que não promova modificações no montante da RATES.

Com relação à RATES e também à segregação do ato cooperado, outra questão destacada pelos entrevistados foi o reconhecimento do resultado das aplicações financeiras. De acordo com a ITG 2004, a decisão sobre o reconhecimento do resultado decorrente das aplicações financeiras da cooperativa deve ser tratada de acordo com norma estatutária ou deliberação da assembleia geral. Além das questões tributárias, quando a cooperativa opta por reconhecer como ato não cooperado, o resultado gerado passará a compor a RATES e, para o Entrevistado 11, esse é um fator que levou à constituição acentuada das reservas nos últimos anos.

E os lucros de terceiros e mais o percentual estatutário, em muitos casos, na maioria, o resultado da aplicação financeira ia tudo para o FATES; então, é isso aí, o FATES subindo de elevador, e o capital descendo pela escada, não é. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Reconhecimento]

Para evitar esse aumento acentuado da RATES, o Entrevistado 38 narra que a prática recomendada tem sido que o resultado das aplicações financeiras seja reconhecido como ato não cooperado, até mesmo pelas questões tributárias. Contudo, ao contrário dos demais resultados obtidos com o ato não cooperado que

são 100% destinados para a RATES, a orientação é que para os valores do resultado financeiro sejam colocados para deliberação da assembleia geral, como a ITG 2004 dispõe.

Hoje, nós orientamos para que . . . e principalmente, a partir da ITG 2004, que disse o seguinte: A destinação do rendimento do resultado das aplicações financeiras, se não estiver disciplinado no estatuto, a Assembleia delibera. Então, a nossa orientação é que, para que . . . é para esse valor fique à disposição da Assembleia, como saldo das operações com terceiros. Ou seja, não se leva o resultado das operações com terceiros, integralmente, para o FATES. . . . Se deixa lá, na última linha, à disposição da Assembleia; ou, para deliberar, pela Assembleia; inclusive, uma parcela da operação com terceiros. Que é qual? O resultado da aplicação. Em atendimento ao que? A ITG 2004, desde que não tenha . . . não esteja previsto no estatuto, coisa que hoje, via de regra, não está. Então, essa é a nossa orientação, que adotamos a partir da ITG 2004. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Reconhecimento]

Essa é uma interpretação possível devido ao artigo 87 da Lei 5.764/71: orientar que “os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do ‘Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social’ e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos”, e observando os artigos 85 e 86 referenciados.

Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem. Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei. (Lei 5.764/71).

Pode-se perceber que os artigos não fazem referência ao resultado decorrente das aplicações financeiras e, tendo em vista a orientação da ITG 2004 de que a decisão sobre esse resultado deve ser deliberada pela assembleia geral, esta pode ser tida como uma orientação válida para as sociedades cooperativas.

Ainda em linha com a questão do reconhecimento dos fatos contábeis como ato cooperado e não cooperado, o Entrevistado 22 destaca a dificuldade de segregação que está presente nas sociedades cooperativas. Usualmente, as cooperativas têm atribuído as despesas em ato cooperado e não cooperado pelo percentual do faturamento que é identificado e não pela sua rastreabilidade.

Nos ingressos e dispêndios, quando você vai par . . . vai, é . . . vamos chamar assim, proporcionalizar, o quê que é operação com terceiro e operação com associado, ela está realmente a revel. Cada um está fazendo de uma maneira, e uma orientação . . . essa

orientação, ela é totalmente insuficiente. Por que? Porque, na verdade, se você vai fazer sobre a Receita, você vai ter um . . . vamos chamar assim, é o único mais . . . que, basicamente, todo mundo está usando, é o percentual sobre a receita. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Reconhecimento]

Essa é uma questão preocupante, tendo em vista o tratamento tributário de cada ato e também as destinações dos resultados que são gerados para reservas indivisíveis ou que se tornam passíveis de distribuição. Uma das justificativas nesse sentido poderia ser a falta de orientações diretas sobre fatos que devem ser classificados nos atos, mas de acordo com o Entrevistado 22, essa prática está sendo realizada em função da acomodação dos próprios contadores.

É muito mais por uma acomodação dos próprios contadores, que não vão fazer uma planilha de custos para saber, o quê que você está gastando, efetivamente, para atender o não cooperado dentro de uma determinada seção; seja, ele na cooperativa de crédito; seja, ele na cooperativa de produção; seja, ele na de consumo - produção, que eu digo é Agro -, seja, ele na de consumo; seja, numa infraestrutura, etc. e tal; ou, da Saúde, e coisa parecida. Então, eu acho que está faltando mais, mais complemento. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Reconhecimento]

Contudo, para o Entrevistado 4, ainda é necessário um esclarecimento sobre a definição do ato cooperado e não cooperado.

Aí é uma confusão geral [classificação de ato cooperado e não cooperado]; porque, fora da cooperativa, na sociedade, eu acho difícil encontrar pessoas que entendam. Dentro da cooperativa também tem confusão, porque a confusão é: Se existe relacionamento com o mercado, todos interpretam que é ato não cooperativo, porque acionou o mercado. Não existe um entendimento de que toda cooperativa . . . existe, em algum momento, ela opera com o mercado, não é; seja na aquisição de produto para o cooperado, ou seja na colocação do produto a serviço do cooperado; então, essa é a primeira grande confusão. É, a segunda problemática que tem em cima disso, é o próprio registro no Livro de Matrícula, que é onde está . . . onde conta quem é cooperado, tá? Então, eles têm um problema de controle aí associado a isso. E com relação ao processo . . . isso, em cadeia, gera confusão com relação a classificação da operação, não é; e como são 13 ramos, e dentro desses ramos diversos segmentos, a confusão é geral mesmo. Então, imagine quando isso cai, até para análise no Judiciário, ou algum processo na Receita Federal; então, isso é bem crítico, a gente precisa também avançar, em discussão, para esclarecer melhor o quê que é ato cooperado e ato não cooperado, de maneira geral. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Reconhecimento]

No que tange ao momento da reversão da RATES, conforme explorado no item 4.1.3.2, o Entrevistado 11 salienta a necessidade de uma interpretação técnica adicional indicar a forma mais adequada de realizar a reversão, visto que as informações trazidas na ITG 2004, em sua versão vigente, não são suficientes para padronizar os procedimentos que estão sendo adotados pelas cooperativas.

Bom, eu acho que isso faz parte do Relatório de Gestão, não é; eu acho que isso deveria ser divulgado. Mas, primeiro, assim, ó. É uma realidade que existiu, e eu acho que ainda existe, uma resistência incrível, de parte dos contadores, de contabilizar o negócio [reversão da RATES] como a norma determina. Hoje, na ITG 2004, eu acho que vai sair uma interpretação técnica, espero que saia. Eu acho que é necessário, tá? Mas a NBC T 10.8, e a interpretação técnica, que deixava muito claro a forma de contabilização, o reconhecimento e demonstração nas mutações do patrimônio líquido lá, e aí tu demonstrava, tá? [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Reconhecimento]

Cabe ressaltar que, até o final de 2019, o Conselho Federal de Contabilidade ainda não emitiu uma interpretação adicional sobre a questão, sendo que o único documento adicional foi emitido pela Organização das Cooperativas Brasileiras e trouxe como orientação para as cooperativas que a reversão do dispêndio de assistência no resultado não deve compor a base de cálculo das destinações. Contudo, conforme apresentado no item 4.1.3.2, e pelo receio de descapitalização da cooperativa apresentado no item 4.3.5.2.1, o procedimento mais adequado parece ser o de reverter diretamente na conta de Resultado do Exercício, antes das destinações legais.

Nesse sentido, o Entrevistado 11 destaca que, inicialmente, a empresa de auditoria onde atua indicava a Reversão da RATES na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA), contudo, atualmente, a compreensão é de que a reversão deve ocorrer diretamente na conta de Resultado do Exercício.

Na realidade, isso acabou mudando [modo de contabilização da reversão da RATES]. Na verdade, assim, ó. É, foi um processo, que, num primeiro momento, a gente tinha essa convicção, que seria lá no . . . até a gente já conversou . . . sobre isso, outra vez, não é? É, que seria no DRA. Por que? Porque tu está tirando de uma reserva, e devolvendo para sobras. Tá? E a Norma Contábil, ela não fala disso. Tá? Porque a situação mais evidente lá, é a reversão do ajuste de avaliação patrimonial, e algumas outras situações que entram no . . . no resultado abrangente. Ele pensou, num primeiro momento, que, assim como, tu tira da reavaliação ou do ajuste de avaliação patrimonial, e devolve. Veja bem, tu está compensando uma despesa que ocorreu no resultado, não é, e devolvendo para o resultado aquele mesmo valor. Então tira de uma conta e joga na outra, e tal. Mas, o FATES, é diferente a . . . o funcionamento do FATES, tá? O FATES, efetivamente, ocorreu a despesa, e saiu dinheiro do caixa. O FATES, está ocorrendo uma diminuição de patrimônio líquido. Então, ele le . . . aí ele tem que ser contabilizado dentro das destinações e não no resultado abrangente. . . . Em vez de ser no resultado abrangente, antes das destinações. Eu não sei se é nesse momento; mas, realmente... Nem a ITG 2004, nem a NBC T 10.8 e nem a Lei 5.764; não tem, assim, uma orientação. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Reconhecimento]

Da mesma forma, o Entrevistado 38 narra a mudança de interpretação sobre o processo de reconhecimento da reversão da RATES. Na sua percepção, não faria sentido a reversão da RATES compor novamente os resultados por meio dos

resultados abrangentes, pois esse montante já foi resultado, mas no momento da sua reversão não se trata mais de um resultado gerado.

Desde o ano passado, nós modificamos [a orientação de reversão da RATES]. A orientação atual nós atualizamos essa orientação, e ela vem depois do resultado. Depois do Resultado Abrangente. Tá? Por quê que nós concluímos, isso? Ele é . . . ela é revertida na parte que já está formando a base das destinações lá. Na parte das destinações; porque, assim, ó. O FATES não é um resultado, ele já foi resultado. Ele é uma reserva. Então, você trazer novamente para . . . transitar ele, novamente, para dentro do resultado, nós concluímos que seria uma incoerência, não é? E uma distorção na análise de desempenho, da cooperativa. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Reconhecimento]

No que tange à prática e percepção dos contadores, os procedimentos mais comuns ainda são a reversão na DRA e a reversão nos resultados do exercício antes das destinações.

A gente faz antes, e depois faz a destinação. Mas eu conheço essa ITG Comentada, foi debatida já em seminários, e tal; eu participei lá. Este ano, ainda, a gente manteve. Agora, não sei, talvez, no futuro, a gente vai ter que rever; mas, assim, por enquanto, nós estamos ainda seguindo a auditoria. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Reconhecimento]

Eu não sabia, essa da OCB, de jogar direto para as sobras. É, eu faço, é . . . a gente faz lá no resultado abrangente, antes das destinações estatutárias. Então, volta a compor as outras reservas. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Reconhecimento]

Revertemos [a RATES] nos resultados abrangentes. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Reconhecimento]

É. A gente, hoje, no mês-a-mês, acaba lançando isso [despesas com assistência] no DSP, não é? E aí quando a gente apura o resultado, nós revertemos isso lá na DRA, que é a Demonstração do Resultado Abrangente. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Reconhecimento]

Outro aspecto relacionado às assistências realizadas pelas cooperativas que foi levantando durante as entrevistas, com base nos resultados do item 4.1, é que as cooperativas não divulgam as despesas em assistência de maneira discriminada, e no que se refere às assistências que são absorvidas pela RATES, não há discriminação do tipo de assistência, mesmo com a obrigatoriedade determinada pela ITG 2004.

É, no que tange à Auditoria das cooperativas que nós auditamos, é exigido, não é, de que todas tenham, digamos assim, uma evidenciação, não é [do uso do RATES por assistência em nota explicativa]; de preferência, na própria demonstração do Patrimônio Líquido; mas é verdade que algumas ainda mantêm a . . . agrupam, não é, reservas de lotes, sobras, e põe lá o Fundo de Reserva, o RATES, e outras ali dentro, agrupadas; e nesses casos, procura-se orientar para que, então, o detalhamento seja nas linhas, a nível de movimentação. Tá? Ou então, numa nota explicativa. Mas existem assuntos, hoje, nas

cooperativas, é . . . por parte de algumas administrações, que resiste muito em abrir a informação, em divulgar. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Evidenciação]

Diante do relato de algumas cooperativas auditadas pela empresa que não estão realizando a abertura da informação em nota explicativa, o Entrevistado 38 expõe que isso faz parte do Relatório Circunstanciado que é enviado para gestão, mas alguns gestores ainda são resistentes em abrir a informação.

É. Agora, veja que esse tipo de nota explicativa, aí eu poderia dizer: Tá. Mas, e se o . . . a cooperativa resolve não divulgar? Tem uma ressalva? Não tem uma ressalva. Por que? Porque não é uma informação que hoje esteja num nível de requerimento que comprometa uma Norma Contábil. Eu não consigo chegar lá e dizer assim: Olha, é . . . falando, objetivamente, não é? Busca lá, cada norma, lá no final tem lá, 'divulgações'. Ou seja, divulgações requeridas. Então, eu . . . não viamos que . . . para o caso de que a cooperativa resolve não abrir tanto uma informação dessa natureza, que esteja comprometendo, digamos assim, a aplicação de um dispositivo de uma Norma, que eu pudesse ir lá classificar como relevante, e botar uma ressalva, é . . . pela insuficiência de divulgação de . . . em função de uma norma específica. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Evidenciação]

É interessante perceber que, nesse caso, a própria gestão não está verificando o benefício de divulgar essa estratégia de retorno para o cooperado. Tendo em vista a limitação do auditor em determinar que essa informação esteja aberta no nível requerido pela ITG 2004, o gestor precisa verificar o benefício de gerar informação, afinal, a informação somente será divulgada quando o gestor perceber que o benefício obtido com a sua divulgação será maior que o custo atribuído para tal.

Nesse sentido, o Entrevistado 1 também faz um destaque para as notas explicativas. Para que realmente haja a compreensão da informação pelo cooperado, essa informação precisa ser clara, caso contrário, terá o mesmo efeito do que não divulgar.

Algumas informações, sim; porque, muitas vezes, a gente percebe que essa informação, ela não . . . ela é . . . seria uma informação importante para o quadro de associados, se ela tivesse clara, não é; e, principalmente, quando fala em notas explicativas, não é; porque, o associado, das cooperativas agropecuárias, tem um nível cultural também muito diferenciado. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Evidenciação]

Dessa forma, o Entrevistado 1 destaca a responsabilidade do contador em traduzir as informações em uma linguagem adequada para os cooperados.

Então, a cooperativa, até pode publicar essa informação em linguagem técnica, mas o momento de fazer a comunicação oficial ao associado, ela tem que achar mecanismos, ou sistemáticas, em que o associado entenda. Isso, eu acho que é interessante que se tenha, para que chegue, efetivamente, a quem interessa, essa informação. . . . Quando se fala em

linguagem técnica, é difícil levar essa informação. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Evidenciação]

Para o Entrevistado 27, a questão das notas explicativas não está restrita à Nota Explicativa da RATES, mas ao conjunto de informações adicionais. Para o Entrevistado 38 a qualidade das notas explicativas ainda é um problema, além disso, alguns gestores compreendem que determinadas informações não devem ser divulgadas em notas explicativas.

Então, eu . . . eu acho que é um . . . o primeiro ponto, é falta de cultura, de utilização das notas explicativas. E segundo, é uma coisa, que é uma crítica que eu faço até ao meu trabalho, e ao trabalho do sistema onde eu estou inserida, que é a falta de . . . de auxílio na divulgação de um padrão. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Evidenciação]

Tu sabes, que . . . faz poucos anos que nós colocamos, inclusive . . . é, nós fizemos um estudo, nós fizemos um trabalho, assim. Primeiro, nós estudamos, detalhadamente, todas as Normas, todos os requisitos de divulgação; e criamos um modelo de nota explicativa contemplando isso tudo, e nós sempre entregamos isso para o cliente; e claro, que precisa fazer adaptação, daí para as suas realidades. É, há uma resistência muito grande, de parte dos dirigentes, não é; é, eu não vou falar nem do contador, porque ele não decide; porque, às vezes, dá um pouco mais de trabalho, tem muitos que não gostam, vão pelo caminho mais . . . mais fácil, não é? 'Pô, mas tem que levantar isso, tem que mensurar, tem que quantificar. Que chato esse negócio'. Sabe? Não é? Não, torce um pouco o nariz, não gosta muito, não é, e tal. É, mas é muito mais a nível de administrador, quando chega lá, ele diz assim: Não vai isso aqui não. Tá? De jeito nenhum. E isso é um requisito. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Dificuldades]

Nesse sentido, o Entrevistado 11 destaca que a responsabilidade de promover avanços na contabilidade das sociedades cooperativas também está atrelada ao contador. Para o entrevistado, é necessário investir na educação continuada para gerar consciência profissional.

Olha, eu colocaria isso ligado direto à educação continuada, tá. Por que? Porque eu acho, que, primeiro, falta consciência profissional, não é. . . . Hoje, tem também para o profissional da Contabilidade. E aí ele falando sobre a responsabilidade, falando de honorários, e tal, não é, que o . . . e tem, o médico tem responsabilidade, o advogado tem responsabilidade; todo profissional, toda profissão regulamentada, todo profissional que presta serviço tem responsabilidade. E o Contador, eu acho que falta um pouco . . . assim, não generalizando, tá. Mas, assim, existe ainda uma falta, e isso depõe contra a nossa valorização profissional. . . . Os desafios, não é. Então, eu acho que um grande desafio, para a valorização profissional, é o profissional ter essa consciência clara. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Papel do contador]

Ele também teve uma educação continuada. Não é? E felizmente, nós temos diversas respostas positivas, de diversos contadores, que estão promovendo isso, não é. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Papel do contador]

Conforme o Entrevistado 11 aponta, o senso de responsabilidade do profissional contábil que deve ser encontrado nas organizações, foi encontrado na narrativa do Entrevistado 24.

Eu sou responsável por essas pessoas, e eu tenho que administrar tudo que é deles, eu tenho que saber se eles têm bom retorno. [Entrevistado 24 – Contador – Código: Papel do contador]

Outro fator de atenção para o contador é o avanço da tecnologia, tendo em vista que o contador precisará atuar cada vez mais próximo da gestão auxiliando no processo de tomada de decisão, pois a tendência é que o processo operacional da contabilidade seja substituído por sistemas autônomos.

Então, completando, assim. Educação continuada, não é; fazer a contabilidade num processo ágil, correto, eficiente e eficaz. Tá? E eu colocaria . . . É, eu acho assim, ó: O profissional, hoje, da contabilidade . . . É, é para a tomada de decisão, é informação útil, tá? E o profissional da contabilidade, ele tem que ter muito cuidado; porque, hoje, às vezes, o pessoal da TI, está sabendo mais da contabilidade do que o contador. Ele tem que evoluir na capacidade ali de ser o usuário, e usar sistema, tecnologia; ele tem que acompanhar isso aí, não é; é, avanço tecnológico. Então, a educação sobre as normas, o avanço tecnológico e o conhecimento tributário. O contador, ele não pode ser um bom contador, se ele não sabe o que está fazendo, se ele só está comendo pela mão dos outros. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Papel do contador]

Assim, o processo de comunicação da informação contábil-financeira e auxílio na tomada de decisão tornar-se-ão as atribuições principais do contador.

E mais, então, o contador, aí é o desafio, é de ele ocupar o . . . isso aí é o outro desafio, é ele ocupar o espaço, junto a administração, junto a alta administração, de ser ouvido, sempre que tiver que tomar decisões importantes. Dele ter espaço de ir nos Conselhos, e apresentar a contabilidade, apresentar a análise crítica dos resultados, e apontar aonde está ocorrendo as deficiências da gestão, para corrigir isso durante o exercício. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Papel do contador]

Eu não sei se o principal, mas um dos principais itens, com certeza, é, comunicação. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Papel do contador]

Então, falta o quê? Falta capacitação do Contador para trabalhar com uma perspectiva comunicacional; não apenas, simplesmente, fechar o balanço, não é? Quer dizer, o quê que esse produto contábil está espelhando? Ele consegue demonstrar uma realidade? Não, não consegue. Então, ele está sendo ineficiente. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Papel do contador]

Contudo, os relatos obtidos durante as entrevistas demonstram que a comunicação com as partes interessadas não tem sido eficiente.

É, não . . . não precisa [usar termos contábeis], faz uma referência, por exemplo, de tanto saco, para tanto, a cooperativa teve tanto de lucro. [Entrevistado 21 – Conselho Fiscal – Código: Papel do contador]

Eu acho que sim, eu acho que tem muita dificuldade de repassar. De certa forma, é comunicado, mas não . . . não . . . as coisas não ficam claras, porque o repasse é mais . . . é, do ponto de vista contábil, e ele não deixa isso claro. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Dificuldades]

Para o Entrevistado 32, a própria comunicação de um contador de uma organização de finalidade lucrativa com um contador de cooperativa é um desafio. O exemplo narrado é da reversão da RATES, fenômeno contábil que não ocorre demais organizações.

É, antes da Lei 11.638, das normas internacionais, e tal; você poderia jogar direto lá. Dispêndio, não é? Agora não, ele tem que transitar pelo resultado e reverte no final. É difícil até, assim . . . eu até . . . eu acho que tem . . . tem coisas boas, assim, que fica mais transparente a demonstração, aonde que você só que você só reverte ela, na sobra, para o exercício ali, que não reverte despesa; então, é difícil para um não contador de cooperativa entender certas coisas . . . Não é? A gente procura demonstrar ela assim: Ó, tem isso até aqui, tipo, é normal. Aqui, tem a reversão, como uma forma de retificar o resultado do exercício. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Dificuldades]

Da mesma forma, o Entrevistado 23 narra que o processo de comunicação com o cooperado para relatar perda na cooperativa foi um desafio, e que os próprios contadores reconhecem essa dificuldade.

Aí, Paola, tem um aspecto que é o seguinte, não é. Tu tem um edital que é muito claro, contador tem que apresentar o teu balanço, as tuas peças contábeis. Então, tu lê o código. Então, o quê que acontece? Esse questionamento eu me fiz muito, porque como é que eu vou levar para o associado, é . . . essa notícia ruim, se ele não entende nada disso? Ele não tem . . . ele nem tem que entender, tem que produzir, só que nós temos que administrar bem o negócio dele. [Entrevistado 23 – Contador – Código: Dificuldades]

Nesse sentido, para o Entrevistado 33, o contador não está sendo preparado para atuar atendendo essas novas necessidades do mercado.

Contador não pode mais ficar lá na retaguarda, ele tem que estar na linha de frente, ele está no core, no grupo realmente de decisões. Só que ele não está sendo preparado para isso; então, há uma deficiência enorme na formação dos Contadores. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Papel do contador]

Dessa forma, é necessário rever também o processo de formação do profissional contábil no nível da graduação, ou seja, as disciplinas que são ofertadas se já contemplam a questão da tomada de decisão junto a gestão da organização e o processo de comunicação da informação contábil-financeira com as partes interessadas.

Também cabe destacar que, usualmente, as graduações em ciências contábeis não oferecem disciplinas direcionadas para a contabilidade do terceiro setor, ou mais especificamente a contabilidade das sociedades cooperativas, o que acentua o despreparo do contador ao ingressar nesse tipo de organização.

É bastante aprendido na prática, porque eu vejo, que, assim, eu . . . a minha Graduação, eu fui desenvolvendo a minha Graduação durante a minha formação profissional, não é; e já em cooperativa. Então, para mim, foi fácil, porque eu já estava naquele meio; mas eu acho que uma pessoa que vem totalmente de fora, ela vai ter grandes dificuldades; porque, na Graduação, a gente não vê nada de cooperativas, vê uma disciplina, acho que em Operações Especiais, e vê lá uma aula do quê que é uma cooperativa, mas . . . então, assim, jamais vai saber a diferenciação de ato cooperativo e de ato não cooperativo, na tributação. O que é Ingressos, o que é Dispêndios, Receitas, não é; essa diferenciação toda. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Dificuldades]

Agora, volta de novo o problema de carência formativo, não é. Tu tem um Curso de Formação de Contador, que pretende servir para tudo; e ele não serve para tudo, ele dá o básico. Então, o que está faltando são as especializações, que deveriam vir na sequência. O Contador que vai fazer contabilidade para cooperativa, ele faça uma especialização em Cooperativismo, para que ele comece a entender aquela realidade, porque senão é tratar diferentes iguais, que não atende a ninguém. Não é? É um pouco essa a visão que eu tenho. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Dificuldades]

Para o Entrevistado 37, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio de suas representações estaduais, tem sido um parceiro na disseminação da contabilidade para cooperativas, inclusive levando o conhecimento nas instituições de ensino que, usualmente, não disseminavam esse conhecimento.

É, uma coisa que a gente bate bem aqui, na Bahia, é justamente, e a gente vem aumentando, a formação dos contadores; seja, na linha de forma de eventos; seja, através até do CFC; que nós temos, hoje, uma Comissão, que a gente vem atuando nisso, e está tentando desenvolver cartilhas; e também, levar a contabilidade cooperativista para as instituições estudantis, não é, as IEs. Por que? É, tanto voltado para faculdade, escola, evento, a gente sente, aqui, muita falta desse conhecimento, e isso é o que traz mais transtorno na . . . nas peças contábeis que a gente recebe aqui. Entrevistado 37 – Contador – Código: Sugestão]

Nessa linha, o Entrevistados 38 narra que o contador tem resistência de estudar tanto as normas aplicadas para sociedades em gerais, quando para cooperativas.

Aí quando toca num tema técnico, digamos assim: Ah, eu a . . . Quando percebe que ele está achando, eu digo assim: 'Amigo, vamos fazer o seguinte. Não vamos ficar achando, vamos lá, vamos na Norma, vamos buscar'. Ou seja, nós tentamos mostrar, através das nossas atitudes e comportamentos, a importância de desenvolver o estudo das normas. Não é? Mas há uma resistência grande, sim. Tá? [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Dificuldades]

Da mesma forma, também falta o conhecimento do negócio, para que o contador efetivamente possa auxiliar na tomada de decisão.

Eu acho, mais uma vez, por falta de conhecimento, talvez ele tenha maior dificuldade . . . mas se ele entendesse do negócio . . . eu acho que eu não posso entrar num negócio que eu não conheço, não é? Então, se ele conhecesse, eu acho que a medida seria igual, porque quando você desconhece um assunto, claro que aquilo se torna um fado maior, não é, do que outro; mas, no momento que você tem a educação cooperativista, saiba das normas e saiba como agir com aquele tipo societário, acho que fica igual para igual. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Dificuldades]

Assim, a gente fala de falta de conhecimento, mas aí passa por o que a gente acabou de falar, que é falta de cultura, falta de um padrão; mas eu acho que não é só desconhecimento, é . . . eu acho que é a dificuldade em trabalhar, tudo o que foi pensado para a sociedade empresária, como no padrão contábil da Norma, e transformar; e que é o que é que a cooperativa vai . . . acaba tendo que fazer. Pega uma ECD, que hoje é a entrega, não é, para os órgãos fiscalizadores, da . . . da contabilidade; ela não pensa num Balanço, numa Demonstração de Resultado, adaptada para a cooperativa, não é? Então, tem essa dificuldade. Mas, também, tem o fato de que muitos contadores, responsáveis pela contabilidade de cooperativas, eles não estão inseridos no contexto da cooperativa, propriamente dito. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Dificuldades]

Os Entrevistados 1, 4, 27 e 37 destacam que o desafio é maior em cooperativas que possuem contabilidade externa, ou seja, atuam com escritórios contábeis terceirizados, onde o foco do profissional contábil não é restrito a compreender e se atualizar nas normas para sociedades cooperativas.

E esse grupo das cooperativas menores, tem isso numa diversidade muito grande; então, tem algumas que são mais corretas, no sentido de que seguem a norma; e tem outras, que utilizam, principalmente, serviço de escritório de contabilidade, que não seguem um padrão, da norma; então, a gente vê que não há uma . . . talvez, uma orientação clara dos profissionais, no sentido de estabelecer esse padrão, inclusive, da nomenclatura das Sociedades Cooperativas. E aqueles que estão fora, que são dos escritórios, que quando tem uma cooperativa, na verdade, é mais um cliente deles; então, a gente identifica que há uma, digamos assim, uma dificuldade muito maior de apresentar dentro daquilo que a Norma Contábil, para as Sociedades Cooperativas, traz com uma nomenclatura específica, não é? [Entrevistado 1 – Auditor – Código: Dificuldades]

A gente percebe um desconhecimento geral dos contadores - principalmente, os terceirizados de cooperativas - com relação às notas específicas de contabilidade de cooperativa; então, se vê muito ainda contabilidade feita no padrão de empresa, nomenclatura de empresa, estrutura de empresa, não é; e, conseqüentemente, isso fica muito deficiente para informação da tomada de decisão. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Dificuldades]

Eles são terceirizados. Então, eles têm um escritório que tem 50 clientes . . . eu digo 50, mas não faço ideia se é mais, ou menos, eu não tenho essa experiência; mas, tenho 50 clientes que são em sociedade empresária, Lei 6.404, Normas Contábeis Gerais, não é, um padrão internacional, normal; e eu tenho 05 cooperativas, quando muito; às vezes, é uma. Então, eles não sabem muita coisa, acabam . . . às vezes, até - extrapolando, um pouco, o

assunto - tratando o cooperado como um empregado, por exemplo, contabilmente, falando. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Dificuldades]

Outro problema que nós temos aqui, muito grande, aqui, é porque são terceirizadas. E a dificuldade, uma vez, nós . . . um ano, aqui, nós fizemos um desses cursos, é justamente a importância da comunicação entre financeiro e a contabilidade, que muitos erros vêm daí; então, a gente fez um curso orientando isso. E quando é terceirizada, o impasse é muito maior, porque o contador não está ali dentro vendo o quê que está acontecendo . . . a comunicação entre financeiro e contador, muitas vezes, passa coisas que o contador precisa saber. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Dificuldades]

Os Entrevistados 11 e 38 também destacam a necessidade do direcionamento ético na profissão contábil como uma preocupação que deve estar presente nas organizações. Da mesma forma, de acordo com o Entrevistado 22, é o compromisso pela verdade e transparência que devemos buscar no profissional contábil.

É, o que mais nos preocupa, é: são comportamentos a nível de administrações e profissionais da Contabilidade. Ou seja, a ética. A ética no que tange a compromisso pela verdade, compromisso pela verdade. Compromisso pela transparência, pela verdade, pela coisa certa. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Papel do contador]

E aí eu fazendo esse parâmetro do médico, do advogado, não é, das incertezas, eu diria assim, ó: Muitos contadores sabem distinguir o que é o certo e errado, mas eles optam pelo errado. Esse, essa consciência, e é uma crítica que tem que ser feita, que o profissional . . . eu falo muito isso nos cursos; às vezes, eu falo muito no curso, dentro dessa linha, porque eu não tenho que ir lá no curso para ensinar o cara a fazer débito e crédito, para fazer a contabilidade. Na hora de decidir, decida pelo certo. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Dificuldades]

Profissionais capazes de manter o nível de transparência à sociedade cooperativa; porque o grande problema - eu já falei, inclusive, hoje, que você acompanhou - é gestão e transparência. Não adianta, foi o grande problema das cooperativas terem fracassado na . . . as grandes cooperativas terem fracassado na sua gestão. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Papel do contador]

O Entrevistado 22 ainda destaca que, para o contador que atua em sociedade cooperativas, outra questão essencial é compreender a Lei 5.764/71 e seus desdobramentos que possuem relação direta com a contabilidade.

Mas, contabilidade para sociedades cooperativas, mas muito mais do que contabilidade, é o conhecimento legal da Lei 5.764, e seus . . . desdobramentos. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Papel do contador]

Nesse sentido, torna-se importante a concepção de normas contábeis direcionadas para os contadores de cooperativas, de forma que essas instruções tragam suporte para o contador e que reflitam a natureza, princípios e funcionamento das cooperativas, bem como a própria Lei 5.764/71.

Tendo como base o cenário das dificuldades no processo contábil narradas pelos entrevistados e o papel esperado do contador, o item 4.4 tem o intuito de explorar sugestões de melhoria para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais das sociedades cooperativas que foram construídos com base nas entrevistas realizadas.

Antes de explorar tais sugestões, é necessário discutir a categoria, voltada para o processo de padronização contábil e suas implicações na contabilidade das sociedades cooperativas.

4.3.9 Processo de normatização

As sociedades cooperativas possuem leis, normas, regulamentos, interpretações próprias que são derivadas, usualmente, da Lei 5.764 de 1971. O Entrevistado 13 ressalta que é necessário cuidado ao criar legislações específicas para as cooperativas que irão refletir no processo contábil, pois sempre haverá ganhos e perdas.

Eu acredito que a legislação específica, ela vem para tratar das diferenças; porque, de fato, assim, tem um conjunto de diferenças entre a cooperativa e a empresa convencional, que precisam estar reguladas de alguma forma, e essa regulação gera uma legislação diferenciada entre as duas atividades econômicas, de fato, não é; que estão, muitas vezes, concorrentes no mercado, não é; mas que tem essas singularidades na sua composição, na sua natureza, não é, no modo de serem, porque, é . . . Bom, por outro lado, se a gente pensa, assim: O quê que a cooperativa pode estar perdendo em não ter a mesma legislação, não é, de uma empresa convencional? Eu acredito que, talvez, a velocidade de decisões, não é; a tomada de decisões seria menos burocrática, vamos dizer assim, se fosse uma empresa convencional; mas isso, também, poderia gerar uma situação, de ser benéfica a um conjunto menor de indivíduos. Poderia daí estar . . . não teria muito porquê dizer que uma é cooperativa e a outra não é cooperativa, ela já estaria atuando da mesma forma e com a mesma lógica de uma empresa convencional. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Nesse sentido, para o Entrevistado 6, as cooperativas deveriam estar sujeitas à legislação das demais empresas que atuam no mercado, não sendo necessária uma legislação específica.

É uma empresa que está igual no mercado. Se você buscar a legislação, no mundo, assim, específica para cooperativa, você vai ter, o que? No Brasil, e eu não sei aonde mais tem. Entendeu? Então, para mim, eu acho que não seria, não é, primordial, que existisse uma legislação específica para a cooperativa. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Contudo, para o Entrevistado 7, o que ocorre é que a Lei 5.764/71 e os seus desdobramentos legais e contábeis estão desatualizados e necessitam ser revistos.

É. Veja bem, as cooperativas, elas são regidas pela . . . por uma lei de 1971, era uma época em que o *modus operandi*, vamos utilizar assim, das cooperativas, era totalmente diferente do que é hoje, não é; a comercialização dos produtos se dava de forma diferente; é, o volume de faturamento, de negócios operados pelas cooperativas, era totalmente diferente do que é hoje. Hoje, as cooperativas funcionam como verdadeiras empresas, tá. Então, o quê que acontece? Ao meu ver, há uma necessidade de uma atualização dessa legislação, para cobrir muitos pontos, que hoje não são atendidos pela Lei 5.764. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

No âmbito contábil, essa revisão aconteceu em 2017, com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa, que foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Antes dessa interpretação, as cooperativas seguiam as orientações da Interpretação Técnica NBC T 10.8 de 2008.

O Entrevistado 8 narra que a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 trouxe avanços para a contabilidade das sociedades cooperativas, mas, para o Entrevistado 11, ainda é uma pequena contribuição perto dos esclarecimentos que são necessários para direcionar e normatizar a contabilidade das sociedades cooperativas.

Me parece, que a ITG, ela . . . ela ajudou em algumas coisas. É, eu entendo que a norma, ela vem, ela seja para uniformizar; então, eu contabilizo do mesmo jeito que tu contabiliza; então, e nós podemos comparar nossas cooperativas. . . . Se não se . . . se ainda não . . . não direcionou a contabilidade, ele trouxe, ele está mais pertinho. Ela estava a 180 graus; agora, está 60. [Entrevistado 8 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

É, a ITG 2004, ela . . . ela é um grãozinho, entendeu, na Contabilidade, assim. É, ela, basicamente, hoje, diz aquilo que está na lei: Ó, tu tem que contabilizar separado, atos cooperativos e atos não cooperativos; está na lei. Ah, tu pode chamar de ingressos e dispêndios. Bom, isso, já falamos sobre isso. Aí eu acho que ela esclareceu: Ó, tu tem que contabilizar o produto do associado que está lá entregue para a cooperativa. Isso também não existia antes. Ah, o resultado da aplicação financeira você não vai . . . é, você não é obrigado a jogar para o FATES, a Assembleia é que vai deliberar. Então, tem umas coisinhas assim, não é, que . . . que talvez dê um norte. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Para os Entrevistado 11 e 26, o mérito da ITG 2004 está relacionado à manutenção do capital social no patrimônio líquido, afastando a possibilidade de vigência da Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 14 (ICPC 14).

E não resolveu tudo. Eu acho que tem mais . . . É por isso que eu falei antes, eu acho que tem que vim um IT, uma interpretação técnica; e nessa interpretação técnica, talvez . . . Mas já foi difícil aprovar a . . . porque o grande mérito da ITG 2004, foi enterrar a ICPC 14. Tá? [Entrevistado 11 – Auditor – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Ó, tem. Tem. A nossa maior questão, tá, é a questão do capital. Não é? Então, item 18 e 19, ali, da 2004, que diz como . . . É. Como dá para se entender, por ali, que o capital estaria preservado. [Entrevistado 26 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Os Entrevistados 26 e 38 destacam que outro ganho da ITG 2004 foi a padronização do tratamento contábil atribuído aos produtos recebidos em depósito.

Aquela questão, tipo, o que foi tratado o produto agrícola em depósito. Não é? Que tanto se discutia, debatia, o que fazer, o que não fazer, e tal. E agora a Norma trouxe para si, e diz assim: Façam isso. Não é? Quer dizer, então, agora não precisa ficar mais discutindo, ou cada um escolhendo prática contábil. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Não é? E aí poderia ser . . . desaparecer facilmente esses estoques; penso eu. Então, a Norma teve, com certeza, um ganho, não é? [Entrevistado 26 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Contudo, de acordo com os Entrevistados 11, 24 e 38, avanços ainda são necessários para aprimorar a contabilidade das sociedades cooperativas e possibilitar que o objetivo de auxiliar na tomada de decisão dos seus usuários seja alcançado.

Mas, assim, ó; se for dizer para regular a contabilidade das cooperativas, não é; é, falta muita coisa, falta muita . . . é, a ITG, em si, ela não é suficiente. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Olha, o quê que eu vou te dizer? Ah, não [a norma não é suficiente]. Gera muita dúvida. Gera muita dúvida, porque a gente tem, é . . . toda a legislação, de um lado; auditoria e consultoria, do outro. [Entrevistado 24 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Olha só, na verdade, eu acho que não. Tá? Eu acho que se perdeu a oportunidade de utiliza-la, não é; de ter ampliado, não é, uma série de questões . . . E nesse sentido, acho que dá para se dizer, que a ITG deixou a desejar um pouco mais de explicações e detalhes, para que não . . . deixar . . . para que não permitisse esse espaço, que existe, hoje, de interpretações diversas. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Para o Entrevistado 26, o problema é a abertura para interpretação que a ITG 2004 ainda deixou, por exemplo, no processo de contabilização do resultado de aplicação financeira ou no processo de reversão da RATES.

É totalmente interpretativa. Da mesma forma que a Norma Tributária sobre o custo das aplicações financeiras, também; assim, já tem jurisprudência de que aquele . . . que é possível que tu calcule o custo; mas, assim, se tu faz, não é, tu não tem a certeza de que, necessariamente. . . As normas, tanto societárias, quanto tributárias, enfim, uma boa parte delas, são bem mal elaboradas, não é? Vamos falar bem a verdade, são bem mal elaboradas, dá margem para ti interpretar de diversas formas. Tanto que, eu te . . . eu te falei, existia uma contabilização, que, até há 03 anos atrás, a gente fazia de uma forma, a

norma não mudou, o que mudou foi a nossa interpretação sobre a norma. [Entrevistado 26 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

O Entrevistado 22 destaca que outra questão que poderia ter sido melhor abordada pela ITG é a segregação do cooperado e não cooperado, bem como a contabilização do resultado da aplicação financeira.

Então, é essas coisas [conhecimento sobre o negócio] que eu tenho, que realmente eu acho que precisamos, isso aí pode . . . isso aí tem que mudar, aperfeiçoar. E também, eu acho que uma das coisas que não ficou muito claro aí, é o aspecto ainda da . . . eu acho que as aplicações financeiras, também, eu acho que é uma coisa que ela tem ficar mais bem definido, não só a contabilização do ato cooperativo, ato não cooperativo, até das . . . das próprias decisões de aplicações financeiras, decisões mais gerenciais, etc. e tal, de informações; eu acho que ela precisava abrir mais. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Ato cooperado e não cooperado]

Nesse sentido, o Entrevistado 36 destaca que, como a norma contábil é considerada ampla para o tratamento do resultado da aplicação financeira, está sujeita a interpretações diferentes.

Até alguns anos atrás, a nossa interpretação, a nossa, com auditoria externa, era de que esse valor [equivalência patrimonial], tanto esse valor, quanto o valor de resultado de aplicação financeira que isso ia para o RATES. Essa interpretação, de uns 02 ou 03 anos, para cá, a gente mudou ela, a norma não mudou, mas nós mudamos a nossa interpretação, mesmo com o parecer da auditoria externa, enfim, de que o artigo que trata, ele . . . ele deixa de fora esses dois tipos desses dois tipos de resultado. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Ato cooperado e não cooperado]

A falta de orientação para o processo de contabilização do ato cooperado e não cooperado também é destacada pelo Entrevistado 39.

Falta bastante [orientações sobre a contabilização]; porque, inclusive, a gente . . . várias vezes a gente já discutiu isso, internamente, não é? A gente criou um modelo de segregação de atos cooperativos e não cooperativos, para fins de tributação de Imposto de Renda, por exemplo, que a gente não sabe se é 100% correto. Hoje, a gente faz o que? Faz o mês-a-mês, e acumula, por exemplo, não é? Mas já teve períodos que a gente fazia o que? A gente fazia o cálculo lá de janeiro; depois, a gente chamava janeiro e fevereiro, e aplicava o percentual de fevereiro; depois, março, ele acumulava, e fazia de março; para fins de apuração de Imposto de Renda. Então, assim, a gente não sabe se o correto é fazer individual e somar, porque daí lá na hora de fazer o LALUR, tu faz acumulado, não é? Então, a gente não sabia se era o correto fazer mês-a-mês, e acumular; ou, se era... acumulava e aplicava o percentual do mês. Sabe? [Entrevistado 39 – Contador – Código: Ato cooperado e não cooperado]

O Entrevistado 39 relata o processo de definição das porcentagens que são atribuídas às despesas e dispêndios do ato cooperado e ato não cooperado, quando não há rastreabilidade por parte da cooperativa. Nesse caso, as cooperativas atribuem

a porcentagem com base no faturamento, contudo, a dúvida apresentada pelo entrevistado é se nesse caso a porcentagem deve considerar o faturamento mensal ou anual. Cabe destacar que essa prática não deve ser vista como ideal, sendo aconselhável que assim como as receitas e ingressos, as despesas e dispêndios também sejam rastreadas.

Adicionalmente, o Entrevistado 4 aponta que os problemas com a contabilização do ato cooperado e não cooperado é comum a todos os ramos e que a preocupação é que isso gere problemas tributários, visto que o ato não cooperado é tributado.

Aí é uma confusão geral [classificação de ato cooperado e não cooperado]; porque, fora da cooperativa, na sociedade, eu acho difícil encontrar pessoas que entendam. Dentro da cooperativa também tem confusão, porque a confusão é: Se existe relacionamento com o mercado, todos interpretam que é ato não cooperativo, porque acionou o mercado. Não existe um entendimento de que toda cooperativa . . . existe, em algum momento, ela opera com o mercado, não é; seja na aquisição de produto para o cooperado, ou seja na colocação do produto a serviço do cooperado; então, essa é a primeira grande confusão. É, a segunda problemática que tem em cima disso, é o próprio registro no Livro de Matrícula, que é onde está . . . onde conta quem é cooperado, tá? Então, eles têm um problema de controle aí associado a isso. E com relação ao processo . . . isso, em cadeia, gera confusão com relação a classificação da operação, não é; e como são 13 ramos, e dentro desses ramos diversos segmentos, a confusão é geral mesmo. Então, imagine quando isso cai, até para análise no Judiciário, ou algum processo na Receita Federal; então, isso é bem crítico, a gente precisa também avançar, em discussão, para esclarecer melhor o quê que é ato cooperado e ato não cooperado, de maneira geral. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Ato cooperado e não cooperado]

Para a Entrevistado 27, o objetivo da ITG não é tratar todos os assuntos, mas funciona como suporte para a Estrutura Conceitual da Contabilidade e tratamento de alguns pontos de conflito na contabilidade das cooperativas.

Se a gente pensar que a ITG está dentro de um contexto, onde eu posso buscar, desde das Normas Gerais, do CPCs, e tal; talvez, ela seja suficiente. Mas se eu olhar só para ela, eu olho assim: Que? E tal coisa? E tal coisa? Eu, eu já me fiz essa pergunta, muitas vezes; e muitas vezes, eu digo: Não, isso aqui é pouco, que . . . que tão pobrinha essa explicação. Mas aí eu penso: Não, ela diz ali, que ela pode ser usada com o suporte da... dos Conceitos Gerais; com o suporte, do que, antigamente, a gente chamava dos Princípios. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Na opinião do Entrevistado 37 o problema é o desconhecimento da ITG 2004, assim como acontecia com a NBC T 10.8.

Na contabilização, que você está falando? Na contabilidade. Bom, em termos de contabilização de peças contábeis, não vi aqui; e eu sinto ainda o desconhecimento, era . . . tanto a 10.8, era desconhecida, quanto a ITG 2004, que é mais nova. Não é? Hoje, a

gente já não luta bastante, no . . . de estar falando, sempre que pode, nos encontros com contadores, estar mostrando a eles, e disseminando essas normas. [Entrevistado 37 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

O Entrevistado 29 aponta que a interpretação possibilitou a consolidação de práticas já presentes nas sociedades cooperativas. Para o entrevistado, as mudanças foram poucas, contudo, ao destacar que as demonstrações ficaram mais claras e compreensíveis, entende que o objetivo da interpretação foi alcançado.

Eu acho que eles copiaram o que a prática que nós, Contadores, já fazíamos. O quê que acontece hoje no cooperativismo, é . . . e as pessoas se preocupam grande, pequena empresa, tem que fazer uns ajustes, isso e aquilo. É, o quê que mudou, efetivamente, dentro da cooperativa? Muito pouco. Só as demonstrações que ficaram mais claras, mais explicadas. Tá? [Entrevistado 29 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Um aprimoramento indicado para as cooperativas agropecuárias pelos Entrevistados 33, 38 e 41, seria a implementação de um órgão de regulamentação para o setor que poderia também auxiliar nas questões contábeis, além de determinar planos de contas para as cooperativas, a exemplo do que acontece com o Banco Central do Brasil e a Agência Nacional da Saúde.

Eu acho que sim. Sim. O que não quer dizer, que regulação seja sinônimo de eficiência. Tá? Eu acho que é importante ter regulação, uma regulação mínima que seja, e bastante investimento em capacitação; que é, no fundo, o que vai dar o efeito mesmo, é capacitação. Agora, na medida que tu não tem regulação, cada um faz o que quer, e não tem um norte, e daí tu deixa . . . tu fica vulnerável a todas as possibilidades. Eu acho que a regulação é importante sim. Só não a excessiva. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Diferente, por exemplo, quando se adentra numa demonstração, hoje, de uma operadora de Plano de Saúde, que tem um Plano de Contas padrão, tem Norma padrão, tudo regulado; e tem um órgão, digamos assim, tem uma Agência Nacional, é . . . no pé, digamos assim, nesse sentido. Com elevado nível de rigor; assim como, tem a ANEEL para as Cooperativas de Eletrificação. Nós também vemos dessa forma [necessária a regulamentação], porque para nós também seria importante, não é? É muito mais confortável, digamos assim, para o auditor, quando trabalha com um ambiente regulado, porque aí você . . . o espaço que se abre para discutir questões é bem menor, não é; e aí fica mais confortável para se trabalhar, não é, porque você vincula às Normas, a questão é muito objetiva: Aplica ou não aplica. Não é? [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Eu creio que sim. Eu creio que sim; porque, querendo ou não, quando você meio que obriga a organização seguir, não é, um conjunto de regras, fundamentos, você baliza muitas coisas, ou muitas aventuras que a gestão pode querer, não é, empreender. Então, nesse caso, a preocupação do Banco Central, por exemplo, com a saúde do sistema financeiro, e as Cooperativas de Crédito são incluídas nessa preocupação; eu acho muito positivo, porque obriga elas, realmente, a serem mais transparentes e organizadas, não é? As de Saúde, a mesma coisa, não é, a questão social e humanitária, não é; não tem como você, simplesmente, deixar que as operadoras façam o que quiserem, não é, estão tratando de vidas. Agora, na questão lá, se tivéssemos algum tipo de regulação, muito provavelmente,

a gente teria melhores resultados em alguns sentidos. Eu acho que seria muito interessante, sim [termos uma regulação para o ramo agropecuário]; mas eu não vejo como resolver isso, porque a amplitude da área de atuação das Agro é muito grande, não é? [Entrevistado 41 – Pesquisador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Já o Entrevistado 26 destaca que, para o aprimoramento das normativas para as sociedades cooperativas, é necessário estudar as normas atuais e verificar os avanços que ainda são necessários, e é nesse sentido que a Comissão de Contabilidade do Setor Cooperativo trabalha.

Ela é fundamental, eu acho que . . . é, e tenho proposto isto no nosso grupo contábil, que ela deve ser estudada, muito bem estudada, porque é a Norma que nós temos para o trabalho que a gente desenvolve dentro da cooperativa; então, a gente tem que estudar. Eu propus na Comissão lá, no CRC-RS, e estamos nesse trabalho; esse ano, eu acho que vai se conseguir desenvolver até o final do ano aí, não é, um estudo, item a item, da Norma. [Entrevistado 26 – Contador – Código: ITG 2004 e normas para cooperativas]

Justamente como reflexo desse estudo necessário sobre normas contábeis aplicadas nas sociedades cooperativas é que a Organização das Cooperativas Brasileiras obteve êxito em suas negociações com o Conselho Federal de Contabilidade sobre a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 14 (ICPC 14) que ainda não entrou em vigência no Brasil.

4.3.9.1 Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 14 (ICPC14)

Durante o processo de elaboração da presente tese, a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa foi aprovada pelos conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 29 de novembro de 2017 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018. A aprovação dessa interpretação afastou a vigência da Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 14 (ICPC 14) que determina a reclassificação das cotas do capital social das cooperativas do patrimônio líquido para o passivo.

Contudo, esse tema ainda é considerado polêmico pelos agentes econômicos que interagem com as cooperativas e é abordado na sequência.

De acordo com o Entrevistado 37, a ICPC 14 trouxe receio entre os contadores das sociedades cooperativas, visto que estes acreditavam que a manutenção do capital no patrimônio líquido era correta e necessária para as cooperativas.

Eu fiquei muito receoso no início, quando surgiu essa questão, não é; até porque eu sou da Organização Brasileira de Cooperativa, e a gente fez . . . sem o Capital Social, a gente, praticamente, não iria sobreviver, não é? Então, é . . . trouxe um choque. Eu acho que ter voltado atrás, e ter deixado o Capital Social, no Patrimônio Líquido, e apenas retirar aquele, quando do cooperado desligado, seja a forma correta, sim, da contabilização, não é; porque a cooperativa tem que ter o seu recurso próprio, tem que fortificar essa questão do patrimônio líquido; então, tirar, seria um baque muito grande; eu, eu vejo, na minha visão, que seria um baque muito grande para as cooperativas, se passasse essa questão para o . . . do Patrimônio Líquido, para o Passivo. [Entrevistado 37 – Contador – Código: ICPC 14]

O Entrevistado 4 ressalta que a proposta de reclassificação do capital social para o passivo demonstra uma falta de compreensão do modelo de negócio.

Eu vejo mais como uma situação de falta de entendimento mesmo do modelo de negócio, não é; porque foi necessário muita explicação sobre o modelo de negócio, até para entender em que momento essa devolução de capital se torna exigível, é . . . para convencer um grupo responsável para ter a equiparação dessa norma, não é. Então, eu acho que é dentro do contexto de . . . de pouco entendimento do modelo de negócio mesmo; é, porque a questão da legislação americana, por exemplo, é completamente diferente, aí vem para cá; eu acho um pouco desastrosa essa . . . essa situação, não é. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: ICPC 14]

O Entrevistado 1 destaca que, se a ICPC 14 entrasse em vigência, a interpretação das demonstrações contábeis das cooperativas e também os indicadores de análise teriam que ser revistos, pois poderia haver distorções nas informações contábil-financeiras.

E a mudança que está sendo proposta, encaminhada aí, eu vejo com uma incomodação muito grande, não é, um desconforto muito grande, no sentido de que o padrão que já está estabelecido implica em vários outros indicadores, em várias outras medidas, não é; é, o conhecimento da estrutura das cooperativas, que se tem hoje, ele vai ter que ser repensado em termos de geração de informação para análise, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: ICPC 14]

Para o entrevistado, os usuários externos já apresentam dificuldade de compreender as demonstrações contábeis das cooperativas, conforme indicado no item 4.3.8, assim, essa alteração geraria ainda mais dificuldade nesse processo.

Como a gente já tem uma dificuldade de o usuário externo entender como que funciona a estrutura da cooperativa em termos de resultados e de análise, a gente vai ter um fator complicador, não é, onde eu vou ter uma obrigação . . . que passa a . . . digamos assim, a nova composição passaria a ser uma obrigação do associado, não é; que o associado não enxergava isso como uma obrigação, ele vai passar a enxergar uma obrigação dele para com ele mesmo. [Entrevistado 1 – Contador – Código: ICPC 14]

O Entrevistado 29 narra que, ao tomar conhecimento sobre a ICPC 14, orientou que a cooperativa adotasse procedimentos para reduzir o volume de capital social.

Nós estávamos, naquela época, com 27 milhões de capital social. De 04 anos atrás. 05 anos atrás. . . . Qual é a solução? Eu acho que nós temos que acabar, inverter as coisas. Ou seja, reduzir o capital social, ao mínimo, que nós pudermos nesse longo tempo; é, e nós tínhamos, 45% das sobras, bruta, eram destinadas, naquela época, ao capital social; mais 0,5% retido sobre as comercializações. Então, nós tínhamos um incremento violento de capital social, de 10, 15 milhões/ano. Tinha uma sobra boa lá, 10 milhões, e dava mais 5, do capital. E ainda vão colocar isso com a obrigação. Qual é a ideia, então? Vamos mudar o nosso Patrimônio Líquido. Daí foi que ele sugeriu a criação de uma reserva, para manter o investimento. O zeramento da . . . de destinação de valores ao capital social. Aumentamos o percentual da reserva legal. Não mexemos no RATES, deixamos a mesma coisa. Mas aumentamos a distribuição ao cooperado, aí nós tínhamos em vez de 15, 25%. [Entrevistado 29 – Contador – Código: ICPC 14]

Para tanto, o entrevistado ressalta a necessidade de passar a proposta por assembleia geral, tendo em vista que envolve a forma de distribuição do resultado da cooperativa. Mesmo com a proposta aprovada em assembleia, o Entrevistado 29 aponta que suspendeu a medida após a ITG 2004.

Então, nós fomos para . . . para uma Assembleia Extraordinária, com consciência, dizendo: Olha, está por acontecer isto, e a nossa sugestão é essa. . . . Hoje nós temos 14 milhões de capital; se passaram 05 anos, reduzimos, basicamente, 12, 12 milhões e alguma coisa. Então, eu espero, que, nos próximos 04, 05 anos, a gente . . . a gente fica com esse capital lá no valor mínimo, que está estabelecido no estatuto, que parece que é R\$ 200,00, para o associado de grande porte; R\$ 50,00, para o pequeno, tal. Justamente para desincentivar isso, e . . . E, obviamente, depois, a CPC 14, caiu, e tal, então está em stand-by. [Entrevistado 29 – Contador – Código: ICPC 14]

Já os Entrevistados 32, 36 e 39 narram que sempre tiveram uma opinião contrária à implementação da ICPC 14 para cooperativas. Na opinião dos entrevistados, a reclassificação do capital social somente deve ocorrer após a solicitação de saída da cooperativa ser aprovada pelo Conselho.

Ah, eu sempre fui contra; porque ele não é um exigível; assim, pelo menos, ninguém contrata lá . . . nós temos um histórico de associados acima de 50 anos, não é; embora, tipo assim: Ah, eu tenho que reclassificar lá para . . . é um exigível da lei. Então, ele não vai ser . . . ele não vai ser realizado nesse meio tempo, não é? O que tem, é que, assim, o associado vem aqui hoje, e diz: Ó, eu quero... eu quero pedir demissão. O colega vai no Setor Social, preenche um documento, faz um tipo de uma pequena entrevista, isso, aquilo e tal; aí passa pelo Conselho, e o Conselho aprova; então, nós já tiramos o capital. Já passa para o Conselho. Aí toda essa restituição, na Assembleia Geral, eles definem a forma e as condições para o pagamento. [Entrevistado 32 – Contador – Código: ICPC 14]

Olha, eu, do ponto de vista técnico, não concordo, eu não concordo; eu acho que, em algum momento, isso pode virar a ser o Passivo, mas . . . Genuinamente, não é o Passivo; ele vai, ele pode vir a ser, em algum momento; e aí, no momento, em que ele, efetivamente, virar o Passivo, tu reconhece ele como um Passivo. Eu não concordo. [Entrevistado 36 – Contador – Código: ICPC 14]

O Capital Social estar no Passivo . . . Pois é, a gente discorda, porque isso teria uma análise um pouco complicada, até pela questão de bancos, não é, estar com essa obrigação

no Passivo. E hoje, o nosso estatuto diz que o associado só pode buscar o capital, quando ele falece, ou quando ele pede demissão; mas existe uma regra, ela não vai levar tudo aquilo, naquele momento. Então, assim, ele não está disponível para o cooperado, ele tem uma regra, ele passa a ser disponível no momento que ele pede demissão, ele passa a ser disponível no momento que ele falece. Ok, nesse momento, sim, transfere para o Passivo, porque tu sabe, que tu vai ter uma obrigação de devolver isso para o cooperado; mas, até então, não; isso é um dinheiro investido, é um dinheiro que está lá, está capitalizando a cooperativa. Então, assim, eu discordo, eu acho que haveria uma distorção muito grande, nesse sentido, não é, nos Balanços das cooperativas. [Entrevistado 39 – Contador – Código: ICPC 14]

O Entrevistado 38 justifica a sua percepção de que o capital social deve ser considerado como um recurso do patrimônio líquido.

Veja bem, vamos analisar o seguinte, ó. Numa sociedade limitada, o que impede de um associado sair e levar a sua cota de capital? E ele pode . . . não precisa nem completar 65 anos, pode antes do que isso. E por quê que não é Passivo? Bom, aí entra . . . adentra nos argumentos. Não é? [Entrevistado 38 – Auditor – Código: ICPC 14]

O entrevistado complementa que a definição trazida pela ITG 2004 que determinou a manutenção do capital social no patrimônio líquido gera desconforto para contadores e auditores, já que se trata de uma interpretação que está em confronto com as normas internacionais de contabilidade.

Mas, claro, que olhando esses assuntos [definição de capital social no patrimônio líquido], gera um pouco de . . . de desconforto, não é; hoje, quando você pega a Norma Internacional, não é; e aí você pega aqui dentro, diz assim: Ah, mas nós temos a ITG. Sim, mas se tu pegares a ITG, que não é nenhuma . . . não é um padrão de Norma, é uma interpretação . . . Não é? E na minha opinião, o cooperativismo devia sair na frente, e buscar uma solução. . . Ou seja, se comprometer com algo para justificar a manutenção no PL. E isso, eu acho que faltou . . . nessa discussão toda. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: ICPC 14]

Dessa forma, para o Entrevistado 38, ainda é necessário que as cooperativas trabalhem mais os aspectos vinculados à manutenção do capital como forma de buscar uma solução.

Essa preocupação do Entrevistado 38 é válida, tendo em vista que a ICPC 14 ainda se encontra aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e pode ser colocada em vigência pelos órgãos reguladores. O Entrevistado 26 faz esse alerta para as cooperativas médicas, por exemplo.

E aí a ANS versa sobre todos eles [CPCs], na Norma. A da ANS, na Norma da ANS, entrou um por um, desde o 00, 01, 02, 0 . . . até lá o 47, se eu não me engano, que está agora. Não é? Tudo está lá. Só que assim, ó. Um ou dois, que não está. De Seguros não está, alguma coisa assim . . . é, Paola, que, me parece, assim, que ainda não está superado,

por completo, a questão de manter ou não manter; que, no nosso entendimento, e até tem um artigo que um colega escreveu, e eu também já me posicionei a respeito, nós temos que providenciar um . . . um ajuste no estatuto da cooperativa, que diga que o capital não vai ser devolvido, a não ser em circunstâncias tais, e tais, e tais. [Entrevistado 26 – Contador – Código: ICPC 14]

Para o Entrevistado 26, as cooperativas deveriam incluir nos seus estatutos barreiras de saída para os cooperados, como forma de garantir que o capital social seja considerado um patrimônio líquido legítimo.

Então, torno a dizer, hoje, a letra dos estatutos não menciona esta impossibilidade do cooperado levar o dinheiro, pelo simples fato de pedir para sair. Então, se não versa no estatuto isso, nós estaríamos, ainda, com um problema, não é, de garantir que um auditor pudesse dizer assim: Tá. Mas aonde é que está aqui no estatuto, que não é devolvido. Então, se não é, ele é passivo. Se não está proibido aqui, ele é um passivo. Então, assim, ó. Eu acho que ainda vamos ter que discutir melhor essa questão. [Entrevistado 26 – Contador – Código: ICPC 14]

Cabe destacar que essa questão está prevista no ICPC 14, que no seu item 7, “as cotas de cooperados constituem patrimônio líquido se a entidade tiver direito incondicional de recusar resgate das cotas de cooperados” e item 8 “A legislação, o regulamento ou o estatuto da entidade podem impor diversos tipos de proibições de resgate das cotas de cooperados como, por exemplo, proibições incondicionais ou proibições baseadas em critérios de liquidez.”

A resistência das cooperativas em incorporar tais barreiras para os cooperados é a presença do primeiro princípio do cooperativismo, que disserta sobre a livre adesão. Contudo, para o Entrevistado 26, a existência de barreira não limita a saída dos cooperados, apenas exige que algumas questões sejam superadas para que esse processo de restituição do capital social seja possível.

No parecer que um colega meu aí, contador também, fez desse estudo, não é, sobre o capital, ele . . . ele aborda isso aí, existe uma necessidade de fazer alterações no estatuto . . . e aí criar, é . . . Como é que ele chama? Eu acho que é, é . . . Barreiras de Devolução. Não é? E existindo as barreiras, não é, a devolução vai se dar, quando essa barreira for superada, aí eu já, imediatamente, jogo para o passivo. Porque houve a superação da barreira. [Entrevistado 26 – Contador – Código: ICPC 14]

Tendo em vista que o Conselho Federal de Contabilidade não colocou em vigência a ICPC 14, já que houve a aprovação da ITG 2004 com a orientação da manutenção do capital social no patrimônio líquido, essa passou a ser a primeira norma internacional, aprovada pelo CPC, que o CFC não colocou em vigência. O

Entrevistado 33, destaca a necessidade de estudar melhor a questão visto que a norma foi aplicada para cooperativas europeias, por exemplo.

Eu acho que é uma resistência ao novo. Tá? Eu acho uma resistência ao novo, e daí entra aquela história: A quem interessa, especificamente, isso? É essa pergunta que a gente tem que fazer: É a quem interessa . . . quem está ganhando com essa manutenção estabelecida no Brasil, de uma realidade, e em se diferenciando do resto do mundo? Quer dizer, o resto do mundo está errado e o Brasil é que está certo. Então, quando tu te pergunta, assim: Bom, o resto do mundo está errado e nós somos certos. Será? Eu me pergunto: Será? Eu acho que não. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: ICPC 14]

Já o Entrevistado 11 ressalta que, na sua interpretação, o capital social faz parte do patrimônio líquido da cooperativa, e se caso alguma discussão fosse realizada sobre a classificação contábil, a RATES deveria ser observada.

Eu, eu tenho . . . tenho, vamos dizer assim, comentado isso. Para mim está muito claro, não é. Eu, eu acho, que quando se discutia tanto a ICPC 14, de reclassificar o capital do passivo, eu dizia o seguinte: Eu acho que o FATES é muito mais um passivo do que o capital, e ele está lá quietinho, ninguém está mexendo com ele, não é. Entendeu? [Entrevistado 11 – Auditor – Código: ICPC 14]

Com relação à cláusula de devolução de capital social por idade e tempo de associação presente em alguns estatutos de sociedades cooperativas agropecuárias, o Entrevistado 38 destaca que essa é uma tendência das cooperativas, até mesmo como forma de incentivo ao cooperado, tendo em vista que as cooperativas incorporam sobras no capital social e a forma de retirada das cotas é o único meio desse recurso tornar-se disponível.

É verdade. Tá? Então, e há uma tendência, eu acho, de isso evoluir mais ainda, não é; de se ampliar, não é; de estabelecer regras; porque isso constitui um anseio do quadro social; e a mim, me parece, uma coisa justa [devolver o capital por tempo de cooperativa]. Sabe? Me parece uma coisa justa; por que condenar um produtor a trabalhar uma vida inteira, e o dia que ele for carregado por quatro, não é, cada um com a sua mãozinha, não é, na alça do seu caixão, aí ali vai ter direito a cessar a sua cota-capital? Eu acho que é um absurdo isso. Então, ela chega a ser um . . . no nível de agressão, não é? É totalmente inadequado. Então, eu acho que tem que criar, sim, elementos, instrumentos e formas de repor o capital. O cooperativismo tem que ter a capacidade de administrar isso, de lidar com isso, não é? De, ao mesmo tempo, de permitir que aquele associado, quando vê, ele já está numa certa idade avançada, ele tenha condições de usufruir daquilo que é patrimônio dele. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: ICPC 14]

Para o Entrevistado 36, é importante que essa cláusula esteja alinhada com a saúde financeira da cooperativa, assim como a cláusula de pagamento do capital no caso de saída do cooperado.

É, sinceramente, eu acho que ele tem que estar diretamente relacionado à saúde financeira da cooperativa. Eu acho que é impor . . . é legal, é importante, assim, de ter condições de fazer essa devolução, é como se fosse uma aposentadoria do cooperado; mas isso tem que estar atrelado à condição da cooperativa de fazer isso. [Entrevistado 36 – Contador – Código: ICPC 14]

Por outro lado, na visão do Entrevistado 22, essa cláusula pode ser compreendida como um vício presente nos estatutos, mas hoje as cooperativas possuem outras estratégias que diferem a devolução do capital aos cooperados.

Porque isso aconteceu, por que? Aconteceu por um fato muito simples, que hoje não se admite mais. Nós temos n planos, hoje, de fomento a um complemento salarial, eu vou chamar assim, que hoje não se admite mais tu colocar no estatuto, porque antes se fez isso para proteger um produtor rural. Só que hoje o próprio sistema de crédito que está, que ele começou atrelado a um sistema de produção, e hoje ele está independente, ele te oferece produtos de... de complemento salarial, excelentes. Então, isso aí, na verdade, é um vício estatutário; inclusive, com o aspecto daquele artigo, que eu não posso transferir quota-parte para terceiro. [Entrevistado 22 – Contador – Código: ICPC 14]

A presença dessa cláusula de devolução de capital deve ser vista com cautela pelas cooperativas. A previsibilidade de devolução do capital social, tendo a informação aproximada de tempo e de pagamento, sustenta ainda mais a compreensão de que esse volume de recursos seria parte do passivo da entidade, e que poderia ser ajustado a valor presente, de acordo com o que Santos & Londero (2017) recomendam.

Nesse sentido, Santos & Londero (2017) sugerem a criação de uma conta retificadora do capital, e em contrapartida, seria registrado o crédito no passivo não circulante, em uma conta que represente essa obrigação para os cooperados, por exemplo, “capital a restituir”. O capital social mínimo ainda seria mantido no patrimônio líquido, visto sua restrição de restituição sem a convocação da assembleia geral. Na sequência, por se tratar de uma dívida de longo prazo, a exigência é de um registro que reflita o valor presente dessa dívida. Assim, pode-se registrar uma conta que reconheça a redução da dívida de longo prazo, “AVP de capital a restituir”, contra uma que será classificada no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes” ou “ganho para recomposição futura do capital”, por exemplo.

Esse procedimento permite que a ICPC 14 seja aplicada nas sociedades cooperativas e que as mesmas ainda mantenham um volume de patrimônio líquido compatível em um primeiro momento da reclassificação, afinal a contrapartida do “AVP de capital a restituir” voltaria a compor patrimônio líquido.

Nesse sentido, os Entrevistados 36 e 39 fazem o seu alerta.

Bah, é muita cooperativa, que está assumindo uma obrigação. Que está assumindo uma obrigação. Eu acho que tem todas as características para que . . . para que deva seja constituído o Passivo, tem todas as características, tem todas as . . . Tu tem obrigação certa, não é? Se está no estatuto, é uma obrigação certa, tu tem condições de mensurar o valor . . . eu acho que existem características suficientes para cara . . . características para caracterizar . . . para reconhecer como passivo. Mas isso aí vai dar briga. [Entrevistado 36 – Contador – Código: ICPC 14]

Daí tu teria que, teoricamente, começar a provisionar isso, se tu está... ah, o cara chegou nessa idade, ele já pode vir pedir esse valor, já é de direito dele; daqui a pouco, já ia começar constituindo um passivo. [Entrevistado 39 – Contador – Código: ICPC 14]

O Entrevistado 39 também destaca a necessidade de as cooperativas atualizarem o volume do capital social mínimo, tendo em vista que em muitos estatutos os valores mencionados não suportam mais as necessidades e estruturas das cooperativas.

É, hoje a gente tem um capital mínimo estabelecido, quando a gente fez uma reforma no estatuto, a gente até aumentou um pouquinho esse valor, não é? Só que a gente nota que as cooperativas não atualizam à medida que elas vão crescendo . . . Era o nosso caso, a gente tinha um capital um mínimo, de 2 mil reais, acho que era. Sim, agora a gente colocou, também, lá, 100 mil. Também não é nada, não é? Não lembro se foi 100 mil, que a gente colocou. Mas, legalmente, é um valor que fica ali desatualizado, não é; que deveria ser, sei lá, X. [Entrevistado 39 – Contador – Código: ICPC 14]

O tema do capital social nas sociedades cooperativas ainda carece de estudos e aprimoramento nos aspectos contábeis, financeiros e sociais. É necessário que as sociedades cooperativas compreendam que a existência de capital social não é garantia de patrimônio líquido para cooperativa, tendo em vista a possibilidade de retirada desse capital pelo cooperado, as cláusulas de devolução de capital, a aprovação da ICPC 14 pelo CPC e também o volume de capital social mínimo que pode não sustentar as operações da cooperativa.

Outro ponto de discussão nas sociedades cooperativas agropecuárias é a implementação de um plano de contas padronizado, para auxiliar na comparabilidade e também a compreensibilidade das informações contábil- financeiras.

4.3.9.2 Nomenclatura e Plano de Contas

O esforço de implementação de um plano de contas padronizado para sociedades cooperativas agropecuárias, que contenha uma nomenclatura adequada

para essas entidades não é recente. Pelo contrário, o Sistema OCB-SESCOOP vem dedicando esforços em implementar um plano adequado por meio do Manual de Contabilidade para Cooperativas Agropecuárias, contudo, tendo em vista a diversidade de atividades do setor e também a existência de contabilidades terceirizadas e sistemas contábeis que não estão preparados, esse processo ainda não obteve êxito, conforme apontado pelo Entrevistado 29.

Acho que nós somos eficientes no ramo agropecuário, não é um ramo tão unido assim, sabe; que poderia, é . . . por exemplo, há 05 anos atrás criamos um plano padrão, foi aprovado, que todo mundo gostou; e hoje, se tu perguntar, para 40 cooperativas: 10, usam; 10, estão em não sei o que; e mais 20, diz que não concordam com tal coisinha. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

De acordo com o Entrevistado 37, o estabelecimento de um plano de contas padrão seria um ganho para as cooperativas, assim como o estabelecimento de um órgão regulamentador para o setor agropecuário.

Eu anseio de que a contabilidade cooperativista seja feita de forma adequada, que a gente tenha, sim, dados em mãos, para poder representar as cooperativas, não é, falar a mesma língua. O meu sonho é que houvesse um Bacen, uma ANS, para todas; mas, infelizmente, ainda não. Mas acho que falta entrar na cabeça dos gestores, talvez; e até mesmo da OCB, da gente da Ocergs, com a OCB, de querer padronizar mais esses... os planos de contas, como já vem tendo no Agro; Transporte, agora, não é? Um manual que o agro fez; pelo menos, já é um início, de tentar padronizar isso, e quanto mais padronizar melhor, não é, a gente vai ter dados mais sólidos, e vai poder atuar com mais força aí no... no sistema e na nação. [Entrevistado 37 – Contador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Para o Entrevistado 42, os pesquisadores que estudam as demonstrações contábeis de sociedades cooperativas agropecuárias também apontam que os estudos seriam beneficiados com essa implementação.

Mas eu entendo que, apesar de poder ter algum prejuízo, você padronizar; eu acho que se a gente tivesse um Plano de Contas, que todas as cooperativas pudessem utilizar, com possibilidades, se você abrir, não é, subcontas, mas que elas traçassem um cenário mais próximo, eu acho que até para . . . para a . . . para pesquisador, não teria dúvida, seria fantástico; porque, quando a gente percebe, pessoas que vão trabalhar no ramo Agro, elas têm que sentar, e elas têm que fazer uma equivalência desses balanços, para que elas possam estudar; facilitaria muito. [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Da mesma forma, o Entrevistado 38 destaca que a empresa de auditoria na qual atua indica a implementação do plano de contas indicado pelo sistema, contudo, cabe ao contador decidir sobre a sua implementação já que não há obrigatoriedade.

Assim, ó, a escolha e a estrutura de Plano de Contas, é . . . é do profissional, e é aplicado à cooperativa, não é; logicamente, que a nossa condição de intervir nisso está limitada ao que confrontar com a estrutura estabelecida nas Normas de Contabilidade; aí nós adentramos... entramos no mérito, digamos assim, e vamos discutir, não é. Fora isso, nós sempre recomendamos a adoção do Plano de Contas padrão, editado pelo Sescop. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Na visão do Entrevistado 27, o plano de contas padronizado seria importante para as cooperativas, mas também é necessário destacar que isso indica a necessidade de elaboração de um “manual de contas” que possa auxiliar os contadores a compreenderem as terminologias específicas para cooperativas.

Mas eu acho que a gente podia ter . . . É que é complicado a gente dizer, que precisa mais normas, porque a gente já tem um calhamaço de normas, mas, ao mesmo tempo, eu acho que falta uma padronização, uma sugestão de plano de contas. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Para o Entrevistado 11, a terminologia contábil própria para sociedades cooperativas nem sempre contribui para a compreensibilidade das informações contábeis.

Então, quando eu vou dar o curso, eu digo: Aqui, ó. Tem que plano contas, está no manual, eu sou, digamos assim, obediente à norma, eu acho que a norma tem que ser cumprida. Mas, assim, ó. No íntimo, eu, sinceramente, eu acho que confunde mais do que esclarece. Eu, particularmente, eu não sou adepto a isso. Não sou. Tá? Não vou escrever um artigo protestando ou brigando por isso. Não. Mas eu acho assim, ó. Às vezes, já é tão difícil entender a Contabilidade, e quando tu começa a falar em ingressos, dispêndio, receita, em custo, despesa; é, aí, seja para o Conselho Fiscal, seja para o diretor da cooperativa. O ingresso, na linguagem do leigo, é a entrada de dinheiro, e não necessariamente sinônimo de receita. Ingresso é entrada de dinheiro, e aí tu confunde receita com entrada de dinheiro. Então, é por isso que eu acho, que, para o leigo, confunde muito. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Os Entrevistados 11 e 27 ainda comentam que, como reflexo dessa terminologia contábil singular, a Receita Federal precisou adaptar os Código Fiscal de Operação (CFOP) e que os contadores têm encontrado dificuldade nesse sentido.

E até, só abrindo um pequeno parênteses, não é. Hoje está uma confusão generalizada, porque criaram CFOPs, específico para a operação do ato cooperativo, e isso está causando um problema . . . É, ontem, circulou a informação, notícia, veio da Re . . . está na Receita Federal, está na OCB, está na OCEPAR, está na OCESC. Está assim, ó. Estão tendo dificuldade de transmitir os arquivos da EFD Contribuições; porque esses novos códigos, CFOP, passaram a ser usados a partir de janeiro, para entregar os arquivos da EFD Contribuições, em fevereiro; e o Sistema da Receita Federal está dando erro, não está validando. Então, eles estão falando assim, não é, talvez seja precipitado, mas estão dizendo que esse CFOP aí vai ser um tiro no pé, para . . . da cooperativa. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Não é? Então, para o Fisco; para o Fisco é importante, eu, na minha visão, acho, tu separar as operações, que hoje se está falando em CFOPs específicos, o que ainda está gerando uma confusão louca, mas . . . mas existe. Então, eu acho que é importante, porque: Ó, isso aqui, ele está me dizendo que é ato cooperativo. [Entrevistado 27 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Os entrevistados salientam que essa terminologia contábil para cooperativas é principalmente vinculada à questão tributária e à necessidade de segregação das operações e resultado do ato cooperado e do ato não cooperado.

Na minha opinião, eu preferiria dizer, eu acho que por trás dessa Norma Contábil existe um propósito, que é o tributário, de dizer o seguinte: A receita da cooperativa não tem receita do ato cooperativo. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Mas eu . . . eu imagino, assim, até que é mais assim, também, para os registros, da segregação que tem que ter aí do . . . para fins tributários, não é. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Eu acho que para mim, eu acho que ajuda, porque tu consegue diferenciar, não é, porque daí como é que tu ia ter uma diferenciação entre ato cooperativo e ato não cooperativo, se tu tivesse tudo na mesma nomenclatura, não é? Então, eu acho que ela traz ali uma diferenciação mesmo, para ti colocar em linhas, isso. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Contudo, os Entrevistados 6, 28 e 39 destacam que, para a compreensão dos cooperados, a terminologia contábil singular utilizada pode gerar dificuldades de entendimento de seus usuários. Na visão do Entrevistado 36, o uso de terminologia no âmbito dos usuários externos é indiferente, o importante é explicar essas escolhas para o cooperado.

Para quem é? Pois é, facilita para quem? Entendeu? Se na verdade, na verdade, a maioria entende que é lucro; lucro, sobra; sobra, lucro. Eu não vejo, eu acho que cria muito mais confusão do que ajuda. [Entrevistado 6 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Olha, quando o Sicredi resolveu lá, eu estava lá, a chamar as Agências, de Unidades de Atendimento. Eu digo: Pelo amor de Deus, que complicação. Tanto deu errado, que hoje chamam de Agência. Entendeu? É Agência. Agência. E na contabilidade da cooperativa é quase a mesma coisa, não é? Sobra e Lucro, na cabeça do produtor é a mesmíssima coisa. Na contabilidade da cooperativa é Sobra, não é Lucro. Eu acho que isso só complica, mas não tenho como mudar, então a gente segue a regra. Tá? [Entrevistado 28 – Presidente.Executivo – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Ah, para ele, tanto faz, não é? Para ele é lucro, é . . . é lucro, é lucro, é sobra; assim, para ele não tem muita diferenciação, não é, com relação a isso. É, as questões contábeis, facilita; mas, para o associado, não. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Sinceramente, eu acho indiferente. Eu acho indiferente. Eu acho que . . . bom, tanto que eu conversando contigo agora, eu já falei 'lucro' e já falei 'sobras'. Não é? A gente compreende que tudo é a mesma coisa, e eu acho que eles têm esse sentimento também;

se tu falar 'lucro', se tu falar 'sobra', eles sabem do quê que tu está falando, e não... eu acho que não é isso que faz a diferença. Sinceramente. [Entrevistado 36 – Contador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

É justamente pela preocupação com a comunicação que o Entrevistado 41 aponta que o uso de termos específicos nem sempre tem facilitado a compreensão dos cooperados.

Eu acho que prejudica. Em vez de deixar mais claro e fácil, a comunicação, fica criando novos termos, eu não acho que ajuda. Eu acho que tinha que ser tudo a mesma coisa; 'sobra' e 'lucro' é a mesma coisa, praticamente. Para que fiquem inventando coisa. Eu não sou muito . . . eu não sou a favor disso, sinceramente. Assim como, eu não sou a favor de usar termos em inglês, se você tem a palavra em português; eu acho que é mais complicada do que ajuda. Ainda mais, para um produtor, com pouca escolaridade, que talvez tenha tido alguma pincelada de Contabilidade, na Educação, no Ensino Médio; ou, talvez uma faculdade que tenha feito, não sei, se for o caso, muitos... são poucos os que fazem; e aí chega e muda todos os termos, que, na prática, falam a mesma coisa; eu acho que não, eu acho que não é legal. [Entrevistado 41 – Presidente.Executivo – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

O Entrevistado 25 destaca que as terminologias contábeis das cooperativas são equiparadas às utilizadas nas empresas em geral como forma de explicar aos cooperados sobre os termos utilizados. Para o entrevistado, o próprio ambiente estimula que esse tipo de comparação seja realizado, visto que os indicadores utilizados para mensurar o desempenho acabam sendo os mesmos.

Geralmente, a gente... quando a gente utiliza a nomenclatura, não é, da cooperativa, no aspecto contábil, a gente acaba fazendo um paralelo com as demais. Então, de uma maneira geral, evidentemente, fica, praticamente, na mesma; ou seja, os indicadores são os mesmos. Então, evidentemente, quem idealizou e quem legislou sobre esse assunto, provavelmente, queria preservar uma identidade; enfim, hoje, como está muito divulgado, é . . . se equipara, muitas vezes; e quem vai lidar com esse instrumento, acaba utilizando como base; eu acho que tem esse aspecto. [Entrevistado 25 – Presidente.Executivo – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Contudo, também há entrevistados que apontam como positiva a existência de uma terminologia contábil própria como orienta a Lei 5.764/71 e a ITG 2004.

Eu acho que ajuda [nomenclatura própria]; porque, para mim, é psicológico. Entendeu? Assim como, eu acho que a doutrina não pode ser a tese empresarial, de uma cooperativa, que é a do senso comum; é, até porque a lei das empresas e o desempenho das empresas não são modelo para ninguém, não é? . . . Então, guardadas essas proporções, eu acho, e dessas . . . desses comentários, que podem não ser tão interessantes, mas toda a linguagem, que possa diferenciar uma linguagem cooperativa, de uma linguagem empresarial, no meu ponto de vista, é fundamental. [Entrevistado 31 – Presidente.Executivo – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Não, eu acho que não . . . não dificulta entendimento nenhum, sabe? Sobra é sobra, sobra não é lucro, quem fala que cooperativa tem lucro, é quem não entende, absolutamente, nada, sob o ponto de vista econômico do que é o lucro, do que é a sobra, do que é o resultado; enfim, eu acho que todas essas coisas são muito claras, sabe? [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

Para o Entrevistado 1, o uso das terminologias adequadas é o que permite que a cooperativa seja enquadrada como uma entidade singular, sendo que essas terminologias estão adequadas aos princípios, natureza e estrutura de funcionamento.

Bom, primeiro, a preocupação é no sentido de que se não seguir aquilo que está estabelecido na legislação, a cooperativa, no momento de possível fiscalização, ela pode ter uma descaracterização como cooperativa, não é; porque se ela está tratando isso como outra forma, ela precisa comprovar que isso é dos associados, não é. Então, a importância de que se trate na linguagem, conforme está estabelecido na legislação, não é; porque, se não, isso for tratado numa linguagem diferenciada, a cooperativa corre esse risco de ter, o que a gente chama, de descaracterização; se ela está trabalhando com não-associados, e está lá usando uma linguagem não apropriada para as cooperativas, corre esse risco, não é. [Entrevistado 1 – Contador – Código: Ato cooperado e não cooperado]

Para o Entrevistado 33, a questão é que o código seja comum a todos os usuários da informação. Assim como o Entrevistado 36 apontou anteriormente, a questão é que essa terminologia deve estar clara para possibilitar a comunicação entre as partes.

Não, eu acho que ela é uma vantagem [as nomenclaturas próprias do cooperativismo]; ela é uma vantagem, ela deveria ser melhorada, mas ela já começa a trabalhar uma linguagem que possibilitará uma comunicação comum; porque, pensa assim: A eficiência da comunicação é quando ambos entendem o código. Tá? Então, se o código é reconhecido, ele vai entender o quê que tu está dizendo para ele. O problema é que, hoje, quando tu diz assim: Três contas numa só. Aquela . . . aquele código, quer dizer . . . quer dizer n possibilidades. Então, ele vai dizer: Bom, mas qual é a possibilidade que está se configurando nesse quadro aqui? Não é? Então, é importantíssimo que o código exista. Tá? Código, e o tratamento contábil específico, eu não acho ruim, eu acho que... que é o contrário, o código, ele deve refletir a natureza da qual ele está sendo . . . o elemento que vai tratar. Tá? Então, ele precisa disso. O problema é que esse código, ele tem que ser . . . tem que ser comum a ambas; tanto, o emissor; como, o receptor. [Entrevistado 33 – Pesquisador – Código: Nomenclatura e Plano de Contas]

A preocupação com a comunicação deve estar presente no processo de prestação de contas e assembleia geral. Conforme demonstrado no item 5.3.2, a comunicação ainda é deficiente nas sociedades cooperativas, o que faz com que a assimetria de informação existente entre os gestores e cooperados aumente.

Um dos mecanismos que poderia auxiliar nesse processo é o estabelecimento de um plano de contas entre as cooperativas agropecuárias, que poderia oportunizar a padronização de termos contábeis, bem como favorecer o processo de

comparabilidade entre as instituições e períodos. De maneira geral, os entrevistados apontam que esse é o caminho esperado e que mesmo que fatores como a especificidade de algumas atividades das cooperativas pudessem ter que ser adequadas ao plano de contas, ou que houvesse um custo de implementação, o benefício seria superior ao custo da sua implementação.

Por outro lado, a utilização da terminologia específica para cooperativas, tais como ingresso ao reconhecer a receita do ato cooperado, ou dispêndio para reconhecer a despesa do ato cooperado, não é vista como positiva para os entrevistados. Essa posição é geralmente justificada pela dificuldade de compreensão dos usuários externos que estão mais familiarizados aos termos contábeis utilizados para as organizações em geral. Nesse sentido, os Entrevistados 33 e 36 destacam a necessidade de que a cooperativa sempre busque esclarecer aos cooperados os termos contábeis, inclusive comparando com as organizações mercantis quando necessário e adaptando os termos para facilitar a comunicação.

Dessa forma, percebe-se que a preocupação destacada pelos entrevistados no item 4.3.9 existe para que as normas contábeis reflitam as singularidades das sociedades cooperativas, mas também para que possibilitem uma comunicação clara e compreensível com as partes interessadas.

4.4 SUGESTÕES DE MELHORIA PARA O RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS RETORNOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Ao expor o objetivo específico da tese de propor possíveis sugestões com a finalidade de ampliar a capacidade informativa e contribuir para a evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas sociedades cooperativas agropecuárias aos entrevistados, algumas contribuições interessantes foram coletadas e são compartilhadas a seguir.

De forma geral, os entrevistados demonstram o anseio em buscar soluções para reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos gerados aos cooperados pelos preços de produtos, insumos e serviços e realização das assistências técnica, educacional e social, bem como as estratégias, da mesma forma que já ocorre com as estratégias via excedente empresarial.

Então, eu acho que isso, não é, a forma de contabilização, tem a forma de comunicação, que eu acho que tem que ser aprimorada. [Entrevistado 2 – Representante do movimento Cooperativista – Código: Evidenciação]

Eu acho que a Demonstração tem que ser clara e objetiva, e tem que entender isso; e nós fizemos aquela . . . hoje nós aprendemos: Olha, isso aqui deu X% no saco de soja. Ele sabe que é R\$ 70,00; o valor de R\$ 0,70, é 10%. Entendeu? Acho que essa coisa teria que ser muito mais aberta ainda, tá? E eu te digo, claro e abertamente, porque eu sou defensor disso. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Sugestão]

A informação destacada pelo Entrevistado 29 reflete os retornos gerados aos cooperados pelos preços de produtos, insumos e serviços, que hoje não são tratados e apresentados pelas cooperativas aos cooperados. Nesse sentido, o Entrevistado 39 destaca que a comparação do preço praticado pela cooperativa e o preço pago pelo mercado é uma simulação que deve ser realizada e apresentada ao cooperado.

É uma conta que, hoje, a gente não faz para o associado; mas, assim, a . . . a gente está pagando mais do que tabela mínima, não é? Eu acho que teria que simular, digamos, a nossa contabilidade, ter uma forma de demonstrar para ele: Ó, se a Cooperativa X tivesse pago a tabela do Governo, o nosso resultado seria X, as nossas sobras seriam tais, e a distribuição seria essa. Mas o resultado da cooperativa foi Y, porque a gente remunerou . . . Só que, o quê que acontece? Como a remuneração das sobras, ela é proporcional ao valor que . . . de participação do cooperado, a gente tem a . . . no caso, dessas . . . dessas uvas brancas, viníferas, que é aonde a cooperativa paga mais que tabela, não são todos os produtores que têm. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Sugestão]

Apesar de ser uma prática que não está presente hoje na cooperativa, o Entrevistado 39 fornece indicativos de que seria uma informação plausível de ser apresentada aos cooperados. Afinal, o controle das transações do cooperado com a cooperativa já é realizado, pois as sobras são distribuídas com base nessa interação existente, assim, a questão seria comparar com o preço praticado pelo mercado.

No caso da viticultura, esse processo torna-se mais direto, tendo em vista que o governo disponibiliza uma tabela com o preço da uva de acordo com o seu grau brix, e algumas cooperativas determinam complementos de preços com base nas decisões estratégicas da cooperativa, tais como a cultura desejada para determinado tipo de vinho ou espumante.

Assim como na viticultura, na produção leiteira há uma tabela indicativa do preço do leite disponibilizado pelos órgãos de controle e isso permite que o ganho do produtor seja verificado de maneira direta com o mercado. Nesse sentido, o Entrevistado 40 narra a experiência de levar essa informação sobre o retorno no preço do produto na sua cooperativa.

Vai falar com o produtor, puxe da TI, o . . . a informação, o quê que ele realmente comercializou o último ano, os últimos 11 meses; e, no caso do leite, por exemplo, comparando com o Conseleite e com o CPE, que são dois parâmetros indicativos: Quanto ele ganhou a mais em relação a esses dois institutos oficiais de preços, não é, pagos ao produtor. Então, aí: Pô, mas representou, por exemplo, lá na . . . na Cooperativa X, um produtor aí, puxamos, hoje de manhã, um produtor de... me puxa um produtor, qualquer um, aleatoriamente. Aí ele representou, que ele teve 18 centavos por litro, a mais, sobre toda a produção, nos últimos 11 meses. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

O Entrevistado 32 destaca que, ao fornecer insumos e serviços com preço reduzido aos cooperados, a cooperativa deixa de obter um ingresso e esse valor deveria ser demonstrado. Contudo, na contabilidade societária demonstrar esse retorno concedido ao cooperado pode ser um desafio.

É, porque se fosse reconhecer, eu não sei nem assim como, que teria que fazer para demonstrar, teria uma receita, mas não é uma receita, é uma receita que eu abri mão; e, ao mesmo tempo precisa ajustar, sei lá, não é? [Entrevistado 32 – Contador – Código: Sugestão]

Outro desafio colocado pelo Entrevistado 32 é que, no caso da sua cooperativa, os insumos para determinadas atividades são subsidiados 100% e não há a revenda para terceiros, somente para o cooperado.

É [o problema seria definir o valor justo]. A concorrência, digamos assim, é . . . normalmente, a ração . . . a nossa ração para suíno, ela é, praticamente, todo, 100% já do quadro é . . . é integrado, não é; então, ela vai toda, praticamente, a granel; a de bovino, também. Não existiria um comércio, assim, que a gente pudesse até estar explorando, a não ser do quadro social, nós não vendemos quase para terceiro. [Entrevistado 32 – Contador – Código: Sugestão]

Nesse caso, ao exemplo do que acontece com o produto adquirido do produtor, o comparativo deve ser o valor justo praticado no mercado principal onde a cooperativa atua. Assim, o valor de comparação não é o praticado com cooperado e não cooperado, mas o exercido pela cooperativa com seus cooperados e o determinado pelo mercado, conforme sinalizado pelos Entrevistados 22, 26 e 38.

Tu usa a Tabela de Preço Diária, porque que eu estou pagando mais hoje? Então, ou a Tabela de Preço comparada com o mercado. Valor justo e o valor praticado, vamos chamar assim. Ou, o valor de mercado; porque, também, olha que o valor praticado com o associado pode ser o justo. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Sugestão]

Tá? Então, se . . . se um dia quiser medir, e for possível medir esse ganho . . . que eu acho que é possível, evidente que é possível, não é; é só estabelecer que a entrada desse valor, dessa produção, na cooperativa, se dá pelo preço que ele conseguiria como pessoa física, e depois a cooperativa vai ver quanto ela conseguiu e vai repassar para ele; e aí, então, talvez esse registro, desse ganho, é o que está faltando nas cooperativas; não tem

essa identificação. Isso, verificar qual que é o valor praticado pela cooperativa com o mercado. Então, as duas questões aparece, e aí tu tem que olhar é preço de mercado: Quanto que valeria aquele produto se não tivesse na cooperativa? [Entrevistado 26 – Contador – Código: Sugestão]

Olha, eu acho que . . . que poderia sim. Tá? É, se houver interesse, e a cooperativa der importância a essa informação [diferencial no preço de produtos, serviços e insumos]; e na minha opinião, ela é importante, exatamente para fortalecer a relação, e justificar, não é? A forma de fazer isso, pode ser um pouco mais complexa, um pouco mais difícil, não é; mas, de maneira objetiva, falando de maneira objetiva, seria o caso, talvez, de comparar os seus preços de . . . de fornecimento de insumos, e preços de aquisição, de repasse, o valor de repasse, ao produto agrícola, em relação aos seus concorrentes. E a diferença entre o valor de mercado. A diferença é o benefício. Então, poderia ser mensurado dessa forma, não é? Claro, que exige um esforço para isso. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sugestão]

No que tange à estratégia de distribuição via excedente empresarial, o Entrevistado 39 apresenta a sugestão de alterar o critério da distribuição das sobras, utilizando não mais a questão do volume das transações, mas sim, o valor agregado que as transações realizadas pelo cooperado adicionaram para a cooperativa.

É. Que, inclusive, uma vez a gente comentou: Se a gente pudesse, eu não sei se é possível, a gente distribuir sobras de forma proporcional ao quanto aquela variedade de uva impacta no resultado. Porque, assim, se hoje eu tenho produtor que me entrega 100% de uva de mesa, eu sei que eu vou vender, ou vinho de mesa, ou suco; são itens que têm uma margem de contribuição muito apertada. Eles contribuem para pagar a conta, mas eles não dão resultado positivo. Agora, eu tenho um produtor que me entrega 70, 80%, da produção dele, é uva . . . ou metade, que for, é uva branca, vinífera, e está me dando uma participação de espumante; esse cara, digamos assim, se eu vou distribuir 1 real, eu teria que fazer um peso, que a uva vinífera é 2, e o outro é 1, sabe; de modo que, esse cara ganhe mais, porque o produto dele tem uma margem de contribuição maior e me dá um resultado. Pelo valor agregado que é, sabe. Só que eu não sei se hoje isso é legal, porque lá no estatuto diz, é: Ele participa conforme a sua movimentação financeira na cooperativa. Mas, assim, eu não sei, se eu posso diferenciar, não é, o tipo de uva. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Sugestão]

Essa proposta é interessante para os produtos que apresentam diferentes espécies de cultura ou raças, tais como café, aves, suínos, carnes. Assim, permite que a cooperativa direcione a sua estratégia e o produtor tenha conhecimento sobre quais culturas serão privilegiadas no momento de rateio das sobras.

Cabe destacar que a Lei 5.764/71, em seu artigo 4º, expõe que “VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral”. Assim, a decisão de alteração de critério de distribuição das sobras deve passar pela assembleia geral.

Por outro lado, a estratégia via preço já tende a favorecer com um preço diferenciado as espécies que geram um valor agregado maior para a cooperativa,

assim, novamente o mesmo grupo de produtor poderia ser favorecido pela estratégia via sobras.

Ademais, a justificativa de alguns produtores é que os fatores edafoclimáticos não favorecem o cultivo em determinadas regiões, assim, não se trata de escolha do produtor, mas de fatores externos que afetam a produção. Por essa razão, torna-se ainda mais importante passar essa decisão de alteração de critério na assembleia geral.

Contudo, a proposta apresentada pelo Entrevistado 39 seria que, caso esse critério de distribuição das sobras fosse possível, a distribuição via preço não seria praticada, oferecendo assim uma distribuição mais justa.

Porque seria totalmente lógico, porque daí o quê que eu poderia fazer? Daqui a pouco, poderia ter um preço mais igualitário, mais parecido com o mercado, e aí depois fazer uma diferenciação de sobra, para esse cara. Aí sim, eu estaria sendo justo. Aí eu estaria apresentando um resultado na cooperativa, e tendo, não é, a possibilidade de capitalizar ainda mais a cooperativa, e ainda distribuir uma sobra interessante para o cooperado, de maneira a equalizar essa diferença de preço, e remunerar ele; daí, sim, acima do mercado, através de sobras. Só que daí, como isso fica, nesse momento, ainda, não é, e . . . e a cooperativa, ela vem num crescente, e é ainda pouco tempo, digamos, que ela está tendo sobras, e está distribuindo sobras; eu acho que é um processo de amadurecimento, e de ver se isso, legalmente, seria possível, não é, para estar fazendo essa diferenciação. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Sugestão]

Conforme apresentado no item 4.3.5, a estratégia via sobras é vista como uma possibilidade de capitalizar a cooperativa, pois uma porcentagem de sobras é destinada para incorporação de capital.

Nesse sentido, outra estratégia para capitalizar a cooperativa poderia ser a abertura do capital das cooperativas, a exemplo do que ocorre nas cooperativas europeias. O Entrevistado 23 destaca que essa alternativa não é possível no Brasil devido à legislação, mas em termos de organização do movimento, essa possibilidade já é aplicada.

A outra coisa, você tem cooperativas que abrem o capital para investidores que não são cooperados. E é a ideia da Aliança Cooperativa Internacional, permite uma coisa dessa. Então, você tem formas muito diferentes dessas nossas formas, do cooperativismo tradicional, no Brasil, sabe; que poderiam ser implementadas. [Entrevistado 23 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Com relação à evidenciação das informações sobre os retornos gerados pelas cooperativas, de acordo com o Entrevistado 39, a informação é apresentada durante a assembleia geral aos cooperados. Contudo, como exposto até o momento, a

assembleia geral, atualmente, acaba não sendo um espaço adequado para a apresentação dessa informação, sendo necessário fornecer essa informação através de canais de comunicação complementares.

Nesse sentido, os Entrevistados 39 e 40 apresentam como sugestão a utilização da Nota Explicativa de Partes Relacionadas para incorporar as informações das estratégias via preço de produtos, insumos e serviços na contabilidade societária.

Poderia ser [em nota explicativa]. Mas, embora a gente coloque isso nas assembleias, não como uma nota explicativa, mas como uma informação, diz: Olha, o nosso resultado no ano foi X. Lembrem-se que durante o ano nós aumentamos o leite, em várias oportunidades, em X valor; o fornecimento de insumos foi tanto. Se nós não tivéssemos feito essas ações, o resultado poderia ser outro, mas a gente antecipou já durante o ano . . . Não é? Porque não nós vamos esperar, agora, no final do ano, só; então, uma nota explicativa seria um complemento. [Entrevistado 39 – Contador – Código: Sugestão]

Muito importante [evidenciar o valor ganho como usuário da cooperativa]. Faz parte daquilo que eu falei antes, é de uma transparência maior e de fazer com que isso passe; e na medida que tu coloca isso nas notas explicativas, pelo menos, aí eles são obrigados a ler . . . a nota explicativa, na Assembleia; e aí aquilo ele vai marcar, com certeza; mesmo que seja poucos parágrafos, mas que, sobre as diferentes coisas, dão essa ideia. E eu acho que sim, faz parte da transparência. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

As Notas Explicativas (NE), disponibilizam informações sobre as políticas contábeis da entidade, contingências, métodos de avaliação de estoque, medidas alternativas e informações quantitativas e qualitativas não presentes nas demonstrações financeiras de forma explícita. E no que tange à NE de Partes Relacionadas, o propósito é evitar que a possibilidade de entidades relacionadas entre si, pela capacidade de controlar a outra ou de exercer influência significativa, terem o poder de definir os preços a serem cobrados ou outras condições das transações.

A proposta dos Entrevistados 39 e 40 tem sentido pela definição de partes relacionadas apresentadas no item 9 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas que define partes relacionadas como:

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionado com a entidade que reporta a informação se: (i) Tiver controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação. (ii) Tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação. (iii) For membro do pessoal-chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação. (item 9, p. 3)

E ainda, pelo mesmo pronunciamento definir como pessoal chave da administração as “pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo

qualquer administrador (executivo ou outro) dessa entidade” (item 9, p. 5). E, ao considerar uma sociedade cooperativa, os cooperados são agentes econômicos detentores do direito de controle residual, ou seja, decidem sobre o planejamento, direção e controle das atividades da entidade, mesmo que indiretamente por meio da aprovação durante a assembleia.

Assim, há quem entenda que o cooperado, mesmo quando não pertencente ao conselho de administração e conselho fiscal, ainda exerce influência nas decisões da cooperativa, pois o direito de controle residual é do cooperado. Dessa forma, por transacionar com a cooperativa como cliente e fornecedor, as informações sobre ganhos deveriam estar expostas na Nota Explicativa vinculada à Partes Relacionadas.

É, para ti ver uma coisa assim, ó. Se tu for lá, para dentro da Receita Federal do Brasil, e aí ela afirma que é relacionado, é . . . e uma pergunta recorrente lá nas reuniões com os nossos associados, eles nos questionam: ‘Vem cá. Eu sou obrigado a fazer a Declaração do IR da Pessoa Física?’ Eu digo: ‘É.’ – ‘Mas o meu faturamento vai ser 20 mil.’ – ‘Não interessa, tu é sócio de uma empresa’. Então, eu já defendo, há muitos anos, que cooperado é parte relacionada. [Entrevistado 29 – Contador – Código: Sugestão]

Cabe destacar que a Nota Explicativa vinculada a Partes Relacionadas ainda não está presente em todas as cooperativas estudadas. Por exemplo, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, conhecida como COAMO, não apresenta Nota Explicativa sobre Partes Relacionadas nas demonstrações financeiras de 2018. De acordo com Mackenzie et al. (2013), “parece haver uma resistência específica à divulgação de certos tipos de transações entre partes relacionadas, como empréstimos a diretores, pessoal chave da administração ou familiares de executivos” (p. 842). Dentre as cooperativas que divulgam essa Nota Explicativa, partes relacionadas são diretores, membros do conselho fiscal, os membros do conselho de administração, superintendentes, bem como familiares de primeiro grau.

Nesse caso, os cooperados em geral não são vistos como partes relacionadas pelas cooperativas, até mesmo pela disposição do item 24a da TIG 2004 (2017), que determina que “se não discriminados nas demonstrações próprias, devem ser elaborados quadros com a composição dos saldos (ativos e passivos) e transações (ingressos e receitas, repasse aos associados, dispêndios, custos e despesas) com partes relacionadas, associados e não associados, desdobrados conforme a natureza das operações”. Nesse item, Partes Relacionadas é apresentado como conceito distinto dos associados.

O Entrevistado 38 corrobora com tal explicação, expondo que, caso o cooperado fosse compreendido como Partes Relacionadas, seria o mesmo que expor as transações resultantes como ato cooperado.

Olha, eu acho que . . . que, assim, ó. Tem duas coisas a considerar. Eu vejo que o conceito de Parte Relacionada, você não tem como se desprender da Norma; então, você vai pela Norma, busca o conceito de Parte Relacionada e encaixa aquilo na realidade da cooperativa. E até onde eu estudei, pude alcançar, não é, interpretar, eu tenho, que o associado comum, tá; ele não está no conceito de Parte Relacionada. Não é? E por conta disso . . . porque se estivesse, teria que divulgar tudo isso aqui, todas as operações . . . de todas as operações com associados, como operações de Partes Relacionadas. Não é? Então, essa é a primeira questão, eu não vejo como o associado comum, aquele que não faz parte de um cargo de diretor, de conselheiro, e tal, não é? Que ele não vai classificado como Parte Relacionada. Mas, por outro lado, a importância, a necessidade de ampliar a divulgação, não é, de informações, realmente eu acho que é muito pertinente. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sugestão]

Assim, mesmo que a Nota Explicativa de Partes Relacionadas não seja a melhor alternativa na opinião do Entrevistado 38, este indica que é relevante que a informação sobre as estratégias de retorno seja exposta de alguma forma ao cooperado.

Cabe destacar que é recomendável adicionar uma Nota Explicativa nas demonstrações financeiras das sociedades cooperativas voltadas para evidenciação das informações sobre as estratégias de retorno praticadas, desde que tal proposta estivesse inidicada na interpretação técnica que orienta a contabilidade de tais organizações. Ou seja, a atualização da ITG 2004 (2017) poderia trazer itens relacionados à padronização do processo de mensuração e evidenciação das informações sobre o retorno econômico e social ofertado para os cooperados. Esse é o caso, por exemplo, do que já ocorre na orientação de evidenciação da realização das assistências da RATES em NE específica.

Para os Entrevistados 40 e 42, ainda que expor a informação sobre os retornos em Nota Explicativa seja uma opção, essa estratégia não elimina a possibilidade de que a cooperativa apresente um relatório adicional com a informação tratada de maneira compreensível para o cooperado.

Mas isso não impede de tu fazer uma Demonstração diferente, com uma apresentação gerencialmente. É. É isso aí. E tem condição, tem muito espaço. Tá. Eu vejo um oceano de oportunidades. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

Mas aí eu faço um alerta, porque a gente tem que tomar cuidado, aonde a gente quer atingir com essa nota explicativa. Então, não sei, assim, você fala a nota explicativa. Talvez, não sei, se a nota explicativa seria a resposta, mas eu sei o seguinte, que, para atender contadores, pesquisadores e pessoas da área de finanças, não é, e contabilidade, vai

entender; mas se a gente quer atender o cooperado, talvez, na linguagem, é que, é . . . não necessariamente seja de uma nota explicativa. Então, eu acho que . . . é, eu entendo a sua sugestão, mas entendo que, para que ela tenha realmente a validade de alcançar o cooperado, a gente precisaria de uma linguagem que perpassasse pela compreensão de um produtor rural; e aí, eu não sei, necessariamente, se seria num relatório específico, relatório adicional; é, com questões, às vezes, ilustrativas; porque realmente não é simples passar, para a gente pode ser simples, mas o quê que é 'valor justo', para um cooperado? [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Outra solução apontada pelos Entrevistados foi a de incorporar a informação sobre os benefícios oferecidos aos cooperados pela utilização de diferentes estratégias de retorno no Relatório de Administração que acompanha as demonstrações contábeis.

Para ampliar um pouco isso, e dizer de uma outra visão, que até é a seguinte, ó. Hoje, diante da realidade das cooperativas agropecuárias, as notas explicativas, para o cooperado, deveriam ser outras, não deveriam ser essas aqui. Isso aqui não é nota explicativa para cooperado, isso aqui é para agente financeiro, para quem vai mais a crédito, fazer outras coisas. Entende? Nota explicativa para cooperado, na minha opinião, poderia ser resolvido com um Relatório da Administração, melhor. Tá? Mais amplo, melhor, e tal; e que tem muitos, belos relatórios de administração que se constitui em verdadeiras notas explicativas para atender o interesse do cooperado. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sugestão]

Ah, eu acho. Extremamente, interessante [levar a informação sobre os retornos para o cooperado]. Ela tem que ser levada no Relatório da Administração, ela não pode ser levada lá: A nota explicativa temos . . . Não. Não. Não. No Relatório de Administração. E esse Relatório de Administração seria gerado lá no... na contabilidade, pelo próprio contador. Não é? É lógico, o teu contador, o teu financeiro, tu tem vários cálculos que tu pode fazer aí, mas essa . . . essa definição tu pode fazer pela Tabela de Preço Diária. [Entrevistado 22 – Contador – Código: Sugestão]

O Entrevistado 42 aponta que, na sua percepção, quando a cooperativa utiliza estratégias de retorno via preço de produtos, insumos e serviços está extrapolando o processo de contabilização ao reconhecer o retorno pela diferenciação que o mercado oferece, somente sendo possível mensurar e evidenciar a informação em nível gerencial e não em nível societário.

Eu acho que vocês conseguem entender esse benefício, no valor que dá . . . que eles estão recebendo pelo produto; assim como, a diferença entre o valor que eles pagam pelo insumo e o valor . . . via cooperativa, e o que eles pagariam fora da cooperativa; eu acho que isso aí realmente mostra o quanto a cooperativa está criando de valor, gerando de benefício. Mas isso eu não percebo que é mostrado para os cooperados, não é; então, isso não está evidenciado. Até porque, se você pensar, talvez, contabilmente, vai se registrar a venda pelo que pagou, o valor daquilo que vendeu, e não necessariamente essas relações de mercado; que eu acho que isso extrapola o débito e o crédito, isso vai com uma informação mais gerencial, para o cooperado. [Entrevistado 42 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Para os Entrevistados 13 e 4, o próprio Balanço Social poderia ser uma alternativa de relatório que, de forma modificada, poderia expor as informações sobre as estratégias de retorno aos cooperados.

Tem um ponto que eu não tenho conhecimento de . . . se todas as cooperativas utilizam como uma prática, não é; mas que acredito que seria interessante até nessa . . . nessa lógica de tornar mais palpável, mais facilitado o entendimento dos benefícios das cooperativas, para os seus cooperados, seria trabalhar mais o Balanço Social. Não é? Como um instrumento de comunicação e de informação, com indicadores, enfim, resultados, que a cooperativa tem gerado para os seus associados. Então, esse seria . . . eu acredito que um instrumento, uma ferramenta, que poderia auxiliar, também, as cooperativas a serem melhor compreendidas pelos seus cooperados. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Sugestão]

É, seguindo o modelo atual, pelo menos, da demonstração de resultado, talvez o caminho fosse mudar a nomenclatura de conta para tentar melhorar a evidenciação, status de conta e mudança de nomenclatura de conta, porque a demonstração de resultado no modelo atual, ela não é adequada para evidenciar; a gente precisaria trabalhar mais com uma demonstração de valor adicionado, um Balanço Social, alguma coisa assim, para poder evidenciar mais. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Sugestão]

Nesse sentido, cabe destacar que o Balanço Social é um dos principais instrumentos utilizados para aferir, de maneira adequada, os resultados da empresa na área socioeconômica, tanto no seu interior, quanto no seu meio ambiente (De Luca et al., 2009). Dentre as informações que compõem o Balanço Social, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado, que tem por objetivo demonstrar a contribuição da empresa para o desenvolvimento social e econômico, por meio da evidenciação da criação e distribuição da riqueza criada pela entidade (Santos & Hashimoto, 2003).

Londero (2015) propôs que a Demonstração do Valor Adicionado, fosse utilizada como demonstração base para evidenciação dos impactos econômicos e sociais gerados pelas sociedades cooperativas. Em sua proposta, evidenciada no Quadro 20, é possível observar a inclusão de itens na DVA que poderiam trazer informações sobre as diferentes estratégias de retorno praticadas pelas cooperativas.

Quadro 20 - Demonstração do Valor Adicionado para Cooperativas

DVA MODELO - COOPERATIVAS
1 – RECEITAS
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços – Ato cooperado
1.2) Vendas de mercadorias, produtos e serviços – Ato não cooperado
1.3) Outras receitas/resultados não operacionais
1.4) Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.5) Perdas Estimadas para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/Constituição
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Ato cooperado
2.2) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Ato não cooperado
2.3) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Diferencial pago ao cooperado
2.4) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – Ato cooperado
2.5) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – Ato não cooperado
2.6) Perda / Recuperação de valores ativos
2.7) Outras (especificar)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.
6.1) Resultado de equivalência patrimonial
6.2) Receitas financeiras
6.3) Outras
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
8.1) Pessoal
8.1.1 – Remuneração direta
8.1.2 - Remuneração da diretoria
8.1.3 – Benefícios
8.1.4 – F.G.T.S
8.1.5 - Assistência educacional, capacitação e treinamentos
8.2) Impostos, taxas, contribuições, multas e infrações
8.2.1 – Federais
8.2.2 – Estaduais
8.2.3 – Municipais
8.2.4 - Multas e infrações
8.3) Remuneração de capitais de terceiros
8.3.1 – Juros
8.3.2 – Aluguéis
8.3.3 – Outras
8.4) Contribuições socioambientais
8.4.1 – Contribuições para projetos sociais - comunidade
8.4.2 – Contribuições para projetos sociais - cooperado
8.4.3 – Contribuições para projetos ambientais
8.5) Distribuições e retenções das sobras
8.5.1 – Assistência técnica aos cooperados
8.5.2 – Assistência educacional aos cooperados
8.5.3 – Juros sobre o capital social
8.5.4 – Sobras ou Perdas
8.5.5 – Constituição do RATES
8.5.6 – Constituição de outras reservas

Fonte: Londero (2015, p. 129).

O modelo proposto tem como base o Modelo II trazido pelo Pronunciamento Contábil, CPC 09 (2008). Dentre as alterações propostas, é possível observar o item “2.3) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Diferencial pago ao cooperado”. Nesse item, seriam evidenciados os gastos adicionais da cooperativa, em função da utilização da estratégia de retorno vinculada ao incremento de preço pago pelo produto adquirido dos cooperados. Segundo Londero (2015), o valor praticado nas transações ao adquirir produtos dos cooperados deveria ser comparado ao valor de mercado, e quando constatado um diferencial oferecido ao produtor, o valor deveria compor o item 2.3 da DVA.

A proposta seria para que todas as transações praticadas, onde a estratégia de retorno ao cooperado fosse utilizada, seriam reconhecidas e mensuradas adequadamente. Contudo, na impossibilidade de um acompanhamento individual das transações ou de obtenção do valor de justo adequado para comparação, a proposta seria vinculada a informação em Nota Explicativa, utilizando informações gerais para evidênciação da estratégia de retorno.

Outras estratégias de retorno incluídas no modelo mencionado, são os retornos via assistências aos cooperados. Nos itens 8.4.2, 8.5.1 e 8.5.2 do modelo proposto, estão evidenciadas as despesas do período com assistência social, técnica e educacional respectivamente. Nesses itens não seriam evidenciados somente os recursos destinados às assistências que são revertidos da RATES, mas todos os valores com essa finalidade. Conforme mencionado no item 4.1 da presente pesquisa, essas despesas de assistências não são geralmente evidenciadas de forma individual pelas cooperativas e tal prática poderia trazer um ganho informacional interessante para os cooperados.

Londero (2015) enfatiza que a inclusão das estratégias de retorno na Demonstração do Valor Adicionado poderia reduzir a assimetria de informação existente entre cooperativa e cooperados, seja por meio da demonstração ou dos índices que seriam possíveis de serem extraídos, tais como “Participação da assistência educacional no valor adicionado”, “Participação da assistência social no valor adicionado”, “Participação da assistência técnica no valor adicionado”.

No estudo apresentado pela autora, é exposto um estudo de caso realizado com uma cooperativa agropecuária. Por meio desse estudo aplicado, Londero (2015) destaca que as informações necessárias para evidenciar as estratégias de retorno na DVA já estão presentes nas cooperativas, somente sendo necessário organizar,

categorizar e processar adequadamente essas informações para que o tratamento contábil adequado seja possível e gere ganhos informacionais aos cooperados.

É interessante destacar que o retorno oferecido aos cooperados pela venda de insumos com valores reduzidos, em comparação ao valor de mercado, não está evidenciado no modelo proposto no Quadro 20. Essa estratégia de retorno não foi abordada pela autora, contudo, também poderia ser tratada como Nota Explicativa vinculada ao item “1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços – Ato cooperado”.

A Demonstração do Valor Adicionado apresenta potencial para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das estratégias de retorno, seja por meio direto ou por a inclusão de Notas Explicativas vinculadas à demonstração. Contudo, cabe ressaltar que a DVA pode não ser um instrumento contábil adequado pela compreensão do cooperado, afinal, não estará restrita a evidenciação das estratégias de retorno.

Nesse sentido, na percepção do Entrevistado 12, a cooperativa deveria apresentar uma demonstração adicional ao cooperado, como forma de evidenciar exclusivamente os ganhos com as diferentes formas de retornos praticadas pela cooperativa.

Eu acho que tem que haver um Balanço diferenciado, especificando esses benefícios totais; em termos de, inclusive, a expressão financeira, para que possa entrar realmente na contabilidade da cooperativa. Ultrapassa os sistemas contábeis que tem hoje, que são apenas Compra e Venda, Produto e Mercadoria, e o preço que vem você já . . . você joga. Acho que, talvez, um Balanço paralelo, alguma forma de explicar esses benefícios sociais, que o produtor tem, indiretamente. [Entrevistado 12 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

Para os Entrevistados 23 e 35, essa demonstração deveria ser individual de cada cooperado.

Eu sempre achei que a cooperativa devia dar, para o cooperado, no final do período, um balancete. Um extrato de banco. Sabe? É igualzinho a extrato de banco, falando assim: Ó, comprei o seu café por, vamos supor, R\$ 500,00; no mercado, ele estava só R\$ 450,00. E você pagou tanto de assistência técnica, pagou tanto disso e tanto daquilo; portanto, o seu preço líquido é R\$ 465,00, que é R\$ 15,00 a mais do que o mercado. . . . Eu acho que é o melhor sistema, eu acho que esse sistema é o que deveria existir; o produtor tem que, agora, ter um extrato no final do mês, com a posição dele. [Entrevistado 23 – Contador – Código: Sugestão]

Eu acho que essa visualização . . . e para o povo do Agro, então, nem se fala, não é? Imagina, receber um extratinho ali: Ó, a cooperativa fez isso. Ah, realmente, a gente está . . . quando a gente, por exemplo, assim, antecipou . . . vamos dizer, que eles tenham conseguido um insumo lá, não é, antecipado: Puxa vida, se a gente tivesse comprado . . . no mercado era tanto, e a gente ganhou isso aqui. Olha, eu acho que isso seria . . . simples,

de repente, de fazer. Se for uma cooperativa honesta, não é? [Entrevistado 35 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Essa proposta exposta pelos Entrevistados 12 e 35 é similar à prática já realizada pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, conforme exposto no item 4.3.1 da presente tese, e ressaltado pelo Entrevistado 3.

E eu gosto muito do Relatório da Administração da Cooxupé, eu não sei se você já deu uma olhada, no que eles chamam de benefícios ‘diretos’ e ‘indiretos’. Eles dão um dos exemplos, eu acho que eles, pelo menos, tentam, não é, mensurar de uma outra forma, o Relatório de Administração, esses retornos do . . . quais são, não é; todos os retornos que a cooperativa proporciona para o cooperado. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Para os Entrevistados 40 e 3, o uso de relatórios gerenciais, individuais e globais, com o propósito de evidenciar os benefícios gerados, possibilitaria que indicadores de desempenho técnico-econômico-financeiro apropriados para cooperativa fossem gerados.

Mas realmente não é fácil; é, e eu acho que nós deixamos muito a desejar nos indicadores de desempenho técnico-econômico-financeiro. Eu sempre trabalhei muito isso, e eu uso um sistema, em todos os lugares que chego, eu, no meio, num determinado número, depende da complexidade de indicadores, e aquilo eu acompanho mensalmente; e faço com que seja apresentado para o Conselho, seja apresentado nas Reuniões de Núcleos, quando tem núcleos. E isso, eu tenho verificado que eles têm melhorado muito a . . . o pertencimento; quer dizer, o associado se sente mais firme. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

Eu acho que o . . . eu acho que ainda é, praticamente, o mesmo tipo de informação, eu acho, sabe; porque as informações financeiras que as cooperativas usam também estão muito vinculadas às tradicionais. Então, assim, que o dia que a cooperativa conseguir, por ela, pode proporcionar, pode ser muito melhor, muito melhor, quando ela olhar para si, e começar a desenvolver isso, e não trazer os modelos do mercado, sabe. É, nesse sentido, eu acho que ainda falta muito, sabe, para a gente caminhar, e . . . para melhorar. [Entrevistado 3 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Nesse sentido, o Entrevistado 34 narra a experiência do Sistema de Crédito Sicredi na criação do indicador “economia gerada”, que pode ser relacionada à estratégia de preço de insumos e serviços fornecidos pela cooperativa agropecuária ao cooperado.

E existe um indicador, que a gente está medindo, assim, na instituição onde eu atuo, que é o... a gente chama de ‘economia gerada’. A gente . . . a gente tem feito o comparativo . . . pelo menos, do produto crédito, que são muitos outros produtos e serviços, mas quanto que, se o associado tivesse obtido aquele produto ou serviço, no mercado, ele teria gasto a mais, não é? E a gente tem usado esse indicador, como se fosse um ciclo virtuoso; então, a gente tem usado, assim: A poupança, que gera crédito, e o... e para não ir direto nas sobras, para

justamente não mostrar que é só sobras, a gente bota esse indicador ainda, que é o “economia gerada”. Então, tem cooperativas, como uma Sicredi Pioneira da vida, que, em 2017, eu acho, ela gerou 48 milhões de economia gerada; e de sobras, 59. Então, quanto de dinheiro não saiu do bolso? [Entrevistado 34 – Pesquisador – Código: Sugestão]

O ciclo virtuoso destacado pelo Entrevistado 34 faz parte do Relatório de Sustentabilidade do Sistema Sicredi, exposto na Figura 41, como forma de explicar para o cooperado que, ao captar recursos de associados e emprestar para outros associados das mesmas regiões, há o estímulo à geração de renda e crescimento sustentável, com maior oferta de empregos, produtos locais e desenvolvimento econômico.

Figura 41 - Ciclo virtuoso do Sistema Sicredi

Ciclo virtuoso do Sicredi

O Sicredi torna a vida financeira dos associados mais cooperativa. Quem poupa ajuda a financiar o crédito de quem precisa, desenvolvendo a comunidade.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade do Sistema Sicredi, 2018, p. 83.

O indicador comentado pelo Entrevistado 34 tem como propósito demonstrar as taxas cobradas e os resultados distribuídos, conforme exposto na quarta fase do ciclo virtuoso. Ao evidenciar esse benefício ao cooperado, o mesmo tende a manter suas transações na cooperativa, iniciando novamente o ciclo.

Nesse caso, o Entrevistado 38 narra preocupação com as cooperativas que atuam como reguladoras de preço no mercado, pois haveria um desafio de demonstrar essa atuação como um benefício ao cooperado. Para o Entrevistado 38, seria necessário mensurar quais seriam os preços praticados na região caso não houvesse a cooperativa.

A cooperativa é uma balizadora de mercado, uma reguladora de mercado. E isso, eu diria, até tenho comigo, que é um dos elementos importantíssimos, não é, em termos de benefício, e que é muito difícil de ser mensurado; e muito menos, de levar isso, e traduzir isso, ou demonstrar isso, no conjunto, de uma demonstração contábil; que seria algo do tipo, assim: O quanto o cooperado receberia pela sua produção, se não tivesse a cooperativa? O quanto ele pagaria pelos insumos, se não tivesse a cooperativa? E isso não é difícil de afirmar, de saber, exatamente, nos locais, onde não tem uma cooperativa, ou onde uma cooperativa, vamos dizer assim, quebra. Ok? Ali é perceptível que muda, muda, é . . . com certeza. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Dificuldades]

Nesse caso, a proposta é analisar o contrafactual, observando uma situação ou evento que não aconteceu, mas poderia ter acontecido, porém, no caso, exposto ao contrário. A contabilidade não reconhece e mensura esse tipo de evento, contudo, há indicadores que são utilizados para possibilitar a demonstração desse tipo de benefício. Por exemplo, conforme exposto na Figura 42, o Sistema Ocergs-Sescoop/RS apresenta no relatório do cooperativismo gaúcho a comparação do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) em municípios onde há atuação de cooperativas e municípios onde não há.

Figura 42 - Comparação de municípios com atuação de cooperativas e sem a atuação

Fonte: Expressão do Cooperativismo Gaúcho – Ano base 2018 - Sistema Ocergs-Sescop/RS.

Nesse caso, não é possível atribuir uma relação causal entre o Idese e a presença de cooperativas na região, mas o exemplo demonstra algumas soluções que o sistema cooperativista buscou para demonstrar o benefício narrado pelo Entrevistado 11.

Para que seja possível mensurar essas informações, o Entrevistado 40 ressalta que o investimento em sistemas de informação que auxiliem no processo de mensuração e também de elaboração de relatórios será necessário.

Nesse sentido, eu acho que, na medida que o sistema de informação, em cada cooperativa, fica mais completo, e perfeito, e integrado, e cruzando, isso começa a desaparecer, e começa a aparecer os problemas. Por exemplo, hoje, a Cooperativa X, é, indiscutivelmente, a cooperativa melhor que tem a informação (online). O presidente chega aqui, e entra: Tu quer uma posição do estoque de tal Unidade, e o preço médio disso e daquilo; ele tem na hora ali, a qualquer momento. Ah, eu quero um Relatório Gerencial. Puxa na hora, ele tem em qualquer lugar, tem no próprio telefone dele, a informação. Então, na medida que isso também melhora, eu tenho certeza que isso vai ajudar, e vai eliminar certos gargalos, nesse sentido. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

Para a definição do volume mínimo que deve ser revertido ao cooperado como benefício, seja pela estratégia de preço, assistência ou excedente empresarial, o Entrevistado 11 apresenta uma sugestão vinculada com a economia tributária obtida pela forma organizacional como cooperativa.

Aí eu digo o seguinte: Olha, todo esse tributo que não incide do ato cooperativo, ele tem que reverter em benefício do cooperado, porque é ele que vai pagar o imposto, e não em benefício da cooperativa. [Entrevistado 11 – Auditor – Código: Sugestão]

Essa proposta é interessante visto que reflete o ganho com a singularidade desse tipo de organização e representa um valor que seria repassado ao governo caso a organização optasse por outro tipo de arranjo.

Da mesma forma, como proposta para que as cooperativas respeitem um nível mínimo de realização da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, tendo em vista que essa reserva é uma singularidade das sociedades cooperativas, o Entrevistado 7 apresenta sua sugestão.

É, aí teria que . . . eu vejo de maneira super positiva [obrigação de realização da RATES], mas eu acho que deveria haver uma sanção, não é; ou, regras rígidas que realmente vinculem esses valores à sua realização; porque, fora isso, não havendo um vínculo sancionatório, é . . . a gente sabe que os números, eles podem ser realocados, conforme o interesse. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Da mesma forma, o Entrevistado 36 apresenta a sugestão de que fosse normatizada a obrigatoriedade de que a cooperativa revertisse contra a RATES as despesas de assistência técnica, educacional e social quando a reserva apresentasse saldo para tal processo.

Olha, eu . . . eu entenderia que, é . . . a cooperativa, se ela executa atividades que poderia ser utilizada a verba do RATES, ela deveria de fazer. Eu acho assim, ó. Ela não poderia . . . Em primeiro lugar, ela não poderia executar atividades de Educacional . . . Assistência Técnica, Educacional e Social, e não utilizar a verba do RATES, se é . . . se existe a verba.” [Entrevistado 26 – Contador – Código: Sugestão]

O Entrevistado 38 contribui com uma proposta como forma de incentivar as cooperativas a realizarem a RATES. Na sua percepção, tendo em vista o volume crescente de constituição da reserva, o que poderia ser realizado é a segregação dos valores que compõem a reserva pelo ato cooperado e ato não cooperado. Nesse caso, a RATES constituída a partir do ato cooperado seria destinada ao benefício direto do cooperado, assim como previsto na lei, mas a RATES constituída pelo ato não cooperado seria destinada para o benefício indireto do cooperado por meio de melhorias na cooperativa.

Eu, particularmente, quando falo do FATES, eu vejo que seria necessário separar, desmembrar, dividir o FATES em dois. Um, que seria originado das operações com terceiros. E outro, que é o percentual das operações com associados. Então, se fizesse uma separação, e destinasse o . . . a parcela que se origina na sobra de cooperado, para prestar

a Assistência, Educacional, Social, etc. e tal. Beleza, tranquilo, é dinheiro deles. Tá? Agora, o que vem de terceiros, também geraria benefícios, mas através de investimentos: melhoria da cooperativa, melhorar a sua estrutura física, novos investimentos, enfim; que não deixaria de estar beneficiando o cooperado. . . . Então, esse é o meu . . . é a minha análise que eu faço, e que eu acredito que isso poderia ser uma evolução no que tange à gestão do FATES. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sugestão]

Na análise atual da Lei 5.764/71, tal segregação não seria possível. Contudo, a proposta se torna interessante à medida que, com o passar dos anos após a divulgação da Lei, as cooperativas aumentaram o volume de ato não cooperado e a realização proporcional poderia descapitalizar a cooperativa, visto que investimentos para manutenção e expansão precisam ser realizados. Nessa proposta, os investimentos em manutenção e expansão partiriam do próprio RATES já que visam benefício do cooperado também.

Claro, poderia se trabalhar isso, não é? Porque quando eu disse separar . . . mas, lógico, que poderia contemplar de . . . o resultado da operação com terceiros, destinar um percentual, para se incorporar naquele originado da operação com associado, e prestar Assistência Social, Educacional, etc., Técnica, também, não é; e uma parcela significativa para . . . para novos investimentos. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sugestão]

Ainda relacionado à RATES, para o Entrevistado 26, seria importante que houvesse uma padronização no processo de reversão desta. Conforme exposto no item que demonstra o processo contábil de reversão da RATES e seu impacto no resultado, os diferentes procedimentos que são adotados influenciam a formação das reservas e das sobras à disposição da assembleia, o que afeta a comparabilidade da informação contábil-financeira.

A gente trabalha com essas [diferentes formas de contabilização] . . . por isso que tu viu muitas . . . é, de um jeito e outro . . . Diversidades. Eu acho que, a rigor, não é, no meu entendimento, assim, que ficaria melhor é a reversão no final do exercício . . . apurado o resultado, reverte do FATES, para voltar para o resultado. Mas já está, na apuração do resultado já diminuiu a despesa que eu gastei. Uma despesa que eu gasto, dilui no resultado daquele ano; e eu revento, no FATES, para voltar para o resultado. Então, essa técnica aí, eu não vejo assim muitos problemas, eu acho que poderia se padronizar, e se tivesse na Norma, não é garantia, inclusive, que fosse ficar padrão, mas eu acho que daria melhor transparência. [Entrevistado 26 – Contador – Código: Sugestão]

Outra proposta interessante apontada pelo Entrevistado 38 é buscar compreender com os usuários das informações contábil-financeiras qual o nível de utilização e onde estão as lacunas atualmente, procurando assim reduzir a assimetria de informação entre as partes. Nesse sentido, o Entrevistado 38 narrou a experiência que tiveram com analistas de créditos de instituições financeiras.

Fizemos o evento, e aí me surgiu uma ideia, e eu fiz uma provocação com eles, eu disse o seguinte: Eu vou pedir autorização de uma cooperativa-cliente, vou colocar para vocês, que vocês já . . . vocês sabem, mas vou indicar para vocês, qual é; e vocês farão uma análise criteriosa, uma análise crítica do conjunto completo, inclusive das notas explicativas; aí vocês me darão esse retorno, dirão: Entrevistado 38, olha, não tem isso, não tem aquilo, não entendemos tal Norma, ficou difícil tal coisa, achamos insuficiente isso, aquilo. E eu vou trabalhar esse material num curso para os contadores. Contemplar isso no treinamento, e também no nosso . . . no nosso plano de trabalho, para estimular e incentivar, para que eles possam contemplar esse tipo de informação; e com isso, atender melhor o usuário. E nós fizemos isso, e foi muito interessante. Não é? Porque o pessoal do BRDE deu o retorno. Pontuaram elementos, não é? Inclusive, eles estiveram, por mais de uma vez, aqui, nessa . . . nessa sala; inclusive, com a devida autorização do cliente; vindo aqui, comigo, para fazer a interpretação adequada de diversas informações que fazem parte. [Entrevistado 38 – Auditor – Código: Sugestão]

No que tange aos cooperados, os Entrevistados 4, 7, 8 e 40 destacam que a educação cooperativista deve ser incentivada pelas próprias cooperativas, pois somente assim o cooperado irá compreender e perceber os retornos que são gerados ao seu favor pela sociedade cooperativa.

Eu acho que o fundamental é algo que a . . . é uma coisa que nem todas as cooperativas conseguem desenvolver bem, que é a Educação Cooperativista, não é? . . . Então, eu acho que as cooperativas precisam vender melhor o peixe dela; eu acho que essa que é a questão, precisa explicar melhor para o cooperado essas vantagens, não é; qual que é o ganho efetivo que ele tem, não só em termos econômicos, mas ter produtividade, que é um dos fatores econômicos; mas, de produtividade, de segurança, de relacionamento com a comunidade, desenvolvimento regional, entre outros, não é; para que ele se torne cooperado e se mantenha cooperado, não é; eu acho que isso que é o fundamental. A Educação Cooperativista talvez seja o caminho para melhorar tudo isso. [Entrevistado 4 – Representante do Movimento Cooperativista – Código: Sugestão]

Eu acho, a grande . . . a grande questão, eu acho que precisa ser cada vez mais discutida e fomentada, é justamente, é com relação ao nível de informação divulgada aos associados, e a capacitação desses associados para receber essas informações; porque, de nada adianta, por exemplo, a gente abrir todos os números, divulgar ao associado, se ele não souber o que fazer com esses números, não é. [Entrevistado 7 – Pesquisador – Código: Sugestão]

Então, eu não acho é questão de compreensão, é questão de Educação Cooperativa. Se eu conseguir transmitir para um associado: Olha, tu, entre o dinheiro que tu vai receber agora, antecipação de agora; e a sobra, no fim do ano; tu vai . . . tu vai ter maior do que . . . do que tu entregar para o cerealista. Preciso demonstrar isso aqui para ele; talvez, a . . . sei lá, agora, contabilmente . . . Tá. Ok. Algum ano, eu vou errar? Vou. Agora, se eu demonstrar que nos últimos 10 anos, os associados receberam mais do que aquilo que vendeu para fora, ele vai ser fiel. [Entrevistado 8 – Contador – Código: Sugestão]

Eu acho excelente coisa. Embora, eles não tenham tanto alcance ainda, mas é um excelente negócio. Por exemplo, esses fundamentos que é do cooperativismo, isso são coisas que está mexendo, mexe com as pessoas. Cursos para Conselheiros de Administração deveria ter mais, e para Coordenadores de Núcleos, ou Formação de Núcleos, teria que intensificar a Análise de Balanço, na leitura de Balanço. Quer dizer, numa linguagem simples, e esquematicamente bem explicado. [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

Alinhada à questão da educação cooperativa também está a questão da comunicação. A linguagem de apresentação das informações contábil-financeiras aos cooperados foi um ponto de destaque em todas as falas dos entrevistados, conforme apresentado no item sobre comunicação e também prestação de contas. Dessa forma, é esperado que as cooperativas aprimorem seus canais de comunicação e também a forma como a comunicação é realizada.

E o linguajar, o linguajar é o grande problema dos Balanços. E aí tu começa a falar: Tá. Tu fala em liquidez seca. Ou fala no endividamento disso e daquilo. Mas ele não . . . nem sabe o quê que é. Ah, a liquidez de um para 01 ano e 02. Então, essa linguagem, e é fácil de fazer isso. É fácil de explicar isso. Então, eu me lembro, do tempo da Cooperativa Central, quando a gente criou; é, eu criei uma página, no próprio Balanço, que a gente publicava, todos os anos; uma página só dos . . . da interpretação dos indicadores. A Liquidez Seca é isso, isso, isso. Representa tal e tal. E exemplificava. E olha, os caras . . . e algumas cooperativas até adotaram para . . . as singulares, porque nós éramos Central então, era, vamos dizer, de certa forma, mais fácil, um pouco, de explicar. Mas teve cooperativas que adotaram, inclusive, esse sistema. Então, a forma de comunicar isso, e transparecer, que tem que mudar. E tem muito espaço para... para ocupar, tem espaço. Tem, lógico, nós temos hoje o aspecto legal da . . . do tipo de Balanço que eu tenho que apresentar, inclusive dentro do contexto [das normas internacionais de contabilidade] . . . É isso . . . [Entrevistado 40 – Presidente.Executivo – Código: Sugestão]

Mas, talvez, não é, achar termos e um modo de comunicar, que fosse mais simplificado, intuitivo, facilitaria sim o entendimento por uma gama maior de cooperados. Eu acredito que hoje o conhecimento, do entendimento da Contabilidade, no modo como ela é apresentada, as contas das cooperativas, ela fica restrito a um grupo mais seleto de pessoas. [Entrevistado 13 – Pesquisador – Código: Sugestão]

De certa forma, é preciso que os contadores adquiram consciência da dificuldade que pode ser compreender termos contábeis por indivíduos que não possuem contato com a contabilidade no dia a dia. Tendo em vista o objetivo da contabilidade de auxiliar na tomada de decisão dos seus usuários, levar a informação de forma compreensível torna-se cada vez mais relevante.

Com base nas contribuições recebidas, a sugestão que apresentou mais coerência foi a incorporação sobre as estratégias de retorno praticadas pela cooperativa no Relatório de Administração, a exemplo do que é realizado pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé.

O relatório gerencial emitido pelas cooperativas poderia conter três grupos de informação: (a) Retornos concedidos por estratégias via preço; (b) Retornos concedidos por estratégias via assistência técnica, educacional e social; (c) Retornos concedidos via excedente empresarial. Além disso, a indicação de como essas

estratégias se relacionam e a explicação da escolha de uma determinada estratégia pela cooperativa, ou um mix de estratégias.

No caso do item (a), retornos concedidos por estratégias via preço, seriam expostos as informações contábil-financeiras sobre o incremento de preço pago ao cooperado pelo produto entregue em comparação ao preço pago pelo mercado e a redução do preço de insumos, produtos e serviços fornecidos ao cooperado em comparação ao praticado com terceiros ou pelo mercado.

No caso de cooperativas reguladoras de preço, essa informação seria apresentada ao cooperado e utilizada como forma de justificar a ausência desse tipo de estratégia pela cooperativa.

O item (b), apresentaria os retornos concedidos por estratégias via assistência técnica, educacional e social. Assim, nesse item estariam indicados as despesas e dispêndios com cada tipo de assistência realizadas em prol dos cooperados, bem como indicado se houve ou não a reversão da RATES e o percentual de utilização comparado a sua constituição.

Já na terceira dimensão, os retornos concedidos via excedente empresarial, já mensurados na contabilidade e indicados na Demonstração de Sobras ou Perdas estariam indicados, incorporando as demais estratégias de retorno.

Conforme indicado pelos entrevistados, seria interessante que a demonstração de retorno apresentasse o valor global dos benefícios elencados pela cooperativa e também uma média por cooperado. Contudo, cada cooperado poderia ter acesso a um extrato individual dos seus benefícios na mesma configuração do apresentado no Relatório de Administração.

Para elaboração do relatório dos retornos aos cooperados, é importante que a linguagem utilizada vise o aumento da compreensibilidade da informação contábil-financeira, com o intuito de reduzir a assimetria de informação entre as partes e auxiliar na tomada de decisão do cooperado em manter ou não suas transações econômicas com a cooperativa. Da mesma forma, o relatório permitiria que o cooperado identificasse se a estratégia de retorno, ou o mix de estratégias, utilizada pela cooperativa atende ao seu interesse e necessidade, ao ponto de gerar a fidelização desse cooperado.

Tendo como base as sugestões coletadas durante o processo de entrevista, procurou-se propor um modelo, apresentado na Figura 43, que poderia ser utilizado para o reporte das informações contábil-financeiras sobre os retornos econômicos e

sociais que são gerados pelas cooperativas agropecuárias com a utilização de diferentes estratégias de retorno.

Figura 43 - Modelo proposto de divulgação no relatório de administração

Fonte: Elaborado pela autora.

Adicionalmente, a cooperativa deveria apresentar em notas adicionais as informações de cálculo para cada um dos benefícios ofertados aos cooperados. Indicando, por exemplo, qual o mercado de referência do valor justo utilizado para obter o preço de comparação com o praticado pela cooperativa para que o incremento pelo preço pago ao produto do produtor seja obtido.

A partir desse relatório, indicadores técnicos-econômico-financeiros poderiam ser gerados, e por meio do total de retornos gerados pela cooperativa, índices adequados de rentabilidade, contemplando as diferentes formas de retorno das sociedades cooperativas poderiam ser calculados e, nesse caso, comparado às demais organizações econômicas.

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou atingir como objetivo principal a análise do tratamento contábil utilizado nos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, além de discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento. O estudo teve como base a análise documental, fundamentada (i) nos demonstrativos financeiros publicados por 55 sociedades cooperativas presentes na lista das 400 empresas do ramo do agronegócio da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016, e (ii) nas contribuições de 45 entrevistas realizadas com representantes do movimento cooperativista, contadores de cooperativas, presidentes/diretores de cooperativas, conselheiros fiscais, auditores e professores e pesquisadores vinculados ao estudo do movimento.

Para a compreensão das estratégias de retornos econômicos e sociais das sociedades cooperativas, no capítulo 2.1, apresentou-se as cooperativas como organizações econômicas singulares, cujo valores, princípios e estrutura de funcionamento possibilitam estratégias de retornos aos proprietários por meio da sua atuação como cliente e fornecedor. Por essa razão, os retornos econômicos podem ser oferecidos por estratégias via preço, com o incremento de preço pago pelo insumo e redução do preço de produtos fornecidos ao cooperado. Da mesma forma, demonstrou-se a natureza econômica e social da cooperativa, estratégias de assistência técnica, educacional e social, que são diferenciais desse tipo de organização. O capítulo ainda abordou como as estratégias via resíduo ou excedente empresarial, conhecidas como Sobras e Juros sobre capital próprio, se relacionam com estratégias de preço e assistência por meio da matriz de escolha de estratégia de distribuição de retorno. Além disso, abordou quais os fatores que influenciam, na perspectiva teórica, a escolha da estratégia de retorno adotada pela sociedade cooperativa.

Ainda no âmbito da construção teórica para suporte da tese proposta, no capítulo 2.2, foi explorado o tratamento contábil concedido às sociedades cooperativas e como a teoria da firma, base para a construção e elaboração das demonstrações contábeis, limita o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas, uma vez que o resíduo empresarial é o único sinônimo de retorno ao proprietário e sucesso empresarial. Nesse sentido, a proposta desta tese é que, para a elaboração adequada das

demonstrações contábeis para sociedades cooperativas, a teoria dos stakeholders seja utilizada como base, já que esta dá ênfase ao bem-estar das partes interessadas, abrangendo retornos pela atuação do proprietário como cliente e fornecedor, e não somente limitando o bem-estar à perspectiva econômica, bem como, desvinculando a métrica do sucesso empresarial da análise restrita do lucro. Por fim, o capítulo demonstra que a limitação do tratamento contábil inadequado às estratégias retorno gera distorções na análise das demonstrações contábeis, prejudicando a comparação da eficiência organizacional das cooperativas com outras organizações, no que tange à análise da maximização do retorno ao proprietário.

Na sequência da pesquisa, no item 4.1, foi realizada a análise dos demonstrativos financeiros publicados por 55 sociedades cooperativas agropecuárias brasileiras entre o período de 2015 a 2018, que procurou averiguar o tratamento contábil atual oferecido às cooperativas agropecuárias e suas possíveis consequências. A análise revelou que os relatórios de administração são utilizados como estratégias para facilitar a compreensão dos cooperados sobre as demonstrações contábeis, utilizando elementos visuais, como figuras, gráficos e tabelas, bem como a apresentação de indicadores. Nesse sentido, os indicadores apresentados são os tradicionais dos grupos de estrutura, endividamento e rentabilidade, que somente exploram o retorno oferecido pela cooperativa via sobras.

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda., conhecida como Cooxupé e a Cotripal Agropecuária Cooperativa são exemplos de cooperativas que já apresentam diferentes estratégias de retornos econômicos como parte integrante do relatório de gestão, com informações sobre os benefícios diretos, que são aqueles que geram impacto financeiro direto para o cooperado, tais como bônus ou descontos oferecidos nas campanhas de vendas aos cooperados, remunerações pela qualidade do produto e sobras distribuídas ou incorporadas ao capital; e, informações sobre benefícios indiretos, relacionados a serviços oferecidos pela cooperativa tais como assistência técnica, subsídio na armazenagem e subsídios de transporte. Contudo, os demonstrativos não contemplam possíveis benefícios indiretos vinculados aos investimentos em educação e amparo social que são oferecidos pela cooperativa, conforme listados de forma qualitativa nos relatórios de gestão, e se possíveis benefícios diretos por meio das estratégias via preço de produtos e insumos são utilizados pelas cooperativas.

No âmbito da análise das estratégias de retorno via assistência técnica, educacional e social, um dos achados interessantes da presente tese, o item 4.1.3.1 demonstrou o estudo quantitativo da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) em 42 cooperativas agropecuárias da amostra, em que foi possível identificar o emprego dos recursos. Com base nos dados, a representatividade média da RATES perante o Patrimônio Líquido, considerando as informações de 2015, foi de 16%, enquanto na representatividade frente ao capital social esse percentual chega a 117%, ou seja, já superou o capital social significativamente na maioria das cooperativas da amostra. Ademais, em 76% das cooperativas da amostra, em 2015, os valores de constituição ultrapassam os valores de realização; e, em média, a constituição foi 71% superior à realização. Essa constatação motivou a verificação de possíveis explicações para esse cenário com os entrevistados.

A análise do processo de contabilização da reversão da RATES no resultado revelou que as sociedades cooperativas apresentam quatro procedimentos distintos, sendo eles: (1) Reversão da RATES na Demonstração de Resultado Abrangente (DRA); (2) Reversão da RATES na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) antes da apuração do imposto de renda e contribuição social; (3) Reversão da RATES diretamente na conta de Resultado do Exercício, antes das destinações legais, com evidenciação em Nota Explicativa ou Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais ou na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP); e, (4) Reversão da RATES diretamente na conta Sobras à Disposição da Assembleia. Conforme explorado no item 4.1.3.2, a utilização de procedimentos distintos provoca diferenças nas apurações de resultados do exercício, resultado abrangente, constituição de reserva e apuração das sobras à disposição da assembleia. Tendo como base as simulações realizadas, o estudo aponta que a reversão antes das destinações do resultado, procedimento 3, é a estratégia mais consistente com a sustentabilidade da cooperativa por meio da formação de reservas e redução do impacto financeiro pela distribuição de sobras.

A partir dos insumos coletados da revisão de literatura e análise empírica dos demonstrativos contábeis, com o propósito de apurar os possíveis aspectos limitadores para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios econômicos e sociais produzidos pelas cooperativas e possíveis sugestões com a finalidade de ampliar a capacidade informativa, procurou-se realizar entrevistas com representantes do movimento cooperativista, contadores de cooperativas,

presidentes/diretores de cooperativas, conselheiros fiscais, auditores e professores vinculados ao estudo do movimento.

O item 4.2 apresenta os resultados da análise da perspectiva factual das entrevistas para organização das contribuições coletadas nas 27 horas e 26 minutos de entrevistas. Os 2.327 trechos, denominados de referências, obtidos de 45 entrevistas, foram organizados em nove categorias, sendo elas: alocação do direito de controle; assimetria de informação; benefício; contabilidade e a tomada de decisão; estratégias de retorno; fatores de escolha das estratégias; governança corporativa; processo de contabilização; e, processo de normatização contábil; e 52 códigos, tendo como base a proposta de uso de template de King (2004).

Por meio das contribuições, processo de categorização e codificação, o mapa mental construído indica que a escolha das estratégias de retorno possui relação direta com a estrutura ou sistema de governança adotados pela cooperativa, bem como os fatores de escolha dessas estratégias que foram indicados pelos entrevistados, como perfil dos cooperados, necessidade de fidelização, necessidades de investimento, ciclo de vida e definições estatutárias. Por sua vez, a estrutura ou sistema de governança adotados pela cooperativa é resultado da alocação do direito de controle, uma vez que se define em qual nível ocorre a decisão da estratégia na cooperativa e se a decisão sobre as estratégias de retorno será ou não levada para assembleia geral. Da mesma forma, o sistema de governança também influencia a assimetria de informação sobre a percepção dos benefícios e estratégias de retornos oferecidos pela cooperativa. Quanto mais complexa a estrutura de governança e menor o nível de instrumentos de comunicação sobre os retornos e benefícios da cooperativa, maior a tendência da assimetria de informação.

A partir da análise das entrevistas na perspectiva de interação, o item 4.3.1 apresenta a categoria “alocação do direito de controle” no qual é possível verificar, pelos relatos coletados, que a decisão sobre as estratégias de retorno praticadas pelas cooperativas está centrada na diretoria executiva da cooperativa. Ademais, a decisão é considerada estratégica, que pode gerar conflitos de interesse dos cooperados, já que as estratégias de retorno são conflitantes em função do momento da distribuição ao cooperado, e também pela escolha das estratégias vinculadas ao preço dos insumos, serviços e produtos gerar impacto nas sobras, sendo estabelecida uma correlação negativa e por isso indicada como conflitante pelos entrevistados. Os entrevistados também indicam que a decisão está orientada para

as necessidades do negócio e não necessariamente no interesse dos cooperados, haja vista sua orientação de curto prazo e falta de conhecimento na gestão do negócio.

Já a análise da categoria “assimetria de informação”, item 4.3.2, revelou que a característica qualitativa de melhoria da compreensibilidade da informação contábil-financeira precisa ser maximizada, tendo em vista que a linguagem contábil nem sempre é clara para os cooperados e o de processo de prestação de contas da cooperativa e tomada de decisão com base na informação contábil-financeira fica prejudicado. No que tange à percepção dos cooperados sobre as estratégias de retorno, a pesquisa revelou que os cooperados não possuem a totalidade do conhecimento sobre os retornos econômicos e sociais que são gerados, devido à falta de divulgação dessa informação, linguagem adotada e instrumentos adequados de mensuração. Como consequência, a falta de conhecimento sobre as estratégias de retornos por parte dos cooperados e compreensão sobre as relações estabelecidas entre as estratégias, acarreta a pressão do cooperado para a geração das sobras, uma vez que essa é a métrica de retorno direto mensurada e percebida pelo cooperado, bem como, reconhecida pelo mercado.

Dentre as estratégias de retorno, a assistências técnica, educacional e social é a que apresenta o maior desafio para compreensão do cooperado como retorno oferecido pelas cooperativas agropecuárias. Alguns entrevistados descreveram tais ações como uma obrigação da cooperativa e como essas assistências, geralmente, são ofertadas de maneira gratuita, sem contrapartida por parte do cooperado, muitas vezes, o custo da cooperativa pela realização dessa assistência não é percebido pelos cooperados. Além disso, os cooperados percebem a RATES como “um número apresentado no Balanço, como forma de alocar valores”, e por vezes não compreendem sua formação e utilização, desconhecem seu benefício e forma de propor sua realização. Essas percepções corroboram para a importância da educação cooperativista, como forma de demonstrar como a identidade cooperativista e a legislação propiciam a formação dessa reserva e como a oferta dessas assistências se tornam benefício ao cooperado.

Nesse sentido, a categoria “benefício”, item 4.3.3, procurou validar os retornos listados pela literatura da presente pesquisa, identificados como a) incremento de preço pago ao cooperado pelo insumo entregue em comparação ao preço pago pelo mercado; b) redução do preço de insumos, produtos e serviços fornecidos ao cooperado; c) assistência técnica; d) assistência social; e) assistência educacional; f)

juros sobre o capital próprio (JSCP); e g) sobras. As respostas, os relatos e contribuições indicam que, ao ingressar em uma cooperativa, os cooperados esperam o acesso ao mercado; assistência técnica; benefício social; oferta de insumo e serviços; auxílio na sucessão; exercer o direito de propriedade; regulação de preços; relacionamento próximo; retornos econômicos; e segurança. É possível verificar coerência entre a literatura e informações coletadas, no entanto, benefícios como relacionamento e segurança são considerados intangíveis e são reflexos da interação próxima entre cooperado e cooperativa.

Uma questão interessante relatada pelos entrevistados é que algumas cooperativas atuam como reguladoras de preço na região. Nesses casos, quando a cooperativa estabelece um determinado preço para a receber a produção do cooperado, ou ofertar insumos e serviços, ocorre um movimento das empresas concorrentes. Assim, em mercados onde a cooperativa atua como reguladora de preço, estratégias que trabalham com o preço de produtos, insumos e serviços não são viáveis de serem implementadas, pois o cooperado tende a não perceber esse tipo de retorno oferecido pela cooperativa, tendo em vista que os concorrentes irão aumentar o preço conforme a cooperativa também aumenta, no caso dos produtos dos cooperados, ou reduz o preço no caso de insumos e serviços.

O item 4.3.4, apresenta os relatos da categoria “contabilidade e a tomada de decisão”, que demonstram que os cooperados tendem a compreender a importância da informação gerada pela contabilidade, contudo, em alguns casos, os termos técnicos que são utilizados e apresentados nas demonstrações e no processo de prestação de contas tendem a prejudicar a sua compreensão. A educação contábil poderia reduzir a complexidade no processo de apresentação das informações aos cooperados, corroborando com o aumento da compreensão e, conseqüentemente, com o alcance do objetivo da contabilidade. Ademais, a assembleia geral é tida como um momento de confraternização e o processo de prestação de contas durante a assembleia não é tido como eficiente pelos entrevistados. Nesse aspecto, foi apontado como solução para melhorar o processo de discussão e compreensão das informações que são apresentadas, a realização de pré-assembleias, conhecidas em algumas cooperativas como assembleias regionais, que permitem a participação efetiva dos membros.

No que tange às estratégias de retorno, exploradas no item 4.3.5, por meio das falas dos entrevistados foi possível verificar que a estratégia de retorno via preços é

praticada nas sociedades cooperativas, sendo denominada de antecipação das sobras, visto a relação direta entre as estratégias de retorno. Tendo em vista a concorrência entre empresas agropecuárias e outras cooperativas, as estratégias via preço de insumos, produtos e serviços são utilizadas como forma de atrair os cooperados e promover a sua fidelização, uma vez que a orientação temporal do produtor rural tende a ser de curto prazo e os estatutos das cooperativas, geralmente, não oferecem cláusulas para entrega total da produção.

Dentre as estratégias de retorno via assistência, a assistência técnica foi a mais citada entre os entrevistados. Esse retorno, usualmente, não apresenta custo para o produtor rural, sendo internalizado pela cooperativa e, por vezes, absorvido pela RATES. Como não há desembolso por parte do cooperado, em alguns casos a assistência técnica vira obrigação da cooperativa e o cooperado não percebe ou mensura esse benefício. O mesmo ocorre com as demais assistências realizadas pela cooperativa, sendo que como o cooperado não percebe o benefício da realização dessas assistências a cooperativa não se vê estimulada a realizá-las e, por vezes, acaba optando por produzir sobras, um retorno reconhecido pelos cooperados.

Ainda sobre as assistências, os relatos coletados apontaram que, mesmo as cooperativas não utilizando os recursos da RATES na mesma proporção de sua constituição, elas realizam as assistências técnica, educacional e social em prol dos cooperados, apenas optando por não utilizar a reserva para manter o nível de patrimônio líquido e favorecer os índices de estrutura. Ademais, os fatores indicados como justificativa para a falta de utilização da RATES foram o desconhecimento do contador e gestores, tendo em vista as peculiaridades dessa reserva, imobilização dos recursos da RATES e a manutenção do volume de patrimônio líquido, visto que em muitas cooperativas o valor da RATES é superior ao capital social.

Outro fator apresentado é que quando as despesas com assistências são revertidas no resultado, ocorre o aumento das sobras à disposição da assembleia que, dependendo das definições estatutárias e decisão da assembleia, podem ser distribuídas para os cooperados gerando impacto financeiro na cooperativa pelo desembolso de caixa e provocando sua descapitalização. Esse fator corrobora com a análise de que o procedimento de reversão das sobras antes das destinações é o mais coerente, tendo em vista que parte da reversão volta a compor as reservas legais e estatutárias. Caso contrário, na opção indicada pela ITG Comentada produzida pelo Organização das Cooperativas Brasileiras, todo o volume de despesas com

assistências revertida iria para as sobras à disposição da assembleia, o que impediria a prática da reversão segundo os relatos coletados.

Já a estratégia de Juros sobre Capital Próprio, apesar de ser uma forma de retorno também característica das empresas de finalidade lucrativa, ainda é pouco utilizada pelas cooperativas. Dentre as 55 cooperativas estudadas, apenas onze praticaram tal estratégia em 2015. De acordo com os entrevistados, por essa estratégia de retorno ser baseada no capital e não na proporção das operações realizadas, acaba sendo mal compreendida. Nesse sentido, é necessário repensar essa estratégia de retorno como uma possibilidade de capitalizar a cooperativa, tendo em vista que sua realização tende a incentivar a manutenção de capital social pelos cooperados ou incorporação de valores.

Além disso, os entrevistados apontaram que a tributação do imposto de renda sobre JSCP é um fator que reduz a atratividade por essa estratégia. Contudo, é necessário destacar que a distribuição de sobras também é uma estratégia tributada na pessoa física do sócio, visto que os resultados decorrentes de atos cooperativos não estarem sujeitos à tributação na pessoa jurídica, e para o cooperado as sobras representarem rendimento de capital ou de trabalho. Ademais, visto que a ICPC 14, mesmo aprovada pelo CPC, não está em vigência no Brasil devido a publicação da ITG 2004 pelo CFC, o aumento do capital social, que pode ser consequência da remuneração do capital, não seria classificado como passivo, mas sim mantido como patrimônio líquido auxiliando na composição do patrimônio líquido da cooperativa.

Com relação às sobras, os entrevistados relataram que essa estratégia de retorno é requerida pelos cooperados, uma vez que as sobras são equiparadas aos lucros e tidas como métrica do sucesso empresarial. Além disso, a pressão por resultados imposta pelo mercado e reconhecida por credores exerce influência sobre a escolha dessa estratégia de retorno. Por essa razão, a aplicação da teoria sobre zero é vista pelos entrevistados, de maneira geral, como impraticável ou de difícil conciliação com a estratégia de negócio, além de ser incompreendida pelos cooperados e parte dos gestores de cooperativas.

Os fatores que influenciam a escolha da estratégia de retorno, de acordo com o relatos dos entrevistados, foram: (a) o perfil dos cooperados, visto o propósito das sociedades cooperativas de atender às necessidades e interesse dos cooperados; (b) necessidade de fidelização, tendo em vista que estratégias de retorno via preço são utilizadas para atrair e reter os cooperados que buscam retorno de curto prazo e são

suscetíveis a pequenas variação de preços; (c) as necessidades de investimento da cooperativa, já que as reservas são geradas a partir do resíduo empresarial produzido e estratégias via preço reduzem a constituição de reserva; (d) ciclo de vida, visto que as cooperativas no início do seu ciclo de vida tendem a estar preocupadas com a atração e retenção dos cooperados e estratégias via preço são mais eficientes nesse propósito. Já a medida que a cooperativa prospera e cresce, atender às necessidades específicas de preços dos cooperados torna-se mais complexa devido a heterogeneidade de interesse dos cooperados, bem como, a cooperativa tende a se equiparar ao mercado, o que favorece estratégias via resíduos empresariais; e, (e) definições estatutárias que já orientam a forma de retorno ao cooperado, sendo que qualquer alteração depende de aprovação da assembleia.

Com relação ao processo de contabilização adotado pelas cooperativas agropecuárias, ficou evidente que a ITG 2004 não sanou todas as dúvidas e dificuldades encontradas pelos contadores na elaboração das demonstrações contábeis. Para os entrevistados, a contabilidade societária não reconhece, mensura e evidencia de forma adequada os retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias e requer melhorias. É interessante destacar que os entrevistados revelaram que os dados e informações requeridos para esse processo já estão disponíveis na cooperativa, revelando que o desafio atual pode não estar mais na mensuração, mas sim, na evidenciação desses benefícios ao cooperado.

Ademais, cabe destacar que os entrevistados veem como positivo o processo de regulamentação, a exemplo do que já ocorre nos ramos do cooperativismo de crédito, saúde, transporte e infraestrutura. Para os entrevistados, a regulamentação trouxe ganhos no processo de normatização e padronização das informações contábil-financeiras.

Com base na análise documental e nas informações coletadas na realização das entrevistas, é possível apontar algumas sugestões de melhoria para o processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias. Como soluções apresentadas, a DVA, um dos componentes do Balanço Social, pode ser o relatório contábil capaz de incorporar tais informações. Essa proposta exige estudos futuros para explorar possibilidade de incorporar a estratégia de retorno vinculada a insumos e serviços que são oferecidos pela cooperativa com valor inferior ao praticado pelo mercado, bem como validar os ajustes.

Outra solução apresentada foi a divulgação da informação por meio da nota explicativa de partes relacionadas. Contudo, tendo em vista as definições e orientações do Pronunciamento Contábil CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, seria mais adequada a revisão da ITG 2004 (2017) no sentido de sugerir/obrigar a elaboração de uma Nota Explicativa específica para os retornos pela atuação do cooperado na figura do usuário. Porém, alguns entrevistados revelaram que o tratamento dessas informações em demonstrações contábeis ou notas explicativas poderiam dificultar ainda mais a compreensão por parte dos cooperados, sugerindo que tais informações fossem incorporadas ao relatório de gestão das cooperativas, com linguagem adequada aos cooperados, conforme proposta explorada no item 4.4. Nesse sentido, a presente tese traz exemplos já praticados pelas cooperativas Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé e Cotripal Agropecuária Cooperativa que podem ser utilizados como referência e adaptados.

Por fim, por meio das contribuições, há evidências da necessidade de educação cooperativista e capacitação contábil para os membros do conselho de administração, conselho fiscal e demais cooperados, como forma de possibilitar a compreensão da informação contábil e a participação efetiva na avaliação da prestação de contas, viabilizando que as informações contábil-financeiras sirvam ao seu propósito e sejam utilizadas para tomada de decisão dos cooperados.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, K., Chalmers, K., & Khlif, H. (2013). A Meta-analysis of IFRS Adoption Effects. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 173-217.
- Akerlof, G. A. (1970). The market for “Lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, (84)3, 488-500.
- Alasuutari, P. (1995). Theorizing in qualitative research: a cultural studies perspectives. *Qualitative Inquiry*, 2(4), 371-384.
- Alchian, A. A., & Demsetz, H. (1972) Production, Information Costs, and Economic Organization. *The American Economic Review*, 62(5), 777-795.
- Álvarez, M. B. (2010). Impacto del nuevo concepto de patrimonio neto en las sociedades cooperativas. *Partida Doble*, 217, 58–68.
- Álvarez Pérez, B., & Suárez Álvarez, E. (2014). Calificación de instrumentos financieros en las sociedades cooperativas a raíz de la NIC 32. La solución española. *Revista Innovar Journal Revista de Ciencias Administrativas y Sociales*, 25(9), 9-20.
- Araujo, A. M. P., & Assaf Neto, A. (2003). A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 14(33), 16-32.
- Arias, B., & Montegut, Y. (2012). Los efectos de la normativa contable en las sociedades cooperativas. *Revista de Contabilidad y Dirección*, 14, 183–201.
- Arrigoni, F. J. (2000). Aplicações sociais das sociedades cooperativas: um modelo de demonstração contábil. *Caderno de Estudos*, São Paulo: FIECAFI, 12(23), 50-68.
- Balaguer, J. I. G., & Castellano, C. J. P. (2012). The different conception of economic profit in cooperatives. *Journal of Co-Operative Accounting and Reporting*, 1(1), 29-52.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. *Accounting and Business Research*, Forthcoming, 1-65.
- Banco Central do Brasil (Org.). (2009). *Governança corporativa: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito*. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf
- Barea, J., & Monzón, J. L. (2006). *Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*. Recuperado

de <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/3748/attachments/1/translations/en/renditions/native>

Barroso, M. F. G., & Bialoskorski Neto, S. (2010). Distribuição de resultados em cooperativas de crédito rural no Estado de São Paulo. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 12(2), 290-307.

Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>

Becker, A. (2004). *Auditoria Externa Aplicada As Sociedades Cooperativas – Aspectos Patrimoniais, Formais e Sociais*. São Paulo: IOB. ISBN: 13:9798576470631

Bialoskorski Neto, S. (2004). Gobierno y papel de los cuadros directivos en las cooperativas brasileñas: estudio comparativo. *Revista de Economía Pública Social y Cooperativa*, Espanha, 48, 225-241.

Bialoskorski Neto, S. (2006). Aspectos econômicos das cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos.

Bialoskorski Neto, S. (2012). *Economia e gestão de organizações cooperativas*. 2a ed. São Paulo: Atlas.

Bialoskorski Neto, S., Barroso, M. F. G., & Rezende, A. J. (2012). Co-operative governance and management control systems: an agency costs theoretical approach. *Brazilian Business Review*, 9, 68-87.

Bijman, J., Hendrikse, G., & Van Oijen, A. (2013). Accommodating two worlds in one organization: Changing board models in agricultural cooperatives. *Managerial and Decision Economics*, 34(3-5), 204-217. DOI: 10.1002/mde.2584

Boeira, S. L., & Vieira, P. F. (2010). Estudos organizacionais: dilema paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: Silva, A. B. Da; Godoi, C. K.; Bandeira-De-Mello, R. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 17-87.

Boland, M., & Barton, D. (2012). Overview of Research on Cooperative Finance. *Journal of Cooperatives*, 27, 1-14.

Booth, W., Colomb, G., & Williams, J. (2000). *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes.

Brenner, M. E. (2006). Interviewing in educational research. In: J. L. Green, G. Camilli & P. B. Elmore (Eds.), *Handbook of complementary methods in educational research* (3rd ed., 357-370). Washington, DC: American Educational Research Association.

- Bressan, V. G. F., Braga, M. J., Bressan, A. A., & Resende, M. A. R. (2010). Uma proposta de indicadores contábeis aplicados às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 2(4), 58-80.
- Bretos, I., & Marcuello, C. (2016). Revisiting globalization challenges and opportunities in the development of cooperatives. *Annals of Public and Cooperative Economics*. doi: 10.1111/apce.12145.
- Brito, R. P., & Brito, L. A. L. (2012). Vantagem competitiva e sua relação com o desempenho - uma abordagem baseada em valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 16(3), 360-380.
- Brown. P. (2011). International Financial Reporting Standards: what are the benefits? *Accounting and Business Research*, 41(3), 269-285.
- Brown, P. (2013). Some observations on research on the benefits to nations of adopting IFRS. *The Japanese Accounting Review*. doi:10.11640/tjar.3.2013.01
- Brown, J., & Fraser, M. (2006). Approaches and perspectives in social and environmental accounting: an overview of the conceptual landscape. *Business Strategy and the Environment*, 15, 103–117. DOI: 10.1002/bse.452
- Brüggemann, U., Hitz, J.-M., & Sellhorn, T. (2013). Intended and unintended consequences of mandatory IFRS adoption: a review of extant evidence and suggestions for future research. *European Accounting Review*, 22(1), 1-37.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of sociology of corporate life*. London: Heinemann.
- Calixto, L. (2010). Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. *Contabilidade Vista & Revista*, 21, 157-187.
- Carpes, A. M. S., Kaveski, I. D. S., Martins, J. A. S., & Klann, R. C. (2013). Processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade pelas organizações cooperativas: a percepção dos profissionais contabilistas. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 5(3), 114-130.
- Carvalho, L. N. (1991). Contabilidade & ecologia: uma exigência que se impõe. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 75, 20-25.
- Carvalho, F. L., & Bialoskorski Neto, S. (2008). Indicadores de avaliação de desempenho de cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas. *Revista de Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, 10(3), 420-437.
- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). (2018). *Departamento de Economia, Administração e Sociologia*. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. USP - Universidade de São Paulo. Recuperado de

<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> Acesso em 19 de junho de 2018.

- Chaddad (2007a). The evolution of Brazilian dairy cooperatives: A life cycle approach. In *XLV Congresso da Sober, Conhecimentos para Agricultura do Futuro*, 22–25.
- Chaddad, F. (2012). Advancing the theory of the cooperative organization: the cooperative as a true hybrid. *Annals of Public and Cooperative Economics*, Belgium, 83, 445–461.
- Chaddad, F., & Iliopoulos, C. (2013). Control Rights, Governance, and the Costs of Ownership in Agricultural Cooperatives. *Agribusiness: An International Journal*, 29(1), 3–22.
- Chua, W. F. (1986). Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, 61(4), 601-632.
- Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). (2009). *CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação*. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=70>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). *Interpretação Técnica ICPC 14 – Cotas de cooperados em entidades cooperativas e instrumentos similares*. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=23>.
- Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). (2011). *CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado de http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf
- Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). (2011). *CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>
- Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). (2008). *CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado*. Recuperado em: http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf
- Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). (2012). *CPC 46 - Mensuração do Valor Justo*. Recuperado de http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2006.pdf
- Conselho Federal de Contabilidade. (2001). *Resolução CFC nº 920 - NBC T 10.8 Entidades Cooperativas*. Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_920.pdf

- Conselho Federal de Contabilidade (2003). *Resolução CFC nº 2003/00095901 NBC T 10.21 - IT 2 - Demonstração de Sobras ou Perdas*. Recuperado de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000959
- Conselho Federal de Contabilidade (2005). *Resolução CFC nº 1.013 NBC T 10.8- IT 01 Entidades Cooperativas*. Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1013.pdf
- Conselho Federal de Contabilidade (2017). *Ata da 254ª Reunião da Câmara Técnica*. 17 e 18 de maio de 2017. Recuperado de <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Ata-C%C3%A2mara-T%C3%A9cnica-254-Maio-de-2017.pdf>
- Conselho Federal de Contabilidade (2017). *Resolução CFC nº 2017/ITG2004 ITG 2004 – Entidade Cooperativa*. Recuperado de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/ITG2004&arquivo=ITG2004.doc
- Conselho Federal de Contabilidade (2017b). *ITG 2004 – Entidade Cooperativa*. Recuperado de http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2017/08/ITG_2004_Aud.docx
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (54a ed.). (2017). São Paulo: Saraiva.
- Cook, M. (1995). The future of U.S. agricultural cooperatives: A neo-institutional approach. *American Journal of Agricultural Economics*, Milwaukee, 77(5), 1153-1159.
- Cook, M. L., & Burress, M. J. (2009). A cooperative life cycle framework. *Working paper*. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/228545021_A_Cooperative_Life_Cycle_Framework
- Cooper, D. J., & Morgan, W. (2008). Case study research in accounting. *Accounting Horizons*, 22(2), 159–178. doi:10.2308/acch.2008.22.2.159
- Cornforth C. (2004). The governance of cooperatives and mutual associations: a paradox perspectives. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 75(1), 11–32.
- Cosenza, J. P. (2003). A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, edição comemorativa, 7-29.
- Costa, D. R. M., Chaddad, F. R., & Azevedo, P. R. (2012). Determinantes da separação entre propriedade e gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. *Revista de Administração*, 47(4), 581-595.
- Costa, J. A., & Suzart, J. A. S. (2017). As Cooperativas de Crédito Brasileiras e os Impactos da Adoção da ICPC 14 (IFRIC 2). In: *Anais do Congresso XVII USP International Conference in Accounting, Universidade de São Paulo*. Recuperado de

<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/AnaisCongresso2017/ArtigosDownload/137.pdf>

Craig, J. G. (1980). *Member Commitment: A Thing of the Past or a Possibility for the Future? Cooperative Future Directions*. Project Working Papers. Saskatoon: The Cooperative College of Canada.

Crotty, M. (1998). *The foundations of social research: meaning and perspective in the research process*. Crows Nest: Sage Publications Ltda.

De Luca, M. M. M., Da Cunha, J. V. A., Ribeiro, M. De S., & Oliveira, M. C. (2009). *Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. 2a ed. São Paulo: Atlas.

Detilleux, J., & Naett, C. (2005). Cooperatives and International Accounting Standards: The Case of IAS 32*. *Revue internationale de l'économie sociale*, 295, 1-13.

Dias Filho, J. M. (2000). A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Caderno de Estudos*, 13(24), 38-49. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92512000000200003>

Dickel, D. (2014). *Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias*. Porto Alegre: Sescop/RS.

Dichev, I. (2008). On the balance sheet-based model of financial reporting. *Accounting Horizons*, 22(4), 453-470.

DiMaggio, P. J., & Poweli, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89.

Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The stakeholder theory of the corporation—Concepts, evidence, and implications. *Acad. Management Review*, 20(1), 65-91.

Drimer, A. K., & Drimer, B. (1973). *Las cooperativas: fundamentos, história, doutrina*. Buenos Aires: INTERCOOP.

Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Caderno de Pesquisa*, 115, 139-154.

Edwards, E. O., & Bell, P. W. (1961). *The theory and measurement of business income*. Berkeley: University of California Press.

Eisenhardt, K. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532-550.

Enke, S. (1945). Consumer Cooperatives and Economic Efficiency. *The American Economic Review*, 35(1), 148-155.

- Eschenburg, R. (1983). Uma breve intrução a la teoria econ3mica de la cooperaci3n. *Perspectiva Econ3mica*, 13, 7-14.
- Feng, L. (2010). On the nature of cooperatives: a system of attributes perspective. In:_____, *Motivation, Coordination and Cognition in Cooperatives*. Thesis Erasmus University.
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspective on Accounting*, 27, 1-17.
- Foreman, P., & Whetten, D. (2002). Members' identification with multipleidentity organizations. *Organizational Science*, 13(6), 618–635.
- Freeman R. E., & Phillips R. (2002). Stakeholder theory: A libertarian defense. *Bussines Ethics Quart*, 12(3), 331–350.
- Freeman, R. E., Wicks, A. C., & Parmar, B. (2004). Stakeholder Theory and "The Corporate Objective Revisited". *Organization Science*, 15(3), 364-369. doi 10.1287/orsc.1040.0066
- Friedman, A. L., & Miles, S. (2002). Developing Stakeholder Theory. *Journal of Management Studies*, 31, 1-21. doi: 10.1111/1467-6486.00280
- Fuji, A. H. (2004). O conceito de lucro econ3mico no 4mbito da contabilidade aplicada. *Revista Contabilidade & Finanç3s - USP*, S4o Paulo, 36, 74-86.
- Fulton, M. (1999). Co-operatives and member commitment. *The Role of Cooperative Entrepreneurship in the Modern Market Environment*. Helsinki, Finland.
- Fulton, M. (1999b) Cooperatives and Member Commitment. *Finnish Journal of Business Economics*, 4, 418-437.
- Garrido, S. (2007). Why Did Most Cooperatives Fail? Spanish Agricultural Cooperation in the Early Twentieth Century. *Rural History*, 18(2), 183-200.
- Gimenes, R. M. T., & Uribe-Opazo, M. A. (2001). Previs4o de Insolv4ncia de Cooperativas Agropecu4rias por Meio de Modelos Multivariados. *Revista da FAE*, 4(3), 65-78.
- Gimenes, R. M. T., Opazo, M. A. U., & Uliana, C. (2002). M4todos utilizados para o c4lculo do Custo de Capital nas Cooperativas Agropecu4rias do Estado do Paran4. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 13(2), 67-84.
- Gioia, D. A., & Pitrie, E. (1990) Multiparadigm perspectives on theory building. *The Academy of Management Review*, 15(4), 584-602.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitive Research*, Mill Valley, CA: Sociology Press.

- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1965). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Recuperado de http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf
- Godoi, C. K., & Mattos, P. L. C. L. (2010). Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: Silva, A. B., Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 301-323.
- Godoy, A. S. (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, 35 (2), 57-63.
- Golçalves, C. S. (2003). *Uma contribuição à estruturação dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas: aplicação em uma cooperativa de trabalho*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo).
- Greiner, L. E. (1998). Evolution and revolution as organizations grow. *Harvard Business Review*. Recuperado de <https://hbr.org/1998/05/evolution-and-revolution-as-organizations-grow>
- Grossman, S. J., & Hart, O. D. (1986). The costs and benefits of ownership: A theory of vertical and lateral integration. *Journal of Political Economy*, 94, 691–719.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing Paradigms in Qualitative Research. In: Denzin, N. K & Lincoln, Y. S. (Eds.), *Handbook of qualitative research*, 105–117. Thousand Oaks: Sage. Recuperado de [https://www.uncg.edu/hdf/facultystaff/Tudge/Guba & Lincoln 1994.pdf](https://www.uncg.edu/hdf/facultystaff/Tudge/Guba%20&%20Lincoln%201994.pdf)
- Guerreiro, R., Frezatti, F., Lopes, A. B., & Pereira, C. A. (2005). O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. *Organização e Sociedade*, 12(35), 91-106.
- Hall, R. (2000). Videorecording as theory. In Anthony, E. Kelly & Richard A. Lesh (Eds.) *Handbook of research design in mathematics and science education* (pp.647-664) Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Hart, S. (1997) Classical Cooperative Theory I: Core-Like Concepts. In: Hart S., Mas-Colell A. (eds) *Cooperation: Game-Theoretic Approaches*. NATO ASI Series (Series F: Computer and Systems Sciences), vol 155. Springer, Berlin, Heidelberg.
- Hansmann, H. (1996). *The ownership of enterprise*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Helmberger, P., & Hoos, S. (1962). Cooperative Enterprise and Organization Theory. *Journal of Farm Economics*, 44, 275–90.
- Hendrikse, G. (2005). Contingent control rights in agricultural cooperatives. In T. Theurl & E.C. Meyer (Eds.), *Strategies for Cooperation* (pp. 385–393). Maastricht: Shaker Verlag.

- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2012). *Teoria da contabilidade* (A. Z. Sanvicente, trad.). 5a ed. São Paulo: Atlas.
- Herbst, P., & Prüfer, J. (2016). Firms, nonprofits, and cooperatives: A theory of organizational choice. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 87(3), 315–343.
- Hicks, E., Maddocks, J., Robb, A., & Webb, T. (2007). Co-operative Accountability and Identity: An Examination of Reporting Practices of Nova Scotia Co-operatives. *Journal of Co-operative Studies*, 40(2), 4-16. ISSN 0961-5784
- Hind, A. M. (1999). Co-operative Life Cycles and Goals. *Journal of Agricultural Economics*, 50, 536-548.
- Ijiri, Y. (1975). *Theory of accounting measurement*. Sarasota, FL: American Accounting Association.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). *Censo Agropecuário*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2016). *Governança Corporativa*. Recuperado de <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>
- International Accounting Standards Board (2015). *The conceptual framework for financial reporting*. Recuperado de <http://www.ifrs.org/projects/work-plan/conceptual-framework/#published-documents>
- International Co-operative Alliance (2015). *New IFRS appointment to open the door for greater dialogue between regulators and co-operative financial institutions*. Recuperado de <https://www.ica.coop/en/media/news/new-ifrs-appointment-open-door-greater-dialogue-between-regulators-and-co-operative>
- International Co-operative Alliance (2017). *What is a co-operative?*. Recuperado de <https://ica.coop/en/what-co-operative>
- Isidoro, C., Facci, N., Espejo, M. M. S. B., & Garcias, P. M. (2012). The use of tools of management accounting in agricultural cooperatives. *Revista de Contabilidade Ufba*, 6(2), 39-55.
- Iudícibus, S., Ribeiro Filho, J. F., Lopes, J. E. G., & Pederneiras, M. M. M. (2011). Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas da “Teoria tradicional e teoria crítica”. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, São Leopoldo, 8(4), 274-285.
- Iudícibus, S. (2017). *Análise de balanços* (11a ed.). São Paulo: Atlas.

- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? Na exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 480-494.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, Agency Cost and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3 (4), 305-360.
- Jones, T. (1995). Instrumental stakeholder theory. *Academy of Management Review*, 20(2), 404–37.
- Jones T., & Wicks A. (1999). Convergent stakeholder theory. *Academy of Management Review*. 24(2), 206–21.
- Kasperskaya, Y. (2008). Implementing the balanced scorecard: a comparative study of two Spanish city councils – an institutional perspective. *Financial Accountability & Management*, 24(4), 363-384.
- Kenkel, P. (2015). Profit Distribution Alternatives for Agricultural Cooperatives. *Journal of Cooperatives*, 30, 28-49.
- King, N. (2004). Using templates in the thematic analysis of text. In C. Cassell and G. Symon (Eds.). *Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research*. London: Sage.
- Kopel, M., & Marini, M. A. (2016). Organization and governance in social economy enterprises: an introduction. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 87(3), 309–313.
- Kuzel, A. (1992) Sampling in qualitative inquiry. In: Benjamin Carbtree & William Miller (Eds.), *Doing qualitative research* (pp. 31-44). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kvall, E., & Nobes, C. W. (2010). International Differences in IFRS Policy Choice: A research note. *Accounting and Business Research*, 40(2), 173-187.
- Lambert, P. (1975). *La doctrina cooperative* (4a ed.). Buenos Aires: INTERCOOP.
- Lei nº 5.764 (1971, 16 de dezembro). Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Poder Legislativo. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm
- Lei nº 10.406 (2002, 10 de janeiro). Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Poder Legislativo. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm
- Lei nº 13.097 (2015). *Capítulo XV – do capital social das cooperativas*. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF.

- Levie, J., & Hay, M. (1999). *Progress or just proliferation? A historical review of stages models of early corporate growth*. Working Paper. London: London Business School.
- Londero, P. R. (2015). *Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-02092015-100510/>
- Londero, P. R. (2016). *Impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias: evidenciação pela Demonstração do Valor Adicionado*. Porto Alegre: SESCOOP/RS.
- Londero, P. R., & Bialoskoski Neto (2016). Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, 18(3), 256-272.
- Londero, P. R., & Santos, A. (2017). ICPC 14: Os Impactos dessa Norma Contábil nas Sociedades Cooperativas. In: *Anais do Congresso XVII USP International Conference in Accounting, Universidade de São Paulo*. Recuperado de <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/AnaisCongresso2017/ArtigosDownload/112.pdf>
- Lopes, A. B. (2002). *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da Contabilidade – Uma Nova Abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Lourenço, I. M. F. C., & Branco, M. E. M. A. D. C. (2015). Principais consequências da adoção das IFRS: Análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. *Revista de Contabilidade & Finanças*. doi: 10.1590/1808-057x201500090
- Lourenço, I., Sarquis, R., Branco, M., & Pais, C. (2015). Extending the Classification of European Countries by their IFRS Practices: A Research Note. *Accounting in Europe*, 12(2).
- Macho-Stadler, I., & Pérez-Castrillo, J. D. (2001). *An Introduction to the Economics of information*, Oxford: Oxford University Press.
- Mackenzie, B., Coetsee, D., Njikizana, T., Chamboko, R., Colyvas, B., & Hanekon, B. (2013). *IFRS 2012: Interpretação e aplicação*. Porto Alegre: Bookmann.
- Maffezzolli, E. G. F., & Boehs, C. G. E. (2008). *Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa*. *Revista da FAE*, Curitiba, 11(1), 95-110.
- Malacrida, M. J. C., & Yamamoto, M. M. (2006). Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do

- Ibovespa. *Revista de Contabilidade Contemporânea*, edição contemporânea, 65–79.
- Marí, S. (2006). Efectos de la aplicación de la CINIIF 2 en las cooperativas. Un estudio empírico en dos cooperativas citrícolas de la Comunidad Valenciana a través de un análisis económico-financiero. *Revista de Estudios Cooperativos*, 89, 84–107.
- Martins, E. (Org.) (2001). *Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, E. A. (2012). Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14022013-171839/pt-br.php>
- Martins, E., Diniz, J. A., & Miranda, G. J. (2016). *Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, A. I., João, B. M., & Marion, J. C. (2012) O perfil da pesquisa contábil sobre IFRS: uma revisão bibliométrica dos artigos internacionais sobre a matéria. *Revista Científica Hermes*, 7, 133-154.
- Maxwell, N. P. (2009). Designing qualitative study. In: Leonard Bickman & Debra Rog (Eds.) *The Sage handbook of applied social research methods* (2nd ed., 214-253). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Ménard, C. (2004). The Economics of Hybrid Organizations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 160(3), 345-37.
- Ménard, C. (2011). Hybrid modes of organization. alliances, joint ventures, networks, and other 'strange' animals. In: R. Gibbons and J. Roberts (eds.), *Handbook of Organizational Economics*. Princeton: Princeton University Press (Forthcoming).
- Menegário, A. H. (2000). Emprego de indicadores sócio econômico na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias. 121 f. (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba).
- Milgrom, P., & Roberts, J. (1992). *Economics, Organization & Management*. New Jersey: Prentice Hall.
- Miller, D., & Friesen, P. H. (1980). Archetypes of organizational transition. *Administrative Science Quarterly*, 25, 268-299. doi: 10.2307/2392455.
- Morgan, G. (1980). Paradigm, metaphors, and puzzle solving in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, 25, 605-622;
- Morgan, G., & Smircich, L. (1980). The case for qualitative research. *Academy of Management Review*, 5(4), 491-500.

- Mulgan R. (2000). Accountability: an ever-expanding concept? *Public Administration*, 78(3), 555–573.
- Nakao, S. (Org.) (2017). *Contabilidade Financeira no Agronegócio: Elaborado conforme os pronunciamentos contábeis do CPC e IFRS*. São Paulo: Atlas.
- Nilsson, J. (2001). Organisational principles for cooperative firms, *Scandinavian Journal of Management*, 17, 329–356.
- Nobes, C. (2013) The Continued Survival of international differences under IFRS. *Accounting and Business Research*, 43(2).
<http://dx.doi.org/10.1080/00014788.2013.770644>
- Queiroz, M. A. L., Vasconcelos, F. C., & Goldszmidt, R. G. B. (2007). Economic Rents and Legitimacy: Incorporating Elements of Organizational Analysis Institutional Theory to the Field of Business Strategy. *Revista de Administração Contemporânea* (1ª ed. Especial, 177-198).
- O'Dwyer B. (2003). Conceptions of corporate social responsibility: the nature of managerial capture. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 16(4), 523–557.
- Oliveira, R. S., & Santos, J. L. (2012). Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo: uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 14, 69-80.
- Olson, F. E. (2007). *Na empirical approach to exploring the role of selective incentives in mitigating the free rider problem*. (Tese de Doutorado em Economia Agrícola, Universidade de Missouri. Columbia).
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2015). *Relatório de Gestão*. Recuperado de http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=19665
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2017). *Ramos do cooperativismo*. Recuperado de <http://www.ocb.org.br/ramos>
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2017b). Ramo agropecuário. Recuperado de <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/ramo-agropecuário>
- Organização das Cooperativas Brasileiras – Espírito Santo (2017). Cartilha Contábil. Recuperado de http://novo.ocbes.coop.br/imagens/16__69816225767a2017m1d10h10n57s9.pdf
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2018). *ITG 2004 Comentada*. Recuperado de <http://www.sescoopr.org.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2019). *Anuário do Cooperativismo Brasileiro - 2018*. Recuperado de <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>

- Ortmann, G., & King, R. P. (2007). Agricultural Cooperatives I: History, Theory and Problems. *Agekon*, 46, 40-68.
- Panzutti, R. (1996). *Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas do Estado de São Paulo: caso da cooperativa dos agricultores da região de Orlândia*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas).
- Panzutti, R. (2005). *Cooperativa: um empreendimento participativo* (2a ed.). São Paulo: OCESP/SESCOOP.
- Parecer Normativo nº 38 - Coordenador do Sistema de Tributação (1980, 31 de outubro). *Diário Oficial da União*, nº 211, Brasília, DF: Poder Legislativo. Recuperado de <http://www.fiscosoft.com.br/g/4c6/parecer-normativo-coordenador-do-sistema-de-tributacao-cst-n-38-de-00001980>
- Perius, V. (2012), União que gera oportunidades e desenvolvimento. *SARGS Notícias*, Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, 12, 8-10.
- Pesqueux, Y., & Damak-Ayadi, S. (2005). Stakeholder theory in perspective, *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 5(2), 5-21. doi: <http://dx.doi.org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1108/14720700510562622>
- Pinho, D. B. (2004). *Cooperativismo no Brasil: Da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva.
- Pivoto, D. (2015). *Governança Cooperativa: os problemas dos direitos de propriedade difusos em cooperativas agropecuárias*. Porto Alegre: SESCOOP/RS.
- Prakash A. (2002). Green marketing, public policy and managerial strategies. *Business Strategy and the Environment*, 11, 285–297.
- Ramanathan, K. V. (1976). Toward a theory of corporate social accounting. *The Accounting Review*, 51(3), 516-528.
- Ribeiro, D. M. (2008). Insolvência de cooperativas de crédito: Uma aplicação do Modelo de Cox com covariáveis dependentes do tempo. (Monografia de Especialização em Estatística, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Estatística, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Richards T. J., Klein K. K., & Walburger A. (1998). Principal-agent relationships in agricultural cooperatives: an empirical analysis from rural Alberta. *Journal of Cooperatives*, 13, 21–34.
- Robotka, F. (1947). A Theory of Cooperation. *American Journal of Agricultural Economics*, 29(1), 94-114.
- Rodrigues, D. R., & Silva, D. M. (2015). Impacts of technical interpretation ICPC 14 for cooperative entities: a practical application. *ConTexto*, 15(29), 78-95.

- Ronco, A. M. (2009). La información financiera en las sociedades cooperativas. Efectos en la evaluación de la Solvencia. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 14(3), 3-13.
- Royer, J. S. (2004). *Cooperatives: An economic and management perspective*. Recuperado de <http://agecon.unl.edu/royer/theory.pdf>
- Royer, J. S., & Smith, D. B. (2007). Patronage Refunds, Producer Expectations, and Optimal Pricing by Agricultural Cooperatives. *Journal of Cooperatives*, 20(1), 1-16.
- Royer, J. S. (2014). The Neoclassical Theory of Cooperatives: Part I. *Journal of Cooperatives*, 28, 1-19.
- Royer, J. S., & Shihpar, M. L. M. (1997), Individual Patron Preferences, Collective Choice, and Cooperative Equity Revolvment Practices. *Journal of Cooperatives*, 12(16), 47-61.
- Saes, M. S. M. (2007), A Distribuição de Quase-renda e a Estratégia de Diferenciação no Café. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 151-171.
- Sapiro, A. (1921). *Cooperative Marketing*. Circular 110, North Carolina Extension Service
- Santos, A. (2002). Pior que decepção! Dá para entender os resultados publicados pelas empresas? *IOB – Temática Contábil e Balanços*, 36(19), 1-7.
- Santos, A., Gouveia, F. C. H., & Vieira, P. S. (2012). *Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Santos, A. & Hashimoto, H. (2013). Demonstração do Valor Adicionado: algumas considerações sobre a carga tributária. *Revista de Administração*, São Paulo, 38(2), p.153-164.
- Santos, A., & Londero, P. R. (2017). *ICPC 14: o que está faltando?* *Revista de Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, 28(75), 478-478. doi: 10.1590/1808-057x201704740
- Santos, H. S. (1986). A análise econômica e financeira da empresa cooperativa. In: PINHO, D. B. (Org.). *Empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil*. São Paulo: Coopercultura, 19-36.
- Schneider, J. O. (2012). A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. *Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social*, 3 (2), 251-273.
- Scott, W. R. (2015). *Financial accounting theory* (7th ed.) USA: Pearson Prentice Hall.

- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (2017). *Entenda as diferenças entre associação e cooperativa*. Recuperado de <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM1000000b272010aRCRD>
- Sexton, R. J. (1983). Economic considerations in forming consumer cooperatives and establishing pricing and financing policies. *Journal of Consumer Affairs*, 17(2), 290–314. doi: 10.1111/j.1745-6606.1983.tb00305.x
- Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *Journal of Finance*. 52, 737-783.
- Simon, H. (1957). *Administrative behavior* (2a ed.). New York: Macmillan.
- Singleton-Green, B., & R. Hodgkinson. (2010). *Business Models in Accounting: The Theory of the Firm and Financial Reporting*. Recuperado de <https://www.icaew.com/~media/corporate/files/technical/financial%20reporting/information%20for%20better%20markets/bmia%20published%20report.ashx>
- Smith, M. (2015). *Research Methods in Accounting* (3rd ed.). London: Sage.
- Souza, B. C., Necyk, G. A., & Frezatti, F. (2008). Ciclo de vida das organizações e a contabilidade gerencial. *Revista Enfoque*, 27, 09-22.
- Spear R. (2004). 'Governance in democratic member-based organizations'. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 75(1), 33–59.
- Spence, M. (1973). Job market signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355-374.
- Staatz, J. (1983). The Cooperative as a Coalition: A Game-Theoretic Approach. *American Journal of Agricultural Economics*, 65(5), 1084-1089
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA.: Sage.
- Stiglitz, J. E., & Weiss, A. (1981). Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, 71(3), 393-410.
- Swift T. (2001). Trust, reputation and corporate accountability to stakeholders. *Business Ethics: European Review*, 10(1), 16–26.
- Sykuta M. E., & Cook M. L. (2001). A new institutional economics approach to contracts and cooperatives. *American Journal of Agricultural Economics*, 83(5), 1273–1279.
- Syrjä, P., Sjögrén, H., & Tuominen, P. (2012). Financial performance and efficiency of consumer co-operatives and limited companies – agency theoretical approach. *Journal of Co-operative Accounting and Reporting*, 1(1), 53-69.

- Szüster, N., Szüster, F. R., & Szüster, F. R. (2005). Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. *Revista de Contabilidade e Finanças - USP*, 16(38), 20-30.
- Tinoco, J. E. P. (1992). Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e saída. *Caderno de Estudos Fipecafí*. 6, 1-16.
- Toledo, L. A., & Shiaishi, G. F. (2009). Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. *Revista da FAE*, 12(1), 103-119.
- Valadares, J. H. (2001). *A moderna administração de cooperativas: curso de preparação para os futuros dirigentes da Unimed-RO*. Porto Velho: FGV.
- Vargas, C. (2007). Aportaciones exigibles o no exigibles: esa es la cuestión. *Revista CIRIEC - España Revista Jurídica*, 22, 1–45.
- Varian, H. R. (2002). *Microeconomia: princípios básicos* (9a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Vasconcelos, F. C., & Cyrino, A. B. (2000). Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 40(4), 20-37.
- Vialcanet, R. B., & Roig, L. C. (2013). Estudi empíric sobre els efectes de l'aplicació de la NIC 32 a les cooperatives. *Intangible Capital*, 9(2), 392-419.
- Vialcanet, R. B., & Salas, O. A. (2014). Efectos económicos de la primera aplicación de las normas contables adaptadas a la NIC 32 en las cooperativas. *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*, 17(2), 201–211.
- Voss, B. (2016). *Discursive constructions of social and environmental accounting in Brazil: the case of Petrobras*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09062016-172826/pt-br.php>
- Webb, T. (2014). Cooperative performance accounting and reporting: accounting for the difference. In Ketilson & Robichaud (under the direction of), *Cooperatives' Power to Innovate*, 461-475. Lévis: International Summit of Cooperatives. doi: 978-2-9813483-2-6.
- Weffort, E. J. (2003). *Impacto do sistema educacional, sistema legal e mercado na harmonização das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).
- Williamson, O. E. (1985). *The economic institutions of the capitalism*. New York: Free press.
- Williamson, O. E. (1988). The logic of economic organization. *The Journal of Law, Economics & Organization*, 4(1), 65-93.

- Yin, R. K. (2005). *Estudos de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. K. (2016). Tradução de Penso Editora LTDA. *Pesquisa qualitativa: do início ao fim*. Porto Alegre: Grupa A Educação S/A.
- Yoshitake, M., Fraga, M. S., & Tinoco, J. E. P. (2010). As sociedades cooperativas e as barreiras à aplicação de Normas Internacionais de Contabilidade. In: *Seminários em Administração*, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP. Recuperado de <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/951.pdf>
- Young, L. H. B. (2008). *Sociedades cooperativas: resumo prático* (8a ed.). Curitiba: Juruá.
- Zanette, M. A., Nascimento, C., & Alberton, L. (2009). A sistemática de procedimentos analíticos em auditoria externa aplicada em cooperativa de crédito. In: *Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais*, 2009, São Paulo. SIMPOI. São Paulo: FGV-EAESP, 01-16.
- Zylbersztajn, D. (1994). Organização de cooperativas: desafios e tendências. *Revista de Administração*, São Paulo, 29(3), 23-32.
- Zylbersztajn, D. (2002). Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. Artigo apresentado no *XIV Seminário de Política Econômica: Cooperativismo e Agronegócio* (pp.1-20). Viçosa, MG. Recuperado de http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Quatro_estrategias_fundamentais_para_cooperativas_agr%C3%ADcolas_2002.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: *Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados aos cooperados pelas cooperativas agropecuárias*

Pesquisadora responsável: Paola Richter Londero

1. **Natureza da pesquisa:** *O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar a percepção do entrevistado sobre a contabilidade em sociedades cooperativas, bem como, apurar os possíveis aspectos contábeis, financeiros, políticos, históricos e sociais que atuam como limitadores para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios econômicos e sociais produzidos pelas cooperativas agropecuárias aos seus cooperados, e possíveis sugestões de tratamentos contábeis.*

2. **Público-alvo:** *Representantes do movimento cooperativista, presidentes e gestores de cooperativas, contadores e conselheiros fiscais de cooperativas, auditores e professores vinculados ao estudo do movimento nas áreas de administração, economia e contabilidade*

3. **Envolvimento na pesquisa:** *Ao participar deste estudo o(a) senhor(a) permitirá que os pesquisadores utilizem, para as finalidades previstas, as informações que prestar durante as entrevistas. O(A) senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar, bem como de desistir a qualquer momento de continuar participando da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o(a) senhor(a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones e e-mails dos pesquisadores do projeto.*

4. **Sobre a entrevista:** *Será gravada uma entrevista semiestruturada, em local e data a serem combinados com o(a) senhor(a), abordando informações sobre a contabilidade das sociedades cooperativas, mais especificadamente sobre a forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias aos seus cooperados.*

5. **Riscos e desconforto:** *Ao analisar as entrevistas que nos forem concedidas, nossa intenção não é de apenas reproduzir as informações e opiniões prestadas pelos participantes. Pretendemos identificar os possíveis aspectos contábeis, financeiros, políticos, históricos e sociais que atuam como limitadores para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios econômicos e sociais produzidos pelas cooperativas agropecuárias. Em que pese o rigor teórico-metodológico com que pretendemos pautar nossas análises, entendemos que os julgamentos inerentes a qualquer procedimento classificatório possam entrar em conflito com as percepções dos próprios participantes, que poderão vir a se sentir desconfortáveis com as caracterizações apresentadas. A despeito desta possibilidade, os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*

6. Confidencialidade: *Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente os pesquisadores terão acesso à íntegra das gravações, e em quaisquer transcrições de falas que venham a ser incorporadas ao manuscrito final as identidades dos participantes serão preservadas. O(A) senhor(a) tem a garantia de que todos os dados obtidos a seu respeito só serão utilizados neste estudo.*

7. Benefícios: *Ao participar desta pesquisa o(a) senhor(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes para elucidar aspectos da contabilidade das sociedades cooperativas. Caso seja de seu interesse, enviar-lhe-emos todas as publicações dos resultados deste estudo em congressos e periódicos científicos.*

8. Pagamento: *O(A) senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Data:

Nome do participante da pesquisa

Assinatura

Declaro que obtive, de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Data:

Paola Richter Londero

Assinatura

Pesquisador responsável:

Paola Richter Londero

Telefone (55) 99963-3013

E-mail: paolarlondero@gmail.com

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista: Modelo Presidente e Executivos

Público-alvo: Presidentes e Gestores de Cooperativas

Primeiramente, gostaria de agradecer a disponibilidade e oportunidade de realização desta entrevista. Os resultados desta entrevista irão subsidiar a construção de uma tese de doutorado que será defendida no Departamento de Contabilidade da FEA/ Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é

Objetivo da Pesquisa: Analisar o tratamento contábil utilizados aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento.

ABERTURA

Gostaria de pedir autorização para gravar essa entrevista, com o intuito de facilitar o processo de transcrição das informações. Você permite?

Caso, em algum momento, você deseje que a gravação seja interrompida, basta solicitar.

Pergunta adicional (se houver necessidade):

- Comente um pouco sobre a sua trajetória profissional vinculada às cooperativas

Perguntas do Roteiro de Entrevista
1. Quais são as formas de retornos econômicos e sociais oferecidas pela cooperativa aos seus cooperados? a. Todas essas estratégias são realizadas e suficientes para cooperativa atualmente?
2. Como as estratégias de retorno econômico são estabelecidas? (Se necessário: preço do produto, preço do insumo, sobras, JSCP, etc.) a. Nos últimos anos houve mudança na estratégia de distribuição? Se sim, por quê?
3. Com relação aos retornos sociais e demais retornos vinculados ao FATES, como ocorre a seleção dos projetos que visam sua realização? a. Como é a participação do cooperado nesse processo?
4. Analisando as informações das maiores cooperativas do Brasil, encontramos significativas diferenças entre os valores de constituição e a realização do FATES, como tais diferenças poderiam ser explicadas? a. Quando e quem determina se as despesas de assistência técnica, social e educacional serão absorvidas pelo FATES?
5. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos do FATES em seu benefício? a. O cooperado compreende a utilização desses recursos como retorno próprio?

6. E com relação aos demais retornos econômicos, o cooperado possui conhecimento pleno sobre eles?

- a. Se sim, como isso é alcançado pela cooperativa?
- b. Em parte, quais os mecanismos que a cooperativa utiliza para essa comunicação? E quais os fatores que limitam esse processo?
- l. A contabilidade (demonstrações contábeis) auxilia nesse processo?
- c. Se não, quais são os fatores que limitam o fluxo de informações e como poderiam ser superados?

7. Os índices de rentabilidade são direcionadores de decisão na cooperativa? Por quê?

- a. Esses índices são apresentados aos cooperados?

8. O(a) senhor(a) acredita que a contabilidade tradicional é adequada para demonstrar os retornos econômicos e sociais gerados pela cooperativa?

- b. Na sua percepção, um investidor em uma empresa tem mais informações oferecidas pela contabilidade sobre os retornos do que um cooperado? Por quê?

FECHAMENTO

→ Existe alguma questão sobre o tema dessa entrevista que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar ou complementar?

Temos um **Termo de consentimentos livre e esclarecido** que precisa ser assinado quando entrevistas são realizadas, o(a) senhor(a) poderia assinar? O termo apenas esclarece que os dados na íntegra serão preservados, assim como sua identidade e que essa entrevista foi realizada dentro dos preceitos éticos.

Gostaria de agradecer imensamente por sua colaboração com o processo de pesquisa acadêmica, sua disponibilidade e percepção é muito importante para o estudo.

Muito obrigada, vou encerrar a gravação.

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista: Modelo Conselho Fiscal (Cooperados)

Público-alvo: Conselho Fiscal (Cooperados)

Primeiramente, gostaria de agradecer a disponibilidade e oportunidade de realização desta entrevista. Os resultados desta entrevista irão subsidiar a construção de uma tese de doutorado que será defendida no Departamento de Contabilidade da FEA/ Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é

Objetivo da Pesquisa: Analisar o tratamento contábil utilizados aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento.

ABERTURA

Gostaria de pedir autorização para gravar essa entrevista, com o intuito de facilitar o processo de transcrição das informações. Você permite?

Caso, em algum momento, você deseje que a gravação seja interrompida, basta solicitar.

Pergunta adicional (se houver necessidade):

- Comente um pouco sobre a sua trajetória profissional vinculada às cooperativas

Perguntas do Roteiro de Entrevista
<p>1. Quais são os retornos econômicos e sociais percebidos pelo(a) senhor(a) ao fazer parte da cooperativa?</p> <p>a. Em valores, você saberia qual o total de benefícios que você recebe da cooperativa?</p> <p>I. Se sim, como essa informação é fornecida?</p>
<p>2. Qual a participação do cooperado na determinação do preço pago pelo produto e no preço do insumo oferecido aos cooperados?</p> <p>a. O cooperado tem conhecimento que, as vezes, a cooperativa paga mais pelo seu produto que o mercado? Ou que o insumo comprado na cooperativa é mais barato? Como isso acontece?</p>
<p>3. O(a) senhor(a) acredita que a informação sobre os retornos econômicos e sociais gerados seria importante para o cooperado? Por quê?</p>
<p>4. Na sua percepção, a contabilidade auxilia os cooperados na tomada de decisão referente a cooperativa? Como?</p>
<p>5. Como o(a) senhor(a) percebe a geração e realização do FATES na cooperativa?</p> <p>a. É um benefício para o cooperado ou é vista mais como uma diminuição da sobra?</p>
<p>6. Com relação aos retornos de assistência técnica, educacional e social vinculados ao FATES, como ocorre a seleção dos projetos que visam sua realização?</p> <p>a. Como é visto o aumento crescente dessa reserva pelo conselho fiscal?</p>

FECHAMENTO

➔ Existe alguma questão sobre o tema dessa entrevista que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar ou complementar?

Temos um **Termo de consentimentos livre e esclarecido** que precisa ser assinado quando entrevistas são realizadas, o(a) senhor(a) poderia assinar? O termo apenas esclarece que os dados na íntegra serão preservados, assim como sua identidade e que essa entrevista foi realizada dentro dos preceitos éticos.

Gostaria de agradecer imensamente por sua colaboração com o processo de pesquisa acadêmica, sua disponibilidade e percepção é muito importante para o estudo.

Muito obrigada, vou encerrar a gravação.

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista: Modelo Contadores

Público-alvo: Contadores

Primeiramente, gostaria de agradecer a disponibilidade e oportunidade de realização desta entrevista. Os resultados desta entrevista irão subsidiar a construção de uma tese de doutorado que será defendida no Departamento de Contabilidade da FEA/ Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é

Objetivo da Pesquisa: Analisar o tratamento contábil utilizados aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento.

ABERTURA

Gostaria de pedir autorização para gravar essa entrevista, com o intuito de facilitar o processo de transcrição das informações. Você permite?

Caso, em algum momento, você deseje que a gravação seja interrompida, basta solicitar.

Pergunta adicional (se houver necessidade):

- Comente um pouco sobre a sua trajetória profissional vinculada às cooperativas

Perguntas do Roteiro de Entrevista
<p>1. Na sua percepção, as orientações da NBC T 10.8 são suficientes para adequar as normas contábeis às sociedades cooperativas?</p> <p>a. Há alguma desvantagem no processo de adequação para as cooperativas?</p> <p>b. O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre a ITG 2004? Trouxe alguma melhoria para a contabilidade das cooperativas?</p>
<p>2. Quais são as formas de retornos econômicos e sociais oferecidas pela cooperativa aos seus cooperados?</p> <p>a. O(a) senhor(a) acredita que o cooperado possui conhecimento sobre todos os retornos que são gerados? A contabilidade ajuda nesse processo?</p>
<p>3. Os retornos que o cooperado recebe na figura de usuário da cooperativa, são devidamente registrados pela contabilidade?</p> <p>a. Poderiam ser registrados de uma forma diferente? Como?</p>
<p>4. A contabilização de determinados valores como ato cooperado e do ato não cooperado é considerada controversa, por exemplo, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro etc. Qual a estratégia de contabilização utilizada?</p> <p>a. Há cooperativas que não segregam o ato cooperado e não cooperado em seus demonstrativos, como você compreende isso?</p>

<p>5. Com relação aos retornos da RATES, como é realizada a contabilização dos recursos utilizados? Quando a escolha pela utilização da reserva é realizada?</p> <p>a. Na sua percepção, como são vistos os valores crescentes da RATES no Balanço Patrimonial e a proporção entre a sua realização e constituição?</p>
<p>6. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos da RATES em seu benefício?</p> <p>a. Como tal informação poderia ser repassada ao cooperado, com a finalidade que o mesmo entendesse que se trata de um tipo retorno gerado pela cooperativa?</p>
<p>7. Mesmo sendo uma opção da cooperativa, o retorno oferecido na figura de Juros sobre o Capital Próprio ainda é pouco utilizado entre as cooperativas, por quê?</p>
<p>8. No caso das cooperativas, as sobras igual a zero pode ser considerado uma representação eficiente da capacidade da cooperativa coordenar recursos, uma vez que os retornos podem ser distribuídos por outras estratégias que não a sobra. Os gestores e cooperados compreendem isso?</p> <p>a. Na sua percepção, à medida que as cooperativas crescem a preocupação com a geração de sobras se torna maior?</p>
<p>Pergunta Filtro: O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre a ICPC 14?</p> <p>9. Sobre a ICPC 14, na sua percepção como é compreendida a reclassificação do capital social para o passivo?</p> <p>a. A cooperativa realizou alguma ação para caso a norma fosse aprovada pelo CFC?</p>
<p>10. O(a) senhor(a) acredita que a contabilidade tradicional é adequada para reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos econômicos e sociais gerados pela cooperativa? Por quê?</p>

FECHAMENTO

➔ Existe alguma questão sobre o tema dessa entrevista que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar ou complementar?

Temos um **Termo de consentimentos livre e esclarecido** que precisa ser assinado quando entrevistas são realizadas, o(a) senhor(a) poderia assinar? O termo apenas esclarece que os dados na íntegra serão preservados, assim como sua identidade e que essa entrevista foi realizada dentro dos preceitos éticos.

Gostaria de agradecer imensamente por sua colaboração com o processo de pesquisa acadêmica, sua disponibilidade e percepção é muito importante para o estudo.

Muito obrigada, vou encerrar a gravação.

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista: Modelo Auditores

Público-alvo: Auditores de Cooperativas

Primeiramente, gostaria de agradecer a disponibilidade e oportunidade de realização desta entrevista. Os resultados desta entrevista irão subsidiar a construção de uma tese de doutorado que será defendida no Departamento de Contabilidade da FEA/ Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é

Objetivo da Pesquisa: Analisar o tratamento contábil utilizados aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento.

ABERTURA

Gostaria de pedir autorização para gravar essa entrevista, com o intuito de facilitar o processo de transcrição das informações. Você permite?

Caso, em algum momento, você deseje que a gravação seja interrompida, basta solicitar.

Pergunta adicional (se houver necessidade):

- Comente um pouco sobre a sua trajetória profissional vinculada às cooperativas

Perguntas do Roteiro de Entrevista
<p>1. Na sua percepção, as orientações da NBC T 10.8 são suficientes para direcionar o processo de auditoria das demonstrações financeiras nas sociedades cooperativas? Por quê?</p> <p>a. O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre a ITG 2004? Na sua visão trouxe alguma melhoria para a contabilidade das cooperativas?</p>
<p>2. Quais são os maiores desafios ao realizar a auditoria de uma cooperativa?</p> <p>a. Divergem de uma organização com finalidade lucrativa? Por quê?</p>
<p>3. O(a) senhor(a) acredita que o cooperado possui conhecimento sobre os retornos gerados pela cooperativa? Como a contabilidade ajuda nesse processo?</p> <p>a. Seria possível que os retornos gerados pela cooperativa, por exemplo, maior preço pago ao produto adquirido do produtor e menor preço de vendas dos insumos oferecidos, fosse registrado de uma forma diferente pela contabilidade? Como?</p>
<p>4. A contabilização de determinados valores como ato cooperado e do ato não cooperado é considerada controversa, por exemplo, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro etc. Como a auditoria lida com essa questão?</p> <p>a. Há cooperativas que não segregam o ato cooperado e não cooperado em seus demonstrativos, como você compreende isso?</p>
<p>5. Com relação aos retornos da RATES, como o(a) senhor(a) vê o processo de contabilização dos recursos utilizados? Você acredita que há necessidade de normatização da reversão?</p> <p>a. Na sua percepção, como são vistos os valores crescentes da RATES e a proporção entre a sua realização e constituição?</p>

<p>6. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos da RATES em seu benefício?</p> <p>a. Como tal informação poderia ser repassada ao cooperado, com a finalidade de que o mesmo entendesse que se trata de um tipo de retorno gerado pela cooperativa?</p>
<p>7. Mesmo sendo uma opção da cooperativa, o retorno oferecido na figura de Juros sobre o Capital Próprio ainda é pouco utilizado entre as cooperativas, por quê?</p>
<p>8. Entrando na questão de uma norma específica, a ICPC 14, na sua percepção como é compreendida a reclassificação do capital social para o passivo?</p> <p>a. Quais seriam as consequências da adesão ou da não adesão pelo CFC?</p>
<p>9. Na sua percepção, um investidor em uma empresa tem mais informações oferecidas pela contabilidade sobre os retornos do que um cooperado? Por quê?</p>

FECHAMENTO

→ Existe alguma questão sobre o tema dessa entrevista que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar ou complementar?

Temos um **Termo de consentimentos livre e esclarecido** que precisa ser assinado quando entrevistas são realizadas, o(a) senhor(a) poderia assinar? O termo apenas esclarece que os dados na íntegra serão preservados, assim como sua identidade e que essa entrevista foi realizada dentro dos preceitos éticos.

Gostaria de agradecer imensamente por sua colaboração com o processo de pesquisa acadêmica, sua disponibilidade e percepção é muito importante para o estudo.

Muito obrigada, vou encerrar a gravação.

APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista: Modelo Representantes do Movimento e Pesquisadores

Público-alvo: Representantes do Movimento e Pesquisadores

Primeiramente, gostaria de agradecer a disponibilidade e oportunidade de realização desta entrevista. Os resultados desta entrevista irão subsidiar a construção de uma tese de doutorado que será defendida no Departamento de Contabilidade da FEA/ Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é

Objetivo da Pesquisa: Analisar o tratamento contábil utilizados aos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias, discutir suas consequências e limitações, bem como propor sugestões de alternativas de tratamento.

ABERTURA

Gostaria de pedir autorização para gravar essa entrevista, com o intuito de facilitar o processo de transcrição das informações. Você permite?

Caso, em algum momento, você deseje que a gravação seja interrompida, basta solicitar.

Pergunta adicional (se houver necessidade):

- Comente um pouco sobre a sua trajetória profissional vinculada às cooperativas

Perguntas do Roteiro de Entrevista
<p>1. Considerando os princípios, natureza e funcionamento das cooperativas, na sua percepção, quais são os principais ajustes nas normas contábeis para esse tipo de organização?</p> <p>a. Qual a sua avaliação sobre as orientações de registros contábeis para cooperativa, emitidas pelo CFC ? São necessárias?</p>
<p>2. Com base na sua experiência em cooperativas, o cooperado possui conhecimento dos benefícios de fazer parte da cooperativa?</p> <p>a. No aspecto monetário existe esse conhecimento?</p> <p>b. Você entende como relevante? Quais seriam os desafios para isso ocorrer?</p>
<p>3. Na sua percepção, o cooperado possui conhecimento sobre os retornos oriundos do FATES/RATES e seus benefícios?</p> <p>a. Como tal informação poderia ser repassada ao cooperado, com a finalidade de que o mesmo entenda que se trata de um tipo de retorno gerado pela cooperativa?</p>
<p>4. Na sua opinião, como são vistos os valores crescentes do FATES/RATES no Balanço Patrimonial e a proporção entre a sua realização e constituição?</p>

5. No caso das cooperativas, sobras igual a zero pode ser considerado um representação eficiente da capacidade da cooperativa coordenar recursos, uma vez que os retornos podem ser distribuídos por outras estratégias que não a sobra. Os gestores e cooperados compreendem isso?

a. Na sua percepção, à medida que as cooperativas crescem a preocupação com a geração de sobras se torna maior?

6. O(a) senhor(a) acredita que a contabilidade tradicional é adequada para reconhecer, mensurar e evidenciar os retornos econômicos e sociais gerados pela cooperativa?

a. Na sua percepção, um investidor em uma empresa tem mais informações oferecidas pela contabilidade sobre os retornos do que um cooperado? Por quê?

FECHAMENTO

➔ Existe alguma questão sobre o tema dessa entrevista que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar ou complementar?

Temos um **Termo de consentimentos livre e esclarecido** que precisa ser assinado quando entrevistas são realizadas, o(a) senhor(a) poderia assinar? O termo apenas esclarece que os dados na íntegra serão preservados, assim como sua identidade e que essa entrevista foi realizada dentro dos preceitos éticos.

Gostaria de agradecer imensamente por sua colaboração com o processo de pesquisa acadêmica, sua disponibilidade e percepção é muito importante para o estudo.

Muito obrigada, vou encerrar a gravação.